



ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

AUDIÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO VOLUME II



RELATÓRIOS E PARECERES





FICHA TÉCNICA

TÍTULO | Análise da problemática dos incêndios florestais – Audições do Grupo de Trabalho – Volume II

EDIÇÃO | Assembleia da República | Divisão de Edições

RELATOR | Miguel João Piseiro de Freitas

APOIO TÉCNICO | Joaquim Ruas

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO | Noémia Bernardo

DESIGN | Filipa Pissarra

PAGINAÇÃO | UNDO

ISBN | 978-972-556-664-0

Lisboa, setembro de 2016

@ Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

ÍNDICE

Audições do Grupo de Trabalho para a Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Transcrição da reunião com o secretário de Estado da Administração Interna	5
Transcrição da reunião com o secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural	39
Transcrição da reunião com comandante Paulo Gil Martins	70
Transcrição da reunião com o comandante Vítor Vaz Pinto	92
Transcrição da reunião com o comandante José Manuel Moura	108
Transcrição da reunião com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	127
Transcrição da reunião com o general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana	152
Transcrição da reunião com o Prof. Francisco Rego, Prof. José Cardoso Pereira e Dr. António Louro	178
Transcrição da reunião com o Prof. Joaquim Sande Silva, Eng.º Domingos Patacho da Quercus e Eng.º João Camargo dos Santos da LPN	205
Transcrição da reunião com a ZIF Caule, ZIF de Tavira e São Brás de Alportel e ZIF de Aldeia do Mato	226
Transcrição da reunião com o Baldio de Ansiães Marão, Baldio de Merufe e Baldios de Carvalho da Mulher	254
Transcrição da reunião com a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários	274
Transcrição da reunião com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais	297
Transcrição da reunião com a Liga dos Bombeiros Portugueses	316
Transcrição da reunião com a ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses e ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias	332
Transcrição da reunião com o Prof. doutor Domingos Xavier Viegas (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais), Dr. Miguel Almeida e Eng.º Luís Ribeiro (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais) e Eng.ºs Orlando Ormazábal e João Lé (AFOCELCA – Central de Incêndios Florestais)	351
Transcrição da reunião com o comandante Joaquim Chambel (CADIS Centro Sul), comandante Carlos Rodrigues Alves (CODIS Porto) e comandante Armando Silva (CODIS Viana do Castelo)	383
Transcrição da reunião com o ministro da Administração Interna e secretário de Estado da Administração Interna	404
Transcrição da reunião com a ministra da Agricultura e Mar	450



AUDIÇÃO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (Filipe Lobo d'Ávila)

18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Queria começar por agradecer a disponibilidade do Sr. secretário de Estado.

Tínhamos programado, tal como estava a dizer ao Sr. secretário de Estado, começar com a audição dos Srs. secretários de Estado, mas, por razões de agenda, fizemos uma alteração, e foi, aliás, muito útil a deslocação que fizemos à Autoridade de Proteção Civil.

Este grupo de trabalho, que foi constituído com o empenho e sob a liderança da Sr.^a presidente da Assembleia, tem a incumbência de, em 120 dias, elaborar um relatório. Naturalmente que a Assembleia não podia ser indiferente a uma matéria que tem a relevância e a importância que todos conhecemos e queríamos, aqui, como órgão parlamentar, fazer uma reflexão que nos leve a identificar constrangimentos e situações que devam ser supridas, quer no âmbito legislativo, quer no âmbito das ações concretas de prevenção e combate aos fogos florestais. Aliás, é esse o sentido dos objetivos do grupo de trabalho, isto é, recomendar eventuais alterações legislativas, orientações e diretivas à administração que possam ajudar a ultrapassarmos os problemas que se vêm detetando neste setor, de forma preocupante.

Naturalmente que a experiência do Ministério da Administração Interna e dos Srs. secretários de Estado, que têm os pelouros a seu cargo, é importante para nós para identificarmos estas vertentes que referi.

Talvez começássemos por ouvir o Sr. secretário de Estado fazer uma intervenção, nos termos que melhor entender, e, depois, os Srs. deputados porão as questões que entenderem.

Tem a palavra o Sr. secretário de Estado.

O Sr. secretário de Estado da Administração Interna (*Filipe Lobo d'Ávila*): – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Sr. vice-presidente da Assembleia da República, Srs. deputados, é um gosto vir a este Parlamento, desta feita aqui, a este grupo de trabalho.

Queria começar por dizer que só não estive presente na visita que foi feita pelos Srs. deputados à Autoridade Nacional de Proteção Civil, estando presente o Sr. secretário de Estado Adjunto, porque, nesse mesmo dia, estavam já agendados, em Castelo Branco, dois momentos importantes na vida dos bombeiros: desde logo, um curso de condução defensiva que há muito tempo estava programado pela Escola Nacional de Bombeiros com a minha presença, e, por outro lado, também a assinatura com a Universidade de Coimbra de um protocolo entre a Escola Nacional de Bombeiros e aquela universidade, no sentido de haver uma interligação e uma partilha de informação para envolver também a academia naquilo que é o estudo destes fenómenos e deste fenómeno que, todos os anos, temos de enfrentar, independentemente dos governos que se encontram em funções em cada momento.

Por isso, queria dar apenas esta nota inicial, dizendo, Sr. vice-presidente, que, como também é do conhecimento público e do conhecimento dos Srs. deputados, o balanço do dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2013 foi já apresentado, com a intervenção dos seus três pilares e, portanto, de cada uma das entidades que, do ponto de vista operacional, têm responsabilidade, quer ao nível da prevenção estrutural, quer ao nível da prevenção operacional, quer também ao nível do combate, isto é, com intervenção do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, com a Guarda Nacional Republicana e com a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Do ponto de vista do dispositivo, a verdade é que se trata de um dispositivo que foi aprovado em março, dentro daqueles calendários que são habituais, que previa, do ponto de vista dos meios terrestres, um aumento do nível das equipas e do número de elementos desse mesmo dispositivo.

Relativamente ao dispositivo aéreo, havia uma permanência do dispositivo que vinha do ano passado, embora, depois, do ponto de vista prático, se tenha verificado que o número de aeronaves que estiveram ao serviço do dispositivo tenha sido claramente superior, mais que não seja pela intervenção dos diferentes meios aéreos pesados que, ao abrigo de diferentes acordos bilaterais e do mecanismo europeu de proteção civil, estiveram em Portugal a ajudar também no verão.

Esse dispositivo tinha associado a si próprio uma circular financeira – e eu queria também começar por aqui a minha intervenção – onde, num quadro de dificuldades orçamentais conhecidas, foi possível introduzir um conjunto de melhorias, um conjunto de avanços que também são amplamente do conhecimento dos Srs. deputados, nomeadamente: a atualização daquilo que é a remuneração paga pelas Equipas de Combate de Incêndios Florestais, as chamadas ECINES; o aumento da comparticipação ao nível do combustível, com um avanço muito significativo nessa matéria; mantendo alguns avanços, que já tinham sido feitos e produzidos em 2012, ao nível da alimentação; e também com avanços naquilo que são as comparticipações do Estado na reposição de reparação de viaturas.

Portanto, apesar do quadro orçamental que temos e da realidade que enfrentamos todos os dias, foi possível, apesar dessas circunstâncias, introduzir aquilo que eu considero terem sido alguns avanços na circular financeira associada a este dispositivo. E assim, quando fala-

mos em dispositivo de combate aos incêndios florestais, não podemos deixar de ter em linha de conta aquilo que consta na circular financeira, que, pelo segundo ano consecutivo, foi apresentada no mesmo momento que o respetivo dispositivo de combate a incêndios florestais.

Dizendo isto a título de nota introdutória, Sr. vice-presidente, eu queria dizer também que o ano de 2013 fica ligado, e dramaticamente ligado, aos trágicos acidentes mortais que tivemos de oito bombeiros e um autarca, e que, como é evidente, todos lamentámos.

O ano de 2013 também fica marcado por o dispositivo ter enfrentado condições climatéricas particularmente exigentes, como também todos os deputados que aqui estão presentes bem têm conhecimento. O ano de 2013 foi o segundo mais severo dos últimos 14 anos – aliás, levou a própria Organização Mundial de Meteorologia a dar conta de que o ano de 2013 poderia ser, do seu ponto de vista, um dos 10 anos mais quentes desde 1850 –, sendo certo que, na análise de todos os índices, vários distritos a norte registaram valores recorde na análise da severidade meteorológica, comparada no período dos últimos 14 anos.

Como é natural e como todos compreenderão, a verdade é que a severidade meteorológica tem particulares repercussões não só na probabilidade da ocorrência de incêndios florestais, mas sobretudo naquilo que é a chamada “dificuldade de supressão” desses mesmos incêndios florestais, sabendo todos – incluindo todos nós, que aqui estamos – que a capacidade de resposta de todo o dispositivo não é ilimitada; a capacidade de resposta é conhecida e, quando andamos nas cerca de 300 ocorrências diárias, a verdade é que há uma grande dificuldade de resposta.

Eu queria também dizer, Sr. vice-presidente, que, durante grande parte do ano, sensivelmente até ao mês de julho, nós tivemos uma média de 103 ignições por dia; depois do mês de julho e até ao início do mês de setembro, essa média passou para as 221 ignições por dia; e a partir de meados de setembro até ao fim do mês de outubro, passámos a uma média de 165 ignições por dia.

Isto significa, por si só, que, como é evidente, todo o dispositivo esteve sujeito a uma enorme pressão, mas também significa que, apesar de todas as dificuldades, houve uma capacidade de resposta assinalável e, sobretudo, que houve uma capacidade de mobilização dos operacionais e também uma capacidade de balanceamento territorial dos meios num curto espaço de tempo, sendo certo que, como poderei mais à frente demonstrar, houve também uma grande concentração territorial, que, aliás, não é nova, daquilo que é o esforço a que todo o dispositivo está sujeito.

De facto, nós sabemos que há cerca de cinco, seis distritos que, em regra, representam a esmagadora maioria quer das ocorrências quer da área ardida – embora nem sempre haja uma coincidência total entre estes dois indicadores, a verdade é que os distritos a norte demonstram isso mesmo.

Na prática, e só para dar aqui alguns números relativamente àqueles três meses tradicionalmente mais difíceis do ponto de vista do combate a incêndios florestais – naturalmente refiro-me aos meses da Fase Charlie (julho, agosto e setembro) –, eu queria dizer que, entre o dia 15 de agosto e o dia 3 de setembro, se verificaram, em Portugal, 4657 ocorrências e tivemos uma área ardida de 63 373 hectares.

Só em agosto, arderam 72 284 hectares, ou seja, três vezes mais do que a área ardida nos restantes meses do ano. Nas duas últimas semanas de agosto, arderam cerca de 63 000 hectares e só neste mês arderam mais de três quartos do total da área ardida no resto do ano, ou seja, 77%, o que, como é evidente, demonstra bem aquilo que foi não só a concentração espacial mas também a concentração territorial de que eu falava, sendo certo que sete distritos (Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Braga, Porto, Guarda e Bragança) concentram 90% do total da área ardida, representam 93% da área ardida de matos e 72% do total das ocorrências.

Ainda a propósito da questão relativa aos dados de área ardida em matos e também para reflexão dos Srs. deputados, mas sobretudo para reflexão daquilo que há a fazer e daquilo que tem sido feito na prevenção estrutural da nossa floresta, eu queria dizer que 63% da área ardida, em 2013, é composta por matos. Este é um dado que eu também queria deixar aqui aos Srs. deputados.

Estes dados demonstram que a meta que estava definida no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, portanto, os 100 000 hectares de área ardida, não foi cumprida, ultrapassámos esta meta, apesar das condições de severidade meteorológicas que referi e que andaram, em determinados distritos, bem acima daquilo que foram os dados verificados em anos como os de 2003 e 2005, em que, como sabemos, a área ardida foi particularmente superior.

De resto, penso que uma das causas para que Portugal este ano, perante as condições que tinha, não tivesse tido uma área ardida superior se deve àquilo que é a capacidade de resposta que nós fomos conseguindo construir (por diferentes anos e com intervenção de diferentes Governos, mas diferentes responsáveis), sobretudo na área da proteção civil e graças a uma eficácia que é assinalável e que evitou, repito, que, neste ano, os valores da área ardida fossem superiores àqueles que se verificaram.

Isto demonstra – e eu também não queria deixar de o partilhar aqui com os Srs. deputados e trata-se de uma reflexão sobretudo pessoal – que uma das grandes dificuldades que existe e que continuará a existir, independentemente do Governo que esteja em funções, tem que ver com uma dificuldade de planeamento de todos os dispositivos para fazer face a todo um conjunto de alterações climáticas, que não controlamos.

Eu queria partilhar com os Srs. deputados aquilo que é também a minha experiência pessoal no exercício destas funções, porque, se é verdade que a conjuntura do mês de agosto de 2013 foi aquela que eu acabei aqui de demonstrar, com uma grande concentração temporal e espacial do ponto de vista das ignições e das ocorrências e do esforço que foi exigido a todo o dispositivo, também é verdade que assim não se verificou nos anos que eu próprio acompanhei: em 2011, o meu primeiro verão nestas funções, praticamente o mês de agosto – não sei se os Srs. deputados se recordam – iniciou-se com chuva, para grande desespero da generalidade dos portugueses que estavam de férias e para grande felicidade do responsável da proteção civil, mas a verdade é que o mês de outubro, nos seus primeiros 15 dias, foi particularmente exigente, chegando a ter, em média, mais de 300 ocorrências por dia.

E, portanto, exatamente no momento em que havia uma desmobilização de parte do dispositivo – que, como sabem, está organizado para ter os seus dispositivos mais fortes nesta Fase Charlie e, portanto, a terminar no mês de setembro e iniciando-se a Fase Delta –,

a verdade é que coincidiu exatamente com o momento em que houve uma redução dos dispositivos.

Depois, já em 2012, o mês de fevereiro foi o mês mais exigente do que muitos meses de vários anos, o que não deixa de trazer alguma curiosidade, sobretudo quando nós falamos sobre incêndios florestais e assumimos que há uma “época de guerra” e uma “época de paz”. Não é assim!... E estes dados também o confirmam. Os meses de fevereiro, ao contrário daquilo que, porventura, se possa ter presente, são meses – pelo menos, daquilo que é a minha experiência – particularmente difíceis, sendo certo que o país, em 2012, também como os Srs. deputados bem sabem, esteve sujeito a um período de seca extrema, severa, que é conhecida e que levou, inclusivamente, a que o Governo tivesse adotado um conjunto de medidas nessa matéria.

Mas chegámos a 2012 com estes dados de grande concentração no mês de agosto. Portanto, o que se pode dizer, segundo a experiência que tenho, é que não tive verões iguais, não tive anos iguais deste ponto de vista, e na prática isto significa, desde logo, aquilo que referia: uma dificuldade – que eu acho que é um dos grandes desafios para a área da proteção civil para os próximos anos, com toda a franqueza – que é a de conseguir ter um planeamento para a área da proteção civil, para o combate devidamente estruturado, que não só corresponda àquilo que é a capacidade e a disponibilidade que, como é evidente, assenta muito nos bombeiros voluntários e na grande força que são os bombeiros voluntários, e, portanto, limitada a essa disponibilidade, que é uma disponibilidade muito boa, muito positiva, mas que, como é evidente, não é disponibilidade total, incondicional, independentemente da época em que nos encontremos...

Por outro lado, é evidentemente também uma dificuldade de recursos e de gestão dos recursos, embora – e é preciso dizê-lo! – a verdade seja a de que este dispositivo respondeu. E respondeu com uma mobilização notável – é preciso dizê-lo! –, pois nós chegámos a ter dias, no mês de agosto, em que ultrapassámos os 10 000 operacionais no terreno!...

Posso também dar esses dados de forma muito concreta: no dia 21 de agosto, tivemos 9811 operacionais; no dia 28 de agosto, tivemos 10 350 operacionais. Portanto, o dispositivo respondeu com uma capacidade de mobilização notável, o que, repito, também não podemos deixar de assinalar.

Relativamente à resposta, queria dizer-vos que, apesar de todos os constrangimentos, se mantém, do nosso ponto de vista e do meu ponto de vista, aquilo que é a aposta que foi feita, já há vários anos e que tem dado resultados ao longo dos diferentes anos, ao nível do ataque inicial.

Nós, inclusivamente, em 2013, conseguimos subir a eficácia deste ataque inicial, que esteve acima dos 90%, com 90,03%, sendo que a eficácia do ataque ampliado passou de 10,3%, em 2012, para 9,97%, em 2013. Como é evidente, são dados que podem ter várias leituras... Do meu ponto de vista, um dos grandes desafios que também existe é o de se conseguir acrescentar novas ferramentas àquilo que é o combate em termos de ataque ampliado, mantendo aquela que foi a aposta ao nível do ataque inicial e que tão bons resultados tem mantido.

Apenas para dar alguns elementos aos Srs. deputados sobre o tempo de resposta, queria dizer que o tempo médio de saída do primeiro meio à ocorrência após despacho baixou, de 2012 para 2013, dos 2 minutos e 18 segundos para 2 minutos; que o tempo médio de

chegada do primeiro meio de ataque inicial também baixou de 13 minutos para 11 minutos e 43 segundos, em média; que o tempo médio de descolagem dos helicópteros de ataque inicial, ao nível dos ligeiros e dos médios, se manteve nos mesmos valores do ano passado (nos ligeiros em 4 minutos e nos médios em 7 minutos); no ataque ampliado, e conforme já tivemos oportunidade de o dizer, houve aqui uma derrapagem do ponto de vista do tempo médio de descolagem que passou de 17 minutos, em 2012, para 23 minutos, em 2013; nos aviões de ataque ampliado, os chamados aviões anfíbios, mantivemos também os mesmos níveis de tempo médio de descolagem que tínhamos verificado no ano passado.

Além disto, Sr. vice-presidente, não querendo demorar muito mais, eu gostava ainda de dar aqui mais alguns dados que me parecem relevantes: foi feita uma articulação com o Ministério da Defesa Nacional, através dos planos que existem, o Plano Vulcano e o Plano Lira, que também são do conhecimento dos Srs. deputados; e através dessa cooperação tivemos mobilizados 58 pelotões militares do Exército em operações de rescaldo e apoio à vigilância após incêndio.

Essa é, aliás, uma das dificuldades que existem: quando temos muitas horas de combate feito pelos bombeiros, a verdade é que, se nos descorarmos no rescaldo e na vigilância, há lugar a reacendimentos e isso foi uma das causas que este ano também se verificou, à semelhança de anos anteriores.

Tivemos um reforço de patrulhamento e vigilância também muito relevante com recurso a pelotões militares, com a participação de 760 pelotões em diferentes momentos, ao longo de todo o dispositivo. Perante isto, foi contratualizada uma nova parelha de anfíbios, em determinado momento.

Direi, também, que a uniformização dos procedimentos quanto às máquinas de rasto foi uma das novidades que foi articulada e uma das medidas que resultou do grande incêndio de Tavira do ano passado, e que foi, do nosso ponto de vista, uma medida com sucesso, pois houve 276 mobilizações de máquinas de rasto, 15 delas militares, e esse foi um avanço também muito relevante e positivo.

As equipas GAUF tiveram participação em 104 missões. É evidente que, do nosso ponto de vista, era desejável que pudesse haver um alargamento do seu envolvimento fora daquilo que é a chamada “a época mais crítica dos incêndios florestais”. Estamos a trabalhar nisso e esperamos que isso possa ser possível, embora, como todos têm conhecimento, não dependa do Ministério da Administração Interna.

Através dos acordos de cooperação, conseguimos ter oito *Canadair* a operar em Portugal.

Há ainda um dado que não deixa de ser relevante e que também já transmitimos aqui, na Assembleia da República, que é o de que cerca de 39% das ocorrências se verificaram entre a meia-noite e as sete da manhã, o que também deve ser objeto de análise, e que houve um incremento na prevenção operacional.

Eu queria ainda dizer aos Srs. deputados que, entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Judiciária, foram detidas 102 pessoas, foram identificadas mais de 500 pessoas por fundada suspeita da autoria de crime de incêndio ou por práticas pouco corretas na nossa floresta.

Eu gostaria de dizer também que, depois de acabar a Fase Charlie, os incêndios saíram um bocadinho da abertura dos telejornais e da primeira linha do debate, seja político ou da

nossa presença. Por isso, eu queria registrar com grande agrado a constituição deste grupo de trabalho e destes trabalhos de reflexão pela Assembleia da República, mas a verdade é que, neste mês de dezembro, tivemos 607 ocorrências com uma área ardida de 955 hectares!...

Neste mês de dezembro, como os Srs. deputados bem têm conhecimento, temos tido temperaturas baixas, temos tido um inverno, diria eu, normal, e a verdade é que, apesar disso, nós continuamos a verificar também a existência de incêndios florestais nesta altura, o que significa, uma vez mais, aquilo que eu aqui transmiti no início: se é verdade que há uma dificuldade de planeamento, é cada vez mais verdade que há cada vez menos uma “época de guerra” e “uma época de paz” no combate a incêndios florestais, o que significa que há, de facto, uma resposta que tem de ser dada, ao longo de todo o ano.

Eu queria terminar – até porque já me alonguei muito, Sr. vice-presidente – dizendo que, do meu ponto de vista – e é apenas, uma vez mais, a sensibilidade pessoal de quem terminou o terceiro verão –, aquilo que me parece que são alguns pontos absolutamente essenciais para o futuro, independentemente do Governo, independentemente de quem exerce essas responsabilidades, mas que me parece que são, de facto, pontos incontornáveis, pontos que têm vindo a ser trabalhados pelas diferentes entidades, com quem, aliás, os Srs. deputados tiveram a oportunidade de reunir, em sede de Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas que nos devem a todos, enquanto país, levar a procurar encontrar respostas permanentes.

Eu costumo também dizer que esta batalha da proteção civil – e é algo que tenho aprendido também de forma muito direta e pessoal – é uma batalha que se trava diariamente a cada minuto, e que também se vence ou se perde diariamente e, por vezes, quando há muito enfoque em determinadas épocas, além de isso ser muito injusto para aqueles que são os operacionais que estão no terreno todos os dias, mesmo quando não estão debaixo das luzes da ribalta, seja por que razões for, a verdade é que há essa necessidade de resposta, ao longo de todo o ano, sempre!

Eu não o disse quando há bocadinho falava da questão das alterações climáticas, mas nós chegámos a ter fins de semana, no mês de outubro de 2011, em que o mesmo dispositivo, os mesmos homens e mulheres que, num sábado, estavam a fazer frente a mais de 300 ocorrências de incêndios florestais no país, exatamente no domingo seguinte, no dia seguinte estavam a fazer frente a um conjunto de inundações que, por força do excesso de chuva que tinha acontecido nessa noite, se verificou também um pouco por todo o país... Portanto, isto é apenas para ilustrar bem aquilo que é, por um lado, a necessidade de resposta diversificada que é preciso dar e, por outro, o grande esforço a que estes homens estão sujeitos.

Diria, apenas, para terminar, Sr. vice-presidente, se me permite, que, do meu ponto de vista, em primeiro lugar e à cabeça, está a dificuldade do planeamento que referi. A verdade é que temos encontrado soluções, que são de curto prazo, para responder a esses problemas – através do balanceamento de meios, através do reforço da criação de novas equipas e da mobilização... E a verdade é que isso tem sido possível e temos conseguido responder não só a esses problemas, mas também a muitas carências de resposta que existem em determinados pontos do país – e é preciso dizê-lo! –, porque há distritos que não têm uma capacidade própria de resposta e que necessitam de respostas que venham de outros locais do país, e isso tem

acontecido. Portanto, esta necessidade de planejamento é, à cabeça, do meu ponto de vista, um dos grandes desafios que existem.

O segundo grande desafio, que existe e que tem repercussões diretas ao nível de combate, é o de que o país tem de saber, e tem de saber bem, para onde quer ir no que diz respeito à prevenção estrutural. E eu queria dizer isto, de forma completamente desempoeirada, sem com isto querer significar uma qualquer crítica ou uma qualquer observação a quem quer que seja, bem pelo contrário. Nós, no Ministério da Administração Interna, estamos naquilo, que costumo também dizer, no “fim da linha deste processo” e sente-se, naquilo que é a resposta do combate, um conjunto de falhas que existem ao longo do sistema e que têm repercussões diretas naqueles que têm de fazer o combate.

Portanto, não se trata de uma matéria que deva estar sujeita a grandes querelas partidárias ou intromissões partidárias; bem pelo contrário, deve ser uma matéria que deve obrigar-nos a todos, enquanto país, a procurar uma resposta que seja clara para não só incrementar novas ações na prevenção estrutural, mas também para permitir que se consiga ter, pelo menos, uma manutenção das faixas de gestão de combustível que, depois, nos permita ter uma boa resposta no combate.

Nós temos proposto várias medidas e os Srs. deputados conhecem-nas, sendo que à cabeça, deixem-me que vos diga – e nós próprios o já transmitimos à Sr.^a ministra da Agricultura e ao Sr. secretário de Estado das Florestas e já apresentámos também publicamente aos Srs. deputados, julgo eu –, está a de um maior envolvimento daquilo que é uma força que existe e que está espalhada por todo o país que são as corporações de bombeiros, num conjunto de tarefas, que tradicionalmente não são tarefas relacionadas com a atividade dos bombeiros, mas que, alicerçando-se naquilo que é a experiência que estes homens e mulheres têm do terreno, porque, seja em que época for, estão a combater incêndios florestais à porta das suas casas, à porta das casas dos seus vizinhos e conhecem melhor do que ninguém os terrenos que pisam.

Portanto, reconhecendo todo um conjunto de carências que existem na prevenção estrutural e que não são de hoje, são de desde há muitos anos, provavelmente de há décadas, a verdade é que nós, enquanto país, deveremos olhar para esta matéria e, porventura, encontrar novas soluções que tradicionalmente poderiam, à partida, estar vedadas por nos centrarmos muito naquilo que são ideias como: “esta é a nossa capelinha”, “aquela é a vossa capelinha”... e, portanto, não há aqui um cruzamento de competências, quando sabemos que o mundo, cada vez mais, vive através desse cruzamento de competências de todos.

Queria terminar, Sr. vice-presidente, dizendo apenas que há um outro desafio muito importante, que tem de ser um desafio que todos nós também, enquanto país, devemos superar e que tem que ver com a sensibilização das nossas populações, com as boas práticas que podem e devem ser adotadas, sobretudo em determinados períodos mais críticos. Julgo que, nesse campo, há muito também, ainda, por fazer e nós próprios temos de continuar o caminho que temos procurado fazer, em conjunto com o Ministério da Agricultura, de aprofundar essa sensibilização.

Poderemos falar, depois, numa segunda volta ou em resposta aos Srs. deputados, até porque já vou com muito tempo gasto, Sr. vice-presidente, e apenas quero ainda dizer que há, de

facto, muitas outras matérias também relevantes, tal como a formação dos bombeiros ou, por exemplo, a questão dos próprios equipamentos como fator absolutamente essencial para a segurança dos nossos bombeiros, mas depois, se necessário for, numa segunda volta ou em resposta aos Srs. deputados, aprofundarei esses temas.

Dizia, uma vez mais, Sr. vice-presidente, que, de facto, este grupo de trabalho, do meu ponto de vista, pode dar um grande contributo.

A minha postura, no Ministério da Administração Interna, não tem sido, nunca, a de procurar não conversar com todas as sensibilidades, sejam elas partidárias, operacionais ou até, inclusivamente, com o envolvimento da academia, das universidades.

De facto, o combate aos incêndios florestais é uma matéria que nos preocupa a todos, evidentemente, e que irá continuar na ordem do dia, ao longo dos próximos anos, independentemente de quem cá estiver. Portanto, ou olhamos todos para isto com capacidade de abertura e com capacidade para todos nós encontrarmos soluções para responder a estas condições, que cada vez são mais problemáticas e mais adversas, ou não estaremos a dar um contributo para aquilo que é o futuro do país.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr. secretário de Estado, pela sua exposição, que foi muito elucidativa e revela o conhecimento profundo que tem desta matéria, fruto da sua reflexão e intervenção nas funções que desempenha.

Vamos, agora, abrir um período de perguntas. Talvez agrupássemos os Srs. deputados em conjuntos de três para fazermos uma gestão de tempo que não comprometa a audição seguinte, que é às 11 horas e 30 minutos, com o Sr. secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Ainda antes de dar a palavra ao Sr. deputado Maurício Marques, informo que vamos fazer a gestão com os tempos do Plenário, sensivelmente, mais coisa, menos coisa.

Faça favor, Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Sr. secretário de Estado, efetivamente aquilo que aqui nos traz e que nos move não é propriamente fazer um balanço daquilo que ocorreu no passado ano; aquilo que nos move e que está na nossa mente é, efetivamente, contribuímos – e só é importante analisar o passado para termos esse entendimento – com aquilo que pudermos para que aquilo que ocorreu no passado ano e nos anos anteriores não volte a ocorrer. Portanto, a nossa disposição e deste grupo de trabalho é, efetivamente, contribuímos para alterar estas situações, que todos lamentamos, ano após ano.

Verificamos aqui, pela exposição feita pelo Sr. secretário de Estado que, efetivamente, nós temos, até do ponto de vista de combate, uma grande capacidade de meios, quer técnicos quer humanos, para dar resposta às solicitações que vão ocorrendo.

Temos, apenas, aqui uma questão, que gostaria que clarificasse melhor e que se prende com o facto de o Sr. secretário de Estado reconhecer que há alguma dificuldade de planeamento de dispositivos. Gostaria que especificasse melhor de que forma é que nós podemos alterar ou o

que é que temos de fazer para que haja, de facto, um planeamento adequado dos meios que temos à nossa disposição.

Uma outra questão que aqui também se nos põe é sobre o número de ignições. Efetivamente, verificamos que há aqui muitas ignições durante o período noturno e não é normal haver este número de ignições tão significativo neste período. Isto poderá levar-nos a dizer que, eventualmente, a vigilância não está a ser adequada. Por isso, em concreto, eu gostaria também de saber até que ponto é que nós poderemos aumentar a vigilância.

Foi falado pelo Sr. secretário de Estado o envolvimento do Exército, justamente, para fazer algum tipo de vigilância, quer noturno, quer diurno, na fase de rescaldo. E uma das questões que eu gostaria de colocar é esta: até que ponto é que nós poderíamos utilizar também essas forças militares de defesa na própria vigilância, nomeadamente, no período noturno, porque, efetivamente, não é aceitável que tenhamos um número de ignições desta envergadura.

Por outro lado, na exposição que nos foi feita na Autoridade Nacional de Proteção Civil, foi-nos dado conta do número pouco expressivo de processos de contraordenação que eram levantados relativamente aos que eram concluídos. A alteração da legislação, em 2006 – eu até era presidente de uma câmara municipal na altura, portanto...

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado, pedia, se pudesse, que apressasse um bocadinho.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Vou apressar e peço desculpa!

O decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, estabeleceu, para os municípios, a conclusão dos processos de contraordenação e verificámos que, efetivamente, muito poucos – apenas 5 a 10% foi aquilo que foi dito – destes processos de contraordenação foram concluídos. Ora bem, isto levanta-nos aqui um problema: é que, provavelmente, as pessoas sabem de alguma impunidade porquanto o auto de contraordenação é levantado e depois não é concluído.

Queria saber também até que ponto é que nós podemos aqui intervir nisto.

Havia muito mais questões, mas há outras que os meus colegas, com certeza, irão complementar.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Desejo cumprimentar o Sr. secretário de Estado e as Sr.^{as} e os Srs. deputados.

Sr. secretário de Estado, coloco-lhe também algumas questões, procurando ser breve e focar-me, precisamente, na questão do combate ao incêndio florestal.

O Sr. secretário de Estado fala aqui na dificuldade de planeamento e, pelo que entendi, é planeamento de recursos humanos relativamente ao dispositivo de bombeiros. Assim sendo, a questão que eu coloco, Sr. secretário de Estado, é se não é necessário fazer uma reflexão relativamente à própria implementação da Lei de Bases da Proteção Civil. E pergunto: é possível que, no ano – e estamos aqui a falar não no sentido de procurar responsáveis, mas de procurar dar respostas e interrogarmo-nos sobre as questões – em que morrem oito bombeiros, não tenha

sido acionado nenhum Plano Municipal de Emergência nem nenhum Plano Distrital de Emergência? O que é que é necessário acontecer? Para que é que são feitos os planos municipais? Para que é que nós os queremos? Que avaliação de risco é que está feita por forma a responder?

Quer dizer, se nós continuamos a funcionar no sentido de: “Vai a primeira força de intervenção com uma equipa de cinco bombeiros para o terreno, faz a avaliação; o comandante, que é o mais graduado, faz a evolução da situação”, vamos ver apenas como é que as coisas correm no terreno. E aquilo que eu acho que temos de fazer e refletir sobre isto: no terreno, como é que as coisas acontecem?

Vamos começar a pensar! Há alerta de incêndio, avança a corporação da área de intervenção; chega lá, em regra são cinco mas, às vezes, são três, porque não há dispositivo, dependendo do número de ignições e, portanto, ou três ou cinco numa viatura. Chegam lá e dizem que é preciso reforço e vai mais “x”, depois vai mais “x”... e as coisas vão sendo montadas e só quando está já com uma dimensão de ataque ampliado é que o CDOS diz: “Agora sobe”, mas ninguém aciona os planos..., nem o Plano Municipal, nem o Plano Distrital! Noutra situação que foi, por exemplo, a do incêndio de Tavira, onde isso foi visível... Ó Sr. secretário de Estado, ninguém declarou a situação de alerta para medidas preventivas, a adoção de medidas preventivas imediatas, necessárias e adequadas para o combate ao incêndio! Ou seja: em bom rigor, aplica-se o CIOPS e não se aplica a Lei de Bases. E há aqui uma disfuncionalidade sobre a qual nós temos de refletir, isto na minha perspetiva, em termos de análise dos incêndios.

A outra questão tem que ver com os 63% da área ardida. Sr. secretário de Estado, eu não sei se já foram feitas as contas, mas quanto aos 63% de área ardida de matos a minha perspetiva é assim: os matos são para arder, Sr. secretário de Estado, têm de arder! Cada vez que há um incêndio e está um mato a arder, vai o helicóptero, mais bombeiros, mais não sei quê..., apaga-se o fogo no mato, mas, no dia seguinte, está a arder, exatamente, no mesmo sítio e, passados dois dias, está a arder exatamente no mesmo sítio...! Porquê? Porque o mato é para arder!

Portanto, tem de haver uma lógica de dizer: “Vamos lá planear o combate de acordo com a necessidade daquilo que efetivamente está a arder, vamos proteger a floresta, vamos proteger as habitações”, porque só a questão do mato..., aí, obviamente, só se põe a necessidade óbvia de o controlar, de saber se é controlável e se quem está no terreno tem capacidade para fazer essa avaliação. É porque senão nós estamos a empenhar meios e a esgotar outros para defender mato que é para queimar! E isto, depois, obviamente põe também a questão da prevenção estrutural e de saber porque é que os matos não são queimados no inverno...! Essa é outra questão também, mas a verdade é que estamos a gastar mais de metade do nosso dispositivo e mais de metade das nossas forças a proteger mato.

Temos de resolver também isto, ou seja, temos de procurar refletir sobre estas matérias e dizer: “É necessário o empenho de meios nestas circunstâncias para este efeito?”... Eu sei que há o princípio do “ataque musculado”, mas temos de aprender com a experiência e saber quanto é que nos custa levantar um helicóptero e quanto é que custa não sei quantos homens no terreno por dia!. Até para, quando for de facto necessário salvar a floresta, aquilo que efetivamente produz bens, nós podermos e termos capacidade para salvaguardar.

Não vou, Sr. vice-presidente, prolongar-me muito mais, queria só deixar aqui uma reflexão que eu acho que é a perspetiva relativamente à qual nós temos de olhar a proteção civil. E nós estamos aqui focados apenas...

O Sr. *coordenador*: – É favor terminar, Sr.^a deputada.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Vou terminar, Sr. vice-presidente!

Repetindo, nós estamos aqui focados na proteção civil relativamente aos incêndios florestais, mas temos de ter a noção de que, hoje, a proteção civil é um fator fundamental de desenvolvimento de qualquer região ou país e, no dia e que acontecer um acidente cuja resposta não é adequada àquilo que é espetável para a generalidade das pessoas, nomeadamente no turismo e, mesmo no investimento económico, nós podemos matar algumas “galinhas de ouro” no nosso país. E temos de ter a consciência disso para podermos dar uma resposta adequada nesta matéria.

Muito obrigada, Sr. vice-presidente.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Sr. vice-presidente, posso falar um bocadinho mais à frente, até porque, e peço desculpa, cheguei atrasada...

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada, temos seguido a ordem de inscrições, mas podemos adotar outro critério...

Então, tem a palavra a Sr.^a deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Muito obrigada, Sr. vice-presidente.

Sr. secretário de Estado, gostava de cumprimentá-lo, em nome do Grupo Parlamentar de “Os Verdes”.

Eu também cheguei atrasada, não ouvi grande parte da intervenção do Sr. secretário de Estado e, por isso, talvez não consiga fazer perguntas que vão muito no sentido da intervenção que fez, mas, ouvindo aqui os dois Srs. deputados que o questionaram, deu para ter a perceção de algumas preocupações comuns que foram levantadas.

Mas eu gostava de fazer perguntas muito simples – e, às vezes, as mais simples e mais genéricas são as mais complicadas... De qualquer maneira, eu gostava de dizer o seguinte: nós temos aqui duas áreas que, à partida, se distinguem completamente, que é a prevenção e o combate. Eu não sei se é tão certo estancar dessa forma estas duas áreas. As experiências anuais são as experiências anuais e a deste ano foi dramática, enfim, se recuarmos a outros anos, outras dramáticas aconteceram, mas, chegando agora ao final do período, eu gostava de saber como é que o combate se imiscui na prevenção.

Para mim, tem mais sentido o combate imiscuir-se na prevenção do que a prevenção imiscuir-se no combate, ou seja, a aposta na prevenção tem de ser de tal ordem que as pressões têm de vir de todo o lado. E dizer apenas que estamos a trabalhar em coordenação com o

Ministério da Agricultura, para mim, é uma coisa que não chega, é quase dizer que estamos à espera de que o Ministério da Agricultura também faça ou que vá fazendo...

Que pressão é que o combate tem feito no sentido de que a prevenção seja mais concretizada? É porque, na verdade, as diversas declarações que nós ouvimos, ao longo do período mais crítico, de bombeiros e outros, tudo se focava no problema de que a prevenção não ajudou e, portanto, como a prevenção não ajudou, criou-se aquela dimensão de fogo... Esta era a primeira noção que eu gostava de ter em termos de coordenação do próprio Governo.

Depois, eu gostava que o Sr. secretário de Estado me dissesse quais são as percentagens, que nós conhecemos mais ou menos, mas que eu gostava de ouvir da sua boca. Qual é o investimento que está a ser feito no combate e qual é o investimento que está a ser feito na prevenção?

Outra questão tem que ver com a matéria da negligência. Segundo já nos foi dado perceber, a negligência é o ponto mais forte da causa das ocorrências. Ora, isso também tem de, de facto, nos fazer agir, não apenas a curto mas também a médio e a longo prazos.

Eu concordo com o Sr. secretário de Estado quando refere que a questão da sensibilização é uma questão fulcral – e nós também levantámos essa questão, no outro dia, lá, na Proteção Civil, porque, de facto, trabalhar na sensibilização é trabalhar não apenas para o momento mas trabalhar para um sucesso no futuro.

Foi levantada aqui também a questão da vigilância e eu tinha curiosidade de perceber qual é o sucesso ou onde é que falha o nosso sistema de vigilância.

Depois, uma última questão, muito breve, que é a de saber em que medida é que o Exército tem sido envolvido até agora em matéria de prevenção de incêndios florestais. Não é saber “como é que o Sr. secretário de Estado pensa que deve ser envolvido”; é saber “como é que foi envolvido até à data”.

Muito obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Temos já um conjunto de questões, colocadas por três Srs. deputados. Para responder, dou a palavra ao Sr. secretário de Estado.

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna*: – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Queria agradecer a todas as Sr.^{as} e Srs. deputados as perguntas que fizeram e, antes de responder a todas as perguntas que colocaram, queria só dar um último elemento que não é indiferente e que se verificou, pelo menos, do meu ponto de vista, pela primeira vez, em Portugal, no que diz respeito aos incêndios florestais.

Pela primeira vez, nós tivemos, no acompanhamento no terreno às operações, novos órgãos de comunicação social que estiveram localmente no terreno a acompanhar diversas operações, coisa que não acontecia com esta proximidade até aqui. Isso fez, inclusivamente, com que muitas imagens, que foram imagens chocantes e muito pesadas, tivessem tido uma grande visibilidade – aliás, conforme todos nós pudemos constatar –, o que é aqui também uma mudança que importa perceber, analisar e, sobretudo, para o futuro, pensar que conseqüências é que isso tem no comportamento das pessoas, em algumas práticas de muitas

peças que, perante a imagem do fogo, têm propensão para adotar determinado tipo de comportamentos... Mas isso daria para todo um outro debate.

De qualquer modo, eu não queria deixar de dar este elemento, porque parece-me que é um dado novo, de facto, pelo menos eu senti-o como um dado novo, que não se tinha verificado com a mesma dimensão nos dois anos anteriores.

Respondendo diretamente ao Sr. deputado Maurício Marques e também à Sr.ª deputada Isabel Oneto, quanto à questão da dificuldade de planeamento, eu gostaria de dizer o seguinte: aquilo que eu quis dizer foi que, do meu ponto de vista, não há uma dificuldade de planeamento; o que acontece é que o planeamento que é feito tradicionalmente em Portugal, há muitos anos, ainda que assente em procedimentos que vêm ainda de tempos anteriores à própria constituição da Autoridade Nacional de Proteção Civil, é um planeamento que não está, do meu ponto de vista, totalmente ajustado e adequado àquilo que é a realidade, que nós hoje enfrentamos.

Não quero dizer que haja uma dificuldade de planeamento, não há dificuldade de planeamento; o planeamento é feito, mas é feito em função das fases tradicionais, que sempre houve; o problema é que essas fases tradicionais, em determinados anos, encontram correspondência do ponto de vista das épocas mais críticas de combate a incêndios florestais e noutros anos não é assim!...

Era apenas essa nota que eu queria dar e, portanto, respondendo diretamente a esta questão do planeamento dos dispositivos, que eu próprio quis aqui colocar.

O Sr. deputado Maurício Marques fala, também, num aspeto muito importante, que é a questão das ignições no período noturno. Sr. deputado, dizia-lhe o seguinte: a partir de determinado momento, quando percebemos que isso estava a ocorrer, não só fizemos o reforço das equipas do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana como, inclusivamente, pedimos o envolvimento direto do Exército – e aqui respondo também à Sr.ª deputada Heloísa Apolónia –, ao abrigo dos programas que já existem e que – como aqui referi, são o Plano Vulcano e o Plano Lira – preveem a intervenção do Exército e das Forças Armadas em determinado tipo de circunstâncias.

A verdade é que essa participação/colaboração/cooperação com o Ministério da Defesa, no terreno, teve, de facto, impactos importantes com a participação de muito militares das Forças Armadas em missões, como aqui referi, de vigilância e patrulhamento, mas também em missões de apoio em rescaldos e também em vigilância pós rescaldos, exatamente para evitar que pudéssemos ter muitos mais reacendimentos em determinados incêndios, que tiveram condições climáticas muito complexas – basta dizer que no Caramulo, em determinado momento, tivemos uma progressão do incêndio a uma velocidade superior a 50 km/hora – e refiro isto para termos todos também noção daquilo que, em determinados momentos, foi necessário enfrentar.

O Sr. deputado fala, também, na questão – que, aliás, o ministro da Administração Interna também abordou – dos processos de contraordenação.

De facto, se me pergunta a mim – e eu respondo-lhe, mais uma vez, pessoalmente, não querendo vincular com isto quem quer que seja –, dir-lhe-ei que a lei que regulava esta matéria não é uma má lei; é uma lei que procurava resolver um problema. Só que esta lei não teve

aplicabilidade prática por parte daqueles que deveriam dar andamento a esses processos de contraordenação.

Isso tem que ver com diferentes razões que todos conhecemos. Desde logo, neste ano de eleições autárquicas, temos uma dificuldade acrescida pelas razões evidentes que todos compreenderão... Aliás, uma das coisas que me disseram, em tempos, foi que «pior do que acompanhar um verão normal é acompanhar um verão em ano de eleições autárquicas», por diferentes razões... Mas essa foi uma das primeiras coisas que me disseram logo e que têm que ver com diferentes fatores...

Portanto, eu diria que essa matéria sobre a qual o Sr. deputado me interpelou diretamente, a da questão dos processos de contraordenação, é uma matéria que está identificada. Nós não podemos ter tão baixo nível de execução destes processos de contraordenação e, portanto, temos de seriamente ponderar rever essa legislação e eventualmente, conforme nós próprios já o dissemos, atribuindo algumas dessas competências que hoje estão nas autarquias – evidentemente que não se pode fazer isto sem ser em conversa e em diálogo profundo com a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses – e que as autarquias também não pretendem, eventualmente, atribuí-las, dizia eu, a outro tipo de entidades.

Portanto, isso é algo que tem de ser analisado, que deve ser muito ponderado e bem ponderado e julgo que este é também um bom enquadramento para o podermos fazer.

Depois, quero dizer à Sr.^a deputada Isabel Oneto que partilho das duas grandes reflexões que aqui nos deixou e ainda dizer-lhe que assim é, como a Sr.^a deputada disse e bem: não houve nenhum plano municipal que tenha sido acionado, algo que já tinha sucedido também no grande incêndio do Algarve do ano passado, com uma grande discussão sobre o tema.

É evidente que, da parte das autarquias, não há vontade, nem interesse, nem motivação prática para procederem ao acionamento desses planos, por razões que estão ligadas a matérias de seguros... Mas essa é outra das matérias que, de facto, temos de ponderar seriamente.

É porque, em determinadas circunstâncias, a estrutura da proteção civil, em conversas informais, no terreno, com todos os presidentes de câmara – e também é preciso dizer que todos os presidentes de câmara das áreas envolvidas estiveram presentes no terreno, dando a sua colaboração e a sua ajuda –, a estrutura da proteção civil, dizia eu, em determinados momentos, sugeri que pudessem ser acionados os planos municipais, mas, por questões de logística, por questões de diferentes apoios ao próprio combate, a verdade é que isso não sucedeu por razões diferentes, embora, regra geral, o apoio que as autarquias prestaram aos operacionais que estiveram no terreno, na maior parte dos casos, tenha sido sempre incedível e muito bom – e é preciso dizê-lo também, de forma absolutamente clara, para não haver dúvidas quanto a isso.

Quanto à segunda reflexão, Sr.^a deputada, eu queria agradecer-lhe os termos em que a colocou...

(Aparte não audível na gravação da deputada do PS Isabel Oneto.)

Sim, Sr.^a deputada, mas a questão dos distritais também se coloca exatamente nos mesmos termos.

Nós, como sabe, tivemos uma alteração que foi necessário introduzir por força da extinção dos governos civis. O acionamento dos planos distritais, salvo erro, está atribuído ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e aquilo que se constatou foi que não fazia sentido acionar planos distritais quando determinados planos municipais não estavam sequer acionados. É evidente que isto tem um encadeamento natural e, apesar de todos os esforços que foram desenvolvidos na altura, em determinadas zonas do território, isso não sucedeu e é algo que deve ser objeto de reflexão por parte de todos.

Quanto à questão dos matos que a Sr.^a deputada referiu, eu quis dar este número de forma absolutamente clara, porque, deixe-me dizer-lhe, a minha perspetiva do ponto de vista do combate e da proteção civil é essa. Mas deixe-me também dizer-lhe que não é possível fazer esse caminho se não conseguirmos todos estar em sintonia com esse desígnio e com essa estratégia, do ponto de vista operacional.

Eu não quero aqui relatar conversas pessoais ou inconfiáveis, mas posso dizer-lhe que, sempre que há uma ocorrência, seja ela qual for ou onde quer que seja, os contactos e as pressões sobre a estrutura do combate e sobre os membros do Governo que acompanham a área do combate, vêm de todo o lado, como é natural. Aliás, eu se estivesse do lado contrário também fazia exatamente o mesmo, mas ao nível das freguesias, ao nível das autarquias, ao nível, inclusivamente, de outros membros do Governo ou Srs. deputados com ligação a determinadas zonas do território, que têm essas preocupações e essa proximidade muito forte e que fazem esses contactos, no sentido de pedir mais meios, sejam meios terrestres, sejam meios aéreos...

Isso é algo que se verifica e nós devemos ponderar, certa e seguramente, esta questão dos 63% de matos de área ardida, que são matos que, na maior parte dos casos, irão de facto arder sempre, como a Sr.^a deputada referiu.

Há uma história que me foi contada, no terreno, por um operacional, ali, na Zona Centro, em que, basicamente, foram chamados em três dias diferentes ao mesmo local e em que, a certa altura, o comandante do corpo de bombeiros voluntários local encontrou uma senhora que lhe disse «Oiça, escusam de vir, porque isto vai arder até ali, àquele sítio; até ali vai arder seguramente e, portanto, os senhores podem cá vir todos os dias, apagam, mas só quando isto arder até àquele ponto que se pretende que arda é que o fogo vai parar».

Portanto, tem que ver também com outras realidades que são conhecidas em Portugal, tem que ver com a pastorícia, com diferentes razões que a Sr.^a deputada e os Srs. deputados conhecem bem também, portanto, assim é em Portugal.

Concordo com aquilo que referiu de que a proteção civil é também um fator de desenvolvimento do país e, sobretudo, é um fator de grande debilidade do país, do ponto de vista externo, bastando lembrar o que aconteceu, no ano passado, no Algarve, com o incêndio na época de verão e que teve repercussões um pouco por toda a Europa... Portanto, isso é assim e é um fator muito importante.

A Sr.^a deputada Heloísa Apolónia faz uma pergunta que parece simples, mas que é tudo menos simples: como é que é a interligação entre a prevenção e o combate. Do ponto de vista da coordenação política, essa interligação tem sido fomentada através dos Srs. ministros e dos secretários de Estado, por forma a haver uma interligação dos diferentes serviços e isso é um trabalho que se faz todos os dias e que nós temos procurado desenvolver.

Do ponto de vista prático, no terreno, esta articulação é feita, não só a nível das comissões de coordenação, quer nacional, quer distritais, que existem onde há oficiais de ligação dos diferentes agentes de proteção civil; no período de inverno, em que nos encontramos, esta articulação é feita através de uma intervenção pessoal muito forte dos comandantes distritais de operações e socorro (CDOS), junto dos seus diferentes interlocutores locais, a começar, desde logo, pelas próprias autarquias, pelos presidentes de câmara, em que há uma pressão quase diária com o levantamento daquilo que é preciso fazer no terreno, em que há uma sinalização das zonas mais complicadas no combate, daquilo que se prevê ser o combate, e em que há uma sinalização permanente e uma conversa permanente e uma pressão permanente. Mas a verdade é que, como é evidente, a proteção civil e os Srs. comandantes distritais não têm competências para se substituir a quem quer que seja.

Queria dizer-lhe ainda que sobre esta questão da interligação na prevenção e no combate, que referiu, do nosso ponto de vista é assim que é feita e, como é evidente, nós teremos todos de continuar a procurar que esta interligação seja feita com os diferentes interlocutores, sejam do Ministério da Agricultura, sejam das próprias autarquias, começando localmente, como não pode deixar de ser.

No que diz respeito aos investimentos de prevenção e combate, Sr.^a deputada, não sei quais são os investimentos na prevenção estrutural, presumindo que foi isso que a Sr.^a deputada me perguntou. Eu não sei quais são os investimentos na prevenção estrutural – e digo-o aqui, de forma absolutamente clara. Sei aqueles que são os investimentos nos dispositivos da Autoridade Nacional de Proteção Civil e não tenho problema nenhum em partilhar com a Sr.^a deputada e os Srs. deputados: o dispositivo especial de combate a incêndios florestais tem um custo sensivelmente de 75 milhões de euros, o dispositivo, portanto, o DECIF. Simultaneamente, o Ministério da Administração Interna tem um custo superior a 22 milhões de euros com o Programa Permanente de Cooperação (PPC), que é o programa através do qual o Ministério da Administração Interna comparticipa e subsidia a atividade das corporações de bombeiros voluntários do país.

Aliás, também queria dizer que este PPC, em 2013, teve um aumento de 11% relativamente a 2012. Sobre as despesas extraordinárias, que, no fundo, são as despesas no âmbito de incêndios florestais, eu diria que, este ano, o custo total destas despesas extraordinárias será de 14 milhões de euros, sendo que destes 14 milhões de euros só cerca de 9 milhões de euros são em reparação de viaturas.

Depois, a Sr.^a deputada fala em vigilância, que, salvo erro, foi a última pergunta que a Sr.^a deputada fez. A questão da vigilância é uma questão, do nosso ponto de vista, essencial que deve ser feita... A Guarda Nacional Republicana tem um papel incontornável nesta matéria, seja através das equipas normais da Guarda Nacional Republicana, seja através da força especializada que é o Grupo de Intervenção de Prevenção e Socorro (GIPS) e assenta, também, nas torres de vigia, na rede nacional dos postos de vigia que existe em Portugal.

Se me pergunta quais são os grandes desafios que existem nessa matéria, deixe-me dizer-lhe que um dos grandes desafios que existe, e que eu ainda não consegui transformar, tem que ver com a possibilidade de nós podermos recorrer a novas tecnologias em muitas destas vigilâncias, que são feitas. Foi elaborado um projeto-piloto no Parque Nacional da Peneda-Gerês, que

tem alguns resultados, embora, como primeiro ano, entrou logo em funcionamento, quando já estávamos, praticamente, na Fase Charlie, e, portanto, os resultados são ainda incipientes, mas constituem também um projeto-piloto para se aferir se esse era o caminho ou se o caminho seria outro. O objetivo é fazer-se uma avaliação desse projeto para se determinar se vamos nesse sentido ou não.

Em todo o caso, a eficácia da Rede Nacional de Postos de Vigia Tradicional, portanto, assente em torres fixas com pessoas que são contratadas temporariamente e, como se costuma dizer, à época para fazer este tipo de tarefa, tem demonstrado uma eficácia reduzida – e quando digo reduzida estou a ser bastante otimista. E repito: a eficácia tem sido reduzida, o que demonstra, do nosso ponto de vista, a necessidade de procurar encontrar novas fórmulas, através de novas tecnologias, também neste campo.

Portanto, um dos grandes desafios para o futuro também será esse, embora – deixe-me dizer-lhe –, como é conhecido, no incêndio do Algarve do ano passado o primeiro foco de incêndio surgiu exatamente no momento em que ocorria a mudança dos vigilantes que se encontravam na torre de vigia, ali bem perto, e que, quando se posicionaram na respetiva torre, o incêndio já estava a progredir. Isto demonstra que também aí nós devemos, de facto, dar passos importantes.

Diria que é impossível substituir uma rede, que existe, de repente por uma outra coisa qualquer que ainda não se sabe bem quais são os resultados que poderá ter, mas a minha ideia foi a de lançar este projeto-piloto no Parque Nacional da Peneda-Gerês, desejando ter uma cobertura total e foi aquilo que procuramos fazer. Por isso é que este projeto também se atrasou, porque, como é evidente, ter uma cobertura total de um terreno que seja um planalto ou de um terreno, como o Parque Nacional da Peneda-Gerês, não tem nada que ver e, portanto, aquilo que se procurou fazer foi ter essa cobertura total.

Há uma eficácia, que é uma eficácia interessante, embora também tenha registado um número de falsos alarmes muitos significativos. E, portanto, nós temos que ir afinando este projeto-piloto, ver se faz sentido prosseguir e, eventualmente, até diversificar para outro tipo de tecnologias. A videovigilância, enquanto instrumento de apoio à decisão, é utilizada pelos comandos distritais da proteção civil. Era um sistema que vinha do anterior Governo, mas que estava totalmente desmantelado por falta de manutenção, na maior parte dos comandos distritais, com exceção de dois ou três.

Aquilo que se conseguiu fazer foi voltar a ligar estes sistemas, salvo erro, em todos os comandos distritais. É dito e é referido pelos operacionais que se trata de um decisivo instrumento de apoio à decisão que não substitui a vigilância tradicional e, portanto, é evidente que todos estes sistemas de vigilância são complementares, todos entre si, sendo certo que também aí temos de fazer alguns avanços.

É isso que estamos a procurar fazer, embora tenha a noção de que não é possível substituir aquele que é o modelo tradicional de vigilância e que sempre foi adotado, durante vários anos, em Portugal, de repente, por novas tecnologias, que nós ainda não sabemos bem até qual é o seu impacto e o seu resultado prático. Portanto, tem de ser de forma gradual, com este projeto-piloto ou com outro que, eventualmente, se possa desenvolver e, em função dos resultados, ir decidindo se faz sentido ou não alargar essa experiência.

O Sr. *coordenador*: – Srs. deputados, vamos passar a um novo grupo de perguntas. Como só temos meia hora, pedia um certo esforço, até porque não queria interferir... Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Muito obrigada, Sr. vice-presidente.

Em primeiro lugar, desejo cumprimentar o Sr. secretário de Estado e os Srs. e as Sr.^{as} deputadas.

Queria colocar, essencialmente, duas ordens de questões ao Sr. secretário de Estado, talvez para o Sr. secretário de Estado ir um bocadinho mais longe, se for possível, para depois debatermos... É porque, penso, o âmbito deste nosso grupo de trabalho é sobretudo também para isso, para levantarmos questões, levantarmos pistas e, depois, aprofundarmos no futuro.

Parece-me que o Sr. secretário de Estado colocou na sua primeira intervenção, nem sequer foi agora na segunda, um aspeto que, acho, é fundamental, que é problema das faixas de gestão de combustível. Disse que teria de ser estudado o maior envolvimento dos bombeiros nesta matéria, porque conhecem o terreno como ninguém.

Eu gostava que o Sr. secretário de Estado, que, com certeza, já refletiu sobre esta matéria, desse mais alguma pista nesta área, porque, de facto, este é um dos problemas e, aliás, daqui a bocadinho, vamos ter o seu colega de Governo que tem que ver com as florestas...!

Este é um dos problemas estruturais, a tal prevenção estrutural que tem, depois, que ver com as espécies que são plantadas, como está organizada a floresta, etc., etc... De facto, este é um problema central e acho que seria muito importante se este grupo de trabalho conseguisse chegar mais longe nesta matéria.

Portanto, uma das minhas questões era a questão das faixas de gestão de combustível. Como é que nós vamos? Portanto, Sr. secretário de Estado, gostava, se tiver mais alguma ideia, que aprofundássemos essa questão, porque acho que é um problema fundamental.

Depois, temos o problema, que também tem que ver com a prevenção, que se liga aqui às autarquias locais e na qual, de alguma maneira, o seu ministério, nesta parte, tem responsabilidades.

Eu não faria assim uma ligação tão direta – estou a dizer com toda a sinceridade, posso estar enganada, estamos mesmo em debate livre... – entre todos estes problemas e as eleições autárquicas. Se, de alguma forma, percebo, tenho alguma dificuldade em assumir isso assim... como um facto, porque, se assim for, também não deixa de ser preocupante.

Agora, quanto à questão dos processos de contraordenação, o Sr. secretário de Estado disse «competências das autarquias, mas que parece que as autarquias não querem» e, na sequência da intervenção do Sr. deputado Maurício Marques, falou de passar estas competências (da fiscalização das contraordenações e tudo...) a outro tipo de entidades. Eu pergunto: a que tipo de entidades? Estamos a falar de quem? Estamos a falar da GNR, por exemplo? Estamos a falar da PSP?

Então, agora, tenho que lhe perguntar, Sr. secretário de Estado: e a GNR vai garantir isso? A GNR já não consegue garantir a questão dos crimes ambientais, por exemplo, já não consegue dar conta desse recado...! Não está aqui subjacente nenhuma crítica.

Retirar as câmaras disto não significa também desresponsabilizá-las? Não terá esse efeito negativo?

Neste aspeto, acho que deveríamos aprofundar mais o debate, até porque o Sr. secretário de Estado falou mesmo de rever a legislação...

Peço desculpa por só estar a colocar questões e dúvidas, mas acho que é um pouco para isso esta audição.

Depois, tem que ver com os planos locais: os municipais e os distritais. Eu acho que aqui é importante, de facto, fazermos um debate muito objetivo. Isto é: os planos servem ou não servem? É porque, se não servem e se não são acionados, para que é que eles existem? "Porque andamos de plano em plano, até à desorganização total"... , depois, no terreno e não pode ser!

Aliás, eu perguntava-lhe – eventualmente o Sr. secretário de Estado já não terá aí a resposta – o seguinte: a homologação dos planos é da responsabilidade do Ministério da Administração Interna, certo?

Que noção é que tem: os planos estão todos atualizados a nível nacional ou não estão? Por acaso, recentemente, até fiz uma pergunta sobre um plano de um local aqui bem perto e que não está atualizado. Mas, Sr. secretário de Estado, tem a noção como é que estão os planos todos porque têm que ir ao Ministério da Administração Interna e portanto...

Ficava-me por aqui com mais estas questões de fundos, que me parece importante debater. Obrigada, Sr. vice-presidente

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Srs. deputados, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. secretário de Estado.

Gostava de colocar-lhe algumas questões muito objetivas, que se prendem com matérias, com queixas, com dúvidas, com preocupações que fomos ouvindo, quer ao longo do período de incêndios quer agora, já no âmbito da primeira audição que fizemos. E a primeira, o Sr. secretário de Estado já a referiu, é a questão da comunicação e das políticas de comunicação. O Sr. secretário de Estado mostrou alguma preocupação em relação a isso, nomeadamente quanto à intervenção e ao papel dos *media* no combate a incêndios, eventualmente atribuindo-lhe algum efeito promotor de ignições.

Nós entendemos que, paralelamente a esta questão, algumas declarações de alguns responsáveis políticos também poderão não ter ocorrido no momento certo... Por isso, tendo em conta que o Sr. secretário de Estado manifestou aqui alguma preocupação, o que eu pergunto é se existe a ideia do Governo em rever algumas matérias relacionadas com a comunicação que se cruzam com as questões dos incêndios florestais.

Em segundo lugar, quanto às questões da legislação, tem vindo a ser colocado alguma ênfase nas questões do combate ao crime nestas matérias e nós entendemos que tudo o que são atos criminosos devem ser apurados e devem ter a atuação devida. O que aceitamos menos é que se foque muito nisso, esquecendo, muitas vezes, outras matérias. Este ano, foi colocada alguma ênfase nesta questão e na necessidade de alterar a legislação, mas se olharmos para o relatório da comissão eventual, que foi aprovado em 2008, o que ele já referia, na altura, era que «finalmente, estão criadas as condições legislativas e operacionais para podermos avançar

nesta matéria». Dizia-se isso em 2008!... Agora, este ano, voltamos a falar na necessidade de rever alguma legislação sobre esta matéria, o que não é compreensível.

A minha terceira questão tem que ver com os meios aéreos e a preocupação com a inoperacionalidade de alguns meios, nomeadamente dos *Kamov*. Essa mesma preocupação nos foi manifestada pelo Sr. comandante nacional, o que nós tivemos oportunidade de abordar, quando estivemos na reunião que decorreu na Autoridade Nacional.

O que aí nos foi referido foi que as incertezas sobre ao futuro da empresa de meios aéreos, não ajudaram na mobilização de meios e até na mobilização de recursos humanos para atuar nesta matéria.

Mas devo lembrar que esta matéria não é inteiramente nova. No referido relatório de 2008 da comissão eventual, a que eu já aludi, a declaração de voto do PCP referia isto, quanto aos meios aéreos: «Apesar do facto positivo que constitui a aquisição pelo Estado de meios próprios, como o PCP há muitos anos defendia, a sua gestão e operacionalização revelaram uma grande incompetência e incapacidade do ministério que as tutela e da insuficiente atribuição de meios e recursos humanos». Por isso, já em 2008, eram apontadas aqui algumas dificuldades, que não são inteiramente novas. Este ano houve aqui alguma agudização. O Sr. comandante nacional tomou posição sobre esta matéria, que não é nova, mas, acima de tudo, era importante saber como é que...

O Sr. *coordenador*: – Tem de terminar, Sr. deputado.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Vou-me encaminhando para o fim, Sr. vice-presidente.

Outros problemas existiram, e observámos no território, com as condições de combate a incêndio. Descreveram-me, pessoalmente, problemas como, por exemplo, no Caramulo, relativamente ao acesso aos pontos de água; às linhas da EDP (que passam por cima dos sítios onde os helicópteros deviam abastecer e, depois, andaram os autotanques serra abaixo e serra acima para tentar abastecer os pontos de água); ao corte das nascentes por causa da série de empresas privadas que estão a fornecer água e que, hoje em dia, foram limitando aquilo que eram nascentes que existiam na serra para promover o autoabastecimento... Isto tudo são questões que têm vindo a acontecer e que têm implicações no combate a incêndios.

Mesmo para terminar, Sr. *coordenador*, coloco a questão da importância do combate e da valorização das equipas que o fazem. Em primeiro lugar, a questão da formação e da instrução dos bombeiros. Foi-nos referido que Portugal tem ótimas condições de formação para os bombeiros, mas tem uma falha em termos de instrução. Há dificuldade na instrução, desde logo, porque, por exemplo, não há apoios para a manutenção e para os combustíveis fora do combate a incêndios, quando essa instrução podia ser feita, nomeadamente na prevenção estrutural.

Em segundo lugar, relativamente à matéria de seguros, os bombeiros voluntários têm seguros de acidentes pessoais e os bombeiros profissionais têm seguros de acidentes de trabalho, e aquilo que nos foi referido foi que, no tratamento de um “grande queimado” esgotam-se os valores dos seguros nos primeiros 15 dias de tratamento. Sendo os bombeiros voluntários a grande massa de intervenção, eu pergunto se há intenção do Governo de intervir, ou não,

nesta matéria – isto além de já não falar nas questões, por exemplo, da reforma e nas recentes alterações legislativas em que os bombeiros só podem estar na atividade até aos 60 anos, mas só se reformam aos 66!... Como é que isto se compatibiliza? Há, de facto, uma palavra de grande valorização do seu papel, mas depois há determinadas ações que não permitem demonstrá-la.

Como não tenho mais tempo, e tinha ainda muitas questões para colocar, como a questão dos equipamentos, dos denominados factos *nomex*, a que os bombeiros fazem candidaturas, mas, depois, não há resposta dos fundos comunitários, e até a dos veículos de bombeiros, os VFCl (veículos florestais de combate a incêndios), uma vez que vi alguns parados nas corporações, porque precisavam da vistoria do POVT (Programa Operacional Temático Valorização do Território), que os financiou, e, enquanto essa vistoria não fosse feita, eles não podiam sair para a rua. Aliás, o ministério, depois, deu autorização para eles saírem, mesmo sem a referida vistoria... O que é que tem de ser feito, ou o que é que está a ser feito para alterar estas dificuldades? Obrigado pela tolerância, Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Sr. vice-presidente e Sr. secretário de Estado, muito rapidamente, peço imensa desculpa por me ter ausentado, mas tive de ir...

O Sr. *coordenador*: – Foi apagar outro “fogo”...!

Risos.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – ... presidir à Comissão de Educação, que também está com a Sr.ª secretária de Estado da Ciência, numa audição, ali, na própria comissão.

Sr. secretário de Estado, eu colocava-lhe duas ou três notas, muito rapidamente, que têm que ver não só com a exposição inicial que nos apresentou, mas também com algumas questões que, outro dia, no âmbito da reunião que tivemos na ANPC, foram colocadas.

Primeiro, acho que há aqui um conjunto de questões que nos “obrigam” a que sejam colocadas, porque o nosso trabalho não é propriamente fazermos uma comissão de inquérito à questão dos incêndios, mas é, sobretudo, produzir algo para a frente e verificamos, enfim, se encontramos pontos fracos e pontos que, eventualmente, não sendo fracos não estão suficientemente explorados... Portanto, a questão que, há bocadinho, a Sr.ª deputada Helena Pinto lhe colocava, relativamente à possibilidade de a aplicação das coimas poder ser feita pela GNR, parece que essa alteração legislativa fará algum sentido, dado que, das informações que nos deram há dias, só apenas 5% dos autos levantados é que são finalizados, isto é, não é aplicada pena, são finalizados, ou seja, independentemente da pena, só 5% é que são finalizados!

Ora isto, evidentemente, causa, como nos dizia o oficial da GNR, frustração na própria corporação, que anda a fazer o seu trabalho que, depois, não tem consequência e, portanto, não tem efeito dissuasor perante os agentes.

Essa é uma questão sobre que, acho, valeria a pena o Sr. secretário de Estado dizer-nos alguma coisa.

Depois, há uma questão que também nos foi lá levantada, que tem que ver com a alteração ao estatuto do bombeiro, que é necessário ter em atenção e que é o facto de nos ter sido referido que, na alteração ao estatuto do bombeiro, parece haver ali uma questão com a alteração também na legislação no que diz respeito a aposentações, de não estar a ser tida em conta a majoração, em termos de serviço, daquilo que é a atividade do bombeiro e que, depois, colide com uma situação muito concreta: o bombeiro tem de deixar de ser bombeiro aos 65 anos, mas só se pode reformar aos 67...

Está a Sr.^a deputada Helena Pinto aqui a corrigir-me e com razão: aos 60 anos e só se pode reformar depois aos 62 – e, no caso do comandante, tem que deixar aos 65 e só se pode reformar ao 67. Obrigado pela correção, Sr.^a deputada Helena Pinto.

Portanto, há aqui uma questão muito prática e que tem que ver com a legislação. Não tem diretamente que ver com fogos florestais, mas tem que ver com aquilo que é a motivação também para se ser bombeiro.

A outra questão tem também que ver com aspetos de seguro e com algumas dificuldades que parecem estar a existir – acho que valeria a pena também estarmos atentos a isto –, que é o facto de, no caso dos bombeiros, por exemplo, quando vão pedir um crédito para aquisição de habitação própria permanente, lhes ser dado um parecer negativo nesse empréstimo pelo facto de serem bombeiros. Portanto, se isto corresponde à verdade, convinha termos aqui em atenção.

Em termos legislativos, eu gostaria de saber se naquilo que está a ser feito no dispositivo e na cooperação entre as diferentes entidades deveria ou não haver aqui uma maior intervenção por parte dos bombeiros – e, quando digo dos bombeiros, digo-o em sentido lato –, nomeadamente na aprovação dos Planos de Ordenamento Territorial?

Ficava-me por aqui, Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Não vou colocar questões porque, naturalmente, as questões foram colocadas pelos grupos parlamentares, mas vou usar a minha prerrogativa de relator apenas para, muito rapidamente, dizer ao Sr. secretário de Estado que nós não estamos a fazer uma avaliação dos fogos florestais de 2013; estamos a tentar olhar para aquilo que foram os últimos oito anos desde que temos dispositivo e, naturalmente, o sentido que temos é a necessidade que existe de fazer melhorias nos sistemas, que temos no terreno, e não criar novos sistemas.

Portanto, não está aqui em causa qualquer sentido de instabilidade nos próprios dispositivos que existem, quer nos dispositivos legislativos, quer nos dispositivos operacionais.

De qualquer maneira, como disse, aproveitando as suas palavras – e devo dizer que a forma como se apresentou a esta audição pareceu-me a forma correta, que é dizer quais são as dificuldades que sente no seu trabalho, acho que isso é fundamental para nós para podermos dar um contributo no sentido de melhorar o nosso trabalho coletivo –, aqui a grande questão,

que julgo que ficou levantada, é a necessidade ou não de termos um novo olhar para estas questões.

O Sr. secretário de Estado levantou as questões relacionadas com a gestão de matos ou não, mas eu diria mesmo se nós não temos de olhar para as prioridades. Nós temos como prioridades muito claras a proteção de pessoas, bens e floresta, e a minha questão – e era isso que eu queria dizer – é se isso é sempre assim, isto é, se estamos sempre nas condições de ter isso como, digamos, o sentido geral da nossa intervenção.

Muitas vezes, a política tem um problema que é o de que a comunicação é complicada, e, portanto, há muitas coisas que se forem consensualizadas no âmbito de um grupo de trabalho são fáceis de passar, mas, se são ditas em momentos quentes por membros de Governo, são difíceis de passar porque, naturalmente, parece que estão a tentar desvalorizar as questões...

Portanto, creio que o grupo de trabalho pode dar o contributo no sentido de poder encontrar a mensagem certa para ultrapassarmos alguns problemas de paradigma que temos. E esta questão, em que insistimos, dos matos e das prioridades, pode ser uma forma de encontrarmos aqui um consenso entre todos os partidos para termos uma nova visão para a questão do combate e da prevenção aos fogos florestais.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Antes de dar a palavra ao Sr. secretário de Estado e porque fui aqui também tomando umas notas, já agora, pedia-lhe que aprofundasse um ponto ou outro, que resultou, aliás, de intervenções suas.

O Sr. secretário de Estado falou na necessidade de «novas ferramentas no combate ampliado». Eu gostaria de saber a que é que se referia concretamente.

Falou também – e é um tema que tem sido aqui suscitado – do problema do não acionamento dos planos municipais e distritais. Falou, a dada altura, num problema de seguros... Ora, eu gostaria de ter, digamos, uma indicação mais concreta do que é que leva, efetivamente, a esse não acionamento para vermos, designadamente em sede de eventuais alterações legislativas, se encontramos alguma resposta para isso e conseguirmos ultrapassar esses inconvenientes com as vantagens que o seu acionamento traria.

Dado que falou nuns planos – e isto é ignorância minha que não conheço esses programas de articulação com as Forças Armadas –, eu gostaria, também, que nos esclarecesse um pouco melhor, me desse uma indicação mais concreta sobre como é que isso se articula, se processa. Deve estar associado, naturalmente, às zonas florestais, às instalações militares existentes associadamente a essas zonas, etc.

Eram, fundamentalmente, estas as questões com que eu complementava as intervenções dos Srs. deputados.

Tem a palavra para responder, Sr. secretário de Estado.

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna*: – Muito obrigado, Sr. vice-presidente e muito obrigado a todos os Srs. deputados e às Sr.^{as} deputadas pelas perguntas que me fizeram.

Muito diretamente, queria dizer ao Sr. deputado Miguel Freitas que agradeço esta sua observação, mas, de facto, eu não vim aqui com o objetivo de apresentar um balanço do dispositivo

nem da época de incêndios, porque esse balanço foi já – conforme tive oportunidade de dizer no início da minha intervenção – apresentado pelos diferentes patamares, pelos diferentes pilares do dispositivo, pelos seus principais responsáveis do ponto de vista operacional – quer pelo ICNF, quer pela Guarda Nacional Republicana, quer pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Mas não tenho a mínima dúvida de que os balanços são essenciais para percebermos aquilo que é preciso fazer de maneira diferente e melhor, e acho que nesta área as melhorias que foram introduzidas resultaram sempre dessa avaliação permanente e desses balanços – e não é de hoje, mas foi ao longo dos últimos anos.

Queria também dizer-lhe que julgo que, de facto, como o Sr. deputado também bem sabe, não haverá área mais sujeita a esses balanços e a essas avaliações permanentes de todos os seus dispositivos e das suas respostas do que a da proteção civil – e é bom que assim seja, com a máxima transparência possível, para que todos também possamos fazer esse exercício, que o Sr. deputado muito bem resumiu e que é esse “novo olhar” sobre as prioridades que assumimos, não só naquilo que diz respeito ao combate, naquilo que é a nossa resposta no combate perante a circunstância de termos 63% da área ardida que são matos e, portanto, saber como dizia a Sr.^a deputada Isabel Oneto «bom, é para arder», ou em que modos e de que forma é que encara esse «é para arder», por um lado, mas, por outro, para também nos obrigar a uma reflexão profunda sobre aquilo que é o outro pilar ao nível da prevenção estrutural para percebermos como estamos com este equilíbrio que temos.

Portanto, eu dizia-lhe que não tenho a mínima dúvida de que este fórum é o fórum ideal, perfeito, para isto e, mais, que não tenho a mínima dúvida de que estamos todos, independentemente das nossas diferentes ideias, das nossas diferentes perspetivas, dos nossos diferentes conhecimentos específicos sobre a matéria, que é uma matéria muito complicada e muito complexa, não tenho a mínima dúvida, dizia eu, de que todos partilhamos este objetivo de introduzir melhorias.

Aliás, tem sido esse o objetivo da nossa parte, no âmbito do Ministério da Administração Interna – mesmo quando solicitamos determinados relatórios independentes, o objetivo, como já foi referido, não é o de assacar responsabilidades a quem quer que seja, mas é o de procurar perceber o que se passou para introduzir melhorias e evitar que, por exemplo, tragédias como tivemos este ano não se voltem a repetir.

Portanto, queria apenas dizer-lhe isto, agradecendo as suas palavras.

Relativamente à Sr.^a deputada Helena Pinto, que abordou vários temas, de facto, eu falei nas faixas de gestão de combustível, aliás, utilizei a expressão «incrementar ações de prevenção florestal como, por exemplo, na manutenção das faixas de gestão de combustível». Basta dar só um exemplo: o incêndio do Algarve no ano passado... Como sabem, há uma rede primária de faixas de gestão de combustível e há uma rede secundária; estava previsto, na zona do perímetro do incêndio de Tavira, no Algarve, no ano passado, que haveria faixas de gestão de combustível de cerca de 250 km² (era mais ou menos este o número). A verdade é que se constatou que, desses 250 km², estavam apenas feitos 54 km², salvo erro, e que, dentro desses 54 km², havia problemas ao nível da manutenção dessas faixas de gestão de combustível, pela largura..., enfim, por diferentes problemas que estavam identificados. Isso verifica-se um

pouco por todo o país. É algo que nos deve preocupar, é algo que a nós, no combate, nos preocupa e sei que é algo que também traz preocupações ao Ministério da Agricultura.

Como sabe, a rede primária é uma responsabilidade do ICNF e aquilo que temos proposto em concreto – já não me lembro quem me perguntou isso, acho até que foi a Sr.^a deputada, que, a certa altura, me perguntou o que é que sugeríamos para fazer face a isso –, quando eu falo num maior envolvimento dos bombeiros, nomeadamente em determinados setores (no tal cruzamento de que a Sr.^a deputada Heloísa Apolónia falava), entre as diferentes áreas, estou a referir-me, nomeadamente, à questão das redes secundárias, onde, por exemplo – não excluindo apenas as redes secundárias, mas dando um exemplo –, os bombeiros poderiam ter aí um papel e uma intervenção interessante, desse ponto de vista...

É evidente que temos perfeita consciência de que os bombeiros não conseguiriam resolver o problema que outras forças não resolvem, mas não temos a mínima dúvida de que, conhecendo o terreno do ponto de vista do combate, essa intervenção seria importante e poderia, eventualmente... Não posso deixar de o dizer desta forma que vou usar, pois tenho procurado, ao longo destes dois anos e meio, encontrar novas formas de responder a muitos dos problemas, inclusivamente financeiros, que muitas corporações de bombeiros têm, e ainda hoje têm... Portanto, não tenho a mínima dúvida de que essa intervenção poderia ser uma diversificação da atividade de muitos destes corpos de bombeiros, com um resultado muito útil do ponto de vista do terreno e, eventualmente, até um resultado financeiro que significasse que essa atividade por parte das corporações de bombeiros teria um retorno diferente daquilo que são os caminhos tradicionais dos bombeiros, hoje em dia, em Portugal, e que, como sabemos, assentam muito na área da Administração Interna ou na área da Saúde.

Portanto, essa seria uma forma de responder a muitos problemas que no terreno existem nos serviços prestados ao nível da prevenção estrutural, ou seja, envolvendo os bombeiros como uma força que existe, que está disponível e que, na maior parte dos casos, eu até diria que está disponível para isso, desde que seja possível reunir condições para essas atividades.

Portanto, o desafio e aquilo que temos procurado fazer, uma vez que temos a noção de que da parte do Ministério da Agricultura há sensibilidade para isso, é tentar encontrar esses novos caminhos que possam responder a estas dificuldades.

Não quis fazer qualquer ligação direta entre o período eleitoral das autárquicas com os resultados do ponto de vista da proteção civil, em termos de ocorrências. Aquilo que eu disse foi que, enquanto responsável pela proteção civil, uma das coisas que me tinham dito foi que, se é difícil, em anos normais, a resposta operacional por parte dos bombeiros, é mais difícil em anos em que há eleições autárquicas. Aliás, eu disse que por aquilo que me era referido isso deve-se a diferentes fatores.

Portanto, eu não quis fazer qualquer ligação direta; quis apenas deixar também esse tema para reflexão. E até lhe posso dizer que isso me foi transmitido expressamente por anteriores responsáveis da área da proteção civil de outros Governos que não do Governo atual, composto pelos partidos da atual coligação. Portanto, é algo que já era particularmente sentido.

Relativamente à questão das contraordenações, que vai um bocadinho na linha daquilo que o Sr. deputado Abel Baptista disse, eu queria dizer-vos que a própria Guarda Nacional Republicana, no momento em que foi feita a apresentação do balanço, disse expressamente que,

se assim fosse determinado, se houvesse essa alteração, teria condições para responder a essa alteração, sendo certo, como é evidente, que o Governo não irá propor qualquer iniciativa legislativa, estando a decorrer os trabalhos deste grupo de trabalho aqui, na Assembleia da República.

Portanto, eu queria responder isto, sendo certo que também não houve nenhuma ideia – e deixe-me dizer-lhe também isso, Sr.^a deputada Helena Pinto – de qualquer desresponsabilização das câmaras municipais.

Tenho a perfeita noção, e hoje mais do que nunca, que as câmaras municipais têm um papel absolutamente decisivo nesta área. Aliás, isso é confirmado... Como calculará, no âmbito destas funções, tenho andado um pouco por todo o país, sobretudo aos fins de semana, junto das corporações de bombeiros um pouco por todo o território nacional e onde se constata um maior envolvimento e uma maior proximidade por parte dos autarcas, dos presidentes de câmara junto das suas corporações de bombeiros é precisamente onde se sente que há menos dificuldades – não estou a dizer que não haja dificuldades! – sentidas por essas mesmas corporações de bombeiros.

Portanto, eu diria que não, que o objetivo não é desresponsabilizar as autarquias! O objetivo é envolver as autarquias, fazer com que as autarquias sejam, como são, um elemento absolutamente essencial e um agente de proteção civil – como, aliás, são os presidentes das câmaras municipais, que são um agente incontornável, são responsáveis!

Portanto, não há aqui nenhuma tentativa de desresponsabilização, há uma tentativa de os envolver, mas temos de olhar para o problema e perceber se queremos manter as coisas como estão ou não queremos. E, se mantivermos como estão, o que é que poderemos fazer para alterar este grau de eficácia que se traduz no facto de, chegados ao fim do processo – e também como dizia o Sr. deputado Abel Baptista –, a percentagem de contraordenações ser apenas de cerca de 5% do total de casos, conforme nos foi transmitido na Autoridade Nacional de Proteção Civil? É porque, de facto, esses não são indicadores que satisfaçam nenhum de nós e, portanto, temos de rever.

Comecei por dizer, Sr.^a deputada, que esta legislação, do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico, do meu ponto de vista, não coloca dificuldades. É uma legislação que eu até – deixem-me que vos diga – acho que está bem feita: colocou o problema na ordem do dia e procurou resolvê-lo, mas a verdade é que a solução que adotou, por diversas vicissitudes que não têm que ver com o papel legislativo ou até jurídico das soluções que apresentava, não teve os resultados que se pretendia que tivesse e, portanto, isso tem de ser revisto e repensado e é esse também o trabalho que todos faremos, seguramente, em conjunto.

O Sr. deputado João Ramos falou em estratégia política de comunicação.

Ó Sr. deputado, eu não tenho qualquer estratégia política de comunicação ou de alteração de qualquer estratégia de comunicação quanto aos incêndios florestais. Deixe-me dizer-lhe que a área da proteção civil, nesse aspeto, é das áreas mais transparentes que temos em toda a Administração Pública, com uma identificação diária do número de ocorrências, dos problemas, de total abertura e transparência, que vinha de trás e que nós mantivemos e que não há razões para alterar. Portanto, deixe-me dizer-lhe que não tenho qualquer iniciativa pensada para rever a legislação quanto a isso.

A única coisa que me limitei também a dizer, e que julgo que é um dado novo – foi isso que eu disse –, objetivo, que eu particularmente senti neste verão e que não tinha sentido nos verões anteriores, é que nós temos órgãos de comunicação social no terreno, a acompanhar os bombeiros em determinado tipo de operações com captação de imagens e sua distribuição, imagens que, por vezes, são demasiado chocantes e que nos levam a ponderar se essas imagens deveriam ou não ser transmitidas dessa forma...

A única coisa que lhe posso dizer é que não tenho qualquer intenção de censura, bem pelo contrário! Limitei-me, apenas, a identificar, já no início da minha segunda intervenção, esquecendo-me de o referir na primeira, que, do meu ponto de vista, este é um dado novo e é um dado novo objetivo que acabou por dar uma visibilidade a determinado tipo de ocorrências que, em outros anos, não tivemos, apesar da exigência de muitas destas ocorrências. E chegaram-nos imagens completamente diferentes daquelas que apareceram no passado, apesar de, no passado, também termos tido acidentes graves e com feridos graves.

Portanto, do meu ponto de vista, há aqui um dado novo – e não estou a dizer que há qualquer estratégia comunicacional diferente ou que se pretende censurar o que quer que seja – bem pelo contrário! –, até porque não faz parte do meu estilo, deixe-me dizer-lhe... É um dado novo, objetivo, que eu senti e que, porventura, quem esteve mais distraído não o sentiu, mas eu, todos os dias, senti que esse era um dado novo, até porque, além da preocupação com os incêndios, com a segurança das equipas, houve também, em determinados momentos, a preocupação com a própria segurança de muitos desses jornalistas que acompanhavam as equipas no terreno. Inclusivamente, no Caramulo, um dos jornalistas correu seriíssimos riscos de vida, o que, como diz a Sr.^a deputada Helena Pinto, faz parte da profissão e do ofício, mas é um dado objetivo que existiu.

Depois, o Sr. deputado referiu, a certa altura, do ponto de vista da legislação, o foco... Confesso que não percebi muito bem a observação... Não sei se falava naquilo que diz respeito à parte criminal ou naquilo que diz respeito à parte contraordenacional, no referente à limpeza dos matos... Julgo que estamos todos de acordo quanto a isto: do ponto de vista da componente ordenacional, será preciso rever o enquadramento legal que temos.

Na minha opinião, se quer que lhe diga, do ponto de vista criminal já foi feito um conjunto de alterações e, portanto, quando se fala em molduras penais não se trata, objetivamente, uma vez mais – deixe-me dizer-lhe que esta é a minha opinião pessoal! – de subir ou baixar a moldura penal; trata-se simplesmente, como acontece em muitas áreas da nossa justiça, de que o atual enquadramento possa ter um resultado prático visível.

É porque, de facto, é muito difícil para as forças que estão no terreno, como aconteceu este ano, ver que, sendo detida uma determinada pessoa no âmbito das atividades das equipas de vigilância, seja pela Guarda Nacional Republicana seja pela Polícia Judiciária, uma pessoa que está identificada como tendo sido, porventura, a origem de três incêndios florestais, praticados numa zona específica de fogos...

Para terem uma ideia, no Sátão, zona de Viseu, entre a meia-noite e as duas da manhã, tivemos oito focos de incêndio ao longo de uma estrada... Portanto, é algo que existe e que, por muito que procuremos responder, continuará a existir. Assim sendo, deixe-me dizer-lhe, não acho que se trate de uma alteração do enquadramento legal, trata-se é de uma questão de

aplicação do enquadramento legal, que hoje já temos no âmbito criminal e que teve uma alteração, salvo erro, no final do ano de 2011, por força da transposição de diretivas comunitárias e que, inclusivamente, foi objeto de aprovação de um diploma por este Parlamento. Isto só para clarificar esta questão.

Sobre meios aéreos, Sr. deputado, constatou-se, de facto, que este ano houve mais inoperacionalidade dos meios aéreos pesados, portanto, dos *Kamov*, do que aquilo a que estávamos habituados em anos anteriores. Isso é um facto público, que também foi dado a conhecer. Mas, deixe-me dizer-lhe, isso nada tem que ver com a questão da incerteza da empresa de meios aéreos, tem que ver com um conjunto de operações de manutenção, que foram realizadas em plena Fase Charlie, enquanto, porventura, com alguma boa vontade da entidade privada, poderiam ter sido realizadas fora desse período. Isso não sucedeu por força das circunstâncias que todos, julgo, conhecem.

Quanto à questão da empresa de meios aéreos, queria dizer-lhe que o Conselho de Ministros já aprovou o diploma que procede à extinção da empresa de meios aéreos, prevendo um prazo de liquidação de 120 dias, prazo esse que é absolutamente necessário para que não só se possa fazer uma auditoria completa à própria empresa de meios aéreos como se possa ajudar a Autoridade Nacional de Proteção Civil, como dizia também a Sr.ª deputada Isabel Oneto, a absorver um conjunto de novas competências que assumirá e que já assume no enquadramento da sua nova lei orgânica.

Também nesta matéria e noutras de que falou, disse que a proteção civil, hoje, tinha um enquadramento diferente do mero combate a incêndios florestais. Na lógica da resposta, é verdade, tem um conjunto de competências muito diversificadas e eu estou a dar apenas um exemplo dessa alteração do ponto de vista da gestão dos meios aéreos.

Simultaneamente, será também lançado – e aproveito já para o esclarecer para que também não tenha dúvidas também quanto a esta matéria – um novo procedimento concursal para os *Kamov*, mantendo o Governo a intenção de colocar a operação de manutenção dos *Kamov* numa entidade privada, devidamente controlada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, e que a intenção dos membros do Governo e do Ministério da Administração Interna é de manter exatamente os mesmos requisitos, que existiram e que estiveram presentes no concurso anterior, nomeadamente quanto aos trabalhadores, por forma a procurar salvaguardar a cedência da posição contratual dos contratos de trabalho destes trabalhadores na transição para a entidade privada, tal como sucedeu no concurso anterior e como calculo que também seja do conhecimento do Sr. deputado.

Portanto, quanto a esta matéria, é o que lhe posso adiantar e é também o “estado da arte”, no dia de hoje.

Quanto à questão que referiu da valorização das equipas de combate – matéria de que, aliás, vários Srs. deputados falaram –, deixe-me dizer-lhe que, exatamente por termos noção de que a formação e a instrução são absolutamente decisivas, procurámos e estamos a procurar, dentro daquilo que é a intervenção que a Autoridade Nacional de Proteção Civil pode ter no âmbito da Escola Nacional de Bombeiros, que a formação de bombeiros, em Portugal, tenha aqui uma nova fase.

Como o Sr. deputado também saberá, a maior parte das formações eram dadas ou ali, em Sintra, na quinta do Anjinho ou em algumas (poucas) unidades locais de formação que existem pelo país. E aquilo que temos procurado fazer é encontrar um novo caminho de descentralização destas formações, fazendo com que sejam os formadores e as formações a ir ter com os bombeiros e não o contrário, como acontecia na maior parte das vezes. Posso, aliás, acrescentar que, quando estive agora em Castelo Branco, no dia em que os Srs. deputados foram à Autoridade Nacional de Proteção Civil, aquilo que ali se passou foi, exatamente, isso mesmo: uma formação intensiva de diferentes corpos de bombeiros da Zona Centro, no âmbito da condução defensiva.

Como sabemos, uma das causas de acidentes tem que ver com a condução de viaturas que não são propriamente viaturas ligeiras, mas são viaturas de grande porte e que obrigam a uma condução específica. E esse é um exemplo prático daquilo que se está a fazer, na linha de uma nova filosofia para a própria Escola Nacional de Bombeiros, embora seja um caminho permanente que também obrigará a um grande esforço por parte de todos.

A propósito da matéria dos seguros, que, também aqui, o Sr. vice-presidente Guilherme Silva e o Sr. deputado João Ramos igualmente referiram, queria dizer-vos que, de facto, nós estávamos já a preparar um conjunto de alterações legislativas que suspendemos por força dos trabalhos que também estão a ser realizados, quer em matéria de seguros, quer em matéria de agilização das pensões de sangue.

Como têm conhecimento, a atribuição das pensões de sangue está sujeita a um procedimento administrativo que passa por um conjunto de pareceres e com a intervenção de diferentes ministérios, culminando no Ministério das Finanças, e nós pretendemos simplificar todo este procedimento.

Sem prejuízo disso, percebemos que, quer a resolução de muitos destes processos ao nível das companhias seguradoras, quer o tempo que, normalmente, era necessário para chegar a um ponto final (até à atribuição da pensão de sangue) era demasiado na perspetiva das famílias dos bombeiros e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da administração e que, por muito ágil que fosse, não era possível acelerar muito mais esses passos, do ponto de vista do próprio procedimento. Por isso, aquilo que nós queríamos e queremos fazer é tentar simplificar esse procedimento, sem prejuízo de um procedimento, que adotámos já em conjunto com a própria Liga dos Bombeiros – que, como sabem, gere o Fundo de Proteção Social dos Bombeiros – e que foi, sem prejuízo dessas decisões, quer ao nível das companhias de seguros, quer ao nível da própria atribuição da pensão de sangue, chegar-se a um entendimento com a Liga dos Bombeiros no sentido de se conseguir antecipar parte dessas compensações e dessas atribuições financeiras às famílias dos bombeiros.

Isso foi feito numa articulação entre o Ministério da Administração Interna e a Liga dos Bombeiros, que, repito, gere esse Fundo de Proteção Social. E foi feito no caso dos bombeiros falecidos neste ano, mas que, no entanto, nos suscita a questão de conseguirmos simplificar, ainda mais, estes procedimentos, porque, como é evidente, cada dia que passa é um dia de profundo drama para as famílias, sendo que esta matéria acentua ainda mais o drama que elas já estão a viver. Portanto, o nosso papel é o de tentarmos agilizar estes procedimentos e tentarmos que eles sejam o mais céleres possível. É isso que procuraremos fazer.

O Sr. deputado fez um conjunto de considerações sobre dificuldades que viu no terreno, e, de facto, há muitas dessas dificuldades... Assim é e tem razão naquilo que diz...

Quanto à questão dos equipamentos de proteção individual, o Ministério da Administração Interna, embora não tenha uma competência direta na gestão destes programas comunitários – como também calculo que o Sr. deputado saiba –, tem feito e promovido um conjunto de reuniões, quer com os gestores desses programas, quer com a nossa própria estrutura de missão dentro do Ministério da Administração Interna, a Direção-Geral da Administração Interna, com a equipa que vai acompanhando todos estes programas no sentido de agilizar, simplificar e tentar resolver muitos destes problemas.

Foi detetado um problema com as candidaturas, que já foi conversado com a própria Liga dos Bombeiros e que levou, inclusivamente, a que o ministério indicasse um interlocutor específico junto da Liga dos Bombeiros para ajudar a resolver muitos destes problemas destas candidaturas, que eram apresentadas nas diferentes modalidades, Sr. deputado...

O Sr. deputado falou de equipamentos de proteção individual, mas podemos falar de equipamentos de proteção individual, de viaturas, como também referiu, mas ainda de quartéis, de remodelações, de obras de melhoramento, etc. Há todo um conjunto de dificuldades que, na maior parte dos casos, tem um problema já identificado e que tem que ver com a diversidade como os processos são instruídos na origem. E, de facto, o objetivo foi procurar ajudar as próprias corporações de bombeiros para que os processos pudessem vir instruídos já sem muitos dos problemas que, depois, o POVT ou seja quem for, mais tarde, vem a identificar e que leva a que o processo fique quase num “território de ninguém”, à espera que haja alterações.

Esses procedimentos estão agilizados, da nossa parte já há um interlocutor direto com a própria Liga dos Bombeiros para isso, portanto, temos de continuar a resolver muitos destes problemas.

No caso concreto dos equipamentos de proteção individual, calculo que o Sr. deputado se refira à questão do lançamento de concursos que fizemos dos 5 milhões de euros de equipamentos de proteção individual, na maior parte dos casos, feito através das comunidades intermunicipais, que, na maioria dos casos, chegou às adjudicações e à sua conclusão, mas em três ou quatro casos não chegou exatamente, porque houve alterações produzidas ao nível das comunidades intermunicipais, algumas das quais existiam no quadro da organização administrativa anterior e foram incorporadas noutras. Portanto, aquilo que se procurou fazer e em que se está a trabalhar é procurar o aproveitamento, evidentemente, desses fundos para que não se percam essas verbas para aquelas corporações de bombeiros, especificamente.

Queria ainda dizer-lhe que, para 2014, está previsto também o lançamento de um novo concurso de equipamentos de proteção individual no valor de 4 milhões de euros, sobre cujo modelo que vamos lançar ainda estamos a ponderar. Mas para, eventualmente, não sofreremos os problemas que houve, neste momento está-se a ponderar seriamente fazer isso através de um outro modelo, provavelmente através até do envolvimento da própria Liga dos Bombeiros Portugueses, que já teve experiência bastante vasta nesta matéria, ao longo dos últimos anos.

O Sr. deputado Abel Baptista falou nas contraordenações, a que, julgo, já me referi e tocou também na questão da reforma e das aposentações, que é um ponto para o qual estamos também particularmente sensíveis e para o que, julgo, deveremos encontrar também uma

solução a curto prazo e era bom que assim fosse. Também era bom que pudéssemos ter, nessa matéria, um amplo consenso partidário para ajudar a resolver uma questão que me parece que é de inteira justiça.

Tenho tido conversas com os diferentes interlocutores das associações representativas do setor dos bombeiros sobre esta e outras matérias, mas, em particular, sobre esta. Ainda no âmbito do processo orçamental, procurámos junto dos grupos parlamentares colocar a questão, mas já não foi possível, porque já foi tarde... De qualquer maneira, temos de resolver essa matéria e estou certo de que estaremos todos sensibilizados para esse assunto.

Quanto à questão, que referiu, dos pareceres negativos que eram concedidos, segundo creio, por entidades e instituições bancárias, em pedidos de empréstimos de crédito à habitação por parte de bombeiros, confesso que não tenho conhecimento direto, formal, de nenhuma dessas situações. Foi-me referido, numa das primeiras reuniões que tive sobre o setor, que haveria casos desses, mas nunca me chegou ao conhecimento direto nenhum desses casos. Mas deixe-me dizer-lhe que a suceder acho que isso é absolutamente inaceitável! Portanto, se se confirmar a existência dessas situações, deveremos também ponderar, nesta sede, que medida legislativa ou outra deveremos adotar para resolver estas questões, porque, de facto, isso é absolutamente inaceitável!

Do ponto de vista dos seguros – respondendo ainda aqui ao Sr. vice-presidente Guilherme Silva, como sabem a alteração que houve, do ponto de vista dos seguros multirriscos –, antigamente havia seguros específicos contra incêndios e esses seguros foram incorporados nos seguros multirriscos e a verdade é que, ao incorporar aquilo que também é um combate a um incêndio urbano ou qualquer outra missão que, na área da proteção civil dos bombeiros, tenha que ver com determinados seguros que são contratualizados, não me parece totalmente justo, se assim se pode dizer, que os bombeiros não tenham direito a uma comparticipação, mesmo que seja pequena, tal como existia nos antigos seguros contra incêndios, que eram contratualizados.

Portanto, nessa matéria, nós próprios também estamos a desenvolver trabalhos em conjunto com a Liga dos Bombeiros, naturalmente com o envolvimento de outras entidades e não avançámos ainda porque esta matéria se insere num pacote legislativo, que também já referi aqui, que estava a ser trabalhado ao nível da Direção Nacional de Bombeiros e ao nível do Conselho Nacional de Bombeiros, onde têm representação as principais associações representativas do setor. Isto é só para dar esta nota de que, de facto, nós também estamos já sensibilizados sobre esta matéria, que parece bastante relevante.

Não sei se respondi a tudo, mas, para terminar, dado que o Sr. vice-presidente Guilherme Silva falou, e bem, na matéria do ataque ampliado, eu queria dizer-lhe, a si e, através de si, a todos os Srs. deputados, que se, de facto, nós conseguimos produzir, ao longo dos últimos anos, avanços muito significativos em termos do ataque inicial, avanços que são reconhecidos por todos – portanto, a doutrina do ataque inicial não é posta em causa por ninguém, pelo menos que seja do meu conhecimento –, a verdade é que, ao nível do ataque ampliado, temos de procurar, sempre com aquele espírito de introduzir melhorias, obter melhores resultados do que aqueles que temos e não porque os resultados sejam maus ou negativos, mas devemos procurar estas melhorias.

Foi exatamente com esse objetivo que constituímos, pela primeira vez, os Grupos de Ataque Ampliado, os chamados GRUATA, que – embora tenham suscitado alguma incompreensão em determinados setores – deram contributos muito importantes do ponto de vista da resposta que tivemos em muitos momentos, neste verão.

Portanto, sem querer entrar na lógica do balanço, como dizia o Sr. deputado Miguel Freitas, a verdade é que é preciso perceber que estas equipas estiveram, algumas delas, 18 dias fora de casa a combater incêndios espalhadas um pouco por todo o país – aliás, mais de 18 dias deslocados, fora de casa.

Portanto, é um novo instrumento, foi algo que foi uma novidade para este dispositivo de 2013, que, acho, deve ser aprofundado e, eventualmente, alargado, se possível, dependendo, necessariamente, da capacidade orçamental que poderemos ter. Neste momento, ainda não estou em condições de dizer se poderemos alargar ou não, mas é um caminho que deve ser seguido.

Ao nível do ataque ampliado, o país também tem de pensar bem o que é que quer ter, do ponto de vista da resposta, em termos de meios aéreos, no futuro. E, aí, queria dar-vos conta de que a velha questão de nos perguntarmos, a nós próprios, por que razão é que a maior parte dos países europeus tem aviões pesados *Canadair* de resposta à maior parte dos incêndios florestais e, sempre que nós temos um verão mais pesado, nos vemos todos na circunstância de pedir ajuda ao abrigo destes acordos bilaterais e deste mecanismo europeu de proteção civil, e de termos, como tivemos e nunca tínhamos tido, oito aviões *Canadair* em Portugal, deve-nos levar a todos a ponderar se, no futuro, deveríamos ou não ter esta capacidade operacional no país.

Aquilo que posso aqui dizer é que estamos a trabalhar intensamente nessa matéria, porque, de facto, essa é uma matéria que está identificada. Bem sabemos as condições orçamentais e as circunstâncias económicas que atravessamos, bem sabemos que não estamos, obviamente, em época de ir às compras, mas essa é uma matéria que tem de ser ponderada, sobretudo verificando se é ou não possível o aproveitamento de determinados fundos comunitários para este efeito, por forma a fazer com que a capacidade, do ponto de vista do ataque ampliado – e estamos a falar de ataque ampliado “musculado”, como dizia a Sr.^a deputada Isabel Oneto, através de meios aéreos –, conheça, também em Portugal, uma nova fase ou não.

Isso depende de muitas circunstâncias, desde logo orçamentais, mas esse é um momento, que também deve ser ponderado nesta sede, em termos da resposta que temos, do ponto de vista dos meios aéreos em Portugal. E é preciso revisitar tudo aquilo que foi o processo de aquisição dos meios aéreos próprios que temos, é preciso revisitar essas opções... Aliás, não cometo qualquer inconfidência se vos disser que uma das primeiras notas que me foram transmitidas pelos responsáveis dos meios aéreos no Ministério da Administração Interna foi a de que os meios aéreos que tínhamos na proteção civil eram um bocadinho como a “teoria do pato”: o pato é aquele animal que faz tudo – voa, anda, nada, mas que acaba por fazer tudo de forma não totalmente satisfatória.

Aquilo que vos posso dizer é que os *Kamov* são, de facto, helicópteros que, do ponto do combate a incêndios florestais, são bons, que deram provas, mas têm todo um conjunto de dificuldades que estão associadas à certificação que foi exigida, às missões que lhe foram atri-

buídas logo à partida e, portanto, pensou-se nestes helicópteros para fazerem todo um conjunto de missões, sendo certo que, na prática, eles, de facto, não estão totalmente ajustados para fazer todo o tipo de missões que estão previstas e que lhes estão expressamente atribuídas. Portanto, este é mais um pequeno dado para reflexão de todos, reflexão essa que temos feito e que, como é evidente, é decisiva para o futuro, nomeadamente em matéria de ataque ampliado.

Queria terminar agradecendo todas as intervenções, que foram feitas pelos Srs. deputados, e dizer que é um gosto vir à Assembleia e que estou totalmente disponível para cá regressar sempre que os Srs. deputados entendam que é conveniente, seja para responder às perguntas que queiram colocar, na medida do possível, seja para partilhar algumas das reflexões que eu próprio tenho feito por acompanhar, tão proximamente, esta matéria, ao longo dos últimos tempos.

O Sr. *coordenador*: – Sr. secretário de Estado, muito obrigado.

Foi muito útil a sua vinda bem como as informações e elementos que nos forneceu. Agradeço a sua disponibilidade e se, porventura, precisarmos voltaremos a contactá-lo. De qualquer forma, registamos a sua disponibilidade.

Está encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 30 minutos.

AUDIÇÃO

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO RURAL (Francisco Gomes da Silva)

18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Começo por pedir desculpa ao Sr. secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural pelo atraso, mas, porque temos aqui culpas partilhadas com o Governo, o facto está atenuado.

O Sr. secretário de Estado, naturalmente, conhece os termos em que foi constituído este grupo de trabalho, sendo de iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia, que tem particular empenho nos resultados a que chegarmos.

Visamos aqui, num problema que, obviamente, é nacional e que tem a dimensão que tem e do qual e a Assembleia da República não se podia alhear, encontrar respostas, designadamente em duas vertentes que os termos da constituição do grupo nos incumbem, sendo uma de eventuais alterações legislativas que se tornem necessárias para ultrapassar algumas falhas ou constrangimentos nesta área e a outra a de encontrarmos, eventualmente, diretivas, indicações, recomendações para a administração em geral, no seu sentido global, ou seja, central, regional e local, como é próprio de uma problemática destas e que não pode deixar de ser articulada.

Portanto, a área que está a seu cargo, como secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, é, naturalmente, essencial para esta visão de que queremos aqui recolher contributos.

Dava-lhe, portanto, a palavra para nos trazer a informação que entenda adequada a estes objetivos e, depois, seguir-se-á um conjunto de perguntas dos Srs. deputados.

Tem a palavra, Sr. secretário de Estado.

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (Francisco Gomes da Silva)*: – Muito obrigado, Sr. vice-presidente e Srs. deputados.

Em primeiro lugar, agradeço, do ponto de vista das responsabilidades que, neste momento, me estão incumbidas, a oportunidade criada por este grupo de trabalho, no sentido de que aquilo que me move, nesta matéria, tenho a certeza que é o que move todos os Srs. deputados. Portanto, tudo aquilo em que possa haver contributos para que as coisas, em matéria de incêndios florestais, possam melhorar é certamente desejo mútuo.

Penso que o diagnóstico em matéria de incêndios florestais, aquilo que são as causas que estão na origem dos incêndios florestais, está, hoje em dia, relativamente identificado. Aliás,

tomámos uma iniciativa, muito recente que foi a de criar, no *site* do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, uma base de informação, que está disponível para consulta pública, cujo endereço poderei, depois, deixar porque não tenho de cor, onde procuramos depositar tudo aquilo que são estudos, trabalhos de diagnóstico, não só desenvolvidos pela administração, mas também por entidades diversas – trabalhos esses que fossem públicos, evidentemente, e com a devida autorização –, para que pudessem estar à disposição de todos aqueles que, nesta matéria, nos ajudassem a pensar em soluções que minimizassem as consequências desta questão dos incêndios.

Eu destacaria aqui duas ou três questões, que me parecem essenciais, para uma abordagem, tão séria quanto possível, da questão dos incêndios florestais. E a primeira começa pela designação, que temos dado a este tipo de fenómenos e que, por vezes, desviam a nossa atenção daquilo que me parece ser essencial. É que aquilo que designamos por incêndios florestais, na minha opinião, diria que deveriam ser mais bem designados por incêndios em espaço rural, incêndios rurais..., enfim, como quisermos. E isto não é nenhum pormenor de somenos.

Como tem sido visível, ao longo dos últimos anos, quando olhamos para a área ardida anualmente, mas, fundamentalmente, durante o período crítico de incêndios, cerca de dois terços da área ardida – e isso foi exatamente assim este ano e foi muito próximo disso no ano passado e há dois anos também, e, se olharmos para trás, não varia muito – é constituída por matos, pastagens, incultos, áreas agrícolas como pomares, olivais, etc., e apenas um terço – e este “apenas” não quer dizer que seja pouco! – são áreas de floresta.

Se aliarmos a isto um outro facto que também é conhecido e que tem que ver com os pontos onde os incêndios se originam, a grande maioria dos incêndios não tem origem dentro da floresta; tem origem essencialmente nas zonas de interface entre os meios urbanos ou periurbanos e rurais, digamos assim, e muito nas interfaces de matos, pastagens, com áreas florestais. E não é por acaso que assim é, mas tem muito que ver também, pelos dados que vão sendo conhecidos, com aquilo que são as causas próximas destas ignições ou destes inícios de incêndio, sendo que alguns dão origem, de facto, a incêndios e outros ficam-se pelo fogacho ou são até apagados antes disso.

De facto, dentro das causas estudadas, como os Srs. deputados sabem tão bem ou melhor do que, a grande maioria dos incêndios a que chamamos florestais deve-se a negligência humana, isto é, são comportamentos de todos nós, digamos, que estão na origem da grande maioria das ignições.

Não me atrevo a avançar um número exato, na medida em que as fontes divergem; em todo o caso, o número mais “fiel” a que tenho acesso aponta no sentido de 80% das ignições terem origem na negligência humana, sendo que essa negligência, em si mesmo, muitas vezes, é crime no sentido em que a lei o define, na medida em que resulta de utilização indevida de equipamentos, em determinadas zonas, de acordo com os índices de severidade climática de cada dia que proíbe o uso desses equipamentos ou fazer fogo ou o que quer que seja.

Ora bem, sendo negligência humana e movimentando-se as pessoas nestas áreas de interface de meio agrícola, de matos, de floresta e de meio urbano, é natural que os fogos, aí, tenham o seu início.

Isto leva-nos para uma outra questão – que, para mim, é muito relevante e que todos sabemos estar relacionada com este flagelo – que tem que ver com as alterações profundas que a nossa sociedade impôs aos espaços rurais, se quisermos. O êxodo rural é conhecido de todos e, portanto, as pessoas deslocaram-se para as cidades e, além das cidades, deslocaram-se para o litoral, o que levou a uma menor densidade de pessoas na generalidade do nosso território, além de que os usos do próprio território se alteraram.

O que é que isto significa? Significa que temos um facto recente na nossa sociedade que tem que ver com a alteração dos usos que eram dados aos espaços florestais, ou seja, há 20 anos, se calhar, uma pequena área de floresta gerava um conjunto de valores e de usos suficientes para manter uma pessoa, duas pessoas ou uma parte da família, junto com outras atividades como a utilização do subcoberto para camas de gado, a coleta de produtos de origem florestal que não lenhosos, como cogumelos, etc. Portanto, havia um conjunto de atividades que se desenvolviam, de facto, em torno desse meio e que, hoje em dia, estando nós de acordo ou não, a evolução que a nossa sociedade teve fez com que assim deixasse de ser.

Portanto, isto leva a duas coisas que acho determinantes em todo este processo: a primeira é a de haver menos gente nos espaços rurais e, portanto, também na floresta, e essencialmente a segunda, que, para mim, é essencial, em que a floresta, por unidade de área, passou a gerar menos valor. E, quando falo em valor, falo não só naquilo que é o valor económico dos produtos que são extraídos da floresta, se quisermos, como nos valores ambientais que a sociedade diz que reconhece à floresta.

Esta diminuição de valor, por um raciocínio simples, faz com que a unidade mínima em termos de área, aquilo a que poderíamos chamar o limiar de rentabilidade em termos de dimensão física da propriedade aumentou e, portanto, aquilo que era uma propriedade com meio hectare ou um hectare ou a área que fosse em que, há 20 anos, era rentável do ponto de vista social – isto é, gerava rendimento, gerava serviços, gerava um conjunto de bens que a população, os proprietários utilizavam, fossem eles individuais ou comunidades ou fosse quem fosse –, hoje em dia, não é suficiente e, porque não é suficiente, as pessoas tomam uma opção “racional”, se assim podemos dizer, que é a de tender a abandonar áreas de pequena dimensão.

Quando digo “racional”, evidentemente, não estou a defender que isso é bom; o que estou a defender – e sempre aprendi isso enquanto estudei mais formalmente estas questões e continuo a aprender – é que, de facto, o abandono, em si mesmo, não é um ato de irracionalidade, é uma ato de gestão racional, económico, se quisermos, com o qual podemos não estar de acordo e, portanto, aquilo que temos de tentar fazer – e esse é certamente o meu papel com a ajuda dos Srs. deputados – é perceber como é que é possível fazer com que uma propriedade que, hoje, não gera valor suficiente para ser bem cuidada – e agora reporto-me claramente às questões florestais da matéria incêndios –, como é que conseguimos criar condições para que a propriedade passe a gerar valor suficiente para ser mais bem cuidada.

Sem fazer juízos de valor, a nossa sociedade, hoje, comporta-se assim: daquilo que gera valor nós cuidamos, daquilo que não gera valor nós não cuidamos, abandonamos, descuidamos, como quisermos.

Não me queria alongar muito mais, na medida em que posso estar aqui a dizer coisas que não têm interesse algum, e são já de todos conhecidas, mas queria, em todo o caso, pôr ênfase

nesta questão: do meu ponto de vista, a questão dos incêndios que aqui discutimos tem duas componentes completamente distintas, como disse e repito: uma componente que nada tem que ver com floresta, e só tem que ver com floresta na medida em que a floresta é vítima destes incêndios, ou seja, tem que ver com comportamentos humanos negligentes e com alguns criminosos incendiários, digamos assim, portanto, aqueles que pegam fogo de propósito, intencionalmente, e que se não existissem nós não estaríamos hoje, certamente, aqui a falar de incêndios e não estaríamos porque as áreas ardidas seriam muito reduzidas, porque causas naturais de incêndios há muito poucas, como os Srs. deputados sabem... Pode haver uma trovoada seca em que cai um raio e pega um incêndio; pode haver, fruto de um temporal ou de qualquer coisa, a queda de um cabo de alta tensão, que se parte e provoca uma faísca; pode haver um comboio que, a passar, larga faíscas, mas, aí, já começamos a entrar na negligência, porque, mesmo nos comboios, mesmo ao operar equipamentos, a lei determina quais são as cautelas que têm de existir e, às vezes, elas não são cumpridas e, portanto, estamos novamente a falar de negligência.

Portanto, este é um domínio que é transversal à sociedade, como sejam o comportamento das pessoas, a sensibilização, etc.

O outro domínio que a mim me diz mais respeito, e que prezo muito, tem que ver com a gestão da floresta e a gestão da floresta quanto melhor for, quanto mais ativa for, mais contribui para que os incêndios sejam um problema menor.

Em todo o caso – e para terminar –, realço o seguinte: uma floresta exemplarmente gerida, se os comportamentos, ditos negligentes e criminosos, se mantiverem, vai arder exatamente da mesma maneira. É um teste que, felizmente, não podemos fazer, porque não se trata aqui de experimentalismos, mas, se mantivermos o comportamento que temos tido, enquanto sociedade e povo, ao nível da negligência e da criminalidade, mesmo que tenhamos uma floresta exemplarmente gerida, as áreas ardidas certamente seriam ligeiramente menores, mas não seriam muito menores.

Ao contrário, isto é, se tivéssemos uma floresta mal gerida, pior gerida do que aquela que temos hoje, mas, se tivéssemos um comportamento exemplar do ponto de vista de cidadania e comportamentos não negligentes e não criminosos, desapareceriam os incêndios florestais – e aqui o “desapareceriam” é sempre um exagero...!

Já fui mal interpretado uma vez e, portanto, não quero com isto dizer que nada há a fazer em matéria florestal. Longe disso! Aquilo a que dou ênfase é a que, se nós queremos, de facto – e estou convicto de que todos à volta desta mesa queremos –, contribuir para a resolução do problema dos incêndios em Portugal, o enfoque tem de ser muito na questão dos comportamentos e das atitudes das pessoas. Sem isso, muito pouco vai mudar e, evidentemente, tudo aquilo que puder ser útil para que isso aconteça é, certamente, bem-vindo.

Não me alongaria agora mais e fico à vossa disposição para aquilo que os Srs. deputados entenderem que eu possa ser útil.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Srs. deputados, vamos abrir dar início às perguntas.

Tem a palavra o Sr. deputado Abel Batista.

O Sr. *Abel Batista* (CDS-PP): – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Sr. secretário de Estado, obrigado também por esta primeira intervenção e por algumas das notas que deu, umas pessoais e outras mais de ordem geral.

No âmbito destas audições, temos sobretudo um objetivo que é o de encontrarmos pontos em que, eventualmente, o nosso trabalho parlamentar possa vir a ter algum efeito no objetivo geral de criar condições legislativas mais eficazes e mais coordenadas com a realidade, que é a questão dos incêndios florestais.

No âmbito do planeamento e da gestão, e não propriamente no do ataque aos incêndio – sobre o qual tivemos, há bocadinho, aqui, a audição com o Sr. secretário de Estado da Administração Interna –, na opinião do Sr. secretário de Estado, há, aqui, algumas questões que deveriam ser alteradas em termos legislativos ou não?

Muito em particular, aquilo de que eu lhe falaria era sobre, em primeiro lugar e quanto à questão das ZIF, se deve ou não deve ser aprofundada a questão do “emparcelamento” ou do condomínio florestal, no que a política das ZIF coloca.

Depois, se tivermos aqui, na questão das ZIF, além do agrupamento ou da junção de propriedades florestais, uma maior obrigatoriedade naquilo que são as faixas de contenção, a gestão em si, sobre o que, parece-me, há necessidade de convencer aqui o legislador a fazer também uma tarefa para que seja motivadora desta matéria, que é a questão fiscal. E, na questão fiscal, deveremos ou não deveremos criar, aqui, não só incentivo como benefício fiscal no sentido de poder a gestão florestal ser de forma diferente. É uma questão que tem sido colocada muitas vezes pelas associações de produtores florestais, pelo setor, desde logo, pela questão do rendimento. Quando o rendimento é produzido é taxado naquele ano e isto é muito penalizador para quem faz, durante anos e anos, investimento e, num ano só, tira o rendimento daquilo em que andou anos e anos a fazer investimento, sem tirar rendimento. É porque, noutras atividades, há investimento, que pode ser feito ao longo dos anos, mas há rendimento que vai sendo retirado.

Mas também deveríamos aqui ver a questão da fiscalidade predial.

Gostaria de saber qual é a opinião do Sr. secretário de Estado sobre esta matéria.

Depois, há aqui ainda algumas questões que, acho, valeria a pena pensarmos como é que poderemos tratar esta matéria, sendo, uma delas, a seguinte: sei que a área de baldio não é uma área significativa a nível nacional, mas a área de baldio localiza-se num conjunto significativo de locais, onde acontecem, muitas vezes, os incêndios florestais. Aliás, embora já soubermos isso, há bocadinho foi aqui referido pelo Sr. secretário de Estado da Administração Interna que 90% dos incêndios ocorreram em sete distritos e, portanto, a quase totalidade dos incêndios ocorre em quase um terço do território.

Portanto, a minha questão – e com isto terminarei – era a de saber se, no âmbito da política de gestão dos baldios, sabendo-se que muitos deles se situam nos distritos de Viana, Vila Real e Viseu, onde, efetivamente, há um risco acrescido de incêndios e onde, de facto, ocorrem muitos deles, se não deveríamos, também aqui, criar legislação no sentido de obrigar a que uma parte significativa do rendimento do baldio fosse reinvestida efetivamente na floresta, na sua gestão, prevenção e manutenção.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Agradeço, Sr. vice-presidente, e queria também, em nome do Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, cumprimentar o Sr. secretário de Estado e dizer o seguinte: ouvindo o Sr. secretário de Estado, que não ouvi de início, mas ainda apanhei o grosso da sua intervenção, a sua intervenção e as suas palavras poderiam deixar alguma margem para preocupação... , isto se o Sr. secretário de Estado, agora, a seguir, não adiantar mais qualquer coisa. Mas também percebo que pudesse estar à espera das nossas questões para, depois, desenvolver.

De qualquer modo, o que eu precisava de ouvir, por parte do Sr. secretário de Estado, era o que é que o Governo se prepara para fazer, designadamente no âmbito da prevenção. Ou seja: os balanços estão feitos, há muitos relatórios produzidos sobre matéria de prevenção, enfim, conhecimento temos, mas gostávamos de saber como é que esse conhecimento se repercute em ação, o que é que o Governo, depois de um ano destes, se prepara para propor ou para fazer em matéria de prevenção.

Digo que a intervenção do Sr. secretário de Estado pode gerar-nos alguma preocupação se, depois, não for dada esta informação complementar, pelo seguinte: recordo-me de que, nos anos de 2003 e 2005 – e refiro estes dois por causa daqueles grandes incêndios –, os membros do Governo se focavam muito, muitíssimo mesmo, sobre a questão das condições climáticas. Esse, digamos, era o fator primordial. Este ano ainda não notei uma conversa (vamos pôr a coisa assim) diferente por parte deste Governo, que, em toda a época e mesmo agora, continua a centrar-se muito sobre a atitude humana. Portanto, deixaram de parte as condições climáticas e focaram-se mais sobre esse aspeto.

Mas, uma vez que as condições climáticas têm influência, uma vez que a atitude humana tem influência, se nos focamos meramente nestes aspetos, não chegamos lá. Ou seja: concordo com o Sr. secretário de Estado quando diz que a atitude humana tem uma enormíssima influência, mas deixe-me dizer-lhe também, Sr. secretário de Estado, que as políticas governamentais têm tido uma enormíssima influência naquilo que o Sr. secretário de Estado referiu como aspeto profundamente negativo, designadamente a desertificação resultante do despoivoamento do interior e, sim, também a desertificação resultante da redução das atividades no interior. Isto está tudo interligado!

Quando os senhores encerram serviços públicos no interior, estão a contribuir para que as pessoas façam opções de não estar no interior. Estou só a dar um mero exemplo, ou seja, eu não sei se estas migrações foram tanto o resultado de opções das pessoas ou se resultaram de condições que não lhes foram criadas ou até que lhes foram sendo retiradas para que fizessem opções de migração para onde pensavam e consideram que as oportunidades estavam lançadas.

Portanto, Sr. secretário de Estado, tudo isto para lhe dizer que também consideramos que a matéria da sensibilização é muito importante, mas deveríamos refletir também sobre se as diferentes campanhas relativamente à floresta e à sua preservação, têm dado resultados. Já estamos em tempo de fazer esse balanço. Portanto, acho que talvez não fosse mau pensarmos sobre se essas campanhas não têm sido um pouquinho desfocadas daquilo que é o objetivo central, que é acabar com os fogos. Isto não entrou na cabeça das pessoas e, para comportamentos negligentes, esta “máxima” precisa de entrar na cabeça das pessoas. Não é só fazer

campanhas do tipo “Preserve a floresta” ou “A floresta é de todos”, isto é tudo muito bonito e tudo muito verdade, mas, se não entrarmos no objetivo dessas campanhas de sensibilização... Bom, eu acho que é muito importante.

Gostava só de apresentar uma penúltima questão, que tem que ver com o seguinte: o Sr. secretário de Estado considera, então, que o tipo de floresta que temos não é relevante para feitos de fogos florestais? Esta é uma pergunta e não é nenhuma afirmação.

Por último, gostava de perguntar ao Sr. secretário de Estado quanto é que, neste país, se gasta em combate e quanto é que, neste país, se gasta em prevenção.

Fico-me por aqui.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Lynce.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Sr. secretário de Estado, fundamentalmente a razão da sua chamada aqui foi o aspeto estrutural, como calcula. E eu, sinceramente, em relação à sua explicação inicial, compreendo-a e julgo que estão aqui duas razões fundamentais para os problemas, disso não tenho dúvidas nenhuma, nem vale a pena esconder que uma será a negligência, como já alguém disse, e bem, na minha perspetiva – vamos ver como é que ultrapassamos isso, nomeadamente, talvez até ao nível da escola –, e, simultaneamente, o problema da gestão da floresta.

Na gestão da floresta acho que não nos podemos esquecer de que a unidade mínima rentável hoje subiu, forçosamente, e que não temos conseguido, infelizmente, até pelo elementar funcionamento das ZIF, garantir um associativismo que, eventualmente, ultrapasse esta situação e, depois – e aqui não estou muito de acordo com a Sr.^a deputada Heloísa Apolónia –, acho que, acima de tudo, as coisas desaparecem mas, acima de tudo, o principal é o rendimento, disso não tenhamos dúvidas absolutamente nenhuma! Mesmo que as pessoas tenham lá, enfim, aqueles serviços que disse, que acho que são importantes, não ponho quaisquer dúvidas, mas acho que a prioridade das prioridades é o rendimento e, a partir do momento em que não há rendimento, as dificuldades são muito grandes.

Por isso, para tentar, enfim, cumprir o uso do tempo que me foi concedido, deixo-lhe apenas a seguinte questão: o problema da fiscalidade já foi falado, e bem, anteriormente, pelo Sr. deputado Abel Batista, nomeadamente o problema do rendimento da madeira, da cortiça, etc., etc., que é periódico e, depois, acaba por ser taxado. Penso que, eventualmente, deveria ser revista a situação.

Mas faço-lhe esta pergunta, que é a principal: o PRODER falhou claramente, em termos de investimentos. Gritou-se, falou-se, que, eventualmente, havia apenas 5% e, efetivamente, era o que estava no momento, ou seja, 5% das linhas que visavam a floresta. Sinceramente, a nossa finalidade, pelo menos a minha, não é estar aqui a fazer um balanço e a dizer quem é que teve a culpa, se foi quem desenhou o PRODER... Não, não é nada disso! É mais pensar, em termos de futuro, o que é que, eventualmente – e penso que é o programa “Portugal 2020” –, poderia considerar nos seus apoios, designadamente para tentar ultrapassar esta situação do rendimento dos agricultores. Esta é que era a minha pergunta.

Muito obrigado.

O Sr. coordenador: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): – Muito obrigada, Sr. presidente.

Queria cumprimentar o Sr. secretário de Estado e dizer que vou tentar ser objetiva nas questões, embora, de facto, a intervenção do Sr. secretário de Estado suscite algum debate futuro, mas deixaremos isso para aquelas ações típicas de fiscalização da atividade governativa, que não é exatamente o caso.

Sr. secretário de Estado, este grupo de trabalho teve uma reunião na Autoridade Nacional de Proteção Civil, logo para iniciar os seus trabalhos, que foi, aliás, uma reunião muito útil, onde todas as entidades falaram e onde, nomeadamente, falou o Instituto de Conservação da Natureza.

Houve algumas questões que foram colocadas pelo representante do ICN, as quais vou retomar e tentar mesmo virá-las para a questão de se é ou não necessária alguma alteração legislativa – aliás, partindo de uma questão, que foi falada também com o Sr. secretário de Estado da Administração Interna, na audição anterior, e que se prende com aquilo que ele considerou ser prevenção estrutural e que, penso, tem que ver diretamente com a sua tutela, que é a gestão das faixas de combustível e o problema da rede primária que, segundo informação que tivemos, em relação à rede primária, que compete ao Estado fazer, está executada em 11% e falta o resto, processo que é muito lento. Em relação a esta questão em concreto, coloca-se aqui o problema da propriedade, que, aliás, é um problema central quando se fala da floresta.

Não vou discutir a origem da propriedade privada, Sr. secretário de Estado, mas vamos lá ver: aqui colocou-se o problema da declaração da utilidade pública da rede primária e, sobre essa questão, perguntava-lhe como é que está, o que é que está feito, e também sobre algumas alterações no sentido de minimizar a identificação do proprietário, porque é um processo muito longo, muito moroso e, nomeadamente, reforçar o papel do edital. Estou a falar ainda da rede primária, em que é o Estado que tem de intervir – isto no sentido em que tem de se avançar nesta questão dos 11% que, de facto, é uma percentagem muito pequena.

Portanto, parece-me que era uma das questões em que se poderia ou não – o Sr. secretário de Estado, agora, dará a sua opinião – fazer algum avanço.

Depois, o Sr. secretário de Estado disse que o foco tem de ser o comportamento humano. Eu tenho muitas dúvidas sobre isto. Não quero dizer, e penso que o Sr. secretário de Estado também não disse o contrário – e estamos a debater a questão –, que a culpa é toda... Enfim, não quero minimizar o comportamento humano, mas, por exemplo – e também até, por acaso, foi o representante do ICN que disse isso –, na maioria das ignições – e isso é objetivo –, 80% delas têm origem na negligência humana, sendo que a meteorologia depois amplifica os efeitos. Não é por acaso que, depois, o calor, a falta de chuva... Mas não podemos isolar essa questão da negligência.

A questão que lhe coloco – e a Sr.^a deputada Heloísa Apolónia também já a colocou – é: e o estado do ordenamento da nossa floresta não amplifica também? É inócuo ou tanto faz no meio desta matéria?

O Sr. secretário de Estado já disse que uma vez foi mal compreendido e eu não quero que torne a sê-lo, mas a ideia que o Sr. secretário de Estado transmite é a de que isso é um bocadi-

nho inócuo, que tanto faz, seja de uma maneira ou de outra, não faz diferença...! Não! A questão do ordenamento florestal – e não vamos falar de eucaliptos, hoje! –, acho que não pode ser considerada inócua e temos de saber até que ponto amplifica ou não amplifica os efeitos da negligência, porque muitas das coisas que nós ouvimos também sobre a floresta têm que ver também com a questão da limpeza dos caminhos, da limpeza dos matos e de tudo isso. Esse é que é o grande grito de alerta dos bombeiros. E eu tenho muito receio de que, se o foco passar exclusivamente para o comportamento humano, não seja um risco muito sério nesta matéria. Fico por aqui. Obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Eu queria começar por cumprimentar o Sr. secretário de Estado e, tendo em conta que o tempo é muito curto, queria também ir muito diretamente ao conjunto de questões, que, temo, não seja possível fazer no tempo que me está disponibilizado.

Primeiro, gostava de ter um comentário do Sr. secretário de Estado relativamente à participação do Ministério da Agricultura e Mar no período dos incêndios, no âmbito de alguns *briefings* que foram feitos.

O Grupo Parlamentar do PCP colocou a questão, na altura, ao ministério, que achou que era irrelevante essa participação e, depois, muito recentemente, o presidente da Liga dos Bombeiros também fez essa crítica, tendo em conta aquilo que é a importância do ordenamento no processo dos incêndios e que o ministério com responsabilidade política nessa matéria ficou afastado. Por isso, era importante um comentário acerca desta questão.

Segundo, a preocupação com aquilo que era a rede de vigilantes e guardas florestais, por parte do ministério. E isto prende-se com aquilo que é a redução da capacidade de funcionamento do ministério, por via da redução de pessoal, que um desmantelamento iniciado no tempo do ministro Jaime Silva, que deixou um vazio em termos de prevenção estrutural e de fiscalização das florestas, que eram feitas por esses guardas florestais. Aliás, em visitas à serra do Caramulo, aquilo que nos dizem é que «quando estavam aqui os guardas florestais conheciam o território como a palma da sua mão e, agora, chegam aqui para o combate e é difícil chegar aos sítios, porque não sabem onde hão de ir para além da manutenção da rede viária pelo facto de a utilizarem e de passarem.

Outra questão tem que ver com aquilo que o Sr. secretário aqui disse sobre a redução do povoamento humano no interior do país.

Esta é uma matéria que já foi abordada na nossa visita à Autoridade Nacional de Proteção Civil, nomeadamente do distrito do Porto, e que respeita à relação que existe entre o número de ignições, que é de longe o maior, e o número da área ardida, que é muito reduzida relativamente àquilo que é o número de ignições. E apontava-se essa questão para a sua relação entre aquilo que é a ocupação efetiva do território e as comunidades que estão ali e há uma ação diferenciadora.

Por aquilo que referiu, o Sr. secretário de Estado reconhece mais ou menos isto e o que lhe perguntamos, sendo o Sr. secretário de Estado o responsável pelas florestas e pelo desenvolvi-

mento rural, é qual é a resposta do Governo a isto. O interior do país está a ficar desocupado, esta ocupação é importante nesta matéria? Como é que o Governo vai responder a este problema? E a resposta a esta questão impõe-se.

Relativamente à questão da gestão florestal, tal como a referência que a Sr.^a deputada Helena Pinto fez aqui ao ICN, foi-nos também dito que a gestão florestal é a pedra de toque nesta matéria. E uma das questões tem que ver com aquilo que é – e isto já foi aqui abordado hoje – o rendimento da atividade florestal. É porque se houver rendimento da atividade é promovida a gestão. Aliás, não é por acaso que há uma divergência entre áreas ardidas naquelas que são as áreas dirigidas diretamente pelas celuloses – que têm áreas ardidas muito mais reduzidas porque a estrutura que transforma também tem a produção primária –, relativamente às que são dirigidas por outros produtores, onde há aqui uma relação diferente... E sabemos que há quase um monopólio no comércio da madeira. Aliás, abordámos isto na semana passada, a última vez que o Sr. secretário de Estado cá esteve e até nos falou da intenção do Governo de mexer nesta matéria do negócio da madeira, que tem de ser alterada seriamente para estimular a produção florestal.

Depois, temos a questão do cadastro florestal. Já o relatório de 2008, da última comissão eventual que houve, fala que «é necessária a elaboração urgente do cadastro florestal». Isto em 2008! E continuamos a meio caminho andado...! Portanto, esta não é uma questão nova, já está aqui identificada há muito tempo, mas as soluções tardam!...

Depois, a questão do Fundo Florestal Permanente, que também é muito identificada aqui, neste relatório. Há os problemas que há e foi já aqui referido que a rede primária só está executada em 1% e que o Fundo Florestal Permanente que, para 2014, o Governo prevê que tenha um aumento de receita de 26,9%, que são 26 milhões de euros de receita, depois, na despesa, só é executado 12,5%!... Com as necessidades que há, com o que é preciso investir, pergunto: porque é que isto acontece? É preciso também explicar isto! Há aqui valores de um fundo florestal proveniente de um imposto sobre os combustíveis que devia ser destinado a estas questões e que, afinal, não é usado para isto.

Muito obrigado, Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado, Sr. presidente.

Quero cumprimentar o Sr. secretário de Estado e começo por dizer que estamos a fazer um trabalho que pretende, acima de tudo, olhar para o período de 2006 a 2012, que foi a primeira fase do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, e perceber aquilo que podem vir a ser os próximos anos desse Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. É uma avaliação feita pela Assembleia da República que, naturalmente, não colide nem substitui a necessidade da avaliação que está prevista no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. De qualquer maneira, precisamos de fazer um trabalho objetivo.

É evidente que podemos e devemos discutir as questões de conceitos, mas o nosso trabalho é muito objetivo. Existe um Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, existem metas e o que queremos saber é como concretizamos essas metas. E aquilo que é obrigação

do Governo é fazer uma programação que nos permita perceber – e não estou a falar do próximo ano, estou a dizer qual é a nossa programação até 2018, que são cinco anos – qual é a programação que temos para o cumprimento daquilo que são os nossos objetivos, a não ser que o Governo entenda que deve alterar as metas que estão previstas, neste momento, nesse Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Portanto, o que precisamos de saber é: primeiro, qual é a programação, quanto é que custa e onde é que está o financiamento. E aquilo que solicitamos ao Sr. secretário de Estado é que nos forneça toda a informação sobre essa matéria, isto é, temos um próximo Quadro Comunitário de Apoio e aquilo que pretendemos saber é o cumprimento quer da gestão de combustíveis, quer de todo o dispositivo que está montado, nomeadamente, a questão dos Gabinetes Técnicos Florestais, e se considera que deve ou não continuar o programa de Sapadores Florestais.

Portanto, aquilo que precisamos saber, Sr. secretário de Estado – e não tem de ser respondido hoje –, é qual é a programação do Governo até 2018 e onde é que vai buscar o dinheiro para isso. Isto porque sabemos que o problema é também orçamental e se tivéssemos dinheiro ilimitadamente, provavelmente, o problema era resolvido mais rapidamente. Portanto, o que precisamos de saber é onde é que está o dinheiro.

Em segundo lugar, quanto àquilo que achamos que é importante aqui também discutir, o Sr. secretário de Estado coloca a questão do comportamento e da necessidade de sensibilização, mas o que era importante era conhecer o ponto em que estamos e o que é que vamos fazer, isto é, não basta apenas dizermos que isto é importante; é preciso sabermos exatamente o que é que está previsto nessa matéria, que alterações, que propostas, que programas e que formas é que vamos utilizar para melhorar a questão da sensibilização.

Terceira questão: discutimos os conceitos e estamos abertos a discutir, Sr. secretário de Estado, todos os conceitos e, portanto, há aqui um outro conceito que importa saber: se quando falamos de incêndio e falamos de fogo é a mesma coisa. E nós consideramos que não!

Outra matéria que é do seu ministério e que nós temos que discutir é a questão do fogo de gestão: vamos ou não vamos discutir esta questão? Vamos ou não vamos ter um programa de fogo controlado? Vamos ou não vamos ter um programa de credenciação de novos técnicos de fogo controlado, em termos daquilo que é a sua programação?

Finalmente, precisamos de saber quais são as responsabilidades do Estado e qual é a responsabilidade das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Estas duas, creio, são mais ou menos claras e quanto às outras áreas quem é que se responsabiliza por fazer toda a rede que está prevista em matéria de gestão de combustíveis? Portanto, o Estado tem a sua competência, as ZIF têm a sua competência, mas onde ela não existe definida quem é que vai fazer?

Basicamente, estas eram as questões que precisamos de ver respondidas para podermos dar seguimento ao nosso trabalho.

Finalmente, ainda uma última questão, pedindo desculpa por me exceder no tempo, para saber quais são as alterações legislativas que o Governo, neste momento, pretende fazer nesta matéria.

O Sr. *coordenador*: – Para responder a este conjunto de questões, tem a palavra o Sr. secretário de Estado.

O Sr. secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural: – Muito obrigado.

Vou tentar ser o mais objetivo e rápido possível, disponibilizando-me para, depois, enviar toda a informação que, por escrito, possa fazer chegar-vos.

Em relação às questões levantadas pelo deputado Abel Batista, quanto às ZIF, o Governo tem já, neste momento, uma proposta de alteração ao regime da Zonas de Intervenção Florestal e essa proposta está em processo legislativo, tendo já sido apreciada favoravelmente em reunião de secretários de Estado e tudo indica – e penso que posso dizer isto apesar de ter sempre algum receio por não saber o que é que me é permitido – que irá à reunião do Conselho de Ministros amanhã, como está previsto.

Essa proposta de alteração dá ênfase a duas questões essenciais que, de acordo com o diagnóstico feito junto das entidades gestoras, aperream o funcionamento das ZIF, sendo que uma tem que ver com a complexidade que era exigida ao nível da sua criação – morosa, complexa, exigindo diversas vezes assinaturas de proprietários, sucessivamente, etc., etc... – e a outra tem que ver, essencialmente, com a competência ou o poder, se assim quisermos chamar-lhe, da entidade gestora do território da própria ZIF, essencialmente no que tem que ver, por um lado, com proprietários não aderentes e, por outro, com os proprietários ausentes ou desconhecidos, como lhe queiramos chamar. E, portanto, é conferido um poder acrescido à entidade gestora para intervir sobre estes territórios, essencialmente quanto aos dos ausentes, os daqueles cujo proprietário não se encontra.

Relativamente àqueles que são não aderentes explicitamente, são-lhe exigidas maiores responsabilidades, nomeadamente no que diz respeito ao plano de gestão florestal, que têm de ter, e à sua compatibilização com o plano de gestão florestal da própria Zona de Intervenção Florestal.

Por último, e só para ser rápido, neste diploma explicita-se também a discriminação positiva que as Zonas de Intervenção Florestal, enquanto zonas de gestão agrupada, terão no acesso a fundos de apoio ao investimento e à gestão da floresta, portanto, fundos públicos, quer sejam nacionais, quer comunitários.

Quanto à fiscalidade, estou complementemente de acordo com aquilo que o Sr. deputado Abel Batista disse. Nós não conseguiremos mexer no problema de base da floresta, que tem que ver com a unidade de gestão – quer ela seja unidade de propriedade, quer seja um conjunto de propriedades geridas em conjunto –, de forma decisiva, sem mexer no regime fiscal, quer no que diz respeito às questões do imposto sobre a propriedade, essencialmente do IMI e também o IMT no sentido em que a facilitação das transações entre proprietários confinantes contribui imediatamente para o aumento da propriedade e, em sede de Imposto Sobre o Rendimento, de igual forma.

Do que é que o Governo gostaria e quais são as limitações que existem nesta matéria? Sabemos que, enquanto estivermos a ser acompanhados tão de perto pela troica, há aqui algumas restrições, que temos identificado e que resultam do próprio memorando. Em todo o caso, tenho esperança. É um assunto que foi já conversado, internamente, com o Sr. secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e com outros membros do Governo e estamos a trabalhar, nós, Secretaria de Estado e ICNF e diversas pessoas com quem vamos falando, num conjunto de propostas, especificamente em matéria fiscal, que contribuam, no nosso entender, para

melhorar a gestão da floresta. E permito-me realçar uma, que acho importantíssima para este efeito, que tem que ver com o IMI. Não sou e o Governo também não é apologista da penalização via agravamento fiscal. Penso que será sempre mais benéfico um benefício fiscal por causa do cumprimento de determinado tipo de regras, ou como queiramos dizer. Isto implicará, em termos de IMI, uma revisão do próprio IMI, na medida em que um dos principais problemas que temos é o de que o “IMI rural” não vale nada.

Dir-me-ão os Srs. deputados, e com razão: «Pois é, mas cuidado que os rendimentos gerados também não valem nada e, portanto, se estamos a onerar o imposto sobre a propriedade que não gera rendimentos, estamos a arranjar um nó górdio que sufocará ainda mais os proprietários», com o que estou completamente de acordo.

Portanto, isto tem de ser visto com cautela, mas é necessário, do nosso ponto de vista, apontar para um imposto sobre os imóveis rurais, pelo menos, atualizado, chamemos-lhe assim, mas que possa ser imediatamente desagravado face a boas práticas de gestão, ou seja, se quisermos, o imposto é alterado, mas é imediatamente reposto aos níveis atuais ou, se quiserem, praticamente a zero, que é aquilo que vale o IMI rural para a maior parte dos proprietários, porque são cumpridas boas práticas de gestão do território quer seja agrícola, quer seja florestal. Este seria um caminho, do meu ponto de vista, importante.

Quanto à questão do rendimento, tivemos oportunidade de, no Código do IRC que está, neste momento, ainda aqui, na Assembleia, fazer uma proposta em matéria florestal, que está incluída no código e que tem que ver com uma questão complicada que era esta: o investimento de tudo o que era floresta com regime de exploração superior a 99 anos não era suscetível de ser amortizado. Ora, isto é altamente penalizador para uma das principais espécies em Portugal, nomeadamente o sobreiro, nos montados. Portanto, retirámos esse limite dos 99 anos, mas fizemos mais: introduzimos a alternativa para que o proprietário, desde que o queira, por sua opção e não por opção da administração tributária, possa optar por um período de amortização de 25 anos, qualquer que seja a espécie florestal. Aliás, a exemplo do que existe não para a floresta mas para outra árvore, que não é florestal, mas é tida como agrícola, que é a oliveira. O olival, em Portugal, sempre teve longevidades muito grandes e fiscalmente é amortizável em 25 anos.

Não há razão nenhuma para, em florestas com longevidade como o montado de sobreiro ou de azinho ou até do próprio pinho, explorado em rotação longa, como em Portugal foi tradição – depois, foi encurtando e diminuindo até a qualidade da madeira por causa disso –, não permitir uma amortização em 25 anos. Isso redundaria em benefício do proprietário, na medida em que tem um conjunto de custos que pode reportar a 25 anos em vez de o reportar a 50 ou 60 ou, pura e simplesmente, não reportar, porque tem um regime de exploração superior a 99 anos.

Há outro conjunto de propostas que, penso, são necessárias, mas, neste momento, foi aquilo que nos foi possível introduzir. Mas acho que faz todo o sentido “criar” – e permito-me chamar assim – um regime fiscal para as florestas, onde incluímos não só um pacote fiscal, que evidentemente terá de estar vertido nos diversos códigos e não num código à parte, associado a um regime de benefícios fiscais que contribua para uma coisa, que aqui já foi falada hoje, que tem que ver com o rendimento gerado pelo território nas suas diversas ocupações, porque é – como a

Sr.^a deputada Helena Pinto também há pouco disse – um dos fatores-chave para o sucesso de qualquer política – e referir-me-ei a isso um pouco mais à frente.

Quanto a baldios, como foi referido pelo Sr. deputado Abel Batista também, há, de facto, uma incidência acrescida de incêndios regionalmente bem identificados, houve uma exceção grande em 2003, se não me engano, na medida em que, nesse ano, o sul ardeu de maneira inusitada...

Aparte inaudível na gravação.

Sim, e o norte também...

Aparte inaudível na gravação.

Neste ano?... Não, neste ano não ardeu. No ano passado ardeu a serra do Algarve, mas, em 2003, foi pior do que isso, nomeadamente o Alentejo todo, a zona de montados, que ardeu.

Chamo a atenção, em todo o caso, para uma questão que a Sr.^a deputada referiu – estou a misturar algumas questões, do que peço desculpa, mas é para ser mais breve –, que é a questão da incidência climática. Essa questão não foi abandonada, antes pelo contrário, mas eu acho que, do ponto de vista discursivo, é pouco útil, na medida em que a alteração das condições climáticas por ação governativa ou da Assembleia é uma impossibilidade... É possível, sim, o envolvimento a prazo – e nisso estaremos, certamente, todos empenhados – naquilo que tem que ver com o agravamento, ao longo do tempo, das condições climáticas, fruto do processo global em curso.

Agora, eu falo pouco do clima porque o clima é o que for e, quanto a isso, nada há a fazer. O curioso – e por isso é preciso estarmos muito atentos – é quando olhamos para os dados, quando se disponibilizam dados que têm que ver com os índices de severidade climática, as médias nacionais não dizem nada, não vale a pena olhar. E, muitas vezes, isso acontece porque é a forma mais simples de fazermos uma média para o país daquilo que foi a severidade do clima e, depois, tentamos relacionar isso com a área ardida.

Srs. deputados, isso é irrelevante, porque, neste ano, Viseu, Vila Real, Viana do Castelo e Bragança, se não erro, apresentaram, em matéria de índice de severidade, condições muito piores do que estes mesmos concelhos, em 2003 ou 2005.

Isto leva-me a uma questão – que acho importante e que refiro à vontade, porque não é mérito exclusivo ou essencial do atual Governo e, portanto, não estou aqui a colher os louros – que é a seguinte: acho que é um erro (e vamos à questão da legislação!) dizermos que nada foi feito nesta matéria, que Portugal está pior ou igual ao que estava em 2003 ou antes de 2003 ou 2005, porque isso não é verdade! Com as condições climáticas que existiram neste verão, nomeadamente de 15 de agosto para a frente, a severidade foi de tal ordem que, se estivéssemos na mesma, não tinham ardido 150 000 hectares de território florestal ou 50 000 hectares de florestas, de povoamentos; teriam ardido 300, 400 ou 500!

Repito: não é mérito exclusivo deste Governo, nem é isso que estou a dizer. Acho que é que é um erro, do ponto de vista daquilo que temos de fazer, dizer assim: “arderam 150 000 hectares e,

portanto, está tudo mal!". Não é verdade! O trabalho feito, em matéria legislativa e em matéria de implementação de muitas das coisas previstas na lei, está a dar frutos. E o pior erro que acho que nós (Governo e Assembleia, salvo seja, porque eu não faço parte) podemos cometer é o de, precipitadamente, alterar legislação só porque arderam 140 000 ou 150 000 hectares este ano...! Sugiro extrema cautela nessa matéria, o que não quer dizer que não possa haver coisas pontualmente a melhorar, como referirei, já de seguida.

Sr.^a deputada Heloísa Apolónia, sobre o que vamos fazer em matéria de prevenção – e isto responde a outras questões que tenham sido levantadas –, referirei duas coisas, assim rapidamente, além do trabalho que está previsto e que, anualmente, é previsto naquilo que depende do Estado e INF, portanto: em matéria de rede primária, o Governo assumiu o compromisso de, independentemente do que diz a lei – e a lei não diz aquilo que aqui foi dito e já referirei isso –, o Governo assumirá a responsabilidade por executar toda a rede primária, até 2015, aquela que é de elevada prioridade.

Passe a informação, mas devo dizer aos Srs. deputados, que o desenho da rede primária, que existe para o território do continente, está classificado em três níveis de prioridades: baixa prioridade, média prioridade e elevada prioridade, consoante a classificação de risco de incêndio das zonas onde está implantada e o Governo, até 2015 – e falo em 2015 por razões óbvias e os Srs. deputados compreender-me-ão –, terminará a rede primária de elevada prioridade – peço desculpa, não tenho aqui o valor exato da área a que corresponde...

Aparte inaudível na gravação.

Sr.^a deputada, 120 000 hectares é a totalidade da rede primária; a de elevada prioridade é menos, obviamente, mas enviarei o número, porque temos um mapa elaborado de previsão da evolução dos trabalhos nestes dois anos.

"Financiado como?" – perguntar-se-á. De início, para já, neste inverno, que é quando teremos de trabalhar na floresta, com verbas entre Orçamento do Estado e Fundo Florestal Permanente; no ano seguinte, isto é, após o verão de 2014, beneficiando já dos fundos estruturais do próximo quadro não só nem essencialmente PDR, isto é, FEADER, mas aquilo que estamos a tentar – e penso que é do conhecimento dos Srs. deputados, ao nível do acordo de parceria – é que o financiamento destas redes primária e secundária possa ser financiado pelos fundos da coesão, FEDER e Fundo de Coesão, por se tratar de redes estruturantes do território.

Portanto, estamos a tentar que isso aconteça e está bem encaminhado, tanto quanto sei. Este é o compromisso e significará, em números redondos – mas que confirmarei em informação que enviarei para aqui –, passar para um nível de execução à volta dos 35%, contra, Sr. deputado, já não os 11%, pois o número que tenho anda um bocadinho acima, à volta dos 12,5 a 13%, no ano passado... Mas é indiferente.

Aparte inaudível na gravação.

Não, não foi certamente, mas serei certamente eu que estou enganado. Não é essa a questão.

Aparte inaudível na gravação.

Exatamente. Mas o nível de execução apontará para subir para a ordem dos 30, embora não queira tomar por certo este número.

Aparte inaudível na gravação.

Sim, na rede primária, de elevada prioridade. E eu, agora, vou ao que diz a lei, Sr.^a deputada. A lei em matéria de rede primária, o decreto-lei da RCI não diz, em lado nenhum, ao contrário do que disse – e estou a interpretar aqui as respostas –, que compete ao Estado fazer a rede primária, Sr.^a deputada.

Aparte inaudível na gravação.

Mas, pronto, Sr. deputada, a lei pode ser lida e isso está lá. A lei é clara em matéria de estruturas de defesa da floresta contra incêndio, no que diz respeito às faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária. Os responsáveis pela sua implementação são sempre os proprietários, podendo, no caso da rede primária – não da secundária e percebe-se porquê –, ser utilizada, de facto, a declaração de utilidade pública para que os terrenos em causa possam ser expropriados ou, alternativamente, sobre eles incidir uma servidão, na medida em que uma faixa de rede primária não tem de ser um deserto, pode ter vegetação; tem é de ter vegetação de acordo com as normas técnicas que estão aprovadas.

Só que compete apenas – e a lei é claríssima nessa matéria – às autarquias solicitar a declaração de utilidade pública. Até à data, desde a aprovação do decreto-lei, em 2006 e da última alteração em 2009, não houve um único pedido das autarquias para que fosse declarada a utilidade pública em qualquer faixa.

Dou uma informação adicional, que é importante sobre o traçado da rede primária, desde o seu início, desde 2006 – portanto, vem de trás, embora só tenha ficado concluída em janeiro de 2013 –, teve sempre o cuidado, cumprindo a lei, isto é, cumprindo as características técnicas que tem de ter, de incidir, essencialmente, em áreas públicas ou em zonas sobre as quais já incidem servidões.

Dou o exemplo de uma autoestrada que, evidentemente, não tem 125 metros de largura, que é aquilo que tem de ter uma faixa de rede primária, mas em que só as faixas, acrescidas das zonas de proteção, tornam menos oneroso ter uma faixa de gestão. Portanto, isto significa que houve uma tentativa de penalizar o menos possível os cidadãos, os proprietários privados, onerando o mais possível o Estado com o traçado dessas redes.

Portanto, quanto àquilo que a lei diz e às responsabilidades que na atual lei são atribuídas ao Estado, às autarquias e aos proprietários, a questão não foi exatamente como foi referida pela Sr.^a deputada.

Aparte inaudível na gravação.

Como lhe digo, Sr.^a deputada, acho que não está mal. E porquê? Sr.^a deputada, é assim: se me pergunta se a lei em questão, o decreto-lei n.º 17/2009, que atualiza o decreto-lei n.º 124/2006, tem produzido todos os efeitos que o legislador, à época, procurava, estou convicto de que não; se me pergunta se a culpa é do decreto-lei, eu, na análise pessoal que faço sobre as coisas, acho que a culpa não é do decreto-lei. Eu considero a legislação em matéria da defesa da floresta contra incêndios boa, e só não digo excelente porque não quero estar aqui a adjetivar excessivamente. Portanto, considero que é uma boa legislação, que foi uma legislação bem trabalhada, que foi posteriormente, em 2009, remodelada naquilo que se entendeu essencial.

Pessoalmente, não me parece que a legislação tenha a culpa de não estar a ser cumprida, ou seja, acho que não fizemos tudo aquilo que pode ser feito para que a legislação seja cumprida. E dou aqui um exemplo, com todo o respeito e acredite que é verdade: tenho tido diversas reuniões com diversos presidentes de câmara, quer individualmente quer no conjunto determinado pelas Comunidades Intermunicipais do Minho, Trás-os-Montes, na Beira... e menos na região sul, confesso. E, Sr.^a deputada, sem que isto envolva nenhuma crítica porque não é essa a questão até porque percebo as dificuldades que existem, a generalidade dos Srs. presidentes de câmara desconhece, quase em absoluto, aquilo que a legislação diz.

Aparte inaudível na gravação.

Sim, e que lhes compete! Mas isto não é uma acusação, Sr.^a deputada, entendamo-nos!

Eu não estou sequer a dizer que... Se a legislação fosse conhecida, de certeza que era mais bem cumprida, sem dúvida. Têm dificuldades...

Dou-lhe um exemplo que a mim me chocou: estive no Caramulo e o Caramulo foi, neste ano, um infeliz acontecimento – que é o mínimo que se pode dizer – e, curiosamente, todo ele de origem criminosa ou negligente perfeitamente identificada.

Percorri algumas das estradas, algumas delas municipais – e não estamos a falar aqui de rede primária, estamos a falar de rede secundária –, ao lado dos Srs. presidentes de câmara e indaguei-lhes: «Sr. presidente, porque é que não há mais atuação ao nível da rede secundária, cuja competência é dos proprietários, mas que a lei explicitamente diz que “As autarquias se lhes substituem?”. Portanto, basta um edital, não pode ser mais simples! E com 10 dias de edital afixado vá para o terreno!»...

Um presidente de câmara – cujo nome não digo, porque não há nada de pessoal aqui, mas estavam lá cinco! – disse-me: «Sr. secretário de Estado, eu não sabia que a lei dizia isso, mas, sabendo, tenho duas dificuldades: uma, como é que eu encontro os proprietários e, outra, onde é que tenho dinheiro para fazer isso?».

Sr.^a deputada, não é nada claro, percebe?!... E é isto que eu acho que tem de ser levado muito a sério pelos Srs. presidentes de câmara, pelo Governo, com certeza, e pela Assembleia neste trabalho que está a desenvolver.

É porque não tem de conhecer o proprietário. A referência que aqui foi feita à agilização via edital, isso já está previsto na lei, não só nesta em concreto da defesa da floresta contra incêndios, mas também para outros fins, noutras legislações florestais, nomeadamente em matéria

de proteção sanitária. Basta um edital! A câmara municipal intervém para este fim e não para gerir a floresta da pessoa em causa!

Sr.^a deputada, e quanto a dinheiro? É evidente que as autarquias passam dificuldades, tal como todas as instituições públicas e não só, também passam.

Aquela estrada onde nós íamos tinha floresta ardida, naquele caso, porque tinha sido uma zona da passagem do incêndio. Era uma estrada municipal. Aquela floresta, que era de pinho, mas podia ser de outra espécie qualquer, não vinha até à borda da estrada, entrava no alcatrão! Era uma floresta adulta, direita, com madeira de qualidade. Sr.^a deputada, eu disse ao Sr. presidente: «Sr. presidente, pegue em três, quatro ou cinco motosserristas, comece na ponta da estrada – era uma estrada com mais de 10 quilómetros, ladeada de floresta de um lado e do outro, sem ravina alguma, tinha uma inclinação perfeitamente normal –, qualquer árvore que o Sr. presidente corte aqui cai para cima da estrada. Ponha aqui um camião, carregue isto em cima e, como está previsto na lei, o dinheiro que retira da venda deste corte de madeira não só lhe paga os motosserristas e o transporte como lhe deixa dinheiro para o senhor fazer contas com o proprietário!», o que a lei também manda fazer se o proprietário aparecer, se ele próprio não o fizer e a câmara se lhe substituir.

Portanto, não há razão para isto não acontecer! Aliás, há duas razões: uma é o eventual desconhecimento da lei e, outra, a falta de planeamento – e não sei como explicar isto... Eu sei que as câmaras têm muitíssimas outras ocupações – e eu queria que isto ficasse bem entendido –, isto não é um anátema sobre os presidentes de câmara. Aliás, aproveito para dizer que existem câmaras municipais de diversas cores políticas e partidárias, felizmente, com um trabalho exemplar no cumprimento desta legislação.

Acho que seria interessante – sobretudo para mim e vou fazê-lo, já o tenho previsto – ver, com essas câmaras municipais, como é que fizeram, de facto, porque conseguiram fazê-lo. E o que é facto é que, em todas elas, aquelas que eu conheço e que estão três identificadas, a incidência de fogos florestais reduziu-se desde que conseguiram, de uma forma rotativa, isto é, dividiram o concelho em quatro ou cinco partes, não “atacaram” o concelho todo de uma vez, foram atacando aos poucos e, ao fim de quatro anos, tinham dado a volta ao concelho e tinham resolvido a maior parte dos problemas.

Repare: não foi a câmara que fez tudo. O cidadão ainda conhece menos a lei; a maior parte dos cidadãos não sabe, provável e certamente, que, se tem uma casa isolada em área florestal, tem a obrigação de manter uma área limpa.

Aparte inaudível na gravação.

Sim, já vai sabendo, exatamente. O Sr. deputado está a dizer-nos que, às vezes, não lhe pertence o espaço confinante... Sim, isso é verdade, mas nada como identificar as situações. Mas, Sr. deputado, essa não é a maior parte das situações. Essas exceções existem sempre, o que não vale é a pena agarrarmo-nos a elas para dizer: “A lei é má, porque há algumas situações em que é difícil ser cumprida”. Sim, mas essas situações vamos tratá-las de maneira diferente, vamos descobrir qual é a solução.

Peço desculpa porque fui, já aqui, dissertando, se calhar, sobre...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Sr. coordenador, posso interromper o Sr. secretário de Estado?

O Sr. coordenador: – O Sr. secretário de Estado permite a interrupção solicitada pela Sr.^a deputada Isabel Oneto?

O Sr. secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural: – Da minha parte, com certeza.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Sr. secretário de Estado, é só uma pergunta que me ficou daquilo que acabou de referir e que, de facto, corresponde, tanto quanto sei, à realidade do país. Onde é que entram aí os Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, que são pagos, tanto quanto sei, pela câmara municipal e também pelo Ministério da Agricultura? Onde é que entram aí, uma vez que eles têm de fazer o seu “trabalho de casa”, como creio, não é?...

O Sr. coordenador: – O Sr. deputado Maurício Marques também queria complementar?

O Sr. Maurício Marques (PSD): – Muito brevemente, Sr. vice-presidente.

Já aqui foi dito muito, pelo que, obviamente, me dispenso de repetir, mas insistia, essencialmente, na questão da desvalorização da floresta. Efetivamente, temos de valorizar mais a floresta. Este problema, que aqui foi referido, do êxodo das populações para o litoral advém de que, efetivamente, elas não têm rentabilidade no interior e nem têm emprego no interior. E a floresta bem ordenada criaria postos de trabalho e rentabilidade também.

Por isso, além do muito que aqui já foi referido, eu queria dizer que temos de melhorar a legislação no sentido de fomentar o emparcelamento. A rentabilidade da floresta advém daqui. E a questão que aqui foi referida – e eu invoco aqui também a minha qualidade de ex-presidente de câmara para dar aqui algum testemunho – tem que ver com a questão do cadastro. Nós dizemos aqui «que imputamos aos proprietários», mas o que acontece é que na grande parte do minifúndio nós desconhecemos totalmente o proprietário, há áreas abandonadas e é importante clarificar isso aqui.

Mas eu também queria dar mais um contributo no seguinte sentido: uma das competências do ICNF é elaborar e divulgar a cartografia e, porque tem implicações nos incêndios, eu digo que a não existência do cadastro tem uma implicação nefasta na elaboração da cartografia, que, depois, não está disponível quando é precisa, nomeadamente no combate...

Aparte inaudível na gravação.

Mas, às vezes, não existe uma cartografia adequada. E viu-se aqui que nalguns incidentes que ocorreram os bombeiros percorriam a rede viária que, depois, não tinha continuidade, porque a cartografia disponível não estava atualizada.

Em relação a essa questão de as árvores invadirem, muitas vezes, a faixa de rodagem, isso advém também de problemas que existem a montante. É porque, muitas das vezes, as autarquias para abrirem as estradas, nem sequer expropriam, não sabem quem são os proprietários

e abrem a estrada em perímetros florestais consignados e, obviamente, tentam limitar a destruição da floresta ao máximo e, portanto, apenas executam a faixa de rodagem e tentam evitar o derrube de árvores. É por isso que elas existem na faixa de rodagem e, depois, as autarquias também não podem chegar lá e cortá-las, porque já as cortaram para abrir a estrada e, depois, não vão cortar mais.

O Sr. *coordenador*: – Faça favor de continuar, Sr. secretário de Estado.

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

Agora, foram aqui referidas questões que até já o tinham sido anteriormente e a que eu iria chegar, como é o caso da questão do cadastro, de forma muito rápida.

Primeiro ponto: o tipo de floresta é irrelevante em termos de efeitos? Esta foi uma questão levantada pela deputada Heloísa Apolónia, que já saiu, mas também foi levantada pela deputada Helena Pinto. É evidente que não, Sr.^a deputada. Por amor de Deus, eu não quero ser mal interpretado pela segunda ou terceira vez!

Não, isso não é verdade! O tipo de floresta, em conjunto com a qualidade da gestão da floresta, não é irrelevante para efeitos de fogos florestais! Não foi isso que eu disse e não quero ser interpretado dessa forma. Aliás, pensei que tinha sido claro: é que se o fogo não começa não se propaga. E isso..., eu diria ao contrário, como aqui foi dito... Eu digo exatamente o contrário.

A Sr.^a deputada disse «se nós nos centrarmos na atitude humana – e nas condições climáticas, digo eu – não vamos a lado nenhum». Ó Sr.^a deputada, eu peço desculpa, se nós só nos focarmos aqui...

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – (Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras da oradora).

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Mas, então, pronto, se não foi a Sr.^a deputada, fui eu que ouvi...

O Sr. *coordenador*: – Foi a leitura que a Sr.^a deputada terá feito daquilo que o Sr. secretário de Estado teria dito...

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Exatamente.

É assim: se se considera que se nos focarmos aqui – e o “aqui” são condições climáticas e atitude humana –, não chegamos lá, isto é, não resolvemos o problema, então eu – num raciocínio matemático que me caracteriza por ser engenheiro – diria, por redução ao absurdo: Sr.^a deputada, se não nos focarmos aqui, não chegamos lá, de certeza! E isto não é para ser interpretado de outra maneira.

É porque toda a evidência, tudo aquilo que é o estudo das causas dos incêndios é essencial – e não falo só da investigação policial, que é importantíssima, mas também do trabalho dos académicos que temos em Portugal a estudar isto, Sr.^a deputada! Isto não é um assunto

“virgem”, não é uma questão de opinião... E eu garanto-lhe, Sr.^a deputada, que tenho imenso respeito pelos académicos do nosso país! Portanto, não é uma questão de opinião, é uma questão daquilo que o estudo do fogo florestal tem permitido saber por parte de quem o estuda! E aqui não é de quem o investiga, é de quem o estuda!

É evidente que não nos podemos centrar só nisto, porque precisamos de uma geração, no mínimo, para mudar estes comportamentos. Portanto, é verdade que não nos podemos centrar só nisto, mas, por amor de Deus – neste caso não é por amor de Deus, mas por amor da floresta e dos proprietários e do país! –, não nos desfoquemos nunca disto, porque, se isto não se alterar, eu garanto-lhe, Sr.^a deputada, a floresta, mais 10 mil menos 10 mil, vai arder na mesma!... É só essa a questão, e isso não depende tanto de mim.

De forma rápida, quanto à questão de verbas de combate *versus* prevenção, que foi colocada também, os números são conhecidos e foram publicitados: 80 milhões para o combate e 20 milhões para a prevenção. Realço que não é assim, na minha leitura, e disse-o claramente: a verba que se gasta no combate é aquela que se entende que é necessário gastar no combate. E eu nunca critiquei nem nunca criticarei o dinheiro que é afetado ao combate de incêndios: primeiro, porque, não tenho conhecimentos para isso – peço desculpa, mas não tenho – e, segundo, porque a responsabilidade de assumir o combate é muito grande. E o que é que estaríamos aqui a dizer se, em determinado momento, não houvesse verbas para o combate! Portanto, o combate gasta o dinheiro, precisa do dinheiro que tem de precisar. E aqui, ponto final.

Na prevenção é que não são gastos só os 20 milhões. E essa é que é a questão essencial. E, se quisermos, isto deriva da doutrina da própria legislação nacional sobre esta matéria. É porque, enquanto na nossa legislação o combate a incêndios florestais é atribuído ao Estado, independentemente de haver outras iniciativas – e sabemos que sim, que algumas empresas privadas constituíram meios que até colaboram com os meios que estão ao serviço público em combate, no caso a AFOCELCA –, em matéria de prevenção, a nossa legislação não diz que é o Estado. E isto tem implicações na despesa pública.

Portanto, 20 milhões, que, aliás, é um número redondo, com oscilações interanuais, mas bastante estabilizado nos últimos cinco ou seis anos, é o valor de despesa pública afeta ao dispositivo estrutural de prevenção, só que, de acordo com a legislação portuguesa, a prevenção, em matéria de incêndios florestais, compete ao Estado, naquilo que a lei determina, e, depois, compete, como a lei diz, de forma taxativa e sem margem para dúvidas, aos proprietários.

Ora bem, se a floresta em Portugal é não pública em 98% da sua superfície – “não pública” no sentido em que apenas 2% é pública e o resto é entre comunitária (baldios) e privada –, eu concordo – e infelizmente isto, aqui, não tem nada de ideológico porque, se calhar, não estávamos de acordo –, no que tem que ver com a importância de uma floresta pública, como o evidencia todo o território europeu, nessa matéria. Mas, pronto!, as coisas são como são e chegamos aqui porque a nossa História aqui nos trouxe. Repare, o que é que isto significa em termos de despesa? Quer dizer, se 98% da floresta não é pública ou, se quisermos, para sermos mais verdadeiros, 92% é privada – e vamos pôr assim porque o Estado tem responsabilidades de gestão em parte das áreas baldias –, o calcular qual é a despesa que cada proprietário florestal, cada proprietário de infraestruturas em meio rural, que têm a obrigação de fazer redes

secundárias que fazem parte do dispositivo de prevenção (redes elétricas, caminhos de ferro, estradas, autoestradas e redes de gás, etc.), todas estas empresas, anualmente, fazem despesa em rede secundária e, portanto, não é verdade dizer que, em Portugal, só se gastam 20 milhões de euros em prevenção. Não é verdade! A despesa pública média tem sido de 20 milhões, mas a despesa em Portugal, em prevenção, é, com certeza, e felizmente, muito superior a 100 milhões de euros.

Coisa diferente é: se a Sr.^a deputada me perguntar se eu, enquanto secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, gostaria ou não de ter um orçamento muito mais volumoso para despender, como o deputado Miguel Freitas há pouco referia, na resolução destes problemas, pois com certeza! Nem encontrará nenhum secretário de Estado que diga o contrário, em matéria nenhuma, como é lógico. Mas não é isso que está em questão. Se eu gostaria de ter mais dinheiro no orçamento para poder fazer mais depressa aquilo que tem de ser feito? Com certeza que sim, mas nós sabemos que as coisas são o que são e o meu compromisso não é fazer só se tiver muito dinheiro, é tentar fazer o melhor que sei e posso junto com o organismo, o ICNF neste caso, que é quem tem o mérito essencial daquilo que de bom se faça, com os meios que existem e ponto final parágrafo.

Sobre o acompanhamento – o Prof. Pedro Lynce saiu agora, mas isto foi referido também pelo deputado do Partido Comunista João Ramos –, e que tem que ver com a questão económica, o Sr. deputado tem toda a razão. Aliás, falámos nisso na semana passada e eu disse o que disse e é verdade. Prevemos duas coisas nesta matéria, uma das quais é a criação da plataforma – cujo despacho está só à espera que passe o período do Natal para que estas coisas possam ser mais participadas por todos – que nos permita, com os diversos agentes, identificar onde é que existem os problemas de distribuição de valor, ao longo das fileiras, que não é igual em todas as fileiras florestais – e alerta para este facto! E não é igual porque não é igual o envolvimento dos agentes das diferentes fileiras na produção de matéria-prima, isto é, na floresta. É porque, enquanto temos uma fileira, como a da pasta de papel e do eucalipto, em que existe um envolvimento grande da indústria em floresta, nas duas outras grandes fileiras, isso não acontece. A fileira do pinho não tem investimento por parte da indústria nos povoamentos e a fileira do montado também não. Portanto, as fileiras são muito diferentes neste aspeto e, por isso, não podemos também, neste aspeto da distribuição do valor e da importância... Eu corrigia só o termo: não é o Governo intervir no mercado, digamos assim, na formação do preço, não é, certamente, aquilo que este Governo fará, não é essa a questão, mas é perceber onde estão os problemas, perceber até que ponto é que os intervenientes nas fileiras têm ou não têm capacidade e abertura para, em mecanismo de autorregulação, que é sempre o melhor, atenuarem problemas que existem e perceber onde é que existe margem para o Governo – que já evidenciou essa disponibilidade noutras matérias, nomeadamente nas fileiras agroalimentares – para produzir legislação que, de alguma forma, permita corrigir comportamentos menos corretos ou falhas de mercado que lhe sejam presentes.

Isso será feito, assim como está previsto, ao nível do próximo PDF, a criação das organizações de produtores florestais, que já existem, portanto, não na aceção atual mas de organizações de produtores com objetivos comerciais, isto é, para que os proprietários florestais ou as entidades que os gerem, nomeadamente as ZIF, possam concentrar oferta e ganhar poder negocial com

os elementos que estão a jusante, sejam eles intermediários, sejam eles a própria indústria. Isso está previsto e está a ser feito nos dois domínios.

Quanto à questão das faixas de gestão de combustível já respondi.

Sobre questões relativas à declaração de utilidade pública, aquilo que a lei prevê é que têm de ser as autarquias a solicitá-la e, até hoje, nunca tal aconteceu.

O Estado vai avançar para a execução da rede primária de elevada prioridade já e vai disponibilizar, em sede de fundos financeiros, os fundos necessários para que aquelas zonas de faixa que não estão em terrenos públicos possam ser executadas.

Chamo aqui a atenção dos Srs. deputados, para que não haja aqui nenhuma precipitação, de uma questão importante: a rede primária, ao contrário de uma rede de estradas, por exemplo, que é também estruturante, é uma rede móvel porque aquilo que hoje é uma zona de elevado risco, daqui a 10 anos pode não ser. Portanto, cuidado com a expropriação, porque, se vamos de expropriação em expropriação, qualquer dia o Estado não só não tem dinheiro para expropriar como é dono do país todo – estou, evidentemente, a levar a coisa ao exagero...

Aparte inaudível na gravação.

Não sei, dizem tanto mal da floresta que o Estado gere que não sei se esse seria o caminho...

Aparte inaudível na gravação.

Isso é completamente distinto... E temos essa distinção. Também já reparei nisso.

Portanto, atenção só a essa questão: a expropriação em matéria de construção da rede primária, acho complicada; já a questão da atribuição de uma servidão sobre uma determinada área, que pode ser temporária, é mais plausível.

Atenção que a rede primária, uma vez construída, não está construída para sempre. E as estimativas técnicas que temos são de que, de três em três ou de quatro em quatro anos, é necessário intervir novamente porque a vegetação cresce, de modo a conferir a essas faixas as características técnicas que devem ter.

Uma pergunta que se poderia colocar, em matéria de legislação, é sobre se o modelo que nós encontramos, nomeadamente destas infraestruturas territoriais, é ou não é adequado. Eu continuo a achar que sim, com aquilo que sei sobre a matéria. Isto é: dos exemplos que existem noutros países, do meu ponto de vista, esta infraestruturização é a indicada – não conheço melhor modelo, digamos assim.

Poderia ser uma questão de pôr em causa se vale a pena ter rede primária ou não, se vale a pena ter rede secundária ou não. Do meu ponto de vista e dadas as características da nossa floresta, considero que esse é o modelo adequado. Portanto, não olharia para além, nesse sentido, com o objetivo de alterar.

Sobre a questão da participação do Ministério da Agricultura no âmbito de *briefings*, que decorreram durante a época crítica de fogos – penso que foi essa a questão que o deputado João Ramos colocou –, tenho a dizer que o Ministério da Agricultura esteve, Sr. deputado, sempre em estreita articulação, em matéria de fogos florestais, com o Ministério da Administração

Interna, que é a outra entidade ministerial, digamos, com competências nesta matéria. Estiveram ambos permanentemente em estreita colaboração!

Não houve nenhuma situação em que, na minha opinião, o Ministério da Agricultura devesse estar presente, do ponto de vista da sua convocação por terceiros, e em que não o tenha sido. Houve um conjunto de reuniões diversas também, que uma mão é de mais para as contar, tantas quanto eu sei, em que foi publicamente dito por alguém que «é estranho que o Ministério da Agricultura não esteja», quando isso só revela o desconhecimento da matéria em análise, nessas reuniões. É porque a matéria em análise nessas reuniões, não tinha, de facto, nada que ver com o Ministério da Agricultura! Não tinha, objetivamente! Portanto, nestas coisas, acho que não é necessário... A articulação entre os Srs. ministros sempre foi completa e, portanto, além dos *briefings*, existe a articulação e a transmissão da informação, que se entenda útil.

Portanto, nesta matéria não tenho mais a dizer.

Sobre guardas florestais, etc., Sr. deputado, os guardas florestais não existem desde 2006 ou 2007, por decisão do Governo anterior...

Aparte inaudível na gravação.

Sim, mas da mesma composição política, digamos assim, em que era ministro da Agricultura o Dr. Jaime Silva. Foi uma opção, tomada à época, no sentido de acabar com a guarda-florestal e incorporá-la na GNR e no SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente).

Eu gostaria de dar duas notas quanto a isto: primeira, acho que não é muito útil eu pronunciar-me sobre a bondade do ato, dado que ocorreu à época em que ocorreu. Realço, no entanto, que essa decisão – na qual eu, pessoalmente, não me revejo e gostaria que não tivesse acontecido, mas também vale o que vale nesta altura dos acontecimentos – foi uma decisão muito forçada pelos guardas florestais. Recorde-se aquilo que, à época, eram as exigências do corpo de guardas florestais.

Digo isto com toda a clareza, porque, não estando eu de acordo com essa decisão, na medida em que acho que poderia ser útil continuar a ter um corpo de polícia técnica, que vivia na floresta o ano todo e não só quando havia incêndios e, portanto, tinha um conhecimento extraordinário da floresta, era uma presença com todas as vantagens reconhecidas, mas, atenção, que, à época, o corpo de guardas florestais fez uma pressão (para não usar outros termos!...) enorme para ser incorporado na GNR. E assim aconteceu.

Portanto, “contra factos não há argumentos”, foi assim que aconteceu e aquilo que nos compete, neste momento, é fazer com que o corpo da GNR, que tem que ver com as questões da natureza e do ambiente, o CEPNA, desempenhe o melhor possível as suas funções no que à presença na floresta diz respeito.

Se me quisessem fazer essa pergunta, eu diria que não me parece que estejamos na altura ideal para equacionar o refazer de um corpo de guarda-florestal. Não me parece que isso faça muito sentido nesta altura, o que não quer dizer que não seja um assunto que deva ser discutido – acho que deve como todos os outros –, mas não me parece que seja especialmente oportuno, porque é um processo que não é certamente simples, é um processo algo oneroso, certamente, e portanto eu ponderaria, com algum cuidado, essa solução, se for essa a intenção.

Só uma curiosidade, porque foi referida, relativamente ao rendimento gerado *versus* gestão, de que o deputado João Ramos deu o exemplo das celulosas, no sentido de que arde menos a floresta das empresas de celulose. Isso é um facto, mas sabe o que é que ainda arde menos do que os povoamentos das celulosas? As matas do Estado. Isso é um facto! Por tipologia de proprietário – e atenção que não estou a falar em perímetros florestais, mas nas matas do Estado, portanto, aquilo que é propriedade pública florestal – a incidência de fogos florestais, em matas públicas, é a mais baixa de todas.

Mas cuidado com isto que estou a dizer, porque eu, uma vez, disse isto durante a época crítica e, a seguir, tive de pedir ao Sr. jornalista «por favor não reproduza», porque, no dia a seguir, as matas do Estado estão a arder. Isto foi-me dito assim. Ninguém me disse que estavam a arder, eu é que percebi que o efeito podia ser esse, por isso, pensei: eu não posso dizer uma coisa destas, não vá, no dia a seguir, alguma coisa poder acontecer...

Aparte inaudível na gravação.

Dizem-me que estou a ser gravado! Graças a Deus, eu, nestas coisas, não tenho nada...

Uma voz não identificada: – Não tem nada a esconder.

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural:* – Não tenho, exatamente! Aliás, a razão...

O Sr. *coordenador:* – É o fenómeno de mediatização!

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural:* – Exatamente. Aliás, é uma questão que vale a pena ser estudada – e eu, confesso, acho que se os Srs. deputados puderem contribuir, no âmbito deste grupo de trabalho ou de outro, para isso... – para perceber também a questão dos perímetros, que são essencialmente baldios sob gestão do Estado ou regime de cogestão e que são áreas que ardem muito.

Esta é uma questão que merece ser bem estudada. Porque não é verdade também, daquilo que eu conheço, que os perímetros florestais, portanto, em áreas de baldio, sejam mais mal geridas do que outras áreas florestais. Não, não são! Mas, de facto, têm, ciclicamente, uma incidência de fogos, de incêndios, maiores do que outras áreas. E, portanto, acho que isto há de merecer um estudo importante.

Sei que estou a demorar excessivamente, mas, tentando ser o mais rápido possível, referirei ainda que o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios prevê um acompanhamento anual, uma auditoria por uma entidade externa anual, que nunca aconteceu. Aconteceu, de dois em dois anos, uma avaliação por uma entidade externa que ocorreu em 2006, em 2008 e em 2010, e, chegados a 2012, que era uma meta intercalar proposta pelo plano, isto é, um horizonte temporal intercalar para cumprimento de metas, aquilo que foi decidido – e era, aliás, uma coisa que vinha já prevista do Governo anterior e a que nós demos sequência e estamos a concretizar neste momento, em fase de adjudicação – foi não só uma avaliação, mas

a revisão do próprio Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Isto é: passaram seis anos, há um conjunto de informação, a avaliação vai ser feita, mas esta avaliação vai mais longe, prevendo a revisão do próprio plano naquilo que prevê para a segunda parte, até 2018.

«Que programação até 2018?», perguntou o Sr. deputado. Além daquilo que venha destas avaliações, além daquilo que resulta da estratégia nacional para as florestas, que determinará – está em fase de conclusão, como sabe – prioridades também, além do próximo PDR, que está em fase de fecho, embora com algumas indefinições, fruto da não conclusão ainda do acordo de parceria e do fecho final dos regulamentos, a que é difícil responder, mas já guardo outras duas coisas a que posso responder –, aquilo que digo, sobre o que o Governo vai fazer até 2018, é que é difícil dizer, porque a legislatura termina em 2015, razão pela qual eu disse, publicamente – e o deputado João Ramos pediu-me “meças” sobre isso a semana passada, aqui, na Assembleia –, que entendo que é importantíssimo, e não vejo razão para não existir, um acordo alargado – e corrijo, porque o Sr. deputado João Ramos tem toda a razão naquilo que me disse –, além dos dois partidos que suportam o Governo, aos restantes partidos com assento parlamentar, em matéria daquilo que são não só os objetivos como as ações e os meios a afetar, em matéria florestal... Eu falei em 2018, mas até diria 2020, na medida em que o conjunto de meios financeiros importantes estará disponível até 2020, a própria Estratégia Nacional para as Florestas aponta para 2020 e só o Plano Nacional da Floresta contra Incêndios é que tem um horizonte até 2018, mas talvez, quem sabe, possamos corrigi-lo também para 2020, para termos aqui tudo emparelhado...

Não vejo razão para que nesta matéria, em termos de objetivos, em termos de eixos e ações e meios financeiros a afetar, não possa haver um compromisso alargado a este conjunto de forças políticas.

Sobre esta matéria, enviarei para aqui, com todo o gosto, aquilo que o Governo tem em mãos com um horizonte (que é 2015) do ponto de vista da execução, nem podia ser de outra maneira, altura em que terminará a legislatura, mas tomáramos todos que aquilo que está em execução seja do acordo de todos e possa ser continuado e alargado ao acordo de mais, mesmo incluindo outras coisas que não estão, neste momento, previstas, como é evidente...

O Sr. *coordenador*: – Qual é a previsão para a conclusão dessa auditoria?

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Cinco meses.

O Sr. *coordenador*: – E quem é que está a fazê-la?

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Estamos agora na fase final de concurso para adjudicação e, portanto, não sei dizer a que entidade vai ser adjudicada. O prazo de entrega da avaliação e de proposta de revisão do plano é de cinco meses, penso eu, segundo informação que tivemos. Esse foi o período considerado necessário.

Quanto à questão de os GTF (Gabinetes Técnicos Florestais) e os sapadores florestais serem suportados pelo Fundo Florestal Permanente são-no por determinação desta casa, por uma lei da Assembleia, que assim o determinou e, portanto, assim é cumprido.

Que papel têm os GTF? Esta foi, aliás, uma pergunta também feita por outro Sr. deputado. Sr.ª deputada, os GTF funcionam sob total e absoluta responsabilidade das câmaras municipais. A única coisa que o Governo faz é pagar aquilo que foi determinado e que está previsto no regime dos Gabinetes Técnicos Florestais.

Aquilo que fazem, de facto, é muito variado. Há excelentes Gabinetes Técnicos Florestais, com um trabalho extraordinário de colaboração...

Aparte inaudível na gravação.

Alguns ignoram. Exatamente, com certeza, esses não ignoram. Tem toda a razão.

Portanto, o esforço, do meu ponto de vista, até porque estou empenhado nisso daqui até ao verão, pelo menos... Há outras coisas que não posso minimizar senão “levo nas orelhas”, mas o meu empenho é feito através da própria Associação Nacional de Municípios, com quem tentarei reunir muito brevemente, e junto das câmaras e dos respetivos Gabinetes Técnicos Florestais, que quase todas têm, à exceção de duas ou três. Mas, primeiro, o esforço será para se conseguir que a lei seja conhecida para poder ser cumprida e que, em muitos casos, existem meios que permitem cumprir e que, depois, de facto, existem algumas situações de difícil cumprimento, como disse o deputado Maurício Marques e como os Srs. deputados, certamente, saberão.

Mas isso são as exceções, portanto, vamos tratá-las como exceções e, se for preciso, em termos de legislação, ver como se tratam determinadas exceções, pois que se faça o necessário para se poderem resolver. Mas não me parece que na maior parte das situações não se faça por falta de condições, mas, sim, por desconhecimento. É a sensação que tenho e, portanto, acho que é importante dar este conhecimento às pessoas.

O Programa de Sapadores Florestais está em revisão, isto é, apresentaremos brevemente uma proposta de revisão do regime dos sapadores florestais com um grande objetivo: as equipas de sapadores existem cada uma de *per si*, sem qualquer articulação entre si. Como todos sabem, infelizmente, há a meta de atingirmos 500 em 2020. Neste momento, vamos em pouco mais de metade disso. Uma equipa de sapadores é cara, apesar de – basta perguntar a qualquer entidade que tenha uma à sua responsabilidade – o Estado pagar pouco, ou seja, é cara para o Estado, mas é pouco, segundo dizem as próprias entidades que mantêm as equipas, o que significa que é complicado por motivos financeiros, nesta altura, criar mais equipas de sapadores.

Há 20 equipas pré-aprovadas à espera de financiamento. Qual é o objetivo que temos na revisão do regime? É conseguir aproveitar sinergias entre equipas de sapadores, isto é, conseguir que naquilo que hoje são 278 equipas, cada uma de *per si* a trabalhar à sua maneira, possa haver alguma coordenação entre elas. Não é uma coordenação do ICNF, que já existe em período de serviço público, mas as equipas de sapadores funcionam o ano todo e só em seis meses é que são coordenadas pelo ICNF e, nos outros seis meses, são coordenadas pela entidade respetiva.

Ora, durante estes seis meses em que estão na floresta, era importante haver aqui aproveitamento de sinergias, chamemos-lhe brigadas de sapadores, portanto, conjuntos de equipas

que, pela proximidade geográfica, pelas características do território, pelo tipo de entidade que as coordenada ou o quer que seja, ganhem uma lógica programática, se assim quisermos dizer, de intervenção para ganharmos alguma eficácia e eficiência nos meios que estão afetos.

Acresce a isto uma informação importante: está, neste momento, em cima da mesa, da parte do Governo, promover o reequipamento de equipas de sapadores, dado que algumas delas, ao fim de 10 anos, estão pessimamente equipadas. Arderam, este ano, duas viaturas e, portanto, está, neste momento, em cima da mesa afetar uma verba entre um milhão e milhão e meio de euros para fazer este reequipamento por critérios que estamos, neste momento, ainda a apurar. Não podem ser todas e, portanto, ao nível do reequipamento há aqui critérios que temos de adotar e penso que isto é importante.

Também nesta matéria, não já dos sapadores mas naquilo que é o papel do Governo, deixem-me dizer-lhes, foi ou está a ser assinado – não sei se já foi ou não porque é a nível dos Srs. ministros da Agricultura e da Defesa – um envolvimento do Exército, que deverá estar a ir para o terreno, se é que não está no terreno – peço desculpa, mas não tive informação atualizada nestes últimos dois dias –, da engenharia militar, naquele esforço, que há pouco referi, de completar a rede primária de elevada prioridade nestes dois anos. Portanto, uma parte dela é feita com recurso ao Exército e os sapadores em serviço público fazem outra parte, as entidades gestoras de ZIF já fizeram a parte delas e o Estado, por contratação, sempre que necessário, através dos mecanismos de concurso público, até final de 2015, completará esta tarefa de elevada prioridade, disponibilizando verbas, através dos fundos estruturais, para a concretização da restante rede.

Quanto à sensibilização, o Sr. deputado perguntou onde é que estamos e o que vamos fazer. Há um plano de sensibilização nacional, que farei chegar aqui, ao grupo de trabalho, que está, agora, em fase de conclusão para 2014, que envolve diversas entidades e é coordenado pelo ICNF. É isto que determina a legislação.

As entidades são diversas e, desde plano de sensibilização, destaco um conjunto de ações que lá estão e que, em si mesmas, consubstanciam uma coisa a que denominámos “Portugal pela Floresta”, que decorrerá entre janeiro e junho, na medida em que a partir de julho, na floresta, nada se deve passar além dos incêndios, quando eles ocorrem...

“Portugal pela Floresta” é constituído por um conjunto de ações bem específicas de sensibilização, de – os Srs. deputados entendam bem porque o termo é perigoso – “propaganda”, no bom sentido do termo, isto é, mostrar o lado positivo da floresta. Há coisas extraordinárias feitas na nossa floresta. Os nossos cidadãos, muitos deles, urbanos, o que conhecem da floresta é o incêndio apenas. Esta visão descentrada é má para aquilo que se pode fazer de bom pela floresta. Isto tem que ver com a sensibilização e com o conhecimento.

Portanto, enviaremos para aqui as duas coisas: o plano de sensibilização e destacando, dentro deste plano, um conjunto de ações que têm uma lógica interligada.

Está também a ser preparado – não está ainda concluído e espero que esteja até fins de dezembro ou nos primeiros dias de janeiro – um plano de voluntariado, que tem alguma coisa que ver com a sensibilização, não pela eficácia que este voluntariado tenha na floresta objetivamente, mas por aquilo que contribui para o conhecimento da floresta por parte de grupos específicos. Refiro-me a jovens, a escuteiros, a estudantes em períodos de férias, a desempre-

gados, com cautela porque estas coisas têm de ser vistas à luz de que não é trabalho, é voluntariado e, portanto, faremos chegar também, a tempo útil, a este grupo, esta informação.

Sobre fogo técnico, temos um programa de fogo controlado dos serviços, que não tenho aqui mas enviarei, com gosto, aquilo que está previsto. Estamos a rever o regulamento do fogo técnico, que está em vigor, mas que carece claramente de revisão por todas as razões que o deputado Miguel Freitas referiu, nomeadamente a necessidade de termos mais técnicos habilitados à utilização de fogo técnico, em que se inclui o fogo controlado, mas também outro tipo de fogo como o fogo de supressão, etc. Portanto, é necessário termos mais gente habilitada para o usar e, com essa preocupação, estamos a alterar o regulamento para permitir que isso possa acontecer, disponibilizando, depois, os serviços, a capacidade formativa para aumentar estes quadros.

Sobre responsabilidade ao nível das redes de gestão de combustíveis, penso que já referi.

Sobre alterações legislativas em curso, Sr. deputado, se não me levasse a mal, preferiria enviar, depois, de forma pensada. Temos diversas coisas que, mais do que alterações, são propostas legislativas e outras coisas que não são propostas legislativas, mas que são iniciativas enquadradoras, que, penso, às vezes, são tão importantes como a própria legislação, de algumas matérias, nomeadamente em matéria de sanidade florestal que é, como o Sr. deputado sabe, uma coisa que pessoalmente me preocupa bastante – mais ainda do que a questão dos incêndios, sem menosprezo para os incêndios –, e que precisa de ser muito bem olhada no âmbito da floresta.

Portanto, temos pronto o programa operacional para a sanidade florestal, que enviaremos para aqui para conhecimento, embora não esteja oficialmente fechado, não está aprovado, mas, enfim, é um documento de trabalho que poderá, certamente, ser útil à própria comissão.

Para terminar, dou ainda duas notas, que fui deixando para trás, sem ser de propósito: primeira, sobre baldios. Como é do conhecimento dos Srs. deputados, penso eu, o Governo tem em preparação uma proposta de alteração à Lei dos Baldios, que virá para a Assembleia, na medida em que é matéria da competência da Assembleia. Uma das preocupações que essa proposta de legislação contém foi referida há pouco pelo deputado Abel Batista, penso eu, e tem que ver com o reinvestimento dos resultados da exploração dos baldios nos próprios baldios. Isso é essencial, quer os baldios sejam geridos pelos compartes, quer estejam em regime de cogestão, que sejam geridos por terceiros, como já muitos o são. Portanto, é essencial salvaguardar que isso assim acontece. Está contemplado na proposta, além de um conjunto de outras dimensões, que aqui não referirei por não ser o lugar certo.

Finalmente, em relação a uma questão que o deputado Maurício Marques levantou, que é a questão do cadastro florestal, que foi referida também anteriormente, das terras sem dono, da falta de cartografia, etc., queria fazer aqui o alerta seguinte: não é correto falarmos em cadastro florestal. O cadastro é um cadastro rústico, não é florestal. O cadastro, já estive, até há pouco tempo, na competência do Ministério da Agricultura e de tudo o resto, que agora já não é tudo o resto, mas é só Agricultura e Mar, e, portanto está, neste momento, na competência do Sr. ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Sei que está a avançar. A proposta que existe é uma forma simplificada de elaboração para nos dar aquilo que é essencial, guardando para mais tarde o perfeccionismo das questões.

Há pouco, eu disse que o Sr. deputado Maurício Marques não tinha razão em matéria de cartografia e refiro exatamente o que queria e quero dizer: a legislação prevê e existem aprovados, por todas as Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e por todas as Comissões Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios, os chamados Planos Municipais, Planos Distritais, que são planos a prazo, ou seja, são planos enquadradores e, depois, existem, anualmente, aprovados os chamados Planos Operacionais Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e Planos Operacionais Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios. Todos foram aprovados este ano!

Srs. deputados, esses planos identificam e englobam, claramente, senão não teriam sido aprovados por lei – os planos municipais, os operacionais, são da responsabilidade da comissão municipal que é presidida pelos presidentes de câmara ou por um vereador por ele indicado –, essa cartografia. Ela existe, Sr. deputado! Mais: estão marcados nessa cartografia os caminhos, os que tem saída, o estado em que eles estão...

O Sr. *coordenador*: – E está atualizado esse cadastro?

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Anualmente são atualizados, e anualmente os Planos Operacionais Municipais identificam – e se não identificam não deviam ter sido aprovados. Essa é que é questão! E, às vezes, foi-me já dito: «O Sr. secretário de Estado, a gente não liga nenhuma a isso...!».

Mas isso está mal, isso é uma incúria. Se a lei determina que assim é, todos contamos que, quando há um incêndio, quando o dispositivo de combate se aproxima, a primeira coisa, que, certamente se pergunta, é onde está o plano operacional. E, então, depois, não ligamos nenhuma ao Plano operacional?... E àquilo que lá pomos? Ou seja, se o caminho está em bom estado, que tipo de viatura pode ou não circular, se pode dar a volta no fim, quais são os pontos de água que foram revistos, quais é que estão operacionais, enfim, tudo isso tem de estar no plano, mas, se não está, está mal.

O Sr. *coordenador*: – É um documento essencial!

O Sr. *secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural*: – Exatamente.

Antes de terminar – e peço desculpa pelo meu entusiasmo, que já vem sendo crónico –, repito: acho que isto faz parte do essencial e não está a ser cumprido!! Antes de se mudar a lei, que se cumpra a lei, que não é impossível de cumprir!

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Verificámos aqui, quando foi do incêndio do Algarve, que grande parte do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios não estava executada... Aliás, no *spot* referiam-se não sei quantos pontos de água que não existiam, caminhos que não existiam, etc.

O Sr. coordenador: – Esse é um problema preocupante, porque, por um lado, sentimos que não é possível tratar estas coisas pela sua natureza sem as autarquias e, por outro lado, detetamos aqui muitas omissões por parte de muitas autarquias. Portanto, é preciso encontrar uma resposta para isto.

Sr. secretário de Estado, muito obrigado pela sua disponibilidade e queria aqui salientar a extrema utilidade de toda a informação que nos trouxe. Ficamos a aguardar os elementos escritos que se disponibilizou enviar-nos.

Está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 48 minutos.

AUDIÇÃO

COMANDANTE PAULO GIL MARTINS

(Ex-comandante nacional de Operações de Socorro,
no período de 2005 a 2011)

8 DE JANEIRO DE 2014

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Bom dia, Srs. deputados.
Declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Sr. comandante Paulo Gil Martins, muito obrigado pela sua disponibilidade em vir aqui, a este grupo de trabalho, dar o seu contributo, o contributo da sua experiência e do seu conhecimento nestas matérias.

A Assembleia da República, por iniciativa da Sr.^a presidente, constituiu este grupo de trabalho na sequência de um ano de incêndios que foi, infelizmente, intenso e com vários incidentes de gravidade, para fazermos uma reflexão por forma a encontrarmos recomendações que se possam fazer ao Governo e propormos eventuais iniciativas legislativas que possam agilizar e contribuir para uma maior eficácia na prevenção e no combate aos incêndios.

Dentro da nossa programação de trabalho, incluiu-se a audição de entidades que pudessem contribuir para estes fins e, consensualmente, deliberámos ouvir os três últimos comandantes nacionais de Operações de Socorro, em que se inclui V. Ex.^a. Foram critérios objetivos relativamente ao reconhecimento de percursos e qualificação de pessoas, como é o caso de V. Ex.^a, que nos podem ajudar a este desempenho e a esta incumbência.

A metodologia que está estabelecida é a seguinte: 10 minutos de intervenção para o Sr. comandante, depois 5 minutos por cada grupo parlamentar, havendo a seguir respostas da parte de V. Ex.^a, por forma a tentarmos cumprir os horários, porque hoje teremos ainda mais duas audições.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. comandante.

O Sr. comandante *Paulo Gil Martins*: – Sr. presidente, Srs. deputados, eu começo por ler um documento que fiz especialmente para o grupo de trabalho e que depois terei oportunidade de deixar ou de mandar, eventualmente, por *e-mail*. Não é muito grande, tem nove folhas, mas eu demorei cerca de 11 minutos – se o Sr. coordenador autorizar – a lê-lo.

O Sr. coordenador: – Com certeza.

O Sr. comandante *Paulo Gil Martins*: – Sr. coordenador, Srs. deputados, cumprimento VV. Ex.^{as}, agradecendo o convite que me fizeram.

Permitam-me que inicie a minha intervenção prestando homenagem aos 8 bombeiros e bombeiras mortos em serviço, no verão de 2013, assim como ao presidente da Junta de Freguesia da Queirã, e também aos 121 homens e mulheres que morreram, desde 1981, em ambiente de incêndios florestais, incluindo pilotos, técnicos chilenos ao serviço da Afocelca e militares dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR.

Presto homenagem também aos bombeiros portugueses e a todos os operacionais e entidades que trabalharam e trabalham para reduzir a incidência e o impacto dos incêndios florestais em Portugal. Relevo também o facto de, em 2003, no final do verão, não ter tido oportunidade de ser ouvido em sede parlamentar sobre os incêndios florestais desse ano.

Srs. deputados, a floresta não arde sozinha, arde porque lhe deitam fogo. Quando estes fogos passam a incêndios florestais são perigosos, traiçoeiros e têm comportamentos erráticos. Os incêndios florestais são particularmente difíceis de prever e combater, e são um inimigo que só ataca.

Mark Beighley, dos Serviços Florestais dos Estados Unidos, foi trazido a Portugal para fazer um balanço sobre a situação dos incêndios florestais e escreveu no seu relatório, em 2009: «Os portugueses são o problema – 97% das ignições têm origem humana. Todo o sistema montado pode não ser suficiente num ano de condições meteorológicas extremas e isso não pode ser esquecido. As melhorias verificadas no sistema de intervenção só combatem os sintomas. Para tratar a doença é preciso reduzir o número de ignições, com alteração dos comportamentos e com o aumento da capacidade de gestão dos combustíveis, pois eles crescem mais depressa do que são diminuídos. Outro verão como o de 2003 ou de 2005 está “ao virar da esquina”. Estará Portugal preparado?».

Srs. deputados, o que vale a floresta? Qual é o valor que Portugal atribui às suas florestas, áreas agrícolas e rurais? Atribuirá valor suficiente para continuar a fazer as mudanças necessárias de modo a diminuir os danos crescentes provocados pelos incêndios florestais?

Com as atuais mudanças climáticas e face à continuidade – horizontal e vertical – da mancha florestal portuguesa, a ocorrência periódica de violentos incêndios é um fenómeno largamente facilitado, pois, se não houver intervenção humana na diminuição do combustível, a natureza acaba por repor a biomassa vegetal no seu nível adequado.

Importa, contudo, sublinhar a intervenção fundamental do fogo na formação original do ecossistema mediterrânico e o papel importante que ainda possui na manutenção do seu equilíbrio e da sua produtividade. Sem fogo, não há floresta. O que é necessário é manter o número de ignições e as áreas ardidadas dentro de parâmetros aceitáveis e não esquecer que o problema dos incêndios florestais em Portugal ainda não está resolvido.

Srs. deputados, em termos de gestão de incêndios e verificando a realidade de vários países, os melhores resultados têm sido obtidos pelas organizações que optaram por uma forma centralizada de gestão de incêndios. Portugal fez um enorme esforço de evolução nesta matéria, a partir especialmente do verão de 2005, através de alterações legislativas importantes, e na criação – pela primeira vez, em 2006 – de um sistema de gestão integrada de emergência que se designou «sistema integrado de operações de proteção e socorro».

Mas o sucesso de qualquer sistema de gestão de incêndios florestais depende, em grande parte, das medidas que se tomam e dos programas que se implementam muito antes de o

incêndio se declarar. O reforço das ações e medidas na área da defesa da floresta contra incêndios é fortemente desejável, pois contribui fortemente para a diminuição do número de ocorrências e da superfície florestal anualmente percorrida por incêndios florestais.

No entanto, os efeitos da prevenção estrutural continuam, ainda, a não se fazer sentir, apesar das afirmações anualmente produzidas por variadíssimos responsáveis de que estas operações demoram algum tempo até produzirem os seus efeitos. Não deixa de ser verdade, mas também não deixa de ser verdade que estas afirmações têm sido proferidas ao longo dos últimos 30 anos sem os resultados que todos esperávamos!

É de destacar que a maioria dos incêndios que ocorrem no outono, inverno ou primavera são muitas vezes resultado da necessidade de proceder à queima de sobrantes agrícolas e às queimadas para renovação das pastagens naturais.

A ocorrência destes incêndios rurais não representa, normalmente, muitos aspetos negativos associados aos incêndios de verão: na generalidade dos casos, são incêndios de menor intensidade e capacidade destrutiva e têm, como efeito positivo, uma diminuição da carga de combustível em zonas de alto risco de incêndio, minimizando a gravidade dos incêndios no período mais crítico do ano.

Assim sendo, porquê gastarem-se milhares de euros a extinguir incêndios que até são benéficos?

A utilização do fogo, de maneira controlada e com objetivos bem planeados, revela-se um auxiliar precioso na gestão florestal e na preparação das terras para agricultura ou pastoreio, mas principalmente para a diminuição da biomassa vegetal, evitando-se assim, no futuro, incêndios de consequências devastadoras.

Por outro lado, é urgente pensar na continuidade da implementação das redes primárias de faixas de gestão de combustível, as quais se deviam constituir como um instrumento fundamental para travar a progressão de grandes incêndios, permitindo e facilitando condições favoráveis ao combate em segurança a incêndios florestais.

Tal, no entanto, não acontece!

O investimento nestas operações, que tem sido feito em algumas zonas do país, rapidamente se perde, porque ou não há continuidade no trabalho ou não existem trabalhos de manutenção das faixas entretanto implementadas e, quando acontecem os grandes incêndios, estas faixas obviamente pouco trazem de mais-valia ao combate.

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF) tem, como fator crítico de sucesso, o ataque inicial na perspetiva de que quem estiver mais próximo do incêndio deve intervir de imediato, desde que disponha dos meios adequados e dos conhecimentos necessários à resolução da ocorrência. Os grandes incêndios não se dominam injetando “desalmadamente” meios nos teatros de operações; dominam-se injetando organização e competência, com estratégias de controlo do perímetro do fogo, utilizando equipas com ferramentas manuais, grupos de análise e utilização do fogo (GAUF's), apoiados por equipamento para extinção hidráulica, máquinas de rasto, e aeronaves pesadas para missões específicas e combinadas com os meios terrestres.

Sem uma estratégia de controlo do perímetro, o incêndio continuará a propagar-se, mesmo que os locais considerados prioritários – casas, indústrias, aldeias – estejam protegidos.

A segurança individual dos operacionais baseia-se na conjugação de vários fatores, de entre os quais se destacam: uma boa condição física, equipamentos de proteção individual adequados à missão, um bom conhecimento dos perigos e o cumprimento rigoroso dos procedimentos de segurança; mas também se baseia na qualidade do equipamento, que crie confiança no homem perante a dificuldade da sua missão.

Reforçar e respeitar permanentemente as orientações e as regras de segurança, e principalmente garantir o uso dos equipamentos de proteção e do bom senso necessários a uma correta atitude operacional – fundamental para a proteção de cada homem e mulher bombeiro – é um ato de exemplar discernimento.

Por isso, foi publicada, em 2008, a portaria n.º 845/2008, de 12 de agosto, que aprovou o Plano de Uniformes dos Bombeiros Voluntários, Mistos e Privativos, onde se lê que «Os bombeiros (...) têm direito ao uso dos uniformes (...) nas configurações previstas na (...) portaria, (...)» e que «O comandante do Corpo de Bombeiros tem o especial dever de velar, continuamente, junto dos seus subordinados, pela estrita e completa observância das disposições da portaria, procedendo no sentido de serem corrigidas as infrações que note ou de que tome conhecimento». Lê-se também na portaria que «Para combate a incêndios florestais, o fato de proteção individual inclui calças azuis e casaco vermelho (...) de tecido ignífugo, cumprindo a NE 469. (...) As botas, cumprindo a NE 345, devem possuir sola resistente ao calor, biqueira, placa em frente de metal, protetor da tíbia e meia-sola de suporte.»

Em termos de formação, muito se fala, muito se tem falado, mas formação também é instrução e treino, e essas são as responsabilidades inerentes à função de um comandante de um corpo de bombeiros. O corpo de bombeiros tem a responsabilidade de proporcionar a formação inicial ao seu pessoal e formação mais específica aos seus quadros, mas também os senhores comandantes têm essa obrigação relativa à sua própria formação.

Apesar do enorme esforço – reconhecido por todos – na formação dos bombeiros, muitos destes não estão a adotar com a necessária rapidez esta formação e os procedimentos operacionais como uma conduta corrente.

Também haverá necessidade de utilização dos conteúdos programáticos de diversos módulos mais operacionais, ultrapassando a distância que ocorreu durante anos entre o que era dado na Escola Nacional de Bombeiros e o que era a doutrina operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil, nem sempre coincidentes por falta de diálogo técnico-operacional, que passou a existir recentemente.

Também a falta de programas plurianuais de formação especializada em incêndios florestais, sem prioridade efetiva, tem de ser rapidamente corrigida.

Por isso, a reorganização e a recriação de um centro integrado de formação especializada em incêndios florestais na Lousã, aproveitando os laboratórios aí existentes, as escolas técnicas florestais e o centro de formação da Escola Nacional de Bombeiros, é imprescindível, dando-lhe autonomia, atribuindo-lhe responsabilidades e objetivos de curto e médio prazos, mas sem antes se auditarem os conteúdos curriculares, os planos dos cursos e os formadores.

Um dos grandes problemas atuais do sistema é o de a Escola Nacional de Bombeiros, ao longo dos últimos 15 anos, nunca se ter preocupado em formar quadros superiores para o sistema de proteção civil e socorro, incluindo nos bombeiros.

Em termos de gestão de informação, a Lei de Bases de Proteção Civil define o princípio da informação como aquele que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de proteção civil, com vista à prossecução dos objetivos previstos, que são os de prevenir e atenuar os riscos, limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e apoiar a reposição da normalidade da vida, mas também diz que os cidadãos têm direito à informação.

Apesar disso e da gravidade das situações de proteção civil e socorro que têm ocorrido, nota-se incompreensivelmente a ausência de uma política de comunicação por parte dos departamentos do Estado com essa responsabilidade. Não existe um gabinete de comunicação e imagem credível, que procure informar os órgãos de comunicação social e os cidadãos sobre as atividades em curso, os resultados obtidos, os perigos atuais e os naturais aconselhamentos para fazer face às situações – e para isto não basta um qualquer comunicado num qualquer *site*, é preciso dar a cara!

Em termos de algumas sugestões ao nível da prevenção estrutural, permitam-me que vos diga o seguinte: é urgente a criação de um programa nacional de gestão de combustíveis com base no fogo controlado, a aplicar nas áreas de montanha e onde ciclicamente se verifique maior recorrência de incêndios, pois se não houver intervenção humana na diminuição do combustível vegetal a natureza acaba, através dos incêndios florestais, por repor a biomassa vegetal no seu nível adequado.

É urgente a realização de uma avaliação da carga de pastoreio existente face às áreas de pastoreio disponíveis nas regiões com maior incidência de ignições e o estabelecimento de um programa nacional de criação de pastagens permanentes.

Aumento das equipas de análise e utilização do fogo devidamente formadas, com maior dispersão pelo território, de acordo com o histórico do número de ocorrências e as áreas de perigo de incêndios florestais conhecidos; urgente flexibilização do uso do fogo tático no combate aos incêndios, porque, sendo uma ótima ferramenta de combate, quando bem planeada e executada, é um excelente método para dominar os incêndios florestais.

Em termos da prevenção operacional, os requisitos fundamentais destes sistemas de deteção de incêndios florestais são a rapidez e a precisão.

Assim, há necessidade de alteração do método de funcionamento das torres de vigia, que não garantem a sua atividade durante 24 horas/dia – algumas só funcionam 8 ou 16 horas, mesmo em zonas críticas.

Mas também é necessária:

- uma enérgica e urgente redução do número de ignições;
- uma boa componente de dissuasão, nomeadamente através de grande visibilidade pública;
- a garantia de que os meios de vigilância móvel terrestre (VMT) desempenham autênticas missões de relações públicas sobre a população, nomeadamente nas zonas mais movimentadas e de maior risco;
- reformular os conceitos sobre os tipos de incêndios e do sistema de estatística associado, incluindo neles os fogos de gestão – que são os fogos que acontecem durante o inverno e a primavera.

O dispositivo da responsabilidade do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR tem a sua grande mais-valia na integração da sua função policial com a proteção e socorro, e tem um papel indispensável a desempenhar, nomeadamente:

- na componente terrestre, robustecendo a sua missão na vigilância móvel de fiscalização e ataque inicial, libertando-se da componente helitransportada, que pode ser executada pela Força Especial de Bombeiros com igual sucesso;

- e no alargamento da sua ação a todos na componente terrestre.

Em relação ao combate, o dispositivo especial de combate a incêndios florestais é da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil e atua quando tudo a montante falha e, por isso, tornam-se essenciais aperfeiçoamentos contínuos e a necessidade de evolução e modernização constantes, nomeadamente:

- na elaboração de um manual de nomenclatura técnica e operacional exclusivamente sobre incêndios florestais, agrupando o ICNF, a GNR e a ANPC;

- no alargamento da ação da força especial de bombeiros a todos os distritos na componente helitransportada;

- no planeamento e na implementação de uma estrutura logística de apoio ao dispositivo sustentada nas Forças Armadas;

- na constituição e implementação de uma estrutura logística, sustentada na Cruz Vermelha Portuguesa, de apoio ao dispositivo em caso de necessidade.

Mas existem mais alguns aspetos condicionantes do dispositivo de combate a incêndios, de que dou os seguintes exemplos:

- a inexistência de aviões pesados anfíbios que, no nosso ponto de vista, deveriam ser seis, que Portugal já há muito deveria possuir;

- impossibilidade de exercer um efetivo controlo operacional sobre os meios de uso do dispositivo. O desrespeito de alguns pelas diretivas e normas – visíveis na sua resistência à evolução da organização – e o apoio, expresso ou encoberto, que lhes é dado, garante-lhes adequada cobertura para produzirem desinformação e, pior, darem a ideia de grande ignorância àqueles que, no terreno, nada lhes perguntaram;

- diálogo institucional a deteriorar-se sem razões aparentes;

- problemas ao nível dos contrafogos/fogos táticos, porque a lei é muito restritiva e limitou a utilização desta técnica que passou, por isso, a ser clandestina pela necessidade imediata da sua utilização, em vez de ser realizada organizadamente com pessoal devidamente treinado e formatado;

- confusões na instalação dos postos de comando operacional (PCO's), na estrutura organizativa montada, no planeamento e na gestão de meios a incêndios com teatros de operações próximos ou de grandes dimensões;

- problemas na gestão dos meios aéreos pesados, nomeadamente os estrangeiros, e utilização sistemática de meios aéreos em ações de rescaldo ou em combate em locais sem suporte terrestre.

Em termos da legislação e organização, torna-se necessário – quanto a mim, diria mesmo imperioso –, desde já:

– a extinção completa dos distritos, porque a sua existência só tem criado problemas ao sistema de proteção civil e socorro e à sua organização, além de conflitos entre aquilo que é decisão política e decisão técnica;

– adequar todo o sistema a uma nova realidade administrativa do país, assente nas NUTS II, nas áreas metropolitanas e nas comunidades intermunicipais;

– modernizar a Lei de Bases de Proteção Civil para esta nova solução, admitindo serviços municipais de proteção civil conjuntos e salas de operações de socorro municipais conjuntas e partilhadas por vários municípios;

– modernizar o sistema integrado de operações de proteção e socorro (SIOPS), que está muito desatualizado porque mistura a organização multiagentes com a organização de bombeiros; alterar profundamente a organização da estrutura operacional do SIOPS, que não se coaduna com a realidade do país nem do terreno;

– alterar a Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, que está desatualizada e a precisar de inovação – precisa de um novo paradigma, precisa de um novo impulso. A Autoridade Nacional de Proteção Civil, nalgumas das suas responsabilidades e nalgumas das suas áreas emblemáticas, estagnou;

– a Lei Municipal de Proteção Civil deve ser refeita e modernizada em termos operacionais e de organização da proteção civil;

– aos bombeiros deve ser reconhecida a necessidade de terem uma organização operacional própria e garantida a sua publicação em documento legislativo, o que nem sequer é muito difícil;

– a organização interna dos corpos de bombeiros deve ser radicalmente alterada, avançando-se para novos conceitos, nomeadamente criando carreiras por tipo de especialidades, como sejam o combate a incêndios, o pré-hospitalar e as operações especiais.

Mas, Srs. deputados, há dois pontos críticos que advêm do relatório de dezembro de 2003 do professor Xavier Viegas e que devem merecer a nossa maior preocupação.

Diz Xavier Viegas, no seu relatório que «(...) desde 1993 até 2012, pôde observar-se uma melhoria gradual ao longo dos quinquênios, traduzida numa redução da área ardida, nos dias em que o número de ocorrências não superou os 200 casos. A partir deste valor, não se nota qualquer evolução sistemática neste parâmetro. Os dados do ano 2003 confirmam a tendência de melhoria para o conjunto de dias com menos de 100 ocorrências, piorando, de resto, a partir deste valor».

Verificando-se que, desde 2006, este valor chegou mesmo a atingir os 250 casos por dia, algo se está a degradar para este número ter baixado drasticamente para 100 ocorrências em 2013!

Também em termos de ataque inicial, a percentagem de sucesso desceu drasticamente para os 86%, valor idêntico ao existente antes da entrada em funcionamento das equipas helitransportadas da Força Especial de Bombeiros e do Grupo de Intervenção e Proteção e Socorro da GNR, que elevaram esta percentagem para o máximo de 96% e uma média de 94% até 2010.

Como conclusões muito gerais, eu diria que:

– o problema dos incêndios florestais não está resolvido, apesar do caminho que já se percorreu e dos resultados muito motivadores dos últimos anos;

– o número de ignições tem de estabilizar em valores aceitáveis, o coberto vegetal tem de decrescer a sua densidade territorial e a biomassa no solo tem de diminuir;

– o comportamento das pessoas tem de ser alterado, mas se não houver resposta institucional para as suas necessidades, então, continuaremos a ter grande número de ignições, que podem provocar importantes incêndios florestais;

– é preciso reequacionar a legislação de proteção civil e socorro, modernizá-la e adaptá-la às novas realidades;

– é preciso debater muito, refletir muito..., principalmente com os técnicos operacionais e com quem anda no terreno... e depois agir! Agir independentemente dos votos... Agir independentemente dos governos..., independentemente dos municípios... e independentemente dos protagonistas...!

O compromisso tem de continuar no sentido de evitar e reduzir as ignições, diminuir o combustível disponível, reduzir o impacto dos incêndios e mitigar as suas consequências.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Srs. deputados, como não há inscrições, vou seguir o critério da ordem proporcional dos partidos aqui representados.

Assim sendo, Sr.^a deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Muito bom dia, Sr.^{as} deputadas e Srs. deputados, eu não estava à espera de ser a primeira, mas também posso ser...

Gostaria, em primeiro lugar, como é óbvio, de agradecer a exposição que o Sr. comandante Paulo Gil Martins nos trouxe, e dizer que eu, infelizmente, não cheguei logo no início – tive um pequeno problema –, mas ouvi, penso eu, praticamente toda a sua intervenção e há alguns aspetos que me deixam curiosa, por um lado, e preocupada, por outro.

Sem ser exaustiva, e desta primeira apreciação, eu gostava de colocar algumas questões que depois, também com as questões dos outros Srs. deputados, possam levar um bocadinho mais longe.

A primeira questão prende-se com o uso do fogo tático, que me parece que o senhor, de algum modo, enfatizou na sua exposição, qualificando, inclusivamente, de um excelente método para dominar os fogos florestais, mas que depois também nos diz que é uma tática – como lhe chamou – que, em algumas situações, é praticamente clandestina, tendo em conta que a legislação não permite utilizá-la. Ora, uma das funções deste grupo de trabalho é exatamente perceber o que é que se pode fazer em termos da legislação, e não tanto outras coisas que não estarão diretamente ao nosso alcance.

Já temos falado sobre esta questão dos fogos táticos, da sua importância, e de que há muito pouca gente formada com capacidade suficiente para levar à prática esta tática de combate aos fogos florestais. Pergunto: o que é que é preciso fazer, se é uma tática onde se tem de apostar? Gostaria que nos dissesse o que é que é preciso fazer. Este é, de facto, um dos aspetos que me saltou bastante à vista, da sua intervenção.

Outro aspeto é o da questão do novo paradigma para a Autoridade Nacional da Proteção Civil e a modernização. Eu percebo – aliás, porque já tem havido uma experiência dos últimos

anos – que a proteção civil é, ela própria, uma área, acho eu, extremamente estimulante – não são só fogos, como sabemos –, é uma área que estimula o conhecimento, por um lado, porque quanto maior for o conhecimento, melhor será a resposta, mas estimula também a procura da melhor forma de servir a população numa área como a da proteção civil. Este assunto levava-nos muito longe, tendo em conta os últimos dias com os temporais e, por exemplo, mas é muito interessante pensar que a proteção civil sabia exatamente o minuto em que as marés iam subir, e elas subiram, e o que poderia acontecer – isto é um exemplo, um parêntese em relação ao resto.

Mas neste caso concreto falamos de fogos: o que é este paradigma da modernização? O que é que será este paradigma da modernização?

A minha última questão é a do equipamento dos bombeiros. Falou, e bem, da portaria que regula essa matéria, mas, tanto quanto sei – e corrija-me se estou enganada –, o equipamento dos bombeiros é muito caro: Parece-me que equipar um homem ou uma mulher com todo o equipamento necessário (os fatos, as botas...) custa perto de 2000 €. Não sei exatamente, mas é mais de 1000 €. É caro, mas é uma despesa que tem de ser realizada, não é verdade?

Ora, eu gostava de saber qual é a ideia que tem sobre esta questão. Há dificuldades nesse campo? As corporações de bombeiros têm os meios suficientes? Os nossos bombeiros estão equipados com... É porque aquilo que me têm dito (são pessoas concretas que me têm dito, portanto, é mais do que ouvir dizer) é que as corporações de bombeiros têm muitas dificuldades, fazem até um esforço grande e dizem: «Este ano conseguimos comprar mais três equipamentos para três bombeiros; já os temos todos equipados, da cabeça aos pés!»... Que ideias tem sobre essa matéria?

Muito obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado António Filipe, tem a palavra.

O Sr. *António Filipe* (PCP): – Sr. comandante Gil Martins, os meus cumprimentos e agradeço o contributo que nos trouxe e poderemos ficar com esse texto é muito importante para nós.

Há uma questão que eu gostava que aprofundasse, se possível, que tem que ver com o problema dos meios aéreos disponíveis, que foi um dos pontos que focou.

Tem havido nos últimos tempos uma polémica que tem atravessado esta questão e que tem que ver com a extinção da empresa de meios aéreos e com a necessidade, ou não, de o Estado português se dotar com meios aéreos necessários para o combate aos incêndios, sendo certo que é muito criticado o facto de Portugal não dispor desses meios e gastar todos os anos muito dinheiro a alugar para os poder obter.

Eu gostava que pudesse referir a sua opinião acerca deste problema relacionado com esta empresa de meios aéreos, com a decisão que foi tomada relativamente à sua extinção e com todo o processo que lhe sucedeu. Dado que, creio, referiu, a dado passo da sua intervenção, a necessidade de Portugal ter meios aéreos próprios, gostava que nos pudesse concretizar um pouco a sua ideia acerca disso.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Começo, naturalmente, em nome do PSD, por agradecer o contributo do Sr. comandante Gil Martins, que entretanto nos faz chegar um documento que reputamos de grande importância e sobre o qual nos vamos debruçar.

Na sua intervenção, dá ênfase a duas questões: o número excessivo de ignições e a redução da carga de combustível vegetal.

Vou referir-me, em concreto, a estas duas questões, depois volto à do combate se o tempo me permitir.

O Sr. comandante reconhece – e todos nós reconhecemos – que há um número significativamente exagerado de ignições. Esta é uma das questões que também nos preocupa, pelo que eu gostava de saber, reconhecido este facto, qual é a intervenção que poderemos fazer, no âmbito da Assembleia, que permita fazer alguma alteração legislativa no sentido de, aumentando a vigilância, reduzir o número de ignições, porquanto é efetivamente um número excessivo.

Por outro lado, já aqui referiu, e bem, consideramos também que há um excesso de combustível na floresta portuguesa, o que é devido a diversos fatores. Referiu aqui como uma das hipóteses de diminuir essa carga de material vegetal combustível a utilização do fogo controlado e deu-nos aqui a dica – e essa também, de facto, tem sido a nossa intenção – de irmos à procura de um mecanismo que permita diminuir a carga de combustível, e que se pode revestir de diversas formas. Repito que referiu aqui que uma das soluções que seria adequada – e que também consideramos adequada – era a do fogo tático ou fogo controlado. Até que ponto é que nós, deputados, podemos, efetivamente, melhorar a legislação adequada por forma a permitir que haja um maior recurso a esta ferramenta do fogo controlado? Fazer fogo em períodos que não são críticos?

Também de que forma é que poderemos aumentar a formação, ou seja, habilitar técnicos para procederem a esta operação do fogo controlado?

Eu também gostava de lhe perguntar até que ponto é que poderíamos utilizar as corporações de bombeiros para, no período não crítico, fazerem eles próprios formação, por esta via, para o combate, e também, mesmo fazendo formação, fazerem eles próprios fogo controlado. Até que ponto o Sr. comandante acharia útil que esta ferramenta de fogo controlado fosse utilizada pelas próprias corporações de bombeiros?

Depois diz também, a determinada altura, que há falta de comunicação e imagem relativamente à questão da... Até que ponto – e isso também é verdade, sabemos que há uma grande mediatização da questão dos fogos – considera que, por vezes, a falta de comunicação e imagem pode, ela própria, ser propícia ao aumento de ignições, sendo certo que muitas delas são de origem criminosa?

Termino com uma questão sobre o combate. Já se falou aqui da falta de meios dos bombeiros para equipamentos de segurança pessoal, mas verifica-se também, muitas das vezes, que algumas corporações de bombeiros fazem a gestão dos poucos recursos que têm – é evidente que não são muitos, nós temos falta de recursos – e que, por vezes, há algumas corporações de bombeiros em que grande parte da despesa vai para equipamentos não pessoais, para equipamentos de outro tipo; verificamos que, muitas das vezes, não há aqui uma grande repartição dos poucos recursos existentes nas corporações de bombeiros, que são muitas vezes canalizados não para a segurança pessoal.

Já agora pergunto-lhe se considera que há nas corporações – e, obviamente, não estou a particularizar uma ou outra – uma gestão adequada dos poucos recursos, em termos de equipamentos de segurança.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Cumprimento o Sr. comandante Gil Martins, em nome do Grupo Parlamentar do PS e em meu nome pessoal – é um prazer revê-lo.

Sr. comandante, já foram aqui levantadas várias questões e vou incidir a minha intervenção essencialmente sobre as questões que falou da Lei de Bases de Proteção Civil e do SIOPS, nomeadamente a sua aplicação prática no teatro de operações.

É porque os princípios que estão na Lei de Bases são consensuais – e creio que a Lei de Bases até tem uma boa estrutura do sistema –, mas depois verificamos que a sua aplicação prática tem falhas, e falhas graves, porque a forma como o sistema está fechado depois acaba por criar – na minha perspetiva – disfuncionalidades no teatro de operações e eu queria ter a sua opinião sobre isso.

Os corpos de bombeiros dependem organicamente das associações humanitárias, mas funcionalmente dependem da Autoridade Nacional e eu pergunto qual é a responsabilidade do presidente da câmara, enquanto autoridade municipal de proteção civil, na escala hierárquica que é estabelecida com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Isto depois tem reflexos no envolvimento dos presidentes de câmara em sede de teatro de operações.

As coisas melhoraram muito, mas o Sr. comandante tem certamente ideia das dificuldades que, muitas vezes, existiam e que depois se refletem ao nível da montagem do posto de comando operacional e de todo o apoio logístico necessário às operações de combate a incêndios.

A outra questão que lhe quero colocar também tem que ver com a questão dos equipamentos de proteção individual e não só, tem que ver com todo o equipamento, porque não há nada na lei – é verdade ou não – que obrigue a que as associações humanitárias, com os donativos que lhe são dados, com as verbas que lhes são atribuídas, quer pelas câmaras, quer pela Autoridade Nacional, façam investimentos tanto ao nível da formação como ao nível da área de risco em que se inserem. Ou seja: uma associação humanitária pode, através de um donativo que lhe foi dado, comprar 10 autoescadas e na sua área de intervenção só ter para defender edifícios de rés do chão!...

Não há nada que diga: “Esta verba tem de ser aplicada de acordo com o risco identificado na área de intervenção”. Se bem que ao nível do Estado isso aconteça, nomeadamente ao nível do QREN, das necessidades operacionais, a verdade é que, do outro lado, isso não acontece. E isto depois leva-nos a criar aqui “balões” de difícil gestão, porque nós vemos depois que os parques não têm capacidade para as viaturas, enfim, toda aquela situação...

O Sr. comandante tem ideia de quanto é que, efetivamente, foi gasto nas corporações de bombeiros, por exemplo, em termos de subsídio do Estado, nos anos em que foi comandante nacional? E pergunto isto para salientar que há aqui uma necessidade, de facto, de um novo

olhar sobre a relação do Estado com as associações humanitárias e, acima de tudo, com a gestão dos corpos de bombeiros.

A outra questão que coloco é a seguinte: um bombeiro, quando sai do quartel, atua ou não atua em nome do Estado? Está ou não está munido de poderes de autoridade? Está ou não munido de uma função que o Estado lhe atribui e sobre a qual o Estado exerce tutela, nomeadamente inspetiva, formativa e de homologação do próprio corpo de bombeiros?

É porque nós temos também de equacionar todas estas questões em termos da resposta no combate a qualquer situação, nomeadamente, a dos incêndios florestais.

Muito obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado relator Miguel Freitas, não sei se quer colocar alguma questão ao Sr. comandante...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sim, Sr. presidente.

Usando dessa prerrogativa, começo por cumprimentar o Sr. comandante Gil Martins e por lhe perguntar, em primeiro lugar, se, relativamente ao paradigma da defesa da floresta contra incêndios, nós devemos manter a ideia clara de pessoas, bens e floresta, ou se devemos repensar essa questão.

Em segundo lugar, relativamente ao fogo controlado, mais importante do que saber o número – com o qual nós estamos de acordo, bem como com aquilo que disse... –, é importante saber de quem deve ser a tutela dos GAUF's. A tutela nesta altura está no ICNF, a sua atividade está repartida entre o ICNF e a parte de combate. Portanto, de quem deve ser a tutela do fogo controlado? Os bombeiros devem ou não participar, não apenas na questão do fogo controlado, mas em ações de monitorização do estado de conservação das infraestruturas de apoio ao combate? E no período de prevenção eles devem apoiar a questão da prevenção?

Finalmente, apenas uma pergunta: disse que os distritos devem acabar definitivamente, no que respeita ao combate, e que devemos passar para a lógica da NUTS II, CIM, municípios. E, portanto, eu gostava que aprofundasse um pouco mais essa ideia, porque me parece importante, já que pode estar aí o segredo de voltar a ter uma entidade política intermédia no sistema.

O Sr. *coordenador*: – Para responder às questões colocadas, tem a palavra o Sr. comandante Gil Martins.

O Sr. *comandante*: – Algumas perguntas são recorrentes, outras nem por isso. Vou tentar responder através de cada um dos Srs. deputados, começando pela Sr.^a deputada Helena Pinto, em relação ao uso do fogo tático.

O fogo tático – mais conhecido por contrafogo – é uma arma, diria, das mais importantes para fazer face a incêndios de grandes dimensões. Os incêndios de grandes dimensões não se dominam com muitos equipamentos, dominam-se com a análise do perímetro, a verificação dos pontos fracos do perímetro, a atuação em locais muito específicos do perímetro de incêndio, utilizando equipas para fazer este fogo tático, contrafogos, utilizando máquinas de

rasto, utilizando equipas apeadas com material sapador e utilizando meios aéreos pesados em determinado tipo de circunstâncias, apoiando estas operações.

O material hidráulico e as viaturas maiores devem utilizar-se só para defesa dos aglomerados populacionais.

O que é que aconteceu aqui há uns anos nesta questão? Aconteceu basicamente o que está a acontecer agora, que é alguma “anarquia” na utilização do fogo tático – portanto, contrafogo – no combate aos incêndios. Mas a anarquia não advém só dos operacionais; advém também das populações.

Eu diria que são mais graves os contrafogos lançados pelas populações, que ninguém sabe, populações do interior que estão habituadas a ver o fogo e, quando o fogo se aproxima das suas aldeias, a primeira coisa que fazem é fazer fogo à volta da aldeia para o fogo não chegar lá, e portanto são factos que acontecem e que normalmente são do desconhecimento de quem está a gerir um determinado teatro de operações, mas da parte dos operacionais que fazem essas manobras havia alguma anarquia. Tentou-se organizar essa anarquia, mas organizou-se mal, porque só se atribuiu capacidade a determinado tipo de pessoas para terem formação nesta área, e eram pessoas que tinham de ser licenciadas... Portanto, fechou-se de tal maneira o leque, em termos legislativos – e esta legislação foi feita, na altura, pela Autoridade Florestal Nacional contra o próprio parecer da Autoridade Nacional de Proteção Civil –, que, em Portugal, acabou por haver 12, ou 13, ou 14 pessoas com esta formação.

É bom também que se diga que a formação na utilização do fogo tático é uma formação teórica e é uma formação prática, mas não é por uma pessoa tirar esta formação que fica imediatamente habilitada a fazer este tipo de manobras. Este tipo de manobras advém muito da experiência que é requerida no terreno, daquilo que já foram experiências passadas, daquilo que já foi o “histórico” de utilização de fogos táticos em determinadas zonas do território e em determinadas condições meteorológicas.

Portanto, quando se fala em “clandestinidade” é exatamente por isto: o leque foi de tal maneira apertado que, quando há necessidade de pôr em prática esse instrumento, as pessoas sabem que há essa necessidade, sabem que é com aquele método que conseguem resolver aquele problema, acabam por fazer, mesmo não estando credenciadas, autorizadas a fazê-lo. Na diretiva operacional da Autoridade, todos os anos se colocou, não alterando a lei, mas tentando rodear um pouco a legislação, se acabou por dizer que era possível os bombeiros fazerem operações de fogos táticos desde que as mesmas fossem autorizadas pelo comandante responsável pelo incêndio e avaliadas pelo comandante distrital da Autoridade Nacional de Proteção Civil. É claro que isto é fácil de pôr no papel, mas, na situação real em que aquilo é feito, naquela altura, ou não é feito, as autorizações são sempre feitas *a posteriori*, e portanto houve um grupo de trabalho que, em 2009 e em 2010 tratou deste assunto, juntando a GNR, a Autoridade Florestal Nacional e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, que elaborou um documento – está elaborado e deve estar na Autoridade, nos Serviços Florestais, na GNR e também no Ministério da Administração Interna e no Ministério da Agricultura – sobre uma solução para esta questão.

Eu, por acaso, andei à procura nos meus apontamentos se tinha ficado com alguma cópia, infelizmente não fiquei ou, se fiquei, ainda não encontrei, mas há um documento escrito que altera – não altera muito a lei – três ou quatro linhas da lei e resolve o problema.

Em termos do equipamento dos bombeiros, é uma história sempre muito complicada, porque obviamente nunca ninguém está satisfeito, obviamente que hoje estamos mais bem equipados do que estávamos há 10 anos, daqui a 10 anos vamos estar mais bem equipados do que estamos hoje, isto é uma verdade de *La Palisse*.

Também é verdade que, muitas vezes, as opções estratégicas dos bombeiros, em termos de aquisição de equipamentos, não é a melhor. Há muitos corpos de bombeiros que preferem ter uma viatura de 100 000 € do que investir 100 000 € em equipamento individual para o seu pessoal.

De qualquer maneira, eu gostava de referir – e isto é muito importante – que, em 2006 e 2007, foi feito um investimento de 15 milhões de euros na aquisição de 20 000 equipamentos de proteção individual para os bombeiros, e em 2008 e 2009, através dos então governos civis, foram também investidos mais cerca de 5 ou 6 milhões de euros com o mesmo desígnio.

Se os bombeiros se queixam de que o equipamento não tem condições, não é o adequado, isso têm que se queixar deles próprios, porque a aquisição desses equipamentos foi feita pelas Federações Distritais de Bombeiros, pertencentes à Liga dos Bombeiros Portugueses, com a contribuição dos comandantes dos corpos de bombeiros. A aquisição foi feita distritalmente e foi supervisionada, em termos administrativos, pelos governos civis, portanto o Estado disponibilizou a verba e foram os próprios bombeiros que adquiriram o equipamento através de uma norma técnica que a Autoridade Nacional de Proteção Civil, na altura, fez, e que alguns seguiram e outros nem tanto, porque ainda há uma questão cultural nos bombeiros que é necessário ultrapassar – e vai demorar tempo a ultrapassar –, além de outras, que é «Vamos comprar mais barato, porque isto vai dar para mais pessoas». Em vez de se comprar isto, compra-se isto que só dá para quinze, mas compra-se bom. Isto também se reflete um pouco em relação a viaturas – isto já é um discurso que eu tenho há muitos, muitos anos –, os corpos de bombeiros compram viaturas velhas e eu digo: «Só têm viaturas velhas os corpos de bombeiros que são ricos»... É porque se um corpo de bombeiros não for rico não tem viaturas velhas, uma vez que o custo de manutenção de um parque de viaturas velhas durante um ano dá para amortizar viaturas novas num prazo de cinco anos. Portanto, esta ideia de se comprar viaturas velhas para os corpos de bombeiros ou viaturas usadas para os corpos de bombeiros – e não é o Estado que o faz, são as próprias associações – é um erro estratégico ao nível do investimento nos equipamentos.

Portanto, isto é uma questão cultural que, muitas vezes, é difícil de alterar, porque os dirigentes dos bombeiros são muito rotativos – não estou a falar da parte operacional, estou a falar na parte de dirigentes administrativos –, há muitas associações, as pessoas do âmbito associativo que colaboram com a associação são, normalmente, duas ou três, as assembleias gerais têm 20 ou 30 sócios e, portanto, a escolha acaba por não ser muito diversificada... Portanto, a parte dos equipamentos é um problema!

Mas mais: a acrescentar a este problema dos equipamentos, há uma questão que se colocou nos anos 90 e que foi a necessidade de tipificar os corpos de bombeiros.

Esta tipificação tinha que ver com três coisas principais, a primeira das quais era a de definir que, em Portugal, todos os corpos de bombeiros não são iguais: o Corpo de Bombeiros da Amadora não é igual ao Corpo de Bombeiros de Idanha-a-Nova, nem é em termos de respon-

sabilidade, nem pode ser igual em termos de equipamento, nem pode ser igual em termos de recursos humanos, nem pode ser igual em termos de financiamento do Estado...

Então, avançou-se para uma coisa que se chamava: “Tipificação dos Corpos de Bombeiros” – há legislação publicada sobre isso. Eu fiz parte desse primeiro grupo de trabalho, aliás, fiz parte dos três grupos de trabalho sobre a tipificação. No primeiro grupo de trabalho estava eu, estava o então presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e estavam mais dois operacionais ligados à área e que foram indicados, na altura, pelo Serviço Nacional de Bombeiros.

O documento foi feito, no grupo de trabalho foi aprovado por unanimidade, mas quando foi à aprovação, na altura, do Conselho Superior de Bombeiros, no Serviço Nacional de Bombeiros, o documento teve os votos contra da Liga dos Bombeiros Portugueses... Portanto, o documento acabou por sair e ser publicado porque eles estavam em minoria (por duas pessoas). Foi publicado, foi explicado em todo o país, em todos os distritos, a todos os corpos de bombeiros.

Mas, passados dois meses, a Liga dos Bombeiros Portugueses veio dizer que o documento não podia avançar porque tinha premissas erradas. Foi constituído um novo grupo de trabalho, desta vez com elementos indicados pela Liga dos Bombeiros Portugueses, que fez um novo documento, que saiu novamente e que, passado um mês, foi outra vez deitado abaixo.

Houve um terceiro grupo de trabalho que fez um terceiro documento, passados dois ou três meses foi outra vez deitado abaixo...

Ora, o que é facto é que a legislação existe, a da tipificação, a da arrumação do quadro de equipamentos de que cada corpo de bombeiros precisa, consoante a sua área de risco. Mas o que também é facto é que não é cumprida. E não é cumprida porquê? Porque ninguém a quer cumprir, começando pelos próprios bombeiros que não a querem cumprir. É porque, se a quisessem cumprir, nós não estávamos na situação de equipamento em que, se calhar, estamos hoje, que é – como dizia a Sr.^a deputada Isabel Oneto – esta: quando o Estado faz o financiamento sabe aquilo que está a financiar, mas nada impõe que uma associação não compre uma viatura qualquer, seja ou não adequada, que gaste o dinheiro que gastar, só para ter a viatura no quartel... O Estado não tem nenhuma intervenção nessa área, aliás, o Estado já teve mais intervenção nos corpos de bombeiros do que tem atualmente.

Já vou, no fim, à questão do novo paradigma, não me esqueci dela.

O Sr. deputado António Filipe falou nos meios aéreos disponíveis. Posso-lhe dizer, por exemplo, que em 2005 foi criada uma comissão no âmbito do Ministério da Administração Interna para tratar destes assuntos relacionados com os meios aéreos: se o Estado precisava ou não de meios aéreos; se a Força Aérea tinha essa capacidade, se não tinha essa capacidade; uma série de pessoas estiveram envolvidas, incluindo elementos da Força Aérea...

Uma vez, fui chamado à comissão para dar a minha opinião e aquilo que eu disse foi que o Estado deve investir nos meios aéreos que não existem para alugar, porque nos meios aéreos que existem para alugar o Estado não precisa de investir nada. Se eu sei que há helicópteros ligeiros para alugar, “aí, ‘a monte”, é uma questão de concorrência e de preços baixos – porque eles são todos da nova geração –, porque é que o Estado há de ter helicópteros ligeiros?

Bom, mas se o Estado quiser alugar *Canadairs*, não há *Canadairs* para alugar, portanto, o Estado devia investir nos *Canadairs*. Se o Estado quiser alugar helicópteros pesados, dificilmente encontra alguns. Bom, então se dificilmente encontra alguns, se o Estado estava a

pensar comprar 9 helicópteros pesados, compra só cinco ou quatro, mas pelo menos tem a garantia de que tem o mínimo de helicópteros pesados.

As conclusões dessa comissão não foram propriamente essas, não sei porque é que chegaram a outro tipo de conclusões, mas aquilo que eu acho é que Portugal precisa de ter meios aéreos próprios, independentemente de quem os opere. Portugal tem de ter meios aéreos próprios e tem de ter aviões pesados, anfíbios, próprios, como todos os países europeus têm, nós somos o único país que não tem, o que não deixa de ser curioso...!

Mas esta discussão já vem desde 1983, quando foi criada a primeira comissão para se decidir se Portugal comprava *Canadairs* ou se comprava outro tipo de aviões. Na altura, optou-se – porque estávamos em plena Guerra Fria – pela compra de um equipamento para pôr a bordo do C-130, que dava simultaneamente – dizia-se! – para combate químico e para combate a incêndios florestais. Claro que para combate químico provavelmente serviria muito bem, mas para combate a incêndios florestais – não tem nada que ver com o avião, nem tem nada que ver com a Força Aérea, tem que ver, sim, com o sistema que foi adquirido – o sistema de pouco servia, aliás, como tive oportunidade de ver nos Estados Unidos, quando lá estive.

Depois disso já houve mais uma comissão, no início dos anos 90, para estudar a compra de *Canadairs*, em que a União Europeia contribuía com 75% a fundo perdido; mas também não se compraram *Canadairs*, a opção foi comprar quatro helicópteros ligeiros. Eu fui o presidente do concurso e, no fim do concurso, anulei-o, porque as pressões e as confusões eram mais do que muitas e eu acabei, no final, por fazer um despacho a anular o concurso.

Novamente, em 2005, houve esta nova comissão para a questão dos meios aéreos em Portugal, portanto, digamos que, se calhar, não temos *Canadairs* porque a Força Aérea nunca se mostrou muito disponível para os ter, porque os *Canadairs*, a virem para Portugal, ou são operados por uma empresa privada, ou são operados pela Força Aérea – não há outra maneira de o fazer –, a Força Aérea nunca se mostrou muito disponível para operar com estes meios, porque tinha que fazer uma esquadra nova, tinha que criar um departamento logístico novo, tinha que formar pilotos novos, tinha que fazer uma série de coisas... E se calhar acabava por sair mais caro do que pôr uma empresa privada a gerir estes meios.

Em termos da EMA (Empresa de Meios Aéreos, SA) não me vou pronunciar muito, houve uma decisão política que foi tomada e está tomada. Aquilo que digo sobre isso é que os meios aéreos que o Estado deve ter só têm duas hipóteses de ser operados: ou pela Força Aérea ou por uma empresa privada; não há forma de serem operados de outra maneira – aliás, com base naquilo que é a realidade também dos outros países, a nível da Europa.

O Estado dá o equipamento, por exemplo, e a empresa privada opera com o equipamento, ou o Estado dá o equipamento e a Força Aérea opera com o equipamento.

Em relação à questão do Sr. deputado Maurício Marques sobre a diminuição do número de ignições, direi que é um facto que temos que diminuir fortemente as ignições e já houve várias tentativas e várias maneiras de o fazer, sensibilizando a população.

O que julgo que falta é diálogo – falta diálogo! Não basta fazermos campanhas sobre incêndios florestais do tipo “Portugal sem fogos depende de todos”, que, embora tenha sido uma campanha muito importante, não o tem sido nestes últimos anos, porque abrandou muito o seu impacto na população; mas foi uma campanha muito importante que se fez nos anos

2006, 2007, 2008 e ainda um bocado em 2009 – em 2010 já pouco se fez, nomeadamente com *spots* na televisão, nas alturas de maior risco, por indicação da Estrutura Operacional Nacional. A Estrutura Operacional Nacional é que indicava quais eram as alturas próprias para pôr os *spots* na televisão.

Eu julgo que falta aproximar esta mensagem do público-alvo, ou seja, a mensagem é nacional, mas nós temos públicos-alvos muito restritos – pastores, as pessoas do interior que não têm *Internet*. . . Nós vivemos muito à base daquilo que é a realidade do litoral, mas a realidade do interior é um bocadinho diferente. As pessoas não têm *Internet*, não têm muito acesso à informação, não leem jornais, não estão ligadas à televisão a ver os canais de informação e, portanto, para essas pessoas tem de haver sensibilização local, ações locais, tem de haver muito diálogo com elas até para percebermos quais são as suas necessidades e eventualmente até fazer programas tendo em vista as necessidades das próprias pessoas.

Só quero esclarecer que, embora as ignições sejam todas criminosas, há aqui dois tipos de crime: há o crime por negligência – obviamente, o crime por negligência também é crime – mas as ignições por negligência são 50% dos incêndios, e portanto mesmo que não diminuamos os cerca de 20% de incêndios intencionais, que são os incêndios dolosos, esta ideia de que há um criminoso atrás de uma árvore à espera que os bombeiros vão para um lado para ele largar fogo no outro é uma ideia que está a surgir outra vez este ano, nomeadamente através de responsáveis dos bombeiros, mas é um discurso que eu já não ouvia há mais ou menos 7 anos, não sei porque é que apareceu agora. Esta ideia de que os fogos são todos de origem criminosa também é uma maneira de nos desresponsabilizar. . .

O Sr. *coordenador*: – Sr. comandante, peço-lhe desculpa, mas é só um minuto, porque há uma emergência. . . Porque a Sr.ª presidente da Assembleia está doente, tenho de substituí-la na presidência da Conferência de Líderes.

Peço ao Sr. deputado e vice-presidente António Filipe que me substitua na coordenação.

Neste momento, assumiu a coordenação o Sr. vice-presidente António Filipe.

O Sr. *coordenador*: – Queira prosseguir, Sr. comandante.

O Sr. comandante *Paulo Gil Martins*: – Esta ideia de que há um criminoso sempre escondido é uma ideia, eu diria, peregrina. . .

Há incêndios intencionais, é verdade, mas eles são 20% do total dos incêndios, embora 20% seja um número elevado, mas resta saber a que é que correspondem estes 20% de incêndios, porque a Polícia Judiciária prendeu, este ano, 100 pessoas, é verdade. A Polícia Judiciária tem vindo a fazer um excelente trabalho nesta área do fogo posto, ao longo dos anos, no início dos anos 90, na década de 90 e princípios dos anos 2000. . .

Mas interessava saber – destas 100 pessoas que foram presas – a que incêndios é que correspondem, ou seja, as pessoas foram presas por atearem incêndios de 1 hectare, de 100 hectares ou de 1000 hectares? É porque são coisas diferentes! Se prender 100 pessoas que são responsáveis por fogos de 1 hectare, enfim, não me traz grande ajuda; se prender pessoas que atearam

fogos em 1000 hectares, isso já faz diferença. Faz diferença isso e faz diferença saber onde é que essas pessoas atearam esses incêndios.

Sobre a questão da redução da carga de combustível vegetal disponível no território, há várias maneiras de fazer isto: primeiro é a célebre ideia de limpeza da floresta, “Vamos limpar a floresta!”.

Mas a floresta não pode ser alcatroada, a floresta faz parte do ecossistema: os peixinhos, os matos, a manta morta, as árvores, o mato rasteiro, o mato grosso, as chuvas..., faz tudo parte do ecossistema. O ecossistema é assim, nós não podemos alcatroar a floresta, temos é de diminuir seletivamente, nalgumas zonas do território, esta biomassa, e a maneira mais rápida, mais fácil e menos onerosa de o conseguir é fazer fogos controlados. Mas para isso é preciso que alguém no país – especialmente os Serviços Florestais, que deveriam ter essa responsabilidade – diga ou defina quais são as áreas do país que têm de ter esse tipo de tratamento.

Esse tipo de tratamento não pode ser feito em 10% do território neste ano, 5% para o ano, 20% para o ano. Tem de ser de vez, em 2 ou em 3 anos tem de se fazer um grande programa de redução de combustível vegetal e, para isso, precisamos dos nossos técnicos para fazer o fogo controlado; já não técnicos para fazer os fogos táticos, mas técnicos para fazer os fogos controlados – continuamos a ter uma dúzia deles, duas dúzias deles... –, precisamos de muito mais técnicos para fazer este tipo de ação.

Há prejuízos para o território? Há alguns prejuízos para o território. Há prejuízos para o ambiente? Há alguns prejuízos para o ambiente, mas serão sempre menores do que se, naquela zona, tivermos incêndios de grande envergadura no verão. Mais: há incêndios que acontecem no inverno e alguns, mesmo no verão, que não deviam ser apagados; devia controlar-se a sua progressão e os incêndios não deviam ser apagados, porque a final nos estão a ajudar a diminuir a biomassa do solo.

Mas, para se fazer isto, alguém tem que vir dizer – e alguém tem de ser da área dos Serviços Florestais – que aquela área que está a arder é para arder. Se isto acontecer, há uma diminuição substancial da biomassa no solo, mas além disto tem de se fazer outra coisa: mudar a estatística que temos associada à questão dos incêndios florestais e criar uma nova classificação, que é a de «fogos de gestão». Isto são fogos de gestão: os fogos de inverno, de outono, da primavera são fogos de gestão de combustíveis. Desde que não ponham em causa povoaamentos florestais, nem ponham em causa os bens das pessoas – casas, aldeias, indústrias –, há fogos que são benéficos para o território e que não devem ser apagados, porque se gasta dinheiro uma vez, no outro dia está outra vez a arder, e no outro dia está outra vez a arder, porque aquilo tem que arder tudo!

Se quisermos ter queijo da serra da Estrela, tem de haver fogos na serra da Estrela... A questão é simplesmente. Esta também é uma questão cultural. Mas isto depois tem de ser muito bem explicado às pessoas, à população, aos órgãos de comunicação social... «Porque é que está ali um fogo e não se apaga?», «Porque é que agora mudaram a estatística?», «Estão a querer esconder-nos alguma coisa?»...

Portanto, isto tem de ser bem explicado para se atingirem os objetivos desejados e não correremos o risco de tudo correr pior do que aquilo que era suposto.

É óbvio que os corpos de bombeiros podem ser aproveitados nestas atividades do fogo controlado, até a força especial de bombeiros ou através das equipas de primeira intervenção ou de intervenção permanente, que existem nos corpos de bombeiros. Claro que podem colaborar, claro que podem e devem colaborar nestas ações de fogo controlado, até porque serve de treino para os próprios bombeiros. É por isso que eu digo que esta organização dos corpos de bombeiros tem de ser revista profundamente, porque há sempre uma tendência de os corpos de bombeiros – essa é a grande atividade deles – desviarem as pessoas e desviarem o financiamento para o pré-hospitalar, e portanto seria desejável que houvesse, na organização interna dos corpos de bombeiros, alguns departamentos “estaque”.

O departamento de combate a incêndios é o departamento de combate a incêndios, tem as pessoas do combate a incêndios, tem a formação do combate a incêndios e tem o equipamento do combate a incêndios; o departamento do pré-hospitalar tem as pessoas do pré-hospitalar, tem o equipamento do pré-hospitalar e tem a formação do pré-hospitalar... isto para quê? Para que as equipas de intervenção permanente que deviam estar disponíveis nos quartéis para fazer face a emergências de fogo não andem a fazer emergências pré-hospitalares, que é o que acontece.

Em vez de estar a equipa de 5 elementos, durante o período das 9 às 7, no corpo de bombeiros, o que é que os Srs. comandantes fazem, gerindo à boa maneira dos bombeiros, os corpos de bombeiros? Dividem a equipa em três, um fica na central, dois ficam de dia, dois ficam à noite, para sair na ambulância de emergência... E não foi para isto que as equipas de intervenção permanente foram constituídas.

Esta reorganização interna dos bombeiros – que também é um assunto importante, mas que provavelmente dará “água pela barba” a toda a gente – tem de ser muito bem explicada e, principalmente, tem de ser muito bem entendida, porque, se não o for, acaba por correr pior do que aquilo que se esperava.

Em minha opinião, esta questão da comunicação e imagem é uma questão fulcral, em termos de Autoridade Nacional de Proteção Civil e do Sistema de Proteção Civil, e este é também um discurso que tenho há muitos anos.

A Autoridade Nacional de Proteção Civil não tem, nem nunca teve, uma política de comunicação, não tem um gabinete de comunicação “à séria”. Um dos grandes objetivos dos serviços de proteção civil, do sistema de proteção civil, aqui e em todo o lado do mundo, é o de estabelecer uma relação com os cidadãos, uma relação de confiança com os cidadãos, e essa relação não está criada, aliás, eu já assisti muitas vezes a situações em que responsáveis da própria Autoridade Nacional de Proteção Civil dão ordens para não se dizer nada porque «Se se disser muita coisa, depois vêm chatear-nos muito»... Esta é uma postura que não se usa nos tempos modernos, nos tempos atuais, nos tempos da informação, nos tempos em que é preciso explicar às pessoas, porque as pessoas cada vez têm mais acesso à informação, cada vez têm mais conhecimento e questionam porque é que ninguém vai à rádio ou à televisão dizer alguma coisa, se toda a gente sabe o que é que se está a passar.

Não há uma política de comunicação, ninguém quer “dar a cara”, toda a gente tem medo de “dar a cara”, e é preciso mudar, mudar este estado de coisas, porque uma das funções da Pro-

teção Civil é fazer exatamente esta ligação com os cidadãos e com os órgãos de comunicação social, obviamente.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Vou pedir que sintetize, porque já estamos a ultrapassar o tempo e temos audições a seguir.

O Sr. comandante *Paulo Gil Martins*: – Em relação à questão da Sr.^a deputada Isabel Oneto sobre a Lei de Bases, eu gostaria de dizer que a Lei de Bases atualmente tem um problema: como acabaram os governos civis, neste momento, há uma grande confusão entre aquilo que é a responsabilidade política e a responsabilidade técnica; neste momento, há responsáveis técnicos a assumir responsabilidades políticas e isto não é aceitável. Por isso é que digo que a Lei de Bases tem de ser mexida e, aproveitando o facto de se mexer na Lei de Bases – independentemente de tudo aquilo que lá esteja, ela foi um avanço, diria, civilizacional, em relação à anterior Lei de Bases –, porque é necessário, fazem-se alguns retoques pontuais, especialmente na área das questões operacionais.

Com esta saída dos governadores civis e com a alteração da Lei de Bases, colocaram-se problemas de interligação entre os presidentes de câmara e a própria Autoridade Nacional de Proteção Civil, interligação que, na altura, era feita através da autoridade política distrital e que agora é feita através dos CDOS (Comandos Distritais de Operações de Socorro). Só que os CDOS não estão em posição, nem têm muita capacidade para colocar aos presidentes de câmara algumas questões que devem ser colocadas, nomeadamente no acionamento dos planos municipais de emergência.

O Sr. deputado Miguel Freitas falou da mudança de paradigma para pessoas, bens e floresta. Ora, o paradigma, julgo eu, não tem muitas hipóteses de ser diferente, porque a grande questão – primeiro de tudo – é salvar vidas! Não é salvar a floresta e deixar as pessoas morrer! A grande questão é salvar vidas, salvar os bens imediatos das pessoas e depois salvar a floresta. Mas podemos fazer isto em simultâneo se tivermos o dispositivo preparado para o fazer, como já tivemos num passado recente – não foi fácil de fazer, mas tentámos fazer de alguma forma e nalguns casos deu bons resultados.

No entanto, isto tem de ter a ajuda do tal fogo tático, porque, sem ele, não conseguimos fazer grandes operações em incêndios de grande envergadura. Os bombeiros obviamente que devem apoiar as ações de prevenção, nomeadamente dando algumas informações importantes a quem está a fazer esse tipo de ações.

Em relação ao novo paradigma do Sistema de Proteção Civil – para finalizar – e da Autoridade Nacional de Proteção Civil, diria que o Sistema de Proteção Civil tem de ser dinâmico, não pode estagnar. O que se nota neste momento – o que eu noto, pessoalmente – é alguma estagnação no sistema, ou seja, julgo que as pessoas pensaram que a situação do sistema estava resolvida, não só dos incêndios florestais, a legislação tinha saído e agora era “gerir o dia a dia”, mas isso não é assim! O “gerir o dia a dia” não é propriamente “gerir o dia a dia”...! “Gerir o dia a dia” é gerir equilíbrios, é gerir corporativismos, muitas vezes exacerbados, gerir sensibilidades, muitas vezes complicadas, de entidades diversas, é haver um diálogo constante com as várias entidades, é haver uma política de comunicação e haver atualização do sistema,

nomeadamente no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, que tem duas vertentes, uma das quais tem que ver com uma resposta multiagentes, mas metade do documento só tem que ver com bombeiros... Ora, essa metade do documento, que só tem que ver com bombeiros, tem de sair de lá, o documento tem de ser só para os agentes de proteção e socorro – todos, na sua globalidade! Tem que ser um documento que se aplique a todos e não só a alguns.

Neste caso, metade do documento só se aplica aos bombeiros, portanto, é preciso tirar isso daí, e é preciso restituir aos bombeiros a organização operacional que tiveram no passado, que era uma organização simples, que não trazia custos nenhuns para o Estado, continua a não trazer, foi terminada em 2007/8, salvo erro... E é preciso recuperar porque os bombeiros precisam e porque o Sistema de Proteção Civil também precisa!

O Sistema de Proteção Civil precisa que os bombeiros tenham uma organização própria, porque, “nesta altura do campeonato”, ninguém se entende se os bombeiros não tiverem uma organização própria como têm todas as outras entidades!

Em termos da Autoridade Nacional de Proteção Civil, um novo paradigma porquê? Por causa desta questão dos bombeiros. A Autoridade Nacional de Proteção Civil tem uma Direção Nacional de Bombeiros. A Direção Nacional de Bombeiros serve para quê? Primeira pergunta.

Tem de estar dentro da autoridade ou pode estar fora da autoridade? Ou será que tem de estar fora da autoridade? Ou não?

O Planeamento Civil de Emergência deve ser uma direção nacional própria ou não deve ser uma direção nacional própria? Será que faz sentido que o Planeamento Civil de Emergência não seja uma direção nacional própria e que a auditoria e fiscalização seja uma direção nacional? Se calhar não faz sentido. O Planeamento Civil de Emergência é muito mais importante do que uma Direção Nacional de Auditoria e Fiscalização, que pode ser um mero gabinete ou uma mera unidade, como há nas outras organizações.

Depois, será que as atribuições que são dadas à Autoridade Nacional de Proteção Civil são as mais corretas? Será que é mais correto que a Autoridade Nacional de Proteção Civil esteja dependente do Ministério da Administração Interna, ou seria mais correto estar sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros, como já esteve antigamente, até por uma questão de intervenção dos outros ministérios?

Portanto, é sobre este novo paradigma que é necessário pensar e eventualmente até avançarmos numa direção mais interessante, se calhar, que é agarrarmos, por exemplo, no Sistema de Segurança Interna, ver como é que ele está constituído e fazer uma Autoridade Nacional de Proteção Civil muito semelhante àquilo que é o Sistema de Segurança Interna, com um gabinete de coordenador e com um gabinete de apoio ao Primeiro-ministro – se estivesse na Presidência do Conselho de Ministros, era muito mais fácil de fazer.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)

O Sr. comandante *Paulo Gil Martins*: – Também é um problema de segurança interna. Sr. coordenador, muito obrigado e peço desculpa pelo alongamento da conversa.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Beneficiámos do facto de o Sr. comandante Vaz Pinto se ter atrasado um pouco, o que nos permitiu também ter aqui alguma margem de manobra, alongando um pouco esta audição.

Sr. comandante, queria agradecer-lhe em nome do grupo de trabalho e da Assembleia a sua contribuição, que, naturalmente, será muito útil para a elaboração do relatório final dos nossos trabalhos.

Pausa.

Sr.^a deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Sr. coordenador, o Sr. comandante falou de um relatório, de um documento que existe de um grupo de trabalho que reuniu entre 2009 e 2010 e que tem que ver exatamente com a formação em técnicas de contrafogo, documento esse que deve estar na proteção civil.

Portanto, penso que seria importante pedirmos esse documento – e fica aqui já registado o meu pedido – à Autoridade Nacional de Proteção Civil, neste caso concreto, ou ao ministério, onde o documento estiver guardado.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Muito bem, Sr.^a deputada. Registamos esse pedido e iremos ver uma forma expedita de ter acesso ao mesmo, mas, se não houver forma expedita, solicitá-lo-emos formalmente.

Srs. deputados, dou por terminada esta primeira audição de hoje.

Eram 10 horas e 48 minutos.

AUDIÇÃO

COMANDANTE VÍTOR VAZ PINTO

(Ex-comandante nacional de Operações de Socorro,
no período de 2011 a 2012)

8 DE JANEIRO DE 2014

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Srs. deputados, vamos começar os nossos trabalhos, porque estamos já com um atraso de quase 45 minutos, o que nos vai obrigar a ser muito rigorosos na gestão do tempo, por razões evidentes.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Agradeço ao Sr. comandante Vítor Vaz Pinto a sua disponibilidade para colaborar com os nossos trabalhos e convido-o a fazer uma breve introdução inicial, de 10 minutos, após o que haverá um período de 5 minutos para cada um dos Srs. deputados poder colocar as questões que entender e o Sr. comandante poderá responder usando igual tempo.

Reitero os agradecimentos e peço desculpa pelo mal-entendido que o fez estar aí à espera durante longo tempo. Nós pensávamos que estava atrasado e afinal não estava, estava até adiantado – peço desculpa por isso – e dou-lhe de imediato a palavra, pois creio que pretende fazer uma exposição inicial. Tenha a bondade.

O Sr. comandante *Vítor Vaz Pinto*: – Sr. coordenador, Srs. deputados, foi-me pedido para fazer uma pequena apresentação de introdução a esta problemática dos incêndios florestais e fiz aqui um pequeno guião das atividades desenvolvidas enquanto estive no Comando Nacional de Operações de Socorro em regime de substituição, como sabem.

Assumi funções de comandante operacional nacional, em regime de substituição, a 9 de março de 2011, as quais exerci até 5 de dezembro de 2012.

Assumi estas funções num contexto bastante complicado e inesperado, resultante de um processo disciplinar ao ex-comandante nacional Gil Martins. O primeiro desafio foi montar, em 39 dias, o dispositivo especial de combate a incêndios florestais para 2011.

Face à impossibilidade de alterar as condições meteorológicas e também o quadro legal vigente, as condições financeiras à data, o ordenamento dos espaços florestais e rurais, só restava potenciar os meios e recursos disponíveis, aumentando a eficiência e mantendo a eficácia, fazer mais e melhor com menos custos.

Pela primeira vez, o dispositivo contou com contributos de todos os atores de todos os patamares da estrutura de proteção civil, por forma a criar um sentimento de pertença e um espírito de corpo à dimensão de uma resposta operacional exigente, com uma diversidade incomparável de diferentes entidades para a única missão.

A redução dos 15 meios aéreos exigiu medidas compensatórias para manter a eficácia no ataque inicial, o que foi claramente conseguido porque nesse ano obtivemos um resultado de 93% dos incêndios dominados em ataque inicial. Esta redução foi muito significativa e originou várias medidas compensatórias que tiveram de ser tomadas.

Por forma a suprir os constrangimentos identificados na campanha anterior, nomeadamente a situação particular do Parque Nacional da Peneda-Gerês, o balanceamento de meios – obrigando os meios a percorrer grandes distâncias –, a organização dos teatros de operações, principalmente aqueles mais complexos, a recuperação da capacidade de ataque inicial, foram preposicionadas forças no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em locais estratégicos, onde se mantiveram durante as Fases Bravo, Charlie e Delta. De modo a ultrapassar a falta de especialistas das equipas GAUF, foi preciso concertar com a ex-Direção-Geral das Florestas a integração nestas equipas de bombeiros da Força Especial de Bombeiros, por forma a podermos operacionalizar as mesmas.

Foram reorganizados os meios de reforço e a constituição dos grupos de reforço, com base nos corpos de bombeiros profissionais para a defesa de aglomerados populacionais e foram também constituídas equipas de posto de comando, devidamente formatadas e treinadas, por forma a suprir o constrangimento identificado nos teatros de operações mais complexos.

Além disso, incrementámos recursos tecnológicos em prole de uma maior prestação de apoio às operações, por exemplo, a uniformização de todos os veículos de comando e controlo a nível nacional, porque cada um estava dotado de equipamento muito próprio e era sempre difícil, em teatros de operações, quando havia deslocação de operacionais, poder operar com aquele equipamento.

O Sistema de Proteção Civil, na minha opinião, deve ser um sistema evolutivo e de aprendizagem contínua, estando aberto a incorporar novos ensinamentos e novos conceitos.

Pela primeira vez, numa metodologia tão abrangente, materializou-se um processo de lições aprendidas em 2011, com implementação imediata de medidas corretivas.

Fruto da contínua avaliação, foram elencadas 103 medidas corretivas, distribuídas por 26 ações, agrupadas em quatro vetores de atuação. Mas o problema existe e é estrutural e, ainda que o sistema seja aperfeiçoado, estamos simplesmente a implementar mutações conjunturais.

A aplicação de medidas corretivas fortaleceu o dispositivo, sem dúvida, suprimindo alguns constrangimentos e mitigando algumas fragilidades. No entanto, cada fragilidade, cada constrangimento detetado constitui uma oportunidade de resolver os problemas, alguns dos quais sustentados no tempo.

Peço desculpa por não estar a acompanhar a passagem dos *slides*, mas depois posso deixar cá a apresentação em *PowerPoint*. De qualquer modo, estou disponível para esclarecer as vossas dúvidas.

Aqui nesta fase, deixei ao Sr. ministro da Administração Interna, e aos atuais presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e comandante operacional nacional, um memorando sobre as adaptações que considero pertinentes na organização de uma resposta no âmbito da proteção e socorro, que naturalmente está generalizado e abarca toda a dimensão da proteção civil, mas que tem reflexos no combate aos incêndios florestais.

Terminei as minhas funções de comandante operacional nacional a 4 de dezembro de 2012, tendo regressado ao meu lugar para terminar a comissão de comandante distrital de Operações de Socorro de Faro, onde me mantenho até à presente data.

Elenquei aqui algumas das preocupações que identifiquei no período em que, transitoriamente, exerci as funções de comandante operacional nacional, nomeadamente:

- o combate nas situações de exceção;
- a vulnerabilidade da estrutura operacional às influências externas nas tomadas de decisão – principalmente as de dimensão política;
- a rotatividade anual dos elementos que integram as equipas de combate a incêndios e as equipas de apoio ao combate;
- a rotatividade dos quadros de comando dos corpos de bombeiros;
- a operacionalização e operacionalidade, naturalmente, dos GAUF;
- o dispositivo dos meios aéreos;
- a Força Especial de Bombeiros e os GIPS da GNR;
- o dispositivo de maquinaria pesada;
- a sustentação logística das operações;
- a preparação diferenciada do nível das forças – a prestação é, de facto, muito notória em sede do teatro de operações;
- a partilha das responsabilidades entre as tutelas políticas e operacionais no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- as metas estabelecidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que, na minha perspetiva, não são exequíveis face à imprevisibilidade e independência das suas variáveis;
- a definição da política do setor baseada em ciclos eleitorais também é uma preocupação que tenho.

Face às minhas preocupações, considero pertinente que sejam repensadas filosofias, agilizados os procedimentos por forma a obter um sistema integrado mais propulsor de situações excecionais, uma vez que a rotina parece estar enraizada e aceite por todos os atores.

Por isso, selecionei um conjunto de considerações que, direta ou indiretamente, influenciam o combate aos incêndios florestais:

- ajustar os níveis de atuação de proteção civil à realidade do país, quer ao nível nacional, quer aos níveis regional e municipal;
- definir políticas a médio e a longo prazos para o setor;
- criar uma carreira de gestores de emergência para ocupar lugares na estrutura operacional;
- adequar a formação e o treino às necessidades da resposta;
- consolidar a ponte de cooperação com as Forças Armadas, principalmente ao nível da logística e do reforço especializado, como é o caso das máquinas de rasto;
- envolver e responsabilizar o patamar municipal da proteção civil ou através das CIM;
- promover uma base sustentada de informação científica de apoio à decisão operacional;
- utilizar o fogo de gestão, mesmo no período crítico e equilibrar;
- e clarificar as competências da Força Especial de Bombeiros e dos GIPS da GNR.

Srs. deputados, estes eram os pontos que eu tinha elencado. Não tenho, naturalmente, receitas nem remédio para todos os males, mas tenho uma visão sobre o sistema, visão alicerçada na experiência de mais de 20 anos no setor e estou, naturalmente, disponível para continuar a contribuir para a solução.

Fico agora à disposição dos Srs. deputados.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Sr. comandante, agradeço a sua apresentação e o cumprimento escrupuloso do tempo – estou certo de que os Srs. deputados irão seguir o exemplo...

Sr.^a deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a *Isabel Oneto (PS)*: – Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, cumprimentar o Sr. comandante Vaz Pinto pela sua disponibilidade e pela apresentação e exposição que fez.

O Sr. comandante frisou várias vertentes da problemática do combate aos incêndios florestais e eu gostava que desenvolvesse algumas das questões que aqui referiu. Colocou, nomeadamente, questões acerca do envolvimento do patamar municipal, a questão da clarificação das responsabilidades operacionais e políticas, a questão da formação e da forma como ela deve ser planeada – se faz sentido manter a Escola Nacional de Bombeiros com esta estrutura ou se devemos ter uma Academia de Proteção Civil mais abrangente, precisamente onde se pudesse fazer uma concentração dos estudos académicos das nossas universidades, que pudessem colaborar com a academia nessas matérias, com tudo o que isso representa.

Relativamente à questão operacional, que é aquela de que aqui nos ocupamos, e que eu divido com o meu colega deputado Miguel Freitas, as minhas preocupações são, por exemplo, estas: o SIRESP funcionou em termos de resposta ou não? Permite ou não a localização dos operacionais e das viaturas? É ou não necessário dotar as viaturas de combate a incêndios – neste caso de incêndios florestais – ou outras, em qualquer intervenção, de gestão de frota, no sentido de fazer a sua localização por GPS, para que o posto operacional saiba efetivamente onde é que, operacionalmente, os homens estão a ser movimentados?

Enfim, há um conjunto de questões relativamente ao teatro de operações que se põem, tal como saber se, na sua perspetiva, o SIOPS funcionou ou não, ou seja, se o Sr. comandante conseguiu, ou não, ver implementado o SIOPS no teatro de operações.

Outra questão relevante que aqui também foi referida tem que ver com os meios aéreos. Na sua perspetiva, temos ou não temos meios aéreos suficientes? Que meios aéreos são necessários? Quem é que deve geri-los e operacionalizá-los?

Enfim, estas são preocupações que tenho e que envolvem toda a gestão relacionada com o combate dos meios aéreos.

Sr. coordenador, fico por aqui. Muito obrigada.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques (PSD)*: – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Começo naturalmente por agradecer a participação do Sr. comandante Vítor Vaz Pinto e dar-lhe conta do seguinte: este grupo de trabalho não se destina a avaliar a sua prestação enquanto comandante, nós temos outro objetivo que é o de contribuímos para a diminuição deste flagelo e sabermos até que ponto é que podemos fazer uma alteração (legislativa e não só!) no sentido de diminuir este flagelo que ocorre todos os anos.

Nós temos, ao longo de algumas audições, notado que o número de ignições é excessivo e é um número cada vez maior. Por isso, eu gostaria de saber qual a sua opinião sobre até que ponto é que se deve considerar este número de ignições. Este número de ignições tem ou não que ver com a questão que aqui falou do fogo tático e do fogo controlado?

Verificamos – e isto também já aqui foi dito por algumas pessoas – que efetivamente há necessidade de utilizar o fogo como uma arma de diminuição do combustível existente na floresta e também de renovação das pastagens e isto pode, por si só, aumentar o número de ignições. Mas, por outro lado, verificamos que, para a utilização do fogo tático e fogo controlado, temos uma deficiência na formação de pessoal e na definição das entidades autorizadas a fazê-lo. Até que ponto é que podemos alterar o nosso quadro legislativo por forma a utilizar, em maior número, o fogo tático e o fogo controlado, por forma a diminuir a carga de combustível existente na floresta.

Disse o Sr. comandante que, durante o seu mandato (embora provisório), o ataque inicial foi melhorado significativamente, ou seja, houve um êxito grande no ataque inicial, na primeira intervenção do combate aos incêndios. Sendo certo que eu já disse que não estamos aqui para avaliar a atuação do Sr. comandante, eu gostaria de perguntar-lhe o que é que fez ou não fez nessa altura para que o ataque inicial tivesse tido o êxito que aqui reconheceu. Sabemos bem que é no ataque inicial do combate que se evita que um grande incêndio se propague.

Por outro lado, temos vindo aqui a falar do combate e dos meios aéreos, mas não falámos muito da prevenção e o Sr. comandante, no documento que aqui traz, faz referência às Forças Armadas e até, estou a ver, à «utilização de máquinas de rasto»... Eu próprio também considero que a utilização de máquinas de rasto na floresta, nomeadamente para manutenção das redes primárias de faixas de gestão de combustível como prevenção infraestrutural de defesa da floresta contra incêndios, quando elas existem, e a sua conclusão seriam extremamente benéficas. Até que ponto é que o Sr. comandante acha que o país devia investir mais neste tipo de equipamento pesado, que serviria no combate e também na prevenção?

É porque muitas das vezes, nos incêndios, fala-se muito de meios pesados no combate e da necessidade, ou não, de o Estado ter equipamentos pesados para combate, nomeadamente meios aéreos, mas sabemos que os meios aéreos que o Estado possa ter ou não – e se os tiver, de modo próprio – têm um custo associado ao longo de todo o ano e são “produtivos” apenas num período muito curto do ano, sendo que o equipamento pesado, nomeadamente as máquinas de rasto, que tem também um custo associado, podia ser também utilizado todo o ano: durante o período não crítico na prevenção e na manutenção da rede primária e na limpeza da floresta, e depois durante o período crítico também, obviamente, no combate. Até que ponto o Sr. comandante acha que devíamos privilegiar um em detrimento do outro?

O Sr. coordenador (António Filipe): – Tem a palavra o Sr. deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Começo por cumprimentar o Sr. comandante Vítor Vaz Pinto.

Vou ser muito rápido, uma vez que as perguntas interessantes estão feitas, mas quero precisar um ou dois aspetos.

O Sr. comandante falou no balanceamento de meios e, prendendo isso com a necessidade de termos meios, que tipo de meios, em que quantidade e onde, a perceção que se tem é que, de facto, nós fazemos um esforço – não sei se está quantificado o balanceamento de meios – e isso tem implicações aos mais variados níveis: em perdas de material (e já não vou falar nas perdas de vidas humanas porque isso não é para aqui chamado...), em custos para as corporações de bombeiros...

É porque não é assim tão pouco frequente quanto isso nós assistirmos a que há zonas de risco perfeitamente identificadas, com um conjunto de corporações de bombeiros de número elevado, mas depois os meios humanos em combate nesses incêndios é residual. Lembro-me de alguns incêndios, principalmente a norte – e o deputado Abel Batista poderia fazer esta pergunta... –, em que, segundo informações que temos, estava pouco mais de uma dezena de bombeiros. E depois é preciso deslocar um conjunto de...

A minha pergunta é no sentido de saber se é possível e como é que é possível – porque falou no ajustamento dos meios à realidade do país – fazermos, ao nível da prevenção estrutural, uma avaliação correta dos riscos e das necessidades, e depois pré-posicionar os meios para não só melhorar a eficácia do primeiro combate, como também não causar às próprias corporações de bombeiros e a todo o sistema custos completamente despiciendo quando, se houvesse essa pré-prevenção, porventura estaríamos mais bem preparados. Como é que isso se pode eventualmente melhorar e articular?

Relativamente aos meios aéreos, acho que são matéria que merece um capítulo à parte e, portanto, todas as opiniões são úteis. O Parlamento aprovou – julgo que quase por unanimidade, em 2005 – a necessidade de o Estado ter meios aéreos ligeiros, médios e pesados... Julgo que ainda não temos os pesados, mas a realidade é que a decisão foi mais política do que técnica e talvez por isso é que temos os meios que não são exatamente aqueles de que o país precisa e que seriam mais eficazes para o combate do problema que está identificado... Portanto, como é que fazemos isso?

Mas a minha pergunta tem que ver também com aquilo que é uma perceção do risco. Aliás, há bocado, na audição anterior, o Sr. comandante Gil Martins falava na falta de comunicação da Autoridade Nacional de Proteção Civil e na melhoria da comunicação. Eu acho que temos de envolver mais o país naquilo que é uma perceção de risco e na capacidade de perceção do risco. Dou um exemplo: as pessoas que hoje são levadas pelas ondas porque acham que nada lhes acontece, porque não têm no seu espírito a ideia de que o risco existe e que temos todos de ser agentes de prevenção... Ao estudar estas matérias, eu tropecei num gabinete qualquer de uma faculdade da Madeira, que tinham feito uma previsão de um possível risco de cheias na Madeira três anos antes de o risco que aconteceu na Madeira ter acontecido!...

A pergunta é: como é que as instituições de ensino, os gabinetes técnicos da proteção civil, toda a gente deteta riscos e alerta para os riscos e depois a Autoridade Nacional de Proteção Civil ou o sistema de responsabilidade política normalmente não liga nenhuma e depois a catástrofe acontece e toda a gente diz: «Bom, era isto que se devia fazer» e «Há quem tenha feito isso»!...

Como é que nós fazemos a interligação da Autoridade Nacional de Proteção Civil com as universidades, com as corporações de bombeiros, com as associações de bombeiros, com os gabinetes de proteção civil das autarquias, que às vezes fazem trabalho meritório que se perde, porque não temos entre nós uma perceção de risco.

Pode acontecer, um dia, um sismo em Lisboa e as pessoas acham que isso é uma coisa que só acontece nos outros países!... Portanto, é fundamental termos o cidadão atento e conhecedor dos riscos – obviamente que tem uma componente de alarme elevado –, daí que seja necessário sabermos como é que podemos melhorar este equilíbrio entre não ser alarmistas mas, ao mesmo tempo, ter cada um dos portugueses – de acordo com o que diz, e bem – informado com a realidade do país.

Também ficámos a saber – eu sou do interior e, portanto, percebo bem – que, às vezes, alguma comunicação da Autoridade Nacional de Proteção Civil aplicada aos meios rurais ou aos meus familiares da aldeia, não tem nenhuma eficácia, porque eles não percebem sequer o que é que se está a dizer e continuam a fazer as suas queimadas como sempre fizeram, convencidos de que aquilo não vai correr qualquer risco, quando a realidade é que daí nasce um conjunto... Aliás, basta ver os incêndios que aconteceram agora em época de inverno, nomeadamente no meu distrito, em Viseu: num período em que normalmente já nos estávamos a preparar para os problemas da neve, ainda andávamos a combater incêndios... Isto diz bem de uma nova realidade que está a mudar... Portanto, a minha questão é a de saber como é que, no fundo, nós conseguimos atualizar um sistema que seja compatível com a realidade do país e em cada uma das regiões.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas na qualidade de relator.

O Sr. *Miguel Freitas (PS)*: – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Muito rapidamente, quero concretizar um pouco a questão do pilar técnico e do pilar político, isto é, gostaria que o Sr. comandante me frisasse – da sua experiência quer de comandante nacional, quer de comandante regional do Algarve, neste caso – como é que nos devemos organizar. Esta organização que está criada, de cinco regiões excêntricas às regiões plano, na sua opinião, é a melhor solução? Ou considera que devemos evoluir para outro modelo?

Sobre a criação do CADIS, que é uma questão específica, nova, como é CADIS e CODIS, eu gostava que nos desse também a sua experiência sobre a criação dessa figura. Objetivamente, da forma como está ela se serviu ao sistema? E como é que ela pode evoluir? Naturalmente, o sistema está sempre em evolução e, portanto, eu gostava que pudesse concretizar um pouco melhor essa nova estrutura.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Sr. comandante, tem a palavra. Dispomos de 20 minutos.

O Sr. comandante *Vitor Vaz Pinto*: – Srs. deputados, não sei se tomei nota de todas as questões, pelo que, se porventura não responder a alguma, peço que a repitam. Vou tentar ser objetivo e direto.

Estou habituado a executar políticas, não a defini-las. Naturalmente, tenho uma ideia sobre o sistema porque já ando cá há muitos anos, mas eu executo políticas. Também faço estudos e análises e, portanto, aquilo que vou dizer é a minha opinião pessoal, independentemente daquilo que faço no dia a dia, no trabalho.

A Sr.^a deputada Isabel Oneto perguntou-me sobre a questão da proteção civil. Eu só entendo a proteção civil assente em dois pilares: um pilar político e um pilar técnico – a não ser assim então tínhamos aqui outra coisa qualquer, uma defesa civil ou outra coisa qualquer... Em todos os níveis da proteção civil, na minha perspetiva, devia haver um patamar técnico e um político. Não sei se, com esta resposta, fui claro em relação a isto.

Há vários modelos que podemos adotar. Eu, no memorando que deixei – quando fui embora, entreguei ao Sr. ministro, ao atual presidente e ao Sr. comandante nacional –, preconizava que o Sistema de Proteção Civil retrasse para as NUTS III, para as cinco regiões, e entendia que, ao nível dos bombeiros, era preciso criar a figura de comandante distrital de bombeiros, ou seja, manter no distrito o comandante de bombeiros e retrain a proteção civil para situações mais de exceção, para o nível regional, porque aqui tínhamos um pilar que hoje já não existe no distrito mercê destas reformas a que o país tem vindo a assistir. Só para dar um pequeno exemplo, o Centro de Coordenação Operacional já não consegue, nalguns distritos, ter a representação dos oficiais que é obrigatório estarem no CCO.

Por outro lado, para ser mais objetivo, o comandante distrital de Operações de Socorro da Proteção Civil faz uma coordenação operacional e simultaneamente faz uma coordenação política. Portanto, com a extinção da figura dos senhores governadores civis, que faziam a coordenação política, os atuais comandantes distritais fazem a coordenação política, a coordenação institucional e a coordenação operacional. Acho que, em situações de rotina, isto é perfeitamente viável, não há qualquer problema, mas em situações de exceção, pode ser, como se verificou nalguns casos, muito complexa, e depois há sempre umas pessoas...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Pode precisar mais...

O Sr. comandante *Vitor Vaz Pinto*: – Sr.^a deputada, eu não queria falar de casos concretos, mas é natural que os Srs. deputados tenham assistido a algumas situações. Por exemplo, no Algarve – e para não falar de mais nenhum distrito e porque este é um distrito onde eu já estou há algum tempo e de onde o Sr. deputado Miguel Freitas é oriundo –, o incêndio de Catraia, em Tavira, no ano passado. Foi um incêndio “muito badalado” na comunicação social, porque teve consequências muito gravosas... Enfim, disse-se muita coisa – permitam-me a expressão – “da parte de muito treinador de bancada” que não costuma treinar com os jogadores e que, se calhar, nem nunca foi jogador de futebol... Pessoalmente, considero que aquela operação de proteção civil foi a maior desde que o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

está implementado em Portugal, foi executada a todos os níveis com muito profissionalismo e com muita sapiência.

O comandante das Operações de Socorro – que, naquele momento, era o comandante distrital de Faro, o Sr. comandante Abel –, em boa hora definiu a estratégia e os objetivos para aquele teatro de operações: primeiro defender as pessoas, depois defender o edificado e os bens das pessoas, e depois o ambiente. Em boa hora o fez, em cooperação com a GNR e com a coordenação que ali foi possível fazer.

Resultado: arderam mais de 20 000 hectares, quase 30 000, é verdade, dos quais apenas 5000 eram de floresta; mas o que é verdade é que obtivemos zero mortos e zero feridos entre os combatentes e entre a população residente.

Aquele incêndio desenvolveu-se numa área muito particular da serra do Caldeirão, que é uma serra muito vulnerável àquele tipo de ocorrências, onde os incêndios têm uma dinâmica muito particular – e isto historicamente está registado e a população sabe-o, as pessoas que vivem lá e que perderam os seus bens em poucas horas convivem com aquilo... Portanto, havia planos por todo o lado, planos de defesa da floresta contra incêndios, havia planos para tudo, mas na verdade, no terreno, havia muita coisa que faltava. Aquilo que estava planeado – do ponto de vista científico não me pronuncio sobre isso – com certeza que estava bem planeado, mas o que é verdade é que depois, quando é preciso resolver o problema e quando tudo falha, as coisas nem sempre acontecem como se esperava... Depois há sempre umas pessoas que dizem: «Ah, o malandro do comandante nacional é que foi um maroto, que não teve competência para gerir aquilo...»

Como não há resposta, como não há ninguém a contradizer, dá a impressão de que aquilo que algumas pessoas dizem é verdade e que têm solução para todos os problemas, têm remédio para todos os males, quando não é verdade!

Esta problemática dos incêndios florestais é muito complexa, que não se compadece – como há bocado eu já disse – com ciclos políticos e que tem de ser vista a longo prazo. O ordenamento florestal – e eu não sou florestal, portanto, não estou muito à vontade para isto, mas nem preciso de ser para perceber – não se consegue fazer de um dia para o outro. Eu consigo montar o melhor dispositivo de combate aos incêndios florestais que há no mundo desde que tenha dinheiro, mas não é por montar um dispositivo desses – por mais sofisticado que seja e por mais numeroso que seja – que se resolve o problema, porque há de chegar uma altura em que os meios hão de ser finitos e não há meios para responder a tudo. Um dia vai acontecer, de certeza, mas não sabemos quando. Portanto, temos de nos preparar para o quotidiano, para o dia a dia e responder a situações de exceção com medidas de exceção, mas temos de ter um mínimo para poder fazer face ao trabalho do dia a dia – isso é o que nós temos de ter! E temos de saber, cada um, quais são as responsabilidades que temos a cada momento.

Não podemos é estar aqui com estas conversas e a alimentar esta “história aos quadrinhos”, em que muita gente – por motivos diversos, que não quero estar a especificar – continua a falar destas coisas...

É porque isto envolve muita coisa, como sabem, e não vale a pena escamotear estas coisas. Estamos aqui, no Parlamento, na Casa do Povo, mas as coisas também têm de ser ditas!

Esta questão dos incêndios florestais toca em muitos interesses, abrange muitas áreas, e quando se mexe em qualquer ponto é sempre muito complicado fazer qualquer alteração. Muito complicado!

Esta questão, na minha perspetiva, ao nível do Estado português e da nação é tão importante como a da segurança e, no futuro, temos de estar preparados para situações de exceção, que cada vez vão ser mais gravosas, quer ao nível florestal, quer ao nível de outras catástrofes, e o sistema tem de estar rotinado e treinado. Não adianta estar aqui a adquirir competências, se depois essas competências não são treinadas, não vale a pena!

Eu posso tirar uma licenciatura em medicina, mas se eu não exercer medicina, com certeza, não posso receitar medicação. Estas coisas, na minha perspetiva, têm de ser encaradas como deve ser. E, peço desculpa por dizer isto, mas é aquilo que sinto, não vejo que se tenha evoluído muito nesta matéria... Quando se dá um passo, há sempre alguém que levanta uma barreira muito grande para contornar esse “obstáculo”...

Portanto, esta questão da proteção civil e dos incêndios florestais, em particular, que infelizmente todos os anos tende a repetir-se e todos os anos temos esta “praga” dos incêndios florestais, se o ano corre bem, arranjamos uns indicadores de desempenho muito interessantes e explica-se sempre o aspeto positivo da avaliação – o que é natural, todos nós fazemos isso –, mas acho que isto tem de ser visto noutra perspetiva, não pode ser visto na perspetiva em que tem sido visto até aqui, porque nós estamos aqui com terapêutica, mas não vamos à raiz do problema...!

Esta é a minha modesta opinião... Ando neste setor há 20 anos, mas confesso que já começo a ficar um bocado cansado desta área. Ainda tenho disposição para ajudar e estou confiante de que as coisas possam mudar e estou esperançado de que assim seja. Espero que este grupo de trabalho, de facto, possa contribuir para uma alteração e para introduzir melhorias no sistema, que é um sistema evolutivo, não se pretende que seja um sistema acabado – não há nada acabado na vida!

O sistema tem de ser adaptado às situações que nos vão sendo colocadas diariamente, mas quando um comandante distrital assume uma determinada função e tecnicamente entende que a solução mais adequada é aquela e, depois, vem a autoridade política do município x... – e bem, porque se eu fosse o presidente da câmara do município x também defendia o meu município em detrimento do outro, mas o interesse geral tem de estar acima do interesse individual..., e estas coisas influenciam – e de que maneira! – o desenvolvimento das operações!

Peço desculpa por me ter alargado um pouco, se calhar falei mais do que devia, mas proporcionou-se responder a isso.

Sr.^a deputada Isabel Oneto, em relação à questão da formação também podíamos estar toda a manhã a falar sobre esta questão. É muito simples: acho que há formação – e por isso é que apresentei aqui um *slide* sobre isso –, o que falta é treino operacional. Nós damos formação a muita gente, o problema é saber se damos a formação às pessoas que vão para o terreno.

Vejamos: nós damos um curso para combate a incêndios na frente de fogo. Eu não tenho a certeza que a pessoa que vai receber esta formação vai para o teatro de operações e este é que é o grande problema. O problema é que gastamos muito dinheiro a dar formação que não sei se depois tem retorno.

Nós damos formação, apresentamos estatísticas, gasta-se dinheiro nisto tudo, mas depois... e o retorno? Há uma rotatividade muito grande dos bombeiros, que são a espinha dorsal do sistema de combate aos incêndios. É porque os bombeiros de hoje não são os mesmos de há 30 anos nem de há 40 anos! É preciso perceber a evolução da sociedade e adaptar estas coisas.

Nós não podemos ter um dispositivo desenhado... Há bocado alguém me perguntou sobre as regiões, ora, as acessibilidades de hoje não as mesmas que havia há 20 e há 30 anos!... Eu sou de Bragança e hoje consigo ir daqui a Bragança em 4 horas e pouco, 5 horas. Antigamente, quando eu ia para o Algarve com o meu pai, demorava três dias, quando hoje se demora 6 horas. Não se pode ver isto tudo pelo mesmo diapasão; temos de perceber o que mudou e quais são as tecnologias e as ferramentas que temos à nossa disposição para melhorar, mas de uma forma honesta!

Não se pode estar aqui com discursos hoje de uma maneira... Vejo e assisto frequentemente a alguns comentadores que hoje dizem uma coisa, a seguir dizem outra, no dia seguinte outra..., quer dizer, adaptam o discurso à situação, mas eu tenho pouco jeito para isso, tenho muito pouco jeito para isso!

Portanto, Sr.^a deputada, em relação à formação... Eu sei que não estou aqui para ser avaliado pelo trabalho que desenvolvi enquanto comandante nacional, Sr. deputado, mas foi-me pedido para fazer uma apresentação e foi isso que fiz, se calhar fiz mal...

De qualquer das maneiras, foi necessário implementar o treino operacional – e na apresentação em *PowerPoint* coloquei um *slide* exatamente por isso – e onde é que passaram 5333 operacionais para exercitarem os conhecimentos que adquiriram na formação? É o saber fazer! E, se calhar, não era ao comandante nacional, nem aos comandos regionais, nem à ANPC que competia fazer isto.

Se calhar, compete aos comandantes da GNR, ao comandante dos bombeiros ter o seu pessoal pronto, mas a verdade é que para nós respondermos... O dispositivo tem uma heterogeneidade muito grande. Nesta breve apresentação, eu disse que a resposta é muito diferenciada e a razão nunca está só de um lado. Quando ouvimos dizer, na comunicação social, que «Os bombeiros estão parados, não estão a fazer nada!», se calhar é verdade, mas se calhar isso não é mau...!

Mas, perante a emergência e durante a emergência, não há muito a fazer! O que tem de se fazer é antes da emergência, temos de nos preparar para ela. E este é que é o nosso problema: é andarmos sempre atrás da emergência e acharmos que o problema se resolve depois, quando eu acho que nos devemos preparar antes. Antes é que nos devemos preparar, fazer o trabalho de casa – e eu costumo fazer os trabalhos de casa! Esta é que é a questão.

Na minha perspetiva, acho que a formação não está tão mal quanto dizem, pode melhorar – é evidente que pode melhorar –, há sempre a possibilidade de melhorar em todas as áreas e no que quer que seja, mas acho que o que falta essencialmente é treino operacional!

Não adianta a lei dizer que para o bombeiro manter – e falo dos bombeiros porque são a espinha dorsal do sistema de proteção civil em Portugal – o estatuto de bombeiro tem de fazer 200 e tal horas no quartel. Tem de fazer, mas tem de fazer treino; a lei também diz que é preciso formação, mas ninguém obriga a fazer o treino. E o problema está no treino, porque

depois o desempenho em sede do teatro de operações é que é muito diferenciado e pode comprometer tudo!

Num incêndio que houve, em 2012, em Tomar – quando se estava a desenvolver o incêndio no Algarve, tínhamos cinco grandes incêndios no país com grande potencial para poderem evoluir para uma situação muito grave – tivemos uma situação com um grupo de reforço de Lisboa que felizmente não ficaram lá todos porque o coordenador dos meios aéreos se apercebeu onde estavam colocados... Por estas falhas não posso criticar as pessoas que lá estavam! Quem é o responsável? Sou eu? Se calhar, sou, também tenho alguma responsabilidade nisso, mas a verdade é que estas situações só se conseguem apurar com treino e com conhecimento!

Não se pode mandar para a frente de fogo um rapaz que anda na universidade e que vai ao quartel de vez em quando! Isto é um problema sério! Nós temos de ter consciência do dispositivo que temos e também temos de ter consciência das alternativas que temos, e não são muitas alternativas! Temos é que potenciar e melhorar o que temos e a “roda”, acho eu, não é preciso inventá-la, porque já foi inventada!...

Como é que se faz isto? Não sei!

Em relação à questão do SIRESP, penso que é um sistema de comunicações do mais evoluído que há. O sistema em si não tem nada; antes pelo contrário, é um sistema polivalente que tem a georreferenciação (se foi isso que me perguntou), é possível fazer essa georreferenciação, mas é preciso pagar a valência. A Autoridade Nacional de Proteção Civil ainda não tem a georreferenciação nos rádios SIRESP, mas presumo que a GNR já tem essa valência a funcionar. A rede suporta a georreferenciação dos meios, estejam eles nos veículos ou onde estiverem...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Não está operacional?

O Sr. comandante Vítor Vaz Pinto: – Na autoridade, não está, mas na GNR penso que já está.

A rede suporta a georreferenciação, portanto, é possível, com um rádio SIRESP, saber-se onde é que está a pessoa.

A Sr.^a deputada perguntou-me se isso contribuía para o combate, ora, é evidente que se tivermos uma perceção sobre onde estão as forças de combate aumenta a segurança e facilita a tarefa de quem tem de combater os incêndios, como é evidente. A esse nível, penso que o país andou bem. Essa é uma rede importante que nalguns teatros de operações tem tido algumas falhas, exatamente no Algarve – também para não falar de mais nenhum, mas também noutras sítios –, a determinado momento, houve uma saturação da rede e foi preciso arranjar uma rede alternativa, mas para tudo temos de ter alguma redundância.

Os sistemas de proteção civil e de segurança não devem assentar só..., como eu costumo dizer «não podemos meter os ovos todos no mesmo cesto, porque senão o cesto cai ao chão e é uma chatice»... Temos de ter alguma redundância em relação a estas questões. Portanto, o SIRESP, na minha opinião, é uma boa rede de comunicações, que pode ser melhorado e tem condições de evoluir, é moderno e está ajustado ao melhor que há no mundo.

Quanto ao SIOPS, o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, na minha modesta opinião, penso que é uma mais-valia muito grande para o país porque, pelo menos,

agora sabe-se a quem é que é legalmente conferido o comando, quem é o responsável pelo comando, porque antigamente havia grandes confusões.

Como eu disse há bocado, os sistemas são evolutivos e o SIOPS funciona, mas depende muito, a cada momento, das pessoas que estão à frente dos problemas. Isto é verdade porque, quando eu dizia há bocado que era necessário criar uma carreira de gestores de operações ao nível da proteção civil, não era por acaso que eu dizia isso! Tem de se ter alguma estabilidade. . .

Há colegas meus – eu sou técnico de informática, sendo certo que os computadores na altura trabalhavam a cartões e agora estou um bocado desatualizado. . . – que não têm emprego, o emprego deles é este, é o seu modo de vida. Naturalmente que nalguns casos terão mais dificuldade em decidir perante determinadas situações. . . Portanto, é preciso que haja alguma autonomia e que o poder político faça o seu papel, mas que dê também o benefício da dúvida a quem tem competência técnica para o fazer.

Portanto, em relação ao SIOPS acho que foi uma grande mais-valia, que o país avançou muito, que está muito direcionado para os incêndios florestais e devia estar aberto também para outras áreas de atuação, acho que podia ter alguns ajustamentos.

Não sei se ficou alguma questão por responder à Sr.^a deputada Isabel Oneto. . . Está tudo?

Quanto às questões do Sr. deputado Maurício Marques, já falei da avaliação. Quanto ao número de ignições, é evidente que é difícil perceber como é que temos um número de ignições tão elevado. Pergunta-me porquê, mas eu também gostava de saber. . . Sei que muitas delas são por negligência e, contrariamente ao que se diz, que muitas são intencionais, eu acho que não são assim tanto intencionais quanto isso.

De qualquer forma, é evidente que a questão das ignições é o grande problema. Se nós tivéssemos um número mais reduzido de ignições tínhamos mais condições de ter sucesso no combate, é simples.

Mas qual é o porquê das ignições? Isto tem que ver com a cultura da população, mas devo dizer-lhe, em abono da verdade, que isto evoluiu muito. Hoje, a população está muito mais esclarecida do que há uns anos, hoje as pessoas têm consciência destas problemáticas e estão cada vez mais a ter uma cultura de prevenção mais ajustada. Mas, de facto, temos um grande número de ignições que não consigo explicar e quem deve fazer a sensibilização é o patamar municipal, que deve – esse sim, conhecendo as pessoas e as gentes é muito mais fácil – perceber onde é que se pode fazer a intervenção, porque aquilo que é válido para Faro, se calhar, não é válido para Bragança. . .!

O país é muito pequenino, mas as realidades são muito diferentes – podem crer! – e, portanto, acho que há políticas que não são abrangentes, e que têm de ser direcionadas para situações em particular.

Penso que a melhor forma de prevenção – o patamar municipal, se calhar, é um bocadinho pequeno demais. . . – é ao nível das comunidades intermunicipais, quiçá, aí poderíamos ganhar.

Um grande número destas ignições – de que não consigo saber qual é a origem – tem que ver com negligência no uso do fogo. O fogo sempre existiu e vai continuar a existir. Na questão de proibirmos o fogo por tudo e por nada, eu considero – claro que, enquanto comandante, tenho de apagar os incêndios todos! – que há incêndios que são benéficos e nos quais não

devíamos gastar dinheiro, nem expormo-nos demasiado; devíamos esperar por eles!... Mas essa decisão tinha de ser tomada por alguém que, tecnicamente, assumisse essa responsabilidade. Não é quem organiza e faz o combate que tem de tomar essa decisão, porque não se é especialista em todas as aéreas!... Ou há uma cartografia que permita a tomada dessa decisão ou então tem de haver um especialista da área que diga: “Aquela área tem de arder” ou, então “Aquilo está identificado no Plano de Ordenamento do Território da câmara, é aqui que vamos concentrar o combate”.

Mas agora não é assim; nós, enquanto operacionais, somos obrigados a apagar os fogos todos e o mais depressa possível, e é isso que fazemos. Recordo-me, por exemplo, de que, em 2011, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, porque no ano anterior tinha havido um grande incêndio lá, e foi criado um dispositivo próprio para o parque, tivemos três dias os *Kamov* a deitarem água para baixo – faziam muito pouco, mas era a única forma de lá chegar, não havia outra forma de lá chegar, as pessoas tinham alguma dificuldade em lá chegar... – e tiveram ali “hipotecados” os helicópteros durante alguns dias, porque era uma área protegida e que, segundo os técnicos, importava preservar... Não sei se se conseguiu o objetivo ou não, mas nestas coisas acho que cada vez mais temos de perceber os custos que estas operações envolvem.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Sr. comandante, peço-lhe para abreviar, pois já ultrapasámos o tempo disponível.

O Sr. comandante *Vítor Vaz Pinto*: – Com certeza.

O Sr. deputado perguntou-me o que penso sobre a alteração do quadro legislativo e a minha resposta é a de que eu via isso com “bons olhos”. Houve uma tentativa por parte da Direção Geral das Florestas para alterar a questão do uso do fogo, e acho que isso era muito positivo e facilitava muito a tarefa de quem tem de combater os incêndios florestais.

No que respeita ao ataque inicial dos meios aéreos, nós de 2011 para 2010 reduzimos em 15 aeronaves – em 15 aeronaves! –, o que representou 8 milhões de euros. Aquilo a que eu estava a referir-me era a que a taxa de sucesso de 2011 foi superior à de 2010, mas podia ter sido pior..., mas conseguimos responder. Já no ano de 2012, tivemos de fazer uma ginástica muito grande em relação aos meios aéreos, apesar de a taxa de sucesso nos meios aéreos também ser bastante grande.

Quanto às máquinas de rasto, sou um seu defensor, e não só para os trabalhos de silvicultura preventiva! Sou defensor do uso de máquinas de rasto para o combate indireto, mas também para o combate direto. Penso que foi uma aposta que consegui fazer, mas que tem de ser mais potenciada e tratada de outra maneira, de uma forma mais profissional.

Não foi possível legalmente, em 2012, contratualizar com uma Associação de Produtores Florestais uma bateria de máquinas para pôr todo o país, mas o nosso objetivo era dar formação especializada aos operadores dessas máquinas para o combate aos incêndios florestais. É porque não adianta alugar e pôr lá a máquina; é preciso preparar o homem para saber o que fazer, como fazer e se for preciso saber como fugir quando as coisas não estiverem bem...!

Portanto, é uma mais-valia e penso que é um investimento que não é tão dispendioso como o dos meios aéreos e que devia ser feita aí uma grande aposta durante todo o ano, porque há incêndios não só no verão, mas durante o ano todo. Portanto, acho que era uma mais-valia termos um dispositivo especial de máquinas de rasto.

O Sr. deputado Hélder Amaral questionou-me sobre o balanceamento de meios, e esta é uma temática sempre muito complexa, porque os meios são sempre finitos e, mesmo em situações em que seja adotada a melhor estratégia, por melhor que as coisas sejam feitas é difícil não falhar.

Quando vim para o Comando Nacional, tentei agrupar o país em três grandes áreas – porque era impossível coordenar 18 pessoas, eu não consigo..., mas pode ser que alguém consiga... E nessa ocasião falei com quem de direito no sentido de se dividir o país em seis distritos, uniformizar procedimentos ao nível da região e fazer balanceamento de meios para não percorrer grandes distâncias: porque não se pode agarrar num grupo de reforço de Lisboa e mandá-lo para Bragança! Isso é uma coisa que me faz uma certa confusão.

Portanto, agrupámos o país em três áreas, cada uma com seis distritos, e, devo confessar, os resultados foram muito positivos, contrariamente àquilo que se disse. De facto, houve uma grande eficiência, com os mesmos meios e recursos disponíveis fez-se mais e fiquei com o sentimento de que foi uma medida bem conseguida. Mas é sempre difícil falar de balanceamento de meios..., até porque depois há sempre umas pessoas que dizem que os meios têm de ir por comboio ou por via marítima... Não vale a pena falar nisso, porque os meios têm de ir pela via normal, terrestre, porque o país é pequenino – de lés a lés, são 600 km.

Claro que os combatentes podem ir de autocarro e os veículos podem ir só com um condutor – que é o que se tem feito ultimamente –, mas há sempre necessidade de balancear os meios. O problema é quando – como tivemos em 2012 – há incêndios no norte, no centro e no sul e incêndios com potencial de desenvolvimento. O que é complicado é depois fazer a gestão disto, porque normalmente quando nós precisamos de reforço os outros países da orla mediterrânica também precisam e não nos vão mandar os meios se eles precisarem dos deles.

Sobre a questão de ajustar os meios à realidade do país, penso que é possível fazer aqui um exercício e que se ganhava muito se pudéssemos reestruturar esta área.

Quanto aos meios aéreos do Estado, o Estado tem meios aéreos e pesados, tem os helicópteros pesados, os *Kamov*, não tem é aviões pesados, os *Canadairs*, que são importantes quando o incêndio atinge determinadas proporções e o país devia ser dotado de, pelo menos, quatro *Canadairs*, tal como eu propus em 2011 – se houvesse possibilidades.

Sobre o envolver mais o cidadão, eu já falei nisso. Acho que o nível local tem de ser o grande objetivo.

Acerca da questão de se melhorar a ligação da ANPC com as outras entidades, eu penso que a ANPC tem uma boa ligação com todos os parceiros e hoje as pessoas também evoluíram muito quanto à ligação e à cooperação.

O Sr. deputado Miguel Freitas referiu-se à questão do pilar técnico e do pilar político, e eu acho que também já respondi. Posso dizer-lhe que no Algarve não há grandes problemas, porque o comandante de agrupamento dá-se muito bem com o comandante distrital, e não há qualquer problema com isso, mas acho tem de haver um patamar intermédio entre

o comando nacional e o distrital. Agora se é por esta forma ou outra, se quer a minha opinião, eu acho que o comandante de agrupamento tem de ter estado-maior, não pode ser uma figura isolada, porque é espécie de facilitador... Um comandante de agrupamento regional sem estado-maior, quando as competências estão no distrital pode facilitar em muitas tarefas, nos incêndios florestais, pode facilitar um bocado, mas um comandante sem estado-maior, sozinho, dificilmente conseguirá fazer muito... Acho que isso tem de ser repensado.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. coordenador, permite-me?

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Sr.^a deputada, estamos atrasados, mas tem a palavra.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – É só para solicitar o documento que o Sr. comandante referiu que entregou ao Sr. ministro. Se puder enviar-nos uma cópia...

O Sr. *comandante Vítor Vaz Pinto*: – Até posso deixar já aqui. Na altura era confidencial, mas agora não é, por isso posso deixar.

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Sr. comandante, agradeço a sua colaboração e peço desculpa pelo mal-entendido que o fez esperar muito tempo.
Muito obrigado.

O Sr. *comandante Vítor Vaz Pinto*: – Espero ter conseguido ajudar.

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Srs. deputados, vamos fazer uma breve pausa para seguirmos para a terceira audição de hoje.
Está encerrada esta audição.

Eram 11 horas e 26 minutos.

AUDIÇÃO

COMANDANTE JOSÉ MANUEL MOURA

(Comandante nacional de Operações de Socorro desde dezembro de 2012)

08 DE JANEIRO DE 2014

(3.^a AUDIÇÃO)

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Srs. deputados, vamos prosseguir os trabalhos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Vamos ouvir o Sr. comandante nacional de Operações de Socorro, José Manuel Moura, a quem agradeço a colaboração e presença nesta comissão, pedindo desculpa por ter estado à espera este tempo todo para ser ouvido, mas de facto houve algum atraso nos nossos trabalhos.

Convido-o a fazer uma primeira intervenção, desejavelmente pelo período de 10 minutos, ao que se seguem as perguntas. Cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos para colocar questões e, depois, o Sr. comandante disporá de igual tempo para responder.

O Sr. comandante tem a palavra.

O Sr. comandante *José Moura*: – Muito bom dia a todos, uma vez mais, muito obrigado Sr. coordenador. Tinha preparado uma pequena apresentação, no seguimento do *e-mail* que me foi enviado, mas sendo certo que a comissão esteve na Autoridade Nacional de Proteção Civil, eu tive oportunidade de fazer a apresentação daquilo que foi o balanço do dispositivo com o conjunto de indicadores que foi partilhado, e portanto eu tenho aqui a apresentação mas não irei repeti-la. Tenho aqui, não sei se faria ou não algum sentido, porque o mote que me deram era falar sobre o combate, tentar demonstrar qual era o *modus operandi*, como é que as coisas hoje estão organizadas e como funcionam.

Tentando cumprir os 10 minutos, o que me propunha era, muito rapidamente, fazer uma breve apresentação de como estamos organizados e de como é que as coisas funcionam.

De facto, a defesa da floresta é um desígnio nacional e nós, como tive oportunidade de dizer naquela reunião onde participei com os Srs. deputados, há anos que temos no nosso sistema – e sobretudo na última década – resultados que foram alcançados muito favoravelmente e que, nalguns momentos, isso pode ter constituído um paradigma, no sentido de pensarmos que o problema dos incêndios florestais estava resolvido, e nada mais errado porque eles, estes anos que foram considerados como bons, foram conjunturais, e portanto não houve nenhuma medida que fosse tomada em função daqueles 2007, 2008 e depois 2005, como ano de piores. Estas condições extremas, a acumulação da biomassa aumenta o risco, e portanto estaremos na eminência destas alterações da normalidade da vida das

populações, danos ecológicos e económicos importantes, o desencadear de situações de emergência. Veja-se os extremos que estamos a viver hoje, estamos com muito negativos em Boston e muito positivos na Austrália e, portanto, qualquer homólogo, com estas condições, serão também confrontados com situações extremamente difíceis, nomeadamente na Austrália, no âmbito da defesa da floresta.

Como sabemos, desde 2005, e concretamente pela legislação produzida a partir de 2006 e sobretudo por um documento, para mim, que é determinante em toda a estrutura, que é o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), que foi determinado que o sistema de defesa da floresta assentava nestes três pilares: o primeiro é a prevenção estrutural, operacional, e nós com o combate, sendo que os dois últimos com responsabilidade da tutela da Administração Interna e o primeiro da Agricultura. De facto, temos no terceiro pilar, o combate, o dispositivo integrado – suportado no SIOPS –, garante em permanência esta resposta operacional com vigilância uma dissuasiva, uma detenção oportuna, um ataque inicial musculado que pretendo, mais à frente, tentar demonstrar de que forma é que está organizado.

Todos os anos, é produzida uma diretiva operacional nacional que tem carácter plurianual, é universal, permanente e inflexível, constitui-se como um instrumento de planeamento e organização, garante a arquitetura da estrutura de direção e regula a coordenação institucional. Direi que é um documento onde todos os agentes, independentemente da sua titularidade – GNR, Sapadores Florestais – todos os que concorrem para o sistema, têm de beber a partir deste documento, que é ratificado pela tutela e acaba por ter força de lei para todos aqueles agentes que concorrem para o sistema – serve de base à elaboração de todos os planos de resposta operacional de todos os agentes. A característica deste documento é simples, porque é elaborada de forma concisa para ser entendido por todos, é dinâmica, porque é atualizável em função, quer da evolução qualitativa, quer quantitativa dos recursos e do risco, sendo que os recursos – mais à frente também tentarei demonstrar – não são rigorosamente aquilo que o comandante nacional, a cada momento, entende ser o possível e não o desejável, é adequada porque responde às necessidades e à realidade, e é precisa porque é clara na atribuição e na competência de responsabilidades. Sobretudo aqui, na competência de responsabilidades, muito por força deste documento do SIOPS que eu referi, que vem definir sobretudo a hierarquia de comando e controlo de todas as direções. Tem esta finalidade – definir a estrutura direção, comando e controlo –, um conjunto de princípios, o princípio de comando único – em cada momento, só há uma única pessoa a comandar cada uma das operações, isso em nenhum momento pode ser confundido, e não é –, prever as missões para cada um dos intervenientes, preparar e organizar antecipadamente os meios para uma resposta integrada e permitir desencadear ações destinadas a limitar os danos. As bases de atuação são estas: uma cooperação institucional porque são muitas as instituições que concorrem para o sistema, a coordenação das forças, a gestão da informação baseada no conhecimento, na experiência e na confiança. Os princípios são estes, prevenir o comportamento de risco; vigiar, detetar, avisar e combater com rapidez e segurança. Os objetivos operacionais que estavam delineados no passado ano foram estes seis, sendo que os três primeiros era a permanente segurança das forças, pese o facto de termos o balanço que temos, de alguma forma dramático, do ano 2013 com as vítimas mortais, porventura a razão primeira porque estamos aqui.

O combate está suportado em todos aqueles que concorrem para o sistema, sendo que há aqui cinco *players* que são fundamentais, à cabeça, e por ser o mais determinante, sobretudo na sua força, que são os corpos de bombeiros e depois temos a Força Especial de Bombeiros, temos o Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR – os que estão aqui a amarelo – os sapedores florestais, independentemente da sua titularidade: câmaras municipais, organizações de protetores florestais; a Afocelca, que é um aglomerado de empresas que têm um dispositivo que também concorre para o sistema no âmbito das celuloses, e portanto é um dispositivo que envolve todos.

Há pouco dizia – porque já na última reunião não deixei de focar isto – nós não temos o dispositivo que cada agente demonstra a sua disponibilidade a cada momento, ou seja, se comparamos Viana do Castelo, que tem 12 corpos de bombeiros, com Castelo Branco, que tem 12 corpos de bombeiros, em Castelo Branco conseguimos ter 40 equipas de combate que, com o dispositivo, de alguma forma suportamos e comparticipamos, em Viana do Castelo, com os mesmos 12 corpos de bombeiros, só conseguimos ter 12. E não há, mesmo dizendo: «Podem ter 30, 20», não há, porque não há recursos humanos, não há bombeiros e portanto este é um problema estrutural, daí dizer na última reunião que, enquanto alguma da estrutura não for resolvida, isto não deixará nunca de ser um problema conjuntural. E portanto este quadro, que é o agente de proteção civil por excelência – que são os corpos de bombeiros – onde, à data de ontem, porque este número é dinâmico, teríamos 27 000 homens no quadro ativo sendo que, no máximo, temos 9000 disponíveis em permanência durante todo o ano. Temos, como mais ou menos boa notícia, estes sem quadro, que são estes 13 845 operacionais, sem quadro porquê? Porque são elementos aspirantes ou cadetes que estão a fazer o seu percurso para entrar na carreira de bombeiro, e portanto aqui há uma boa expectativa que, no futuro, haja alguma reposição destes quadros.

Quanto ao conceito, é a monotorização permanente que fazemos através do comando nacional com a nossa malha, quer os comandos de agrupamento, quer os 18 comandos distritais, que hoje têm esta organização por força da alteração da Lei Orgânica – que aconteceu no passado mês de junho –, portanto temos um comando nacional, temos cinco agrupamentos que estão aqui demonstrados no mapa de Portugal com estas cores: a azul, o Agrupamento Norte, que envolve os cinco distritos a norte do rio Douro, depois o centro-norte, imediatamente a seguir, com Aveiro, Coimbra Viseu e Guarda, o centro-sul com Leiria, Santarém, Portalegre e Castelo Branco, e depois o sul com Lisboa, Setúbal, Beja e Évora, sendo que o Algarve constitui um agrupamento por si só. Aqui permitiria, desde já, dizer, que esta alteração à Lei Orgânica, quando cheguei às funções, o que estava em cima da mesa há mais ou menos um ano era a possibilidade, porque havia a indicação de termos um patamar supradistrital e a redução tinha de haver na estrutura. Recordo que tínhamos, nos quadros, 56 elementos na estrutura operacional, havia a figura dos adjuntos distritais – que foi extinta – e reduzimos de 56 para 45, isto por força daquelas questões da redução de lugares de dirigentes na Administração Pública, e foi criado o tal patamar supradistrital.

O que estava em cima da mesa, quando cheguei, o que estava desenhado pelo meu antecessor era uma coisa do tipo: haver estas cinco regiões, um grande comando regional e ficar uma antena em cada distrito.

Portanto, aqui, com alguma responsabilidade nossa, revertemos esta situação, que foi manter algum músculo em cada distrito com um comandante e um segundo comandante, e deixar para já uma antena em cada um destes agrupamentos e só uma pessoa. Não há um comando regional, há uma figura em cada um destes agrupamentos. Mais à frente posso tentar explicar melhor, para tentar cumprir aqui os 10 minutos.

Dentro do conceito, a detenção precoce é determinante, e aqui a detenção precoce está assente noutra pilar, na prevenção estrutural da GNR (este ano tivemos o projeto-piloto com a monitorização da espectrometria ótica no Gerês, que também não conseguimos os resultados que entendíamos ser os mais desejados, muito por força da calibração do sistema); o despacho imediato de meios musculados de ataque inicial. Portanto, este é o desenho: tem de haver uma deteção oportuna, porque, a partir do momento que temos uma deteção, o Comando Distrital despacha imediatamente para o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) os meios e tem o máximo de 2 minutos para fazer o despacho de meios; e o ataque inicial assenta no princípio de que, até 20 minutos, temos de ter um meio na frente de fogo. Estas médias estão hoje nos 11 minutos e qualquer coisa, muito bom. Há distritos com médias de 6 e outros com 17, 18 minutos, com primeiras intervenções mais afastadas, e portanto este conceito está a ser cumprido hoje – isto é mérito dos meus antecessores, já estava a funcionar –, hoje, o difícil é manter o sistema com o conceito de triangulação, com os meios de que dispomos para manter o conceito de ataque inicial. O que eu, desde o princípio, e foi o meu grande empenhamento, tem que ver com o ataque ampliado e aqui é que eu julgo que temos margem para poder melhorar.

A figura que temos em cada um dos momentos é sempre o comandante de Operações de Socorro, que é o COS, é ele que comanda todas as operações e é constituído pelo chefe da primeira equipa a chegar ao local, sem bombeiros no local, sejam da brigada helitransportada, dos sapadores, dos militares, do que quer que seja. A partir do momento que temos uma equipa de bombeiros, quem comanda a operação é o mais graduado do corpo de bombeiros. Este é o sistema que temos instituído.

A situação complica-se? Então, é o comandante da área de atuação própria, daquele concelho ou daquele município, que tem de assumir o comando da operação. Por ausência do comandante da sua área de atuação, o comandante distrital deve indicar um comandante para fazer o comandamento daquela operação de socorro, leia-se, neste caso concreto, «incêndios florestais». E, no limite, a estrutura de comando de autoridade, através dos nossos comandos distritais, pode avocar o comando das operações. E, no ano passado, o avocar do comandamento das operações aconteceu em 170 incêndios dos 18 600, não chega a 1% dos incêndios avocados pela estrutura, 0,91% concretamente, para dizer que os mais de 18 500 foram devidamente comandados – e bem – pelos comandantes dos corpos dos bombeiros. Em todas as operações, esta é a figura responsável por toda a operação, num dado momento, é ele quem a comanda.

Unidade de Direção Comando e Controlo tem que ver com a gestão dos meios e recursos, eficiência no combate, segurança das pessoas, proteção do património e aqui a Direção de Coordenação e Controlo tem que ver com esta estrutura de direção política, através da tutela, que chega ao patamar municipal aos seus presidentes de câmara. A estrutura de coordenação

política tem que ver com as comissões nacionais de proteção civil, distrital, municipal. As estruturas de comando são assentes no comando nacional e através dos respetivos comandos distritais. As estruturas de coordenação institucional tem que ver com os centros coordenadores operacionais que funcionam de uma forma conjuntural em função da ocorrência que temos em mão, assim, ao nível distrital ou nacional, é ativado o respetivo centro coordenador operacional. Este é o conceito, ainda na Direção de Comando e Controlo, com as 18 equipas de posto de comando que estão instituídas em cada distrito, com oito equipas de âmbito nacional, duas de reconhecimento e 18 de âmbito distrital.

Quanto à eficácia e eficiência na gestão da informação, temos várias ferramentas para manter o cidadão informado. (Permitam-me passar um pouco mais rápido aqui.)

A recuperação contínua da capacidade de ATI em todo o território, isto é o quê? O ATI – que é o ataque inicial – está constituído até aos 90 minutos, ou seja, normalmente a autonomia que tem um aéreo ligeiro; o conceito de triangulação: uma viatura de cada um dos corpos de bombeiros mais próximos daquele raio de ação, com meio aéreo, e 90% dos incêndios são resolvidos aqui. Depois temos aquela “franja” dos 9% a 10% que foge ao ataque ampliado, são aqueles que têm maior dimensão; e os que são aqui resolvidos, a recuperação do ATI é que esse meio aéreo que recolhe, não vai para ataque ampliado, ou seja, fica em *standby* precisamente porquê? Porque, naquele concelho, a probabilidade de podermos vir a ter um novo incêndio ou foco de incêndio é grande, e então era ficamos com esse registo para podermos intervir com esse meio, é a reposição.

O pré-posicionamento através de balanceamento de meios e recursos, sempre que tivermos informações que potenciavam o risco nalguns distritos, nós pré-posicionamos, balanceámos meios de distritos mais a sul – neste caso para norte do Mondego este ano, em 2012 não foi tanto assim –; o reforço rápido especializado de meios através de grupos de reforço, através de companhias, reserva nacional, de GRUATAS (Grupos de Ataque Ampliado) ou grupo de reforços normais; uma avaliação contínua e permanente do sistema: nós, através do comando nacional e dos 18 comandos distritais, permanentemente ligados à monitorização do sistema; as ações de melhoramento da resposta operacional: a identificação de pontos fracos, elencar um conjunto de propostas de melhorias e aumentar a resposta operacional. Ainda que não seja da nossa competência, porque a formação dos bombeiros há uma entidade com competência, que é a Escola Nacional de Bombeiros – a formação pedagógica é da sua responsabilidade –, mas o comando nacional entende, porque não confundimos formação com instrução, e a instrução, nos dias de hoje, está regulamentada, a responsabilidade é dos comandantes dos corpos dos bombeiros. Podemos ter uma formação muito boa, mas se não praticarmos... Eu posso ir à Escola de Hotelaria do Estoril – permitam-me a imagem – fico formado a fazer pastéis de nata, mas se não for para casa treinar, nunca mais aprendo a fazê-los. Estas ações de treino operacional, as 116 que provocámos no sentido de irmos ao encontro de algumas fragilidades, foi neste sentido. Criámos todas estas ações de treino operacional e inovámos em duas ou três, nomeadamente com as máquinas de rasto – foi o ano que mobilizamos mais, a ação operacional com mais máquinas de rasto –, comandante de setor, comandante de grupos de reforço e foi aqui que investimos nesta melhoria do treino que, este ano, pretendemos continuar a fazer.

As fases de perigo penso que os Srs. deputados já dominam: Alfa, Bravo e Charlie, sendo que esta última é a pior; o número de empenhamento de meios – depois deixarei a apresentação para detalhar e para o que entenderem. O empenhamento, no limite, tivemos um pico de 9337 operacionais e 2172 equipas, ou seja, de todos os agentes, tivemos um pico neste momento, em agosto, que era o pessoal disponível – independentemente dos voluntários –, que estavam disponíveis a cada momento. Os meios aéreos, este ano 45 – como eu demonstrei na outra apresentação –, tivemos o tal constrangimento que foi a inoperacionalidade dos *Kamov*, foram mais de 2000 horas, e isso concorreu para um constrangimento significativo, o que veio demonstrar que estes 45 meios aéreos, na prática, não foram, foram menos. Meios aéreos de coordenação, também com o *C-295*, que foi mobilizado.

Esta é a cobertura nacional dos meios aéreos, quer de ataque inicial, quer de ataque ampliado, em termos de planeamento. A cobertura nacional é feita com os *fire boss*.

Estas eram as nossas ideias-força, que, basicamente, era ter a cobertura nacional de ataque inicial, porque é aqui que temos de ganhar esta aposta, de ataque ampliado, ter a cobertura nacional, mas sabendo que é uma manta curta, porque, com os poucos meios aéreos de ataque ampliado que tínhamos, quando movimentávamos a norte destapamos a sul, o pré-posicionamento dos meios, a reserva nacional de meios terrestre e o reforço especializado de algumas equipas.

Foi introduzido em 2013 o tal projeto-piloto da monotorização assente na espectrometria ótica no Gerês, o avião *C-295*, que também tentei demonstrar na apresentação que, de facto, falta um *upgrade* técnico para que estas imagens que são, de facto, excelentes, que o *C-295* produz, possam chegar a cada posto de comando – falta aqui uma evolução técnica –; o tal reforço especializado que, este ano, a diretiva, nas máquinas de rasto, havia um fluxograma de como tinham que ser operacionalizadas – recordo que os municípios têm 132 máquinas de rasto e algumas delas não estavam devidamente aproveitadas ou, pelo menos, alguns dos Srs. autarcas tinham dificuldades. Recordo-me de um incêndio em Alfandega da Fé, em que a máquina de rasto chegou ao limite do concelho de Mogadouro, o Sr. presidente da câmara – ou o Sr. vereador, não me recordo – não permitiu que ela avançasse para o concelho vizinho, e portanto estes limites virtuais de concelhos/distritos não podem existir porque o fogo não escolhe concelhos, não escolhe distritos, acontece em todo o lado. E a grande aposta, que foi nos grupos de ataque ampliado, por força do que aconteceu no ano anterior, basicamente são um *upgrade* dos grupos de reforço. Há uma renda que é paga a cada corpo de bombeiros, no sentido de termos uma disponibilidade e uma formação mais especializada em cada um dos elementos que constituem este grupo. Esta é a constituição, não tem nada de novo, o que tem é o compromisso que há entre o corpo de bombeiros e nós, no sentido de dizermos: «Queremos aquele fulano, que vá conduzido por um motorista que tenha curso de condução de todo-o-terreno, que tenha determinado tipo de condições (...)», esse foi o objetivo. Este foi o nosso compromisso, aqui as ocorrências globais, isto para dizer que nós, além dos incêndios florestais, tivemos, no ano passado, uma média de 3500 ações de socorro diárias, e portanto isto é um esforço global do dispositivo, não são só fogos florestais que há na atividade no Comando Nacional de Operações de Socorro. Portugal sem fogos tem de depender de todos e não apenas de alguns.

Penso que ultrapassei o tempo mas tentei ser rápido. Peço desculpa pelo meu estado de gripe.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Percebeu-se o esforço de síntese que fez e, de facto, é uma apresentação extensa mas que vale a pena. Os Srs. deputados vão fazer um esforço para recuperar o tempo.

Sr. deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. *Abel Baptista (CDS-PP)*: – Rapidamente e para recuperar tempo mas deixo ficar duas ou três notas e eventualmente umas clarificações.

Quero agradecer ao Sr. comandante nacional a disponibilidade para nos prestar estas informações.

A exposição que fez foi uma radiografia muito boa do que se passa, mas há duas ou três questões que nos devem preocupar, porque há situações que, pelo que o Sr. comandante referiu, são basicamente aquelas que nos devem fazer “tocar os sininhos”. Nós tivemos quase 10 000 operacionais no terreno, 2000 viaturas, 45 meios aéreos, fizemos um conjunto de ações e conseguimos controlar, numa fase inicial, 90 e tal por cento dos fogos, mas, mesmo assim, arderam cento e tal mil hectares. Ou seja, naquele bocadinho dos pouco mais que 1% que o Sr. comandante referiu, é que está o problema.

Agora, em termos práticos, operacionais, como é que conseguimos resolver isto? O Sr. comandante disse-nos aqui três ou quatro situações, que identifica bem – aliás, também já nos foram referidas –: não chega a formação, é preciso treino constante e esse treino tem de ser dado pelos corpos de bombeiros e obviamente que a primeira grande missão é evitar que alguém do dispositivo sofra um acidente e morra, a segunda é que alguém sofra com a vida e, depois, a que advém de tudo o resto, mas é aqui neste bocadinho que está o problema, não é? Pronto, então é aqui que nós temos de concentrar, se calhar, o nosso esforço. Eu gostava que o senhor pudesse fazer aqui, em perspetiva, qual é a sua opinião sobre esta matéria. O que é que nós aqui, Assembleia da República, órgão legislativo por excelência, mas também órgão fiscalizador da atividade do Governo, podemos recomendar ao Governo ou proceder em termos legislativos? Basicamente é isso.

Já sabemos a questão da prevenção estrutural, operacional, tudo isso, mas, ao fim e ao cabo, do homem do terreno, o que é que temos de fazer? E há aqui algumas questões que já foram levantadas, nomeadamente têm que ver com o Estatuto do Bombeiro, com questões fiscais, questões que têm que ver com a ligação dos bombeiros à aposentação, questões que já foram identificadas, mas parece-me que há outras que ainda não foram referidas, e era importante. Até referiu um caso que é do meu distrito, que é conhecido, é citado há anos suficientes, e acho que temos de fazer um trabalho junto com as autarquias e corporações de bombeiros do distrito de Viana do Castelo, porque não é normal existirem 12 corporações de bombeiros, e são o distrito com menos operacionais, com menos meios e com muitos incêndios e focos de incêndios. Porque não é normal também que, no caso concreto deste espaço territorial, esteja sempre à espera que seja o socorro nacional que vá lá fazer, também tem de fazer qualquer coisa, quer dizer, não posso estar sempre à

espera do vizinho para me socorrer se não faço nada. Convém também que faça qualquer coisinha.

Mas basicamente, pretendia que o Sr. comandante nos desse uma perspetiva para o tal bocadinho que falta, porque a eficácia resulta se for até àquele... E depois porque é que não resulta? É porque não podemos fazer o fogo controlado? É porque não podemos fazer ataque de forma diferente? É por não ter acessos? O que é que falta depois aqui, Sr. comandante?

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Vamos fazer a ronda de questões e depois o Sr. comandante responde, no final, a todas.

Sr. deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Começo por agradecer ao Sr. comandante Moura e dizer que, já quando fomos recebidos pela autoridade, tinha ficado suficientemente esclarecido do vosso trabalho e, com este suplemento, penso que ainda foi mais esclarecedor.

O meu colega Abel Baptista foi muito feliz ao dizer: «Afinal o que queremos é o que é que nós podemos fazer para melhorar isto» e eu não tenho dúvidas. Provavelmente, até para ser mais rápido, eu apenas lhe vou pôr dois ou três raciocínios que vão ao encontro do que disse o meu colega – por isso acho que era perfeitamente dispensável – e um deles é: não temos dúvidas de que, hoje, a grande causa é a acumulação de biomassa, mas também estamos certos – aliás, o senhor disse-o e muito bem. Condições meteorológicas, enfim, pouco podemos fazer a curto prazo. Já a acumulação de biomassa, temos a consciência de que, em clima mediterrânico, há especificidades próprias e há situações em que a biomassa também nos faz falta, por isso há que ter este cuidado, que certamente é completamente diferente dos países do norte da Europa porque, caso contrário, se não temos este cuidado, provavelmente a seguir, amanhã, temos a erosão, etc. – problemas graves que o senhor pôs, e muito bem.

As minhas perguntas são muito simples, duas situações talvez provocadoras. Uma delas é, até que ponto é que, face à sua experiência recente na estrutura que nos apresentou, faria algumas alterações? Na estrutura orgânica, disse «Sim senhor, face à minha experiência eu precisava reforçar aqui, diminuir aqui (...)», era uma pergunta. A segunda: tem-se falado muito no fogo controlado e na falta de formação para o mesmo. Pergunto, se fizermos este triângulo, nomeadamente juntando aqui a instrução, o que é que eventualmente podemos fazer. Se o fogo controlado, numa altura que não seria a zona rica dos fogos – vamos assim dizer, se é que se pode chamar a isto “rica” –, se isto não pode servir também como instrução, enfim, como complemento dessa formação – partindo do princípio que a instrução é um complemento.

O Sr. coordenador (*António Filipe*): – Muito obrigado.

A Sr.ª deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.ª *Isabel Oneto* (PS): – Quero cumprimentar o Sr. comandante José Moura, agradecer a sua exposição.

Sr. comandante, relativamente à articulação do SIOPS com a Lei de Bases de Proteção Civil. O SIOPS, no fundo, concretiza um dos princípios da Lei de Bases – que é o princípio

do comando único –, mas tem lá os outros princípios todos e a estrutura do sistema, não é? O SIOPS dirige-se ao princípio do comando único. Falou na questão da Alfandega da Fé e eu pego nessa questão, não no sentido de crítica mas de perceber exatamente porque é que não foi acionado o Plano Distrital de Proteção Civil? Se é preciso requisitar meios, e os meios têm que estar definidos no Plano Distrital de Proteção Civil, por que razão é que o plano não foi acionado. Não é? Porque se os planos municipais e distritais de emergência nos devem indicar o risco e os meios disponíveis, por que razão é que, não só nesse caso da Alfandega da Fé, mas também nas noutras situações complexas, não foi acionado? Porque é que não houve sequer notícia da reunião da Comissão Distrital, da Comissão Municipal, da Comissão Nacional de Proteção Civil, e porque é que os planos não foram acionados. E mais, são poucas as situações que, na nossa história recente em termos de proteção civil, existem, mas há a figura da Declaração de Situação de Alerta, que prevê precisamente a possibilidade de adoção de medidas preventivas numa situação excecional. Ora, apesar de a lei ter os anos que tem, são duas ou três situações no máximo e não estão relacionadas com incêndios florestais, em que a situação de alerta foi declarada, e a situação de alerta, contingência e calamidade existe precisamente para poder criar um conjunto de meios excecionais, para uma situação excecional. E a situação de alerta pode ter várias interpretações, mas não tem que ser só declarada pelo Sr. presidente de câmara, a lei não afasta a possibilidade do comandante distrital também o fazer. A questão é por que é que isto não funcionou? Ou seja, por que é que não há uma articulação do SIOPS com a Lei de Bases, que é aquilo que se verifica depois, porque a Lei de Bases estabelece a responsabilidade do patamar municipal, distrital e nacional, mas depois, em termos de combate, funciona o SIOPS, e aqui vamos ver em que termos é que funciona porque, ainda há pouco, o seu antecessor disse da dificuldade de constituição do posto de comando operacional, com todos os elementos deste, e se há essa dificuldade a nível do comando distrital, eu imagino ao nível das 99% ocorrências que não foram avocadas pela estrutura da Autoridade Nacional, imagino, então, aí, a dificuldade que existe, sendo certo que os incêndios nascem todos pequenos, depois é que crescem – exceto os que são fogo posto, como havia aqueles das linhas de alta tensão, sabendo da dificuldade de intervenção – mas regra geral é assim. Ora, se o posto de comando operacional, se a primeira intervenção – que são, como referiu, os bombeiros –, não falta lá também o resto da estrutura, para poder aconselhar em termos daquele combate? Porque, se não temos um posto de comando operacional pelo menos entre o grau intermédio, digamos, entre a primeira intervenção e o ataque ampliado, quando a Autoridade Nacional de Proteção Civil avoca, é porque já vai para o ataque ampliado e já está numa dimensão que, de facto, ultrapassou a capacidade daquela situação, mas a falta de capacidade também pode estar relacionada precisamente com a estrutura do posto de comando operacional, que não tem os meios adequados.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. *Miguel Freitas (PS)*: – Sr. comandante, quero cumprimentá-lo e agradecer a sua apresentação, que será um suporte muito importante neste grupo de trabalho.

Gostava de lhe fazer duas ou três questões. Primeiro, se considera que deve manter-se ou não a questão do período crítico e da época crítica, ou se devemos ter o ano inteiro como período crítico.

A sua apresentação hoje levantou-me, pela primeira vez, uma questão que, aliás, já foi colocada pelo deputado Abel Baptista, porque nós, quando vemos estas coisas, parece que os meios vão para onde queremos que eles vão, ou estão onde queremos que estejam, e verdadeiramente não é assim. Hoje, pela primeira vez, “fez-se luz” nessa matéria, que julgo ser uma matéria que vale a pena aprofundar, que é: como respondemos a essa questão? Quer dizer, diz: «Viana só tem 12, Castelo Branco tem 40», quer dizer, eu não preciso de 40 em Castelo Branco e precisaria, provavelmente, de muitos mais em Castelo Branco, o que é que podemos fazer nessa matéria?

Disse também de uma forma que me pareceu muito correta: «Eu cheguei, encontrei uma determinada situação, agrupámos isto, criámos para já – a expressão é sua – uma antena», eu gostava de saber como é que vai evoluir o processo CADIS/CODIS, essa relação, e como é que isso, do seu ponto de vista, se relaciona com a possibilidade ou não, na sua opinião, de uma estrutura intermédia política, isto é, nós temos uma estrutura política, nacional e local, temos uma estrutura técnica, operacional que tem três níveis. Considera ou não que é possível ter também uma estrutura política intermédia?

Finalmente, se sente ou não necessidade de um gabinete de comunicação, isto é, olhamos para a sua apresentação e vemos que há trabalho e certamente foram os seus técnicos que o ajudaram a preparar...

O Sr. comandante *José Moura*: – Sou mesmo eu a preparar.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Então, Sr. comandante, está de parabéns, devo dizer que as suas apresentações são apelativas, ótimas... Gostava de saber se tem ou não necessidade de um gabinete de comunicação.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Sr. comandante, 20 minutos de preferência.

O Sr. comandante *José Moura*: – O Sr. deputado Abel Baptista colocou a questão – e eu penso que, já na outra reunião tínhamos falado nisto – da estatística nisto dos incêndios, e sendo pós-graduado em estatística e análise de dados, esta questão vale o que vale, porque temos um incêndio em que arderam 15 000 ou 20 000 ha, como em Tavira, e depois temos 23 000 incêndios em que ardeu, em cada um, 1 ha, e são tratados da mesma maneira em termos estatísticos. Ou seja, nós temos 90% dos incêndios a que corresponde uma área ardida de 10% e depois temos 10% dos incêndios a que corresponde uma área ardida de 90%. Anos há em que é pior, como tinha aqui no *slide*, em 2012, em 12 incêndios são responsáveis por 39,9% a 40% da área a ardida. Portanto, a estatística nos incêndios é qualquer coisa que, até em termos internacionais, para estabelecer algum paralelismo até no âmbito da União Europeia, temos alguma dificuldade porque, por exemplo, a Espanha despreza abaixo de 1 ha – o que designamos “fogaz”, até 1 ha é considerado fogaz – e que o Instituto da Conservação da Natureza contabi-

liza. Por exemplo, nós não contabilizamos, e não está aqui refletido, os incêndios agrícolas – e são muitos, este ano tivemos alguns, sobretudo no distrito de Beja e Évora – e com mobilização de meios muito significativo em termos de meios aéreos e terrestres, portanto a estatística – na questão que o Sr. deputado colocou – é aqui no ATA, aquilo que coloquei quando assumi as funções, que é aqui que temos que evoluir, porque é no ataque ampliado... Se conseguirmos manter o paradigma do ataque inicial, onde resolvemos 90% dos incêndios todos os anos, está excelente! Então o que é que temos que fazer para dar o tal passo? Eu, este ano, só consegui introduzir a questão do GRUATA (Grupo de Ataque Ampliado) mas aqui, ao nível político ou da tutela, seja como for, temos de dar passos significativos. No distrito a que o Sr. deputado pertence, que é o exemplo, Viana do Castelo, basta que tenhamos mais do que dois ou três incêndios e já estão a pedir ajuda. Portanto, se o distrito do Porto estiver afetado e Braga, que são vizinhos, lá vai ter de ir de Coimbra ou Leiria. Estão a ver? O balanceamento de meios é este.

Numa entrevista que dei – e alguns dos Srs. autarcas parece que ficaram um pouco incomodados quando eu coloquei o “dedo da ferida” – disse que era importante, ao nível local, que cada um percebesse se, para resolver situações de rotina, se sente que, em termos de proteção e socorro, o seu município está à vontade. Evidente que, para situações de exceção, medidas de exceção. Se Viana do Castelo, neste caso, amanhã tiver uma situação de exceção, naturalmente que o patamar distrital tem de responder e, no limite, o patamar nacional e até, como foi este ano, o internacional – estiveram lá os *Canadairs* internacionais.

Para medidas de rotina – aquilo que é um “incêndiozinho” todos os dias – o patamar local tem de conseguir responder, porque se estão à espera que seja o princípio da subsidiariedade a funcionar para qualquer coisinha, então não o vamos conseguir no limite, porque todos vão precisar desse tipo de resposta. Recordo-me de uma passagem em Viana do Castelo, em que houve um incêndio, que o meio aéreo foi a um ponto buscar água e uma senhora de alguma idade foi ao tanque, abriu o tanque e despejou a água toda que lá tinha. Eu já não sei se contei, quando foi à autoridade o Sr. primeiro-ministro ou o Sr. líder da oposição, mas eu contei este episódio e perguntaram logo, muito preocupados: «Então identificaram a senhora?», «Sim, tiramos uma coordenada à vertical e a senhora foi identificada, mas o que é que vão fazer à senhora? O que aquela senhora deu foi um sinal de que aquilo não era para apagar, ela queria que ardesse!» E portanto algumas das coisas que temos de fazer – e aqui entram os outros pilares – é, de facto, na prevenção estrutural. Tem de se ir ao encontro desta, das outras senhoras, e dos pastores que temos na serra da Estrela e na serra de Montemuro, perguntar-lhes: «Meus amigos, o que é que precisam para queimar?» porque, se gostamos muito do queijinho da serra todos os anos, temos de dar condições para que o gado tenha pastagem, e portanto aqui não tem que ver com o combate, tem que ver com prevenção, da mais elementar, e se o Sr. deputado for compulsar alguns documentos da Assembleia da República de 2003/2005, isto está identificado. Este trabalho não é o combate que o tem de fazer. Agora, onde é que podemos aproveitar isto? Eu fiz isto no Parque Natural da Serra d’Aires e Candeeiros, enquanto comandante distrital de Leiria, em que, quando tínhamos alguma janela de oportunidade de queimar, levávamos lá bombeiros para fazer o treino/instrução, para lidar com fogo real. O meu antecessor contava que, quando foi o fogo de Tavira, antes desse incêndio, houve 7 ou 8 anos sem incêndios – houve em 2004 e depois aquele grande – e houve um conjunto de bombeiros

que formados naquele IATO, que nunca tinham visto fogo. Nunca tinham tido fogo! E, quando o tiveram, foi logo uma coisa daquela dimensão, e portanto muitos assustaram-se. Eu devo dizer que agora, quando cheguei ao Caramulo e avoqueei o comando de operação, o incêndio tinha 52 km de perímetro e metia medo. Aquilo era um bicho que estava ali à solta, e quem disse o contrário está a querer... E portanto, esta é uma medida que o Sr. deputado me perguntava o que é que podemos fazer e penso que, neste pilar, há muito a fazer. Nesta equação, estamos no fim da equação, o combate, só aparecemos quando tudo a montante falhou.

Quanto ao fogo controlado, não pode ser a panaceia de tudo: não tenho dúvidas em afirmar que muitos problemas dos incêndios que tivemos este ano, foram provocados por situações de fogo, não é controlado, é descontrolado, qualquer pessoa entendia que era perito para pegar fogo e punha-se a fazê-lo, porque o contrafogo... «Tenho um fogo lá em cima, no monte, não tenho meios, faço fogo em baixo, este teoricamente anula-se com aquele» e nada mais errado. Para haver uma ação de contrafogo, tem de se avaliar um conjunto de variáveis muito significativas. Para já, se estou informado com os dados da meteorologia. Eu, quando resolvi o incêndio do Caramulo, foi com uma janela de oportunidade que tive entre a 1 e as 7 horas da manhã, que o vento ia mudar. Tínhamos ali uma entrada de noroeste, com entrada da humidade vinda do mar. Tive de avisar todos os comandantes do setor: «Meus amigos, a partir da 1 hora da manhã é que nós vamos ter aqui (...)», e colocámos os meios porque, se continuasse de leste, não iríamos resolver. Ora, nós temos um conjunto de pessoas a fazer ações de contrafogo, o tal fogo controlado, que não atende a nenhuma variável, é «o fogo está ali e eu meto aqui». Aliás, até os próprios GAULF reconheceram no relatório que fizeram – são peritos e estão certificados para fazer ações de fogo – que tiveram ações que não correram bem, que vieram concorrer para o aumento do incêndio. Passámos a ter fogos com frentes de 5 a 10 km em algumas situações. Isto acontece porquê? Porque há variáveis que não estão no nosso domínio, o fogo tem esta circunstância que só ataca, não defende. Esta é uma guerra. Estamos a lidar com um inimigo que só ataca, portanto aqui não temos defesa nenhuma.

O Sr. deputado Pedro Lynce foi muito direto quanto à estrutura, se eu propunha alguma alteração. Esta estrutura funciona desde junho e teve este *handicap* de cair num ano muito difícil e foi colocado “o dedo na ferida”, nomeadamente nesta questão do comandante de agrupamento – nos CADIS –, sendo injusto estar a fazer uma avaliação em cima de um ano como este, porque eu, quando configurei esta ideia do CADIS, não era para ir apagar fogos. A base fundamental é que temos 18 distritos mas, em algumas circunstâncias, temos 18 ilhas, ou seja, as coisas não estão tão parametrizadas. Há distritos que têm um trabalho excelente junto das autarquias e municípios, e tudo isso se reflete nos resultados porque, quando é a hora do aperto, “toca-se a campainha” e têm o presidente de câmara do outro lado ou o serviço municipal muito bem organizado, e há sítios onde isto não estava muito bem feito. O grande objetivo é que, em cada agrupamento, estes distritos se consigam uniformizar num conjunto de procedimentos – ao nível de *briefing*, nas ações de treino, uma panóplia no âmbito de comando e controlo –, para que consigamos plagiar isto para o todo nacional, para termos todos os distritos a falar a mesma linguagem. É evidente, porque temos pessoas mais bem preparadas também nestas figuras, foram escolhidas para CADIS, das quais o comandante que me antecedeu, é comandante do agrupamento do Algarve e outros 4, também pessoas muito

experientes, e portanto o objetivo é, no limite – e este ano tivemos situações limite – que tiveram que avocar algum comando, algumas operações, naturalmente as mais significativas – é isso que o SIOPS prevê. A lei não prevê que vamos avocar aquilo está reservado para nós o que tem mais músculo, aquilo que é mais significativo.

Eu diria que, naquilo que está na estrutura operacional, não propunha alterar nada, propunha era – e se calhar está dentro das questões que o Sr. deputado referiu – o que é que podemos fazer? Temos a lei n.º 65/2007, que prevê a figura do comandante operacional municipal. Num trabalho que fiz para a Associação de Municípios há um ano/dois – um trabalho académico –, nós temos 30% dos comandantes municipais nomeados e a lei diz que, em cada município, há um comandante municipal – não sei se vincula ou não, se obriga, isso é conversa para jurista, não é para mim – e há muitos municípios que entendem que não têm e que não estão nomeados. Esta figura do comandante municipal, como está na lei, depende do presidente de câmara, é nomeado pelo presidente de câmara, é remunerado por uma tabela que o presidente decide e portanto não há uma uniformização de procedimentos. Esta figura do comandante municipal, hierarquicamente, não depende da estrutura, não depende de nós, depende do presidente de câmara. No limite, não sei se isto no futuro – não será a curto prazo, mas a médio prazo – se esta figura do comandante municipal não terá que responder aos comandantes distritais e se, em cada município, não temos de ter, onde há municípios em que há um corpo de bombeiros – por exemplo, Sintra tem nove, mas com um comandante municipal e há concelhos com mais que um corpo de bombeiros –, naturalmente, por inerência da função, devia ser esse o comandante operacional municipal, como acontece hoje onde há um corpo de bombeiros municipais é ele o comandante municipal; para poder resolver algumas das questões que a Sr.ª deputada colocou porque, de facto, com a lei n.º 1/2012, com a extinção dos governos civis, houve aqui um conjunto de competências que passaram para os comandantes distritais, que agora também se coloca, com a figura do CADIS – comandante de agrupamento – até devia ser a esse nível, e avocámos um conjunto de responsabilidades no âmbito da proteção civil, que estavam na figura dos governadores e que vieram para os comandantes distritais – já tentarei responder melhor a isso. Isto para dizer que esta figura do comandante municipal, acho que esta lei – permitir-me-ão esta ousadia, eu sou um técnico puro e duro, e portanto não tenho nada de político – que é, a figura do comandante municipal, da forma como está hoje instituído, não deixa de ser uma pessoa da confiança política de presidente da câmara e, saindo um, sai o outro. Agora houve autárquicas, saíram os que estavam, vêm outros, e portanto não há aqui uma continuidade nesta função. Vale a pena pensar se esta função não merece ser, toda ela, técnica, no sentido de haver uma hierarquia para chegar ao patamar municipal. Este é um, dentro daquele que foi o desafio que me lançaram, que também me permitiria dizer.

Quanto à outra questão do controlado, devo dizer que, da forma como hoje está, está completamente blindado porque hoje, para ser certificado em fogo técnico e em fogo controlado, tem de se ser licenciado nas ciências agrárias. Ora, são muito poucos aqueles das ciências agrárias, a não ser os engenheiros florestais, e portanto aqueles que hoje estão, quatro ou cinco pessoas, que estão nos GAUF, temos muita dificuldade em conseguir certificar outras pessoas. A autoridade suportou um curso – pagou 7000 € – para certificar mais 20 pessoas, que ainda

hoje falta fazer uma parte, precisamente porque – com a agricultura, ICNF e não sei quanto – é um processo que está muito blindado e, para certificar hoje alguém que possa fazer fogo controlado, não é fácil. Entendo que, no futuro, a figura dos comandantes – na sua formação inicial – devia ter uma variável relativa ao comportamento do fogo, para poderem fazer, também, algum fogo, mas não pode ser uma anarquia como alguns defenderam no período do verão: toda a gente a fazer fogo. Então se isto já foi o que foi, então se toda a gente pode fazer fogo, então isto... Não mandamos a toalha ao chão, mas há uma anarquia absoluta.

No incêndio de Vila Real dei por mim, quando lá cheguei, com uma listagem em que tinha lá desde bombeiros de terceira, a bombeiros de não sei quê, corpo de bombeiros, toda a gente a fazer fogo, o que consubstancia um crime, à luz da atual lei. Hoje, mal ou bem, só pode fazer fogo quem está certificado, que são os técnicos do ICNF. De facto, a mexer nalguma coisa – e com certeza também vão ter oportunidade de ouvir pessoas no âmbito da prevenção estrutural e, concretamente, do ICNF –, penso que esta é uma questão pertinente e que pode ser colocada.

A Sr.^a deputada Isabel Oneto, levantou a questão SIOPS/Lei de Bases da Proteção Civil e por que razão não foi ativado o Plano Distrital de Proteção Civil. Respondo: porque não foi ativado nenhum plano municipal e, ao não ser ativado nenhum plano municipal, se pergunta a minha opinião, acho que mal. Houve condições para alguns terem sido ativados, mas os senhores autarcas – não por força de não ter sido sugerido a sua ativação – entenderam não ativar, nomeadamente em Alfandega da Fé, no norte do país...

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Mas não é condição acionar um para acionar o outro.

O Sr. comandante *José Moura*: – Acho é que não faz sentido ativar um plano num distrito sem um municipal ativado, mas admito opiniões diferentes sobre esta matéria. Agora, não confundir isso com aquilo que é um CCON, como disse, nem com o nacional. A Comissão Nacional de Proteção Civil, para funcionar, funciona num determinado regime e o Centro Coordenador Operacional esteve sempre ativado, ordinariamente às terças-feiras e funcionou sempre que entendemos. Todos os oficiais de intervenção, de todas as forças, estiveram sempre na Autoridade Nacional de Proteção Civil em permanência: noite e dia, e portanto todos aqueles que entendemos que, a cada momento, eram úteis para aquele processo, estiveram, e em cada distrito – nomeadamente o caso de Bragança, Viseu, Viana do Castelo – o Centro Coordenador Operacional Distrital esteve sempre. Se repararmos, na composição da Comissão Distrital da Proteção Civil Nacional e o centro coordenador, os oficiais de ligação são praticamente os mesmo – com raras exceções, muda ali uma ou duas personagens – e, portanto, os centros coordenadores que, ao fim e ao cabo, são uma ferramenta que o comandante distrital tem, é mais operacional, sendo que a outra comissão tem cariz mais político. Mas em todo o momento, aliás, o presidente da Câmara Municipal de Góis – Góis ou Pampilhosa, mas penso que é Góis – que tivemos um incêndio que arrancou com muita força, esteve na iminência de ativar o Plano Municipal, depois entretanto o fogo teve um *volt face* muito interessante, conseguimos muscular muito aquilo, ao fim do dia estava praticamente resolvido, tendeu para dominado, e o presidente de câmara recuou e acabou por não ativar o Plano Municipal. Penso

que disse isso quando estivemos reunidos na autoridade, estou convencido que muitos dos senhores autarcas entendem «ativação do plano», associam aquilo como assunção de despesas: nada mais errado. É evidente que resulta daqui alguma responsabilidade, mas o objetivo primeiro não é esse, é, como a Sr.^a deputada disse e bem, há um conjunto de meios que têm de ser disponibilizados e um conjunto de entidades que se têm de disponibilizar para concorrer para resolver o problema que, de outro modo, estão de fora, e portanto não se deve confundir comissão com Centro Coordenador Operacional.

Quanto à «declaração de alerta», que está associada a esta, não se confunda com «estado de alerta especial», que a cada momento foi sempre determinado – como demonstrei na outra apresentação –, teve um ciclo de 26 dias seguidos, tivemos só 12 horas em que não esteve amarelo. Não confundir um com o outro: o outro tem que ver com o facto do presidente da câmara, até um determinado nível, poder propor à tutela algum estado de alerta, pode declarar o estado de contingência e pode pôr para cima o outro, e portanto queria que, no aspeto dos estados, não os confundam.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Não estava a confundir, Sr. comandante.

O Sr. comandante *José Moura*: – Mas eu queria esclarecer que o estado de alerta esteve sempre determinado durante este período mais crítico.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Estava a falar precisamente porque é que não foi declarado nenhuma situação de alerta prevista na Lei de Bases, não o alerta especial.

O Sr. comandante *José Moura*: – Porque foi entendido, a cada momento, não o fazer, os responsáveis a cada momento – seja a nível distrital ou municipal – entenderam não o fazer e que as condições que estavam reunidas o não obrigava. Eu, muito sinceramente, entendo que há sítios onde poderia ter acontecido, e não me teria chocado se tivesse acontecido. O distrito de Viseu, em determinado momento, em questões da serra do Caramulo – nós tivemos três incêndios no Caramulo, um a 22 de agosto, outro a 28 e 29, e a situação de dia 29 tinha condições para o poder fazer.

Outra questão colocada, que penso ser a questão mais pertinente que colocou, tem que ver com o Posto de Comando Operacional, e eu penso que a Sr.^a deputada já na altura tinha falado nesta questão e na dificuldade que o meu antecessor, aqui no uso da palavra, também o tinha manifestado. O Posto de Comando Operacional não tem de ser montado quando o incêndio é focado pela estrutura do INPC, em nenhum momento, este acompanha o comandante das Operações e Socorro, em cada momento, a partir do primeiro momento, e vai evoluindo também. Ou seja, num primeiro momento é o Posto de Comando. Dizia e bem que «Os incêndios começam todos pequenos», eu digo que o ideal é aquele que se apaga com um copo de água ou com os pés. A partir do momento em que não se resolve de uma maneira nem de outra, já pode dar chatice e portanto a primeira equipa que chega lá – repito, 90% dos incêndios são aí resolvidos – e consegue resolver o incêndio, o comandante daquela equipa avoca a função de estratégia, tática e manobra; o Posto de Comando quem era? Era ele sozinho; aquilo vai-se

complicando, vai tendo meios daqui e de acolá e o Posto de Comando vai evoluindo, e portanto o COS é única função obrigatória em todo o sistema. Ele tem de arregimentar para o seu Posto de Comando, cada momento, quem ele entende ser a pessoa mais útil. Eu quando fui para o Posto de Comando do Caramulo, quando avoquei o comando, rodeei-me das pessoas que entendi serem importantes para resolver o problema. Antes de mim, esteve no patamar distrital. O Sr. comandante distrital entendeu ter os que tinha, antes de mim era o comandante de Tondela, portanto é evolutivo. Usou a expressão «dificuldade para envolver todos os agentes»: não. Quem comanda, a cada momento, cada operação, tem toda a legitimidade para avocar para junto dele e constituir o Posto de Comando ao nível que entender, podendo ter as pessoas que entender necessárias.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. comandante, refiro-me à dificuldade de, no ataque inicial, o comandante sentir necessidade de ter um técnico florestal, quando em municípios existem três, quatro, cinco, sete incêndios, de ter lá todos, até mesmo ao nível da GNR...

O Sr. comandante *José Moura*: – Terá que ser ele a resolver.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sabemos muitas vezes que um comandante chama a GNR e [esta] não aparece. Há uma dificuldade óbvia para constituição do Posto de Comando.

O Sr. comandante *José Moura*: – Está bem, mas mesmo que tenha mais que um incêndio na sua área de atuação própria, têm de ser estabelecidas prioridades. O Sr. comandante de atuação própria tem de estar na situação mais complicada, abordar a situação mais complexa, e por isso é que nós, na outra apresentação que demonstrei, foram 28 equipas de Posto de Comando projetadas e constituídas para fora.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Mas há ou não essa dificuldade?

O Sr. comandante *José Moura*: – Sinceramente aí, não entendo, porque cada um, a cada momento, tem de perceber de quem precisa. Há gabinetes técnicos florestais em todos os municípios – alguns intermunicipais – mas todos os municípios têm, portanto o Sr. comandante local tem de ter essa capacidade de conseguir arrolar, a cada momento, quem entender: não está o técnico, tem de estar o adjunto do técnico, o adjunto do presidente de câmara, o vereador, quem quer que seja. E, a cada momento, quando aquilo borregar, quando entender que esgotou tudo o que tinha ao seu alcance, tem que “chutar para cima”, é o princípio da subsidiariedade. «Sr. comandante distrital, estou aqui com cinco incêndios, e é para dizer que isto já não é para mim». Eu era comandante distrital, tive comandantes que humildemente me disseram: «Sr. comandante, agradecia que avocasse isto porque isto não é para mim, já atingiu (...)» ou porque tenho cinco fogos no meu concelho, ou seis. Às vezes ia, noutras mandava outros comandantes dos concelhos vizinhos, é uma gestão a cada momento e recordo que tivemos dias com 400 incêndios e significativos! Acredito que, num caso ou noutro, possa haver essa dificuldade, mas não aceito que cada um não assuma a sua responsabilidade.

Sr. deputado Miguel Freitas, a questão do período crítico. É o ICNF que o determina e está orientado para o período do verão – de julho a 30 de setembro. A questão parece-me pertinente, temos a possibilidade de o prolongar. Este ano estiveram em cima da mesa seis condições em outubro, tem de ser sede de portaria, e o período crítico pode prolongar-se. Nós, autoridade, no que nos diz respeito, definimos na própria circular que não há período de incêndios. Todo o ano é período de incêndio florestais – em 2012, tivemos janeiro e fevereiro com muitos incêndios florestais – e nós já atribuímos o pagamento da circular financeira para ressarcimento dos corpos de bombeiros, que já prevê todo o ano. Há aqui um entendimento que os incêndios já... E cada vez menos, a tal cimeira na Polónia, do clima, demonstra que o que vamos ter em curto prazo não são dias melhores e, como eu dizia, também na Austrália, em 2030 prevêem ter o dobro dos bombeiros por força das alterações climáticas. Julgo que tenderá mais para aí, esta questão do período crítico está definido, ponto. E é sempre período crítico porque, a este, está associado um conjunto de proibições, tem um bocado que ver com isso – circular nas matas, etc. – e portanto, com uma redação e outro espírito, mas é uma questão pertinente.

Depois outra questão: como é que resolvemos? Propostas não são difíceis, mas associadas a elas estão implicações financeiras, porque eu não tenho dúvida que, num distrito como Vila Real, Viana do Castelo e até como Viseu – ainda que só com 30 corpos de bombeiros, mas tem uma procura operacional permanente – que isto, no futuro, vai ter que ter uma companhia profissional. Proporia, por exemplo, o alargamento da FEB (Força Especial de Bombeiros). Quer dizer, não vale a pena estar a mandar grupos para cima e para baixo, com os custos inerentes que isto tem – este ano, a mobilização dos grupos custou 1 milhão de euros ao erário público. Um milhão! O que é que custará menos? Ter uma companhia de 40 ou 50 homens da força especial de bombeiros? Se tem de haver reconhecimento dos senhores autarcas locais, «Não conseguimos responder a Viana do Castelo desta maneira», então se calhar, o Estado tem que assumir uma parte do problema e dizer: «Temos um problema estrutural neste sítio que está identificado». Então temos de projetar uma força, não é lá ir apagar o fogo, é lá ir instalá-los, pelo menos, no período de verão. Esta é uma medida que eu acabei por fazer de forma indireta – pré-posicionar lá GRUATAS e GRIFS – que foi dar no mesmo, é outra forma do dinheiro chegar. Em planeamento, se calhar, o ideal é dizer logo à cabeça: «Já sabemos que vamos ter ali problemas, vamos lá colocar os meios». Uma outra será as Equipas de Intervenção Permanente, também criadas em 2006/2007, que hoje é reconhecido que é uma medida que querem repetir e é um compromisso que há entre a administração central e local, que é: a autoridade paga 50% a estas equipas e as autarquias assumem os restantes 50%. São equipas de cinco homens que estão nos municípios. Se calhar, é outra via de chegarmos lá, porque ainda não há reconhecimento – mas que penso que no futuro haverá –, os números que tinha como operacionais e bombeiros que temos disponíveis é o que é, mas a tendência, até por força deste período mais crítico – há muitos bombeiros que também emigraram e há dificuldades em alguns sítios –, não tenho dúvidas que esta via da profissionalização ou complementar com alguma parte profissional – seja através das EIP (Equipas de Intervenção Permanente), através do aumento da FEB ou através de qualquer mecanismo que venhamos a encontrar, dos GIPS, do que quer que seja – não tenho dúvidas que é este o

caminho para uma resposta em tempo útil, porque os Srs. deputados vêm de várias origens do território e não podemos estar na circunstância de «Porque eu moro no sítio A, estou mais protegido que no sítio B». Lisboa tem um regimento que responde. Se for na província, tenho que estar sujeito a tocar a sirene, vir um bombeiro voluntário a correr, se o patrão deixar sair do emprego, ou não deixar... Cada vez mais, este é o paradigma que tinham os bombeiros do século XX e tem de acompanhar o XXI, sendo diferente. Não faltarão aspetos que penso que podemos melhorar.

Ainda nos comandantes, há pouco quando falei no comandante municipal, gostava de recordar: os comandantes que temos, não são os que queremos, são os que mandam da Sociedade Civil, e recorro que qualquer um dos Srs. deputados vai à Escola Nacional de Bombeiros, faz um curso de quatro semanas e pode comandar um incêndio como no Caramulo ou Tavira, o que não me parece... Defendo que, para quem tem o percurso de bombeiros desde a sua origem – faz o percurso normal e chega a elemento de comando e depois faz um curso de quatro semanas para ser comandante –, parece-me razoável. Agora, fora quem é do sistema, porque uma direção foi assumida em Freixo de Espada-à-Cinta ou noutro lado qualquer e depois propõe para comandante o primo, o enteado, ou não sei quem; vai à escola, faz o curso... Não, acho que deve haver um semestre ou um período para dar lastro, porque depois somos confrontados com comandantes em alguns sítios que, enfim, são o que são. Não digo que é mau ou bom, são o que são, são o que há, e penso que é um ponto, no desafio que me fizeram, que temos margem para evoluir até no âmbito legislativo, porque hoje – quase que me permitiria dizer – é fácil ser comandante de um corpo de bombeiros, desde que proposto. A Autoridade Nacional só homologa. Desde que reúna as condições, vai fazer o curso a Sintra, está dentro do parâmetro da idade, não vai homologar porquê? Quem têm competência de nomear as direções de corpos de bombeiros, as Associações de Utilidade Pública Administrativa de direito privado e portanto há sempre aqui... Não é fácil. Também não pode ser por decreto dizer: «O senhor, que é uma associação de direito privado, tem de ter como comandante fulano tal», também não é fácil, mas se conseguirmos obrigar que, quem não é do sistema, que não faz parte, nem tem origem num corpo de bombeiros, que tenha de ter uma formação, quase que obrigar a passar por um verão, ver um fogo, perceber o que é queimar as pestanas, penso que é importante.

Na outra questão do Sr. deputado Miguel Freitas, na relação CADIS/CODIS eu reconheci que temos de melhorar para deixarmos de ter as 18 ilhas, mas eu hoje não tenho que lidar com 18 comandantes distritais, em termos de comando e controlo falo com quatro ou cinco unidades, sendo que, depois, cada comandante depois fala com quatro distritos. Em termos de comando e controlo, há uma vantagem imensa – disso não tenho dúvidas – mas há que melhorar o funcionamento, sim. E este ano, que foi um ano com esta dimensão, percebemos algumas fragilidades, até na comunicação. Depois colocou a questão dos governos civis, penso que já respondi, penso que o patamar a nível distrital, que é o comandante de agrupamento na parte operacional, vai ter de avocar. Depois, aquela parte política que tinham os senhores governadores civis – penso que a Sr.^a deputada desempenhou essa função – era um ministério de influência, ao fim e ao cabo, de ligação: pegar no telefone e ligar para aqui e para acolá. Hoje o comandante distrital faz isso da parte operacional muito bem e tem uma ligação muito boa com os presidentes de câmaras municipais, isso não tenho dúvida. Uns terão mais que outros

e uns têm esse trabalho bem feito, outros nem por isso. A minha determinação operacional foi que todos os comandantes, até 30 de abril, têm de ter as uniões com os três pilares com todos os seus autarcas, por força da janela de oportunidade da mudança dos autarcas que ocorreu este ano.

Quanto ao gabinete de comunicação, acho que é interessante porque há quem venda muito bem a sua imagem e nós, de facto, não somos os melhores nesse aspeto. A autoridade tem um gabinete de relações públicas, mas acho que, por exemplo, o INEM faz isso muito bem. Desculpar-me-ão a ousadia, mas se ajudarem uma velhinha atravessar a estrada, eles conseguem pôr isso nas notícias, enquanto nós fazemos 99 coisas por dia bem-feitas – “nós”, estrutura de norte a sul do país – fazemos 3500 ações de socorro por dia, algumas delas com risco imenso, porque esta é uma atividade de risco, e não produzimos isso. Eu posso estar a ser um pouco contra o meu próprio serviço, mas acho que o meu gabinete de comunicação... Eu não sinto que tenha falta, sinto é que faz falta.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Sr. comandante, muito obrigado pela sua colaboração, passou um pouco o tempo mas valeu a pena, todos concordamos. Agradeço a sua colaboração com este grupo de trabalho e colaboração com a Assembleia.

Eram 12 horas e 37 minutos.

AUDIÇÃO

1. INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS

2. GENERAL COMANDANTE-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

15 DE FEVEREIRO DE 2014

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

Eram 9 horas.

Já temos aqui as pessoas, mas faltam dois dos previstos, que são a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, que têm dificuldades em vir, mas estão disponíveis para vir noutra data, que se venha a fixar.

Queria agradecer, naturalmente, a disponibilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas para vir aqui, a este grupo de trabalho.

Como sabem, este grupo de trabalho foi constituído por iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia, na sequência de um ano que foi difícil em matéria de incêndios florestais, e destina-se a que a Assembleia faça uma reflexão e recolha o máximo de contributos com vista a eventuais recomendações a fazer ao Governo e também à adoção de providências legislativas ou outras, que contribuam para uma maior eficácia, no âmbito da prevenção e do combate aos fogos florestais.

Já tivemos, aliás, oportunidade, numa reunião que tivemos na proteção civil, de ouvir uma posição muito consistente e aprofundada do Sr. representante, que, aliás, veio com a vossa representação, do Instituto da Conservação da Natureza, mas naturalmente que gostaríamos de, aqui, no próprio grupo de trabalho, ter a vossa visão isolada, formalizada e com os contributos que entendam trazer-nos e dar-nos.

O que está fixado, em termos de método de trabalho, são 10 minutos para a intervenção inicial da Sr.^a presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Depois, seguir-se-á a intervenção-pergunta dos grupos parlamentares por cinco minutos, sendo a última intervenção do Sr. deputado do Partido Socialista, que é o deputado relator deste grupo de trabalho.

Mais uma vez, muito obrigado pela vossa disponibilidade.

Dava a palavra à Sr.^a Eng.^a Paula Sarmento.

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento* (presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas): – Muito obrigada por esta oportunidade de tentarmos expor aqui um pouco qual é a função de prevenção estrutural do ICNF, no contexto do Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios, que é, de facto, o nosso instrumento fundamental, que tentamos seguir de forma criteriosa e com todo o empenho, de modo a garantir que conseguimos minimizar, naquilo que são as nossas atribuições, o flagelo que são os incêndios.

De facto, o ano de 2013 foi um ano crítico essencialmente face às mortes que ocorreram, foi um ano em que os índices meteorológicos tiveram características com uma severidade muito elevada que, desde 2001, nalgumas regiões do país, foram mesmo as mais críticas e, no entanto, do ponto de vista de incêndios florestais, não aconteceu da mesma forma. Nós tivemos cerca de 150 000 hectares de área ardida e cerca de 55 mil hectares de povoamentos florestais e estes valores, no caso da área total, estão ligeiramente acima da média dos últimos 10 anos, no caso dos povoamentos florestais são inferiores mas, de qualquer forma, não acompanharam o índice de severidade esperado.

Eu não ia ocupar os 10 minutos e ia passar a palavra ao Eng.^o Rui Almeida, uma vez que estou acompanhada pelo Sr. vice-presidente e pelos dois dirigentes, que têm a área da proteção florestal a seu cargo no ICNF, e ia pedir ao Eng.^o Rui Almeida, se houvesse possibilidade de vos fazer uma breve apresentação, que eu também deixava aos Srs. deputados e eu ia, aqui, entregar, em papel, a apresentação que nós vamos fazer sobre a prevenção estrutural e um balanço da época de incêndios de 2013, e deixava-vos também – não sei se vamos ter oportunidade ou não, mas acho que é importante para vosso conhecimento – um documento sobre as ações de sensibilização e voluntariado para defesa da floresta que nós, este ano, consolidamos para implementar e também para aumentar a sensibilidade da população em geral, nos diferentes públicos-alvo, em relação a esta matéria. Mas, se calhar, reservava-me para uma breve exposição do Eng.^o Rui Almeida, complementada também com comentários que os meus colegas queiram fazer e, depois, ficamos a vossa disposição para as questões que entendam pertinentes, que é capaz de ser mais produtivo.

O Sr. *presidente*: – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Eng.^o Rui Almeida.

O Sr. Eng.^o *Rui Almeida* (vice-presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas): – Peço um bocadinho de tempo enquanto instalo o computador.

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento*: – Enquanto esperamos que se ligue o computador, dizia também que a alteração que houve no modelo de ocupação do território, desde o século passado, o colapso do mosaico agro-silvo-pastoril que manteve a nossa tipologia de paisagem durante tanto tempo, também são fatores que aumentam, de facto, o risco e incêndios e, daí, também a importância deste plano de sensibilização para tentarmos identificar quais são as populações-alvo onde podemos ter uma intervenção ativa, do ponto de vista de sensibilização, e até (...) de alguns dos agentes e grupos específicos de risco, com vista a tentar também minimizar comportamentos de risco e conseguir, de alguma forma, reduzir este flagelo.

A nível dos antigos serviços florestais, sempre chamamos espaços florestais a uma percentagem muito grande do território que, independentemente de terem apetência florestal, são espaços rurais. Nós devíamos olhar também para os números que vão ser apresentados, percebendo o que é a área ardida, onde é que há os pontos de ignição, onde começam as ocorrências e o que é que, efetivamente, arde em floresta.

Como sabem, a minha formação é na área do ambiente, portanto, também não posso deixar de vos dizer que, muitas vezes, a forma como é referida a necessidade de limpeza das matas, a mim, enquanto engenheira do ambiente, também me causa algum desconforto porque os ecossistemas florestais são ecossistemas complexos, em que, tanto o estrato herbáceo como o arbustivo, como o arbóreo são igualmente importantes e têm uma função ecológica muito relevante a desempenhar. O que aqui está em questão não é a limpeza sistemática de matos e de estrato herbáceo, o que está em questão são ações de silvicultura preventiva, implementadas de forma perfeitamente cirúrgica, que permitam constituir barreiras à propagação dos incêndios e minimizar os riscos de ocorrência e de rápida propagação.

Se calhar devia ter informado previamente que pretendíamos fazer a apresentação.

O Sr. *coordenador*: – Não, com certeza. Já se sabe que as tecnologias são excelentes, mas têm também, às vezes, os seus compassos, a sua lentidão, mas vale a pena porque, depois, ganhamos em qualidade e em tempo.

Pausa.

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento*: – Esta informação que vamos fazer tem por base a informação... Não sei se estiveram na sessão de balanço do LNEC da época de incêndios, mas, de qualquer forma, é informação atualizada e complementada em relação àquela que foi apresentada na altura, pelo que achamos que pode, efetivamente, ser oportuna.

Pausa.

O Sr. *coordenador*: – Sr. Eng.^o Rui Almeida, faça favor.

O Sr. Eng.^o *Rui Almeida*: – Então, eu vou descrevendo o que é que tenho da apresentação e, depois, deixo-vos a apresentação que poderão consultar.

A primeira parte da apresentação visava um bocadinho descrevermos o que tem sido a evolução das áreas ardidas nos últimos anos. Isto já é conhecido da maior parte de vós. O ano caracteriza-se por uma área ardida de um total de cerca de 153 000 hectares, que é o que está apurado neste momento e que se divide em perto dos 98 000 hectares de mato e 55 000 de povoamento, portanto, a repartição entre o que é povoamento e o que é mato é bastante desequilibrado para o lado dos matos. E temos um conjunto do número de incêndios, que aqui é importante percebermos como é que esta distribuição se faz, ou seja, nós temos um total de 19 000 incêndios, mas cerca de 15 000 são muitos pequenos incêndios porque são abaixo de um hectare e, depois, temos 3800 acima do hectare. Portanto, são estes 3800 que fazem, basicamente, o problema.

Este ano, as grandes áreas ardidas centram-se, essencialmente, no norte e no centro – provavelmente, já viram esta imagem noutras apresentações – e, portanto, é um conjunto de áreas que surgiram, essencialmente, acima da cota do Mondego para norte. Há aqui um aspeto importante nesta distribuição das classes de áreas dos incêndios, que tem que ver como se faz a distribuição das áreas pelas classes dos incêndios, ou seja, nós temos muito poucos incêndios nos grandes incêndios e temos muitos incêndios nos pequenos incêndios. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós temos um fator de ignição, uma capacidade de arranque, nos incêndios muito grande, portanto há uma constante presença de ignições no território mas, desse conjunto de ignições, só uma pequena parte é que dá origem aos grandes incêndios. Portanto, no fundo, é este o padrão que nós temos no território.

Esta distribuição das ocorrências também não é uniforme. As grandes urbes do Porto e Braga tem a maior parte do número de incêndios, mas não tem a maior área ardida, mas as maiores áreas ardidas saem dessas zonas. Portanto, o grande número de incêndios concentra-se no grande periurbano, que ainda está associado muito à presença humana, toda a causalidade que nós temos é relacionada com a presença humana e, portanto, maior presença humana maior número de incêndios. Portanto, esta relação é clara. É na grande urbe do Porto e da grande urbe de Braga que se faz um grande número de incêndios. Depois, há outras zonas que aparecem já com um número de incêndios relativamente baixo comparado com a média nacional, mas que dão grandes áreas e para haver grandes áreas tem de haver um conjunto de condições, ou seja, as grandes áreas ardidas que surgem onde? Surgem onde há continuidade florestal, onde nos aparecem grandes espaços florestais e, portanto, temos esta distribuição e este padrão, em termos nacionais.

Depois, em termos de distribuição por espécies, a espécie mais afetada pelas áreas ardidas – e vamos falar agora apenas nos povoamentos, portanto, vamos excluir os matos – é o pinheiro-bravo. Em termos significativos de distribuição do território, a área do pinheiro-bravo já está ligeiramente abaixo, embora ande ali muito perto da área do eucalipto, mas ainda é o pinheiro-bravo a espécie que é mais afetada com os incêndios.

Depois, temos um conjunto de dispositivos – e saltando agora um bocadinho para o dispositivo – com o qual apoiamos a parte do combate. Basicamente, o dispositivo que a prevenção estrutural põe à disposição do combate no período de incêndios são os sapadores florestais, que é a grande força que nós temos, e as CNAF (Corpo Nacional de Agentes Florestais), que são equipas do ICNF que fazem a primeira intervenção e fazem vigilância, e, portanto, são equipas equipadas da mesma forma que os sapadores e que complementam esta atividade. Quer dizer que a atividade dos sapadores divide-se em duas grandes componentes: durante o período de “inverno”, ou seja, fora do período dos incêndios, eles fazem gestão de combustíveis e manutenção de infraestruturas. E o que é isto de manutenção das infraestruturas? Temos a rede viária e os pontos de água. Durante o verão, o que fazem é apoio ao combate e vigilância e fazem também ações de rescaldo.

Depois, o serviço também se complementa com um conjunto de equipas, que, nestes últimos anos, têm sido equipas mistas, que são as equipas «GAUF», e, portanto, há uma contratualização de técnicos para serem chefes de equipa, que são as chamadas equipas «GAUF», constituídas, hoje em dia, por um técnico e por dois canarinhos, dois elementos da «FEP», e que, só

para vocês terem uma ideia, participaram em cerca de 68 ocorrências e tiveram 104 ativações, este ano. Além disso, porque, a parte final do contrato apanhou um período em que já havia muitos poucos incêndios, foi-nos permitido fazer fogo controlado, e, portanto, estas equipas ainda chegaram a fazer 384 hectares de fogo controlado. As equipas de sapadores participaram em cerca de 8% das ocorrências de incêndios florestais – portanto, são os números – e têm apoio ao combate, que é a segunda fase, em que estas equipas não estão propriamente adequadas a esta tipologia ou a esta fase dos incêndios, mas participaram ainda em 5% e, no rescaldo, participaram em 6% das ocorrências. Portanto, isto em termos gerais.

Estas equipas, no período de inverno, até à data, o que nós temos contabilizado – e estes dados ainda são provisórios porque os dados só são finalizados no final do primeiro trimestre deste ano – e o que já conseguimos apurar, do que já fizeram, as equipas de sapadores florestais conseguiram fazer já cerca de 5500 hectares de gestão de combustível em serviço público, portanto, o trabalho que eles realizam tem um componente de serviço público. O que é que é este serviço público? É trabalho que é programado pelos técnicos do ICNF e, portanto, desse trabalho eles já fizeram cerca de 5500 hectares e têm um serviço normal, que é um conjunto de atividades para as quais as equipas de sapadores florestais se propõem fazer, como prestadores de serviços para a população. Nesse âmbito, está referenciado já cerca de 8800 hectares. Em termos de pontos de água, intervieram em 348 em serviço público e em 495 em serviço normal. Em rede viária fizeram 772 quilómetros em serviço público e 1300 em serviço normal e em rede primária, que é basicamente toda programada pelos técnicos do ICNF, fizeram já cerca de 910 hectares.

Continuo a afirmar que estes dados são provisórios e, portanto, são valores que terão de ser ainda apurados até ao final deste trimestre.

Portanto, no fundo, existe aqui um conjunto de atividades, e este é o grande peso da atividade da prevenção estrutural, que é realizado pelas equipas de sapadores florestais.

Falando agora um bocadinho das metas do plano – e vamos falar apenas nas principais metas –, temos dois períodos no plano, que vão de 2006 a 2012 e de 2013 a 2018. Portanto, o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios está estruturado em duas fases: a primeira fase tinha umas metas e a meta mais reconhecida era a área ardida inferior a 100 000 hectares. Tivemos vários anos em que conseguimos superar esta meta, mas noutros, como este ano, não foi possível superá-la.

Agora, temos uma nova fase, que é a fase de 2013 a 2018, e esta fase tem uma nova meta. Qual é esta meta em termos de área? É 0,8% da área de povoamento. Portanto, nós só podemos atingir a área de povoamento até 0,8% da área total de povoamento. Isto, em termos numéricos, o que é que representa? Representa cerca de 25 000 hectares de povoamento. Nós tivemos, neste ano, cerca de 50 000, e, portanto, neste ano, estamos longe desta meta.

Em termos de ocorrências, temos de ter menos de 150 ocorrências inferiores a 24 horas, que é o período em que as ocorrências estão ativas, e, portanto, não é a duração total das ocorrências. Temos ocorrências que, por vezes, demoram semanas, mas o período ativo, por vezes, é só de dois dias e, portanto, é este período ativo que nós estamos a contar é de ocorrências que têm de ser inferiores a 24 horas e, em termos numéricos, tem de ser menor que 150 por ano. Esta meta vai transitar para menor que 75. Nós, este ano, tivemos 155 ocorrências.

Em termos de reacendimentos, é outra meta em que temos alguma dificuldade no seu cumprimento. Nós temos uma meta para o período de 2006-2012 inferior a 1%, vamos passar para inferior a 0,5%. Estamos com 10% de reacendimentos, que é um número elevado, mas tem algumas questões que depois, mais à frente, poderemos abordar.

Depois, teremos os incêndios superiores a 1000 hectares e, portanto, esta meta, quer no primeiro período, quer no segundo período, tem de ser zero e este ano tivemos 27 incêndios superiores a 1000 hectares. Há também a outra meta que, muito dificilmente, iremos conseguir cumprir.

Depois, temos o tempo de ataque inicial, que são referências ao combate. Eu vou abster-me de falar sobre essas questões, mas a meta é inferior a 20 minutos, isto é, o tempo de ataque inicial é inferior a 20 minutos em 90% das ocorrências e tempos de ataque inicial superiores a 60 minutos não podem existir.

Depois, temos uma meta, que é as áreas de ZIF, que, na primeira fase, teriam de ser superiores a 500 000 hectares e, na segunda fase, mantêm-se e estamos com cerca de 847 000 hectares já constituídos sob a forma de ZIF.

Depois temos ainda as GTF. Temos uma obrigatoriedade de ter 278 municípios, mas não temos 278 municípios com GTF constituídos e porquê? Porque existe um conjunto de câmaras que não têm interesse em ter GTF constituído. Como exemplo disso, temos a Câmara Municipal de Lisboa, que tem uma divisão de parques que cumpre as funções do GTF. Portanto, há um conjunto de câmaras que substituíram os GTF por outras estruturas.

Passando agora um bocadinho, em termos de fatores meteorológicos, que era o que se seguiria na apresentação, temos tido um agravamento, com alguma consistência, dos fatores meteorológicos. Este ano tivemos um ano relativamente severo, que, na fase mais crítica, está em segundo lugar nos últimos 10 anos, mas está em terceiro lugar, se nós contabilizarmos todo o período de agenda. Vamos agora saltar aqui para os fatores meteorológicos. Isto é o que nós avaliamos em termos de severidade. Portanto, contabilizando o ano todo, o ano de 2013 está em terceiro lugar, em termos de severidade nos últimos 10 anos, mas contabilizando apenas a Fase Charlie, ele acaba por estar aqui em segundo lugar. E, portanto, tivemos uma Fase Charlie muito complicada em termos meteorológicos. O que é que nos está a acontecer em termos meteorológicos? Basicamente há aqui uma sequência do índice, que usamos para avaliar as condições meteorológicas, e o que nós vemos é que tivemos aqui um período em que tínhamos alguma consistência na regularidade das condições meteorológicas e, a partir de determinada altura, parece que há um acontecimento pontual de zonas com severidade muito alta e associadas a zonas onde a severidade é baixa. Portanto, no fundo, aquilo que nós tínhamos de regularidade do território, que era uma severidade muito alta a sul do Tejo e uma severidade relativamente baixa a norte do Tejo, está a alterar-se e aparecem-nos pontos críticos com valores muito altos num ano e depois deixam de aparecer e, portanto, há alguma inconsistência na questão meteorológica. Mas, em termos globais, em termos médios, o que nós estamos a assistir é uma tendência de agravamento.

Se analisarmos aquilo que é mais perceptível por nós, que são as temperaturas, as humidades relativas e as velocidades do vento, o que vemos é que o parâmetro, que está a agravar-se mais é a questão da humidade relativa. Portanto, é na humidade relativa que estamos a ter

uma diminuição mais acentuada, a temperatura está a aumentar, portanto há uma tendência de aumento, o vento aumenta nuns anos e diminui noutros, mas não tem uma tendência de variação muito consistente. É na humidade que sentimos os maiores problemas. Portanto, a questão das grandes áreas ardidas resulta deste parâmetro meteorológico.

Saindo agora um bocadinho dos parâmetros meteorológicos, passamos aos fatores humanos. Já foi dito aqui que a questão dos incêndios, no nosso território, resulta de causa humana. Temos apenas 0,5% a 1% de causas naturais. O que são as causas naturais? (...) não há mais nenhuma, tudo o resto tem sempre a questão da causa/dano e, portanto, para reduzirmos a área ardida, temos de reduzir o número de incêndios e, se quisermos reduzir o número de incêndios, temos de intervir sobre as atitudes que devemos ter perante os espaços florestais e perante a proximidade dos espaços florestais.

Compete ao ICNF a questão da sensibilização. Como é que está organizada a questão da sensibilização? Tem uma componente de participação pública que é o movimento (...) através de um conjunto de empresas que apoiam um conjunto de ações de sensibilização e, depois, temos um conjunto de ações de sensibilização dedicada a um conjunto de causas. Isto são alguns dados da evolução das campanhas e do número de *spots* da rádio e do número de *spots* de televisão. Houve alguns anos que não tivemos *spots* na televisão, mas, basicamente, em termos numéricos, esta tem sido a evolução, desde 2006, em termos de *spots*, que é aquilo que é mais visível para o público, que são as mensagens que passam nas rádios e nas televisões. Aqui está uma evolução. Mas o mais importante é percebermos o que é que está a acontecer com as questões da sensibilização. Estamos a conseguir alterar comportamentos ou não estamos a conseguir alterar comportamentos? Isto não está a acontecer de uma maneira uniforme no país, ou seja, nós, em termos genéricos, se olharmos para o gráfico do número de ocorrências, elas têm estado a diminuir, e, portanto, estamos a conseguir uma diminuição, no global, do número das ocorrências, em termos nacionais. Tínhamos anos de 25 000 ocorrências e estamos já na ordem das 20 000 ocorrências por ano. Tivemos algum decréscimo ao longo destes últimos anos, mas este decréscimo não é uniforme em todo o território. Onde é que ele está a acontecer com maior intensidade é “aqui, nesta zona a azul”. Portanto, são as zonas urbanas que estão a diminuir o número de incêndios. Isto prende-se com a diminuição da expansão urbana, prende-se com alterações de comportamento humano, prende-se com um conjunto de outras questões.

Quanto é que está a diminuir “nesta zona azul”? Onde está mais carregado, temos uma diminuição de três ocorrências em cada doze, portanto, é um número já expressivo, mas ainda não é o suficiente para libertar a pressão que nós temos sobre este território. Estamos a falar em áreas de um quilómetro quadrado, portanto, quando falamos nestes valores, é por quilómetro quadrado.

Depois temos, aqui, zonas onde estão a aumentar as ocorrências, temos o inverso do território, e são situações preocupantes porque se juntam em espaços com alguma continuidade e, num aumento nas situações mais graves. Que aumentos são? Temos um aumento de uma ocorrência em cada 13. Temos aqui alguns fogos, nesta zona do Minho, aqui na zona de Cinfães, isto é, à volta de um periurbano e, portanto, no fundo, estão identificadas as zonas onde temos este incremento de ocorrências.

Depois temos aqui uma análise que permitiu analisar também os dados sobre quantas ocorrências em média é que nós temos por dia ao longo dos anos e se ela tem variado muito ou se tem variado menos. Tivemos aqui dois anos muito bons, que foram os anos de 2007 e 2008, em que houve um número muito pequeno de ocorrências, mas isto, provavelmente, ficou-se a dever a fatores meteorológicos, essencialmente a fatores da humidade, que aconteciam de 20 em 20 dias. Se olharmos para eles em termos de temperaturas, não foram anos muito frios. O que aconteceu era que, de 20 em 20 dias, tínhamos um período de chuva e, portanto, permitia entrar humidade.

Depois temos a média por hectare arditos por dia. Temos, também, uma diminuição desta média e temos, aqui, o número de dias com mais de 1000 hectares diários. No fundo, temos agora um patamar a partir de 2010 para a frente e entramos ali num patamar do número de dias com mais de 1000 hectares arditos. Portanto, no fundo dá-nos uma ideia desta evolução.

Em termos de atividades – e agora naquilo que cabe ao ILCNF que é a prevenção estrutural –, a prevenção estrutural que, primeiro que tudo, temos de perceber o que é. A prevenção estrutural é um conjunto de ações, no território, que não é intervir em todo o território mas é intervir num conjunto de zonas. Porquê? Porque não é possível intervir na totalidade do território, temos de priorizar onde é que vamos intervir e, portanto, potenciar essas ações de modo a que, se houver um incêndio, esse incêndio possa, ao passar por esta infraestrutura, alterar, radicalmente, o seu comportamento. Que infraestruturas são estas? Temos as redes de faixas de gestão de combustível, onde se insere a rede primária, a rede secundária e, depois, temos, também, as parcelas de mosaico. Portanto, a primeira é um conjunto de redes sob a forma linear e as outras são bolsas que são instaladas no território e que permitem alterar o comportamento do incêndio. Portanto, estas faixas têm duas funções: uma, de alterar o comportamento dos incêndios e outra, de defender, de forma passiva, as infraestruturas. E de que infraestruturas estamos a falar? Estamos a falar de edificações e de infraestruturas de transporte de linhas elétricas e redes de gás, redes ferroviárias, portanto, todo um conjunto de infraestruturas que tem de ter defesa perante os incêndios florestais.

Temos a rede viária florestal, que funciona também como faixa mas funciona na facilidade de acesso aos “fogos” florestais; temos a rede de suporte de meios aéreos, que já não falamos nela porque, praticamente, já está concluída, que consta, no fundo, dos heliportos e das pistas que permitem colocarmos meios aéreos durante o verão para fazermos o combate a incêndios florestais com esses recursos; temos a rede de pontos de água, que também já está, em certa medida, praticamente completa, pois estamos na ordem dos 95% daquilo que está planeado; temos a rede de vigilância, que são os postos de vigia e que também está completa e estamos numa perspetiva de incrementar os postos de vigia; temos as redes locais de estratégia de estacionamento, que são a identificação de locais para estacionarmos equipas durante o período mais crítico para podermos fazer vigilância e preparar as ações para a primeira intervenção.

Em termos de ações, portanto em termos de gestão de combustível, em termos de intervenção nas faixas, o que é que tem sido feito? Estamos com uma capacidade instalada de cerca de 19 000 a 20 000 hectares de gestão de combustível por ano. Estes dados, que aqui estão para 2013, ainda são dados provisórios, ainda não estão completamente finalizados. Estamos com uma capacidade de cerca de 500 (pontos) de intervenção e de 400 a 500 pontos de água por

ano e estamos com uma capacidade de intervenção entre os 4000 a 4500 quilómetros da rede viária florestal e estamos com uma capacidade de execução de cerca de 3000 hectares de rede primária, por ano.

Portanto, no fundo, estes são os dados que temos. Isto é feito essencialmente com as equipas dos sapadores florestais e com as equipas do ICNF, portanto as CNAF, e também com algumas entidades, como a EDP, como câmaras municipais, que vêm também complementar este trabalho.

Em termos de rede primária, vou só deixar-vos aqui alguns dados. O que está planeado são cerca de 20 000 hectares em áreas públicas, o que representa 15% da rede primária, e o que está feito ronda os 13% da rede primária.

Em termos de planeamento, que também é uma das competências do ICNF, que é coordenar as ações de planeamento da defesa da floresta contra incêndios, temos, portanto, o Plano Nacional, que está completo e, neste momento, estamos num processo de avaliação e de monitorização do mesmo; temos os Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios, que estão todos aprovados. Os POD também estão todos aprovados, que é, portanto, a componente operacional desses planos e, em termos de Planos Municipais de Defesa da Floresta, que são cerca de 272 embora os municípios sejam 278, mas há oito municípios que, dado o seu espaço florestal ser muito exíguo, nunca submeteram a aprovação o plano porque consideram que não têm necessidade desse plano.

Os planos tiveram uma primeira fase, foram elaborados entre os anos de 2006 e 2009 e a maior parte deles tem um prazo de vigência de cinco anos e, portanto, estamos no término do período de vigência de um grande número destes planos e, portanto, estamos a entrar numa segunda fase e, desta fase, estão já aprovados 14 de 272 e estão 241 em laboração. Portanto, há apenas 17 que não estão em laboração mas, entretanto, estamos a fazer esforços de modo a que as câmaras municipais ponham em laboração, nesta nova fase, estes 17.

No ano de 2013, apenas 258 municípios apresentaram o POM, que é uma componente operacional dos planos.

É este, no fundo, o retrato do que temos em termos de planeamento.

Em termos de fogo controlado, temos cerca de 157 técnicos, mas apenas 45 apresentam atividade regular. Ou seja, as pessoas estão formadas mas não exercem aquela atividade e só 45 deles é que apresentam atividade regular.

Este ano, temos já referenciados cerca 950 hectares feitos com fogo controlado.

Em termos de técnicos de fogo de supressão, que são aqueles técnicos que podem vir a ser chefes das equipas GALF porque têm condições, são, neste momento, 17 técnicos credenciados.

Basicamente, eram estes os dados que tinha para vos apresentar para podermos, então, passar às questões.

O Sr. *coordenador*. – Sr. Eng.º João Sobral, vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza, tem a palavra.

O Sr. Eng.º *João Sobral*. – (vice-presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas): – Talvez fosse mais produtivo passar aos Srs. deputados e, depois, procuraríamos, então, responder às questões de uma forma, mais ou menos, integrada.

O Sr. coordenador: – Sr. deputado António Filipe e Sr. deputado João Ramos, pergunto qual dos Srs. deputados deseja usar da palavra.

O Sr. António Filipe (PCP): – *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. coordenador: – Exatamente.

O Sr. João Ramos (PCP): – Sim senhor, começamos, Sr. coordenador.

O Sr. coordenador: – Sr. deputado João Ramos, faça favor.

O Sr. João Ramos (PCP): – Sr. presidente, Srs. deputados, queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, as estruturas dirigentes do ICNF.

Iria fazer um conjunto de questões muito rápidas, sem grandes considerações.

Primeiro, na intervenção que foi feita, falou-se muito nas causas humanas e nas causas meteorológicas e, tendo em conta aquilo que é a responsabilidade do ICNF, gostávamos que se aprofunde como é que as políticas florestais têm ou não têm relação com os incêndios. Isso não é muito referido e é fundamental para percebermos aquilo que são as opções de política florestal e como é que elas se relacionam com estas matérias.

Depois a questão, que foi aqui referida e que nós abordamos recorrentemente, que é a questão do número de ignições e da área ardida, e chegamos sempre à conclusão de que onde há mais pessoas, há menos área ardida. Isto foi-nos referido e foi assumido aqui pelo Sr. secretário de Estado das Florestas que há uma relação muito clara entre ocupação do território e os incêndios, só, infelizmente, não referiu – tendo o Sr. secretário de Estado a responsabilidade do desenvolvimento rural – o que é que o Governo está a pensar fazer para dar passos atrás neste processo de abandono do mundo rural. Por isso, esta era uma questão que tinha para colocar, mas foi, mais ou menos, referida pela intervenção do Sr. Eng.º Rui Almeida, referindo, claramente, que essa relação entre povoamento humano e incêndios florestais existe.

Outra questão, que está relacionada com o ICNF, tem que ver com o Corpo de Guardas Florestais, que foi desmantelado. Em visita a sítios incendiados, uma das coisas que nos referiam é que, quando existia o Corpo de Guardas Florestais, havia um conhecimento muito profundo do território, dos espaços florestais, das redes de acesso, o que, neste momento, se perdeu. Gostava também de ouvir uma palavra e de perceber qual era a vossa avaliação relativamente a esta matéria.

Outra questão ainda, prende-se com esta nova perspetiva, que há agora, do fomento florestal, de estimular o crescimento das áreas florestais, relacionada com o decreto-lei da florestação e da reflorestação, que começou aí. Agora, também há novidade relativamente aos PROF, não à sua revisão mas à elaboração de novos PROF. O que estão muito em cima da mesa é uma política de alargamento das áreas florestais, quando, claramente, temos um problema com a gestão das áreas que temos. E gostava de perceber a perspetiva do ICNF sobre se tem ou não preocupação com isto. É que estamos a alargar as áreas florestais, a promover o seu alar-

gamento, sem que se mexa estruturalmente no problema que temos relativamente à gestão daquilo que já temos e que tem uma relação muito próxima com os incêndios florestais. Qual é, portanto, a preocupação que tem relativamente a esta matéria.

Outra preocupação tem que ver com o que conseguimos perceber quando olhamos para os incêndios. Por exemplo, ainda há pouco tempo vimos uma reportagem televisiva, mais ou menos extensa, sobre esta matéria. E há um conjunto muito alargado de estruturas a intervir nos incêndios florestais. É o Corpo Nacional de Bombeiros, são as estruturas todas do ICNF, é a GNR, enfim, é um conjunto muito grande, e gostava de saber se, na vossa perspetiva, isto articula tudo bem ou se há aqui problemas relacionados com este conjunto muito alargado de estruturas, que têm competências e responsabilidade de intervenção nesta matéria.

Das duas últimas questões, foi, agora, aqui referido que, de uma forma muito alargada, aquilo que são as metas do Plano Nacional não têm atingido aquilo que estava previsto e o que perguntava era se isto tem que ver com uma má definição inicial ou com a falta de meios para cumprir o Plano, e, portanto, qual é a razão: se foi audácia a mais na definição das metas ou se foi, depois, falta de meios para que elas se atingissem.

Uma última questão é relacionada, ainda, com esta das alterações meteorológicas. Elas estão aí, em cima da mesa, e agora é preciso saber o que é que está a ser feito para nos adaptarmos a elas, uma vez que podemos fazer alguma coisa para tentar que elas não sejam tão severas ou tão acentuadas mas, depois, há uma adaptação das estruturas do dispositivo e até, eventualmente, em termos de política florestal, o que é preciso fazer a esta realidade que está aí e se ela está ou não a ser feita e em que medida é que está a ser feita.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Sr. Eng.º João Sobral, faça favor.

O Sr. Eng.º *João Sobral*: – Não sei se estou a entrar em choque com a organização tradicional, mas é um bocadinho complicado...

O Sr. *coordenador*: – Eu percebo, mas faça favor.

O Sr. Eng.º *João Sobral*: – Primeira questão: causas humanas e causas meteorológicas, a influência da política florestal nos incêndios.

A política florestal, a nossa como qualquer outra, não é, em situação alguma, determinante dos incêndios florestais, mas lida com eles e contribui, de uma forma inequívoca, para, digamos, a sua mitigação ou o seu agravamento.

A política florestal portuguesa tem vindo, ao longo das últimas décadas, precisamente a procurar dar resposta ao problema dos incêndios florestais, no sentido de ser contributo para a solução e não um fator de agravamento de um problema, que a está a montante da própria política florestal. Exemplo paradigmático disso é o período que se sucede aos grandes incêndios de 2003/2005, com o estabelecimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios e com o estabelecimento do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Há, aí, a tentativa de encontrar, na definição da política florestal e da articulação dos seus

instrumentos, um princípio de solução para o problema, sendo que essa solução não se encontra nunca no curto prazo, mas requer uma atuação continuada, ao longo de muitos anos, de décadas, diria mesmo.

No entanto, e depois relacionando com a pergunta seguinte que tem que ver com o número de ignições e área ardida, onde há mais pessoas é onde há mais ignições mas é onde arde menos, a política florestal acaba por ser também ela própria uma resultante das dinâmicas de utilização do território e de um conjunto de não diria de outras políticas mas de dinâmicas de outros sistemas que estão a montante da política florestal, desde logo, todo o caminho no sentido da urbanização da sociedade portuguesa, da migração das pessoas dos campos para as cidades, que tem, como primeiro efeito, uma diminuição da pressão humana sobre o interior e da gestão de todos esses espaços e, portanto, de uma intervenção em todos esses espaços, a questão da alteração das políticas agrícolas, num primeiro momento, condicionada precisamente por esse movimento mas, num segundo momento, já com a nossa adesão à União Europeia e com a integração da nossa política num sistema muito mais alargado e, finalmente, toda a dinâmica dos mercados mundiais no que diz respeito à produção agrícola, que tem também consequências sobre a utilização e a pressão que colocamos no nosso território.

Com tudo isto lida a política florestal, mais como consequência do que propriamente estando na origem.

A utilização florestal é a última utilização produtiva que é possível dar a um território. Isto é, quando não há uma utilização urbana, quando não há uma utilização industrial, quando não há uma utilização agrícola, a alternativa ao abandono é a utilização florestal. Portanto, a floresta nunca surge como uma prioridade, nem em termos económicos, nem em termos de ordenamento e de orientação de um território de um país. E, nessa medida, de facto, temos que encontrar, na política florestal, as soluções para a gestão de um território que não tem alternativa de ocupação. E isso não é simples. Temos limitações de ordem climática, temos limitações de ordem produtiva, temos limitações de ordem humana e económica. Portanto, não temos toda a liberdade, em termos teóricos, para definir as opções que queremos, estamos muito condicionados pela realidade.

Quanto ao Corpo de Guardas Florestais, limitações no conhecimento do espaço e da intervenção no próprio território, essa foi uma opção política que o país tomou, há cerca de uma década atrás. O ICNF não esconde que a ausência desse instrumento coloca desafios, digamos, em termos de intervenção nos espaços que lhe estão confiados e também no conhecimento prático quotidiano do território. Portanto, os guardas florestais não desapareceram, estão integrados na GNR, e é suposto, pela intervenção dessa entidade, conseguir-se o resultado que atingiam quando estavam integrados nos serviços florestais.

Quanto a fomento florestal e contradição com a gestão, se temos pouca capacidade, hoje, para gerir a floresta que temos por que estamos a fomentar a constituição de novas áreas florestais?

Bem, apesar de tudo, o esforço do fomento florestal do país abrandou muitíssimo nos últimos 10 anos, as taxas de arborização do país não se equiparam àquela que se atingiu nos anos 80 e nos anos 90, mas temos precisamente um dilema, de que eu falava há bocadinho, isto é, se não tiver uma ocupação produtiva com floresta e regulamentos florestais que permita a

gestão do território, a alternativa é o abandono pura e simples, não há qualquer possibilidade de gestão de fazermos uma política voluntarista em que atribuamos a esse espaço uma outra vocação qualquer produtiva e consigamos mobilizar a economia, os cidadãos, os agentes económicos, para a intervenção nesses espaços. Portanto, em muitas situações ou temos povoaamentos florestais, gestão florestal com as dificuldades que ela nos impõe, ou temos abandono puro e simples.

Aproveito para dizer, a propósito do Novo Regime Jurídico da Arborização e da Rearvorização, que os primeiros resultados relativos ao período que vai de 17 de outubro até 31 de dezembro, que é o período da sua aplicação, serão disponibilizados muito brevemente no *síte* do ICNF, portanto, para se saber o número de pedidos que houve, sob a forma de comunicação, de autorização e a área respetiva.

Sobre o conjunto vasto de entidades que intervêm no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, problemas de articulação, se as coisas estão a funcionar ou não estão a funcionar, é complicado pedir a uma das entidades que intervêm no sistema que faça uma avaliação do funcionamento e da articulação de todo ele e que consiga diagnosticar, digamos, o que está a falhar. Ainda assim, enquanto responsáveis pela avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que, no fundo, é a expressão operacional desse sistema, o ICD está, neste momento, a conduzir, através de uma avaliação externa, a avaliação do plano no período que vai até 2012. Esperemos que dessa avaliação, que será conduzida por uma entidade externa e, portanto, à partida, independente, resulte um contributo para a identificação do que está a falhar.

Relativamente ainda às metas, que são, também elas, por sua vez, expressão do desiderato político que esteve na elaboração do Plano, há audácia a mais. É um pressuposto de qualquer plano de estabelecimento de metas ambiciosas que, portanto, impliquem esforço para as atingir, correndo-se, com isso, o risco de as não atingir, ainda assim o que eu diria é que não devemos olhar para as metas e para o ponto onde estamos, ano a ano, mas ver se o sentido da evolução dos indicadores é o pretendido.

Resulta evidente que estamos a avançar no sentido pretendido, mas a um ritmo inferior ao que seria desejável. Penso que não é tão preocupante vermos o quão distante estamos das metas porque há, digamos, uma componente muito artificial e voluntarista no seu estabelecimento, mas preocupar-me-ia mais em verificar o ritmo a que estamos a caminhar no sentido pretendido, que é reduzir o número de ignições, reduzir o número de áreas ardidas, reduzir a sinistralidade no combate aos incêndios, reduzir os incêndios de maior dimensão e que maiores consequências trazem.

Com exceção deste último indicador, estamos a avançar no sentido pretendido mas não a um ritmo suficiente. Sobre esta avaliação do Plano, esperamos que aponte as razões principais desses motivos.

O Sr. *coordenador*: – Faça favor, Sr.^a presidente.

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento*: – Em menos de um minuto, desejava destacar só duas coisas: primeiro e de acordo com o que os meus colegas anteriormente disseram, queria referir que os

fogos, efetivamente, não têm início, geralmente, em áreas florestais, nem são os povoamentos florestais e, quando digo áreas florestais, estou a falar de áreas de povoamento florestal.

Portanto, se nós conseguirmos melhorar a quantidade e qualidade da nossa floresta e promover um modelo de gestão sustentável – e o modelo de gestão sustentável passa pela viabilidade económica da floresta –, nós estamos de uma forma, diria, quase que direta e não indireta, a promover também uma redução do risco de incêndios.

Depois, sobre o desenvolvimento rural, diria que, da área de dentro das atribuições do ICNF, o ponto que, eventualmente, toca com a preocupação que o Sr. deputado referiu, tem que ver com o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação. Diria que esse instrumento, apesar de não ser um instrumento de desenvolvimento rural diretamente, contribui, de alguma forma, tanto na componente das alterações climáticas como na componente da ocupação do território, para dinamizar um conjunto de forças vivas em cada território, principalmente naqueles que são mais vulneráveis ou suscetíveis à desertificação, para implementar as medidas adequadas para prevenir também o risco de incêndios, que estão associados ao abandono do solo e à degradação do espaço.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Por razões de gestão de tempo, vamos retomar a nossa metodologia: os Srs. deputados porão as questões e, depois, os Srs. representantes do Instituto responderão, até porque temos outra audição, já a seguir.

Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Batista* (CDS-PP): – Sr. coordenador, muito obrigado.

Também queria dar uma nota de agradecimento pela apresentação e pelas respostas já, aqui, dadas por parte do ICNF.

Mas eu gostaria de frisar, como o Sr. coordenador disse inicialmente, que o nosso objetivo aqui não é propriamente fazer uma análise do que aconteceu nos fogos, sobretudo em 2013 ou no passado, mas é, sobretudo, com base no que aconteceu, com base nas causas e com base na forma como têm decorrido os incêndios, tentar verificar se, da parte da Assembleia da República, seja através da criação de legislação, seja através de algum tipo de ação de recomendação ao Governo ou de questões orçamentais, se teremos que tomar alguma atitude.

O ICNF é uma das entidades que mais nos pode dar informação sobre essa matéria, primeiro, porque nós não falamos com o ICNF na questão do terceiro pilar, não é basicamente no combate que nós podemos falar no ICNF, mas é sobretudo no planeamento, sobretudo na prevenção, sobretudo na gestão do que é a floresta, com a dificuldade que sabemos e de que todos temos noção de que a floresta, em Portugal, em termos de planeamento e em termos de gestão, tem uma dificuldade para as políticas públicas porque é sobretudo privada. Portanto, há aqui que fazer um trabalho, não de planeamento público *tout court* mas de planeamento público com os privados.

Uma frase ontem dita, no âmbito da apresentação do “Portugal pela Floresta”, que retive e que é muito interessante é que há um conjunto de apoios para a atividade florestal e os apoios

comunitários para a área da floresta, normalmente, não são esgotados e não há apoio para a plantação e para a gestão do eucalipto e o eucalipto é plantado porque tem interesse económico. Eu acho que há aqui um paradigma que temos, muito seriamente, de encarar.

O relatório, apresentado, há bocadinho, pelo Eng.º Rui Almeida, levantou uma identificação muito interessante que é a de que começa a estar perfeitamente identificado onde há maior número de ignições, que, às vezes, não corresponde à maior área – aliás, há dias, os bombeiros tinham-nos dito aqui, se a memória me não traiçoa, que só 3% das ignições é que dão grandes incêndios e são esses 3% de ignições que dão problemas. Em 97% dos casos, os incêndios conseguem-se eliminar num período que não determina esse problema de grandes áreas ardidas. Há um conjunto – isso está identificado – que de 15 000 fogachos, 3000 incêndios florestais, no nono relatório.

Ora bem, o que é que falta fazer? Nós já temos identificado um conjunto de questões, na parte do combate, que tem de ser retroagido à parte dos outros pilares; temos, por parte do ICNF, identificado um conjunto de circunstâncias que podem determinar, então, o que falta fazer? É para esse “o que falta fazer” que nós queremos o contributo das nossas audições, até porque estão aqui, na mão do Sr. deputado João Ramos, os relatórios de comissões anteriores, que tem ali identificado praticamente tudo. Agora, para nós não sermos os teóricos do costume – bom, “lá se fez alguma coisa na Assembleia sem se saber exatamente o que é que se passa no terreno” –, é muito importante que haja um contributo da vossa parte para nos dizerem “nós temos aqui estes, estes e estes que não estão a funcionar e que carecem destas medidas para serem implementados”, sejam eles constrangimentos legais, sejam constrangimentos sociais, que os há, sejam constrangimentos financeiros e, portanto, o que é que aqui tem necessidade de acontecer.

O Sr. Eng.º Rui Almeida disse-nos aqui um conjunto de informações, nomeadamente do trabalho feito pelas equipas de sapadores, e eu devo dizer que, há bocadinho, o deputado João Ramos do PCP disse uma questão com a qual eu concordo – curiosamente o CDS concorda com o PCP! –, que é a questão dos guardas florestais, que o ICNF não tem e nunca teve, mas que existiu na Administração Pública, na parte da Direção Geral de Florestas. É ou não uma medida acertada, é ou não importante, ter guardas florestais, que não fazem apenas policiamento, o que é curioso, de facto, porque os guardas florestais não faziam apenas policiamento, faziam muito outra atividade.

Eram estas as questões que gostaria de ouvir da vossa parte.

Muito obrigado, Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Muito bom dia, Sr. presidente.

Começo também, naturalmente, por agradecer os vossos contributos e, porque algumas questões já foram colocadas, não as vou repetir, sendo certo que, efetivamente, o que todos aqui queremos é tentar saber o que é que poderemos melhorar ou o que é que poderemos alterar para que, efetivamente, o flagelo, que acontece todos os anos, não tenha esta envergadura.

Nós sabemos que, efetivamente, o maior número de ignições não ocorre no espaço florestal, mas acontece, muitas das vezes, em zonas de mato e incultos. Mas sabemos que as grandes áreas ardidadas acontecem quando há grande continuidade florestal. Portanto, logo aqui, levanta duas questões: se é certo que o maior número de ocorrências não acontece no espaço florestal, é certo que os grandes incêndios acontecem onde há grande continuidade florestal.

Por isso importava saber, até porque há aqui uma certa divergência relativamente à diminuição de combustível na floresta, sobre a utilização ou não do fogo controlado. Verificamos aqui que o ICNF, embora possa permitir e ver o fogo controlado como uma ferramenta de diminuir a carga de combustível na floresta, por outro lado, em termos ambientais, pode considerar que o fogo controlado elimina o coberto vegetal e não é, digamos assim, uma medida ambientalmente correta.

Gostaria que me ajudassem a tentar saber de que forma é que se pode fazer a limpeza do espaço rural – e aqui não vamos pôr limpeza da floresta – naqueles que são incultos, até porque verificamos que, provavelmente, algumas destas ignições podem ocorrer intencionalmente para a renovação das pastagens. Portanto, até que ponto é que podemos fazer a limpeza do espaço rural que não é floresta, por forma a diminuir aí o número de ocorrências.

A segunda questão é sobre a continuidade florestal. Até que ponto é que o ICNF tem previsto incentivar, através de uma gestão florestal, a não continuidade de grandes manchas florestais ou, então, a não continuidade da mesma espécie porque a questão da espécie também é importante porque, como já aqui foi dito, apesar de haver uma espécie que tem um declínio acentuado, por força não só dos incêndios mas também do nemátodo – e estou a falar relativamente ao pinho –, é nas áreas de pinho que acontecem os maiores incêndios. E esta também é uma preocupação que nós temos: até que ponto é que, depois, e isso sabemos, que normalmente a área do pinho depois é reconvertida noutra espécie e que, neste caso, é o eucalipto porque, como já aqui foi dito e bem, é aquela espécie que, mesmo não tendo apoios, é a mais utilizada, dada a sua valorização económica.

Queria, também referir, como aqui foi dito, a importância das equipas de sapadores florestais. Sabemos que as equipas de sapadores florestais previstas não estavam todas constituídas e gostaria de saber se, neste momento, já o estão e se há alguma intenção de aumentar o número de equipas de sapadores florestais.

Por outro lado, relativamente à sensibilização que nos parece bastante importante, e que, evidentemente, é o papel fundamental do ICNF através da sensibilização da população, verificamos que grande parte, ou quase a totalidade, das ocorrências têm origem humana, em que poderá haver alguma intencional e criminosa, mas muita é por desconhecimento, por não haver uma sensibilização das próprias populações relativamente ao uso do fogo na floresta, quer seja em parques, quer seja noutra medida. Por isso, importava saber o que é que pensa fazer para aumentar esta sensibilização para diminuir o número de ignições.

Por último, vimos aqui que nem todos os municípios têm Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, desde há muito tempo. Efetivamente, há municípios em que, provavelmente, não se justifica, dada a ausência de floresta no seu seio.

De todo o modo e porque não conheço este dado estatístico, gostaria de saber se alguns dos grandes incêndios, que têm ocorrido, ocorreram justamente em municípios que não tenham o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Muito obrigado.

O Sr. coordenador: – Muito obrigado.

Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Obrigado, Sr. presidente.

Começa por cumprimentar os dirigentes do ICNF.

Nós estamos, essencialmente, neste grupo de trabalho, a fazer, digamos, um roteiro sobre as questões relacionadas com os fogos florestais. É evidente que política florestal tem muito que ver com tudo isto, mas nós temos um objetivo e o nosso objetivo é, relativamente ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, que proposta devemos fazer. Portanto, o grupo de trabalho não vai debruçar-se sobre política florestal mas vai essencialmente debruçar-se sobre uma coisa concreta. Eu acho que, para sermos objetivos e para podermos dar um contributo no sentido de melhorar o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, era aí que nós gostaríamos de nos centrar já que todo o contexto social, todo o contexto económico, todo o contexto político da floresta certamente contribui, mas é sobre essa matéria que gostávamos de nos centrar.

A primeira grande questão tem que ver com plano, metas, avaliação. É evidente que está a ser feita a avaliação e eu gostava de saber qual o ponto de situação e qual é o momento em que a avaliação está prevista terminar. Segundo, se do ponto de vista do ICNF, naturalmente a avaliação responderá, em concreto, a essa questão, as metas que estão no Plano são metas concretizáveis, devem ou não devem ser revistas, que metas devem ser revistas.

Segunda questão: Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. O ICNF deve fazer essa monitorização. Como é que o ICNF faz a monitorização dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, já que, este ano, ouvimos a uma pergunta sobre o estado da nação relativamente a essa matéria, uma resposta de que não se sabia exatamente qual era o ponto de situação dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios. Portanto, vale a pena saber, e o ICNF tem monitorizado, por concelho, os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, qual é o ponto de situação das taxas de execução nessa matéria.

Terceiro, construção da rede primária de gestão de combustíveis. Nós percebemos o ponto de situação que ali foi apresentado e gostávamos de saber quais são as metas que existem, quer nas áreas do Estado, quer nas áreas das ZIF. Portanto, na forma como foi apresentado nós não percebemos a meta e, portanto, temos de saber qual é a meta que existe, quer para as ZIF, quer para as áreas do Estado, para perceber qual é, de facto, o estado da arte neste momento, isto é, como é que estamos a evoluir nessa matéria.

Por outro lado, é evidente que o ICNF tem competências, aí, essencialmente no domínio do planeamento e nas suas próprias áreas de execução e nós gostávamos de saber se o ICNF sente que o Estado deve ter apenas essas competências nessa matéria ou se deve ter mais competências do que aquelas que tem, isto é, se nós devemos introduzir alterações, do ponto de vista

legislativo, dando mais competências ao ICNF, em matéria de planeamento e execução da rede primária, das faixas de gestão de combustível.

Depois, quanto ao uso do fogo, lembro-me da intervenção do Sr. Eng.º Rui Almeida dizendo «que nós temos uma janela de oportunidade muito curta para intervir nessa matéria». Eu gostava que sobre isso, nomeadamente sobre o fogo técnico, me dissessem se consideram que deve ou não dever melhorar aquilo que é o trabalho que é feito pelo ICNF nessa matéria e se acham que deve ou não deve alargar o número de agentes no terreno capazes de fazer essa intervenção. Porque o que nós ouvimos, por parte da área do combate, é que estão muito limitados na sua intervenção, quer em matéria de fogo técnico, mas, muito particularmente, na matéria de fogo tático.

Quarta questão: consideram que, em matéria de sensibilização, nos últimos anos, ou melhor, desde que este dispositivo está montado, que foi feito tudo o que era necessário ou acham que é preciso melhorar esse instrumento de sensibilização, e se é aqui ou não que deve haver um forte investimento e como é que essa intervenção deve ser feita.

Estive no Algarve, em certa altura, a visitar as áreas ardidadas e disseram-me que havia uma experiência-piloto a funcionar no Algarve, uma experiência-piloto que era, digamos, a constituição de equipas onde estava o ICNF, a GNR, portanto, brigadas de intervenção local de apoio à sensibilização das populações relativamente aos fogos florestais.

Se isso está a ser feito, gostava de saber se já tem algum resultado sobre isso.

Finalmente, temos a fiscalização. Já ouvimos o Governo dizer que as autarquias não têm feito tudo quanto devem fazer nessa matéria, isto é, existem contraordenações mas, depois, não existe o seguimento. O que eu gostaria de saber é qual é o papel que o ICNF considera que pode ter nessa matéria. Isto é, aquilo que nós temos vindo a ouvir é que essa competência deverá passar, essencialmente, para a GNR ou para as forças militarizadas, e eu gostava de saber se o ICNF não considera que essa é uma matéria onde o ICNF também deve ter uma participação.

Finalmente, já agora e associada à questão – e ultrapassei claramente o meu tempo – dos Gabinetes Técnicos Florestais, gostava de saber qual é o ponto de situação dos Gabinetes Técnicos Florestais e se, na vossa opinião, a base do município deve ser a base que deve continuar em matéria dos Gabinetes Técnicos Florestais.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Pedia, agora, à Sr.ª presidente do instituto que indicasse quem seriam os representantes do instituto para responder a estas questões...

Pausa.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. Eng.º Sobral.

O Sr. Eng.º *João Sobral*: – Vou procurar então, muito rapidamente, passar em revista as questões todas sendo que algumas delas até são coincidentes.

Quanto à questão dos grandes incêndios, continuidade florestal, continuidade de carga de combustível, de capacidade de deflagração e de continuação do incêndio, é uma inevitabi-

lidade. Quando temos um país que tem uma área urbana de 2 ou 3% e que tem uma área agrícola de 15 ou 20% e o resto são espaços florestais arborizados ou não, de características mais ou menos naturais, é inevitável que estes 6/7 milhões de hectares sejam eles um contínuo, digamos, de coberto vegetal que propicia os incêndios.

A descontinuidade não se consegue só através de alternativas do uso nem descontinuidades artificiais constituindo faixas. A própria gestão florestal, se ocorrer, constitui descontinuidades naturais, em termos de gestão. Desde logo, os cortes que se efetuam constituem-se como descontinuidades, as alterações do modelo de gestão do sistema de produção que está instalado constitui-se como descontinuidade e, portanto, nós não temos de ver propriamente o território como uma mancha contínua de combustíveis que podem arder mas como um conjunto diversificado de situações de gestão desses espaços. Ainda assim, como é evidente, os grandes incêndios ocorrem porque houve continuidade de combustível que permitiu que atingisse essas dimensões. Mas também há um conjunto de circunstâncias que permitiram que eles fossem grandes. O grande incêndio é o paradigma da fragilidade de um sistema. Para que haja um grande incêndio, teve que falhar tudo: falhou possivelmente a prevenção e a primeira intervenção precoce, falhou todo o sistema passivo de defesa do território, falhou a utilização desse sistema por parte das forças de combate, possivelmente terá falhado coordenação no combate, terá falhado o rescaldo porque, geralmente, os grandes incêndios decorrem de reacendimentos.

Os grandes incêndios, de facto, devem ser estudados e essa é uma matéria que, acho, talvez o país pudesse fazer um pouco mais, que era definir uma abordagem sistemática não propriamente à investigação mas à determinação do que falhou nos incêndios acima de uma determinada dimensão, não no sentido de procurar o culpado e de penalizar, digamos, os responsáveis, entendamos isso como entendermos, mas no sentido, precisamente, de melhorar o sistema, isto é, de não permitir que as fragilidades que determinaram aquela ocorrência se venham a repetir.

A questão do fogo controlado, que foi colocada pelo menos por dois dos Srs. deputados, é um facto que nós não temos um conjunto de técnicos habilitados, principalmente na utilização do fogo de supressão, isto é, na utilização de contrafogo, suficiente para as necessidades do país. Mas também é um instrumento que tem de ser utilizado com grandes cautelas. Uma coisa é o modelo de intervenção e de combate a incêndios em áreas públicas em que os serviços florestais utilizavam e tinham técnicos capacitados para o fazer, outra coisa é a sua utilização generalizada por um território, que é predominantemente privado, e tomar decisões que tem consequências sobre património privado, de uma forma mais ou menos indiscriminada, extensiva e, muitas vezes, a utilização deste instrumento tem potencial mas tem riscos, não há nenhuma forma de garantir a eficácia a 100% da utilização deste instrumento. Por vezes as coisas não correm, do ponto de vista desejado. Quando estamos a intervir em territórios privados, essas situações tornam-se particularmente preocupantes.

Quanto à sensibilização, é um facto que o país podia fazer e devia fazer mais em matéria de sensibilização, e não apenas o ICNF pois esta não é uma matéria que seja só da responsabilidade do ICNF. E é precisamente a consciência de que se poderia fazer mais que levou este ano a um reforço, em termos e campanha e de notoriedade, das ações de sensibilização. Ainda

assim, a utilização dos *media* e de um instrumental, que é oneroso, levou a que, num determinado momento, o Fundo Florestal Permanente, que era a principal fonte de alimentação financeira das ações de sensibilização, não tenha sido possível fazê-lo. E nós ou utilizamos as verbas para manter sapadores florestais e engenheiros técnicos florestais ou fazíamos sensibilização pois o dinheiro não chegava para tudo. Portanto, num primeiro momento, houve, de facto, como o quadro revelava, em 2011, um hiato nas ações de sensibilização, que estamos agora a procurar retomar com outra dinâmica.

De qualquer modo, é algo que ultrapassa, e muito, as capacidades de um único organismo da Administração Pública. As associações de produtores florestais têm aqui um papel relevantíssimo. Poderiam e deveriam fazer mais. Ter-lhe-ão de ser concedidos os meios, mas também é uma responsabilidade própria das associações. Os municípios poderiam e deveriam fazer muito mais. Há municípios que, de facto, levam a cabo ações muito meritórias, em termos de sensibilização das suas populações, das populações que visitam os espaços concelhios, mas há muitos municípios que, infelizmente, não estão minimamente alertados para estas suas responsabilidades e há um conjunto de outros organismos, quer do Estado, quer da sociedade civil, que o poderão fazer. O movimento ECO tem essa finalidade e este ano penso que haverá um reforço significativo do compromisso das empresas que o constituem nesta matéria da sensibilização.

Quanto ao Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, sobre o plano, as metas, a avaliação, revisão das metas, é precisamente isso que, neste momento, estamos a fazer. O procedimento para a aquisição dos serviços foi um pouco mais moroso do que gostaríamos, mas chegou agora à sua fase final e, portanto, vamos proceder à adjudicação (não sei se a adjudicação já foi feita) do trabalho, que tem um prazo de seis meses para ser feito e, portanto, durante o ano de 2014, estará concluído, não sei exatamente quando, mas precisamente na época de incêndios deverá estar a ser concluído.

Um dos aspetos, que é uma fragilidade do sistema, mas que está diagnosticado e tem sido insuficientemente referido, é a questão do rescaldo. O país não tem uma organização tão capaz, como nas outras fases da luta contra os incêndios, de lidar com os rescaldos e é a partir de incêndios, não perfeitamente extintos, que surge uma parte muito significativa da área ardida em cada ano e este ano não foi exceção. Acho que, muito claramente, se deveria olhar como se faz o rescaldo. Não se pode, pura e simplesmente, dizer que são determinadas entidades que o fazem e essas entidades, depois, não terem uma capacidade física para o realizar, face à extensão do problema. Isto também tem que ver com os anos em que arde muito e, quanto mais arde, mais difícil se torna fazer o rescaldo bem feito de todos os incêndios que ocorreram e, a partir daí, é um processo que se alimenta. Tivemos muitos incêndios mas não tivemos uma intervenção capaz e definitiva em cada um deles ou em todos eles e, a seguir, temos reacendimentos e, geralmente, ocorrem durante a noite ou ocorrem quando os meios estão empenhados noutros combates e, geralmente, depois têm consequências piores e porque a extensão, portanto, o perímetro onde podem surgir reacendimentos é já muito vasto, podem surgir problemas sérios.

Uma outra área também em que se está a fazer pouco ou que se está a fazer menos do que se devia tem que ver com a questão da fiscalização. Há que pôr termo à atitude contemporâ-

zadora da sociedade portuguesa, relativamente ao uso do fogo em espaços rurais, em espaços florestais, durante as épocas de maior risco de incêndio. Não há praticamente nenhum cidadão que não esteja alertado para os riscos da utilização do fogo ou de atividades de risco, mas, ainda assim, elas continuam a desenvolver-se livremente e há toda uma contemporização, que tem de cessar, relativamente a esses comportamentos. A fiscalização tem de ser feita, mas depois tem de haver consequências, mesmo quando não há atitude dolosa – não podemos só falar de incendiários e de incendiarismo –, não pode deixar de haver consequências.

Na sinistralidade rodoviária, uma boa parte dos bons resultados atingiram-se a partir do momento em que uma atuação das autoridades se impôs no sentido de penalizar seriamente os cidadãos que não tinham uma atitude preventiva relativamente ao risco da sinistralidade, nomeadamente do sintoma de segurança, do álcool, e também aqui tem de se fazer isso. Este ano, por exemplo, verificou-se uma situação, que foi a dos incêndios na época de inverno, portanto, de outubro em diante, em que o país tinha condições de seca e de temperaturas que colocavam risco de incêndio, e, ainda assim, as atividades agrícolas normais, que passam muito pela utilização de fogo, decorreram livremente e o resultado é que tivemos cerca de 3000 hectares de áreas ardidas, já completamente fora das épocas normais de incêndios, o que não é normal. Além da sensibilização, que pressupõe atingir todas estas populações, depois tem de haver uma outra componente da atuação do Estado, e não falo de nenhum organismo em particular mas do Estado, da sociedade, relativamente a não contemporizar com a permanência de determinadas práticas, que, mesmo que sejam práticas ancestrais, não podemos continuar a mantê-las quando as alterações das circunstâncias foram tais que hoje o risco de incêndio é o que é.

Quanto aos GTF, neste momento, foi pago o apoio ao funcionamento de todos os GTF e foi solicitado a todos os GTF que fizessem prova do desenvolvimento das atividades de planeamento, que são inerentes à sua condição. Aos municípios, que não demonstrarem que desenvolveram essa atividade, nomeadamente que estão em processo de revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, será exigida a devolução das verbas que lhes foram entregues e cessarão os pagamentos ao funcionamento dos GTF. É o único instrumento que o ICNF tem ao seu dispor, mais ou menos coercivo, relativamente aos municípios, que tem autonomia, isto é, não dependem do comando do ICNF nesta matéria.

No que diz respeito aos sapadores florestais, a não constituição de novas equipas de sapadores florestais tem que ver com o facto de as verbas disponíveis no Fundo Florestal Permanente, que é o que alimenta o apoio ao funcionamento dos sapadores florestais, não o permitir e não é expectável que o venha a permitir tão cedo. Ainda assim, foi decidido pelo Governo investir 3 milhões de euros no reequipamento das 278 equipas de sapadores florestais existentes. Serão reequipadas os sapadores florestais e as equipas CNAF do ICNF, durante o ano de 2014.

Relativamente aos guardas florestais, de facto, idealmente e em teoria, seria desejável que os serviços florestais tivessem um corpo de guardas florestais, mas essa opção compete a quem compete e ela foi tomada em devido tempo.

Um último aspeto: respondendo às questões do Sr. deputado Abel Batista sobre o que é que é possível para levar os proprietários florestais a atuarem, direi que todos sabemos que o atual PRODER, que está agora em fase de conclusão, teve problemas sérios no seu arranque

e depois na sua operacionalização. Aquilo que se está a procurar fazer é que o PDR 2014-2020 não padeça, pelo menos, dos problemas que foram identificados relativos ao PRODER. A medida florestal está organizada em duas grandes submedidas, sendo uma destinada a apoiar o investimento na exploração florestal, portanto, o investimento individual de cada proprietário, ou de cada empresa agroflorestal, que o queira fazer, e a outra submedida, chamemos-lhe assim, está destinada à intervenção nos territórios florestais, independentemente das unidades individuais que os constituem, permitindo a municípios, Zonas de Intervenção Florestal e organizações de produtores florestais desenvolverem investimento em territórios vastos, recuperando áreas que regeneraram após incêndio, não fazendo uma intervenção pontilhada consoante a vontade individual de cada proprietário, mas intervindo mais extensivamente, fazendo mesmo a defesa contra incêndios, na gestão dos recursos naturais, nomeadamente nos recursos energéticos. E é por essa via que se pretende que estes instrumentos financeiros de apoio ao investimento possam ter um resultado diferente daquele que os anteriores tiveram. Estamos ainda numa fase de conceção e desenvolvimento do programa, mas esperamos obter respostas diferentes.

Relativamente a aspetos diversos de política florestal, ainda assim tem-se vindo a propor à tutela, e a tutela tem vindo também, digamos, a desenvolver, um conjunto de alterações de diplomas legais, hoje existentes, do Regime Jurídico da Arborização e Rearborização, do Regime Jurídico das Zonas de Intervenção Florestal, que, como a Sr.^a ministra ontem anunciou, está em circulação, do enquadramento da constituição, funcionamento e apoio aos sapadores florestais, permitindo a superação de um problema sério, que hoje existe, que é a perda de capacidade de uma entidade de gerir a sua equipa de sapadores florestais, que leva, inevitavelmente, à extinção da equipa de sapadores. O ICNF propôs a possibilidade de transferência da equipa de sapadores florestais. Portanto, se, naquele território, houver uma outra entidade que tenha capacidade para gerir aquela equipa de sapadores florestais, há que criar, digamos, um mecanismo legal que o permita. Hoje isso não é permitido. Há um concurso para atribuição de uma equipa de sapadores florestais à entidade que, licitamente, portanto, a quem, em concurso, foi atribuído e, portanto, não lhe é permitido depois transferir a equipa de sapadores florestais. Isso levanta problemas às autarquias que pretendem que as suas equipas de sapadores sejam escolhidas por empresas municipais, por exemplo, e o facto da empresa municipal ser uma entidade de direito distinta da autarquia, cria uma impossibilidade legal, de acordo com o enquadramento que hoje existe dos sapadores florestais. Foi proposta a alteração.

Portanto, há um conjunto de domínios que não se ligam diretamente com a questão da prevenção dos incêndios ou com a prevenção estrutural mas que acabam por ter consequências nesse domínio. E tem sido essa a via que o ICNF e a Secretaria de Estado das Florestas têm privilegiado no sentido de, paulatinamente, ir resolvendo alguns dos constrangimentos ao funcionamento harmonioso de todo esse sistema, que vai para além da mera questão da defesa contra incêndios.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Não sei se algum dos membros da representação quer acrescentar alguma coisa...

Pausa.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Permite-me, Sr. presidente...

O Sr. coordenador: – Sr. deputado Miguel Freitas, faça favor.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Sr. presidente, de facto, há duas questões que eu gostava de repetir, sendo a primeira a seguinte: acha que a base municipal dos Gabinetes Técnicos Florestais deve-se manter? Devemos continuar a incentivar o município ou devemos incentivar a agregação de municípios em matéria do Gabinete Técnico Florestal e do planeamento florestal, dos Planos da Defesa da Floresta contra Incêndios. A segunda questão é sobre a fiscalização, isto é, qual é o papel do ICNF nessa matéria. Isto é, a grande questão é assim: um proprietário não limpa, quem é que obriga a limpar? Isto é, eu passo uma coima para ele limpar mas isso não resolve o problema porque o problema continua lá. Qual é o papel que o ICNF tem nessa matéria, se tem ou não tem, se deve ou não deve ser feita uma alteração legislativa sobre isso. Pedia-lhe duas respostas muito concretas, se faz favor.

O Sr. coordenador: – Sr. Eng.º João Sobral, faça favor.

O Sr. Eng.º João Sobral: – Relativamente à primeira parte, posso dizer-lhe qual é o meu entendimento pessoal: é que, de facto, a base municipal, território municipal, não é a forma ideal, em termos florestais, de organização do território. Ainda assim, a Defesa da Floresta contra Incêndios é uma componente do sistema de proteção civil e não se pode dissociar dele. E, portanto, tendo este entendimento, reconheço que tem de se encontrar, digamos, uma formulação, um compromisso, que viabilize a sua articulação com o sistema de proteção civil. Isto é, não podemos ter uma organização da proteção civil no nosso país, numa base municipal ou supramunicipal, seja por comunidades intermunicipais, por distritos ou por outra forma qualquer, e ter uma organização completamente distinta do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, que é uma componente da proteção civil e em que somos, nesse aspeto, agentes de proteção civil.

Relativamente à questão da fiscalização, respondo-lhe também muito concretamente assim: não há nenhuma possibilidade de o ICNF cumprir esse papel, que é o de substituir-se a 278 ou 200 autarquias na instrução de processo de contraordenação e na atuação relativamente aos 10,5 milhões de portugueses que somos. O ICNF não tem recursos humanos, de tempo, de capacidade, de organização e vocação para o fazer. Temos hoje uma grande dificuldade em lidar já com todo o processo contraordenacional que decorre da legislação florestal, que é muito penalizador e muito pesado para o organismo e não temos nenhuma capacidade de o fazer.

O Sr. coordenador: – Muito obrigado, Sr. vice-presidente.

A Sr.ª presidente deseja acrescentar alguma coisa ou alguns dos membros em sua representação.

Pausa.

O Sr. coordenador: – Faça favor, Sr.^a presidente.

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento*: – A exposição do Eng.^o João Sobral foi bastante completa e eu revejo-me também, pessoalmente, naquilo que ele acabou de expor em relação aos GTS e ao sistema de articulação.

A única coisa que sublinhava um bocadinho, naquilo que vale a pena acompanhar, é o desenvolvimento deste Quadro Comunitário, dos instrumentos financeiros, das medidas para a floresta porque isso, efetivamente, também é um fator determinante da gestão florestal no país.

Em relação aos guardas-florestais, que foi uma questão aqui muito falada, diria que, eventualmente no futuro, nós vamos ter de ser capazes de sinergias com outros organismos, de parcerias e de cada vez mais conseguir promover um trabalho em articulação. Mas há uma coisa que, efetivamente, não podemos esquecer: nós temos de ter uma presença no território e o ICNF, com as atribuições que tem, precisa de ter assistentes operacionais. Portanto, diria que, quando olhamos para a Administração Pública e quando olhamos para os rácios e para a composição dos quadros de recursos humanos, talvez ao contrário de alguns organismos da administração, no ICNF, a classe dos assistentes operacionais que nos assegurem a presença nas áreas sob gestão pública no território e, ao fim e ao cabo, a gestão das nossas florestas, é perfeitamente determinante.

Portanto, diria que até consigo conviver com a necessidade de articulação com a questão específica dos guardas florestais na missão que tinham, desde que tenhamos um corpo de assistentes operacionais capazes de levar a cabo as nossas atribuições de gestão operacional e o ICNF tem uma componente de gestão operacional muito forte que é perfeitamente vital para o cumprimento da sua missão.

O aspeto é perfeitamente “tarde”, mas falou-se aqui de riscos e de impactos ambientais de fogo controlado. O fogo de supressão é uma coisa, na área de gestão de combustíveis e, neste momento então, com o quadro técnico que o ICNF tem não há motivo nenhum para termos receio disso. É talvez a única maneira de nos substituímos aos pastores e de conseguir uma dinâmica com a comunidade pastoril, digamos assim, que nos permita fazer uma boa gestão do território e nós temos, neste momento, recursos que permitem perceber quais são os locais e as épocas onde podemos e não podemos utilizar esse mecanismo.

O Sr. coordenador: – Sr.^a presidente, desculpe, tem alguma ideia, mais ou menos, da quantificação desta carência da falta de assistentes operacionais?

A Sr.^a Eng.^a *Paula Sarmento*: – Não é tanto uma questão de carência, a questão é que, neste momento, as diretrizes são um bocadinho para reduzir o peso dos assistentes operacionais na Administração Pública e eu, quando cheguei ao ex-ICNB e à ex-AFN, confrontei-me, particularmente na ex-AFN, com uma média etária de 56 anos que, provavelmente, nos assistentes operacionais ainda é mais grave.

Portanto, o problema não é tanto o número de pessoas que nós temos hoje, é a necessidade de manter e de revitalizar esse quadro de recursos humanos.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Queria agradecer à Sr.^a presidente e aos seus restantes elementos, que integram esta representação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o contributo importantíssimo que nos deram, os elementos documentais que nos deixam e, naturalmente que, se necessitarmos mais de qualquer contributo, com certeza que contactaremos o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Muito obrigado.

Está encerrada a audição.

AUDIÇÃO

2. GENERAL COMANDANTE-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

15 DE FEVEREIRO DE 2014

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Em primeiro lugar, queria pedir desculpa ao Sr. general comandante-geral da GNR e aos Srs. oficiais que o acompanham, pelo atraso no início desta fase dos nossos trabalhos, mas, quando há várias audições, vai-se contagiando, infelizmente, algum atraso e houve aqui também um problema técnico com o funcionamento dos computadores.

Peço desculpa por essa circunstância e agradeço a disponibilidade de o Sr. general comandante-geral da GNR e dos Srs. oficiais que o acompanham em virem aqui, a este grupo de trabalho, que foi constituído por iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia da República e que, naturalmente, teve que ver alguma coisa com este ano demasiado perturbante em termos de incêndios florestais. E temos aqui, como missão, encontrar algumas respostas que se possam traduzir em recomendações ao Governo, no sentido de melhorar a prevenção e o combate aos incêndios florestais e também, eventualmente, a adoção de providências legislativas que se mostrem necessárias e convenientes para sermos mais eficazes na prevenção e combate a este flagelo que é, como todos compreendemos, de relevante interesse nacional.

Em termos de metodologia, temos planeado que serão 10 minutos para uma intervenção inicial do Sr. comandante ou de quem entender da parte da GNR, depois, os Srs. deputados de cada grupo parlamentar farão uma intervenção, colocando questões, em 5 minutos e, depois, no fecho, dou a palavra ao Sr. comandante e às pessoas a quem o Sr. comandante entender e que o acompanham.

Tem a palavra o Sr. comandante-geral da GNR.

O Sr. comandante-geral da Guarda Nacional Republicana (*tenente-general Luís Newton Parreira*): – Chamo-me Luís Newton Parreira, sou comandante-geral da GNR e acompanham-me o Sr. coronel Oliveira, que é diretor do SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza da Guarda Nacional Republicana) e o Sr. tenente-coronel Tavares, que é o comandante do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro, conhecido por GIPS, da Guarda Nacional Republicana.

Deixaria à vossa consideração, Sr. presidente e Srs. deputados, se querem que faça uma intervenção inicial até porque aquilo que vou dizer, com certeza, já sabem, que é quais são as missões da GNR e o que é que nós fazemos. Mas, se preferem, de facto, entrar já no debate... Se não, farei uma pequena exposição do que é que nós fazemos e qual é nossa responsabilidade.

O Sr. coordenador: – Talvez o Sr. general possa fazer uma síntese enquadradora e, depois, iremos, então, ouvir aos Srs. deputados.

Muito obrigado, de qualquer forma, pela sua disponibilidade.

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – Muito bem, Sr. presidente.

Portanto, o ano de 2006 constituiu um marco fundamental para a problemática dos incêndios. Foi montado um plano estratégico nacional e foram atribuídas responsabilidades a várias entidades e, nessa atribuição de responsabilidades, nomeadamente ao Instituto de Conservação da Natureza, agora Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, à Guarda Nacional Republicana e à Autoridade Nacional de Proteção Civil.

À Guarda Nacional Republicana cumpre a vigilância, deteção e fiscalização, que é, portanto, a nossa missão principal. Depois, através do GIPS, também entramos no combate e na prevenção. A fiscalização é nossa e, depois, também entramos no rescaldo para a deteção de crimes florestais, ou seja, todos aqueles crimes que são de incêndios.

À GNR está atribuída a coordenação das ações de prevenção relativas à vigilância, coordenamos também a Rede Nacional de Postos de Vigia, portanto, postos de vigia espalhados por todo o país, é da nossa responsabilidade monitorizar tudo aquilo que tem que ver com a vigilância das florestas, como, por exemplo – e vou dar exemplo não muito curial –, o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês, que meteu um sistema próprio de vigilância, sem coordenação, o que nos causa alguma perplexidade. Igualmente é da nossa responsabilidade a aprovação de novos postos de vigia, bem como a sua manutenção e contratação de pessoal para essa rede, se bem que diga, de antemão, que isto nem deveria ser uma missão da Guarda Nacional Republicana, mas, sim, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas porque eles é que deveriam montar os postos de vigia e deveriam fazer a manutenção dos mesmos.

O ano de 2006, como os Srs. deputados se recordam, foi um ano muito difícil porque foi um ano de grandes incêndios, praticamente, o país ardeu de norte a sul em 2005 e, portanto, o ano de 2006 foi o ano em que se deu esta reviravolta e em que a Guarda Nacional Republicana foi chamada a participar nesta área, nomeadamente com o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, que foi montado nessa altura, e que, depois, faz a primeira intervenção, ou seja, a intervenção durante os primeiros 20 minutos, são equipas helitransportadas, são equipas rápidas de sapadores florestais, móveis, mas não é missão da Guarda nem isso está na nossa lei orgânica.

Esta ação de primeira linha é feita, como disse, pelos GIPS e, dos 18 distritos em Portugal, controlamos 11 distritos, que são, portanto, aqueles que ardem mais, são os «litorais», que passo a enumerar: Faro, Lisboa, Leiria, Coimbra, Aveiro, Viseu, Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. São, portanto, os distritos mais problemáticos.

No âmbito da nossa competência, fazemos também a investigação das causas dos incêndios florestais e alimentamos o sistema de gestão florestal.

Na área da prevenção, desenvolvemos cerca de 1086 ações, com cerca de 33 407 assistentes. Portanto, por todo o país, fazemos ações de sensibilização.

Na área da fiscalização, neste ano, passámos cerca de 2869 contraordenações, portanto, de terrenos que não estão tratados. O problema destas contraordenações, que já pusemos várias vezes à tutela, é que nós passamos as contraordenações, e, depois, elas são entregues às câmaras municipais e às freguesias e, depois, não há qualquer... Dão-nos 7% de respostas destas

2800 e tal ações, mas não quer dizer que essas 7% de respostas, a nosso pedido sobre o que aconteceu, tenham passado a alguma contraordenação.

Compreendo que é muito difícil, a nível local, os próprios autarcas constituírem-se como cobradores, no fundo, de uma multa aos seus munícipes. É difícil e, portanto, nós pedimos à tutela que sejam nós a fazer isso, como fazemos com outras áreas, e que deixassem de ser os municípios responsáveis por isso até porque nem há grande arrecadação de verbas por parte dos municípios porque a maior parte até são admoestações. Portanto, não dá.

Depois, na área da vigilância, patrulhámos cerca de 66% do todo nacional, com 45 254 patrulhas, ao longo de todo o território português, e guarnecemos também os postos de vigia da rede nacional.

Na área do combate, fizemos cerca de 4576 ações aerotransportadas, com uma taxa de sucesso de 97,3, portanto, uma taxa de sucesso elevadíssima, desde que consigamos chegar lá a tempo porque, às vezes, o que acontece é que, quando nos chamam, já é tarde, já passou o tempo e já não é a primeira intervenção mas, sim, uma intervenção *a posteriori*.

Portanto, na área da fiscalização dos incêndios registados, registámos cerca de 23 849, validámos 20 382, investigámos 17 882, identificámos 750 suspeitos, elaborámos 4921 autos por crime de incêndio e detivemos em flagrante 43 suspeitos. Estes números, depois, não coincidem com os da judiciária, porque os da judiciária somam os nossos aos deles e, portanto, acaba por não coincidir, mas os suspeitos em flagrante só nós é que os apanhamos. Temos oficiais, a nível nacional, espalhados nos CDOS por todo o país e, no patrulhamento e fiscalização, empenhamos cerca de 45 246 militares, que é um número bastante elevado.

Sobre pontos fortes, Srs. deputados, direi que a coordenação tem sido melhor, continuamos na aposta da sensibilização, que tem sido agradável com as populações, a “consciencialização” do Grupo de Proteção e Socorro tem sido uma mais-valia para o combate aos incêndios de primeira intervenção. Neste momento, na parte do defeso, este grupo, além de apoiar os Comandos Territoriais da Guarda, tem uma área, que é específica e que faz o patrulhamento e a vigilância da floresta, onde, portanto, deteta todos os crimes ambientais e atua. O SEPNA também já tem uma coordenação grande a nível nacional, sendo a única polícia da natureza que existe e tem uma ação que é bastante apreciada pelos nossos cidadãos.

Estamos a evoluir. A Guarda, nos últimos 8 a 10 anos, tem apostado muito na formação dos seus quadros e, portanto, os quadros da Guarda, neste momento, estão altamente treinados e com uma formação adequada para tudo.

Mas temos algumas vulnerabilidades, das quais podia indicar duas ou três, como seja a dos postos de vigilância, que não deviam ser da nossa responsabilidade mas, sim, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas porque a Guarda está até a contratar pessoal civil para guarnecer esses postos, na altura dos incêndios, nas diversas fases.

A falta de coordenação que também existe por parte de alguns órgãos e organismos na informação e na vigilância que é feita. Por vezes, as Forças Armadas fazem sozinhas e, depois, temos aqui uma descoordenação, o que não quer dizer que não sejam uma mais-valia porque é, com certeza, uma mais-valia, tem é de haver uma melhor coordenação.

A implementação de sistemas de vigilância sem nós sabermos, como já dei referência com o que aconteceu no Parque Nacional da Peneda-Gerês. Por acaso, no Parque Nacional da Peneda-

-Gerês até, como estava, na altura, a comandar a unidade de intervenção de quem o GIPS dependia, quando, há quatro anos, houve um incêndio grande, e, muitas vezes, os elementos do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro e o próprio SEPNA deslocaram-se ao parque e chamaram a atenção ao diretor do parque no sentido de que ele tinha de limpar determinadas áreas e aquilo é uma zona que não tem acessos e, portanto, os acessos têm de ser a pé, e tinha de ser limpo. Ele dizia que não, que a natureza era isto, que a natureza era aquilo, que aquilo tinha de crescer livremente e, depois, ardeu tudo porque aquilo era combustível e o parque ardeu quase todo.

Os próprios postos de vigilância estão a ficar um bocado velhos, precisam de manutenção e nós não temos efetivos, nem mão de obra, nem dinheiro, como calcularão, porque o dinheiro é escasso e, cada vez mais, temos menos efetivos.

Portanto, temos alguma dificuldade nesta área. Também o mau estado de alguns acessos, alguns camarários e outros privados, o que também é mau, e a tal falta de uniformização do procedimento contraordenacional, que leva, para já, a que o cidadão não cumpra a lei porque não é sancionado e isso é mau e, depois, cria um sentimento de frustração nas próprias forças que pensam «para que é que eu vou passar o auto de contraordenação, se vou ser eu a ficar com a figura de mau e depois ele não vai ser sancionado?». Portanto, tudo isto é um círculo que é difícil de vencer e, portanto, isto é a parte da prevenção, que cabe ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

Penso que, *grosso modo*, era isto que tinha para dizer. Podia avançar mais números, mas não vou, com certeza, melhorar a imagem.

Gostaria também de transmitir que a Guarda, apesar de não ser da nossa missão, nós cumprimos missões, não escolhemos missões e, portanto, foi-nos dada esta missão, continua a ser dada esta missão e nós continuamos a cumprir.

Era isto que tinha para dizer.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr. general.

Tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Queria, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, cumprimentar o Sr. general e os Srs. oficiais que o acompanham.

O Sr. general já teve oportunidade, na minha perspetiva, de colocar um conjunto de preocupações e até de avaliações que faz relativamente àquilo que é a intervenção da GNR e a sua relação com o resto do sistema, que me pareceram importantes.

Deixava só três questões: a primeira tem que ver com esta responsabilidade de polícia florestal que a GNR tem e que foi uma matéria que temos vindo a abordar, que é a questão da extinção do corpo de guardas florestais e a sua integração na GNR. Ouvimos, nalguns locais de incêndios, que o corpo de guardas florestais tinha um conhecimento do território, que, hoje, não é possível existir. Também é verdade que conhecemos aquilo que são as limitações, em termos de efetivos, que a GNR tem e as dificuldades. Mas, quem está no terreno faz esta diferenciação entre um conhecimento que existia e que, agora, não existe.

Gostava, por isso, de ouvir uma opinião relativamente a esta matéria. O próprio ICNF, que acabou de sair daqui, dizia-nos que «era importante ter um instrumento de permanência no território por parte dele» e, por isso, pergunto se é possível a GNR ter uma palavra relativamente a isto, isto é, se é importante esta manutenção e manter estas competências ou se elas faziam mais sentido noutro sítio.

Por outro lado, e isso foi referido pelo Sr. general, a GNR tem competências de primeira intervenção e o que nós conhecemos é que há um conjunto de estruturas e um conjunto de entidades no terreno, como a GNR, os Corpos Sociais de Bombeiros, as estruturas de Sapadores Florestais, as estruturas do ICNF, as estruturas dos Bombeiros Voluntários. Aliás, no final do ano passado, havia uma reportagem de um canal de televisão, que foi feita depois de passar o período de incêndios, em que o conjunto de estruturas com quem falavam era significativo. E, por isso, tendo a GNR competências nesta primeira intervenção, era importante saber se isto se articula bem, tanto que há uma fase em que a GNR tem competência e, depois, a partir de determinada altura, deixa de as ter em termos daquilo que é a intervenção. Portanto a minha pergunta é se isto se articula e se funciona.

A última questão tem que ver com ação criminosa nos incêndios florestais, que é uma matéria que, no último verão, esteve muito em cima da mesa, e eu não sei se corresponde a um aumento destas ações e, portanto, gostava que, se pudesse, fizesse alguma consideração sobre isto. Porque, contra isto, nada e, se há uma ação criminosa, ela deve ser punida, o que não podemos permitir é que se escondam por detrás disto outros problemas que existam e que não falemos neles e, por isso, era importante perceber se se falou mais nesta ação criminosa e se ela, efetivamente, aumentou ou se lhe foi dado um maior destaque. E, por outro lado, se há questões acessórias associadas a esta ação criminosa, se há aqui padrões que têm que ver com questões de doenças psiquiátricas, como a questão dos pirómanos, se tem que ver com questões de conflitos de vizinhança, se tem que ver com hábitos de utilização ancestral dos territórios, nomeadamente da relação dos fogos com a pastorícia e com a criação de pastagens, enfim, se há aqui algum padrão relativamente a isto ou não.

Eram estas as questões que tinha para colocar.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr. deputado.

Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Muito obrigado, Sr. presidente.

Muito obrigado, Sr. general e Srs. oficiais da GNR pelas vossas informações. Algumas delas – e queria dar nota disto também já nos tinham sido transmitidas quando tivemos a reunião na Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Muito em particular, a preocupação que já era identificada e que, espero, parece já estar a ser tomada medida legislativa por parte do Governo no sentido de alterar, efetivamente, a questão da aplicação das medidas coercivas, nomeadamente as sanções previstas na legislação por parte de quem não cumpre a legislação da prevenção da prevenção de fogos florestais, e de que o Sr. general aqui deu nota com os 7% de respostas que obtém da parte dos municípios,

o que é muito difícil e quem conhecer a realidade do país sabe que estamos a falar de zonas, às vezes, muito pequenas, e, quer dizer, aplicar uma coima porque não limpou o terreno o presidente de câmara ao seu vizinho, que é, muitas vezes, o que se passa. Eu não digo que não deveria ser, mas entre o que deve ser e o que é a realidade, não coincide muitas vezes.

Portanto, estou totalmente de acordo com a informação do Sr. general e, mais a mais, com uma nota dada pelo Sr. general ao dizer que «a GNR tem total capacidade para poder fazer esta aplicação sem problemas, porque a pena existe não propriamente para castigar mas como efeito dissuasor». Ora, se ela, normalmente, não é aplicada, não tem qualquer efeito dissuasor por parte da comunidade.

Depois, o Sr. general deu aqui nota de duas coisas, mas há uma questão sobre que gostaria de lhe perguntar, Sr. general, porque ela tem vindo a surgir, ao longo dos anos, que é a questão dos postos de vigia. O Sr. general disse – e é uma informação sobre a qual, acho, convém nós, depois, refletirmos – que não deveria ser a GNR a entidade a controlar a questão dos postos de vigia, mas, com certeza, tem informação e, por isso, é que lhe faço a pergunta: há ou não necessidade de rever a Rede Nacional dos Postos de Vigia? Ou seja, eles estão hoje colocados nos sítios certos, alguns já não estão, há falta deles? Essa era a primeira questão.

A segunda questão, que aqui, há uns anos, foi até muito debatida, é a de saber se a função dos postos de vigia é, sobretudo, identificar ignições. E aqui, há uns anos, foi referido que os postos de vigia identificavam 2 ou 3% das ignições e dessas é que o alerta era dado pelos postos de vigia e, muito antes dos postos de vigia, era dada ou por populares ou por outras vias que não o posto de vigia. Portanto, perguntava-lhe, se isto evoluiu, se não evoluiu, se se mantém ou não.

Finalmente, Sr. general, sobre a questão dos GIPS, gostava de dizer que, acho, têm feito um trabalho muito bom e, portanto, queria felicitar a GNR por isso, mas comparativamente com isto, gostava de saber se a integração, que foi feita, há uns anos, por parte dos guardas florestais no corpo da GNR – e como o Sr. general referiu aqui, e muito bem, a GNR não procura a missão, recebe as missões e cumpre-as –, numa perspetiva crítica, isto é, no sentido de saber se, quanto a essa integração, o que está feito está bem ou se é preciso mudar. Isto porque este nosso grupo de trabalho não tem como objetivo fiscalizar nem relatar o que se passou nos incêndios do ano passado, tem é que saber o que está a correr bem e o que não está a correr bem e se há necessidade, por parte do Parlamento, de tomar alguma iniciativa no sentido de melhorar e de evitar reduzir, pelo menos – é evidente que devemos ter sempre uma utopia que é conseguir o máximo –, substancialmente, as áreas ardidas, o número de ignições e protegermos a floresta como atividade económica, como bem ambiental e como ordenamento do território.

Portanto, o que desejava saber é se a integração dos guardas florestais no corpo da GNR foi ou não uma medida que deve manter-se, deve acentuar-se, deve ser a GNR a fazer essa atividade ou se a existência de um corpo autónomo de guardas florestais teria ou não vantagem.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Muito obrigado, Sr. presidente.

Começo, naturalmente, por cumprimentar o Sr. comandante e as demais entidades.

Algumas das questões que queria colocar, efetivamente já aqui foram colocadas, mas de todo o modo, insistia nisto: foi extinto o Corpo Nacional de Guardas Florestais e foi criado o SEPNA e, portanto, há, com certeza, uma avaliação dessa transição que foi feita e, numa altura em que se fala muito da falta que faz para ações de sensibilização, de fiscalização e de vigilância, dos guardas florestais, gostaria de saber se, efetivamente, essa avaliação foi feita, ou seja, se, aquando da transição dos guardas florestais e da sua inclusão no SEPNA, houve alguma monitorização do efeito efetivo dessa alteração.

Por outro lado, como já aqui foi referido também muito, há a questão das contraordenações. Temos conhecimento de que, efetivamente, a resposta que é dada às contraordenações levantadas pela GNR não tem consequência, na prática, até porque 7% é um valor residual e até porque, como já aqui foi dito, é de 7% de processos de contraordenações concluídos mas que, provavelmente, será de 1 ou 2% os que resultam na aplicação da coima e nós sabemos que, efetivamente, muitas das vezes, é a aplicação da coima que inibe, digamos, as pessoas de praticarem um crime. E, portanto, se temos 7% de processos de contraordenação concluídos, digo eu que teremos 1 ou 2% de aplicação de qualquer sanção pecuniária sobre a infração.

Já tivemos aqui, antes de vós, o ICNF a dizer que não tem capacidade para concluir os processos de contraordenação, mas porque também estamos na casa do poder legislativo e podemos ajudar nessa matéria, sensibilizando o Governo e nós próprios até tomando a iniciativa, até que ponto, como já referiu também o meu colega Abel Baptista, é que pode ser a própria GNR a aplicar a sanção pecuniária, tal com o faz numa infração do trânsito, porquanto se um qualquer condutor é apanhado em infração, é logo, na hora, aplicada a sanção.

Sei que, efetivamente, o processo não é da mesma ordem, porquanto a natureza do crime pode, eventualmente, não ser logo conhecida, mas, de todo o modo, queria que nos ajudasse e nos procurasse esclarecer sobre se há essa possibilidade ou não.

Relativamente aos postos de vigia, o Sr. comandante diz-nos que, efetivamente, os postos de vigia, muitos deles, desde logo, não estão conservados e nem têm capacidade financeira para os recuperar. Queria saber se foi feita uma avaliação da necessidade de os atuais postos de vigia, porquanto houve uma alteração significativa quer do ordenamento florestal, quer dos povoamentos florestais, quer também dos meios técnicos que existem para a deteção de ignições e, portanto, se considera adequada a rede existente, podendo ser para mais ou para menos.

Por outro lado, além da manutenção dos próprios postos de vigia, há também os recursos humanos, que a GNR não tem, para, efetivamente, assegurar uma correta vigilância da floresta e queria também que procurasse ajudar-nos para saber do que é que estamos a falar em termos de meios humanos necessários para pôr uma rede adequada de postos de vigia, como, antecipadamente, já coloquei também no sentido de saber o que fazer para pôr uma rede adequada de postos de vigia e, depois, de que recursos humanos é que estamos a falar para suprir essa necessidade.

Termino com as ações de sensibilização. Todos nós temos assistido ao empenhamento da GNR – e muito bem – na sensibilização das populações quanto a alguns episódios, que vão ocorrendo por todo o país, nomeadamente furtos de população envelhecida. Não tenho assis-

tido a que haja uma sensibilização tão empenhada no seio das nossas populações para a utilização correta da floresta e para diminuir as ações que tenham efeito, depois, no não aumento significativo do número de ignições.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Obrigada, Sr. presidente.

Desejava cumprimentar o Sr. general e os Srs. oficiais da GNR, agradecer a exposição e dizer que já tivemos oportunidade de ter algum conhecimento da atividade da GNR, aquando da nossa visita à Autoridade Nacional.

Agora, iria colocar-lhe algumas questões muito breves, Sr. general.

Relativamente às contraordenações, tema que tem sido aqui muito referido, nomeadamente quanto ao comportamento das câmaras municipais, que não aplicam as coimas, o que é uma realidade recorrente mas inexplicável, a meu ver, porque a questão de o presidente da câmara não poder aplicar a coima ao vizinho, se isso se multiplicar pelas atividades do presidente de câmara ao nível da fiscalização do urbanismo, ao nível da fiscalização do trânsito, ao nível de toda a atividade punitiva ao nível do controle nacional que é cometido às câmaras, não se entende esta questão e eu não consigo entender, a nível dessa proximidade, porque existem outras atividades punitivas no âmbito do Direito Punitivo, que são cometidas às câmaras e que, ou não funcionam em lado nenhum ou, então, não estão a funcionar e ninguém detetou ou há aqui uma situação específica que é preciso entender.

Ao contrário dois meus colegas, tenho sérias reservas em que a própria GNR possa levantar o auto de notícia, fazer a instrução e aplicar a coima porque, na minha perspetiva, viola o princípio da estrutura acusatória do processo porque, como sabem, a entidade que acusa não pode ser aquela que julga ou que aplica a coima e, portanto, teria de haver aqui uma instância até de recurso, que nem sequer poderia ser a própria GNR.

Portanto, temos de resolver o problema também no quadro do Estado de direito em que vivemos e definir, exatamente, se a GNR ou aplica a coima ou levanta o auto de notícia e faz a instrução do processo. Porque, mesmo ao nível rodoviário, a Autoridade Nacional Rodoviária é que é a entidade final, distinta da GNR e das outras forças de segurança, que tem capacidade nessa matéria. Portanto, temos de resolver aqui também este problema, em matéria de fiscalização, porque quem levanta o auto não pode ser a entidade que, a final, aplica a coima porque tem de haver aqui numa distinção de entidades, entre quem acusa e quem tem a decisão final.

Uma questão que gostaria de levantar em relação, precisamente, aos autos de notícia nos crimes de negligentes é se tem sido acompanhados do pedido de indemnização civil. É assim: quando alguém comete um crime, além da responsabilidade criminal, tem responsabilidade civil, se provocou dano. E é da competência do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal fazerem não só a denúncia do crime como, depois, o Estado, neste caso o Ministério Público em nome do Estado que foi lesado, apresentar a conta ao arguido e, depois, se verá, a final, qual é a medida da sua culpa, quer ao nível do “indício” penal, quer ao nível do “indício”

civil. Porque nós temos de começar a olhar para estas matérias em termos de proteção civil na relação de custos que isto comporta e que não se pode acionar os meios sem consequências porque, primeiro, os meios não são inesgotáveis, e, segundo, porque não compete ao Estado assumir a culpa daquilo que é a responsabilidade de quem atuou.

Portanto, creio que há aqui uma nota, ou seja, se é verdade que temos olhado com outro olhar e há uma outra intervenção ao nível da descoberta dos crimes relacionados com os incêndios florestais, nomeadamente os crimes negligentes e os dolosos, a verdade é que também, creio eu, não temos tido notícia, pelo menos – e isso era bom que soubéssemos –, se nos julgamentos que vão a final – creio que nos crimes negligentes será, eventualmente, a pena suspensa –, depois, é apresentada a conta porque o que acontece é isto: se me pegarem fogo à casa, eu, além de denunciar o crime, quero a indemnização pelo dano sofrido e suponho que, no dano sofrido, está o dano florestal e o envolvimento de meios que custou e eu acho que temos de começar a pôr estes assuntos em cima da mesa porque, quando se vai ao bolso das pessoas – e, nesta matéria, o Estado tem ido muito, mas não é aqui, creio eu, que deve deixar de ir, enfim, pode ser em outras coisas mas, aqui, não creio.

Outra questão de que o Sr. general falou tem que ver com o IPC, mas que eu não entendi. Continua a haver duplicação no IPC? Ou seja...

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Como?

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Mas falou que usavam outro...

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Ah, no processo de contraordenação é que há um outro!

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Exatamente. Mas, quando falou na Polícia Judiciária e quando passavam para a Polícia Judiciária...

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Ah, o sistema de gestão dos incêndios florestais, não no IPC ao nível... Pronto. É porque como havia uma velha questão relativamente ao ICP..., queria só pedir se era possível darem-nos a indicação concreta da iniciativa-piloto que a GNR teve, no Alentejo, na identificação dos proprietários numa determinada zona. Creio que nós gostaríamos de saber, exatamente, o que foi feito e os resultados que foram atingidos, até para que possamos encarar essa medida de identificação dos proprietários, cruzando até com as Finanças, se a Comissão Nacional de Proteção de Dados nos permitir, mas, pelo menos, procurar, nessa matéria, ter mais elementos.

Muito obrigada.

O Sr. coordenador: – Tem a palavra o Sr. deputado-relator Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado, Sr. presidente.

Queria, naturalmente, cumprimentar o Sr. general e todos que o acompanham e colocar-lhe duas questões, Sr. general: há uma constatação que é a de que a GNR considera que os postos de vigia não devem estar sob a sua alçada. É uma constatação operacional que, naturalmente, agora teremos de ponderar, do ponto de vista político, como é que a enquadramos. Mas já uma constatação, que é a de que a GNR não se sente confortável com a tarefa de ter os postos de vigia.

Sobre essa matéria, gostava de perguntar-lhe como é que podemos melhorar a primeira deteção, quer dizer, como é que, do ponto de vista da GNR, se tem medidas concretas no sentido de podermos melhorar a primeira deteção.

Tinha uma segunda questão, que tem que ver com os GIPS. Isto é, os GIPS têm uma dupla tarefa, têm não apenas forças terrestres como aerotransportadas e alguns dos comandantes nacionais, que foram ouvidos, disseram-nos que era preferível que os GIPS ficassem apenas com as brigadas terrestres e que a força especial de bombeiros ficasse com as brigadas heli-transportadas. Gostava de ouvir um comentário do Sr. general sobre isso.

O Sr. coordenador: – Sr. general, tem a palavra.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Começava já por este último ponto, se me permitissem.

A missão da Guarda não inclui os GIPS, isto é, a primeira intervenção num fogo florestal não é missão da Guarda Nacional Republicana. Nós estamos a cumprir porque nos mandaram cumprir essa missão.

Os GIPS não tem forças terrestres, a base e essência dos GIPS são os grupos heli-transportados, que são aqueles que fazem a primeira intervenção. As forças terrestres são missão nossa, que é a vigilância, a deteção, o controle das populações, tudo isso. Nós já propusemos várias vezes, incluindo no ano passado, que começássemos a passar isto para os ditos canarinhos, a tal proteção especial, mas disseram-nos que não.

Daria aqui, assim, a seguinte imagem do que é o Grupo de Intervenção e Proteção e Socorro: são cerca 600 homens. Neste momento, são muitos. E esses indivíduos, ao fim de quatro anos,

estão esgotados fisicamente. Isto, na altura, foi entregue pelo ministro António Costa, que era ministro da Administração Interna, que pediu à Guarda que desempenhasse esta missão e uma das razões foi a seguinte: é que estes homens, ao fim de quatro ou cinco anos, estão esgotados fisicamente porque é uma missão bastante dura, têm de ir ao terreno, são sapadores florestais, e vão apagar o incêndio à mão, subindo e descendo montanhas. Além do desgaste físico, que é enorme, há também o desgaste psicológico. O que ainda não se conseguiu encontrar é como é que se renova o sistema dos canarinhos, que são profissionais, porque o GIPS é permanentemente alimentado quando há nova incorporação para a Guarda Republicana e os mais velhos passam para os postos. Portanto, há aqui uma renovação, mas os outros não conseguem renovar. E este é que é o drama.

Não sei se dei o “pic” do Sr. deputado, porque, no fundo, a problemática dos GIPS é uma problemática em que nós cumprimos essa missão, embora não a queiramos mas cumprimo-la, mas também temos consciência que é muito difícil substituí-la. Dir-lhe-ia que, se fosse político, se fosse ministro, queria continuar com os GIPS. Eu, comandante da Guarda, não quero que os GIPS continuem a desempenhar a missão. Portanto, não sei se lhe posso dar melhor imagem do que isto em relação a este caso.

Agora, quanto às forças terrestres, os GIPS, além disso, têm uma particularidade que é uma força de proteção civil e, portanto, não é só apagar incêndios, mas têm que ver também com estruturas colapsadas quando há terremotos e etc., mergulhadores especiais, deteção com os cães de pessoas desaparecidas. Têm, portanto, uma coordenação muito grande de um sem número de valências, em que também se incluem ainda «NBO» para depois da recuperação, têm as ambulâncias especiais. Com tudo isto tem uma pequena força, que só faz isso como reserva, digamos assim, e que está preparada para qualquer calamidade que possa surgir no território nacional. Portanto, é a primeira força de intervenção do território nacional, que não tem que ver com os incêndios. Essa é a outra parte que os GIPS têm. E essa parte ficará sempre porque essa, sim, é a missão da Guarda.

Agora, em relação à intervenção da parte dos postos de vigia, sistemas de deteção e etc., direi que a rede de postos de vigia foi estudada para ser aquela. Nós, quando recebemos a rede de postos de vigia em 2006, a rede estava completamente desatualizada, os postes, que eram de madeira, estavam a cair, estavam em sítios errados e isso foi tudo alterado em 2006. Portanto, na rede, neste momento, cobre o território nacional e é suficiente.

A maior parte destes postos são estruturais, foram feitos de novo, mas requerem manutenção e desde essa altura que não têm manutenção. São postos especiais, com todas as comodidades para o vigilante e estão bem montados. Perguntam-me – penso que foi o Sr. deputado que perguntou: isso é suficiente e deteta os incêndios todos? Claro que não, mas deteta bastantes, não é só 2% mas é bastante mais. Não tenho aqui a percentagem, mas é bastante mais.

Gostaria também de dizer que temos projetos, nomeadamente de um sistema de vigilância eletrónica, isto é, em pontos determinados, ter câmaras, que são câmaras que substituem os homens, obviamente, e, portanto, não é precisa tanta mão de obra e são mais fiáveis porque o homem pode olhar para o lado e a câmara está sempre a ver.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – E pode estar a dormir o homem e tem de ver a câmara!

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Sim, pode estar a dormir o homem! Não, para estar a ver a câmara porque isso é de controlo remoto. Mas, como está sozinho num posto, é complicado. E, depois, o sistema da própria câmara deteta não só a parte visual como a parte de fumos, porque deteta fumos e etc., e, portanto, é um sistema que estamos a estudar.

Uma voz não identificada: – É caro?

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Não, nem é caro. Existem vários projetos, existem várias empresas que fazem isso, até nacionais, que têm essa tecnologia ou querem implementá-la.

Portanto, é muito mais fácil fazer assim, dessa maneira, porque aquilo emite um alerta e o alerta toca um *bip* logo na sala de comando e aquilo marca logo o sítio exato, é logo georreferenciado e a gente sabe exatamente onde está a coisa.

Outro sistema é através dos *UAV*, que são pequenos aviões, com a duração de quatro horas de voo, mais ou menos, que estão permanentemente a patrulhar, com os sistemas de vigilância que lhes montarmos em cima, porque o *UAV* não é caro, o que é caro é a tecnologia.

Penso que estará tudo, mas em relação aos postos de vigia, o Sr. coronel querará dizer mais alguma coisa.

O Sr. *coronel Oliveira*: – Tenho aqui uma questão que foi colocada: os efetivos para os postos de vigia, naturalmente, têm de ser recursos sazonais, porque não podem ser pessoas que pertençam a qualquer efetivo fixo de uma força. E, pelo menos nos últimos anos, tem sido feito com recurso às populações locais, que é, quanto a nós, a melhor modalidade para postos de vigia com pessoas. São indivíduos que conhecem bem a zona e sabem distinguir entre o fumo da fábrica ou o fumo de uma pequena queimada ou de uma outra coisa qualquer.

Fez-se uma experiência, penso que em 2010, com recurso a pessoas desempregadas. Este ano, para 2013, esteve previsto e, depois, por o processo atrasar, não foi implementado o recurso a alguns tipos de pessoas condenadas em sistemas prisionais ou com alguma liberdade, porém, essa parte acabou por não ser testada. Mas a experiência que tivemos com recurso a pessoas do Fundo de Desemprego, de facto, nesse ano, foi caótico para os postos de vigia, porque desde pessoas a dizer «que não» ou «eu agora, amanhã, tenho férias marcadas não posso vir» e, portanto, temos de ir buscar outro fulano e ele «não, eu para aí não vou porque pagam-me mais estando a receber pelo Fundo de Desemprego do que vou receber para aí se eu deixar de receber o do Fundo de Desemprego», ou, então, «não, eu para me deslocar para esse local preciso que alguém me pague a deslocação porque, se não, estou aí...».

Foi, de facto, um ano complicado com essa experiência. E aquela que temos testado e que tem provado ser melhor tem sido, de facto, a do recurso às populações locais.

Portanto, em termos destes recursos, por norma, e é assim na Fase Bravo, portanto, entre 15 de maio e 30 de junho, em que começam a funcionar, primeiro, só uma parte dos postos,

ou seja, 70 postos, com dois vigilantes porque é uma época, normalmente, ainda pouco crítica para os incêndios, e funcionam durante o dia só para essa vigilância. A partir daí, entram em funcionamento todos os outros 235 postos, com quatro vigilantes por dia, fazendo turnos de oito horas e, portanto, um deles serve para dar a folga. Este ano, surgiu, várias vezes, na (...) social, alguns postos que encerraram alguns turnos.

É uma obrigação que temos de fazer. No processo, que é feito todos os anos, é feito com um pedido ao ministério para garantir as verbas que são necessárias para isto e as verbas que nos são atribuídas são para aqueles dias da operação, e, portanto, nesses dias, temos de dar férias porque, se não nos dão mais dinheiro para férias. As férias têm de ser gozadas no período em que estamos a trabalhar. E, então, o que é que vamos fazer? Vamos coordenando para que, nos dias que são considerados menos críticos, se deem as férias, que, normalmente, são três ou quatro dias e, portanto, vão mesmo de férias e naturalmente que os postos têm de encerrar. Neste ano, o mês de agosto foi complicadíssimo, havia que dar férias porque não podemos dá-las depois do respetivo período.

Se isto se mantiver para este ano, vamos tentar que o processo seja diferente, pedindo o reforço de verbas, se for concedido.

Portanto, em termos de efetivos era isto que tinha a acrescentar.

O Sr. *coordenador*: – Obrigado, Sr. coronel Oliveira.

Tem a palavra a Sr.^a deputada.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. general, inicialmente, os postos de vigia eram alguns do instituto e outros, acima de tudo, das câmaras municipais e alguns privados. E, tanto quanto me lembro, a questão de a GNR assumir foi a necessidade de assumir a coordenação da vigilância e não, necessariamente, ter que assumir todo o património e todos os postos.

Portanto, voltar à questão inicial, em que os postos de vigia eram da câmara e é era da responsabilidade da câmara a sua manutenção assim como a colocação dos homens, e, portanto, mantendo a GNR a coordenação, porque nós sabemos as questões que havia ao nível da coordenação da vigilância, era uma solução para a GNR?

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Penso que sim, Sr.^a deputada, penso que era assim que devia ser.

Aquilo estava anárquico, em 2006. Havia postos de vigia que até nem funcionavam. Portanto, era preciso coordenar toda a rede de vigilância e, para isso, passou-se tudo para a Guarda, ou seja, tudo aquilo devia passar-se para Guarda que, no meu entender, foi a solução que, na altura, conseguiu resultados, mas aquilo devia ser do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, que, naquela altura, não era assim chamado, mas devia ser essa entidade que devia gerir esse funcionamento.

Agora, a coordenação da vigilância continuará sempre a ser da GNR, que, aliás, é atribuída por lei e é aquilo que funciona. Porque a vigilância da floresta não é só com os postos de vigia, mas inclui patrulhas apeadas, é com informações paralelas e, portanto, é uma rede enorme que

funciona e de que nós temos a coordenação e conseguimos coordenar tudo e tudo isto é que dá essa coordenação.

Portanto, neste momento, já os postos de vigia são quase todos novos, já estão nos sítios certos e era uma boa altura, agora, de passar para as Florestas.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – Eu penso que quantas mais entidades entrarem neste processo, pior, Sr.ª deputada.

Isso dava-lhe também o mote por causa dos guardas florestais, de que se falou, e eu gostaria de dar, também aqui, a imagem dos guardas florestais.

Também foi em 2006, com o ministro António Costa, que os guardas florestais passaram para a Guarda Nacional Republicana. E passaram para a Guarda Nacional Republicana porquê? Porque, segundo, na altura, nos disseram, eram inoperantes, ou seja, era muito difícil operar com eles. Para dar um exemplo, o local de trabalho deles era o *jeep*, o *jeep* ia para casa. Portanto, é muito difícil conseguirmos ter alguma ação de comando ou direção ou chefias sobre isto. Portanto, estavam inoperantes. Não quer dizer que a GNR faça melhor, mas, pelo menos, tem mais coordenação e tem mais controle, faz supervisão.

Os guardas florestais, cerca de 700 e tal ou perto de 800 homens, entraram na Guarda Nacional Republicana, sendo um quadro a extinguir tanto que, neste momento, já são, apenas, cerca de 400 ou, mais precisamente, 386. A maior parte deles já tinham idade bastante avançada e estes eram os únicos que tinham alguns conhecimentos técnicos para isso. E ajudam-nos bastante. Neste momento, estão integrados no SEPNA, fundamentalmente naquela parte dos incêndios, de ver como é que houve a ignição, para, depois, se fazer o processo-crime, se a ele houver lugar. Portanto, ajudam-nos bastante nessa área. Mas nós também temos homens formados nessa área e a responsabilidade é nossa.

Quanto a passar outra vez para o ICM, devo dizer que sou um bocado contra essa ideia porque não gosto muito de guardas pretorianas. Era a mesma coisa que a brigada de trânsito passar para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, o que era tudo no mesmo, como a Sr.ª deputada falou há bocado «então ele faz tudo e, então, aí há corrupção ou, pelo menos, há tentativa para isso». Lembramos a Polícia de Viação e Trânsito, já há muitos anos, para quem se recorda, que estava tudo no mesmo bolo.

Portanto, era mais uma polícia criminal porque eles têm competência criminal e nós, que queremos reduzir polícias criminais, estaremos a aumentar o número de polícias criminais, havendo já uma que faz isso, que é o nosso SEPNA, que, portanto, é guarda-florestal.

Portanto, passar outra vez para as florestas ou as florestas criarem um novo corpo de polícia, acho que é uma duplicação. Até porque a missão de um instituto não é ter uma polícia.

Esta é a minha opinião.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Exatamente, o órgão de investigação criminal! As autoridades ou os institutos não devem ter polícias.

Agora, em relação aos guardas florestais, devo dizer que estes que ficaram tiveram um período de adaptação porque é difícil, da maneira como vinham, adaptarem-se a uma organização militar e, portanto, com algumas regras e alguns métodos, mas estão a desempenhar um excelente trabalho e penso que, neste momento, estão completamente integrados. É um quadro em extinção até porque também não nos convém ter um quadro civil dentro de uma instituição militar. Portanto, está em extinção e, enquanto eles estiverem a desempenhar a sua missão, desempenham e desempenham-na bem. Mas, depois, serão substituídos por guardas republicanos que vão desempenhar essa missão porque desempenham a mesma que o nosso SEPNA. É igual na parte que eles desempenham, na outra, não.

Temos algumas dificuldades, devo dizer-lhe, em relação aos guardas florestais, ou seja, aos polícias civis. E porquê? Porque é uma questão de dinheiro. Os nossos homens da Guarda Republicana trabalham com a disponibilidade total, se precisar deles à noite para fazer um exercício ou para uma fiscalização, eles vão, mas, se tiver de chamar os guardas florestais, tenho de lhes pagar horas extraordinárias. E aos fins de semana também tenho de pagar horas extraordinárias. E, depois, há estatutos diferentes. Portanto, há quem não receba horas extraordinárias e que reflam e que vêm e, depois, os outros que recebem horas extraordinárias e, portanto, há aqui um jogo que tem de ser feito, mas está calmo, neste momento, penso que está equilibrado e conseguimos aqui um jogo harmonioso nesse sentido.

O Sr. *coordenador*: – Aí, não há incêndio!

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Sim, aí não há incêndio!

Uma voz não identificada: – Quantos homens tem o SEPNA?

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Com civis e militares o SEPNA tem 950 para o território todo e Açores.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Na Madeira, não, na Madeira é o Alberto João que não deixa!

Risos.

Peço desculpa, Sr. presidente.

O Sr. *coordenador*: – Eu sei, eu sei!

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Vamos continuar, mas não sei se, em relação aos postos de vigia e guardas florestais, ficou alguma dúvida no ar.

Pausa.

Verifico que não.

Também em relação aos sapadores florestais, se ficou alguma dúvida no ar ou se não respondi a tudo sobre qual é a relação... Mas funciona bem. Devo dizer que os bombeiros são as pessoas mais generosas do mundo. Uma pessoa que se levanta para ir combater um incêndio sem (...), especialmente os voluntários são as pessoas mais generosas do mundo e são de uma mais-valia enorme para a nossa floresta e para a nossa população. Às vezes, do que temos medo é do excesso de generosidade e esse excesso de generosidade causa-nos alguns problemas. Causa-nos problemas e temos tido alguns atritos e, às vezes, aparecem na comunicação social esses atritos. E porquê? Por causa, não digo da indisciplina, mas de um sistema um bocado anárquico de funcionamento. Eu conto-lhes um exemplo: o incêndio está a começar e, portanto, fazemos uma primeira intervenção com os nossos homens dos GIPS e eles vão lá para dentro, vão para o pé do incêndio, sobem o monte e vão tentar apagá-lo à mão e, depois, há aqui assim um período muito crítico, que é até chegarem os indivíduos da proteção civil para coordenarem o incêndio, e, nessa altura, muitas vezes, chegam corporações de bombeiros e a primeira coisa que fazem, que é ilegal e não estão autorizados, é contrafogos e os nossos homens ficam no meio do fogo.

Portanto, já tivemos, várias vezes, em perigo de vida os nossos homens, inclusivamente houve uns – não sei se conhecem um *shelter*, que é um abrigo com uma prata que se põe – que já tiveram que abrir o *shelter* e o fogo passou-lhes por cima. Isto é perigosíssimo. E é esta descoordenação que nos assusta.

Em relação à parte criminal...

Aparte fora do microfone.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Pois, mas eu não queria dizer isso.

Depois, há aqui alguns atritos relativos a isso e, às vezes, são escusados. Por isso é que digo que é preferível a Guarda não fazer a primeira intervenção. Que a façam outros. E digo isto como comandante da Guarda porque, se fosse político, não fazia isso.

Aparte fora do microfone.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Sim, tem dias.

Em relação à criminalidade e ao tipo de criminalidade, etc., não se consegue definir o padrão-tipo da criminalidade dos incêndios. Há vários tipos. Há, por exemplo, uma serra, ali ao pé de São Pedro do Sul, que arde todos os anos. Todos os santos anos aquilo arde! E porquê? São os pastores. Eles não pegam fogo àquilo com maldade, nem pegam fogo àquilo porque

são incendiários, pegam fogo àquilo para, depois, obterem pasto novo. Não pegam fogo àquilo na época do defeso porque aquilo não arde e tem de ser na época em que aquilo arde e em que é proibido fazer isso.

Por isso, sou defensor de que deve haver um plano nacional de fogos controlados e apagar os incêndios dos fogos controlados. A maior parte daquilo que arde neste país devia ser controlado pelos GIPS, pelos bombeiros, portanto, devia ser controlado por toda a gente. E isso, os fogos controlados, é que é importante implementar. Antigamente, havia menos fogos porquê? Porque havia muito gado, as pessoas tinham muito gado, e o gado comia o restolho e, portanto, comia o combustível dos fogos, e, hoje em dia, já ninguém tem gado e o gado que existe está em reservas e, portanto, não anda nas matas. O gado era essencial para isso.

Outro tipo de criminalidade além dessa, temos, depois, muitos descuidos. Há muitos fogos que são feitos porque um indivíduo qualquer está a fazer uma pequena queimada porque quer queimar restos que lá tem e aquilo alastra e, depois, foge e nunca mais ninguém o vê; existem fogos [postos] por indivíduos que são maníacos, mas esses estão referenciados e, inclusivamente, há determinados indivíduos que, na altura dos fogos, até são controlados. Portanto, existe um sistema em que nós controlamos esses indivíduos para não irem atear fogos. Sabemos quem são. Portanto, são os maluquinhos dos fogos.

Como, por exemplo, neste verão, houve aqueles que “foi por vingança”, quer dizer, “o GNR multou-me e, agora, vou pegar fogo a isto”. E morreram dois bombeiros.

Portanto, é muito difícil criar um padrão-tipo do incendiário porque existe uma multiplicidade.

Se há mais fogos hoje do que havia antigamente? Não, não há, há menos fogos, há é mais notícia de fogos, muito mais notícia de fogos. Hoje, o fogo é uma notícia.

Aparte fora do microfone.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Qualquer tipo de fogo é notícia hoje, até nos armazéns, casas, etc.

Aparte fora do microfone.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Eu penso que com intenção criminosa e, portanto, com dolo, ou melhor, com indícios de dolo que, depois, só o tribunal pode julgar se é ou não dolo.

O Sr. *coordenador*: – Intencionalmente!

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Sim, intencionalmente, penso que há menos. Por descuido há muito. E, às vezes, dizem que há mão criminosa. Não sei se já vos contaram isto, mas deixem-me que vos conte: há um incêndio e, depois, dizem «ai e agora quer um incêndio lá mais à frente, e agora há ali um indivíduo qualquer». Não há indivíduo nenhum. Às vezes são os animais que estão dentro do fogo, o pelo incendeia, fogem e correm

100, 200 ou 500 metros e, depois, caem e morrem ali, naquele sítio, e ateam outro fogo. Portanto, tem que ver com os animais, como coelhos, saca-rabos e esses animais todos que aí há.

Sobre se a GNR deveria ou não ser a entidade que autua, que cobra, etc. Claro que não. A GNR faz a sua parte e, depois, o Instituto de Conservação da Natureza também devia fazer a sua parte, criando um pequeno núcleo... Nós até ajudamos a fazer aquilo, que é o que fazemos com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Aquilo não tem dificuldade alguma, é uma coisa simplicíssima, é criar uma máquina que faça aquilo e que seja diferente da GNR. Mas não é caso único porque, por exemplo, tudo que tem que ver com munições e explosivos, a polícia faz tudo e não há mais nenhuma entidade que faça.

Uma voz não identificada: – (...) a Autoridade Nacional de Proteção Civil?

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – Não, tem que ser o ICNF. A Autoridade Nacional de Proteção Civil tem outra abrangência que não o Instituto de Conservação da Natureza. Eu penso que tem de ser o ICNF. Mas também se for a Guarda, não é caso único.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – Não, está errado!

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – Sim, não colhe bem, mas não é caso único.

Penso que respondi a tudo, não sei se ficou alguma...

Aparte fora do microfone.

O Sr. general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana: – Ah, as ações de sensibilização!

Este ano, fizemos cerca de 1086 ações de sensibilização, com 33 407 assistentes. Foram bastantes e empregámos mais gente do que na campanha que fazemos, todos os anos, do recenseamento dos idosos, não é tão mediático e, portanto, não aparece tanto na televisão ou não suscita tanto interesse à televisão. Há outras coisas que suscitam mais interesse na parte mediática, que é a parte dos idosos e a parte das crianças e há outras que nós...

O Sr. coordenador: – Sr. coronel Oliveira, faça favor.

O Sr. coronel Oliveira: – Obrigado, Sr. coordenador.

A Guarda, nos últimos anos, sempre tem feito estas ações de sensibilização, que programa, especificamente, por norma, um mês e meio antes do início da época dos incêndios, para todo o país, com uma diretiva, que cria internamente, para essas ações. Tem tido sempre um papel de sensibilização semelhante ao que tem o ICNF, em termos de folhetos. Procurou-se, sobretudo junto das escolas, que é onde temos apostado mais, mas também junto das juntas de freguesia, reunir com as pessoas mais idosas e, neste aspeto, temos virado mais para lá das

crianças porque temos, de facto, sentido que, junto da população mais idosa, a ação de sensibilização perde-se muito naquilo que se pretende transmitir.

Desde há dois anos, temos, também nestas ações de sensibilização, dado ênfase à hipótese de aplicação das coimas e o valor delas para tentar dissuadir as pessoas porque pensamos que, esta sim, poderá ser uma forma de atingir as pessoas mais idosas. Na escola, de facto, temos tido muito boa receção da classe estudantil.

Além deste período que fazemos de intensificação em todo o país não só com o pessoal do SPNA mas também com os Núcleos da Escola Segura para irmos às escolas, fazemo-lo, depois, durante todo o ano, junto dos pastores, daquelas classes que mais utilizam a floresta, chamando, de facto, a atenção para os “perigos” que há em fazer fogo e distribuímos aquilo que existe em termos dos nossos folhetos e, de facto, junto dessas classes, temos sentido alguma evolução nessa parte, mas essa evolução nem sempre chega.

Agora, sobre o projeto-piloto, falará o Sr. tenente-coronel.

O Sr. *coordenador*: – Sr. tenente-coronel Tavares, faça favor.

O Sr. *tenente-coronel Tavares*: – Sr. presidente, Sras. e Srs. deputados, nós sabemos que cerca de 80 a 90% das ignições ocorrem no interface rural/urbano. Se conseguirmos fazer cumprir o decreto-lei n.º 124, sabemos que esse número de ignições irá decrescer significativamente. Foi isso que tentámos fazer cumprir, sendo certo que, com o constrangimento que muito bem o Exmo. comandante da GNR referiu, grande parte dos autos não são sequer vistos ou sancionados.

Portanto, tentámos ir a montante e, para o efeito, fiscalizámos massivamente as áreas de Porto de Mós e Alcanena, que foram os municípios com quem conversámos e nos deram algumas garantias, depois, de aplicação da coima.

Antes da elaboração do auto, que é o que normalmente fazemos quando detetamos uma infração, sensibilizámos as pessoas que estavam em infração, fizemos uma segunda fiscalização posteriormente e só aplicamos o auto àquelas pessoas que, da segunda fiscalização, não cumpriram aquela primeira sensibilização, digamos assim, e esses autos foram devidamente processados naquele período.

Em termos de números, posso dizer-vos que fiscalizámos 400 quilómetros quadrados de terreno, identificámos 82 000 proprietários, o que é um drama, identificámos, logo, nesta primeira fiscalização, 6000 infrações e, depois das ações de sensibilização e de falar com estes potenciais infratores – vou chamar-lhes assim –, verificámos que cerca de 95% destas infrações foram cumpridas normalmente sem qualquer sanção. Portanto, houve uma aplicação residual de autos de contraordenação o que, de algum modo, facilitou até o trabalho administrativo das câmaras municipais.

Agora, isto tem um problema e nós, neste ano, estamos a pensar e inclusivamente estamos a tentar, e penso que o SEPNA será também envolvido no projeto, que seja expandido a todo o território. Temos, porém, um problema, ou seja, isto poderá funcionar no primeiro ano, no segundo ano eventualmente, mas, se efetivamente, depois, não houver a aplicação da coima aos indivíduos que não cumprem, cai tudo por terra porque, efetivamente, quem cumpre acaba por se sentir duplamente prejudicado porque, se houver um incêndio numa

zona entre quem cumpriu e quem não cumpriu, acabam por ficar os dois prejudicados e, ao fim e ao cabo, quem limpou é duplamente prejudicado porque limpou e ficou na mesma com o terreno estragado, digamos.

Basicamente é isto.

O Sr. *coordenador*: – Faça favor, Sr. general.

O Sr. *general comandante-geral da Guarda Nacional Republicana*: – Também só queria dizer que este projeto-piloto resultou porque os presidentes das câmaras foram colaboradores, o que não significa que os outros todos sejam. Isto por um lado. Por outro lado, sobre o que o Sr. tenente-coronel disse, nós, em todo o território nacional, fazemos isso, isto é, quando detetamos determinado terreno que não está limpo, vamos ao proprietário e damos-lhe 15 dias para limpar e, passados 15 dias, passamos lá outra vez e, se aquilo continuar na mesma, passamos a coima. Mas como eles sabem que, depois, a câmara ou a junta não faz nada, fica assim.

Não sei se respondemos a tudo...

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr. comandante, Sr. coronel e Sr. tenente-coronel pela vossa colaboração e, mais uma vez, o meu pedido de desculpas pelo atraso.

Muito obrigado.

A reunião continua para programação das audições subsequentes.

O Sr. *coordenador*: – Ora bem, tínhamos mais duas audições previstas, mas, como disse no início dos nossos trabalhos, foram canceladas pela Associação Nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Freguesias, que mantêm a sua disponibilidade de cá virem e, portanto, temos de recalendarizar essas audições e temos já outras programadas.

Portanto, estamos a aguardar umas respostas para o dia 22 e há um dos convidados que diz que apresentará um documento escrito.

Temos, depois, aqui uma provisão, no âmbito da Prevenção Estrutural «Produtores Florestais e Organização Territorial», de três entidades gestoras ZIF e mais três baldios. Temos, agora, de concretizar quais serão.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Relativamente às audições, queria sugerir duas coisas: primeiro, nós fizemos uma proposta, que está consolidada com todos os partidos e, portanto, queria aproveitar esta oportunidade apenas para tentar sugerir que os bombeiros fossem ouvidos individualmente...

O Sr. *coordenador*: – Srs. deputados, pedia a vossa atenção para esta proposta do Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – ... porque houve uma reação, por parte dos bombeiros, aquando da audição dos comandantes nacionais e, portanto, creio que era importante que fossem ouvidos individualmente.

O Sr. *coordenador*: – (...) havia aqui, no “documento” inicial, que aprovámos, uma audição em conjunto da Liga dos Bombeiros e da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e da Associação Nacional dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sim, isso se fossem três audições, tal como temos vindo a fazer, com uma hora para cada um...

O Sr. *coordenador*: – Portanto, ouvir, mas cada um de *per si*.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Individualmente.

O Sr. *coordenador*: – Pronto!

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Nos outros casos, podíamos dividir ao meio, isto é, parece-me que seis entidades é muito e, portanto, podíamos ouvir três mais três. Quer dizer, não juntávamos...

O Sr. *coordenador*: – Como é o caso seguinte do Prof. Xavier Viegas...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Estou a falar das ZIF. Todos eles são seis entidades e, portanto, dividia-se ao meio. Julgo que ouvir mais do que três de cada vez parece excessivo e, como nós fazemos isso por dia, dividimos o dia e fazemos duas audições em vez de fazer uma audição conjunta para todos.

Dividíamos três ZIP e três baldios.

O Sr. *coordenador*: – E, neste caso, das entidades gestoras das ZIF e dos baldios já há uma identificação?

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – A sugestão que tinha relativamente aos baldios era que o Partido Comunista indicasse dois baldios e o CDS indicasse um baldio, pois tinha sido isso que tínhamos conversado, sendo que seria um baldio da zona norte por parte do CDS e, por parte do PCP, um baldio da zona norte e outro da zona centro. Tinha sido essa a articulação que tínhamos feito.

Sobre as ZIP, o que tínhamos visto é que convinha ser uma ZIP em cada região, portanto, que não fossem todas da mesma região e que complementássemos com os baldios. Mas faremos uma sugestão concreta sobre as ZIP.

O Sr. *coordenador*: – Era melhor ver isso em termos concretos para se fazer essa sugestão, que me parece bem pensada, ou seja, se vierem representantes dos baldios de determinada zona, fazer uma representação das ZIF de outras zonas, isto é, complementar.

Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Lynce.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Obrigado, Sr. coordenador.

Sr. presidente, nós não pomos qualquer obstáculo às decisões da Mesa, nomeadamente ao nosso relator com o qual concordamos totalmente.

Há, contudo, uma coisa que nos preocupa e sobre a qual já falei com o próprio Miguel: o tempo corre e eu não sei até que ponto, com toda a franqueza, atendendo até que acho que a escolha está correta, procurando, por exemplo, no caso dos baldios, um que seja indicado pelo João, com o que estamos totalmente de acordo, outro que seja indicado pelo Abel, nomeadamente porque são zonas deles e eles conhecem isso. O João tem todos esses contactos.

Penso que estas duas chegariam e, quando muito, se houver outras que queiram responder, assim como as ZIF, porque, com toda a sinceridade, não vejo que consigamos resolver isto até março e é mais um problema. Porque, depois, Sr. presidente – e este problema pus ao Miguel e acho que ele tem toda a razão –, nós estarmos a acumular papel, papel e mais papel e, depois, então, vamos nadar em papel.

O Sr. *coordenador*: – A gestão vai ser difícil!

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Complicada!

Por isso, na minha perspetiva, com toda a franqueza, concordando com o vosso perfeccionismo, que acho que era perfeito e não via qualquer inconveniente, tanto mais que acho, provavelmente, que ainda vamos juntar a isto uma visita, talvez quando o tempo for um bocadinho melhor, para ver *in loco*, estou com um bocadinho de medo em termos da gestão do tempo, embora, volto a dizer, tudo o que o Sr. presidente e o Sr. relator decidirem, nós apoiamos, com certeza, não há problema absolutamente nenhum.

Apenas alerta para esta preocupação que deve também ser a vossa.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Pois, essa preocupação esteve presente desde início e daí até termos logo traçado a ideia de ouvir muitas dessas entidades por escrito porque, para estarem aqui, não iríamos ter tempo físico para isto tudo.

Agora, o que talvez se pudesse ir fazendo e, depois, ajudaria aqui o nosso trabalho político, digamos assim, era, em função da documentação que me está a ser trazida, e se fosse possível – parece que isso está também a ser implementado – dispormos da descodificação das gravações, pedirmos aqui e, depois, pedia também aos Srs. assessores, e, se isso se tornar necessário, poderia mesmo falar à Sr.^a presidente para reforçar aqui a assessoria neste sentido: pedir aos Srs. assessores que nos fizessem uma triagem e que nos identificassem, nessa na análise documental – sem prejuízo obviamente da nossa análise posterior –, aqueles pontos dentro destas duas ideias, que temos aqui veiculado, que são: eventuais alterações legislativas e eventuais recomendações ao Governo.

Penso que isso ajudaria o nosso trabalho porque nenhum de nós... temos todo um trabalho político absorvente e isso era uma ajuda importante.

Compreendo que os Srs. assessores, que estão aqui a dar a sua colaboração, já estão também sobrecarregados com o trabalho noutras áreas, designadamente nas comissões que estão a assessorar, designadamente a da agricultura, mas pedia também a vossa opinião porque o empenho que a Sr.^a presidente, desde o início, demonstrou em relação ao grupo de trabalho, com certeza que iríamos encontrar uma solução transitória, enfim, o tempo de vigência do grupo de trabalho é relativamente curto, para ter um reforço de assessoria para esse trabalho porque é muito papel, é muita coisa e torna-se, depois, difícil cumprir os tempos.

Acho que para este efeito de termos o cumprimento dos tempos, este trabalho era muito importante que fosse feito.

Se estiverem de acordo, procuraríamos, então, seguir esse método.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. presidente, muito grato pela intervenção porque, de facto, ajudar-nos-ia no trabalho que estamos a fazer. O assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Hugo Almeida é um homem especialista na área da floresta e julgo que seria útil o complemento da assessoria que viesse a ser feito...

O Sr. *coordenador*: – Eu acho que não há nenhum obstáculo, pelo contrário...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Não, não, era só para acrescentar...

O Sr. *coordenador*: – ..., que os Srs. assessores dos partidos, que saudamos aqui, porque são pessoas que estão qualificadas nesta matéria, depois, articulariam e davam também o seu contributo. Isso, para nós, era perfeito.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – ... àquilo que o Sr. presidente tinha dito do perfil, se fosse possível, de um jurista, ajudava-nos. Portanto, uma assessoria que viesse a complementar o nosso trabalho da área jurídica, era importante.

Tínhamos também aqui para discutir a questão do *site* e para responder também à proposta que foi feita pelo Sr. deputado Pedro Lynce.

Aquilo que eu sugeria era o seguinte: que nós, naturalmente no *site* puséssemos a organização dos nossos trabalhos e que fôssemos colocando os documentos que nos fazem chegar.

De qualquer maneira, aquilo que nós assumiríamos era que, para cada uma das audições, nós validaríamos, junto da entidade que aqui apresentou, um conjunto de quatro ou cinco conclusões. Isto é, quem olhasse para o *site* a primeira coisa que encontraria era aquilo que eram as conclusões retiradas das intervenções...

O Sr. *coordenador*: – ... da própria audição. Ficávamos «com a própria entidade».

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – ... que seriam validadas com a entidade para não estar uma coisa que... e para dar uma certa orientação até às intervenções que pretendemos aqui fazer.

Além disso, temos construído uma matriz daquilo que devem ser as grandes questões, que temos aqui e que decorrem das questões que os grupos parlamentares aqui colocaram. E, portanto, essa matriz também seria disponibilizada, desde já.

Finalmente, o Sr. deputado Pedro Lynce tinha colocado uma outra questão, que era a possibilidade de irmos fazendo um ponto de situação à medida que vamos avançando. Naturalmente, a minha disponibilidade. Eu creio que não vale a pena estarmos a fazer isto todas as semanas, mas, depois deste dois grupos de audições, na próxima semana, podíamos fazer um ponto de situação, fazíamos mais dois grupos de audições porque vamos discutir a questão da Prevenção Estrutural e, no final da Prevenção Estrutural, faríamos mais um ponto da situação e, depois, vamos discutir a questão do combate e, no final do combate, faríamos o último ponto de situação.

Portanto, era esta, basicamente, a proposta que tinha em termos de metodologia de trabalho.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Lynce.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Sr. presidente, estou totalmente de acordo com a metodologia apresentada pelo deputado Miguel Freitas e apenas propunha um pequeno ajustamento que, estou convencido, foi o que o Sr. presidente disse: os assessores, acho que sim, sob a orientação do Sr. presidente ou do relator. Estou perfeitamente de acordo que possam ajudar porque, inclusive, esta grelha, vamos assim dizer, de que o Sr. relator nos falou, com certeza vai sendo flexível, vai sendo corrigida à medida que vamos andando, mas, sinceramente, penso que é a única maneira de chegarmos ao fim e termos alguma esperança de termos conclusões porque, caso contrário, isto vai prolongar-se eternamente.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – E perdemo-nos na vastidão da documentação!

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Isto aqui, quer com a metodologia tanto do Sr. presidente, quer com a metodologia do relator, estamos cem por cento de acordo.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Agora, além das audições, nós tínhamos também, porventura em fase distinta ou, enfim, conjugando com estas audições, as visitas, e talvez fosse de irmos começando a pensar – fizemos aquela inicial – em entremear aqui algumas visitas com estas audições para irmos ganhando algum tempo.

Têm alguma...

O Sr. *Pedro Lynce*: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

O Sr. *coordenador*: – Só depois, isto é, fazer isto numa fase subsequente, não misturar as duas coisas. Tudo bem.

Agora, temos aqui duas coisas concretas, digamos, que é uma deslocação ao Algarve e ao Caramulo.

Não sei se haverá mais alguma coisa.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Tínhamos a proposta para as três ZIP: a Caule, que é da zona centro, uma que é em Abrantes, que a Sr.^a ministra visitou e que é um bom exemplo de trabalho e uma do Algarve, portanto, de São Brás e Tavira, que foi aquela que apanhou o grande fogo, até porque nos permitiria saber, exatamente, como é que está a evoluir agora o pós-fogo.

Portanto, seriam as três ZIP que nós propúnhamos e, depois, vê-se a direção...

Pausa.

Apartes inaudíveis na gravação.

O Sr. *coordenador*: – Diz-me aqui o Sr. Dr. Ruas que já têm estado a fazer este trabalho informalmente, em articulação com os assessores dos grupos parlamentares e com a envolvimento também do assessor dos serviços e queriam ver da disponibilidade do assessor, que a Sr.^a presidente tem destacado para este efeito, e eles próprios nos darão conta desta hipótese que coloquei do reforço da assessoria e, preferencialmente, com a qualificação que o Dr. Miguel Freitas referiu que é a da área jurídica.

Portanto, vamos manter esta metodologia e quando fizermos, então, o ponto de situação final das audições, ou antes disso, se entendermos, por uma questão de programação, em função das reuniões que vamos fazendo, programar depois as deslocações.

Não sei se querem acrescentar mais alguma coisa...

Pausa.

Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Soares.

O Sr. *Pedro Filipe Soares* (BE): – Apenas para dizer que há uma visita que poderia ocorrer aqui, em Lisboa, que é ao GIPS. Nós podemos, se eles estiverem disponíveis para isso e, portanto, se for entendido como oportuno, fazer uma visita aos GIPS...

O Sr. *coordenador*: – Do grupo da GNR!

O Sr. *Pedro Filipe Soares* (BE): – Sim, da GNR. Eles estão disponíveis para isso. E, aí, localmente, somos capazes de ver melhor como é que eles programam toda a sua atividade e a própria coordenação e como é aqui, em Lisboa, poderia, eventualmente, ter interesse.

Uma voz não identificada: – Depois de ouvida toda esta teoria, estou de acordo, conforme o espaço...

O Sr. coordenador: – Sim, é de tomar nota desta hipótese.

Aliás, penso que, por aquilo que disse aqui o comandante da GNR, que esta é uma área que vai necessitar de intervenção legislativa porque eles estão numa situação quase de facto.

Apartes inaudíveis na gravação.

O Sr. coordenador: – É uma das vertentes, como eles explicaram.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. coordenador: – Sim, mas também não pode ser assim.

Depois, veremos, depois analisaremos as implicações políticas das coisas.

Aparte inaudível na gravação.

O Sr. coordenador: – Mas eles explicaram isso!

Pronto, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

AUDIÇÃO

PROF. DOUTOR FRANCISCO REGO

(Instituto Superior de Agronomia)

PROF. DOUTOR JOSÉ MIGUEL CARDOSO PEREIRA

(Instituto Superior de Agronomia)

ENG.º ANTÓNIO LOURO

(vice-presidente do Município de Mação)

22 DE JANEIRO DE 2014

O Sr. *coordenador* (*Guilherme Silva*): – Vamos começar os nossos trabalhos, dos quatro convidados estão só dois, um chega mais tarde, vem de Coimbra e outro está retido num acidente.

Srs. deputados, foi feita ontem circular a distribuição de uma listagem das entidades a ouvir. Se, entretanto, entenderem que há qualquer aditamento a fazer, sugiram-nos. Muito obrigado.

Vamos dar início aos trabalhos. Quero, antes de mais, agradecer a disponibilidade dos senhores professores, de virem a este grupo de trabalho, e dar uma nota relativamente àquilo que são os nossos objetivos: este grupo de trabalho foi constituído pela iniciativa da Sr.ª presidente da Assembleia da República, atenta a relevância desta matéria e o ano problemático que tivemos em matéria de incêndios florestais em 2013 e pretendeu-se com este grupo paritário, com a representação de todos os grupos parlamentares, procurar encontrar aqui – com a ajuda, naturalmente, de especialistas, e o vosso contributo decerto que vai ser importante para isso – alguma reflexão do ponto de vista da necessidade de providências legislativas que tornem mais eficazes os meios de prevenção e de combate aos fogos florestais, mas também medidas que se possam recomendar ao Governo no mesmo sentido.

A metodologia desta reunião é a seguinte: dar-se-ão cinco minutos a cada grupo parlamentar para colocar questões sobre as quais pretendam ouvir as vossas posições, os vossos contributos e, portanto, começo por dar a palavra à Sr.ª deputada Helena Pinto. Faça favor.

A Sr.ª *Helena Pinto* (BE): – Sr. coordenador, hoje invertemos a ordem, para o PS.

O Sr. *coordenador*: – Muito bem. Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Começo por agradecer a presença dos Srs. professores, é sempre um gosto, duas pessoas que trabalham nesta matéria há muitos anos e naturalmente tenho um conjunto de questões que gostava de colocar. A primeira tem que ver com um artigo que foi escrito pelo Sr. Prof. José Cardoso Pereira com o Tiago Oliveira, onde defendem a necessidade de um dispositivo de prevenção. Não sei se aquilo que pensa é o regresso à PIF (Plano Integrado Florestal) – ou se existem outras formas de nos podermos organizar relati-

vamente à questão da prevenção. O que é verdade é que nós reconhecemos e partilhamos da preocupação que, em termos de combate, nós conhecemos o dispositivo nacional e, em termos de prevenção, nós não conhecemos o dispositivo nacional e, portanto, a primeira grande questão que queria colocar tem que ver com a prevenção e a necessidade de haver ou não um dispositivo, sob que tutela é que dependeria esse dispositivo e de quem seria a sua coordenação.

A segunda questão tem que ver com o investimento. Todos os anos verificamos que em matéria de investimento, 80% é gasto em combate, 20% é gasto em prevenção. Como é que nós podemos reequilibrar este investimento em prevenção e combate?

Terceira questão: responsabilidade civil, aliás está muito em voga a responsabilidade, responsabilidade dos proprietários, até onde vai a responsabilidade dos proprietários e, já agora, com o conhecimento que existe por parte do Prof. Francisco Rego relativamente à gestão florestal – a responsabilidade não é apenas civil porque, no que diz respeito às questões relacionadas com as faixas primárias, há muita responsabilidade do próprio ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) – a questão é se, a partir de agora, a GNR (Guarda Nacional Republicana) – também vai fiscalizar as áreas públicas e atuar o ICNF relativamente àquilo que não é feito por parte das entidades públicas e portanto, responsabilidade das diferentes entidades na execução do sistema que está previsto.

Execução da rede primária: qual é, na vossa opinião, a responsabilidade do ICNF nesta matéria? Conhecemos aquilo que está expresso no PNDFCI (Plano Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios) – eu gostava de saber se acham que a responsabilidade que está cometida neste momento ao ICNF é suficiente e se a rede primária, do vosso ponto de vista, é de facto a rede estruturante e deve ou não avançar a um ritmo mais acelerado.

Quinta questão: conceito de fogo de gestão e Plano Nacional de Uso do Fogo, era um comentário que gostava de ouvir.

Duas questões finais, uma quanto à formação, outra quanto à investigação.

Falamos muito de formação de bombeiros. Gostava de ouvir a vossa opinião sobre a formação dos outros agentes, isto é, nós “carregamos” sempre sobre a questão da Escola Nacional de Bombeiros, sobre a formação dos bombeiros e eu gostava de saber se, do vosso ponto de vista, o grande défice está na formação para o combate ou na formação para a prevenção.

Finalmente, a investigação – matéria que tem muito que ver com o vosso trabalho – do vosso ponto de vista, neste momento, existe em Portugal um trabalho de investigação que permita contribuir para avançarmos no domínio da prevenção e combate dos fogos florestais?

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Muito obrigado Sr. coordenador. Eu começava por congratular-me pela presença de dois ilustres técnicos, que não queria deixar de afirmar toda a estima e reconhecimento que tenho pelo vosso trabalho, nomeadamente trabalho de investigação, de professorado, etc., um reconhecimento e conhecimento do vosso *curriculum vitae*. Não havia tempo para ouvir toda a gente, mas, na seleção que foi feita pelo Sr. coordenador e Sr. relator, se há alguém que eu acho que nos pode ser extremamente útil são os meus dois colegas.

Isto é complicado, mas tem uma vantagem: os pontos que vamos focar são os mesmos, uma vez que já viemos numa série de audições – eu vou dividir o meu tempo com o meu colega Maurício – e nós fundamentalmente tínhamos falado em meia dúzia de pontos e talvez o único que eventualmente o deputado Miguel Freitas não falou é o ordenamento, também gostávamos que fosse falado o ordenamento, porque o ordenamento, a prevenção, o uso do fogo controlado, a formação, a investigação... são tantos, mas não estou muito preocupado porque estou perfeitamente convencido que os meus colegas vão tocar nestes pontos todos. De qualquer maneira gostava de ouvir a vossa opinião, e por isso, reduzindo o meu tempo e não indo além dos dois minutos e meio, sobre o uso do fogo controlado, que – falta formação – tem sido feito muitas vezes por gente totalmente incompetente, mas com vontade de resolver um problema e eu limitava-me a dizer: gostava de vos ouvir. Com toda a sinceridade, o que é que acham, a arma em si do uso do fogo controlado e a competência que temos, ou não, para eventualmente avançarmos com esta situação.

Eu passaria já, se o Sr. coordenador autorizar, ao meu colega Maurício Marques.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Peço os vossos contributos e agradeço a vossa presença aqui e, com certeza, que nos vão dar um contributo importante para que, nas conclusões, se possa fazer alguma coisa para atingir ou melhorar os nossos objetivos relativamente a esta matéria.

Já foram faladas algumas questões que eu, obviamente também subscrevo, de todo o modo ainda não foi falada aqui uma, penso que temos um problema de rentabilidade da floresta que levou a que as populações, cada vez mais, se afastem dela e há, normalmente, uma grande incidência de fogos em zonas que estão desertificadas ou quase, porque sabemos que, por um lado, o maior número de ignições – também é uma questão ligada à presença humana na floresta – o aumento da carga de combustível que ela contém deve-se à desertificação e à falta de rentabilidade da floresta e, por isso, eu gostaria de solicitar o vosso contributo. Como podemos aumentar a rentabilidade da floresta por forma a ter mais pessoas na floresta? Porque sabemos que se tivermos mais pessoas a trabalhar a floresta, provavelmente temos florestas mais limpas, mais rentáveis e mais cuidadas, e gostaria que nos ajudassem. Como é que podemos melhorar a rentabilidade da floresta e, por aí, contribuir até ao aumento de postos de trabalho, emprego, e cuidá-la mais? Vão-me logo dizer que é uma questão de ordenamento, como o meu colega de bancada já disse, mas sabemos que a floresta não está ordenada, que é essencialmente privada e com pequenas parcelas, portanto temos aqui um problema de emparcelamento que foi já ensaiado e tem alguns exemplos bem-sucedidos nas ZIF (Zona de Intervenção Florestal) mas não foi completamente conseguido, até porque estamos em processo de alteração, portanto o que poderíamos fazer para que o emparcelamento fosse consolidado por forma a aumentar a prestação das ZIF?

Uma outra questão é o fogo controlado. Sabemos que há um excesso de combustível na floresta. De que forma é que nós poderíamos e deveríamos diminuir a carga de combustível na floresta? Houve uma estratégia de criação de centrais de biomassa para que elas próprias fossem geradoras de rentabilidade dos subprodutos da floresta e pensou-se, na altura, que

viriam a tirar o mato da floresta. Efetivamente isso não foi bem conseguido, nós temos centrais de biomassa que neste momento não estão a utilizar o combustível, mas sim a madeira, que depois levanta um outro problema e, portanto, gostaria também de vos colocar esta questão.

Obviamente que os assuntos são muitos, mas deixo para os meus colegas que, com certeza, irão fazer a minha complementaridade. Muito obrigado Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Srs. professores, é um gosto recebê-los, porque é um gosto aprender muito convosco, com as vossas opiniões e propostas.

Não vale a pena repetir o que já foi dito e já foi muita coisa questionada, portanto, não sei se teremos tempo suficiente para ouvir todos os esclarecimentos que já foram solicitados, mas acrescentaria dois ou três, que têm sobretudo que ver com a vossa atividade profissional.

Temos, infelizmente, no país, cada vez menos procura na área do ensino superior para a floresta, aliás há cursos de Engenharia Florestal que estão desertos, portanto é uma questão que temos de encarar porque os problemas da floresta são muito diversos: o fogo é um deles, as doenças, o ordenamento, a falta de cadastro, mas há também uma questão social. A floresta, dizia o deputado Maurício Marques, é uma questão de falta de rentabilidade, mas também, como dizia há uns anos um vosso colega da UTAD, «A floresta tem algumas atividades que não são socialmente relevantes, qual é a jovem que quer casar com um jovem pastor?», quer casar com um futebolista, uma outra figura que é socialmente muito mais relevante e, portanto, em termos de currículos e ensino, as universidades também deviam aqui ter algum trabalho? Na minha opinião sim, mas esse trabalho, da universidade, na área do planeamento, do projeto, da exploração... eu acho que há trabalho suficiente, feito na universidade, para que isto aconteça.

No âmbito daquilo que é toda a questão florestal, há por parte do Estado e das empresas o aproveitamento do conhecimento científico que existe na universidade? A universidade tem sido chamada a dar o seu papel e contributo para toda esta questão, porque muitos de vós dão-no a nível individual, a nível de instituição, confesso que não noto, não sei se existe, daí perguntar. Isto é uma batalha e, quando o placar dos fogos florestais é um problema de todos, alguns não são chamados, confesso que é a minha perceção, portanto acho que aqui fala-se muito na questão da prevenção, primária e secundária, mas se calhar isto tem de começar muito a montante, desde logo no ensino teórico, académico, e gostaria de saber a vossa opinião sobre isto.

Era basicamente isto, muitas outras questões já foram aqui colocadas. Muito obrigado Sr. coordenador.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado Sr. coordenador. Srs. deputados, começo por cumprimentar os nossos convidados e colocar quatro questões muito genéricas.

A primeira, até porque matérias mais específicas já foram colocadas, gostava de perceber como é que as políticas para a floresta se relacionam com o problema que temos em cima

da mesa, nomeadamente este dos fogos florestais, que teima em não amainar, porque vêm recorrentemente as causas meteorológicas, os incendiários, não se falando nas políticas florestais, e eu gostava de perceber que relação existe entre as opções políticas e este flagelo, nomeadamente, retomar as questões do fomento florestal, quando não estão resolvidos a montante questões com a gestão e outra matéria relevante, que até acabou por ser tocada, que são questões da fileira das madeiras, do comércio, dessa relação da produção e a transformação. Que relação é que isto tem depois com a gestão florestal e com a situação que temos?

Outra questão tinha que ver com os modelos existentes no combate, há entidades, e vemos isso frequentemente em reportagens televisivas sobre incêndios florestais, que é um modelo em que há várias estruturas no terreno, é a GNR, é a Força Especial de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários... Se este modelo é o mais adequado, se funciona bem, se se articula. Porque no decorrer das audições já ouvimos algumas questões, que funcionam menos bem, até com prejuízo das estruturas que estão no terreno.

Uma terceira questão é como é que o abandono do interior do país e do êxodo rural se relaciona com isto. Sabemos que os distritos onde há o maior número de ignições não são os que têm mais área ardida, mas também são os mais povoados, que relações é que isto tem? O Sr. secretário de Estado das florestas disse-nos aqui: «O interior do país está abandonado», tendo ele a responsabilidade do desenvolvimento rural, mas encolhe os ombros e: «Está abandonado», limita-se a verificar. Qual é a relação?

Por último, se nos podem fazer um ponto da situação, logicamente muito sucinto, da investigação em Portugal sobre estas matérias, até porque as matérias da investigação, dos investigadores, dos bolsiros, estão “muito quentes”. Qual é o ponto de situação, em termos de investigação, em Portugal em matéria florestal nas suas mais diversas vertentes? Não só de combate a incêndio, mas de política florestal, gestão florestal.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Muito obrigado Sr. coordenador. Cumprimento os Srs. professores, agradeço a presença e, com toda a franqueza, digo-vos que não tenho muito mais questões a colocar, temos de ser objetivos.

O Sr. *coordenador*: – Já percebo porque é que a Sr.^a deputada quis ficar para o fim.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Exatamente. Só queria fazer um apelo, se me fosse permitido, foram-lhes colocadas tantas questões, que dava para uma conferência de, pelo menos, oito dias dividida em vários painéis, portanto o meu apelo vai para a vossa capacidade – que sei que têm – e sabedoria de ver as questões que serão fundamentais para a Assembleia da República, porque por vezes, quando queremos ver tudo e mais alguma coisa, podemos esquecer aquilo que é essencial, aqui em concreto, sobretudo para aquilo em que nós podemos atuar, sem prejuízo, como é obvio, das questões serem interessantíssimas, mas isso estou ciente que a vossa sabedoria vai para o local certo, para que possamos ficar com os vossos contributos e sem prejuízo

de depois, após a vossa exposição, se surgir alguma dúvida, o Sr. coordenador com certeza nos dar de novo a palavra.

O Sr. *coordenador*: – Com certeza. Sr.^a deputada Heloísa Apolónia, tem a palavra.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Muito obrigada Sr. coordenador. Quero em primeiro lugar pedir desculpa pelo meu atraso, mas a Sr.^a deputada Helena Pinto teve a amabilidade de me mostrar os tópicos das questões que foram colocadas e, reitero, de facto já há muito para resposta, mas queria colocar duas ou três questões. Eu sei que as questões não se podem colocar da forma que vou colocar, mas às vezes é preciso simplificar as coisas de modo a que criemos uma maior perceção sobre elas, ou uma maior compreensão.

Estou a falar com pessoas muito especializadas na área, por isso é que me atrevo a fazer esta pergunta: se tivessem que hierarquizar medidas de prevenção, se eu vos pedisse assim «Quais são aquelas três fundamentais?», o que é que me diriam? Bem, três foi um número “ao calhas”, podia ter perguntado duas ou três, porque era um número mais redondo. E sabendo que a negligência tem um peso enormíssimo na matéria dos fogos florestais, eu gostava de saber, da experiência que têm, qual tem sido a eficácia das campanhas de prevenção? Não as sei especificar exatamente, mas todos nos lembramos, porque nos fica na cabeça: “A floresta é de todos”, ou “Preserve a floresta”, é esta a mensagem que fica, mas qual é a verdadeira eficácia, na vossa perspetiva, de uma campanha desta natureza?

Uma outra questão é: este novo regime de arborização e rearborização poderá ter algum efeito ao nível desta matéria também? Era só isto, obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado. Não sei qual dos Srs. professores quer intervir primeiro.

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Eu acabei agora de arrumar as minhas notas, se quiser...

O Sr. *coordenador*: – Sr. Prof. Francisco Rego, tem a palavra.

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Começo por agradecer o convite, as perguntas, as palavras amáveis, dizer também que não é a primeira vez que venho a uma comissão parlamentar sobre esta matéria e que, infelizmente, as questões são as mesmas de há 20 anos para cá e, portanto, há progressos feitos, mas há de facto muitas perguntas e muitas respostas que ainda faltam. A primeira questão: combate, prevenção, investimento, como é que esse equilíbrio se pode fazer? Eu julgo que, quando se criou o PNDFCI, se tentou arrumar um pouco o conjunto das equipas e dos vários agentes que podiam intervir, porque esta dicotomia prevenção/combate é sempre difícil e um pouco redutora. Eu julgo que tudo aquilo que se faz como prevenção, muitas vezes não teve que ver com as estratégias de combate e não utilizam os mecanismos de prevenção, portanto, o delinear das faixas da rede primária de gestão de combustíveis, por exemplo, teve de ser reequacionado à luz das estratégias de combate que são utilizadas, e isso remete para outra questão fundamental, e que foi aqui posta várias vezes, a questão do fogo controlado e da utilização do fogo no próprio combate, e também há um contínuo, quer dizer,

não há propriamente uma área de prevenção e uma área de combate, tudo aquilo que os agentes fazem em termos de utilização do fogo na prevenção, pode ser um trabalho perfeitamente fundamental de preparação para o combate, e é uma peça perfeitamente central, pelo menos no meu raciocínio. O manusear o fogo, o tentar o fogo de gestão, o fogo controlado, o contrafogo, etc., são tudo técnicas diferentes que obrigam a um conhecimento e formação muito grande na prática do fogo.

Portanto, quando se fala na Escola Nacional de Bombeiros, na formação que terão nesta área de utilização do fogo ou não, fala-se muitas vezes na utilização do fogo na prevenção, mas depois no combate essa utilização não é suficientemente privilegiada. Lembro-me que há algum tempo, quando se tentou fazer alguma formação na área do contrafogo na Escola Nacional de Bombeiros, aquilo que me foi dito, foi que, do ponto de vista teórico, havia uma hora de ensino sobre a utilização do contrafogo e que isso seria suficiente para os agentes estarem preparados para o fazer. Julgo que há uma necessidade absoluta de formação prática, na utilização do fogo, que está bastante suprida na área do fogo controlado, mas julgo que está completamente deficiente ou muito deficiente na área de utilização do fogo no combate, pelo que é preciso que para os agentes as coisas estejam articuladas. Isto porque as necessidades de formação aí são fundamentais e, por exemplo, todas as utilizações do fogo no combate, no contrafogo, que é utilizado na Austrália, nos Estados Unidos, na Argentina, são utilizações extremamente fortes, que podem ser utilizadas de noite, são também extremamente perigosas e o banalizar destas ações pode, de facto, pôr em risco os outros agentes que fazem o combate. A própria técnica, em si, do contrafogo pode ficar desacreditada pelo mau uso que se faça, retirando-a dos instrumentos que são utilizados e, portanto, o que me parece é que há uma necessidade absoluta de formação na área de utilização do fogo, que vai desde a utilização do fogo na prevenção até ao combate, e este é um gradiente contínuo, valendo a pena criar formação específica nesta área utilizando este contínuo. Esse tem sido um trabalho que tenho feito no quadro europeu, temos tido projetos de investigação nesta área e passando, já agora, para a parte da investigação eu coordenei um grande projeto europeu nesta área, o *Fire Paradox*, que teve muito impacto, mas *a posteriori* começa a haver problemas da própria intervenção no nosso quadro, nas áreas de investigação, não só pela falta de financiamentos nacionais, de investigadores que estão preparados nesta área de recuperação pós-incêndio, etc., que não têm bolsas de investigação e isso entra, digamos, diretamente com todas as necessidades na área da investigação, mas também com outros pontos, e um deles – gostava de deixar muito claro – julgo que a Assembleia da República podia desempenhar um papel importante, que é a destruição que se está a fazer, neste momento, da investigação florestal do Estado com a Estação Florestal Nacional.

A Estação Florestal Nacional – de que fui diretor há uns anos – teve um novo edifício nessa altura na quinta do Marquês, em Oeiras, para estar mais próxima da investigação agronómica no seu conjunto e, neste momento, o edifício, os técnicos e a própria identidade de uma Estação Florestal Nacional, que deveria responder aos problemas nacionais, está a ser destruída. Portanto julgo que essa é uma área...

O Sr. *coordenador*: – Pode concretizar melhor, em que é que consiste essa destruição?

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – A figura da Estação Florestal Nacional desapareceu, aparecem unidades e os próprios laboratórios que estavam destinados a determinados efeitos estão a ser utilizados para outros, sem nenhum plano específico de utilização. Foram financiamentos comunitários especialmente dirigidos para a investigação florestal que não estão a ser potenciados. Portanto a capacidade do país em resolver problemas no mato, todas as doenças e etc., e essa parte da investigação florestal está a ser comprometida e essa é uma área para a qual a Assembleia da República poderia olhar com algum cuidado.

Por outro lado, os próprios sistemas de investigação, a nível comunitário, estão a ser de algum modo prejudicados. Por exemplo, numa proposta de um programa sobre Florestas Mediterrânicas, que é o *Forest Terra*, que está a ser patrocinado pela Comissão Europeia, a lógica de financiamento foi substancialmente alterada e agora os países só podem ir buscar para as suas próprias equipas de investigação o financiamento que o país lá colocou numa *pool* geral, o que é uma alteração das regras de financiamento comunitário extraordinária. Para esta proposta do *Forest Terra*, a Comunidade Científica pediu-me para eu ser o coordenador, Portugal pôs nesta *pool* geral € 10 000, enquanto Espanha pôs € 300 000 e, portanto, eu fiquei como coordenador subcontratado de Espanha, isto não tem sentido nenhum. As regras de financiamento de projetos comunitários estão a prejudicar também, bastante, a nossa capacidade de resposta à investigação, mesmo no plano comunitário.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Desculpe senhor professor, e como é que era antes? Só para nós termos a ideia da comparação, como é que era antes financiado o programa?

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Tradicionalmente, para os projetos internacionais, há uma *pool* global, as equipas formam-se e dividem as suas propostas de acordo com o trabalho que fazem nessa proposta e não há nenhuma repartição *a priori* dos financiamentos por país. É pelo mérito, pelo interesse da proposta é, digamos, a lógica global da proposta que é competitiva e é esse o espírito comunitário. Era, passou a não ser e com prejuízo dos países pequenos, que têm pouco financiamento para entrar nesta *pool* geral e, portanto, depois só podem ir buscar essa fração do financiamento.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Posso fazer uma pergunta?

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Pedro Lynce, faz o favor.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – É só perguntar se isso apenas sucedeu nesse caso particular ou se foi uma alteração profunda em relação aos projetos da comunidade, obrigado.

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Não, não são todos os projetos da comunidade, felizmente há programas que funcionam como funcionavam anteriormente, mas há esta tendência e alguns programas específicos, por exemplo este, têm esta lógica que eu julgo que subverte a lógica comunitária.

Em relação à parte da responsabilidade dos proprietários, do ICNF, do papel que cada uma das entidades tem nesta área, talvez não seja tanto do foro da Assembleia da República, mas do próprio ICNF, aquilo que aconteceu na altura de 2003 e 2005, com o ênfase dado à prevenção dos incêndios por causas conhecidas, o que aconteceu foi que a própria Direção-Geral dos Recursos Florestais, a FN, criou uma subdiretoria associada aos fogos florestais, havia uma direção ligada aos fogos florestais e havia todo um mecanismo de resposta que permitia dar o ênfase e a organização necessária à resposta. Neste momento não há subdireção, não há um departamento específico, há um Departamento de Proteção Florestal que tem os incêndios florestais, mas também tem o nemátodo, as pragas e doenças, etc., portanto diluiu-se esta... eventualmente pela ideia de que o problema dos incêndios florestais estava relativamente resolvido, com menos área ardida nos últimos anos, eu julgo que se criou a sensação de que não haveria necessidade de dar prioridade a este setor, que continua a ser absolutamente necessário dar prioridade a este setor dentro das estruturas do ICNF.

A questão das cargas de combustíveis, uma peça absolutamente essencial na altura da elaboração da estratégia nacional para as florestas, vale a pena retomá-la. Está em revisão, e ainda bem, porque são estes os processos que devem funcionar, a revisão ritmada dos vários documentos estratégicos, mas nessa estratégia diz-se que as centrais de biomassa podem ajudar esse problema. Eu tenho um artigo que vai sair proximamente, na revista *Ingenium*, que diz que a única central que poderá ter tido algum efeito até agora é a central de Mortágua. Por coincidência ou não, mas do ponto de vista estatístico as coincidências podem ser avaliadas, o que é verdade é que na proximidade da central de Mortágua, a partir da sua constituição, as áreas ardidas reduziram significativamente e, portanto, é uma peça importante para perceber que a ligação entre uma estratégia de energia e uma estratégia florestal pode ser conseguida.

Agora, o que não pode acontecer é o desvirtuar das regras de utilização e do subsídio, ou do apoio que se daria, às centrais pelo seu efeito, pela sua externalidade positiva, de redução dos incêndios florestais e portanto, não podem as centrais desvirtuar o seu funcionamento para a utilização de madeira e de outros produtos que não têm nada que ver, pelo contrário, podem prejudicar toda a atividade florestal. Tem de se retomar, mais do que uma alteração legislativa, o espírito inicial e obrigar a que os apoios do Estado possa conferir em termos de taxa de energia ou outros a essas entidades, garantam que aquilo que é o apoio de todos reverta para a remoção de carga excessiva de biomassa que está acumulada nas florestas, um aspeto perfeitamente essencial.

A questão do ordenamento do território, há sinais muito contraditórios e a Assembleia da República poderia ter um papel disciplinador bastante importante, que é o seguinte, dentro do quadro das figuras de política florestal há uma estratégia nacional para as florestas e há os PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal). Por várias razões os PROF não foram as peças de exceção qualidade que deveriam ter sido, mas era um princípio bastante interessante de participação na definição de metas e objetivos das várias regiões para contribuir para um ordenamento florestal. O país convive mal com o ordenamento, com o planeamento e, portanto, pouco depois destas metas estarem definidas, o mesmo Governo que as aprovou, suspendeu-as, o que julgo que foi um “tiro no pé” muito significativo. O Governo que sucedeu, este Governo, fez agora aplicar outra legislação, que em vez de suspender, recomeça o processo, pior ainda, portanto

estamos numa situação em que não levamos a sério as figuras de planeamento que estão aprovadas numa lei de bases de política florestal, que levaram os vários organismos a desenvolver os seus trabalhos, com participações de vários agentes para fixar os tais limites, e depois, por razões de circunstância, pressões, em vez de se reverem os PROF, que terão de ser revistos nas suas metas e objetivos, suspendem-se, ou recomeça-se o exercício, o que é um caso de delapidação de recursos públicos. Houve muito trabalho envolvido e muito dinheiro gasto na elaboração dos primeiros PROF e há necessidade de levar estas figuras de ordenamento a sério, e de as utilizar, rever e adaptar aos objetivos de cada momento. Portanto julgo que esse é um péssimo elemento de contribuição de estabilidade, de um setor florestal que precisa de estabilidade e, por outro lado, aparecem alterações de legislação, como a da arborização, que não reflete essas figuras de ordenamento. Na própria definição de tudo o que são apoios ao setor florestal, dentro do próximo quadro comunitário, que exige que eles sejam feitos com referência aos PROF, se as metas se suspendem, se recomeça o processo sem nenhuma figura, isto é um desordenamento completo. Há necessidade – e a Assembleia da República podia ter uma atitude disciplinadora, e dizer que nós precisamos do ordenamento florestal – e este seria de interesse para todas as entidades em confronto, por um lado dando estabilidade legislativa – que é importante para todos os agentes económicos que operam – e, por outro lado, garantindo equilíbrio entre as várias áreas. O que aconteceu na prática, durante muitos anos a partir da década de 60, foi uma arborização com eucalipto, sobretudo em muitas das áreas que não têm capacidade para uma produção eficaz de material para abastecimento da matéria-prima e, portanto, muitas delas estão abandonadas. A rentabilidade da floresta não se pode fazer porque aquelas áreas não têm capacidade produtiva e a sua reconversão para outras áreas com maior capacidade produtiva eram um imperativo nacional. Se não for a Assembleia da República, o país no seu conjunto, a disciplinar essas áreas, os vários agentes têm a tendência a tentar utilizar todos os graus de liberdade, sem terem nenhum horizonte ou contexto em que se possam encaixar.

A questão do Ensino Superior: sou, especialmente, sensível, porque estive no princípio da UTAD, da Escola Agrária de Bragança, e estou no ISA e o número de pessoas interessadas, de primeiras candidaturas, para o setor florestal é muito baixo. Corre-se o risco de se perder muito capital investido na investigação e formação, que foi canalizado para essas áreas e também no setor florestal é extremamente importante a diversidade regional. O ensino no setor florestal, apesar de sermos um país pequeno, o que se faz no ISA é substancialmente diferente, em termos do seu contexto, do que se faz na UTAD, na Escola Agrária de Bragança, e na de Coimbra, que são neste momento as quatro. Valeria a pena refletir no conjunto articulado de oferta de Ensino Superior florestal. Essa é extremamente difícil porque cada Instituição pensa na sua própria sobrevivência e, sobretudo, em questões de competição – quando o recurso é escasso a tendência é para a competição – mas eu julgo que aí sim, se a Assembleia puder ter algum papel no sentido de garantir que a oferta de ensino superior florestal é constante e diversificada, teria um papel extraordinário. As questões das ilhas, em termos de Ensino Superior Florestal, estão bastante ausentes e era, não só no continente – sul e norte – terem informações diversificadas, mas das ilhas também. Há especificidades suficientemente importantes para justificar a oferta nessa matéria, que não existe estruturada.

Havia aqui mais um conjunto de áreas, mas não quero utilizar...

O Sr. coordenador: – O Prof. José Cardoso Pereira tem a palavra.

O Sr. Prof. *José Miguel Cardoso Pereira*: – Muito obrigado também pelo convite e pela oportunidade de estar a trocar impressões convosco e tentar responder a algumas das perguntas que me foram colocadas. Depois farei uma passagem mais organizada pelo conjunto de questões que levantaram, mas começo pelo Ensino Superior Florestal e pela redução da procura que há nos últimos anos. Isso tem que ver com dois tópicos muito visíveis na opinião pública e que são negativos para a imagem do setor: a floresta, nos meios de comunicação, é falada a propósito do eucalipto, um assunto com conotações negativas na juventude educada numa lógica mais ambientalista – acho bem que assim seja – e, por outro lado, a questão dos fogos; portanto são duas “imagens de marca” muito fortes e com uma carga negativa substancial desse ponto de vista da perceção, quase subliminar, que a juventude constrói relativamente a este assunto. Depois, o outro lado da questão, a capacidade – falo pelo caso que conheço – do corpo docente do Instituto Superior de Agronomia fazer algo para estimular a procura; em relação a isso, não entra ninguém para o quadro docente de Engenharia Florestal no Instituto Superior de Agronomia há 28 anos, perdemos um terço das pessoas e metade dos que restam têm mais de 60 anos, portanto, quanto a este assunto, parece-me, ficamos conversados.

Pegando em alguns tópicos – nem de perto nem de longe me considero competente para os abordar a todos – gostaria de acrescentar algo, nomeadamente, a primeira pergunta do Sr. deputado Miguel Freitas relativamente a falar-se muito num dispositivo de combate e muito pouco de prevenção, o que ele deveria ser, onde é que deveria estar a tutela, nós trabalhamos muito sobre isso e fizemos propostas detalhadas, a avaliação de custos, etc. Na proposta técnica elaborada pelo ISA, subjacente ao PNDFCI, vertente da proposta técnica que não passou para o plano, no que era a criação de um corpo especializado para lidar com a vertente florestal do problema do combate aos incêndios. Não há uma maneira única de pegar no assunto, a integração pode ser mais ou menos profunda e poderia, no limite, levar à criação de um corpo novo dedicado à tarefa de lidar com os incêndios florestais do ponto de vista florestal, questão muito diferente da de lidar com o problema dos incêndios florestais do ponto de vista da proteção civil e isso é uma trave-mestra do PNDFCI.

Presidui esse raciocínio e já foi espelhado no que o meu colega Francisco Rego disse, que há uma grande desarticulação, tomam-se medidas de prevenção, que não são devidamente aproveitadas do ponto de vista do combate e perde-se a oportunidade das sinergias que aí se poderiam estabelecer e também, ao contrário, há situações evidentes de maior risco que mobilizam e concentram mais nuns casos, que exigem mais recursos, mas que também levam a maior dispersão de meios nas operações de combate, e que não são eleitas como prioridade para a prevenção, nomeadamente as zonas de interface rural e urbano onde há a questão toda de competências, responsabilidades civis, etc., não só a nível das faixas primárias, mas em ambas, as primárias e as secundárias.

Depois, uma questão muito articulada com esta, a do desequilíbrio entre a alocação de verbas à prevenção e ao combate. Esse desequilíbrio traduz a conceptualização que fazemos do problema e a valorização da floresta, mas se raciocinar numa analogia, por exemplo, se esti-

vesse preocupado com outro risco social-natural, as cheias, eu às vezes tenho a sensação de que há uma grande disparidade, porque sinto que, imagine, temos um problema de cheias no Baixo Mondego, se lidássemos com esse problema da mesma maneira que lidamos com o incêndio diríamos: «Ok, então isto é o quê? Água? Pessoas? Risco de afogamentos? Ok, Instituto de Socorros a Náufragos, motos de água e boias»; quer dizer, quando neste tópico se intervém no terreno fazendo engenharia a montante, fazendo regularização dos recursos hídricos, construindo barragens, tomando uma série de medidas de engenharia e de intervenção sobre o território para minimizar esse risco, eu não vejo essa analogia, esse paralelismo. No fogo é 80% para a emergência, e quando é 80%, esse número subestima a importância que se está a dar ao combate, porque muito a que se chama prevenção não é prevenção, é pré-supressão, é preparar, criar condições infraestruturais de apoio ao combate, isso não é prevenção; o INEM ter helicópteros e ambulâncias, não é prevenção, não é? Há aqui conceptualizações e abordagens dos problemas dos fogos que nos soariam altamente estranhas se as transpúséssemos à saúde pública ou cheias ou outro problema social com que nos debatemos e que devia ter mais paralelismos, mas que neste, por razões históricas várias, chegou-se a esta conceptualização distorcida do problema; os 80% e 20% traduzem a valorização que a sociedade faz do património construído *versus* o património florestal; no limite, se atribuirmos valor 0 à floresta e 100 ao património construído, não devemos fazer prevenção, devemos fazer exclusivamente combate, portanto esta alocação de meios explicita aquilo que está implícito, a valorização social e política que se faz destes dois tipos de recursos. Há questões de percepção e opção política, em última análise.

Execução da rede primária: pergunta-se se o ICNF tem capacidade. Alguma coisa lhe falta, ou capacidade ou vontade, porque as coisas não estão a acontecer no terreno na medida em que seria desejável e ao ritmo que foi previsto e programado. Esta questão das redes também se articula, essencialmente, com o problema da redução dos combustíveis porque, em linguagem coloquial, a limpeza da floresta não é uma coisa que seja nem ambientalmente desejável, nem economicamente viável, se feita de uma maneira sistemática na totalidade do território. A lógica é de intervenções estratégicas do ponto de vista geográfico. Também se falou de «como é que os financiamentos, incentivos, estão a ser mal ou bem conduzidos», quando são financiadas intervenções de uma maneira espacialmente desgarrada, com a nossa estrutura de propriedade, isso dá: «vamos limpar 0,5 ha aqui, dois acolá, três quartos de hectare noutra sítio qualquer...»; para lidar com fogos, que todos nós sabemos, porque já vimos, que têm 1 km ou 2 km ou 3 km de extensão de frente, nós fizemos uma intervenção aqui, outra ali, estamos literalmente a “tapar o sol com uma peneira”. Costumo dizer aos meus alunos, o Cristiano Ronaldo está a marcar um livre e nós não pomos os defesas em barreira, pomos um aqui, outro acolá, mais ou menos onde lhes apetecer. Quer dizer, a coordenação, ou falta dela, assume às vezes aspetos caricaturais e não tomem isto por leviandade minha no tratamento do problema, mas é preciso dar-lhe este grau de incisão para percebermos quão distorcida é que a situação se tornou em alguns destes aspetos.

A investigação, eu nem quero pôr a questão em termos de investigação, acho que é mais útil pôr em termos de conhecimento, fala-se de 80% no combate, 20% na prevenção, o que sobra é para o conhecimento.

É mais ou menos essa a repartição das importâncias, são dadas a uma vertente que nós nem pomos em pé com as outras. A tomada de decisões – explicitamente e manifestamente – parece que não é suposto ser suportada por conhecimento. Eu posso dar um exemplo: a conceção de rede das faixas primárias de proteção contra a propagação dos grandes incêndios foi feita de uma maneira que me parece intuitiva, mas a intuição tem perigos. Não se pode resolver tudo intuitivamente, delineando-as, assentando-as pelas linhas de cumeada, linhas divisórias entre bacias hidrográficas, frequentemente apoiadas na rede viária que também comumente ocupam essas estruturas topográficas.

Nós fizemos um estudo sistemático de quais são as orientações e direções de propagação dos fogos em Portugal e há padrões, não é uma coisa aleatória, há padrões bastante regulares que resultam das condições meteorológicas e da interação da meteorologia com a topografia, o terreno, e identificámos que há áreas substanciais do país onde uma grande parte dos fogos se propaga paralelamente às linhas de cumeada e, portanto, há sítios onde estamos a construir as estruturas de contenção, não ortogonais ao processo que queremos intercalar, mas paralelas, onde elas não vão ter a eficácia que era desejada. Não há articulação nenhuma, nem mecanismos, entre quem está a intervir no terreno e quem está a produzir conhecimento.

Produzi dois artigos científicos interessantes, um dos quais é sobre a Califórnia, porque os californianos viram que estávamos a trabalhar no problema, acharam interessante e quiseram saber como é na Califórnia e colaboraram connosco, e temos um trabalho feito por uma minha estudante de doutoramento e dois professores da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Reparem a minha experiência de doutoramento nos Estados Unidos é que na escola onde eu estava havia uma sala onde quem lá funcionava era quem lá trabalhava, uma pessoa dos serviços florestais, outra do serviço de parques, que hoje em dia em Portugal estão integrados no ICNF. Nós, ocasional e voluntariamente, de um lado ou outro, há interação, mas não há mecanismos previstos, solicitação concreta, procura dirigida por parte da Administração Pública relativamente à investigação, e aí o problema da Estação Florestal Nacional é muito mais antigo do que os problemas atuais. Nunca foram feitas grandes solicitações à Estação Florestal Nacional, nem a esta ou outros organismos de laboratórios do Estado. Há décadas que são muito pouco exigentes consigo próprios. Falha de ambos os lados, da procura e da oferta, e na articulação entre uma e outra.

Já falei, a “talhe de foice” – não diretamente, mas tem que ver –, da rentabilidade da floresta e do afastamento das pessoas. Não acho que seja reversível a uma escala capaz de resolver o problema, nem tenho a certeza que ele seja desejável do ponto de vista da qualidade de vida das pessoas havendo um balanço entre urbanização excessiva e despovoamento rural, mas, se calhar, faz-se muito mais pela promoção da qualidade de vida nas cidades médias, nas capitais de distrito, do que pensar que alguma vez nos vamos aproximar de recriar a rede...

O Sr. *coordenador*: – Desculpe Sr. professor, infelizmente tenho que sair porque a Sr.^a presidente está impedida de presidir à Conferência de Líderes, mas o Sr. vice-presidente, doutor Filipe, presidirá ao resto da questão. Muito obrigado pela vossa compreensão.

Neste momento, assumiu a coordenação o Sr. deputado António Filipe.

O Sr. coordenador (António Filipe): – Faça o favor de continuar.

O Sr. Prof. José Miguel Cardoso Pereira: – Então, estava eu a dizer que me parece que não é reversível, do ponto de vista de incentivo político, reorganizar a demografia do país a essa escala. O problema tem de ser complementado, suprido, por intervenção técnica, por silvicultura. E isso é contraditório com a progressiva e prolongada perda de capacidade técnica do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas). Resumindo, se quiser, em termos genéricos, de quem quer que seja a Autoridade Florestal Nacional. Na altura em que era preciso – porque as populações mudaram de modos de vida e mudaram muito desejavelmente e felizmente de modos de vida, sobretudo desde a instalação do regime democrático em Portugal – mas quando era preciso suprir, portanto, suprir o mato que deixou de se roçar para fazer camas para o gado e estrume para a horta, quando deixou de se ir apanhar a caruma e os ramos secos caídos para as pessoas se aquecerem em casa ou cozinharem, porque passou a haver fertilizantes de origem industrial e eletrificação rural e gás *Cidla* distribuído a casa das pessoas, isso não vamos reverter, e felizmente que não vamos reverter, era preciso compensar com intervenção técnica. A capacidade de o Estado o fazer está em perda, há décadas, não é, portanto há também aí uma tendência que era preciso reverter; essa, sim, parece-me muito mais reversível por opção política. Agora, já chegámos ao ponto em que a própria Administração Pública Florestal assumiu a sua fragilidade face ao problema e vai gradualmente estando confortável, senão até sendo pró-ativa em afastar a questão dos incêndios. Reconhece a sua própria e gradual incapacidade e não quer ver-se responsabilizada por um problema com que reconhece não ter capacidade de lidar, que gradualmente foi perdendo a “propriedade” daquele problema e vai, visivelmente, pondo-se de fora, progressivamente.

A relação desta questão do abandono do interior, do êxodo rural, a relação entre a densidade populacional e o número de fogos, as áreas queimadas: é uma questão em que tenho trabalhado, interessam-me muitos estes aspetos da geografia do fogo e há, penso, alguns equívocos que nos podem levar a raciocínios menos eficazes. A relação não é propriamente linear, aliás não é nada linear. Temos, de facto, o maior número de ignições nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto porque é, de facto, onde há mais pessoas. Temos muito pouca área queimada aí, por uma conjunção de razões; é uma paisagem muito fragmentada – pensando sobretudo no noroeste, na área metropolitana do Porto que é, sobretudo, Porto para norte – temos um mosaico de paisagem, muito fragmentado, com agricultura, mato, floresta, indústria, urbano, mas não há 10 000 ha contínuos de floresta ou mato em sítio nenhum que possam arder de uma vez e, portanto, há muitos incêndios mas o território não tem encaixe para grandes incêndios, não tem espaço para isso. Como há muita gente, muito rapidamente é dado o alarme, alguém vê e telefona para os bombeiros. Como há muita gente, há muitas corporações de bombeiros, alguém está sempre ao pé, há uma rede viária muito densa e chega-se lá depressa, portanto temos este aspeto bastante previsível, temos muita gente, muitos fogos, mas pouca área queimada. Estou a falar de, se quiserem, Gondomar, Maia ou um sítio desses. Vamos para Mação, ou Vila de Rei, ou Oleiros, ou Sertã, ou Tábua ou Arganil, e temos uma paisagem completamente oposta, muito contínua de floresta e de mato, pouca gente, população envelhecida, poucas corporações de bombeiros, rede viária muito menos densa e, portanto, temos

menos fogos que resultam em muito maior área ardida, mas são disparidades tão grandes de densidade populacional e de estrutura de paisagem que eu, como vos digo, não acredito que sejam reversíveis por decisão política. Acho que a maneira de lidar com o problema – claro que em pano de fundo estão as políticas de território e não nos podemos demitir delas e elas têm um papel estruturante, pelo menos, quanto mais não seja, para não deixar que a situação ainda se agrave mais, evolua ainda mais no sentido indesejável – mas parece-me que a capacidade mais forte e mais eficaz de intervenção estará em não continuarmos a perder a capacidade de intervir da Administração Pública sobre a gestão do espaço mais ou menos como ele se configurou neste último meio século.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Posso fazer uma interrupção?

O Sr. Prof. *José Miguel Cardoso Pereira*: – Sim, sim, com certeza.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – O Sr. coordenador dá-me licença? É hábito nesta comissão?

O Sr. *coordenador*: – Só um momento.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – É muito rápido.

Consegue estabelecer uma relação entre o despovoamento e a intensidade dos fogos florestais? Ou seja, porque o despovoamento implica atividade também, não é? Eu sei que não pode fazer uma relação absoluta, mas consegue estabelecer alguma relação entre esses dois fatores? É que isso eu não percebi muito bem.

O Sr. Prof. *José Miguel Cardoso Pereira*: – O despovoamento humano afeta o fogo essencialmente através da acumulação de combustível que se faz por falta do uso desse combustível. E, portanto, há no tempo uma relação, hoje em dia, à escala de grandes áreas do nosso território maior combustível presente, portanto maior combustível no espaço que é florestal e há outra coisa que é abandono de pequenas áreas que eram agrícolas, nomeadamente em vales de ribeiras, em estruturas com solos particularmente favoráveis, que faziam não digo que de barreira absoluta, mas eram obstáculos à propagação dos grandes incêndios. E isto não estou a falar em teoria, não estou a dizer que é capaz de ser assim. Nos últimos 20 anos, no meu laboratório, nós cartografámos 40 000 incêndios florestais em Portugal e frequentemente os confrontamos com as cartografias de ocupação do solo e percebemos, de facto, quais são as estruturas na paisagem à beira das quais os fogos param, e muitas dessas estruturas estão a perder-se. E há alturas, momentos e ocasiões em que a própria Administração Pública e o próprio processo legislativo funcionam de maneiras contraditórias: nós temos tido períodos em que financiamos a limpeza de combustíveis e financiamos a arborização de terrenos agrícolas, e portanto não é só a universidade que não fala com a Administração Pública, é um organismo da Administração Pública que não fala com os outros e há legislação a produzir externalidades negativas sobre outra legislação, também há situações destas neste processo, não é?

Um tópico que acho importante é a eficácia das campanhas de prevenção – foi a Sr.^a deputada que mencionou – e o problema da negligência e da eficácia das campanhas de prevenção. Acho que a maior parte das campanhas de prevenção não teve um alvo muito cirurgicamente identificado, eu penso que muitas campanhas são demasiado genéricas e são dirigidas às crianças ou são da população em geral. Quando a mensagem for passada às crianças, para a esmagadora maioria delas, quando elas efetivamente puderem ser agentes causadores de fogos, já passou muito tempo e a mensagem que lhes chegou quando eram pequeninos foi demasiado genérica e depois aí também há outras campanhas de sensibilização que são contraproducentes. Eu acho que o *slogan* “Portugal sem fogos” é profundamente indesejável e contraditório com a importância e o papel, cada vez maior, que estamos a querer dar ao uso do fogo como ferramenta de resolução do problema. A diabolização do fogo é um reflexo, não é um raciocínio! Dizer «O fogo é mau» é o meu cerebelo que faz, não é o meu córtex frontal! O meu córtex frontal a pensar conscientemente diz-me «O fogo é uma ferramenta», o fogo é aquilo que eu fiz dele e há o acidental que, desse, tenho de me proteger. Acho esse *slogan* contraproducente e é das campanhas de maior dimensão e mais continuadas, e que também menospreza outra dimensão do problema que ainda aqui não foi falada, que é a do milhão e meio de hectares de mato com utilização silvopastoril ainda importante e a criação de gado miúdo – cabras, ovelhas – nesse espaço é uma atividade economicamente interessante que podia ser um fator importante de valorização de espaços, que dificilmente têm outra forma de valorização económica, e o uso do fogo é uma ferramenta fundamental na gestão desses espaços. Se nós vamos criminalizar sistematicamente o uso do fogo e não prever o seu uso nessas circunstâncias, o que é que estamos a fazer? Estamos a remetê-lo para a clandestinidade e, de repente, ficamos muito surpreendidos porque aumenta o número de fogos que começam à noite. Claro, se estão em cima dos pastores durante o dia e se, em vez de se dar enquadramento técnico, apoio, informação e incorporação dessa atividade agropecuária, empurramo-la para o *dark side of the forest*, não é? E o *dark side* é a noite, e portanto de repente estamos a complicar o problema porque o conceptualizamos mal, e portanto esta é outra dimensão tão importante quando cerca de 60% ou mais da área queimada em Portugal nos últimos 40 anos, talvez dois terços da área queimada é mato, não é floresta. E não lavar daqui as mãos «Ah, é mato, então não há problema!». Não, porque começa no mato e afeta a floresta, começa no mato e afeta a agricultura, ou nem sequer começa necessariamente no mato. E porque é que há fogo no mato, porque é que ele é queimado? Eu, aos meus estudantes, não falo de fogos florestais, falo-lhes de fogos rurais porque o que arde em Portugal são cerca de 60 a 65% da área de mato, à volta de 25% de florestas – povoamentos florestais – e a agricultura anda ali abaixo dos 10%. Mas reduzir os problemas dos incêndios no território nacional às florestas é perder $\frac{3}{4}$ do problema e a perceção das causas, das consequências e das articulações que existem entre estas grandes formas de ocupação do solo.

Pronto, acho que fiz uma passagem à *vol d’oiseau*, mas isto também não dará para muito mais.

O Sr. coordenador : – Muito obrigado.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Quero fazer uma pergunta, se me permite.

O Sr. *coordenador*: – Permito com certeza, Sr. deputado.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Houve aqui três coisas que gostaria de esclarecer, mas duas delas...

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Sr. deputado, se me permite já agora – não o vou proibir de formular a pergunta – mas o Eng.º António Louro ainda não teve oportunidade de falar. Não sei se, relativamente àquilo que já ouviu – eu sei que não ouvi as perguntas, mas ouvi as respostas – se há alguma coisa que lhe ocorre dizer já, e depois então faríamos uma ronda que os Srs. deputados ainda colocariam as questões que entendessem.

Sr. Eng.º António Louro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º *António Louro* (vice-presidente do Município de Mação): – Agradeço a possibilidade de participar nesta comissão. Tenho alguma dificuldade porque não ouvi bem as perguntas todas, e portanto se alguma coisa de importante ficar por dizer, peço o favor de me lembrarem.

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Sr. engenheiro, como não teve oportunidade de contactar com a metodologia, nós prevemos que os nossos convidados tenham um tempo indicativo de 15 minutos, portanto pedia que tentasse gerir dentro desse parâmetro, porque depois às 11 horas e 30 minutos temos outra audição.

O Sr. Eng.º *António Louro*: – Eu gostava, em primeiro lugar, de salientar, mas de forma dramática – porque eu acho que o país não tem bem noção dessa situação, pelo menos com o dramatismo que ela encerra – a insustentabilidade da paisagem que nós criámos no mundo rural português a norte do Tejo. Nós criámos literalmente, nos últimos 50 anos, um verdadeiro barril de pólvora insolúvel, e temos que partir desta premissa: nós desumanizamos fortemente este território e é preciso dizer os números. Nós temos de olhar, por exemplo, para o pinhal interior sul, que são cinco concelhos – Mação, Vila de Rei, Proença-a-Nova, Sertã e Oleiros – que, em 50 anos, desceram de 250 000 habitantes para 50 000, ou seja, perderam 80% da população. Mas o grave não é perder 80% da população, é que perderam 250 000 agricultores, porque apesar de ainda lá estarem 50 000 pessoas, hoje não há lá 5000 agricultores. A agravar a situação, os proprietários saíram mas não deixaram de ser proprietários, e temos hoje um território de minifúndio com proprietários espalhados pelo mundo e pelo país, portanto muitas vezes nós vemos a legislação sair aqui do Parlamento e até parece que o país ainda lá está como era há 50 anos: com agricultores, com produtores florestais. Não existem produtores florestais na generalidade do território a norte do Tejo, existem agricultores que ainda têm algumas terras que gerem, existem profissionais liberais espalhados pelo país todo que herdaram aos pedaços, e outro ponto importante: a nossa esperança média de vida hoje é de 80 anos, o que significa que a transmissão da terra, por herança, está a chegar às pessoas quando elas têm 60 anos, portanto a terra hoje está nas mãos de uma pessoa na casa dos 75, 80, ou está a caminho do filho

que tem 55 ou 60. Não é esta gente que faz revoluções no terreno e que vai plantar árvores a pensar em 40 anos, portanto é um ponto essencial que temos de nitidamente equacionar. Basta vermos os pedidos de candidaturas às ajudas de Bruxelas que eles, nos últimos 25 anos, o gráfico faz “assim”, quer dizer, as pessoas que ainda têm alguma intervenção agrícola estão a diminuir “assim” nestes territórios, ao contrário daquelas áreas onde a propriedade não tem este impacto, em que há alguma manutenção e alguma estabilidade. Portanto, ponto um: nós temos, a norte do Tejo, um verdadeiro barril de pólvora que tem três pontos essenciais. Há 100 anos, nestes territórios, o pinheiro era residual – 100 anos –, há 50 o eucalipto não existia. Hoje, o eucalipto e o pinheiro cobrem 80% destes territórios, portanto naquilo que é um microssegundo do tempo da terra, dos climas e das paisagens, nós, nos últimos 50 anos, criámos ali um barril de pólvora que pura e simplesmente nós não vamos conseguir resolver a bem.

Segundo ponto, Portugal já tem hoje reservados os grandes fogos florestais para a próxima década e meia. Ainda que amanhã comecemos, como país, a fazer toda a legislação certa, que os bombeiros comecem a combater os incêndios todos bem, que todas as deteções tenham sucesso, Portugal, por aquilo que já fez nos últimos 50 anos, para a próxima década e meia já estão reservados todos os incêndios necessários.

Outro ponto importante: quando olhamos para a floresta a longo termo – e nós não podemos olhar para os dados dos incêndios a dois, três anos, os dados dos incêndios têm de ser olhados numa escala de 30 anos porque é esse o impacto que têm na produção, não interessa nada ter três anos de sucesso no combate aos incêndios se, a seguir, temos um ano mau. Se olharmos para aquilo que é o gráfico, tenho pena que só tenha imprimido esse gráfico e deixei-o em casa, mas vale a pena consultarem um gráfico dos incêndios florestais desde 1980 até agora, e vocês veem que nós andamos a estragar pura e simplesmente no combate, porque não temos sucesso nenhum. Nós, em 1991, em 98, em 95, temos anos maus na casa dos 200, duzentos e tal mil hectares. Nos outros, temos anos que vão correndo bem: 70, 80, 100. Depois há duas colunas que se destacam, 2003 e 2005. Vamos continuar a ter este processo, ou seja, se nós aplicarmos aquilo que é o esforço do país em termos de alocar recursos ao combate e depois ver no gráfico os seus efeitos, não há efeitos nenhuns. Na década de 80 quase não havia recursos de combate, os resultados que hoje nós estamos a ter, em termos de área, são equivalentes aos da década de 80, a área que se está a perder por ano é praticamente a mesma. Ou seja, nós nem sequer estamos a ter a capacidade, enquanto sociedade, de acompanhar a degradação que se está a verificar na paisagem. É que, na década de 80, com poucos recursos, nós tínhamos aquele resultado porque a paisagem ainda tinha algumas condições de defensabilidade. Como ela se foi agravando, nós vamos acrescentando recursos mas não conseguimos acompanhar a degradação daquilo que está a acontecer no território, porque nós hoje temos um território indefensável. Nós já temos praticamente um dos melhores sistemas de combate do mundo. O sistema de combate português e a forma como está organizado já é dos melhores do mundo. Não há perfeitos. Tem lacunas, tem áreas que se podem melhorar, tem áreas com alguma fragilidade, mas eu acho que já atingimos o limite daquilo que nós, enquanto sociedade, podemos pagar. Agora, o que temos de ver para o futuro é: se continuarmos a gastar este dinheiro e estes recursos todos só no combate e a continuarmos a fazer a prevenção que temos a fazer, isto não tem solução; ou então encaramos esta solução e pro-

curamos intervencioná-la no terreno. Agora temos de ver quem vai fazer. Onde é que estão os proprietários? Eu, por exemplo, tenho uma ZIF (Zona de Intervenção Florestal) organizada pela minha associação de produtores e eu acho que esta ZIF é paradigmática. São 1000 ha, 1000 ha naquele território são 2500 propriedades. São 600 proprietários, e imaginem isto como um ovo estrelado, em que a gema é a aldeia e a clara é a área florestal na envolvente. É disto que estamos a falar, de uma ZIF feita pelos proprietários de uma determinada aldeia e com o seu território envolvente, e então temos 1000 ha, 600 proprietários, 2000 propriedades – até aqui, nada de novo. O problema é que nós estamos a montar as ZIF com o pressuposto de que os proprietários depois vão fazer, e então chegamos à conclusão depois de inventariá-los todos – nós temos essa facilidade porque temos cadastro e é possível – 90% dos proprietários daquela ZIF não mora, sequer, no concelho de Mação. Eu vou repetir: 90% dos proprietários destes 1000 ha situados no concelho de Mação não mora sequer no concelho, e os 10% que lá moram são um conjunto de idosos que 90% deles tem mais de 65 anos. Desculpem, meus senhores, quem é que vai fazer? Só me resta um caminho: é encontrar formas de organização destes proprietários que permitam que alguém faça por eles, respeitando os seus direitos e levando-os, de livre e espontânea vontade, a organizarem-se – e isto é um ponto essencial – numa nova forma de exploração do território, porque a forma que nós usámos nos últimos séculos, de ocupação e gestão do nosso território, foi a aldeia a norte do Tejo, ou seja, uma comunidade humana que se instalava no território, vivia desses recursos, explorava-os e controlava-os. A aldeia morreu! A aldeia morreu, em grande parte, a norte do Tejo. Estão lá ainda algumas pessoas, estão lá ainda alguns idosos, estão lá, nalguns sítios mais ricos, ainda um pequeno número de pessoas que vive de alguma atividade agrícola, mas na generalidade a aldeia a norte do Tejo já não tem capacidade humana para controlar o território que lhe deu origem. Vive hoje de afetos, vive de saudades, vive de uma relação emotiva com a terra, mas já lhe virou completamente as costas. Portanto parece-me que temos de encarar, como país, que nós temos um forte problema de gestão destes territórios do interior e que as soluções do passado estão esgotadas. Importa olhar muito seriamente para aquilo que estamos a fazer com as ZIF porque estamos a matá-las lentamente, em lume branco, é um instrumento de uma força tremenda, com potencialidades tremendas e nós estamos lentamente a matá-las por falta de apoio, por falta de visão no seu desenvolvimento e temo que as consequências venham a ser muito graves porque demorou e foram necessários incêndios de 2005 e 2007 – quase 400 000 ha ardidos – para nós percebermos que tínhamos de fazer qualquer coisa diferente e para pôr em marcha o novo processo, e agora deixamos perder tudo novamente. E portanto temo que, se nós não tivermos essa capacidade de perceber essa gravidade da situação, venhamos a esgotar-nos em meros paliativos, em meros rendilhados – por exemplo os Planos de Ordenamento. Como o Sr. professor diz, e bem, são fundamentais. O país tem de perceber o que é que quer para o seu território, em termos regionais tem de detalhar isso um bocadinho, mas meus amigos: como é que nós aplicamos ordenamento em propriedades de 0,5 ha? Quando o proprietário chega aos serviços, diz «Eu tenho aqui 0,5 ha, quero fazer isto», e vamos impor o quê, linhas de infraestruturas para 0,5 ha ou, como eu já vi fazer nos serviços, que dizem assim «Não, tudo bem! Como o PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal) diz que, aqui na região, são 30% de eucalipto, então na parte de cima pode pôr 30% de eucalipto, depois pode pôr 30% de pinheiro e depois

o resto tem de deixar para outras culturas, e vamos fazer isto com 80 000 propriedades num concelho». Isto é que é ordenamento? Desculpem, não é possível. Temos de perceber que o minifúndio tem de ser encarado de frente porque o minifúndio matou a agricultura de uma forma drástica porque, não tendo viabilidade nestes territórios, a agricultura desapareceu, a seguir ao desaparecimento da agricultura, desaparece a floresta; não havendo riqueza no território, as pessoas vão-se todas embora e não fica ninguém! Dá-me a sensação que o país não tem noção da gravidade da situação que enfrenta.

Outro ponto é a questão do combate. Nós temos de perceber que, claramente, temos duas dinâmicas perfeitamente distintas nos incêndios em Portugal: a nossa estrutura é excelente para se fazer primeira intervenção. Basta olhar para os números do ano passado, por exemplo, em que nós temos 141 000 ha ardidos na época toda. Temos 99% de sucesso na primeira intervenção. Perdemos 80% da área em apenas 0,3% dos incêndios. O que é que a natureza nos está a dizer? Que nós, quando conseguimos apagar o incêndio a Nascente, as coisas correm todas muito bem, acaba a história e temos sucesso em 99% das vezes. Depois 1% das vezes, ou porque as condições do terreno não permitem ou porque os meios chegam um bocadinho mais tarde, ou porque o incêndio – raramente – começou à 1 hora da manhã, nós não conseguimos fazer uma intervenção eficaz e aí está o caldo entornado; porque aí nós temos frentes de 2 a 3 km e, meus amigos, ainda que os bombeiros digam que apagam esses fogos, não apagam. Esses fogos naturalmente acabam com uma pancada aqui, uma pancada além, ao fim de dois, três dias o vento muda, bate num incêndio anterior, bate numa linha de água com alguma dimensão, chega a uma sede de concelho, e portanto esses incêndios acabam por se apagar porque batem contra uma força da natureza. Mas nós – aí sim, a nossa estrutura precisa de melhorar, e muito – precisamos de formar comandantes nesse tipo de ocorrências. Não é a mesma coisa ser um sargento na tropa e ter um grupo de 40 homens a comandar ou ter obrigação de comandar 700 homens e 400 viaturas – não é a mesma coisa. Ele tem de perceber que, em termos táticos, tem uma realidade diferente, em termos técnicos tem um combate diferente, e nós temos de utilizar ferramentas adequadas a esse tipo de ocorrências. E se a água é uma ferramenta eficaz na primeira intervenção, nestes incêndios é só para a televisão mostrar, os helicópteros é só para o povo ficar satisfeito, porque aquilo apaga-se de outra forma completamente distinta: apaga-se com *bulldozer*, apaga-se com fogo tático, apaga-se com contrafogos, e infelizmente nós, por exemplo, ainda que tenhamos evoluído muito nesta questão do uso do fogo no combate, era essencial usá-lo com um bocadinho mais de minúcia. Os comandantes de bombeiros – os comandantes de bombeiros, não é uma pessoa qualquer –, que estão à frente no combate de um fogo, têm de ter formação no uso do fogo como ferramenta de combate. Isto era a mesma coisa que ter um cirurgião e ele não poder usar um bisturi, quer dizer, ele não pode desempenhar nem fazer bem essa tarefa se nós lhe retirarmos metade das ferramentas só porque são complicadas de usar. Temos que lhe dar formação, temos de ter níveis de exigência elevados, mas ele tem de estar perfeitamente livre para a utilizar no momento em que ele considera correto. E as *bulldozer* são outro instrumento essencial. Eu, com a minha experiência de combate – ando nisto há uns anos –, antes quero, no meu género de território de pequena montanha, uma *bulldozer* do que quero 50 carros de bombeiros, mas o país consegue mandar para lá 300 carros de bombeiros e não

consegue lá pôr uma *bulldozer*. Uma *bulldozer* hoje custa metade de um carro de bombeiros e há aqui um risco interessante que é, alguns elementos da estrutura estão a tentar levar as *bulldozer* e a tentar colocá-las lá, mas há aqui uma coisa que é preciso alertar: é que há aqui um preciosismo. Eles ligam para a proteção civil – e eu sou vereador da proteção civil –, geralmente não precisam de ligar porque nós já lá as temos, quando ligam elas já lá estão, mas para muitos concelhos solicitam à proteção civil que contrate uma *bulldozer*, e então o que é que acontece? O vereador, recorrendo aos seus contactos, contacta uma *bulldozer*, e normalmente é um empreiteiro da terra, é alguém que gosta de defender a sua terra. Vai de peito aberto porque a câmara lhe solicitou, e sabem o que é que acontece à *bulldozer*? O homem está desgraçado da vida dele. Se arder a *bulldozer*, o homem está desgraçado da vida dele porque ele, normalmente, não tem seguro contra incêndios, muito menos para utilizar uma *bulldozer* numa atividade perigosa que é o fogo florestal. E se um dia a *bulldozer* arde – e por acaso, nos últimos anos, até não tem ardido, mas é um risco elevado – e quase de certeza absoluta que vai ser o proprietário da *bulldozer* que foi, numa altura de emergência, acudir ao seu país. É um assunto que tem de ser tratado com muito cuidado, mas que não pode continuar nesta situação. O país não se pode dar ao luxo, com o risco que tem de ter estes incêndios de paisagem de milhares de hectares, de continuar a usar, com tão pouco cuidado, esta ferramenta tão importante.

Terminando, os fundos comunitários têm sido um desastre. A norte do Tejo, nós temos visto os quadros passarem ao lado. Quem tem tirado partido essencialmente dos quadros para a floresta são, ou as indústrias para se equiparem, ou os madeireiros para comparem equipamento, ou o tecido fundiário a sul do Tejo. O sobreiro tem tirado excelente partido das medidas porque tem dimensão, tem escala, tem organização. O território a norte do Tejo, pura e simplesmente tem visto passar as ajudas ao lado porque elas não estão minimamente adequadas quer às necessidades, quer à realidade. Plantar hoje pinheiros, imaginem isto: um proprietário herda a terra de seus pais, finalmente, com um papel passado para ele poder fazer uma candidatura aos 60 anos; lembra-se de ir fazer um projeto para deixar qualquer coisa organizada aos seus filhos. Portanto, quando os pinheiros tiverem 30, 40 anos, ele tem 90, 100, portanto ele não está a trabalhar para ele. Ele não está a ter uma atividade que seja interessante, do ponto de vista económico, para ele – está a pensar na geração seguinte.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Sr. coordenador, só para dar uma nota, não é para fazer uma questão, só para dizer que se antes destas intervenções estávamos com uma expectativa, depois ficámos mais preocupados, portanto é muito importante que o que aqui nos foi hoje dito e referido, pelos três intervenientes, acho que se tivéssemos começado por estas audições no início dos trabalhos, se calhar até teria tido mais utilidade para questionar algumas das questões que foram relacionadas com o trabalho dos serviços e de alguns dos atores que estão no terreno. Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado. Dou a palavra ao Prof. Francisco Rego. Faça favor.

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Eu estive também a fazer o exercício, talvez fosse útil hierarquizar-se três medidas de prevenção fundamentais que, já agora, ficariam registadas e, antes da intervenção do Sr. Eng.º António Louro, a primeira medida para mim seria a gestão florestal das ZIF e dos grupos de baldios que aqui nunca foram falados. Eu julgo que, tanto uns como outros são obrigados, e fizeram um esforço muito grande em Plano Florestal, em Planos de Utilização de Baldios, houve já um esforço de tentar perceber quais eram as suas lógicas e essa tem de ser uma intervenção geograficamente interessante; eu julgo que essa deveria ser a primeira prioridade porque estamos a falar de áreas que são 500 000 ha para grupos baldios, 800 000 ha para ZIF, se conseguirmos ter essas componentes fortes do território sujeitas a Plano de Gestão Florestal e concretizadas no terreno, julgo que era fundamental e, para isso, era criar todos os mecanismos que estavam previstos, não é preciso inventar nada julgo eu, é questão das associações florestais, e dos sapadores florestais que lhes estão associados, estarem envolvidas, dos Municípios estarem envolvidos, de ser feito o cadastro, portanto há aqui assim um conjunto de peças que, se forem canalizadas para o apoio às ZIF e grupos de baldios, o país ganharia imenso com isso e, sobretudo, o próximo quadro comunitário deveria, julgo eu, dar um ênfase muito prioritário a essas áreas.

Uma segunda área, que me parece fundamental, é esta formação sobre o uso do fogo, esta julgo ser absolutamente fundamental tanto na prevenção como no combate e aqui, digamos, tem de se distinguir o que poderá ser o corporativismo do que é exigência e eu julgo que não se pode prescindir minimamente da questão da exigência. Quer dizer, portanto, muitas das acusações que julgo injustas, feitas sobre o corporativismo, são questões de exigência e julgo que não podemos transigir minimamente nas questões da exigência tanto na prevenção, no uso do fogo na prevenção, como no uso do fogo no combate. Julgo que essa é uma peça essencial porque senão arriscamo-nos a destruir o próprio instrumento que queremos potenciar. É um risco que não podemos correr e julgo que essa é uma ênfase que tem de ser dada, muito grande.

Uma terceira área, que julgo fundamental, é a questão da biomassa, acertar o que deverá ser a lógica pública de apoio à utilização da biomassa e associá-la, como estava originalmente previsto, a esta externalidade positiva que é a redução dos incêndios florestais; se não for isso, de facto, as centrais de biomassa, maiores ou mais pequenas, estão a funcionar exatamente ao contrário daquilo que deviam estar. Julgo que estas três áreas são áreas em que a Assembleia da República poderia intervir e que me parecem fundamentais e que são de médio e longo prazo.

Finalmente só um registo, a questão dos ciclos temporais em que estas coisas funcionam. Julgo que a região do globo onde estas situações podem ser mais bem descritas é o este da Austrália. No este da Austrália, há 50 anos, depois de grandes incêndios, fizeram uma comissão parlamentar da *Commonwealth*. Depois disso fizeram um quadro de acompanhamento em que houve a utilização do fogo controlado sobretudo na gestão de muitas daquelas áreas, muitas delas com eucaliptos, com interesses de conservação da natureza e algum de proteção, mas sobretudo de conservação da natureza e há 50 anos que mantêm a mesma lógica de que cerca de 5% a 10% da área era palco de fogo controlado que ia reduzindo o combustível sistematicamente, portanto todos os resultados que víamos e todas as imagens que víamos, da

Austrália, eram da costa leste, com grandes incêndios, etc. A costa oeste estava relativamente poupada porque manteve durante várias décadas a mesma lógica. Essa lógica, vítima do seu próprio sucesso, está a ser um pouco abandonada, dizem que o fumo poderá ser contraproducente e quando se retira essa lógica recomeçam automaticamente os incêndios, a natureza regula o processo; se nós não o regularmos, a própria natureza o regula e, portanto, o problema está por aí. Precisamos de uma política com estabilidade, julgo que há um conjunto de áreas em que há unanimidade, a Lei de Bases da Política Florestal, o setor florestal é um setor, felizmente, com grande unanimidade em termos de opções políticas, as ZIF, os grupos de baldios, são tudo áreas em que há unanimidade e esta questão do uso do fogo também é fundamental.

Uma última palavra, o esforço de formação que se fez nos GAUF (Grupos de Análise e Uso do Fogo) – uma formação muito poderosa e que os pôs ao nível do que se faz noutros países, na Califórnia, na Austrália, na Argentina, etc. – foi sendo descaracterizada e isso tem influências muito grandes na efetividade do combate, porque tira de um setor importante uma ferramenta que é fundamental, que os fogos combatem-se sobretudo, digamos, a água tem grandes limitações e estas ferramentas, que são fundamentais, têm de ser exigentes mas têm de ser cada vez mais utilizadas.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado. Não sei se o Prof. José Cardoso Pereira quer intervir, faz favor.

O Sr. Prof. *José Miguel Cardoso Pereira*: – Sim, uns minutos. Queria sobretudo reforçar uma coisa que se o Sr. vereador António Louro mencionou relativamente aos grandes incêndios e à eficácia atual do sistema de combate. De facto, ultrapassam o limiar dos 100 ha de área uma percentagem mínima de fogos...

O Sr. Eng.º *António Louro*: – 196 em 18 000.

O Sr. Prof. *José Miguel Cardoso Pereira*: – Pois, estamos abaixo de 1%, portanto o sistema de primeira intervenção é extremamente eficaz. Agora, outra leitura deste problema: numa média, olhando e trabalhando como nós fizemos com 30 anos de dados, em cada ano mais de 80% da área queimada em cada ano ocorre num período de 12 dias – de 10 a 12 dias – portanto o fogo é um fenómeno que ocorre com uma brutal concentração, quer no espaço, quer no tempo; são meia dúzia de grandes incêndios que fazem uma época muito má, e são 10 a 12 dias que fazem uma época muito má. Isto, para mim, é dos argumentos mais fortes que podemos ter para investir mais na prevenção, para equilibrarmos mais a coisa, porque só podemos combater aqueles fogos quando eles estão a acontecer. Só os podemos combater naqueles 12 dias, a prevenção podemos fazer o tempo todo e, portanto, a capacidade de distribuir os recursos faseadamente e de intervir de forma planeada, está do lado da prevenção. O combate é a emergência que nós não controlamos quando acontece e que tem estas características de concentração absolutamente brutal e, portanto, ter um sistema permanentemente dimensionado – ou nem digo permanentemente, mas durante três ou quatro meses no ano – para responder a picos de atividade desta dimensão, é incomportável, o que nós temos de fazer é

intervir no território, na prevenção, para que o território não suporte nem proporcione que ocorram estes picos de atividade. Voltando a fazer analogia, como já fiz antes, com outros setores de preocupação da sociedade, imaginem o que seria se 80% das solicitações ao Serviço Nacional de Saúde durante um ano ocorressem em 12 dias. Como é que era? Se 80% do tráfego que circula nas estradas portuguesas o fizesse em 12 dias, durante um ano? Os sistemas rebentavam completamente, portanto o que se está a fazer no combate é de facto notável, o grau de sucesso já é notável, mas a natureza do fenómeno é esta: o que importa são meia dúzia de eventos extremos. Quando trabalhamos estatisticamente o assunto, para caracterizar a distribuição dos tamanhos dos fogos, que são meia dúzia de fogos enormes e milhares de fogos minúsculos, usamos uma ferramenta que se chama distribuição estatística e usamos a distribuição de pareto truncada, que é a distribuição que se usa para caracterizar as desigualdades dos rendimentos nos países de terceiro mundo, onde temos meia dúzia de hiperbilionários e uma população completamente empobrecida. São os mesmos descritores estatísticos que nos caracterizam estes fenómenos, meia dúzia de fogos gigantescos e 25 000 minúsculos, muito deles abaixo de 1 ha e, portanto, a concentração num fenómeno extremo faz com que o combate tenha estas enormes limitações, mesmo quando é extremamente eficiente apanha... no ano 2003, 1% dos fogos foi responsável por 90% da área queimada, portanto 200 fogos foram responsáveis por arderem 400 000 ha, os outros 19 800 fogos foram responsáveis por arderem 40 000 ha. Agora, claro que é muito difícil melhorar a eficiência de um sistema que está a responder a 90%, a 95%, a 99% dos eventos e, portanto, o esforço socialmente eficiente e útil tem de ser mais deslocado para fazer com que o território não dê oportunidade a que estas situações meteorológicas extremas se traduzam em eventos desta dimensão, porque depois a meteorologia não escolhe e estão a acontecer 5, ou 8, ou 10 ao mesmo tempo, com a dispersão de meios, que não é: «Nós temos não sei quantos homens, a época de incêndios são 120 dias, portanto a coisa está distribuída.»; não, não é assim! Durante a maior parte do tempo passa-se muito pouco e depois há 10 a 15 dias em que se perde o controlo da situação. Faz-me lembrar a descrição que se faz da vida de um militar, que são longos períodos de tédio interrompidos por episódios de terror, isto é o que se passa aqui. São longos períodos em que não se passa grande coisa e, de repente, abre-se a porta do inferno e é muito difícil e pouco eficiente intervir exclusivamente na emergência, sem ter feito muito trabalho a montante para prevenir que a emergência possa assumir carácter tão extremo.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Muito obrigado. Sr. Dr. António Louro, depois o Sr. Prof. Francisco Guerreiro quer...

O Sr. Prof. *Francisco Guerreiro*: – O estrangulamento das ZIF, Sr. deputado Miguel Freitas. É muito simples, o país fez uma lei em que quis “meter o Rossio na rua da Betesga” e diz que nós precisamos de organizar, em todo o país, independentemente da propriedade, precisamos de articular os proprietários entre eles e precisamos de uma estrutura tipo condomínio; e depois a lei, ao mesmo tempo, até no seu introito, diz que precisamos de caminhar para a gestão, precisamos de melhorar a gestão e acabámos por meter as questões de condomínio, de interesse de articular proprietários em todo o território na mesma lei que prevê estruturas de gestão

comum desse território. Então, o que é que a lei fez? O que a lei, de forma enviesada – porque tem medo da gestão comum – diz: «Isto não presta, porque tem aqui gestão comum, isto não me interessa» e há muita gente que tem interesse, tem dimensão, tem escala, que não necessita efetivamente da gestão comum, esses ficam contra a lei no seu todo, esquecendo aquela parte inicial que lhes fazia muita falta, que era o condomínio, porque há lá partes na lei que não gosta; aquelas zonas em que se percebe que o que precisamos é de estruturas de gestão mais eficazes, caminhar nesse sentido, olham para aquilo e percebem que é uma estrutura de condomínio e pouco mais, com uma alínea que abre a porta à gestão, portanto a lei – metendo tudo da mesma forma embrulhada – assusta uns e outros; a mim não me preocupa porque a lei, mesmo como está, dava para nós fazermos caminho. Acho que nesta renovação que está prevista, podia-se ter separado isso, clarificar na lei, dizer assim: «Não, todas as ZIF nascem de condomínio, elas pretendem fazer aquilo que é basilar, que é articular proprietários numa determinada região para fazer aquilo que é comum». O que é que é comum? Aceiros, manutenção de caminhos, pontes de água, uma vigilância mais apertada, coisas que são de interesse comum, com a filosofia de que cada um gere a sua propriedade. Isto é transversal a todo o país, esta necessidade. Depois, deveria ter uma alínea que dissesse: «Naquelas regiões onde houver proprietários que estejam interessados em dar o passo seguinte, então as ZIF passarão a outro nível» e, portanto, tínhamos um nível de exigência para os aderentes ao condomínio, e outro nível de exigência, perfeitamente claro e separado, para a gestão; portanto o proprietário podia dizer: «Isto interessa-me, sim senhor, mas vou ficar aqui no condomínio. Aqueles, se quiserem, que continuem para a gestão» e separávamos os problemas. Não, temos as coisas muito embrulhadas, não estão claras de perceber e não estão claras de ultrapassar. Espero que nesta revisão que aí vem se consiga clarificar isto melhor, passámos muito tempo – eu, pessoalmente, passei muito tempo – a tentar pôr uma alínea a falar claramente de «gestão total», agora vai ser provavelmente transformada em «administração total», acho que é uma perda de tempo mudar uma palavra que custou tanto a chegar lá e que estava interiorizada, que era «gestão total do território» para «administração total», é só uma complicação que fica e que acho que não valia a pena. O que embrulhou mais as ZIF foi o facto deste quadro comunitário ter sido elaborado não contando com elas, ou seja quando a figura das ZIF estava robusta, em termos jurídicos, em Portugal, já o quadro estava desenhado, então fomos às alíneas todas das ajudas e dissemos: «Há uma ajuda para a floresta, para fazer intervenções em caminhos» e acrescentou-se «vírgula, e as ZIF até têm prioridade» e depois fomos à outra que dizia: «Podem-se fazer intervenções em pinhal bravo», «vírgula e as ZIF têm prioridade». Meus amigos, isso não funciona porque essas medidas foram pensadas da perspectiva do proprietário individual e as ZIF têm de olhar para o coletivo. Tem de gerir e tem de integrar 2000 propriedades de 600 proprietários. Resultado: ninguém conseguiu utilizar, a não ser fazendo ali umas engenharias para conseguirem fazer de conta que tal e coisa, e conseguiram fazer algumas candidaturas, os outros não. Se este próximo quadro comunitário contar com uma figura estruturante difícil de gerir, complexa como as ZIF, prever uma coisa que é essencial, que é projetos de território, nós não precisamos de intervenções parciais por culturas, precisamos de projetos de território e uma das coisas que eu acho para a qual a ZIF até devia caminhar era no sentido de deixarmos, por exemplo, na fase de condomínio falarmos da ZIF (Zona de Intervenção Florestal) e, na

fase de gestão total, falarmos na ZIT (Zona de Intervenção Territorial), multicultural, de modo a poder explorar as várias valências do território, e não apenas a floresta.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Na sua opinião, o que está a ser construído responde a essa questão?

O Sr. Prof. *Francisco Guerreiro*: – Não. Ainda não, infelizmente ainda não. Gabinetes Florestais, eu acho que ganhariam numa lógica porventura multimunicipal, dependendo da área florestal desses concelhos. Eu, por exemplo, sou de um concelho que tem 40 000 ha, nem dois técnicos dão conta daquilo, portanto se ainda tivesse de partilhar esses recursos com outro concelho que também tem 40 000 ha de área florestal, tínhamos de ter um gabinete com 10 ou 15 técnicos...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – A minha dúvida era se um gabinete com um técnico é a mesma coisa que um gabinete intermunicipal com dois técnicos.

O Sr. Prof. *Francisco Guerreiro*: – É preferível, se calhar, um gabinete intermunicipal com dois técnicos, do que um gabinete só com um técnico municipal. Só que no meu concelho, por exemplo, nós já tínhamos gabinete florestal antes de haver legislação e de haver gabinetes florestais, e nunca tivemos um, e neste momento temos três, portanto foi um bom projeto, que importa não deixar cair, mas acho vergonhoso que os municípios em Portugal, para tratar daquilo que é uma competência sua, que é a Gestão e o Ordenamento do Território, do seu território rural, tenham de ter uma ajuda dos contribuintes portugueses, através do gasóleo, para ter um técnico da área florestal. Os municípios – e eu sou vice-presidente do município de Mação, não tenho pejo em dizer isto aqui – é uma vergonha que tenham que ir “sacar” dinheiro ao Fundo Florestal Permanente para ter nos seus quadros um técnico da área florestal, quando não precisam de ajuda para os engenheiros civis, arquitetos, ação social, não precisam de ajudas para área nenhuma, mas para a área florestal só é viável se tiverem ajuda do Fundo Florestal. Peço ao Parlamento que olhe para isso com cuidado porque a importância do Fundo Florestal era podermos fazer coisas com aquele dinheiro, que não tínhamos instrumentos financeiros para o fazer. Tornámo-lo perfeitamente refém das obrigações comuns do Estado. O Programa de Sapadores é importante, mas “come” grande parte do dinheiro do Fundo Florestal Permanente e nós não temos dinheiro para fazer aquelas coisas extraordinárias como, por exemplo, era fazer uma ZIF modelo no país, 2 milhões de euros para termos uma ZIF modelo de gestão total, onde testássemos a dificuldade legal do processo, quais os contratos que têm de ser elaborados, como é que temos de interagir com os proprietários, onde pudéssemos ganhar experiência a resolver problemas antes de mandar a lei para o país, no seu todo. Eu ando há 10 anos a tentar que me arranjem 2 milhões de euros para fazer uma ZIF modelo de gestão total e este país não consegue, mas consigo ver que este país gasta 80 milhões de euros no combate. Se somarmos 10 anos a 80 milhões de euros, estamos a falar de 800 milhões de euros.

Corporativismo no fogo controlado, tenho a impressão que sim. Importa que uma técnica daquelas não fique refém de meia dúzia de pessoas, ainda que seja de difícil utilização, de

rigoroso controlo, não podemos estar num fogo à espera de uma equipa que está a 300 km e que ainda está a acabar outra intervenção. Uma das importâncias do fogo no combate é o momento, por isso é que digo que tem de ser o comandante dos bombeiros local a ter formação, ele não pode estar uma hora à espera porque cinco minutos depois já não vai dar! Tem de ser naquele minuto em que ele vê: “É agora, aqui há condições, vou pôr os carros todos aqui, tem de ser agora”, se ele estiver meia hora à espera, podem vir os técnicos melhores do mundo, que já não chegam a tempo.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado. O Sr. Prof. Francisco Rego quer fazer uma observação. Seja breve, estamos muito atrasados. Tem a palavra.

O Sr. Prof. *Francisco Rego*: – Uma é exatamente esta necessidade de formação, por exemplo, o fogo controlado é um termo que usamos para a prevenção e não para o combate, portanto só a esse nível é importante perceber que estamos a falar, se calhar, de coisas diferentes, portanto julgo que a informação é fundamental, mas a última nota era a questão da escala. Para primeira intervenção a escala local, dos bombeiros locais é fundamental, estamos bem, não há aí grandes problemas; depois, a partir do momento em que a ocorrência ganha dimensão, a escala espacial é completamente diferente. E a escala temporal também, quer dizer é muito difícil um comandante de bombeiros ter alguma experiência de incêndios de grande dimensão quando eles ocorrem uma vez, eventualmente, na sua vida, quer dizer ele pode não ter assistido a coisa nenhuma. Qual é, geralmente, a solução para esta questão? É passar a formação de uma escala local para uma escala espacial bastante maior. E aqui julgo que era fundamental criar a escala europeia, uma coisa que não estava aqui ainda equacionada, mas que para a gestão de grandes incêndios a escala europeia deveria ser fundamental e, sobretudo, os mecanismos de intervenção e comuns, o MIC e os outros mecanismos, deviam prever essa situação porque, como são eventos muito raros e não simultâneos – quando está a arder... grandes catástrofes na Grécia, não está em Portugal, quando em Portugal, não está na Itália, etc. – se houver mecanismos de intervenção e de apoio que, neste momento, são apenas os aviões, que são o menos efetivo, o que seria mais barato e que poderia, de facto, ser mais efetivo era a criação de mecanismos intervenção para combate de grandes incêndios florestais a nível europeu. Aí, sim, julgo que poderia ser muito mais útil do que esta troca, apenas, dos aviões; seria muito mais barato, julgo que seria muito mais efetivo e já há competências para isto instaladas nos vários países. Isto permitiria que comandantes mais especializados do nosso país pudessem intervir e assistir à gestão de grandes incêndios noutros países e ganhar, com isso, a formação que era necessária para a eventualidade de um acontecimento destes em Portugal.

O Sr. *coordenador*: – Sr. professor, muito obrigado.

Terminamos esta audição, quero agradecer ao Prof. Francisco Rego, ao Prof. José Cardoso Pereira e ao Eng.º António Louro a contribuição que nos deram, que creio que foi extraordinariamente interessante. Se virem interesse em fornecer-nos algum elemento escrito que considerem relevante, agradecemos, e está concluída esta audição, passaremos à próxima dentro de breves instantes. Já cá estão os nossos convidados para a audição seguinte. Muito obrigado.

AUDIÇÃO

PROF. DOUTOR JOAQUIM SANDE SILVA

(Escola Superior Agrária de Coimbra)

ENG.º DOMINGOS PATACHO

(Representante da QUERCUS)

ENG.º JOÃO CAMARGO

(Representante da LPN)

22 DE FEVEREIRO DE 2014 (2)

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Muito bom dia, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 5 minutos.

Alterámos um pouco as coisas porque o Prof. Joaquim Sande Silva só agora se pôde juntar a nós – agradecemos muito a sua presença – é professor da Escola Superior Agrária de Coimbra, e temos também connosco para esta audição o Eng.º Domingos Patacho, da Quercus, e o Eng.º João Camargo dos Santos, da Liga para a Proteção da Natureza.

Ora bem, a metodologia que temos seguido é a seguinte: os Srs. deputados colocarão questões que entendam pertinentes – segundo a nossa metodologia 5 minutos a cada um dos Srs. deputados para poderem colocar as questões que entendam – e depois prevemos uma intervenção de 15 minutos para cada um dos nossos convidados – isto indicativamente. Portanto, se concordarem com esta metodologia, convido os Srs. deputados a colocar as questões que entendam e depois então passamos às vossas intervenções. Vamos por ordem decrescente, Sr. deputado Pedro Lynce quer começar – vamos deixar o senhor relator para o fim.

Sr. deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. *Pedro Lynce (PSD)*: – Começo por cumprimentar os nossos colaboradores, que eventualmente serão talvez a coisa mais importante. Provavelmente, acho que talvez valha a pena dizer que nós não estamos aqui para crucificar ninguém, estamos apenas a procurar – tanto quanto possível, sob o ponto de vista legislativo – algo que possamos mudar, de modo a atenuar os efeitos dos fogos, e confesso sinceramente que seria fácil termos aqui uma série de perguntas que se podiam fazer, designadamente ordenamento, prevenção, uso de fogo controlado, formação e investigação, enfim, há aqui uma série de coisas. Sinceramente, em 5 minutos, e para não estar a demorar muito, vou apenas – com toda a franqueza – escolher uma, e a escolha, como vocês calculam, é o ordenamento, nomeadamente o aspeto da prevenção. Há uma pergunta que já foi feita por um colega meu, mas eu penso que eles não se vão importar, tanto mais que nós temos trabalhado em conjunto, porque 5 minutos – como vocês calculam –,

atendendo à importância da matéria, é pouco, que era o papel da política florestal em relação ao ordenamento, era isto que eventualmente... o que é que vos parece, se há correções a fazer, se não há correções a fazer. Limito-me, neste momento, já pus aos outros colegas anteriores outras situações, fogo controlado, e estou certo de que os meus colegas provavelmente vão cobrir toda a matéria de modo a que não ultrapassemos os 5 minutos, está certo?

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Quero saudar os nossos convidados e o facto de se disponibilizarem a dar-nos aqui a opinião e o conhecimento que têm sobre esta matéria. Eu deixava ficar aqui duas ou três questões muito focadas na área sobretudo da parte das áreas protegidas, do Parque Nacional da Peneda-Gerês e algumas questões que já nos foram aqui também trazidas por algumas das pessoas que já ouvimos aqui. Nestas áreas – porque são áreas protegidas ou porque é um parque nacional – há susceptibilidades ambientais e há questões mais prementes que numa área de exploração florestal diferente onde, obviamente, se não está classificada, é porque é possível fazer aí um tipo de exploração florestal que não tenha tanto que ver com a preservação dos aspetos mais importantes da área ambiental. Não estou a dizer se está bem ou mal, estou apenas a dizer só por causa disso. Foi-nos colocado aqui, sobretudo por alguns dos incêndios ocorridos no Parque Nacional da Peneda-Gerês em áreas classificadas de reserva total, que os incêndios acabaram por ter algum progresso exatamente porque não é possível, ou a legislação não permite, intervenções anteriores no âmbito da prevenção. Ora, gostava de ouvir a opinião de quem é muito desta área – porque é fundamental nós termos aqui todos os dados em cima da mesa para podermos conversar – é se, às vezes, nesta questão da prevenção total, e no caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês há ali situações muito complexas, não só por questões de natureza da flora mas também até por causa da vida animal – estou-me a lembrar por causa do lobo por exemplo, até – se não era necessário termos aqui algum planeamento um pouco diferente. Não estou a expressar nenhuma opinião, quero que fique claro, estou apenas a pôr a questão.

Depois a outra matéria, que gostava de ouvir a vossa opinião, tem que ver com o uso de algumas ferramentas que são muito defendidas por muitas pessoas e que eventualmente causam também questões ambientais, nomeadamente fogo controlado e contrafogo, porque o fogo é um elemento que, sendo natural, nalgumas circunstâncias é uma agressão a muitos aspetos da questão ambiental. Agora se ele, na vossa perspetiva, é um instrumento que deve ser utilizado, e esta utilização não só como forma de supressão, como meio de combate, mas também como meio de prevenção, nomeadamente fazendo na gestão de combustíveis, eliminando-os previamente a uma altura em que ele seja eliminado descontroladamente. Gostava de ouvir a vossa opinião relativamente a estas duas matérias.

O Sr. *coordenador* (*António Filipe*): – Sr. deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Começo por cumprimentar os nossos convidados e tenho três ou quatro questões mais genéricas, porque sei que também o relator do grupo colocará questões mais incisivas relativamente a algumas matérias.

A primeira é: gostava de ouvir a vossa perspetiva sobre a relação das políticas florestais com esta problemática dos incêndios, porque nós recorrentemente ouvimos dizer que temos mais incêndios, ou que são incêndios mais intensos, o problema teima em não se resolver, mas que as responsabilidades são das alterações climáticas, é dos incendiários e pouco se fala na responsabilidade das políticas florestais e das opções florestais para o nosso país, e por isso gostava de ouvir uma boa opinião sobre isso, nomeadamente agora que estamos num processo de fomento florestal, até com este decreto-lei da florestação e da reflorestação – claramente um processo de fomento florestal quando não está resolvido ainda a montante o processo de uma gestão adequada. Por outro lado, também neste processo, como é que se articula aqui as fileiras florestais, nomeadamente o problema e a relação entre a comercialização e a produção, e que efeito é que isso tem numa correta gestão florestal.

A segunda questão tem que ver com os modelos, nomeadamente os modelos de combate. Qual é a vossa perspetiva, o modelo assenta numa múltipla intervenção, há um conjunto grande de estruturas e de entidades que intervêm em matéria de incêndios florestais – se isso vos parece que é correto e se está a funcionar bem essa articulação, por outro lado – e também, prendendo-se diretamente com as entidades de caráter ambiental, aqui há uns anos houve a opção de acabar com o corpo de guardas florestais, o que nós vimos no território é que os guardas florestais tinham um conhecimento como nenhuma outra estrutura depois veio a ter – em termos de conhecer o território, de conhecer os acessos. Por outro lado, o ICNF também já nos disse aqui que a entidade que define ou que é responsável pelas políticas florestais não ter um instrumento no território também não era o mais correto – isto relativamente aos modelos.

Terceira questão: relativamente à questão do abandono do mundo rural e o êxodo rural, que relação é que isto tem com estas matérias, porque o que nós vemos, olhando para os dados estatísticos, é que o maior número de ignições e nos distritos onde há um maior número de ignições é aqueles onde até, contrariamente, há um menor número de área ardida, e por isso que efeito e qual a importância da ocupação do território para intervirmos nesta matéria.

Por último, como também é sincero naquilo que é a vossa área de atuação, qual é a relação que existe neste momento. Nós já ouvimos anteriores oradores sobre esta matéria, qual é que é a relação entre a produção de conhecimento do nosso país e depois a definição das políticas ou das estratégias para a intervenção, se isso está a ser feito de uma forma correta ou se isso não existe e que efeitos é que tem.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada Helena Pinto, que colocar questões?

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – A seguir.

O Sr. *coordenador*: – A seguir? Sr. deputado Miguel Freitas que é o relator deste grupo de trabalho – e por isso ficou para o fim – mas depois a Sr.^a deputada Helena Pinto, que acabou de chegar, terá oportunidade também, querendo, de colocar outras questões.

Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Quero agradecer, naturalmente, também a vossa vinda e começar pelo dispositivo. Nós temos um dispositivo de combate que é claro, que conhecemos, com uma diretiva, mas não conhecemos qual é o dispositivo que existe em matéria de prevenção estrutural, isto é, existe uma diferença marcada entre a forma como se vê o combate, da forma como se vê a prevenção estrutural. Temos um conjunto de instituições que intervêm neste processo, mas não temos um nível de integração que, do meu ponto de vista, seria desejável. Gostava de ouvir o vosso comentário e a forma como devemos organizar, do ponto de vista institucional, a questão da prevenção estrutural.

Segunda questão: de forma organizada, no território, temos três grandes áreas: área pública, ZIF e baldios. Sobre estas três grandes áreas, digamos, existem planos de gestão florestal. Qual é, do vosso ponto de vista, os estrangulamentos que têm existido para que, nestas áreas, as coisas evoluam?

Terceira questão: responsabilidade civil, e coloca-se muito no quadro da questão que aqui foi colocada pelo Sr. deputado Abel Baptista relativamente às questões da limpeza de matos, da limpeza do uso do fogo, e da ação coerciva que se pode e deve ter relativamente a esta matéria. No fundo, qual é o limite da responsabilidade do proprietário, porque as questões que colocaram são muito pertinentes isto é, há áreas onde o proprietário não deve limpar – é pelo menos assim que são as indicações do ponto de vista ecológico – até onde é que vai a responsabilidade civil e quem é que deve supervisionar a fiscalização. Essa é uma ação essencialmente militar ou o ICNF deve ter aqui um papel mais preponderante relativamente a essa matéria?

Quarta questão: construção da rede primária. Qual é o papel que o ICNF deve ter nessa matéria? Isto é, nós sabemos que o ICNF nesta altura só tem competência nas suas áreas – nas áreas públicas –, sabemos que as ZIF têm responsabilidade na sua própria área, sabemos que os baldios têm responsabilidade, mas depois existem mais cerca de 2 milhões de hectares que não têm nenhuma entidade gestora desse território. Como é que o ICNF deve atuar – se deve atuar – nessa área na construção da rede primária, se é que do vosso ponto de vista a rede primária é estruturante e deve ser concretizada na medida daquilo que está programado.

Não vou colocar as questões do uso do fogo porque me parecem muito bem colocadas da forma como o Sr. deputado Abel Baptista colocou na perspetiva da conservação da natureza, já que estamos aqui com duas entidades que têm uma sensibilidade especial para essa matéria.

Formação: quando falamos de fogos e em formação, falamos de formação de bombeiros. Ora bem, os outros agentes que intervêm nesta matéria – desde a prevenção até ao combate – todos os outros, não têm um défice maior de formação que os bombeiros? Isto é, nós devemos carregar a tónica do discurso da formação na escola de formação de bombeiros ou devemos encontrar aqui também uma maior incidência ao nível da formação das outras entidades?

Finalmente a componente da investigação, essa muito mais dirigida ao Sr. Prof. Sande Silva. Investigação dos fogos florestais se, do seu ponto de vista, aquilo que se tem feito é suficiente, e se existe ou não uma articulação entre a oferta e a procura. Basicamente, se essa articulação existe e se existe uma proximidade entre a oferta e a procura, nesta matéria dos fogos florestais.

O Sr. *coordenador*: – Não sei se a Sr.^a deputada Helena Pinto quer colocar já as questões. Sr.^a deputada Heloísa Apolónia, pretende colocar alguma questão agora?

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Peço imensa desculpa porque me atrasei, e entretanto...

O Sr. *coordenador*: – Ou então vamos fazer o seguinte: vou dar a agora a palavra aos nossos convidados, e depois se houver mais alguma questão...

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Posso colocar só assim em 30 segundos...

O Sr. *coordenador*: – Pode Sr.^a deputada, se quiser.

A Sr.^a *Heloísa Apolónia* (“Os Verdes”): – Duas questões, eu depois colocarei outras eventualmente ou ouvirei naturalmente com atenção. Só gostava de saber que impacto é que consideram que pode existir, do regime de arborização e rearboração nesta matéria que aqui nos interessa, e portanto os incêndios florestais.

Eu gostava também de saber, ao nível das campanhas de prevenção que conhecem, qual é a eficácia que julgam que podem ou não ter relativamente ao fim que pretendemos atingir, e por outro lado, gostava de saber qual é o impacto que, na vossa perspetiva, as políticas que têm gerado um despovoamento no mundo rural, têm ao nível do impacto dos incêndios florestais.

Pausa.

O Sr. Prof. *Sande Silva*: – Bom, são muitas perguntas e provavelmente não vou cobrir todas, mas permitam-me fazer uma pequena introdução antes de entrar nas perguntas diretamente. Eu vou fazer uma citação de um relatório da FAO de 2010 que diz o seguinte: «Os países que reportaram maior percentagem de área ardida durante o período em apreço (...)» – que ia de 2003 a 2008 se não me engano – «(...) foram o de Chade, o Botswana, o Gana, o Senegal e Portugal», ou seja, ao nível dos incêndios florestais nós estamos literalmente no terceiro mundo, e eu acho que isto é algo que nos devia envergonhar a todos, isto sem estar aqui a “apontar o dedo” a ninguém em particular. Portanto estamos literalmente no terceiro mundo em matéria de incêndios florestais. É bom, sobretudo quem tem o poder de decidir e de tomar decisões que, se quiserem eu envio o relatório aos Srs. deputados, é na pág. 75, e portanto, eu já participei em muitas reuniões destas, em muitos congressos, em muitas palestras, dou aulas de incêndios todos os anos, portanto fala-se muito no país, escreve-se muito, legisla-se muito, mas aquilo que se faz resulta nisto: somos um país terceiro-mundista em matéria de incêndios, e eu até me atrevia a dizer mais, em matéria de floresta.

Dito isto, vou tentar então responder a algumas questões. Política *versus* ordenamento foi o deputado Pedro Lynce. Eu acho que a política tem que ver com tudo, não é? Portanto eu também para colocar a questão em termos muito redondos, acho que, de facto, tem havido

falta de vontade política para resolver as questões e colocar o “dedo nas feridas”. A palavra ordenamento é uma palavra perfeitamente oca e vã enquanto nós não conseguirmos sequer saber quem são os proprietários que temos no território nacional. Pronto, portanto está arrumado, não falo mais de ordenamento, não vale a pena falar mais de ordenamento sem passarmos por essa fase, que também revela o terceiro-mundismo do nosso país, porque tentem encontrar um país na Europa onde o Estado não sabe quem são os donos das terras. Tentem encontrar, não há paralelo.

A questão do fogo controlado, colocada pelo Sr. deputado Abel Baptista. Eu dou aulas de fogo controlado na escola, temos inclusivamente um curso de especialização tecnológica que dá credenciação em fogo controlado. Agora a verdade é que o fogo controlado tem os seus gurus, tem os seus defensores acérrimos e incondicionais, que acham que o fogo é uma panaceia que pode resolver as questões da prevenção e do combate, e de facto as coisas não são bem assim. Aliás, vinha a falar com o Domingos Patacho antes de vir para aqui e há que repensar muito a questão de reduzir os combustíveis com fogo, ou seja, eu vou tentar ser acessível – não ser muito hermético na linguagem que vou usar –, mas as comunidades vegetais progredem num determinado sentido e portanto têm uma determinada evolução, de acordo com aquilo que nós designamos como sucessão ecológica. Quando nós colocamos fogo, nós estamos a regredir na sucessão ecológica, e portanto estamos a voltar ao início, ou seja, estamos a causar algo que não é sustentável durante muito tempo, porque rapidamente – sobretudo nas regiões mais produtivas do norte – aquela vegetação vai novamente atingir o mesmo estado que tinha antes. Ou seja, é apenas um paliativo durante algum, enfim, é uma solução durante algum tempo, mas que não é duradora. Se nós pensarmos ao contrário, e que está muito de acordo com a matriz cultural do país, diga-se de passagem, portanto somos um país essencialmente – como diz muita gente – de pastores e não de lenhadores, portanto fomos destruindo as florestas ao longo dos anos e pastoreando a vegetação que daí resultavam e portanto está muito de acordo com a matriz cultural do país. Nós preferimos sempre queimar a ter árvores altas e a formar florestas sombrias. Agora, o que nos ensinam muitos trabalhos que têm sido publicados, quer em Portugal, quer no estrangeiro, é que há soluções no sentido oposto, ou seja, de ir no sentido de evoluir na sucessão em vez de regredir na sucessão ecológica, no sentido de termos uma floresta madura, com árvores com uma copa mais ou menos fechada e de espécies que são nossas, que são nativas, que nos dão bastantes garantias de termos ali uma zona defendida contra o fogo. Estou a falar de florestas de carvalhos ou de florestas ripícolas de linhas de água, e portanto enquanto nós continuarmos a queimar, não vamos ter florestas dessas. Ou seja, haveria que pôr... e eu não estou a dizer que sou contra o fogo controlado, agora não sou a favor de uma generalização do fogo e acho que, mesmo inclusivamente em termos de dinheiros públicos e de programas de apoio, se devia pensar muito na recuperação da floresta existente e tentar avançar na sucessão ecológica, em vez de estarmos constantemente a regredir, já que essa é uma solução que não é sustentável no tempo.

Eu vou ter que saltar aqui algumas coisas, mas eu vou pegar aqui numa questão do Sr. deputado João Ramos que referia – e que depois também foi referida pela Sr.^a deputada Heloísa Apolónia – sobre a questão do êxodo rural *versus* incêndios. Portanto, o que nos dizem também vários trabalhos, e eu estou a tentar fundamentar-me naquilo que tem sido investigado

e que tem sido escrito é que, quando há pessoas, há incêndios. A zona do país onde há mais ignições é precisamente a zona do país mais populosa, que é a região entre Douro e Minho. Por outro lado, as zonas do país onde mais arde, onde há mais área queimada, são precisamente aquelas onde não há pessoas. Isto são dois aspetos do problema e nenhum deles é menos importante que o outro, porque o facto de nós termos um recorde de ignições a nível de toda a Europa – e duvido que haja também muitos países no mundo que nos igualem em termos relativos, portanto número de ignições por mil habitantes, ou se quisermos número de ignições por 1000 ha de floresta – é um dos “calcanhares de Aquiles” que temos e que invalida muitos dos esforços que se fazem a nível do combate, porque faz dispersar os esforços de combate, obriga a que os bombeiros saiam de um fogo, não consigam fazer o rescaldo e vão imediatamente para outro, e portanto dias com 300, 400 ignições – como é frequente ocorrer em muitos períodos críticos – são impossíveis. Como dizia um secretário de Estado do Governo anterior, «O sistema nessa altura entra em rutura», ou seja, nós precisamos absolutamente de resolver o problema das ignições e não o vamos conseguir resolver através de soluções relacionadas com as outras vertentes, portanto temos de ser incisivos na aplicação da legislação – eu acho que passa muito por aí. A sensibilização, acho que se tem feito um esforço bastante grande de sensibilização, pelo menos desde há uns anos para cá, passou a haver um programa coerente e consistente de sensibilização com o mesmo *slogan*, com as mesmas imagens que passam, portanto deixámos um bocadinho o percurso errático que havia em termos dos programas de sensibilização, mas temos de facto de ser mais incisivos na aplicação da lei, e incisivo é, quando a pessoa não cumpre, ser penalizada por isso, portanto não consigo ver outra forma de dar a volta ao problema.

Entrando aqui nas questões do Sr. deputado Miguel Freitas, a questão da integração da prevenção *versus* combate. A integração está numa figura que se chama Sapadores Florestais, portanto é o único agente em Portugal que integra as duas valências, consegue fazer combate e faz prevenção estrutural também. Os bombeiros não fazem prevenção estrutural, só fazem combate, a GNR não faz prevenção estrutural ou, tanto quando sei, não será significativo, os canarinhos também não fazem prevenção estrutural. Bom, na AFOCELCA – que é um outro agente que faz parte do dispositivo nacional – esses aí sim, também fazem prevenção estrutural e combatem, é um bom exemplo de integração do combate com a prevenção.

Quanto à questão se é necessário ou não, é absolutamente necessário, é impensável que as pessoas vão combater incêndios para a florestas sem estarem minimamente ligadas à outra componente de prevenção, e portanto também não estou a imaginar pormos os bombeiros a limpar matos com motorroçadoras, mas alguma coisa deverá ser feita no sentido de integrar as duas vertentes, acho que elas não devem estar desligadas.

A questão das figuras que existem onde pode existir alguma gestão mais racional do território, acho que era essa a ideia dos baldios, das ZIF e o Sr. deputado Miguel Freitas falou de...

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Das áreas públicas.

O Sr. Prof. Sande Silva: – ... e das áreas públicas, exatamente. Os baldios, por muita gente, são considerados áreas públicas, enfim, depende um bocadinho da interpretação que se faz, mas

falando das matas nacionais. Em relação aos baldios eu não tenho muito conhecimento, mas sei que as comissões de gestão dos baldios – as comissões de compartes – não têm funcionado muito bem em termos de uma perspectiva sustentável de gestão florestal, portanto têm visto a floresta um bocado como um mealheiro de onde vão tirar rendimentos sem depois reinvestirem esses rendimentos, e isto tem que ver muito com questões culturais também. Nas matas nacionais – eu aqui queria dar uma palavra de defesa em relação às matas públicas –, ainda agora, acho que foi ontem que mais uma vez se vinha a “bater no ceguinho” de que as matas públicas são mal geridas e que o Estado não quer saber. Eu gostava de ver mais matas públicas no país. Onde é que nós encontramos uma Mata Nacional do Buçaco, ou um Parque da Pena, ou uma Mata de Albergaria no Gerês, ou sei lá, *N* propriedades públicas onde de facto se defende o interesse público e os serviços públicos que devem ser prestados à floresta. Se forem olhar para a Tapada de Mafra, está rodeada de eucaliptos; se forem olhar para a Mata do Buçaco está rodeada de eucaliptos, eucaliptos que terão a sua função em termos dos benefícios que dão ao proprietário, mas não prestam serviços públicos em termos de lazer e noutras questões. Se não estão melhor geridas é porque de facto o dinheiro do Estado é curto, e isso é uma coisa que nós já sabemos e depende do Governo saber se é ou não estratégia investir mais dinheiro na Mata Nacional de Leiria por exemplo, bom é uma questão...

Em relação às ZIF, de facto é o grande falhanço das políticas florestais dos últimos anos porque foi uma grande ideia que surgiu depois dos incêndios de 2003, aliás, que já estava presente tanto quanto me lembro na Lei de Bases da Floresta, acho eu – aprovada em 96 se não me falha a memória, para aí – e que depois, com a aflição dos incêndios de 2003, voltou a ser pegada, mas foi um falhanço completo. Eu fiquei chocado quando cheguei a uma ZIF em Mação, que é um concelho paradigmático em termos dos esforços e dos investimentos que têm sido feitos, quer em termos de prevenção estrutural, quer a outros níveis na área dos incêndios, quando me disseram, «Pois isto é uma chatice, nós queríamos que isto funcionasse mas temos que ir pedir licença a cada um dos proprietários para que ele nos autorize a limpar o terreno dele para instalarmos a rede primária», então mas andamos aqui a brincar claramente, andamos aqui todos...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Mas isso depois da legislação?

O Sr. Prof. *Sande Silva*: – Não era das ZIF, claramente, era da legislação que enquadra o funcionamento das ZIF. Eu sou um académico, não conheço em detalhe a legislação que o regulamenta, mas sei que há entraves fortes ao funcionamento e mesmo à criação das próprias ZIF. “Encher a boca” como já ouvi várias vezes nos órgãos de comunicação, que já temos perto de 1 milhão de hectares de IFE, é a mesma coisa que enfim “beber um copo de água”, porque é completamente inconsequente, são palavras ocas, que as leva o vento.

Eu estou mesmo a atingir o limite do meu tempo, vou aqui a seleccionar mais qualquer coisa para dizer durante este minuto que me resta. Investigação, que é uma coisa que me toca mais de perto. Articulação da oferta vezes a procura. Eu acho que nós sabemos muito, neste momento, sobre incêndios, e muito sobre floresta. Há claramente lacunas, também há bocado vinha a falar com o Domingos Patacho que, por exemplo, há trabalhos científicos que com-

provem o papel dos diferentes tipo de floresta na projeção de fagulhas e na geração de focos secundários de incêndio, que é um problema grave em termos de combate. O Domingos citava-me há bocado relatos de focos de incêndio que aparecem vários quilómetros depois da frente de fogo. Isso é um problema bastante grave em termos de combate e isto normalmente aparece associado aos eucaliptais, mas são apenas conhecimentos empíricos, até agora ninguém conseguiu desenvolver um trabalho científico que permita comprovar e quantificar isso claramente. É um exemplo mas que, neste momento, é difícil encontrar muitos exemplos de grandes lacunas de conhecimento em termos de incêndios e em termos nomeadamente do comportamento das espécies perante o fogo. Acho que se aprendeu muito, sobretudo neste período desde 2003 para cá. Houve dinheiro que foi canalizado para a investigação, e enfim, eu não devia estar a falar nestes termos porque vivo também um bocado dos dinheiros que são canalizados para a investigação na área dos incêndios, mas claramente que há coisas: por exemplo, neste momento estou a dirigir um projeto da IFCT sobre a regeneração natural do eucalipto. O eucalipto é uma espécie que está naturalizada no nosso país e que já não precisamos do esforço dos proprietários para que ele se expanda – ele já se expande naturalmente – e temos constatado que está bastante ligado à ocorrência de incêndios. Isto para vos dar um exemplo de um trabalho que está neste momento a decorrer e, já agora, para enquadrar melhor o problema, isto depois trata-se de um problema grave em termos de prevenção estrutural porque muitos desses povoamentos onde ocorre regeneração de eucalipto, são povoamentos que são abandonados pelos proprietários. De acordo com um dos últimos inventários, já havia mais de 150 000 ha de povoamentos mistos, ou seja, os prioritários instalam, depois não querem saber mais e aquilo fica lá, mas fica mesmo, e além de ficarem as árvores-mães, ficam também as árvores-filhas. Isso depois, misturado com a restante vegetação, é uma “dor de cabeça” muito grande em termos estruturais. Ali à volta de Coimbra ardeu em 95, ardeu em 2005, voltou a arder em 2012 e supõe-se que aquilo vai continuar a arder periodicamente porque é uma situação à qual não se vê fim nenhum, são pequenas propriedades de proprietários que já não querem saber das parcelas deles, e portanto aquilo vai continuar e é um ciclo de fogo que está ali instalado.

Eu fico-me por aqui, porque já tomei mais tempo do que aquele...

O Sr. *coordenador*: – Dou a palavra ao Eng.º Domingos Patacho que pertence à Quercus, como sabem.

O Sr. Eng.º *Domingos Patacho* (Quercus): – Em nome da Quercus, agradeço o convite. Eu tenho acompanhado um pouco destas áreas, apesar de não ser investigador, porque estou a coordenar a área das florestas e, de facto, também já cá viemos algumas vezes para comissões eventuais e parlamentares, mas acho que é sempre importante. Eu ia tentar dar uma resposta muito sucinta às questões, penso que consegui tirar anotação de todas as questões que os Srs. deputados colocaram. De facto, o assunto é complexo, como o Sr. Prof. Sande Silva aqui referiu. Às vezes é difícil resolver, mas consegue-se minimizar e não estamos a conseguir, e de facto estamos com estas notícias do relatório da FAO a dizer que estamos ao nível dos países africanos quer dizer, não honra ninguém e não é por falta de haver bons investigadores, de haver bons

gestores, de haver proprietários que gerem bem, não haver leis – porque também existem leis boas – portanto há aqui alguma coisa que não funciona bem. E o que não funciona bem, o que nos viemos a ver que é questão da recorrência do ciclo de incêndios que, de sete em sete anos ou de seis em seis, torna a arder, seja ao pé de Coimbra, às portas de uma cidade, seja no resto do interior do país, é que de facto não há o tal ordenamento – porque não se sabe de quem é que são os terrenos – e além de não saber de quem são os terrenos, é de facto a política florestal que está desajustada, e nesse sentido não se pode apostar só numa espécie. De facto existe uma grande fileira, no caso das celuloses, que apostam no eucalipto e não há um problema por aí, o problema é que nós, se formos ver, só o Grupo Portucel Soporcel e Altri Florestal têm pouco mais de 160 000 ha de eucaliptos geridos por eles, e temos mais de 840 000 ha de eucalipto além Portugal, o que quer dizer que há cerca de quase 600 000 ha que são de pequenos proprietários, de médios proprietários, em que muitos deles plantam eucalipto e, passado 10 ou 12 anos, vão lá cortá-lo e não fazem absolutamente mais nada – não cortam mato, não gerem, não fazem nada. Isso é um risco em termos precisamente da questão dos focos secundários, que foi aqui falado, é uma questão que não está muito estudada em Portugal e nós tínhamos interesse nisso, e também já falámos um pouco com o Sr. Prof. Sande Silva, mas também com o Sr. Prof. Xavier Viegas – que é talvez a pessoa em Coimbra que tenha mais informação sobre o assunto – no sentido de ser preciso mais investigação nessa área. O que existe, por exemplo na Austrália, está provado que a projecção aérea – são os materiais, folhas ou casta de eucalipto –, no caso em que vai voar... em que o *record* máximo foi 27 km, que provocou um foco secundário. Está bem que isto é exceção, nós sabemos que cá não vai a 27, mas nós detetámos cá que centenas de metros é frequente, a centenas de metros da frente de fogo, e eu o ano passado detetei uma parte de uma folha de eucalipto a 8 quilómetros da origem do incêndio com meia hora – portanto não era de um grande incêndio – e se eu não visse, eu não acreditava, e eu sou técnico florestal e não acreditava, mas eu vi-a cair, sabia onde é que estava, fui medir, fui ao incêndio e fui medir aquilo tudo. Portanto é preciso mais investigação aí, porque quando nós temos um comportamento de fogo e quando ardem os carvalhos e os sobreiros, as folhas caem logo ali e não provocam focos secundários, e temos uma espécie, como é o eucalipto, em que provoca focos secundários, provoca morte dos bombeiros, provoca perda de vidas humanas, de bens públicos e privados, nós temos de pensar melhor no ordenamento florestal: onde é que está, como é que está, se deve estar acantonado, se deve ter aceiros à volta, se deve ter terrenos agrícolas, eventualmente, pastagens com aproveitamento económico para os agricultores, para acantonar as monoculturas, que são essências – mas eu não me vou dispersar mais nesta teoria. Vou tentar responder diretamente às questões.

Sobre a questão que o Dr. Pedro Lynce colocou da política florestal, penso que já lhe respondi aqui.

Sobre o Sr. deputado Abel Baptista, o Parque Nacional da Peneda-Gerês – portanto, reserva total – que é difícil, pelo menos a ideia do combate aos incêndios, por ser uma área protegida com um tipo de reserva integral, com uma proteção total, pergunta se não devia de existir outro planeamento.

Acho que isto também é uma grande falácia – eu peço desculpa de dizer isto. De facto, nós ouvimos os bombeiros dizer isso e vem na comunicação social, «(...) que não temos acessos».

Pois é, mas onde há acessos também arde muito. A A25 esteve, pelo menos, duas vezes cortada o ano passado, com os fogos a passarem por cima da A25 e a A1 esteve também cortada.

Quer dizer «então mas há acessos no litoral e também arde?». Logo isso é uma falácia. A questão que temos de ver é que, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, mas junto a norte, na mata de Albergaria onde esteve a arder o ano passado... um pequeno parêntesis numa situação que eu acho que é relevante, que é ao nível não tanto da prevenção mas do sistema de combate, em que a Autoridade Nacional de Proteção Civil devia melhorar e muito. É que o incêndio que, por acaso, não sei exatamente o dia em que foi mas está na *Internet* e a *Quercus* tomou posição, vinha assumido nas listas de ocorrências da Autoridade Nacional de Proteção Civil como começando às 6 horas e 38 minutos da manhã... eu achei «Eh pá, isso foi o único campista que foi para lá». Quer dizer, às 6 horas da manhã no cimo da serra quem é que lá está? E nós viemos a saber, por fontes oficiais, mas à “boca fechada”, que o incêndio tinha começado às 3 da tarde do dia anterior, não tendo entrado no sistema e esteve a arder o parque nacional. E na lista de ocorrências vinha o curral não sei de onde, mas não vinha o parque nacional que estava a arder.

Repare, em termos da importância do que existe, temos das poucas florestas de freixos que são *habitats* florestais da diretiva *Habitats*, nós agora estamos com um projeto, um *live* precisamente, para identificar e gerir nessas áreas, na serra da Estrela e na serra do Gerês.

Portanto, o problema ali é: pode ter alguma gestão, ou seja, o facto daquela questão da reserva integral não se puder tocar, deverão ser áreas mínimas, áreas de proteção muito limitadas, há áreas que devem ser geridas mas com conta, peso e medida, que é como a motorroçadora, não se pode lá meter um trator ou um *bulldozer*, pode-se ir lá aos sapadores florestais e fazem uma faixa de contensão para salvaguardar os freixos, os carvalhos centenários e tudo o mais, e portanto poderá haver medidas de gestão, sem dúvida que sim, nós já passámos um pouco essa fase do protecionismo total, porque se não de facto é difícil travar os incêndios, mas temos de abrir acessos. Abrir acessos num maciço granítico? Quantos milhões de euros é que custava abrir um caminho florestal com quatro metros? E ardia tudo na mesma, quando estivessem ventos fortes.

Portanto, a serra do Gerês é só granitos, quer dizer, abrir lá um caminho para quê? Para ser usado uma vez de dez em dez anos, quando há lá um incêndio? É preciso desmistificar um pouco isto.

Sobre a questão do fogo controlado, apesar de não ter falado muito com o Sr. Prof. Sande Silva sobre o assunto e também nem sabia que ele ministrava formação nesta área, eu próprio gostava de ter, temos também muito a mesma opinião, que é a seguinte: há alguns interesses e pessoas extremamente competentes na área que defendem o fogo controlado como a resolução problema, mas não é. Não é uma panaceia. É importante como ferramenta de gestão, como se faz na serra da Lousã em algumas áreas e parcelas, sem dúvida que é, mas não pode ser aplicada a 3 milhões de hectares ou a 6 milhões de hectares, não pode, não tem lógica em termos de emissões, em termos... lá está, há regeneração natural a seguir, mas também há impactos sobre alguma da fauna, pequenos mamíferos, de insetos, de tudo e depois também há a erosão dos solos porque fica desprotegido, portanto temos de ter alguma cautela. Deve-se usar nalguns sítios, a questão mais do fogo tático também tem toda a lógica mas tem de ser muito bem aplicado – parece que o ano passado também houve aí algumas falhas.

Sobre a questão do Sr. deputado João Ramos associada aos incêndios, falou também no decreto-lei da florestação que, é o famoso regime de arborização e rearborização, que no fundo é de fomento florestal. Pois, isso aí a Quercus tomou posição, ainda ontem foi promovida uma plataforma com várias ONG e especialistas, mas aqui o João Camargo está mais com essa área, poderá falar para contestar. Isto só para dizer o seguinte e nós já viemos aqui à Comissão Parlamentar de Agricultura referir – eu pessoalmente não tenho nada contra o eucalipto – a questão do regime de arborização foi um processo mal conduzido. Nós tivemos entre maio e junho de 2012 uma consulta pública, a única sessão de esclarecimento foi feita depois do fim da consulta pública e, venham dizer o que disserem, era o que estava no *site* do ICNF ou da AFN na altura, e portanto não foi minimamente trabalhado ao nível dos vários atores. Tanto é que, se não, a indústria não estava contra o regime de arborização ou parte da indústria, tirando as celuloses, não sei quantas ONG, não sei quantos especialistas, portanto é porque, de facto, não foi bem trabalhado e podia ter sido, e nós avisámo-lo na fase da consulta pública há um ano e meio atrás, não foi só agora. E portanto, se não houver uma alteração bastante significativa, de facto não vai nada contribuir nem para o ordenamento florestal, porque o que acontece... e a Sr.^a ministra referiu-o a semana passada no *Portugal pela Floresta*, na Gulbenkian, a quem lá esteve: «Ah, é uma excelente ferramenta de controlo». Pois, é de controlo administrativo, vai-se controlar, vai-se monitorizar a expansão do eucaliptal e dos incêndios, mas o Estado não vai controlar nada porque, na prática, a menos de 2 ha comunica-se – faz-se um processo – mas não há forma, mesmo que seja um eucaliptal sobre o rio Mondego como eu já vi, os serviços do ICNF dizerem: «Não, aqui não porque não pode ser uma preparação do terreno para instalação de eucalipto, por causa da erosão sobre as estradas, sobre os rios.», não há forma de dizer que não, portanto é apenas controlo administrativo, não tem nada de ordenamento a dizer: «Não se pode ultrapassar 70%, 80% de monoculturas e ter outras faixas de contensão, com sobreiros, com carvalhos, com freixos, com outras espécies também produtivas, castanheiro seja o for.» Portanto não vai em nada nesse sentido, e os planos regionais de ordenamento florestais, agora há a nova regulamentação que saiu – como sabem, melhor do que eu – mas também é um problema que não funciona, porque ou suspendem-se as metas, como aconteceu há dois ou três anos, na prática faz-se um plano bonito mas não se cumpre – lá está, porque os proprietários ou estão na Suíça, ou na França, ou em Lisboa –, e deixam o território do centro do país em regeneração e depois arde e continua, portanto este regime de arborização só veio aumentar a expansão da monocultura do eucalipto e uma das consequências: vai aumentar claramente a propagação dos incêndios, porque quando se deixa plantar eucaliptos em terrenos agrícolas nos vales, que eram as faixas de contensão naturais aos incêndios em pastagens, e se podem lá plantar eucaliptos e se a monocultura se vai colmatar em centenas ou milhares de hectares, os fogos, quando entram lá, só podem ser maiores, além dos focos secundários das projeções.

O modelo de combate articulação, penso que foi também o Sr. deputado que falou, também é verdade. Há um colega nosso que também é especialista neste assunto e diz, e nós acreditamos: «Os atores locais devem estar envolvidos», ou seja, quando um incêndio toma uma dimensão, está duas horas a arder, vem o comandante distrital da Proteção Civil Nacional, «Sim, sim», mas não conhece o local. Podem ter meios logísticos e tecnológicos, mas não conhe-

cem, e aí é fundamental, no trabalho antes dos incêndios nesta altura do ano, no inverno, é principalmente com as juntas de freguesia, ou a junta ou quem na junta de freguesia delegue o conhecimento de conhecer o território – seja da Associação de Caçadores, seja da Quercus, seja dos proprietários florestais, seja do gestor dos baldios – que é quem conhece o território naquela freguesia, tem de dar apoio ao comandante operacional que está no terreno, tem de dizer: «Eh pá, eu conheço este caminho, vai dar ali, ali foi feito o ano passado a gestão de matos e aqui não foi, e ali podem entrar com os carros e aqui não podem, porque senão ficam lá como ficaram em Penacova quatro carros no fogo de uma tarde», que é inacreditável. E portanto não podem ser só as patentes: vem o comandante e «Eu é que sei e eu é que mando». Sim senhora, e deve mandar porque aí tem de haver uma hierarquia, mas tem de estar assessorado não só por técnicos florestais – seja do ICNF, dos municípios – mas com quem conhece melhor o terreno, e essas pessoas têm de ser identificadas previamente, não é quando está a arder. Ao nível das comissões municipais têm de dizer “Quem é que conhece o território que é para, quando começar o incêndio, tem de chegar ao posto de comando e dizer assim: eu sou a pessoa tal da junta de freguesia de que quer que seja” e para não serem escoraçados, como, em Ourém, o presidente da junta disse que, numa comissão municipal, foi escoraçado pelo comandante distrital, correu-o de lá para fora. Quer dizer, não se faz isto a um autarca que é eleito. Enfim, portanto, muita coisa aí a fazer.

Corpo Nacional da Guarda Florestal extinto, o ICNF diz que, no fundo, não tem a sua forma de fiscalização. Isso é a mesma coisa que, às câmaras municipais, extinguem os fiscais municipais ou fiscais de obras, licenciam as construções mas depois não têm ninguém para ver se está licenciado ou não. O que é que ia acontecer? Claro que iam expandir-se as construções ilegais – é óbvio, não é? Agora, o Corpo Nacional da Guarda Florestal que existia estava, de facto, um bocado caduco. Há dez anos precisava de formação, de valorização, de elementos novos. Quando foi integrado no SEPNA (Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente), nós achamos que o SEPNA nem é importante mas tem muitas abrangências ao nível de controlo da poluição, dos óleos alimentares usados, da floresta, da caça, de tudo e mais alguma coisa que, de facto, não se conseguem dividir para tudo. Enquanto a Guarda Florestal estava de prevenção no terreno, iam lá perguntar o que é que se estava a fazer, a GNR, se não for por denúncia, não vai lá, e isso, é preciso ver, é um custo que nós temos. Nós sabemos que agora com a crise é difícil retomar uma Guarda Florestal para o ICNF – sem dúvida que é difícil – mas no futuro tem de se pensar como é que se consegue ter um braço operacional para ver se as medidas de defesa da floresta contra incêndios estão a ser cumpridas ou não.

Abandono do mundo rural, também já se falou um pouco.

A questão do número de ignições, eu penso que o ano passado não sei se foi só o distrito do Porto, mas isto em termos de dados prévios não interessa muito, estava com 30% de ignições no fim de julho, 30% das ignições dos incêndios a nível nacional era no distrito do Porto, e não é a maior área ardida, mas porquê? Porque estão lá pessoas, aquilo é só “estradinhas” e caminhos, e qualquer pessoa faz fogueira no quintal e pega fogo ali à mata, aquilo depois tem 1 ha de área ardida, dois, dez quer dizer, normalmente não são centenas de hectares. E portanto aqui o que é que é preciso, o Prof. Sande Silva também disse, é: já há aquela campanha de sensibilização, mas tem que ser ainda reforçada e massiva, portanto não pode ser só tipo aquele Movi-

mento ECO – que é as empresas contra o fogo – não. Têm de ser todos, têm de ser as empresas, têm de ser os políticos, quem que ser a administração, têm de ser as autarquias, têm de ser as associações empresariais, ONG de Ambiente, todos, porque só assim é que se consegue fazer uma campanha verdadeiramente mobilizadora. Muitos dos incêndios, e isto custa a crer e vai haver informação entretanto, não é para já porque nós não estamos a acompanhar na ótica das ignições provocadas, [começam] por exemplo por beatas de cigarro, há muita gente que não acredita, e quando eu vejo na autoestrada um fogo a começar junto à A1, ninguém para lá o carro para pegar o fogo, e o fogo não veio de fora, não há outra explicação. O laboratório de incêndios florestais na Lousã está a fazer estudos sobre isso, e de facto está a provar que há muito mais ignições do que aquelas que se pensavam, e aí tem que ver com o comportamento cívico. As pessoas vão no carro, mandam a beata fora e depois veem em casa na televisão: «Eh, que fogo, malandros deviam ser presos (...)» e não sei quê. Se calhar foi a pessoa que pegou o fogo, portanto há aqui um problema cívico, se não for uma campanha mobilizadora... Acho que aqui, esta casa, é talvez a principal para votar um pouco as instruções; não pode ser só o ICNF, o ICNF pode coordenar – obviamente que sim, não é a questão – mas tem de ser abrangente, tem de abranger todas as entidades da sociedade civil, porque se não for assim não se consegue controlar isto. Como estou a terminar o meu tempo, vou tentar ser mais rápido.

O dispositivo de combate, também concordamos com o Sr. deputado Miguel Freitas neste sentido, o combate está relativamente organizado apesar de muitas vezes não incluir os órgãos locais quando está a arder, mas prevenção estrutural supostamente é o ICNF mas não se conhece, não funciona bem, aí não há grandes dúvidas.

Áreas públicas, baldios, ZIF, atenção que o Estado gere as áreas públicas nas matas nacionais, cerca de 2%, nos baldios parte deles estão perímetros florestais em cogestão, portanto o Estado, e também o ICNF, deve gerir e muitas vezes não gere. Eu dou só um exemplo de má gestão: o perímetro florestal do Buçaco com a questão do mato, não foram cortadas as árvores, perderam-se milhões de euros, em madeira, para o Estado, e agora está um acacial lá a regenerar, porque foi mal gerido, nós defendemos que seja uma mata nacional ou um perímetro, mas tinha que de feita uma boa gestão. Como a Mata Nacional de Leiria que tem as árvores caídas há um ano em determinados sítios, que não se percebe ao fim de um ano como é que não houve capacidade de retirar as árvores. Concordamos que deve haver mais áreas públicas, mas de preferência, minimamente, geridas, mesmo que não tenham uma grande intervenção. De constrangimentos e nos ZIF sim, a questão da regulamentação das ZIF, quer dizer, ou é muito simples ou, se vamos pôr a balizar em hectares e não sei quê, quer dizer, não funciona.

Responsabilidade civil, qual o limite do proprietário? É uma boa questão, eu se calhar não ia responder muito. Sim, o proprietário tem de facto responsabilidade, a questão mesmo dos 50 m que agora tanto se fala e a multa na hora que é uma questão, enfim, devia-se pensar bem no assunto porque a multa na hora é normalmente quando a GNR manda parar um carro, porque quando o proprietário está na Suíça ou em Lisboa, como é que é multa na hora se não há cadastro, não é? Portanto é difícil. Ele tem responsabilidade, mas é de facto difícil de implementar. Mas é importante que se faça a gestão dos 50 metros em termos de Proteção Civil e salvaguarda, claramente que sim, e seja quem for, sejam as câmaras, seja a GNR, tem de se melhorar

essa intervenção. Nós fizemos queixa o ano passado à Procuradoria-Geral da República sobre o assunto e a queixa chegou esta semana e, de facto, como não dissemos exatamente onde é que foi a falha, em que município, pronto, não foi arquivado mas “caiu em saco roto”. Pois, claro, não se cumpre em quase todo o país, faz-se faixas que são combustíveis nalguns locais, mas não na integridade que se fala de todas as faixas da rede viária, rede secundária, não se faz muito na parte do território. Também é verdade que é demasiado exigente a legislação nesse sentido, porque são milhões de euros para cada município fazer o cumprimento dessas medidas. Portanto, a fiscalização, sim, a GNR, sem dúvida, se funciona melhor, não seja por isso. Rede primária, sim. A rede primária – como o professor também disse – seja nas ZIF ou na rede primária, como é que o ICNF deve atuar? Penso que foi o Sr. deputado Miguel Freitas. Tem de ser por edital, nos PRODER já aconteceu, ou seja, de facto se o proprietário não se conhece, não foi um perímetro florestal ou um baldio que se saiba qual é que é a entidade gestora, ou deve haver na regulamentação, tem 20 dias para fazer determinada gestão. Se não faz, há um edital e pronto, e a forma de edital já tem sido usada no PRODER, não sei se foi para os mosaicos ou para umas faixas, eu não domino tanto essa área, portanto vai ter de ser. É claro que o proprietário privado não gosta muito dos editais, o proprietário privado tem sempre um peso grande neste país, mas vai ter de ser pelo menos como segundo recurso. Se a pessoa não faz, tem de ser por edital e depois pode ser feito numa empreitada.

Formação, sim, sem dúvida. Os bombeiros têm formação e deviam ter mais vezes, mas não são os culpados do problema, devia haver mais formação na questão do fogo controlado, mais formação noutras áreas.

Na investigação também já falei. A questão dos focos secundários, tem de se apostar mais na investigação, precisamente, no comportamento da floresta a arder. No caso dos carvalhos, dos sobreiros, são espécies que também ardem, mas, normalmente, não ardem tanto e muitas vezes o fogo não é muito intenso e eles rebentam; no caso dos sobreiros, quando têm cortiça, rebentam no ano a seguir, tira-se a cortiça e eles estão lá, mas alguns também morrem quando a intensidade do fogo é muito forte, obviamente; mas é totalmente diferente do eucaliptal e de alguns pinhais, principalmente o *pinus halepensis* que lança as pinhas, uma espécie que foi introduzida cá na serra da Boa Viagem e nas zonas calcárias do litoral. Portanto, é uma espécie que não se deve usar, achamos nós, não é autóctone, não tem interesse para produção de madeira.

Para terminar, Sr.^a deputada Heloísa Apolónia, [sobre o] impacto do regime de arborização também já falámos um pouco, quer dizer, tem de ser mesmo alterado, porque se não nós vamos estar a monitorizar comunicações prévias e projetos de arborização e depois estamos a ver tudo a arder – quer dizer, nós, o ministério – mas depois o país, não tem lógica, quer dizer, aquilo tem que ser mais participado e a Assembleia da República tem um papel essencial. Não é não se poder plantar eucaliptos, eles têm de se plantar nalguns locais, mas não pode ser em todo o lado, na reserva agrícola, nos vales, sem faixas de contenção, sem nada.

Pronto, a campanha de prevenção já tinha dito, tem de ser muito mobilizadora e nós estamos disponíveis mas tem de ser abrangente a várias entidades. Política de despovoamento do mundo rural, foi o que aconteceu nos últimos 30 anos, eu lembro-me por exemplo de Vila de Rei, ardeu 80% em 1986, o primeiro grande incêndio, tornou a arder cerca de 80% em 2003, e

passaram 11 anos e está pronta a arder, esperemos que ninguém oiça, mas está pronta a arder outra vez, para o ano, mas aquele pinhal que lá está de regeneração podia ser gerido, podia ser gerido com fundos do PDR – cortar, desbastar, dava pinheiros para a indústria de serração, dava biomassa, dava estacas, dava tudo. «Não há cadastro em Vila de Rei!», ah pois não quer dizer, as coisas têm de se resolver, não há cadastro, mas aquilo são territórios ao lado de Castelo de Bode, uma reserva estratégica que abastece 3 milhões de pessoas e aquilo tem de ter lá floresta, preferencialmente de pinheiro ou de folhosas e não pode ter eucaliptais em grande massa, como têm em parte da área.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Eng.º Camargo dos Santos, tem a palavra. Pertence, como sabem, à Liga para a Proteção da Natureza.

O Sr. Eng.º *João Camargo* (LPN): – Vou fazer só aqui, mais ou menos, as dobras ao Sr. Prof. Sande Silva e ao Sr. Eng.º Domingos Patacho. O Sr. Prof. Eugénio Sequeira era para estar aqui hoje, ele infelizmente não pôde, teve uma emergência familiar, e manda-vos os cumprimentos. Eu vou tentar andar nos seus grandes sapatos.

Bem, muito já foi dito pelos meus colegas, nós temos participado ativamente na questão da temática dos incêndios florestais. É importante observar a realidade, acho que em termos de diagnóstico há uma grande coerência entre os vários diagnósticos apresentados, e depois uma total falta de coerência nas soluções apresentadas perante esse diagnóstico. Também falando de relatórios que falam sobre incêndios, eu acho que era importante remeter-vos para o relatório EFFIS encomendado pela Comissão Europeia ao *Joint Research Center* sobre os incêndios na Europa Mediterrânica, no Médio Oriente e no norte de África. Fica muito claro, tal como o Sr. Prof. Sande Silva tinha indicado, elevadíssimo número de incêndios florestais comparáveis com o Chade, o Botswana, o Gana e o Senegal – estou aqui a fazer batota –, mas se compararmos com territórios e com sistemas climáticos semelhantes ao nosso, Portugal é de longe o país que tem a pior circunstância, em comparação com Espanha, França, Itália e a Grécia, com o maior número de ignições de todos, de todos estes países, e com o segundo maior nível de área ardida e, pior do que isso, o único que nas últimas décadas agravou todos estes indicadores, isto é, aumentou o número de ignições e aumentou o número de área ardida, ao contrário de todos os outros países onde, por exemplo, aumentou o número de ignições em dois deles, mas mesmo a manter o número de ignições reduziu o número de área ardida. Se considerarmos as provisões mais modestas de alterações climáticas indicadas por exemplo pelo ICNF, apontam para um aumento do número de dias consecutivos com temperaturas acima dos 35 °C, apontam para uma mudança de regime hídrico, não é bem uma redução da pluviosidade, é redução em certas alturas e um aumento em outras que poderá e deverá, como já vimos em alguns casos, aumentar o número de biomassa disponível, porque estamos a assistir a uma mudança que quase transforma o regime de quatro estações em duas estações, e que vai alterar obviamente por si só as condições para o incêndio florestal. Se observarmos as condições que podem determinar um incêndio a montante – o vento, a temperatura, humidade e depois ignição – e o que isso produz a nível de ignição e área ardida, temos grandes dificulda-

des em poder controlar questões de vento, temperatura, humidade. Portanto a única questão onde podemos de facto atuar com força é sobre as ignições e a área ardida, e obviamente que é através da composição florestal, é através do ordenamento e é através da estrutura fundiária que identificamos todos os problemas. Sendo que se estima que 20% do território nacional está abandonado, portanto a partir deste diagnóstico, se este diagnóstico não tem uma resposta, tudo o que se pensa a jusante disto é um pouco especulativo, porque 20% são quase dois milhões de hectares e portanto temos alguma dificuldade, sendo que uma grande parte desta área é florestal. Também consideramos simultaneamente que é inferior a 2% o território florestal público em Portugal, o que em comparação com vários países da Europa, a média da Europa já alargada é de cerca de 50% do território florestal sob domínio público, Portugal ocupa um destacado primeiro lugar de afastamento da gestão pública, e também – não sei se é uma consequência disso – a nível de incêndios temos esses graves problemas, que não deverão ser apenas, obviamente... É um pouco assustador ver o nível de demagogia que é todos os verões... vêm dizer que é só a questão dos incendiários. Com certeza que os incendiários têm um fator, mas os incendiários, se pegassem fogo a uma área que tem uma composição florestal com dificuldades em arder, ou que tem medidas de segurança para evitar esse incêndio, teria muito pouca viabilidade essa sua ação. Algo que nós discutimos há alguns anos e que simplesmente desapareceu de cena – nos últimos anos em particular – e que poderia também ajudar a reduzir esse número de ignições era, por exemplo, deixar de se passar as imagens dos incêndios na comunicação social, algo que foi discutido com a comunicação social nessa altura. Sabemos, por análise de estudos de psiquiatria, etc., que a visualização dessas imagens provoca uma maior adesão à piromania, e nesse sentido essa é uma medida muito breve que fazia sentido talvez retomar.

Vou entrar talvez noutra questão, tem que ver com o impacto do regime de arborização e rearborização, é declarado pelo setor, pela CELPA em particular, o interesse de expandir as plantações florestais para áreas agrícolas e baldios, não diretamente geridos pela CELPA mas sim geridos por pequenos proprietários, que posteriormente passariam o produto da floresta para a CELPA, para a celulose. Bem, sabemos que não há um interesse em aumentar ou melhorar a qualidade da gestão destas áreas de expansão. Sabemos, do que já existe, dos 840 000 ha de eucalipto, 150 000 são os tais povoamentos mistos de eucalipto com pinheiro, 70 000 têm um coberto inferior a 50%, 400 000 ha têm menos de 600 árvores por ha e 100 000 já ultrapassaram a idade de corte. Portanto são mais de 600 000 ha de eucaliptal que indicam uma claríssima má gestão, e não é preciso arriscar muito para dizer que esta é uma das áreas que arde mais, claro, juntando também áreas de pinheiro mal geridas. Talvez esteja aqui uma das grandes chaves para o que acontece todos os anos, e o que tem de ser mudado para não acontecer, sendo que é perfeitamente possível aumentar a produção, reduzindo a área ocupada! Não precisa de haver uma expansão da área ocupada pelo eucaliptal para aumentar a produção de pasta de papel. Não vou falar muito das características do incêndio do eucalipto, sendo que se conhecem mais ou menos e é bastante importante conhecer as características da própria árvore, mas obviamente que sabemos que no *habitat* natural do eucalipto, o fogo é um agente muito importante na sua sobrevivência, nomeadamente para lidar com as trepadeiras que sobem ao eucalipto, e obviamente o fogo é benéfico para o eucalipto nesse

sentido. A planta não tem nada de mal, a planta não é má, o nível de gestão tem de ter em consideração todas as características e o impacto, que já é um impacto praticamente indesejável, perante a floresta – neste caso nem é bem floresta, é uma grande plantação a nível de todo o país, que precisa de ter uma nova perspetiva se, de facto, queremos ter o mínimo de expectativa de mudar a situação. A jusante penso que os bombeiros têm um bom nível de formação, mas têm uma falta de meios de combate muito crónica, o que o Eng.º Domingos Patacho já falou.

Depois, desconhecimento da extensão dos incêndios, da localização dos elementos da equipa durante um combate, não há comunicação entre uma equipa toda, não tem nenhum meio de estar em contacto e se se afastam como é normal, perdem totalmente, e muitas vezes acontecem as tragédias que acontecem, não por incompetência, mas por simples falta de meios e pode avançar muito rapidamente o incêndio, e simplesmente os bombeiros ficam isolados uns dos outros – na melhor das hipóteses ficam isolados e afastam-se, na pior das hipóteses podem ficar mesmo presos dentro do incêndio. Depois também não há nenhum conhecimento nem disponibilização de meios, de mapas militares das zonas onde os bombeiros estão a agir, de qual é a biomassa ou as espécies predominantes, qual é a biomassa acumulada naquele ano, não há utilização de meios de sistema de informação geográfica, que seriam todos – obviamente – uma ferramenta imprescindível para saber o que é que estavam a combater. Quando os bombeiros chegam ao local do incêndio saberem com o que é que contam, primeiro do seu lado, e com o que é que contam do outro lado, isto é, terem reais possibilidades de agir sobre aquelas condições, sabendo que tudo isto é irrelevante se considerarmos determinadas condições climáticas que têm que ver com uma elevada temperatura, o vento forte e determinada humidade a partir das quais basicamente a ação dos bombeiros é irrelevante. E para essa só há uma estratégia a adotar, e essa tem que ver com a composição da floresta, tem que ver com o ordenamento da floresta e primeiro que tudo, olhar para dois milhões de hectares abandonados e para um cadastro florestal que não existe e sem os quais será absolutamente impossível olhar para isto com seriedade e pensar em resolvê-lo com seriedade.

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Pergunto se algum dos Srs. deputados quer colocar alguma questão? Não havendo, resta-me agradecer em nome da Assembleia e deste grupo de trabalho ao Sr. Prof. Sande Silva, ao Sr. Eng.º Camargo dos Santos e ao Sr. Eng.º Domingos Patacho a colaboração que nos deram. Alguém quer acrescentar mais alguma coisa ao que foi dito?

O Sr. Eng.º *João Camargo*: – Eu gostava só de dizer que seria bom que este grupo de trabalho promovesse mais audições, se calhar mais não em termos de audições, mas mais atividades que não sejam apenas audições. Por exemplo, seria muito interessante para nós termos reuniões com os Bombeiros Voluntários, com os Bombeiros Profissionais e com a Liga dos Bombeiros, que nos permitisse também, às vezes, ter uma perspetiva muito mais concreta do que é que são os problemas reais e também eles nós já temos tido algumas reuniões nesse âmbito –, perceberem quais são outros fatores que afetam a capacidade de sucesso ou não, na sua ação.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Mas no âmbito de quê? Deste grupo?

O Sr. Eng.^o *João Camargo*: – Sim, menos num âmbito de audição, e mais num âmbito de debate, talvez não sei.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Uma mesa redonda?

O Sr. Eng.^o *João Camargo*: – Uma mesa redonda vá, podemos chamar-lhe assim.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Uma das propostas que nós temos ainda para fazer e portanto que está a ser equacionada é, antes de finalizarmos: o grupo de trabalho tem uma missão para produzir um relatório. De qualquer maneira, ainda não consolidada esta proposta, uma das ideias que temos é, antes da discussão final do relatório, poder fazer em plenário, digamos, o convite a todas as entidades que participaram para um debate sobre esta matéria – ainda não é nada consolidado entre os grupos parlamentares, mas certamente será uma ideia – e aquilo que diz pode fazer sentido, e portanto para a nossa reflexão sobre essa questão.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Não vou ocupar muito tempo e, sem querer adiantar-me àquilo que eventualmente o Sr. coordenador vai dizer, eu gostava de apelar...

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada, o que a Sr.^a deputada adiantar, eu já não digo.

Risos.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Eu gostava de apelar aos nossos três convidados e que nos fizeram aqui uma exposição muito profunda, mas, também vos digo com toda a sinceridade, muito preocupante. Uma pessoa também às vezes fica esmagada perante o conjunto das dificuldades. É muito bom, não estou a dizer o contrário. Mas era se poderiam ainda vir a contribuir para o grupo de trabalho, se quiserem, com algumas questões muito concretas, porque nós debatemo-nos aqui com uma situação que é assim: nós temos de discutir, temos de ver a situação globalmente, temos de ver tudo, mas este grupo de trabalho só terá alguma utilidade se conseguir produzir – eu já não digo muitas, mas pelo menos três ou quatro medidas que de facto alterem qualquer coisa no terreno, porque se não nós estamos a fazer conferências, como dizia o professor, e não é esse o nosso objetivo. Por isso o meu apelo era nesse sentido, se houver questões, algumas até parece que são pormenores, mas às vezes um pormenor mudado numa lei pode fazer a diferença, e acho que nós estamos, senhor relator, abertos a esse tipo de sugestões para não ficarmos também às vezes absolutamente esmagados perante a dificuldade de resolver tudo.

O Sr. Prof. *Sande Silva*: – Permita-me Sr. coordenador, uma nota curtíssima.

O Sr. *coordenador*: – Sr. professor, faz favor.

O Sr. Prof. *Sande Silva*: – Fica aqui uma sugestão: propaguem “aos quatro ventos” que Portugal tem uma situação terceiro-mundista em termos de incêndios, e digam quais são os outros países que nos acompanham no *top* cinco dos países com mais incêndios em todo o mundo, e pode ser que isso transforme as conclusões e estas conversas – que eu estou fartíssimo de participar nelas – em vontade política, que é o que tem faltado aos governantes porque, em relação às questões culturais, não há grande forma a dar, é o que é, é o que está, e portanto não conseguimos mudar a forma de pensar e de atuar das pessoas. Agora, em relação a quem está no poder e quem tem poder de decisão, era preciso fazer muito mais que aquilo que tem sido feito, e era bom que todos os portugueses se apercebessem que, apesar de termos um Cristiano Ronaldo, apesar de termos um excelente Serviço Nacional de Saúde, apesar de termos uma rede de autoestradas excelente, somos um país de terceiro mundo no que toca à floresta e aos incêndios, e portanto talvez isso faça mudar, nas pessoas, um pouco de atitude.

O Sr. *coordenador*: – Senhor engenheiro, faz favor.

O Sr. Eng.º *Domingos Patacho*: – Também num breve minuto, só para concluir. Eu tinha aqui um documento de uma pessoa que é especialista na área – que eventualmente posso deixar –, não é a posição da Quercus mas é eventualmente um contributo, e diria só num minuto o que é que era essencial: uma das coisas que resultou bem nalguns sítios, porque era preciso fazer as candidaturas ao PRODER, era a questão da gestão dos mosaicos e a gestão de combustíveis precisamente para criar descontinuidades para, quando houvessem os incêndios, pelo menos, os bombeiros conseguissem lá ir com segurança e conseguissem contê-los ou não serem tão grandes. Uma dessas medidas, que eu estou a ver, aqui era o PRODER, a subação 2.3.3.1, que tinha a questão dos mosaicos, também tinha a questão das galerias ripícolas muito na ótica da defesa da floresta contra incêndios. Eu posso deixar este documento, são duas páginas, é muito simples, eventualmente, é só porque o que a experiência diz, pessoas que andam a executá-los e a implementar é: «Não é preciso inventar a roda novamente», ou seja, se isto funcionou bem, não vamos mudar agora as regras e esquecer para trás, porque muitas vezes em cada quadro comunitário de apoio esquece-se o que é que estava para trás, sem ser feita uma avaliação, e outra das coisas que nasceu no sábado passado, uma nova associação no setor florestal que é a RESIPINUS muito ligada à questão da resinagem do pinhal – que é fundamental para criar mais-valias e mais rendimentos aos proprietários florestais, não só na madeira quando vende, mas rendimentos anuais que é para não obterem só pela cultura do eucalipto, e porquê? E se calhar o apoio à resinagem no âmbito do próximo PDR era muito importante, aqui ficava só uma mensagem não só na regulamentação, mas regulamentação no ponto de vista do investimento do próximo quadro, que é: para já, porque a resinagem tem de ter as pessoas de 15 em 15 dias na floresta, no pinhal, não podem ter um grande matagal porque têm de lá andar e tirar a resina – que tem um rendimento económico quer para o proprietário, quer para a indústria

depois química, porque a China está em colapso, portanto Portugal tem uma oportunidade na resinagem – e, no nosso entender, na parte mais do pinhal que tem regressão acentuada mas que é a grande parte do centro e norte do país – portanto o que não é eucaliptal ou que é misto desta regeneração natural –, se for investido para a resinagem do pinhal tem uma atividade económica que tem interesse e ajuda a não ter o abandono rural, e se calhar é uma coisa que, como é novo, ou renovo porque há 30 anos falava-se na resinagem, depois ela morreu há 20 e tal anos, e agora está a ressurgir, mas se se puder apoiar – e às vezes nem é muito dinheiro, é só uma questão de manter as pessoas lá, tiram a resina, ganham o seu rendimento, limpam a mata, o pinhal – achamos que é muito importante, se calhar, para esta faixa centro e norte, onde há mais incêndios. Obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, e eu reitero o apelo da Sr.^a deputada.

O Sr. Eng.^o *Domingos Patacho*: – *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. *coordenador (António Filipe)*: – Exatamente, outros contributos que entendam que sejam útil fazer chegar à comissão, isso é muito importante para nós, agradecemos muito também essa colaboração, e naturalmente agradecemos a colaboração que nos prestaram hoje, que foi muito importante. Muito obrigado.

Eram 13 horas e 20 minutos.

AUDIÇÃO

ENG.º VASCO CAMPOS

(Representante da ZIF Caule – Associação Florestal da Beira Serra, da Região Centro)

ENG.ºS GILBERTO PEREIRA E JOSÉ ALBUQUERQUE

(Representantes das ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel)

ENG.º ANDRÉ MENDES NUNES

(Representante da ZIF de Aldeia do Mato, Abrantes)

29 DE JANEIRO DE 2014

(1.ª AUDIÇÃO)

Sr. coordenador (Guilherme Silva): – Srs. deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Antes de mais, gostaria de agradecer a disponibilidade dos representantes das várias ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) aqui presentes, a ZIF Caule – Associação Florestal da Beira serra, da Região Centro, a ZIF de Aldeia do Mato, em Abrantes, e as ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel, para darem o seu contributo a este Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais.

Este é um grupo de trabalho constituído por iniciativa da Sr.ª presidente da Assembleia da República, que está muito associado a um ano difícil que tivemos em 2013 nessa matéria e, naturalmente, a Assembleia da República tinha uma obrigação primeira de refletir e de ponderar sobre toda esta problemática. Por isso, temos um mandato no sentido de identificarmos a eventual necessidade de tomar providências legislativas que contribuam para uma maior eficácia na prevenção e no combate aos fogos florestais. Temos também a incumbência de elencar um conjunto de medidas que se possam, ou devam, recomendar ao Governo no mesmo sentido.

Naturalmente, entidades e instituições como as que os senhores aqui representam, que estão muito próximas do terreno, conhecem toda esta problemática, considerando a vossa experiência e o vosso conhecimento. Não podendo ouvir todas as entidades, tivemos de fazer uma seleção por razões de tempo e identificámos as vossas organizações de entre aquelas que poderiam vir aqui trazer um contributo importante.

A forma como organizamos os nossos trabalhos, por razões de tempo, é a seguinte: damos 5 minutos aos deputados da cada grupo parlamentar e, no fim, ao Sr. deputado relator Miguel Freitas, para formularem as suas perguntas. Depois, os senhores terão 15 minutos para res-

ponder às questões que vos forem colocadas. Peço-vos, quando intervierem, o favor de se identificarem.

Agora, tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): – Sr. coordenador, Srs. deputados: Queria começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, os nossos convidados.

Vou colocar-lhes três ou quatro questões muito simples e, se calhar, genéricas, mas sei que no decorrer da audição serão colocadas questões mais específicas.

A primeira questão é a seguinte: na vossa perspetiva, como é que avaliam a relação entre as políticas florestais e a problemática dos incêndios? É porque o que ouvimos constantemente é que temos muitos incêndios por causa das alterações climáticas – as características climáticas do nosso país estão a alterar-se e isso provoca mais incêndios; e por causa dos pirómanos e dos incendiários, mas fala-se pouco da política florestal e da forma como fazemos, ordenamos e gerimos a floresta. Os incêndios estão ou não relacionados com isso? Gostava de ouvir a vossa opinião sobre isso.

A segunda questão é sobre como é que se relaciona o modelo de desenvolvimento com a questão dos incêndios, nomeadamente, com o êxodo rural (o facto de haver ou não pessoas no território), porque vamos tendo alguns números e dados, designadamente sobre a relação entre o número de ignições a área ardida: os distritos mais povoados têm maior número de ignições, mas têm menos área ardida. Gostaria de saber se os incêndios têm ou não relação com a forma como ocupamos o território.

A terceira questão é a seguinte: como é que a presença do Estado e de outras estruturas no território também se relaciona com isto?

Por exemplo, uma das queixas que ouvi quando visitei o Caramulo foi a de que, quando existia um corpo de guardas florestais, havia um conhecimento profundo do território e da rede viária e até uma manutenção que desapareceram. Embora aquelas competências tenham transitado para a GNR, o modo de atuação não é o mesmo.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) já nos disse que é mau a estrutura que é responsável pela política florestal não ter um mecanismo para intervir no território, não ter “uma mão” no território. E isto prende-se com a presença não só das pessoas mas também do Estado no território.

Quanto ao combate (certamente falarão nisso), uma das questões que se me coloca é a de que há um conjunto grande de entidades a intervir no território. Aliás, quando vemos as notícias sobre incêndios, basta verificar a quantidade de entidades que são ouvidas: é a GNR; é a Força Especial de Bombeiros; são as corporações dos bombeiros; são as várias estruturas e as várias equipas, nomeadamente as do ICNF. Há, aqui, um conjunto grande de entidades. O que vos pergunto é se isto funciona bem, se as entidades se articulam, se este é o modelo mais adequado.

A última questão tem que ver com algumas opções que estão a ser tomadas para o futuro.

Alguns dos senhores foram ouvidos nesta Assembleia quando discutimos, no âmbito de uma apreciação parlamentar, a florestação e a reflorestação. Neste momento, estamos a fomentar o aparecimento de mais floresta. Ora, o que pretendo saber é onde é que deve estar este equilíbrio entre ter mais floresta e gerir melhor. Neste momento, é adequado fomentar o

aparecimento de mais floresta, quando os dados nos dizem que há milhões de metros cúbicos de árvores que já deveriam ter sido cortadas e que não o foram?

Não temos dúvidas de que uma melhor gestão florestal tem tudo que ver com esta questão dos incêndios. Como é que o negócio da madeira se cruza com isto, nomeadamente os preços da madeira? Como é precisávamos de regular este mecanismo, sendo que o comércio da madeira, em Portugal, é praticamente controlado por um duopólio?

Queria ainda questioná-los sobre esta coisa que existe agora da “multa na hora” passada pela GNR, isto é, gostaria de saber como é que veem isso. É como se a GNR apanhasse um condutor em flagrante... , mas esquecem-se de que o proprietário florestal não está presente quando o multam – não foi mandado parar, não ia com a floresta às costas...

Isto é realmente eficaz no que respeita aos propósitos que pretende alcançar ou é apenas um bocadinho de *show-off*, depois, não se resolvem os problemas?

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. coordenador, naturalmente, começo por cumprimentar os convidados e por agradecer a sua presença. Obviamente, não vou fazer considerações sobre o mandato que nos cabe, pois o que estamos aqui a fazer é conhecido e já foi muito bem expresso pelo Sr. presidente.

De todo o modo, vou aproveitar as mais-valias que as ZIF podem ter para falar sobre uma questão. Ao longo do tempo, temos vindo a falar de vários temas, mas há uma questão que obriga a repensar um pouco o ordenamento florestal, que é a da propriedade.

Sabemos que em território nacional a propriedade é maioritariamente detida por privados e constituída por minifúndios, e que as ZIF foram criadas justamente para fazer o emparcelamento das propriedades no sentido de lhes dar dimensão e de, com isso, permitir fazer um ordenamento mais adequado, porque, obviamente, sabemos que um ordenamento mais adequado pode proporcionar uma melhor prevenção dos fogos florestais, um melhor ordenamento do território e diminuir significativamente os riscos de incêndio.

Portanto, vou aproveitar o facto de estarem aqui presentes representantes das ZIF para me dizerem, dada a experiência que têm, se este é um modelo adequado para promover o ordenamento florestal, ou seja, se promover o emparcelamento e dar dimensão à propriedade proporciona um melhor ordenamento. Entendemos que ninguém tem dúvidas de que não se pode ordenar a floresta com pequenas parcelas das quais não conhecemos os proprietários, e as ZIF foram um modelo criado justamente para lhes dar dimensão.

Partindo deste princípio de que uma maior dimensão permite um melhor ordenamento, pergunto quais foram as dificuldades que as organizações aqui presentes tiveram quer na constituição das ZIF quer na sensibilização da população no sentido de levá-la a aderir a este modelo. Obviamente, sei parte das respostas, até porque estou na presença de um promotor com o qual fiz algumas sessões de esclarecimento no sentido de tentar convencer os proprietários, mas gostaria que de viva voz nos dissessem quais as dificuldades que sentiram.

Partindo do princípio de que os modelos estão instituídos nas vossas ZIF, queria também que nos ajudassem a perceber quais são as dificuldades que têm em ordenar a floresta, em

diversificar as espécies, até para que não haja uma monocultura, e em conseguir que exista um maior consenso relativamente ao ordenamento florestal, porque sabemos que a falta de consensos por vezes é prejudicial.

Gostaria ainda de saber qual é a dificuldade que vocês têm em manter limpo o espaço que gerem, pois sabemos que a falta de manutenção e de limpeza da floresta é um dos problemas que tem influência na dimensão dos incêndios.

Ainda relativamente à limpeza, pretendia saber até que ponto é que as centrais de biomassa contribuíram para retirar o combustível da floresta. Sabemos que há um excesso de combustível todos os anos e que, nomeadamente, os incêndios de maior dimensão se devem ao facto de haver uma grande quantidade de combustível. Até que ponto é que as centrais de biomassa vieram proporcionar a retirada de combustível do seio da floresta?

Coloco-vos esta questão porque foi dito por um professor universitário, que tivemos ocasião de ouvir na nossa última reunião, que, estatisticamente, à volta da Central de Biomassa de Mortágua os incêndios teriam diminuído. Uma vez que está aqui representada uma ZIF que opera nas imediações da Central de Biomassa de Mortágua, eu gostaria que se manifestassem sobre essa afirmação aqui produzida por um professor universitário.

Aqui, temos vindo também a falar largamente sobre a utilização do fogo como modo de limpeza de floresta: o fogo controlado como uma forma de retirar – insere-se naquilo que eu disse – combustível da floresta.

Todas as vossas organizações fazem prevenção florestal e manutenção do espaço que ocupam, pelo que queria saber o que é que acham da utilização do fogo controlado.

Gostaria ainda de saber o que é que pensam relativamente a uma forma de habilitar as pessoas para a utilização do fogo controlado, porque sabemos que neste momento, apesar de se reconhecer que o fogo controlado poderá ser uma arma de prevenção, ele não é muito utilizado por falta de conhecimento, de capacidade técnica e de habilitação. Portanto, gostaria também de vos ouvir sobre isso, nomeadamente sobre se consideram que se deveria alargar um pouco o leque de pessoas credenciadas para o efeito.

O Sr. presidente vai chamar-me à atenção, mas estou a terminar – estou a utilizar um minuto que restou ao meu colega do PCP, João Ramos, que apenas usou 4 minutos do seu tempo, que me foi gentilmente cedido...

Relativamente ao combate, sabemos que a primeira intervenção é decisiva na eliminação dos incêndios. As estatísticas que têm sido aqui referidas ao longo de várias audições revelam que temos alguma eficiência na primeira intervenção, pelo que parte dos fogos é eliminada nessa fase, mas que não somos assim tão eficazes no combate a fogos de grandes dimensões. E eu gostaria, dada a vossa experiência no terreno, que nos ajudassem a perceber porque é que nesta matéria não temos sido tão bem sucedidos.

Termino, agradecendo a todos a colaboração prestada.

O Sr. *coordenador*: – Agora, tem a palavra o Sr. deputado relator Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. coordenador, começo também por cumprimentar os representantes das ZIF e por agradecer a sua presença.

Sempre que conversamos com as ZIF, a primeira questão que se coloca é sobre a legislação. Gostava de saber quais são as dificuldades que vocês têm, do ponto de vista da legislação, para passarem de uma gestão de condomínio a uma gestão integrada ou integral. Pretendia ainda saber se essa é ou não uma questão importante para vocês e como é que podemos avançar nessa matéria.

A segunda questão prende-se com o cadastro. Não temos cadastro na maior parte do território, por isso eu gostava de saber qual o contributo que as ZIF podem dar na elaboração do cadastro e se, não havendo cadastro, na construção da rede primária, o regime de edital pode ajudar a resolver o problema.

A terceira questão, resumindo no fundo uma questão que o deputado Maurício Marques já colocou, é a de saber quais são as dificuldades para implementar os planos de gestão florestal (PGF). As ZIF têm necessidade de ter um plano de gestão florestal e eu pergunto qual é a dificuldade que têm para executar esses planos de gestão florestal.

Depois há a questão seguinte: se temos um dispositivo de combate integrado, temos um conjunto de intervenções em matéria de prevenção estrutural não integrado. Portanto, gostava de saber se é ou não necessário um dispositivo conhecido, com normas e diretivas nacionais, relativamente à prevenção estrutural e qual é o papel que o ICNF deve desempenhar nessa pirâmide da prevenção estrutural. Qual é a vossa relação com o ICNF neste momento? O ICNF é uma instituição próxima do terreno ou não?

Brigadas de sapadores florestais: quais são as alterações que vocês consideram que é necessário fazer, já que é evidente que o programa estagnou? Estagnou porque os recursos financeiros certamente não chegam para tudo... A verdade é que tínhamos uma meta de 500 e temos cerca de 300 e portanto a questão é o que é que fazemos perante esta situação.

Quanto à responsabilidade civil dos proprietários, ouvimos alguns dirigentes federativos defenderem a proposta que a Sr.ª ministra colocou no sentido de haver uma intervenção direta por parte da GNR. O que gostávamos de saber era, depois de multado o proprietário, quem é que substitui o proprietário porque, naturalmente, as multas passam-se, mas o mal fica lá... Portanto, o que é preciso é saber como fazemos executar o que é necessário resolver.

Em relação à formação, temos a formação dos agentes ligados à floresta, formação relacionada com o fogo. Quando falamos de formação, falamos normalmente de formação de bombeiros. Gostávamos, por isso, de saber se a formação dos sapadores florestais é adequada à sua atividade de prevenção, mas também adequada à sua atividade de combate, ou seja, de colaboração em termos de combate. Portanto, pergunto como é que veem toda esta questão da formação.

A rede primária das faixas de gestão de combustível é uma infraestrutura central em todo este modelo. Pergunto: qual é o papel que as ZIF podem ter nesta matéria?

O Sr. *coordenador*: – Darei de seguida a palavra aos nossos convidados para responderem. Peço-lhes apenas que se organizem em termos de intervenção e que se identifiquem, referindo a ZIF que representam.

O Sr. Eng.º *Vasco Campos* (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): – Bom dia a todos. Agradeço mais uma vez o convite que me foi feito. O meu nome é Vasco Campos e sou presidente

da CAULE – Associação Florestal da Beira Serra. A nossa associação representa doze ZIF, no total de cerca de 60 000 ha, que envolvem cerca de 6000 proprietários.

O conjunto de perguntas que aqui nos deixaram é extremamente vasto... e não vamos ter tempo para responder pormenorizadamente a todas.

O Sr. *coordenador*. – Se entenderem depois, se virem que é útil, complementar as vossas intervenções aqui com qualquer documento escrito que nos possam mandar, agradecemos.

O Sr. Eng.º *Vasco Campos*. – Muito obrigado.

Algumas das perguntas são transversais aos Srs. deputados, pelo que vou tentar responder.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. deputado João Ramos sobre o êxodo rural e os pirómanos, gostaria de referir que o êxodo rural é assumidamente um problema que temos e que não estamos a conseguir travar. Ninguém tenha dúvidas de que há uma relação direta, isso está mais do que estudado, entre o êxodo rural, o abandono das aldeias, o abandono dos meios rurais, o abandono da agricultura e os incêndios. Tem de haver!

Portanto, cabe aos senhores, cabe do Governo e sabe a esta casa legislar neste sentido. Não se obrigam as pessoas a viver nas aldeias, mas podem criar-se políticas no próximo quadro comunitário de apoio para ajudar as pessoas a viverem nas aldeias. É porque, não tenham dúvidas, à medida que o país se vai desertificando no interior, à medida que houver mais abandono, cada vez vai haver mais incêndios.

Portanto, este é um problema estrutural, a questão do êxodo rural para o qual tenho estado sempre a alertar, porque podemos tentar fazer tudo, mas se não conseguirmos diminuir, já nem digo parar, o êxodo rural, não vamos conseguir chegar a bom porto...!

Sobre a questão dos pirómanos, embora a opinião pública diga o contrário, as estatísticas dizem-nos, de facto, que a maior parte dos incêndios não têm origem criminosas.

A verdade é que nós, que estamos no terreno, ali a analisar, ocorrência a ocorrência, chegamos à conclusão de que essa percentagem deve andar muito próxima dos 50%, infelizmente. Simplesmente, se forem ver também às estatísticas, existe uma grande franja de ocorrências que não têm causa apurada. Quando não se consegue ter a certeza do que foi, refere-se a ocorrência como tendo causa não apurada. Ora, a minha experiência – porque o objetivo aqui é dar a minha experiência no terreno – leva-me a crer que, de facto, no caso das ocorrências de causa não apurada, muitas delas têm que ver com causas criminosas. Portanto, também há aqui um trabalho a fazer nesse sentido de tentar controlar estas questões.

Ainda relativamente à razão dos incêndios, há um outro aspeto de que vou falar, embora a questão não tenha sido posta por nenhum dos Srs. deputados, que se refere à sensibilização. Estamos com um défice de sensibilização há vários anos, ou seja, há muitos anos que não há campanhas de sensibilização neste país. Ora, as campanhas de sensibilização não podem parar! Não podem parar!

Ainda ontem tive uma reunião com os meus técnicos para falarmos nestes assuntos e para me preparar melhor para vir para esta reunião e eles chamavam-me a atenção para o seguinte: que tipo de pessoas é que ainda não sabem que não podem fazer fogo em dias críticos? Que tipo de pessoas? As pessoas que não vivem nas aldeias, que vão lá passar as férias, que estão em Lisboa,

que estão no estrangeiro e também as pessoas da faixa ali a partir dos 60, 70, 80 anos que ainda estão no campo e continuam a ter este tipo de comportamento de fazer fogo nos dias críticos.

Há ainda uma questão nova, que é a seguinte: com o advento da mecanização florestal e, com o aumento da rotação das máquinas – porque as máquinas cada vez são mais potentes, seja a motorroçadora, seja a motosserra ou seja o trator –, cada vez existem mais ocorrências provenientes das operações florestais e agrícolas. Atenção, não são só operações florestais. São operações florestais e agrícolas. Também aqui há uma falta de sensibilização.

Portanto, gostaria de deixar uma palavra, porque as campanhas de sensibilização não podem parar. Havia campanhas de sensibilização baseadas nas Organizações de Produtores Florestais (OPF), que são o único braço florestal do Estado no “Portugal profundo”, e essas campanhas estão paradas há vários anos.

Relativamente à questão da guarda-florestal, foi uma medida que já foi tomada há 5, 6 ou 7 anos e que consideramos altamente duvidosa. Era preferível que a guarda-florestal estivesse integrada no ICNF, porque esse é que é a autoridade florestal nacional e é aí que a guarda-florestal deveria estar.

Quanto à questão do combate e da articulação, falando para o Sr. deputado Maurício Marques, que também colocou este problema, eu não noto problemas de articulação. Há realmente várias entidades a combater fogos. Represento uma entidade que, nos grandes fogos, chega a trazer 30 a 35 homens para um combate. Eu não tenho problemas nem noto problemas de articulação. De facto, demorámos a chegar a este ponto, mas parece-me que hoje em dia estão devidamente organizadas.

Não me cabe estar aqui a tecer considerações sobre os problemas que existem dentro das equipas de bombeiros e das corporações de bombeiros, mas não posso deixar de fazer uma pequena nota sobre esta matéria. As minhas equipas de sapadores florestais conhecem pormenorizadamente o terreno. Os técnicos que acompanham – porque os meus técnicos acompanham as equipas de sapadores! – conhecem pormenorizadamente o terreno. São pessoas que têm experiência, que têm a vida delas ali centrada, que conhecem pormenorizadamente os caminhos, conhecem os povoamentos, conhecem os territórios, conhecem as pessoas, conhecem até o comportamento do fogo, porque os fogos repetem-se e já há 10 anos ali estiveram e viram que é assim que o fogo progride e que normalmente as coisas acontecem de uma determinada forma.

Portanto, o que acontece é que, muitas vezes, quando é nos grandes fogos, as corporações que vêm de fora não têm esse conhecimento e muitas vezes são deixadas sem grande acompanhamento. É uma nota que eu gostaria de deixar relativamente a esta questão.

Passando agora à questão sobre o novo decreto-lei das arborizações *versus* gestão, também pusemos algumas reticências a este diploma. Devo dizer que ainda estamos a ver como é que as coisas estão a acontecer mas, no nosso caso, que temos todo o território de intervenção organizado em ZIF, espero que as coisas funcionem. Ainda estamos a ver como funcionam. É que, se há um Plano de Gestão Florestal (PGF) e se o PGF diz que ali, naquele território, só se podem colocar determinada espécie ou que determinada espécie não pode aumentar por esta ou aquela razão técnica e até baseada nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), espero que toda essa articulação funcione.

Neste momento, finalmente, passados três ou quatro anos de termos os PGF aprovados, os serviços já não estão a solicitar os PGF para fazer essa articulação relativamente às plantações.

De facto, o problema florestal de Portugal não tem que ver com plantações. O problema florestal tem que ver com a gestão. E se a questão do Sr. deputado se baseava nisso, digo-lhe aqui, claramente, que o problema não é a plantação. O problema é a gestão!

Sobre a questão da “multa na hora”, e respondendo também ao Sr. deputado Miguel Freitas – e eu fiz uma intervenção pública acerca do assunto –, a questão foi alterada e empolada pela comunicação social. Quem não está dentro dos assuntos, não sabe do que estamos a falar. Porque aquilo de que estávamos a falar – e foi isto que subentendi da parte da Sr.^a ministra da Agricultura – era da questão dos 50 m à volta das casas e dos perímetros. Ou seja, não estávamos a falar da propriedade florestal – porque a opinião pública, a dada altura, pensou que estávamos a falar da propriedade florestal espalhada pelo país, mas não!

Eu referi-me à questão dos 50 m e a questão dos 50 m é de facto extremamente grave. Eu não sei se é a “multa na hora” que vai resolver o problema! Mas que é grave e que é de um laxismo gritante, porque é das coisas mais graves que existem nos incêndios e na floresta em Portugal, é! Porque o que acontece é que as pessoas não são responsabilizadas.

Eu represento uma associação de proprietários e uma federação, mas, como costume dizer, represento proprietários conscientes, mas pessoas que têm 50 m à volta das casas, que não limpam os 50 m conforme está na lei, que não limpam os 100 m à volta das povoações ou os 100 m à volta das zonas industriais, que compete às câmaras municipais... Ainda ontem me recordavam de um fogo gigantesco que chegou com uma intensidade brutal em Coja, concelho de Arganil, que chegou à zona industrial de Coja, onde estava tudo abandonado, tudo em último estado... Eu não sei se é multa na hora..., o que sei é que alguém tem de fazer alguma coisa relativamente a este assunto! Porque aquilo que está na legislação – e ainda ontem estive a lê-la e a relê-la – não é cumprido! Devia haver um inventário antes da época de incêndios florestais, antes do período crítico, das áreas que deveriam ser limpas, freguesia a freguesia.

Claro que não estamos aqui a falar de deixar o solo como está o chão desta sala. Estamos a falar de limpar as zonas mais críticas! Não podemos continuar a ter mato e silvas encostados às persianas das casas, como vejo constantemente. É porque depois, repito, os bombeiros, em vez de estarem a combater os fogos nas florestas, estão a defender as casas. Estou no terreno, todos os anos estou no terreno e assisto a esta triste tragédia!

Portanto, volto a repetir: tem de haver uma mão mais forte relativamente a isto! Se não conseguirmos travar o abandono, é impossível limpar o país todo. Mas temos de limpar nos locais críticos e estes estão todos inventariados. Temos a legislação toda, o que temos é de a fazer cumprir!

Relativamente a essa questão, era isto que queria dizer.

Voltando, ainda, às questões colocadas pelo Sr. deputado Maurício Marques, nomeadamente ao ordenamento, à prevenção, ao poder para a entidade gestora, às ZIF, Sr. deputado, é bom que tenhamos toda a consciência de que as ZIF são uma entidade nova. As ZIF têm cinco, seis, sete, oito anos e, portanto, em termos florestais, são entidades que, digamos assim, ainda são bebés..., mas que esperamos que a legislação dê mais poder à entidade gestora para a intervenção, aí isso esperamos, é claro que esperamos! Já temos, de facto, algum poder, e tam-

bém o quero pôr à prova um dia destes, mas esse poder, muitas vezes, tem de ser legitimado, não pode ser só um poder de decreto, tem de ser um poder institucional. Não sei se me estou a fazer entender, porque isto não é fácil de transmitir.

Imagine o que se passa com uma entidade gestora: “Tenho aqui uma parcela abandonada, ponho um edital, enquanto entidade gestora...” – a legislação já mo permite –, “a dizer ao proprietário para fazer as operações *x, p, t, o*, que estão no Plano de Gestão Florestal”. E falo de operações básicas: um povoamento de pinheiro bravo, abandonado há 20 anos, precisa de um desbaste, por exemplo, e precisa de uma roça de matos. São coisas básicas! Se o proprietário não intervier, eu posso intervir, mas, no dia em que eu intervier, aparece o proprietário com uma caçadeira na mão... Está a ver?! Portanto, será que a entidade gestora está para se sujeitar a uma coisa destas? Depois, fica mal vista... São questões que ainda vão levar o seu tempo, mas acho que estamos no bom caminho e que o caminho não pode ser parado. Mas trata-se de um processo de melhoria contínua e que tem de ser apoiado pelo Estado, institucionalmente.

Quanto à questão do cadastro, acho que é básica. Então, nesta questão dos 50 m, a outra questão que se coloca... Se eu sei, a GNR sabe, de uma forma básica. No caso de um condutor, a GNR vai ali, tira a matrícula da minha viatura, faz um telefonema ou vai ao computador e vê: “Isto é do Manel!”. Mas na propriedade rústica não temos esta ferramenta e, portanto, é impossível cadastrar o país todo de uma vez. Vamos fazê-lo pouco e pouco, tendo por base algumas das ideias que a Sr.^a ministra lançou para o ar, como aquela hipótese de aproveitar o parcelário agrícola. É uma hipótese! Aplica-se mais à agricultura do que à floresta, porque o parcelário existe, mas para a agricultura, porque, para a floresta, pouco ou nada tem. Mas, de facto, temos de avançar para conseguir identificar os proprietários.

Até deixo aqui uma ideia-limite, talvez até demasiado arrojada, talvez até contra mim e a organização que represento. Por exemplo, por que não o próprio Estado solicitar aos proprietários, um a um, que identifiquem as suas parcelas, perimetralmente?! O próprio Estado, por exemplo, podia dizer aos proprietários o seguinte: “Os senhores têm dois, três ou cinco anos para apresentarem na conservatória ou nas finanças o levantamento perimetral da vossa propriedade”.

Não domino a legislação, mas, neste momento, não há necessidade de os proprietários apresentarem uma série de ferramentas relativamente à propriedade urbana?! Então, por que não?! É apenas uma ideia.

Há uma questão que quero aqui referir, relativamente às ZIF, e que se verifica no nosso caso – pode não se verificar em algumas ZIF, mas na nossa verifica-se –, que é a seguinte: temos um problema gravíssimo que nos trava a melhor gestão da ZIF, que é o número de interlocutores. A propriedade está tão dividida, tão dividida, tão dividida que o número de interlocutores, o número de pessoas com quem temos de lidar é tão grande que tem um custo administrativo absolutamente... Portanto, um técnico, às vezes, para conseguir tratar de um assunto de meia dúzia de hectares, tem de falar com 10, 15, 20 pessoas, que estão espalhadas não sei por onde. E isto, para nós, tem um custo muito grande, em termos administrativos.

Quanto à questão das centrais de biomassa, quero dizer que, na nossa região, só conheço uma central de biomassa a trabalhar, que é a de Mortágua. Depois, relativamente às centrais a nível nacional, há uma no norte e parece-me que a de Belmonte está a funcionar mal.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – É em Aveiro.

O Sr. Eng.º *Vasco Campos* (ZIF CAULE): – Em Aveiro?! Mas não há uma na zona de Chaves?! Peço desculpa, mas parece-me que havia aí uma.

Portanto, daquele concurso das centrais de biomassa, em que eram para avançar 12 ou 14, julgo que só uma ou duas estão a funcionar. O que há são fábricas de *pellets*, como há uma em Arganil e outra em Mortágua, de dois grupos económicos diferentes, que, sejamos claros, não estão a consumir matos, estão a consumir madeira!... É certo que muita madeira é proveniente de desbastes, mas estão a consumir madeira. Portanto, o que muita gente diz, quando refere os matos, a retirada dos matos e o aproveitamento dos matos para as centrais de biomassa, é puro lirismo, porque, nas operações florestais, a maior parte dos matos é destruída e fica no solo destruída, não constituindo risco de incêndio.

Relativamente à questão do fogo controlado, como sabe, está legislado e pode ser executado por técnicos que estejam credenciados para isso. A nossa associação tem os técnicos credenciados para isso.

Porque é que o fogo controlado não é mais usado? Também houve muito folclore à volta do fogo controlado. Não sou contra o fogo controlado, antes, pelo contrário, é uma grande ferramenta, simplesmente, esbarra na questão da propriedade e... Como é que poderei explicar isto? O fogo controlado, e não sou especialista em fogo controlado, tem de ter uma determinada dimensão. Não posso fazer fogo controlado em 2000 m² ou 3000 m². É uma área muito pouco extensa! Quando fazemos fogo controlado, fazemo-lo em faixas e em áreas relativamente grandes. O que acontece é que fazer fogo controlado em áreas privadas, onde há um eucaliptal com 10 anos, a seguir, um pinhal de regeneração natural com 2 anos, a seguir, um carvalhal, não é viável. Não há homogeneidade para conseguirmos fazer fogo controlado na propriedade privada. A maior parte do fogo controlado que tem sido feito em Portugal é nos baldios e na propriedade pública, gerida pelo Estado. Agora, que deve ser incentivado e que deve ser usado, não tenha dúvidas, porque tem um custo muito mais baixo do que as operações de limpeza e, se for bem feito e nas alturas certas, tem uma eficácia tremenda, tremenda.

Relativamente ao fogo controlado, era a única coisa que queria dizer.

Falou-me também em alargar, mas acho que o fogo controlado é demasiado técnico, tem demasiada responsabilidade... Pode alargar-se. Não conheço a legislação ao pormenor, não sei se é obrigatória uma licenciatura em engenharia florestal ou se um engenheiro do ambiente ou de agronomia o pode fazer, mas acho que tem de haver habilitações-base e formação específica.

Quanto à questão do combate e da primeira intervenção, sempre a defendi. Pela minha experiência, e ando nos fogos há 13 ou 14 anos de forma muito intensa, embora andasse desde a minha adolescência, porque passava os verões numa aldeia e, portanto, desde a minha adolescência, como talvez também alguns Srs. deputados, combatia fogos, o que me parece é que melhorámos muito, mas mesmo muito, ao nível da primeira intervenção, depois dos grandes incêndios de 2003 e 2005. Os incêndios têm de se apagar à nascença!

Agora, também há uma coisa que questiono: nos verões de 2006, 2007 e 2008, que me lembre, e estou a falar de uma forma empírica, as corporações de bombeiros, nos dias críticos,

iam para o terreno, estavam pré-posicionadas a fazer vigilância; hoje, aliás, nos últimos anos, deixaram de estar. Porquê? Não percebo porquê, porque as equipas de sapadores florestais estão pré-posicionadas. Ora, se, nos dias críticos, também tivéssemos as equipas de primeira intervenção das corporações de bombeiros pré-posicionadas era uma grande ajuda.

Portanto, penso que a primeira intervenção está bastante melhor, a única coisa que tenho a dizer é que, nos dias críticos, naqueles dias maus, que são 10 dias por ano e estão perfeitamente balizados, o dispositivo tem de estar em alerta máximo. E, às vezes, parece-me que nem sempre isso acontece, por parte de alguns interlocutores.

Relativamente aos fogos de grande dimensão, como lhe disse, pela parte que me toca, não vejo problemas de articulação. Se os há, e também lhes falo, simplesmente, pelo meu conhecimento – é a minha opinião que transmito –, têm que ver com a vinda de outras corporações, de outros locais, de outras regiões do país, para aquele local. É o que me parece, porque, a nível local, na generalidade, temos boas corporações de bombeiros, temos gente com muito valor – isto também tem de ser aqui dito – e que faz um trabalho excepcional.

Quanto ao que foi dito pelo Sr. deputado Miguel Freitas, falou-me na questão da legislação e das ZIF. Já aqui foi dito que a legislação precisa de ser melhorada para dar mais poder à entidade gestora. A Sr.ª ministra veio dizer isso há umas semanas ou há uns meses, nós até já pedimos para sermos ouvidos, porque estranhámos não termos sido ouvidos relativamente a essa nova legislação e, portanto, estamos à espera de ser ouvidos, para podermos dar a nossa opinião, mas o aumento da força da entidade gestora é importante, porque – não tenham dúvidas! – demorará anos até que essa força seja evidente no terreno. É que não é uma força que se dê por decreto, é uma força que se ganha, que é institucional, mas, para se ganhar, é preciso que também tenhamos, por detrás, o apoio do Estado, a legitimidade do Estado. Não basta passar para as OPF (Organizações de Produtores Florestais) e para as ZIF aquilo que o Estado, provavelmente, deveria estar a fazer. O Estado, ao longo dos últimos 10, 15 ou 20 anos, passou para as organizações de produtores florestais muita parte das suas incumbências, mas também tem de nos dar força institucional.

Já falámos do cadastro.

Quanto à rede primária, houve problemas absolutamente... E também já o disse aqui, nesta casa!

A Sr.ª gestora do PRODER, ainda no tempo do anterior Governo, resolveu uma série de “encravanços” que o PRODER tinha relativamente às questões florestais, mas houve um que não foi resolvido e que levou a que, por exemplo, algumas associações tivessem problemas. Não foi o caso da CAULE, aliás, até foi o caso da CAULE, no que diz respeito a um concelho, o de Seia, porque nos concelhos de Arganil e de Oliveira do Hospital não houve problemas. No de Seia houve um problema, que levou a que a URZE (Associação Florestal da Encosta da serra da Estrela), que trabalha em Seia e Gouveia, também tivesse o mesmo problema, que foi o de andar a inventariar os proprietários, um a um, para conseguir fazer os projetos da rede primária do PRODER. Isto é absolutamente inadmissível!

Se temos uma ZIF, se a rede primária está dentro da ZIF... Então, mas a ZIF não é para dar legitimidade de intervenção?! O Sr. presidente da câmara de Seia decidiu que não queria assinar essa responsabilidade, não quis pôr o edital, e eles tiveram de andar a inventariar os pro-

prietários, um a um! Ora, felizmente, no concelho de Oliveira do Hospital, o Sr. presidente até achou que sim, que devia assinar, e assinou. Isto não pode estar dependente de uma interpretação jurídico-política de... Não! Tem de haver legitimidade para intervir numa rede primária! Nós estamos a fazer rede primária, não temos problemas absolutamente nenhuns! Desde que haja bom senso, não temos problemas, estamos a executar milhares de hectares de limpezas em mosaicos, em redes primárias! E os problemas são absolutamente residuais, porque as pessoas ficam contentes. Então, estamos a limpar-lhes as propriedades, quem é que fica contra?!

Foi uma pena esta questão não ter ficado mais resolvida e, por isso, espero que, no próximo quadro comunitário de apoio, estas questões, esta articulação entre o PRODER, as medidas e o ICNF seja mais cabal, para que a nossa intervenção possa ser mais facilmente realizada.

Vou tentar ser rápido. Quanto às dificuldades de implementação do PGF, devo dizer que os nossos PGF esbarraram na questão do cadastro. Quer dizer, nós não tínhamos cadastro e o PGF é uma ferramenta que não tem a objetividade que nós gostaríamos que tivesse. Nós fizemos PGF, em ZIF de 3000 ha, 4000 ha ou 5000 ha, o território foi todo inventariado, definiram-se as várias manchas e as várias operações. Mas onde é que o PGF está a ser pedido? Está a ser pedido onde há intervenção do Estado. E nesta questão das arborizações, neste momento, temos o Estado (finalmente!), temos as câmaras municipais, temos os serviços do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) a solicitarem-nos os PGF – é que, depois, o PGF até há de lá estar no ICNF, mas está noutra gabinete, noutra sítio – para ver, por exemplo, se uma plantação de eucalipto que o “Sr. Manel” se está a propor fazer aqui, conforme a nova legislação, “casa” com o que está no PGF.

Portanto, com os PGF, as coisas estão a começar a funcionar, estão a começar a andar. Tudo ainda muito incipiente, mas acho que estamos num bom caminho.

Relativamente ao dispositivo para a prevenção estrutural, já aqui falado, não lhe posso dar uma opinião muito clara, pois depende das suas atribuições. Não é de pôr de parte, mas depende das atribuições. Acho que é um assunto que pode ser discutido e que deve ser falado. Se há um dispositivo para a questão do combate, então, um dispositivo para a prevenção estrutural também pode ser falado, pode ser discutido.

Relativamente à nossa relação com o ICNF, o Sr. deputado sabe o que tem vindo a acontecer aos serviços florestais ao longo dos últimos anos – e isto foi transversal aos vários governos. Houve uma lenta diminuição de poderes do ICNF, o que é absolutamente triste. E nós sentimo-nos tristes, sentimo-nos, de alguma forma, injustiçados por o nosso grande apoio institucional não estar lá, como deveria estar. Portanto, a única coisa que quero dizer-lhe é que lamentamos que isso tenha acontecido e espero que deixe de acontecer.

A Autoridade Florestal Nacional (e foi o secretário de Estado Ascenso Simões, porque vinha da Administração Interna, que lhe deu o nome) registou uma diminuição de poderes e, hoje tem outro nome, mas continua na legislação como Autoridade Florestal Nacional mas de “autoridade” tem muito pouco!...

Portanto, a única palavra que aqui deixo é que não podemos continuar a diminuir a força do ICNF, a pouca que ele ainda tem.

Quanto aos sapadores florestais – e não posso deixar de falar neles –, o problema é não só não termos atingido a meta dos 500, mas também continuarmos a ter a mesma verba, de

35 000 €, que tínhamos em 1999, e ainda haver tendência para a sua diminuição. É porque nós temos na mão uma nova proposta de lei, que ainda estamos a analisar, mas que nos deixa extremamente apreensivos. E tenho muita pena – e, como ando no terreno, tenho orgulho em ver as minhas equipas bem equipadas, porque consigo comprar-lhes as fardas e os capacetes de incêndios e todo esse equipamento de proteção individual – de ver outras equipas com os fatos rotos, com os carros a cair, numa situação de degradação que não vejo nas corporações de bombeiros... E porque é que não vejo isso nas corporações de bombeiros? Sabe porquê? Porque os bombeiros têm uma força que nós não temos. E isto é um alerta que aqui deixo: olhem para as equipas de sapadores. Nós estamos no terreno permanentemente, todo o ano, a trabalhar, temos homens com muito valor a fazer o mesmo trabalho, um trabalho extremamente importante para a floresta. As equipas de sapadores não podem ser abandonadas. O programa de sapadores é um programa de grande valia para este país e, portanto, não pode ser abandonado.

A formação dos sapadores florestais é péssima, não há formação, há muitos anos que não há formação. E, se quisermos tê-la, tem de ser a expensas próprias, ou através das nossas candidaturas ao POPH ou ao PRODER.

Portanto, devia haver uma articulação por parte do ICNF para dar a formação a essas equipas – e isso não está a acontecer. E sinto isso permanentemente no terreno. Até porque há rotação, há novos membros a entrar e não há formação para estas equipas.

Relativamente à questão, de que já falei, da responsabilidade civil, dos 50 metros, acho que deixei bem claro que o que nos incomoda é o abandono dos 50 metros. Agora, se isso se resolve com uma multa da GNR na hora, não sei... Se for para resolver, nós aplaudimos.

Já falei da formação e também já falei na rede primária. É só isto que tenho a dizer. Fico à disposição dos Srs. deputados. Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Mais algum dos senhores quer intervir? Em caso afirmativo, agradecia que se identificasse e referisse a ZIF que representa.

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira* (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): – O meu nome é Gilberto Pereira, pertenço à Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão. Nós temos quatro ZIF nas zonas de Loulé, Tavira e São Brás, mais concretamente duas na zona de Tavira, uma na zona de São Brás e uma na zona de Loulé.

Falou-se aqui numa série de questões, sendo que este último interlocutor, de certa maneira, falou naquilo que também nos preocupa. São todas elas questões muito pertinentes relacionadas com os fogos florestais, está tudo interligado.

Diz-se sempre que os campos estão abandonados – e, de facto, alguns estão – mas vou referir aqui três questões que levam a que isso aconteça. É porque o agricultor ou o proprietário da propriedade rústica não é igual a todos os outros detentores de qualquer bem. Quando o proprietário não tem qualquer sustentabilidade da sua propriedade, o que é que acontece? Estamos inseridos exatamente no coração da serra do Caldeirão, onde a cortiça é o principal bem, mas a doença do sobreiro e os fogos florestais têm dizimado uma grande parte deles. Logo, a sustentabilidade vai sendo cada vez menor.

Ora, isto ligado à estrutura fundiária – e nós temos uma média de propriedade de pouco mais de 0,5 ha –, em que é que resulta? Resulta no êxodo rural e no envelhecimento das pessoas que lá vivem.

Ora, perante uma estrutura fundiária miserável como esta e perante a falta de sustentabilidade da propriedade devido ao que já referi (a doença do sobreiro e os fogos que têm dizimado uma grande parte deles), ficam lá os velhotes. E agora, com esta gente e com uns que estão na França, na Alemanha, etc., e outros que têm propriedades, mas no terreno nada existe, o que é que fazemos? As ZIF, de certa maneira, vieram dar algum ânimo, só que não se tem ultrapassado para além da prevenção contra incêndios (combater os riscos provocados por agentes bióticos e abióticos é o que temos feito).

Agora, o terreno está lá, só que não está lá nada plantado. Ora, naquilo cresce mato e o mato, com uma carga combustível, quando há um incêndio, vai por ali dentro. Claro que, no meio daquilo tudo, vai apanhando outras propriedades que têm lá alguma coisa, nomeadamente o sobreiro.

Ora, com este “caldo” complicadíssimo e complexo, como é que nós conseguimos dar volta a isto? O cadastro é um problema, mas, agora, por acaso, no concelho de Loulé, já estamos em cadastro e todas as pessoas têm de ir lá pôr os marcos e dizer que aquela propriedade é delas.

Mas isto é um “caldo” complicadíssimo. A propósito dos matos, surgiu a questão das centrais de biomassa. Não sei... Mas, pelo menos na nossa zona, será para queimar mato? E o transporte? Então, vamos tirar o mato do terreno, que já de si é pobre? É melhor triturá-lo e deixá-lo lá ficar, se calhar é muito mais produtivo. Além de que ninguém consegue retirar de lá tirar biomassa. A não ser – e é o que eles estão a fazer – madeira. E para conseguir madeira, em vez de ir para tábuas para a construção ou para fazer paletes, é muito mais fácil triturar ali o tronco. Mas mesmo o tronco, ainda há dias, veio ter comigo um proprietário, que tem cerca de 30 ha ou 40 ha de pinheiro, que tem de fazer o desbaste, e mesmo para biomassa não paga o trabalho de fazer esse desbaste – e já são pinheiros com 18 anos.

Logo, estão a ver como é que é esta história do transporte. Disseram aqui há pouco que, em volta de uma central de biomassa, não havia incêndios. Sim, se eu colher o mato aqui e o levar para 2 km de distância, é relativamente simples. Agora, colhê-lo no Algarve e levá-lo para onde...? Nós já fizemos uma visita a uma fábrica de *pellets* e, de certa maneira, ainda rentabilizava... Mas o transporte não cobre tudo, o transporte não deixa rigorosamente nada, e ninguém está para retirar da propriedade o material combustível e depois ainda pagar por isso.

Logo, tudo se resume à falta de sustentabilidade, à estrutura fundiária, ao envelhecimento das pessoas e ao êxodo das pessoas desses locais.

Agora, o que é que vamos arranjar aqui, de maneira a que as ZIF possam, de certa maneira, colmatar algumas destas lacunas? Eu, que fui técnico agrícola, durante muitos anos, num ministério, que passo muitas noites a pensar sobre isto e que tenho certamente tantas dúvidas como todos os que estão aqui, pergunto: como é que vamos conseguir sustentabilidade para isto? É que, até aqui, é muito simples: vai o projeto, vem o subsídio, e nós gerimos. Felizmente, temos quatro técnicos florestais, temos uma equipa de sapadores, provavelmente uma das mais estáveis de Portugal, que tem cerca de 12 anos e que temos de equipar, etc. Por isso, os 35 000 € não chegam e temos de encontrar artimanhas para retirar alguma prestação de servi-

ços. Isto tem sido tudo muito difícil, mas isto há de ter um fim. Ainda no ano passado, estivemos para acabar com ela, mas lá nos arranjaram uma viatura que tinha 12 anos e lá conseguimos ainda continuar.

A situação é esta. De qualquer maneira, há algumas propostas. E se permitem, o Eng.º José Pedro Albuquerque, que é o nosso coordenador da associação, poderá explicitá-las.

O Sr. coordenador: – Faça favor.

O Sr. Eng.º *José Albuquerque* (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): – O meu nome é José Albuquerque, pertenço também à Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão e sou responsável pela ZIF de Loulé, a primeira a ser constituída no Algarve, em 2007.

Temos dois grandes objetivos na associação que vamos, nomeadamente logo com as ZIF, tentar resolver: o problema dos incêndios e o problema das pragas e das doenças. E tendo as ZIF constituídas, a primeira coisa que fizemos foi candidatar-nos ao PRODER para medidas de apoio a DFCl (Defesa da Floresta Contra Incêndios) e medidas de combate a pragas e doenças.

Um problema muito grave que temos, a nível do sobreiro, é o seu declínio, problema este que não foi aqui falado, cujo âmbito não este, mas que causa o abandono – o declínio que vai causar o abandono da propriedade, a falta de rentabilização e, por sua vez, temos o problema dos incêndios.

Já tive a oportunidade de dizer isto e já tivemos várias conversas sobre isto: os agricultores, na nossa zona (e vou falar dos da nossa zona), não querem subsídios, não querem dinheiro; querem, sim, rentabilizar as suas terras, querem, no final do seu investimento, receber o retorno do dinheiro que investiram.

É o que queremos: investir dinheiro, mas saber que temos um retorno, que o setor florestal não está a dar às pessoas. Para isso, tem de ser colmatado com os incentivos, não com subsídios, nem com dinheiro, mas com incentivos para apoiar a floresta.

Esses incentivos têm dois problemas: os incêndios e o problema da doença – ou plantamos árvores e temos de ter sustentabilidade e, assim, não há incêndios, o que custa dinheiro – ou então, no nosso caso, temos o problema do sobreiro, que tem uma mortalidade muito grande...

Depois, ainda temos problemas para cumprir densidades com o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.) e, se não se cumprir, a devolução do dinheiro.

Na última década houve muitas devoluções de dinheiro a nível de projetos comunitários, pessoas que tiveram de devolver dinheiro, o que as descredibilizou e desmotivou de pedirem novos subsídios.

Para vos dar uma ideia, ao abrigo do AGRO fizemos cerca de 150 a 200 projetos, em que uns não foram apoiados no final do Quadro Comunitário, transitaram para outros, mas fizemos 200 projetos, dos quais 150 foram aprovados. Neste Quadro Comunitário fizemos 15! No PRODER fizemos 15! As burocracias são tão grandes e os problemas que se ouviram falar do AGRO são tão grandes que as pessoas desmotivaram-se.

A nossa propriedade é pequena. Começou logo aquele problema de os PGF terem de ser para áreas superiores a 25 ha. Depois, baixaram para 5 e andámos a discutir isso no início do

quadro comunitário de apoio, mas é preciso fazer um PGF. Como o PGF não é financiado, os proprietários que tinham 15 ou 20 ha – que era a média das nossas propriedades e que já dava para fazer um bom projeto – tiveram de pagar e têm de ser agricultores, têm de pagar impostos, depois do que vão receber? Houve muita gente a devolver dinheiro dos impostos que receberam de 2007. Penso que foi no Algarve que isso começou, onde houve pessoas a devolverem muito dinheiro por causa do regime simplificado, que considerava 70% do subsídio recebido em impostos, quando a pessoa tinha gasto 100% e só tinha recebido 90 daquele subsídio, mas não podia apresentar a despesa porque estava no regime simplificado. Houve muita gente a devolver tanto ao IFAP, como, depois, a nível de impostos.

Neste momento, parece que o Orçamento de 2014 reduziu essa taxa do regime simplificado de 70 para 30%, mas, mesmo assim, as pessoas têm as faturas em como gastaram 100%. Têm subsídios de 70, de 60, de 90%, mas têm as faturas em como gastaram 100%. Mas, neste caso, em 2014, o regime simplificado diz que 30% tem de ir a impostos, apesar de tudo, o que desmotiva as pessoas ao nível de fazerem projetos.

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira* (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): – Não é tanto assim!

O Sr. Eng.º *José Albuquerque* (ZIF de Tavira e de São Brás de Alportel): – Depois de ter ouvido os meus colegas e o meu dirigente falar, vou, se calhar, apostar aqui mais em algumas sugestões práticas que possam resolver alguns problemas.

Faço a pergunta: se é obrigatório o PGF acima dos 50 ha no Algarve – e acho que é de 100 no Alentejo e de 25 ha no resto do país –, porque é que abaixo dos hectares obrigatórios nos PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal), os investimentos do PRODER obrigam a PGF?

Muitas vezes estamos a plantar árvores não para investir, mas mesmo para ocupar a terra. Uma plantação de sobreiros demora 80 anos!... A pessoa não está à espera, em 80 anos, de receber um investimento, está a fazer um bem ao país!

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira*: – E ao ambiente.

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Para que é preciso um PGF a dizer que o modelo de silvicultura do sobreiro vai dar rentabilidade a 80 anos, quando sabemos isso? Há propriedades pequenas, então, isentem-nas do PGF, façam projetos simplificados. A nível do AGRO já havia, mas, agora, há as medidas forfetárias que foram criadas e que são mais simples: a pessoa não tem de fazer pedidos de pagamento, faz o trabalho, recebe uma quantia que está mais do que tabelada, essa quantia vai a impostos, vai à contabilidade, vai onde for. É simples: até 25 ha, acho que é uma proposta, mas também de isentar de PGF estes projetos de arborização e de beneficiação.

Posso dizer que quando a nossa ZIF começou a ser constituída, no tempo do AGRO, em que começámos a pensar nas ZIF por causa do incêndio de 2004 e de 2005, no final do quadro comunitário, do AGRO, saiu, à última hora, uma legislação a dizer que as ZIF eram apoiadas em beneficiações e arborizações de 90% a 100%, com 10% de majoração para as ZIF, que era de 90% e passou para 100%, não havia uma única ZIF constituída nessa altura!... Logo, não houve um único projeto que tenha entrado.

A legislação saiu no final do quadro comunitário. Entretanto, acabou o dinheiro, as ZIF não estavam constituídas, tínhamos a candidatura para poder fazer e não tínhamos as ZIF constituídas. Veio o PRODER e os apoios financeiros deixaram de ser para as arborizações e beneficiações, mas passaram a ser para a defesa da floresta contra incêndios e a biótica. Claro que aproveitámos, também, não vou dizer que não, mas a outra, que era de intervenções diretas na rentabilização do setor florestal, deixou de haver.

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira*: – Existem, mas são muito baixas.

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – São baixas, são a 50, 60%, o que não compensa. A ZIF não tem capacidade para pôr o autofinanciamento do proprietário, nem para assumir os próprios compromissos.

Torna-se importante a rentabilização da propriedade em si, de as pessoas voltarem a ter confiança naquilo que vão plantar, naquilo que vão produzir, que não tenham problemas de incêndios, que não tenham problemas de biótica e que seja rentável no fim. Porque, de resto, estamos a trabalhar para o ambiente, estamos a trabalhar para a paisagem, que é para o que nós estamos a trabalhar, neste momento. A Associação, a ZIF, está a trabalhar a nível da paisagem. Gostamos do sócio a, b e c, e todas as pessoas têm de ser apoiadas, mas a nossa perspetiva, quando constituímos a ZIF, é a nível da paisagem. Foi aí que fizemos as faixas de gestão de combustível, os mosaicos e os projetos de pragas e doenças nas zonas afetadas.

A minha primeira proposta é a de haver projetos simplificados, forfetários, abaixo de 25 ha (esta medida pode ser pensada melhor), isentos de PGF. Esta é a minha primeira proposta.

Ainda para o próximo quadro comunitário, à semelhança do AGRO, havia um apoio às infraestruturas florestais, que dava para fazer a beneficiação do caminho florestal de terra batida, tanto para as câmaras, como para as associações, a 80%. Não houve apoio a nível de caminhos florestais, nem para meter manilhas, nem para arranjar valetas, nem...e isso é essencial no combate a incêndios. No AGRO, posso dizer que a Associação investiu, com o retorno de 80%, cerca de 500 000 € em caminhos florestais. Foram mais de 100 km de caminho. Claro que tivemos o apoio da câmara e dos proprietários e “fizemos trinta por uma linha”..., mas deixámos, em 2008, no final do AGRO, os caminhos da nossa zona impecáveis. Não tivemos a continuidade do arranjo dos caminhos. Infelizmente. Estamos a ter agora, porque os caminhos são apoiados nas zonas ardidas. Por favor, é preciso arder para arranjar caminhos?

Isto espanta-me: é preciso o terreno arder para eu ter um financiamento de 100% para arranjar os caminhos! Não quero que arda, quero ter o financiamento por não arder. Tenho, neste momento, à porta da Associação, um camião de manilhas para pôr, mas só as posso pôr na zona ardida, porque é onde há financiamento para beneficiar os caminhos por causa da erosão. Para os outros caminhos que devíamos estar a arranjar para ver se não ardem no próximo verão, para os bombeiros poderem passar à vontade, não temos financiamento.

Aparte inaudível na gravação.

Apoiar os caminhos florestais no próximo quadro comunitário é importante, bem como a construção de pontos de água.

Não sei como está o meu tempo, mas vou tentar ser mais concreto...

O Sr. *coordenador*: – Sr. engenheiro, o tempo que tem disponível está um bocadinho ultrapassado, mas faça favor de continuar.

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Vou terminar.

Quanto aos aglomerados populacionais, tem-se falado, aqui, nos 100 metros à volta dos aglomerados populacionais e nos 50 metros das habitações. Desculpem, mas fiquei a saber hoje que não há apoio para os aglomerados populacionais, não há incentivo para as pessoas os fazerem.

Há uma maneira de se arranjar, que é de os tentar meter na faixa primária, tentar meter no PRODER, mas não está legislado. Tem de ser dada uma boa argumentação ao técnico para ele inserir na faixa primária, que pertence à secundária, os 100 metros de aglomerados populacionais.

Conseguimos fazer os 100 metros com o apoio das câmaras municipais e tivemos lá um ano, dois anos, conseguimos. Mas não há...

Devia haver, da mesma maneira...

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira*: – Com o auxílio das câmaras, mas os proprietários também contribuem!

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Contribuem sempre, mas da mesma maneira que há apoios nas ZIF a 100% para fazer a faixa primária, era também resolvido o problema dos 100 metros à volta dos aglomerados, se calhar com o mesmo apoio, mas não há incentivo, há a obrigação de os proprietários... que não são os donos das casas – temos esse problema – que têm de fazer limpeza, mas são os donos das terras, que muitas vezes não moram lá: não posso mexer naquele terreno, porque é do fulano a, b, ou c, que tem o terreno, mas que nem sei onde está, e esse vizinho, que não mora lá, e que só tem o terreno daquele artigo, todos os anos tem de mandar limpar aquele terreno para o outro poder lá viver.

A obrigação dos 100 metros de aglomerados populacionais é do proprietário do terreno e não do proprietário da casa, o que gera conflitos, há conflitos sempre entre... e nos 50 metros, a mesma coisa, nos 50 metros da casa, a mesma coisa.

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira*: – Muitas vezes só tem lá mato!

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – E muitas vezes é só mato. Portanto, 50 metros à volta da casa, mas não é do proprietário, é do vizinho que não mora lá, e isto cria aqui alguns problemas, porque não há apoios financeiros.

Vou falar, agora, sobre o Fundo Florestal Permanente (FFP), que inicialmente apoiava privados e atualmente não o está a fazer, se não me engano, exceto na certificação florestal, salvo erro...

O Sr. Eng.º *Gilberto Pereira*: – A certificação florestal já acabou!

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Também já acabou a certificação florestal? Então, parece que a única coisa que havia para apoiar os privados no Fundo Florestal Permanente, atualmente, que era a certificação, já terminou...

Mas, inicialmente, quando foi criado, o Fundo Florestal Permanente – estamos a falar em 2005, 2006, depois dos incêndios – apoiou a elaboração de PGF pelos proprietários a 100%, os quais se podiam candidatar ao Fundo para elaborarem os PGF. Passados dois anos, isso terminou.

O Fundo apoiou as ZIF na constituição e no funcionamento, pelo menos durante três anos, com um técnico, para apoiar as ZIF. Neste momento, estou convencido de que as contas de todas as ZIF estão fechadas com o Fundo – não há dinheiro para as ZIF e as contas estão totalmente encerradas. Se quisermos manter o técnico da associação a trabalhar nas ZIF, que tem o tal assunto burocrático, de manutenção, não há financiamento. Os técnicos das ZIF têm de ser financiados pelas associações ou pelas entidades gestoras. As entidades gestoras têm de arranjar dinheiro para pagar ao técnico que, por sua vez, está ao dispor da ZIF. Salvo erro, até 2010, isto era financiado pelo Fundo Florestal Permanente. Agora, não é.

Estas candidaturas do Fundo Florestal Permanente podiam ser utilizadas pelas pessoas que não tinham dinheiro – e aí tentou-se limpar os tais 50 metros à volta das casas – que podiam, através das OPF (Organizações de Produtores Florestais), arranjar maneira de incentivar as pessoas a poderem contratar alguém para fazer aquele trabalho e aí já não teriam desculpa por não terem feito os 50 metros: ou faziam pelos seus meios ou, então, teriam possibilidade de se candidatar ao Fundo Florestal Permanente.

Vou terminar com a questão dos sapadores florestais. Não, aqui havia muita coisa, mas não me vou alargar.

Quanto à questão da faixa primária, as ZIF fazem a faixa primária, mas não são obrigadas a fazer. Fazem por sua iniciativa, porque têm os projetos.

Os municípios fazem a faixa primária, porque também têm algum... Enfim, não há a obrigação de ninguém fazer a faixa primária.

A rede primária está definida – e peço ajuda aos meus colegas –, mas por lei não é de ninguém.

Apartes inaudíveis na gravação.

O planeamento é do ICNF. E a execução?

Uma voz não identificada: – É da entidade que superintende o território.

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Pode ser qualquer um!

Uma voz não identificada: – Pode ser o proprietário, pode ser...

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Pode ser qualquer um! É a ideia que tenho. Não há responsabilidade de uma pessoa ou, melhor, entidade, diretamente, para fazer a faixa primária. Podem ser as ZIF, pode ser o município, pode ser o proprietário, qualquer pessoa se pode candidatar à faixa primária, e vamos tendo retalhos.

Faço a faixa primária da minha ZIF, por acaso a câmara de Loulé fez da minha ZIF para a frente mas, depois, parou. A câmara de São Brás fez da minha ZIF de São Brás para a frente e fomos ligando ao longo de vários anos, porque houve coordenação. Mas o proprietário podia candidatar-se à faixa primária e fazer um bocadinho e o outro não fazia. O município podia candidatar-se a todo...

Há responsabilização de quem planeia mas, depois, não há uma entidade que diga “é o município que tem de fazer”. Evidentemente que, depois, se o município não fizer, pode, por protocolo ou de outra maneira qualquer, passar a responsabilidade para outro.

Em relação aos sapadores florestais, giro a equipa de sapadores florestais desde 2001, e, tal como os meus colegas, anualmente, são 35 000 euros. Isto desde 2001 até este ano.

Não sabia que ia ser alterada novamente a lei dos sapadores florestais, mas de há 12 ou 13 anos que a lei muda de 2 em 2 anos e todos os anos temos um critério novo.

Quando nos candidatámos aos sapadores florestais havia uma liberdade – e eu concordava com isso – e uma responsabilidade muito grande dada às OPF, isto é, diziam: “Têm aqui uns homens e a vossa responsabilidade é silvicultura preventiva, prevenção de incêndios, a nível de primeira intervenção, e vigilância, no verão. Coordenem-se, digam como querem o vosso planeamento e vamos embora para a frente, vamos trabalhar”. Nós apresentávamos planos de atividade, relatórios de atividade, aprovados pelo ICNF, e cumpríamos o que planeávamos fazer e estava coordenado.

Neste momento, os 35 000 euros que o ICNF nos paga são para pagar seis meses de serviço público, à responsabilidade do ICNF. Ficamos com seis meses para nós e pagamos a outra quantia. Passa-se assim também com os outros? É igual?

Uma voz não identificada: – É!

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – É igual. Isto faz com que não tenhamos liberdade sobre a equipa para a gerir.

Como reparam, no inverno, nos seis meses que ficam para nós, há chuva. Temos de rentabilizar a equipa em dias de chuva. É difícil!

Posso dizer-vos que quando me davam a responsabilidade para fazer vigilância, no verão, fazia turnos com a minha equipa, trabalhávamos sábados, domingos e feriados. Agora não!

Agora, trabalhamos dias úteis, no horário definido pelo ICNF, que é das 11h e 30m às 19h. É isso que está estipulado em protocolo e nós cumprimos. Temos as regras muito mais apertadas e sabemos que os incêndios não aparecem nos dias úteis... Ah, e nos dias de alerta amarelo... Ou seja, nos dias de alerta amarelo fazemos vigilância; os outros dias não são considerados dias de serviço público e podemos estar a fazer silvicultura ou o que quisermos.

É claro que temos a consciência de que um dia em pleno verão, em pleno agosto, no Algarve, apesar de não ser de alerta amarelo, é de risco! É de risco e não vamos estar a trabalhar com uma motorçoadora às 14 horas!

O que é que os meus homens estão a fazer às 14 horas? Com certeza que estão a fazer vigilância, a fazer serviço público, e esse dia não é contabilizado porque não é de alerta amarelo.

O equipamento era renovado, não anualmente mas de 5 em 5 anos, ou seja, de 5 em 5 anos havia manutenção do equipamento pela Autoridade Florestal Nacional, e era apoiada pelo Fundo Florestal Permanente. Tentei candidatar-me ao Fundo Florestal Permanente para ir buscar equipamento e eles disseram-me: «Não, quem vai buscar dinheiro ao Fundo Florestal Permanente é a DGRF (Direção-Geral dos Recursos Florestais), na altura».

O Sr. *coordenador*: – Agradecia-lhe que apressasse um bocadinho a sua exposição...

O Sr. Eng.º *José Albuquerque*: – Com certeza.

Portanto, se nós quiséssemos ir buscar equipamento teríamos de ir através da DGRF, que nos entregava equipamento.

Atualmente, se quisermos ter equipamento novo, temos de o comprar. Logo, os 35 000 euros têm servido também para comprar equipamento, para manter a carrinha e manter tudo. Não há uma diminuição de dinheiro mas há uma diminuição de regalias, o que põe em causa a equipa de sapadores.

Peço desculpa por me ter alargado.

O Sr. *coordenador*: – Algum dos senhores pretende intervir?

Pausa.

Agradecia que se identificasse.

O Sr. Eng.º *André Mendes Nunes* (ZIF da Aldeia do Mato, Abrantes): – O meu nome é André Mendes Nunes. Faço parte da Gestiverde, entidade gestora da ZIF da Aldeia do Mato. Já há algum tempo estive aqui, por causa do decreto-lei n.º 96/2013...

Queria começar seguindo a sugestão do colega acerca de o PRODER ser mais ágil para áreas de menor dimensão. Existem já projetos simplificados, sempre que apresentamos um pedido de autorização ao ICNF para arborização. Se calhar, se houver incentivo para outras espécies, nesse enquadramento, bastaria o projeto que se apresenta segundo o decreto-lei n.º 96/2013 para fomentar a cultura do sobreiro, do pinheiro manso, em pequena escala.

Era uma forma de utilizar o que já existe e coordenar o PRODER com essa existência, ou seja, havendo um aval do ICNF, o técnico do PRODER, depois, só tem de ver da adequação que o ICNF deu para providenciar as verbas necessárias para a execução. Acho que era uma forma expedita, usando aquilo que já há, ou seja, não tem nada de novo, para resolver essa questão.

Voltando àquilo que me trouxe cá, a vosso convite, que muito agradeço, na ZIF da Aldeia do Mato as realidades são diferentes daquelas que já foram descritas mais a norte e mais a

sul. Estamos no concelho de Abrantes, distrito de Santarém, e a nossa realidade é sobretudo a floresta de produção de eucalipto. Todo o esforço que faço enquanto gestor da ZIF da Aldeia do Mato é no sentido de convencer os proprietários da necessidade, para preservar o eucalipto existente, de aproveitar aquilo que existe de outras espécies, ou de mato para culturas diferenciadas, exatamente para preservar o que lá existe.

Toda a gestão florestal tem os seus “quês”. Felizmente, temos cadastro para trabalhar mas isso não nos simplifica o trabalho porque voltamos sempre à questão demográfica.

Neste momento, estamos num processo de alargamento da ZIF, porque as pessoas têm apreciado o trabalho e os aderentes deram-nos um mandato, a nível da assembleia, para fazer o alargamento ao resto do norte do concelho de Abrantes, que tem o mesmo tipo de relevo. Todo o resto das freguesias do norte do concelho de Abrantes alimentam a bacia hidrográfica da albufeira de Castelo do Bode, temos os mesmos problemas em termos da ocupação do espaço, o mesmo tipo de minifúndio, com eucalipto e pinho, sendo muito do pinho resultante dos fogos de 2003 e 2005, que deram depois origem à ZIF, que foi o que motivou as ZIF, ou seja, foram os fogos desses dois anos que deram origem às ZIF.

Portanto, todo o esforço que temos feito, mesmo com cadastro, às vezes é inglório. Por mais cartas que enviemos ou por mais que nos desloquemos a casas de pessoas noutros pontos do país, é sempre muito complicado porque ou não atendem ou não respondem às cartas que enviamos a sensibilizá-los para a existência da ZIF e para a pertinência de aderirem à ZIF.

Por isso, temos feito sobretudo muito trabalho de divulgação daquilo que é a realidade da ZIF, combatendo muitos mitos, porque muitas vezes, sobretudo no processo de criação da ZIF, falava-se que as pessoas não teriam direitos sobre os terrenos a partir do momento em que aderissem, direito de venderem os seus terrenos, etc. Tudo isso era muito complicado e tive mesmo uma proprietária que disse, no início, que não aderiria porque pensava que a ZIF podia vender o seu terreno e construir lá um hotel.

A verdade é que isso foi-nos descrito e isso passa muito na cabeça das pessoas, sobretudo porque estamos a falar de uma faixa etária de 70/80 anos. Sou sempre o mais novo nas assembleias. Felizmente, agora, utilizando os mecanismos das redes sociais, temos tentado divulgar, sobretudo aos filhos e netos desta geração de proprietários, esta existência, sobretudo para que eles se aperceberem do valor que os pais detêm. É que quando estão aqui em Lisboa há sempre aquela coisa de ter de ir a Abrantes – faz muito calor ou é muito frio e não nos interessa... Mas temos de saber trabalhar com esse fator demográfico.

Outra coisa que acho que era importante debelar e de que já se falou aqui é a questão do ordenamento e do minifúndio.

As ZIF, quando funcionam bem, minimizam o facto de trabalharmos com minifúndios, mas poderia haver iniciativas para o ordenamento do território e a promoção do emparcelamento que acho que eram importantes até para zonas onde não existe cadastro e de que já falei aqui da outra vez que cá estive como sendo um problema a resolver. Da última vez que cá estive falou-se muito da eucaliptização, por causa de 1996/2013.

A minha ideia – obviamente que isto é uma proposta – é que se dessemos algum tipo de benefício fiscal para que um proprietário que na área da ZIF da Aldeia do Mato tenha 30 ha separados, 20 parcelas diferentes com as 20 dimensões que tenham, se dessemos 2 ou 3 anos,

como aqui se falava, para falar com os vários vizinhos – é que eles depois sabem encontrar-se, quando fazemos ou promovemos alguma coisa, eles, depois, sabem encontrar-se – e fazer trocas de cadernetas ou fazer negócio, enfim da forma que eles arranjassem, havendo um benefício fiscal para o permitir, aquele senhor, em vez de ter 30 ha em 20 parcelas, passaria a ter os mesmos 30 ha em duas parcelas, o que já teria outra escala e outra dimensão.

A ZIF a que pertença é um “mediofúndio”, ou seja, a área média dos nossos proprietários é de 3 ha, mas a dos não aderentes é de menos de 1 ha. Portanto, tem sido difícil sobretudo apanhar os pequeninos. Para cumprirmos os rácios de existência da ZIF, quando se elaborou a ZIF, foi-se atrás dos de maior dimensão e agora o trabalho tem sido mostrar – isto é muito como São Tomé, “ver para crer” – que as ZIF funcionam, e as pessoas têm aderido com o trabalho feito.

Pedi para ser entregue um conjunto de documentos contendo as estatísticas da nossa realidade porque acho que é importante. As ZIF da zona do vale do Sousa, da serra da Estrela, da serra do Caldeirão são realidades diferentes. Pensa-se uma realidade com carácter nacional mas, depois, tem de se fazer uma interpretação diferente, e é dessa interpretação, feita melhor ou pior, que resulta o sucesso das ZIF.

Tivemos de abdicar do poder que às vezes se reclama para as entidades gestoras e dá-la aos aderentes, ou pelo menos dar-lhes a esperança de que tudo o que é feito na ZIF – e é assim que temos trabalhado – é decisão das assembleias de aderentes, ou seja, os proprietários é que detêm o poder da ZIF.

Tudo o que é feito, os projetos de arborização, de controlo de pinho bravo resultante da regeneração natural pós-incêndio, mesmo as estruturas de FCI (floresta contra incêndios) que temos estado a aplicar, esta questão do alargamento e mesmo quanto às ideias para o futuro, como a introdução de rebanhos para fazer a manutenção destas estruturas de FCI e projetos de jovens agricultores nas áreas agrícolas – sabemos, historicamente, que antes os fogos paravam nas zonas agrícolas e hoje em dia é onde eles começam ou onde ganham maior dimensão, por isso é que se ouve muito que ardem áreas de matos e não tanto floresta –, enfim, temos tentado “brincar” com todos os mecanismos que existem e sermos inventivos para criar soluções para as pessoas se fixarem.

Sobretudo com os projetos de jovens agricultores, os descendentes de proprietários, que estão neste momento desempregados em zonas urbanas, podem assim regressar e constituir-se como empresário em nome individual ou inserir-se em explorações já existentes e, fazendo isso, estamos a diminuir o risco de incêndio da área que temos, novamente, de eucalipto.

Porém, estamos a trabalhar na área agrícola, nas áreas de mato, etc., e também temos preocupações de conservação por causa da qualidade da água na albufeira de Castelo do Bode, que consumimos aqui em Lisboa.

Portanto, temos sempre isto em mente e seria importante nesse trabalho que houvesse algum tipo de apoio. Um dia hei de “bater à porta” da EPAL para eles participarem desta gestão, porque, ao fim e ao cabo, estamos a prestar-lhes um serviço e poderia haver algum mecanismo de compensação porque um produtor já não pode ter o eucalipto colado à água, como diz a lei, mas ele existe – sobretudo a montante, em Ferreira do Zêzere, o problema é gritante.

Assim, poder-se-ia arranjar aqui um mecanismo de compensação por estarmos a prestar um serviço ambiental e uma empresa que usufrui desse serviço ambiental poderia dar ali um

retorno. Quem diz a EPAL, diz a EDP e mesmo as celuloses que estão aí inseridas e que nos têm ajudado na gestão.

Demoniza-se muito o eucalipto – pessoalmente, sou contra o eucalipto nas zonas erradas, mas também não é a contrainformação a que muitas vezes assistimos nos *media* –, mas o facto de termos eucalipto tem diminuído o risco de incêndio. É porque existe uma gestão mais efetiva e mais ativa por parte das pessoas, porque existe ali um valor acrescentado e as pessoas querem salvaguardá-lo. Por isso é que ter eucalipto não é assim tão complicado.

Obviamente que para gerir aquele eucalipto, para não ficarmos com uma zona contínua desde o Entroncamento até Mação, temos de criar descontinuidades no meio desse eucaliptal e é nisso que temos apostado.

Quando há bocado se falou da defesa da floresta contra incêndios, eu quanto a combate de incêndios, felizmente, tenho pouca experiência, porque a nossa empresa assumiu a ZIF há cerca de três anos. Herdámos-la de outra empresa que, infelizmente, foi apanhada pela crise... Houve um convite por parte dos aderentes e uma assembleia, onde houve uma grande votação, para que fôssemos a entidade gestora substituta.

É verdade que não faço combate de incêndios, mas trabalho muito na prevenção florestal, primeiro, fazendo aproveitamentos produtivos das áreas incultas, nomeadamente as áreas de matos, controlando, sobretudo, a regeneração que existe no subcoberto do eucaliptal e mais recentemente temos feito as estruturas de defesa da floresta contra incêndios.

Como disse aqui o colega, fomos mais abrangentes e consta do primeiro mapa do caderno que vos foi entregue as intervenções que realizámos. Portanto, fomos a tudo aquilo que considerámos crítico. Fomos à rede primária que havemos de executar este ano, e estabelecemos uma hierarquização, porque responde também a algumas questões que aqui foram colocadas.

O ano passado, concentrámo-nos sobretudo nos aglomerados populacionais, porque, se houvesse necessidade, queríamos deferir o combate de incêndios das casas para dentro da floresta que é efetivamente a riqueza daquelas pessoas e tal como vimos no Caramulo os quintais a arder quisemos que se houvesse alguma necessidade de intervenção isso fosse feito nas matas.

Para isso executámos as redes secundárias nas zonas em que os caminhos já estão constituídos como estradões; portanto, onde já são largos ainda vamos promover caminhos extraflorestais e, felizmente, temos apoio para isso.

Obviamente, que tudo isto foi feito em coordenação... Há bocado falava-se do ICNF, do PRODER, dos corpos de bombeiros, da proteção civil e de como é que tudo isto se integra, eu fiz tudo com conhecimento e com conivência e ajuda de todos. Portanto, quando começámos a pensar os projetos de florestação o ICNF foi contactado, o Gabinete de Proteção Civil e também os proprietários para percebermos exatamente quais eram os problemas que as entidades que sobreintendem o território já tinham.

Quanto ao projeto de Defesa da Floresta Contra Incêndios falámos primeiro com o ICNF para perceber o que era a realidade para o distrito e o que era urgente fazer-se e com o apoio deles depois foi fácil a argumentação para fazermos os aglomerados populacionais porque se percebeu da necessidade da sua intervenção, obviamente observando os requisitos da lei.

Foi solicitada à câmara municipal a introdução de mais rede secundária em pontos que considerámos chave e isso foi feito a nível da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Portanto, houve aqui entre o ICNF, o PRODER, a câmara municipal, o corpo de bombeiros, o Gabinete de Proteção Civil e o GTFI (Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal) toda uma coordenação para que o projeto fosse feito. Mais tarde, além da área da ZIF, a câmara municipal pegou na deixa e também submeteu uma candidatura que por causa dos preceitos a que a lei obriga ainda não está em execução, porque ainda tem de ir a júri, a concurso público, é tudo mais moroso.

Nós, que somos uma empresa, somos guiados por objetivos determinados. Temos de fazer isto este ano e a partir do momento em que obtivemos a aprovação, nessa mesma semana começámos a trabalhar.

Todo esse trabalho foi feito de maio a setembro e nunca parámos. Obviamente que quando chegámos ao período crítico observávamos outro tipo de horários.

Gostaria também de vos falar um bocadinho sobre a forma como o concelho de Abrantes, e pode ser utilizado como exemplo para outros concelhos, coordenou a Defesa da Floresta Contra Incêndios e o seu combate.

Quinzenalmente temos reuniões no edifício dos bombeiros onde estão presentes as várias organizações, a associação de produtores agrícolas, a proteção civil, o corpo de bombeiros, a GNR, a PSP, temos o meteorologista local que nos dá algum apoio nessa parte, temos a escola e a câmara com mais um ou outro representante.

Portanto, cada um vai anunciando aquilo que tem feito no capítulo da prevenção, sobretudo eu, e depois coordenamos os esforços para que aquele combate de primeira intervenção seja feito.

Enquanto tive equipas a trabalhar entre as seis horas e o meio-dia tinha também as equipas de primeira intervenção de cada uma das juntas de freguesia posicionadas para que, se houvesse algum tipo de foco incêndio provocado por nós, fosse automaticamente debelado para que não se pudesse propagar.

As equipas da AFOCELCA também são importantes e sempre que existiu um foco de incêndio que se percebia que podia ter alguma dimensão vinham os helicópteros, havia estas equipas de primeira intervenção que depois também davam uma estimativa daquilo que era a problemática do local, vinha logo um meio pesado e, portanto, nós atacávamos desde o início com tudo o que tínhamos, não esperávamos que aquilo ganhasse dimensão.

Penso que esse foi o grande truque deste ano, funcionou, foram 30 ha em todo o concelho. Na área norte foram cerca de 7 ha, o que é muito diferente dos milhares de hectares que arderam em 2003 e em 2005.

Enquanto gestor florestal tenho consciência de que aquilo que fiz foi adiar o próximo incêndio e o trabalho que faço é que o próximo, qualquer que ele seja, seja sempre de pequena dimensão e de fácil combate. O segredo destas coisas é o de que, se interrompermos estes ciclos que destroem a nossa floresta, as pessoas continuam a apostar na floresta.

Depois, além do eucalipto, se conseguirmos diversificar os nossos produtos, se eu conseguir manter os pinhais que ainda tenho – além das espécies que resultam da evolução das comunidades vegetais determinada pelo fogo –, consigo produtos de outra valia e as pessoas

começam a apostar nessa valia, porque têm maior segurança em apostar no pinheiro manso, no pinheiro bravo e em todas as outras espécies que nos interessam não só do ponto de vista produtivo para fornecer ao nosso tecido secundário para a transformação, mas também do ponto de vista da proteção.

Eu gostava muito de tirar todas as minhas linhas de água, sejam elas torrenciais ou ainda correntes, daquela área e todas as matas de eucalipto que vão até ao leito, mas isso são erros do passado e que nós, aos poucos e poucos, com um bocado de sensibilidade tentamos mostrar às pessoas, mas isso, se calhar, é trabalho de uma década. Se calhar, só a partir do momento em que comece a falar com um filho é que passarei a ter mais sensibilidade para estas questões da ecologia e da proteção, porque o nosso objetivo nunca é retirar o valor produtivo às propriedades é potenciá-lo, mas potenciá-lo às vezes implica defendê-lo e defendê-lo origina que nos vales tenhamos de ter outro tipo de floresta que não uma floresta de rápido crescimento, porque depois existem aquelas ocorrências como, infelizmente, houve no Caramulo.

Hierarquizámos o trabalho sobretudo em volta dos aglomerados por causa de combater algum estigma social que pudesse haver, porque, ao fim e ao cabo, todas as operações foram determinadas por um edital na impossibilidade de contactar todos. Portanto, começámos por aquilo que as pessoas percebiam, isto é, estamos a limpar em volta das casas e elas ficam todas contentes. Às vezes era preciso “andar em cima” das equipas para não fazerem trabalho a mais, porque as pessoas iam atrás deles e diziam: «Eh pá, limpe o meu quintal, tire as silvas do meu telhado...».

Convido-vos desde já a visitar um dia destes a ZIF de Aldeia do Mato para ir ver isso mesmo, isto é, nós tínhamos silvas à altura das árvores, já com um porte quase arbóreo, não era arbóreo porque elas têm a tendência de trepar por tudo quanto é lado, como casas abandonadas, que arderam em 2005, hoje em dia andamos a redescobri-las, porque estavam dominadas por silvados, andamos a fazer esse trabalho muito moroso.

Eu tenho um problema com a minha rede primária, porque foi desenhada no meio de uma zona de eucaliptal. Se eu for pelos pergaminhos que a lei obriga em termos de densidade e tudo mais, o problema social que o Estado não quis assumir naquele caso, ao executar aquela área, vou ter eu de o assumir, vou ter de pôr eu a minha cabeça de fora para dar uma explicação àquelas pessoas. Portanto, aquilo que nós, em coordenação com o ICNF e o PRODER, fizemos é o que vamos tentar fazer, de uma forma que as pessoas entendam: primeiro, vamos tirar as árvores mais próximas do alcatrão, vamos fazer uma supressão completa nos primeiros 10 m, e depois vamos fazer uma silvicultura preventiva nos demais 50 m, pois são 60 m para cada lado da estrada. A minha esperança é que continuando o meu trabalho de informação, aos poucos e poucos, à medida que vão fazendo os cortes, vamos inviabilizando os cepos até começarmos a atingir as densidades de árvores requeridas, afastar e criar ali mesmo uma zona que se possa considerar de compartimentação dentro da área florestal.

Portanto, são estes os problemas que nós temos. Às vezes vêm desde o desenho e depois quando nós vamos executar há aqui uma situação que nos vai levantar problemas, mas costumam dizer que são “os ovos” que nós temos e vamos fazendo as omeletas da forma que for possível... Este é o exemplo da ZIF da Aldeia do Mato, tem sido este o nosso trabalho.

Tenho ainda aqui um outro ponto registado como sendo de informação importante e queria também falar sobre ele. Nós já fizemos aqui algumas experiências com fogo controlado, mas devido ao nosso tipo de floresta era muito complicado por causa do declive do solo, têm de existir umas condições muito específicas e não é solução para todos os locais do país. Para mim seria uma solução muito mais barata, pois escusava de estar a gastar as centenas de euros que estou a gastar por hectare para fazer as limpezas destas faixas... No futuro queremos que isto fique mais barato com a introdução de rebanhos.

Ao início pensámos que podíamos assumir essa gestão à semelhança de outros exemplos que existem no país, mas o interesse de uma das juntas de freguesia em fazê-lo e criar um rebanho comunitário pareceu-nos mais favorável, porque desde que cumpram os objetivos que tínhamos para a área ótimo, portanto se for outra entidade a fazê-lo não há problema, agora temos é de trabalhar juntando sinergias, porque os objetivos são os mesmos.

Quanto às dificuldades de aplicação dos PGF, eu gostaria de dizer o seguinte: há áreas, que estavam só com mato, que ficaram totalmente limpas e temos tentado incentivar as pessoas a arborizar com espécies que não o eucalipto; porém, há muita gente que vê aquelas áreas totalmente limpas em que só falta abrir um rego e plantar o eucalipto. O que eu digo é que não sou polícia das pessoas, mas não posso deixar passar exemplos que sejam copiados por outros, pois isto obedece a regras. Vou acreditar que quando aparece lá uma plantação, de que eu não tinha conhecimento, ela foi alvo de autorização... Aproveito depois os *briefings* para dizer: «Aconteceu isto e tal», mas não ando atrás das pessoas com um pau, nunca faço aplicar a tal «multa na hora»... Mas isso tem funcionado, pois apareceram-me nas últimas semanas 100 ha de novos aderentes, porque ficaram com medo e pelo menos desse ponto de vista funcionou.

Portanto, nós não vamos fazer isso, se bem que por detrás tenha de haver um apoio da GNR, uma fiscalização efetiva ou então uma entidade que fique a superintender, porque também ainda há uma indefinição sobre isso. Eu trato da sensibilização, mas penso que o ICNF antes de mais nada também podia tratar da sensibilização, isto para criar um espírito do polícia bom e do polícia mau. Eu uso muito este estratagema na gestão da própria ZIF, isto é, mostrar que o mau exemplo tem mesmo um carácter mau e, portanto, haver aqui uma entidade que é fiscalizadora e quando eles aparecerem aplicam as multas e não há maneira de fugir.

Sobre o decreto-lei das arborizações e rearborizações, já sugeri que o ICNF, tal como nós fazemos, e provavelmente os colegas das outras ZIF também o fizeram na altura da constituição, eu agora estou a fazê-lo no alargamento, vá às juntas de freguesia promover umas reuniões com as pessoas e informá-las, temos de ir ao poder local e temos de informá-las no momento. Obviamente, que os emigrantes ou mesmo a população sazonal que está nos centros urbanos e que vai à terra de vez em quando se calhar tem de ter mais informação dos *media*, mas aquela faixa etária dos 60, 70 anos que lá vive tem de ser avisada no local, tem de ser o presidente da junta, em quem eles confiam, ou o padre. Eu uso muito o padre, coitado do padre, mas eu uso-o para tudo. Em termos de projetos de divulgação, daquilo que é o exercício da própria atividade da ZIF, tem sido assim, são “os ovos” que nós temos.

Temos um objetivo que é preservar aquilo que é a riqueza criada, que as pessoas mal ou bem criaram, isso se calhar será depois outro fórum, porque aquilo era tudo uma área de pinhal e aproveitaram os fogos de 2003 e 2005 agora é uma área extensa de eucaliptal, cerca de 80%.

Portanto, agora trabalhamos, sobretudo, para conservar aquilo que já está feito e aplicar aquilo que está previsto em PGF. Vou fazer uma revisão quando do momento do alargamento da ZIF e há outra coisa que faço que é tornar a ZIF um espaço dinâmico. Tento sempre que haja alguma coisa a acontecer, ou é porque estabelecemos uma parceria com o Instituto Superior de Agronomia para um centro de estudos florestais, para começar a fazer uns ensaios de fertilização para sabermos se os pinhais que temos instalados vão ter a produtividade que nós desejamos. Há sempre a questão da fitossanidade e essa, se calhar, é o maior desafio que vamos ter na próxima década, mas pelo menos trabalhamos para garantir às pessoas que têm 80 anos, e que plantaram o pinheiro manso em detrimento do eucalipto, que estamos a trabalhar em tudo para realmente o pinheiro manso frutificar quando chegar o momento... Eu trato da questão silvícola; também estamos a trabalhar com jovens para vermos se eles se instalam lá como jovens apicultores para haver polinização; estou a trabalhar a questão da fertilidade em breve também com o Centro de Estudos Florestais do ISA (Instituto Superior de Agronomia), mas quanto ao resto... Eu não posso controlar o clima, as amplitudes térmicas do verão e do inverno, que provavelmente significam muito, os fogos... Isso é trabalho de todos nós. É por isso que estamos aqui hoje, para pensarmos isto e também para pensarmos em todos aqueles decretos-leis que regulamentam as nossas atividades.

Se os Srs. deputados depois tiverem mais dúvidas, podemos falar noutra altura, porque sei que esta audição já vai longa.

O Sr. *coordenador*: – Meus senhores, de facto, como já estamos um bocadinho atrasados para a audição seguinte, a dos representantes dos baldios, resta-me despedir e agradecer o vosso contributo.

Srs. deputados, está encerrada esta primeira audição de hoje.

Eram 11 horas e 42 minutos.

AUDIÇÃO

JOAQUIM ARMÉNIO MIRANDA

(Representante dos Baldios de Ansiães Marão)

MÁRCIO ALVES E ARMANDO ALVES

(Representantes dos Baldios de Merufe)

ANTÓNIO NOGUEIRA DE MATOS

ANTÓNIO DA ANUNCIAÇÃO

CLARINDO JORGE MARQUES

(Representantes dos Baldios de Carvalhal da Mulher)

29 DE JANEIRO DE 2014

(2.ª AUDIÇÃO)

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, está reaberta a reunião.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Começo por agradecer a presença de representantes de diversos baldios e a disponibilidade para se terem deslocado à Assembleia da República de modo a darem o seu contributo relativamente a este trabalho para o qual fomos incumbidos.

A Sr.ª presidente da Assembleia da República tomou a iniciativa de constituir este grupo de trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, muito ditado pelo ano transato, dado ter sido um ano bastante grave em matéria de incêndios.

A incumbência deste grupo de trabalho visa, fundamentalmente, identificarmos a eventual necessidade de se tomarem iniciativas legislativas que possam facilitar e ajudar na prevenção e no combate aos incêndios florestais, bem como de encontrarmos medidas que possam ser objeto de recomendação ao Governo e à administração em geral, no sentido de se virem a colmatar falhas, insuficiências ou deficiências neste âmbito, tão sensível e de interesse nacional como é esta questão dos incêndios.

Naturalmente que as pessoas ligadas à gestão dos baldios estão no terreno, conhecem melhor do que ninguém estes problemas e, por isso, surge o nosso pedido para virem dar o seu contributo e ajuda, para que, articuladamente, encontremos as melhores soluções. Trata-se, pois, de uma questão de que a Assembleia da República não se podia alhear nem demitir.

Quanto à gestão dos tempos de intervenção, cada grupo parlamentar disporá de 5 minutos para colocar as questões e, posteriormente, os Srs. representantes disporão de tempo de resposta.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Sr. vice-presidente da Assembleia da República e coordenador deste grupo de trabalho, começo por saudar os representantes dos Baldios de Ansiães Marão, o Sr. Joaquim Arménio Miranda, dos Baldios de Merufe, em Monção, na pessoa do Sr. Márcio Alves e dos Baldios de Carvalhal da Mulher, agradecendo a sua presença e as explicações que nos poderão dar.

Informo que não utilizarei os 5 minutos de que disponho. Colocaria apenas algumas questões muito breves, muito práticas, sobre a vivência e a atividade dos compartes e o uso e fruição do baldio na sua globalidade.

Em primeiro lugar, pergunto: a coexistência de várias atividades nos baldios é ou não um problema para a questão dos fogos florestais? Há dias, ouvi uma pessoa dizer que o nosso precursor da nacionalidade, o Viriato, curiosamente não era lenhador, era pastor. Portanto, pergunto: a questão da pastorícia e da floresta cria ou não alguns problemas àquilo que é a problemática dos incêndios florestais?

Outra questão que também é muito falada em relação aos baldios é a da inscrição, por parte do território baldio, para efeitos de candidaturas aos apoios à pastorícia. Estes apoios, na sua globalidade, ou na grande maioria da área baldia, são para o pastoreio e, depois, na área da gestão florestal, criam um problema de sobreposição da mesma área para atividades diferentes, financiadas por meios diferentes. Portanto, pergunto: isto é ou não um problema?

Também no âmbito da utilização e fruição dos baldios, coloca-se uma questão relacionada com algumas atividades existentes, nomeadamente com as indústrias extrativas dos granitos e de outros minerais.

Há uma outra questão que, evidentemente, tem sempre algum sentido de, não diria de conflito, mas pelo menos de dificuldade, que é a questão da cogestão: a cogestão com o Estado dos diferentes organismos dos baldios, seja a assembleia de compartes, seja o conselho diretivo, seja quando estão delegadas essas competências nas respetivas autarquias, nomeadamente nas juntas. Pergunto: a cogestão é ou não um problema que também cria alguns entraves?

Ainda há dias, alguém me dizia que os órgãos do baldio podem denunciar a cogestão. Os baldios denunciavam a cogestão e o Estado, durante muitos anos, vinha dizer: «Sim, senhor, a cogestão é denunciada hoje, aceitamos a denúncia, mas durante 20 anos não podem mexer em nada». Ora, este é um problema que não está na lei, mas os serviços foram mantendo esta atitude ao longo de muitos anos. Claramente que isto é um problema, porque o Estado deixa de estar ali para investir, deixar de estar ali para estar na cogestão, mas está ali, apesar de tudo, 20 anos, a pairar... Há aqui uma espécie de assombramento sobre a questão. Essa era, pois, outra questão que deixava.

Para terminar – o Sr. vice-presidente já o referiu –, refiro que um dos nossos objetivos não é fazer uma fiscalização dos últimos incêndios florestais, mas saber se, com base em todos os dados que temos dos incêndios florestais e de toda a problemática que acompanha a questão da floresta, é necessária alguma medida legislativa, se há medidas legislativas que existem e que estão desadequadas e devam ser revistas ou se, no âmbito das competências da Assembleia da República, é necessário fazer-se algumas recomendações em matéria legislativa e, é claro, em matéria operacional, ou seja, se a legislação deve ou não ser alterada.

Gostaria, pois, de colocar-vos a seguinte questão: consideram que a legislação relativa aos baldios deverá ser ou não alterada? Peço a vossa opinião sobretudo porque conhecem muito bem a realidade do terreno, o que funciona e o que não funciona e quais são as dificuldades da aplicação da legislação geral numa situação que, evidentemente, tem muito de uso e costume. Aliás, a fruição e o uso dos baldios tem muito que ver com a questão da rentabilidade de espaço comunitário que é, bem como com a forma como sempre foi utilizado ao longo de décadas.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Sr. vice-presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, começo por cumprimentar os nossos convidados, que tiveram a amabilidade de aceitarem estar aqui presentes de modo a discutirmos esta problemática dos Baldios de Ansiães, Merufe e Carvalho da Mulher.

Gostava de colocar um conjunto de questões mais ou menos genéricas. A primeira prende-se com o seguinte: ouvimos recorrentemente – ainda este verão ouvimos – que os incêndios florestais têm que ver com as alterações climáticas, com mão criminosa, com os pirómanos, mas nunca ou pouco se fala nas políticas florestais.

Na minha perspetiva, era importante perceber até que ponto é que as políticas florestais, definidas pelo Estado, se prendem ou não com esta problemática dos incêndios, como é que ultrapassamos e evitamos este drama por que temos passado todos os anos.

Também devemos cruzar isto com a questão do êxodo rural, com o abandono do mundo rural. Por isso, pergunto: até que ponto, na vossa perspetiva, é que isto tem ou não que ver com os incêndios florestais? Como podem imaginar, já ouvimos sobre isso vários especialistas, que nos falam muitas vezes de as áreas agrícolas, pelo facto de não haver pessoas, deixarem de existir como contenção dos incêndios florestais.

Outra questão prende-se com a presença de alguns corpos do Estado na floresta e junto dos baldios. O PCP coloca sempre, por exemplo, a questão da presença dos guardas florestais. Quando visitámos a serra do Caramulo diziam-nos que, quando havia guardas florestais, eles conheciam o território, portanto, havia um conhecimento que deixou de existir. As funções dos guardas florestais passaram para a GNR, mas aquilo que era uma filosofia de funcionamento e um conjunto de conhecimentos do território que estavam acumulados deixaram de existir. Além de o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) nos ter dito aqui que era impensável a estrutura responsável pela política florestal não ter uma mão nem ter uma estrutura de intervenção no terreno.

Ainda outra questão relacionada com a política florestal tem que ver com a gestão florestal, cruzando com isto, por exemplo, a questão do comércio e do preço da madeira. O comércio da madeira em Portugal é, praticamente, um duopólio, pois são muito poucas as empresas que comercializam madeira. Ouvimos dizer na Comissão Parlamentar de Agricultura, que, por exemplo, o produtor, muitas vezes, vendia o eucalipto pelo dobro do preço praticado em Espanha. Por isso, pergunto: como é que esta questão do preço da madeira pode servir para estimular ou não uma melhor gestão florestal e, a partir daí, reduzir os incêndios?

Outra questão que gostava de colocar tem que ver com o combate aos incêndios. Como é que avaliam os mecanismos de combate? Há um conjunto de estruturas no terreno – até vemos nas reportagens televisivas! –, como a GNR, o corpo especial de bombeiros, os bombeiros voluntários, os sapadores florestais, e há as várias equipas das diversas estruturas. Por isso, gostava de saber se, na vossa perspetiva, isto casa tudo bem, ou seja, se esta é a forma mais adequada de atuar.

Por fim, refiro que o PCP tem uma preocupação em relação à qual gostaria de ouvir a vossa opinião. Está em cima da mesa uma alteração à lei dos baldios. Ora, sabemos do apetite sempre muito grande em relação aos baldios por parte de alguns setores. Aliás, já vimos a inclusão dos baldios na bolsa de terras como uma primeira tentativa disso. Os contratos da bolsa de terras falam, claramente, em venda e alienação das propriedades que estão colocadas na bolsa de terras, quando isso não é permitido para os baldios. Se isso é ou não um indicador... Ora, cruzamos todas estas questões também com a intenção manifestada pelas celuloses de obterem mais matéria-prima porque têm de importá-la para a sua laboração e vemos isto com alguma preocupação.

Gostava, pois, de saber qual é a vossa perspetiva, uma vez que se está a caminhar, eventualmente, para a destruição de estruturas organizativas e de gestão do território, como os baldios, bem como de acesso das populações. Portanto, pergunto que implicações é que isto pode ter nestas matérias que estamos aqui a discutir.

O Sr. *coordenador*: – Dou agora a palavra ao Sr. deputado Pedro Lynce, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Sr. *coordenador*, começo por cumprimentar e agradecer aos representantes dos três baldios que nos visitam. Estou certo de que as vossas ideias vão ser muito úteis para cumprir o nosso objetivo.

Aliás, o Sr. *coordenador* já disse qual é o nosso objetivo, ou seja, não é estar aqui a crucificar quem quer que seja mas, simplesmente, a pedir a vossa colaboração no sentido de podermos evitar esta tragédia, que são os fogos florestais que todos os anos recomeçam, infelizmente, alguns deles com consequências terríveis, que não são depois recuperáveis.

De qualquer maneira, os meus dois colegas que já falaram antes, praticamente, abrangeram a matéria toda, por isso, é difícil, mas há algumas perguntas que gostava de vos colocar de uma forma não digo agressiva mas para me elucidar totalmente sobre estes problemas.

Não há dúvida de que temos aqui, fundamentalmente, o aspeto preventivo e o aspeto do combate ao fogo. Uma das perguntas que quero colocar, muito concreta, é, sob o ponto de vista preventivo, qual a colaboração que tem sido dada pelos baldios, quais as vossas experiências, que acho que são muito importantes, nomeadamente nas faixas que tanto se fazem, e qual a vossa colaboração, depois, em relação ao combate. Há aqui um ação preventiva e, posteriormente, qual tem sido a vossa colaboração em relação aos combates?

Na primeira pergunta que vos fiz, em termos preventivos, gostava também que falassem sobre o papel do ICNF em relação aos baldios, nomeadamente sobre os apoios do Estado, etc.

De qualquer maneira, há aqui dois problemas que gostava de ver devidamente esclarecidos. Toda a gente sabe que os sistemas de agricultura evoluíram e que os matos, que outrora tinham um determinado valor, nomeadamente para as camas dos animais, etc., estão perfeitamente ultrapassados. Uma das perguntas que gostava de vos colocar, concretamente, é qual poderá ser o papel do gado nesse aspeto preventivo?

Acho que é muito importante e gostava de vos ouvir sobre qual será, em termos de prevenção, o papel que poderá ter o gado. Tudo isto poder-se-á também alargar a outras situações, como, por exemplo, o papel do gado na serra da Estrela, o papel do gado no controlo do fogo, etc. Por isso, a pergunta refere-se concretamente a essa situação.

Outra situação sobre a qual gostava de vos questionar era a seguinte: há pouco estiveram aqui os representantes das ZIF e houve alguém que disse com toda a franqueza: «Há, aqui, determinadas causas que são anteriores aos fogos». Uma delas, de que se falou concretamente, é o problema da sustentabilidade. Gostava que os senhores me falassem sobre o que acham, neste momento, da sustentabilidade da gestão dos baldios.

Os representantes também falaram do problema do envelhecimento das pessoas como sendo uma das causas principais, pois as que lá existem, provavelmente, já não estão em condições de trabalhar e há muitas pessoas que partiram. Houve o chamado êxodo rural, que toda a gente sente, e o abandono das terras e o fogo são, depois, os resultados finais. Assim, até que ponto é que eventualmente os baldios têm sido, de facto, um exemplo de combate a este êxodo, em último caso, de combate aos próprios incêndios?

Sr. coordenador, parece-me sinceramente que todas as outras perguntas já foram colocadas pelos meus colegas. Não tenho quaisquer dúvidas em subscrevê-las e era isto que gostava de ver, mais objetivamente, respondido.

O Sr. *coordenador*: – Dou a palavra ao Sr. deputado Miguel Freitas, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. coordenador, gostaria também de cumprimentar os nossos convidados. É um prazer, mais uma vez, rever alguns, com quem tivemos a oportunidade de estar na visita que fizemos aos baldios.

Numa primeira questão e até para nos elucidarem, gostávamos de saber, exatamente, qual o tipo de baldios, ou seja, se têm gestão direta ou cogestão e quais são os parceiros preferenciais que trabalham com os compartes em cada um dos três baldios. Para nos identificarmos, do ponto de vista das intervenções, era interessante sabermos a tipologia de baldios que temos nesta reunião.

É evidente que, como disse o deputado Abel Baptista, o nosso grande objetivo é perceber se há ou não margem para alguma alteração legislativa que possa contribuir para que os baldios tenham uma intervenção mais eficaz do ponto de vista da prevenção dos fogos florestais.

Em segundo lugar, gostaria de saber, também, se nos vossos territórios existe ou não cadastro florestal. Naqueles em que não existe, quais são as dificuldades que isso coloca, porque este é um dos problemas centrais que identificámos. Não sei se a vossa experiência é em zonas com ou sem cadastro.

Em terceiro lugar, do ponto de vista da prevenção florestal, queríamos saber quais são as dificuldades que existem de aplicação dos planos de utilização dos baldios. Ou seja, a legislação obriga a que os baldios tenham planos de utilização, o que queremos saber é se esses planos existem – naturalmente, julgo que sim – e quais são as dificuldades da sua implementação, do ponto de vista da prevenção florestal.

Quarta nota: temos um dispositivo de combate conhecido, não temos um dispositivo de prevenção, isto é, não conhecemos, efetivamente, tudo o que é feito em matéria de prevenção e qual é o corpo de agentes que atua, do ponto de vista da prevenção. Assim, eu gostaria de saber se consideram ou não que seria interessante, todos os anos no início da época – tal como existe para a área do combate –, termos uma diretiva nacional que nos desse a ideia de qual é o dispositivo, como é que este atua e quais são as metas que o dispositivo de prevenção florestal tem. Gostaria de saber se entendem que isso é importante ou não e qual é o papel do ICNF nisso, isto é, na vossa opinião, qual é o papel que o ICNF tem?

Alguns dos baldios têm sapadores florestais. Não sei se é também o vosso caso, mas, se é, gostávamos de saber o que é pensam da evolução das brigadas de sapadores florestais, se estão satisfeitos com o seu modelo ou consideram que deve haver alguma alteração do ponto de vista da legislação e do apoio aos baldios, em matéria de sapadores florestais, e se acham que os vossos sapadores florestais estão equipados, por um lado, e formados, por outro.

Quando falamos de formação e de equipamento olhamos sempre para os bombeiros. Estes têm, de facto, uma atenção muito especial por parte do país relativamente a essas duas matérias. Por isso, gostávamos de saber o que pensam dessas questões relativamente aos sapadores florestais.

Em relação às competências que os baldios podem ter na elaboração da rede primária das faixas de gestão de combustível, qual é a experiência que têm nos vossos baldios? Que dificuldades sentem na concretização dessas redes primárias, já que estas são as redes estruturantes em matéria de prevenção dos fogos florestais?

Curiosamente, a questão do uso do fogo não surgiu até aqui e, por isso, coloco-a. Consideram que o uso do fogo, controlado evidentemente, é uma ferramenta importante e quais são, do vosso ponto de vista, as limitações que, neste momento, existem nessa matéria?

Finalmente, também não surgiu, curiosamente, a questão da sensibilização. Gostaria de saber se sentem que há um défice de sensibilização e como é que os baldios podem contribuir para uma maior sensibilização, particularmente, daqueles que visitam zonas que não conhecem e também das pessoas que fazem as suas atividades nos baldios.

O Sr. *coordenador*: – Dou, agora, a palavra aos Srs. representantes dos Baldios. Agradecia que se identificassem para efeitos de gravação e referenciassem o baldio que representam.

Pausa.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda* (representante dos Baldios de Ansiães Marão): – Sr. coordenador, queríamos agradecer o convite que nos fizeram porque entendemos que, realmente, quer a gestão, quer o problema dos fogos florestais são assuntos que nos devem preocupar

a todos e, por isso, o nosso contributo poderá também ser útil para se encontrarem soluções para estes problemas.

Estou aqui como representante do Baldio de Ansiães, Amarante, serra do Marão, zona que alguns Srs. deputados já conhecem porque estiveram lá há dois anos, salvo erro, em setembro, no âmbito da visita que fizeram para conhecer um pouco melhor a realidade no terreno.

Por isso, aqui estamos também para dar o nosso contributo, que, se calhar, não será por aí adiante, mas alguma coisa de útil sairá desta nossa intervenção.

O Sr. *coordenador*: – Portanto, é o Sr. presidente Joaquim Arménio Miranda.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda*: – Joaquim Arménio Cerqueira de Miranda, do Baldio de Ansiães, Amarante.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado. Faça favor.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda*: – Até tenho aqui umas brochurinhas, que, se calhar, alguns já conhecerão. Não chegam para todos mas, se calhar, uma para cada grupo parlamentar...

O Sr. *coordenador*: – Depois os serviços de apoio ao grupo de trabalho distribuirão. Muito obrigado pela sua atenção.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda*: – É um pequeno resumo sobre o Baldio, que alguns já terão porque distribuímos, na altura, a cada um.

O Baldio de Ansiães tem cerca de 2500 ha e está num regime de cogestão desde o início, ou seja, desde a devolução dos baldios às comunidades locais, porque, na altura, foi a ideia que nos pareceu ser a melhor solução. Isto porque as comunidades locais estiveram tanto tempo afastadas da gestão dos baldios que, de um momento para o outro, a maior parte delas não estava preparada para assumir a sua gestão por inteiro.

Ao mesmo tempo, os serviços florestais, ou seja, o Estado, continuava com as estruturas no terreno a funcionar. Por isso, entendemos – e, a meu ver, bem – que seria do interesse de todos que o Estado continuasse a assumir a sua parte na gestão, até porque nós não tínhamos, realmente, ferramentas.

O Estado tinha as brigadas florestais, que eram aqueles trabalhadores que faziam a manutenção ao longo do ano e, depois, na época dos incêndios, eram os primeiros a avançar porque conheciam o terreno, tinham materiais, viaturas, etc., e tinham também os guardas florestais. Quanto a nós, foi um erro grave os guardas florestais terem saído da serra, porque deixou de haver, digamos assim, autoridade, por isso, a partir dessa altura qualquer pessoa pôde entrar nos baldios. Não temos autoridade sequer para intervir, portanto, quando alguém entra não podemos estar a identificar essa pessoa; não temos, pura e simplesmente, essa possibilidade.

Esta estrutura funcionou durante algum tempo, até, mais ou menos, à década de 80 ou 90, e, depois, começou a ser desmantelada, pura e simplesmente. As brigadas de trabalhadores

florestais desapareceram e os guardas florestais saíram. A partir dessa altura, a maior parte dos baldios ficou quase num estado de abandono, situação que ainda hoje se mantém.

Aqueles que tinham possibilidade, a partir do ano 1999, 2000, candidataram-se a equipas de sapadores, que é o nosso caso. Temos uma equipa de sapadores a funcionar, desde o ano 2000 até agora – já iremos aos problemas que nos têm aparecido pelo caminho –, e entendemos que esta é uma ferramenta mais que útil, em parte devido à saída da estrutura que o Estado tinha.

O mal é que nem todos os baldios se podem candidatar, porque não têm recursos nem dimensão. Portanto, há baldios pequenos, há baldios... Como disse, o nosso tem 2500 ha, é um baldio razoável, já é uma propriedade razoável em termos de região norte e tem alguns recursos, mas há muitos baldios com algumas centenas de hectares, sem recursos e que, por isso, não têm hipótese de se candidatar a equipas de sapadores e muitos deles estão numa situação não muito agradável.

Já que estamos a falar de sapadores, para nós é uma ferramenta mais que útil, é a única solução que encontramos para que os baldios não estejam ao abandono. As dificuldades na sua gestão, no seu equipamento vão desde as viaturas que não são substituídas... Temos uma há 14 anos que não foi substituída. O prazo de validade das viaturas é de 5 anos, suponho, e uma *pick-up*, que são as viaturas que temos, com cinco homens, com 400 l de água, no verão é um esforço tremendo e que arruína as viaturas. Estamos neste momento a ter bastante despesa com a manutenção de viaturas. Já perguntámos, ninguém diz como é que podem ser substituídas ou como pode ser solucionado este caso.

No outro equipamento também nada é substituído. Portanto, se alguma coisa se avaria somos nós, à nossa conta, que vamos assumindo enquanto pudermos.

Quero salientar o seguinte: pode haver a ideia de que quem sustenta ou que a nossa participação na sustentação da equipa de sapadores seria fácil porque temos uma área grande, mas não é e por uma razão: não temos receitas de madeira. Estamos a sustentar a equipa dos sapadores com outras receitas – neste caso, a maior parte é com as verbas da energia eólica. Mas se há um desinvestimento na política de energia eólica, como parece ser o caso, provavelmente, não só a nossa mas outras equipas de sapadores poderão desaparecer.

Nos nossos casos, e em muitos outros baldios, a madeira ardeu. Tivemos um incêndio em 1985 que queimou praticamente todo o nosso baldio, foram 3000 ha, e, neste momento, a madeira que temos é nova, tem vinte e poucos anos, não é rentável. Nos incêndios que temos tido ultimamente nem sequer há procura dessa madeira, porque é demasiado delgada e não é rentável, os madeireiros não a têm procurado, exceto ultimamente em que já está a haver alguma procura.

Portanto, gostaria de salientar que a sustentação das equipas de sapadores pode estar em risco se deixarmos de ter acesso a outras receitas que não a da venda de madeira. A título de exemplo, refiro o que aconteceu connosco nos últimos 10 anos, na primeira década do século XXI: tivemos cerca de 37 000 € 38 000 € de receita de venda de madeira em 10 anos. Ora, só com a equipa de sapadores gastámos isso num ano!

Portanto, vejam que não é fácil sustentar uma equipa de sapadores com a receita da madeira. Era impossível. Pura e simplesmente impossível.

Começaria rapidamente, senão o tempo esgota-se, a responder a algumas das questões que os Srs. deputados fizeram o favor de nos colocar.

Começo pela pastorícia e pela floresta. A pastorícia pode ser útil e é necessária desde que haja consenso e acordo e desde que seja ordenada, isto é, desde que não haja um pastoreio desordenado, como acontece em vários casos. Temos pelo menos um caso em que os pastores largam o rebanho no monte e abandonam-no. Portanto, pura e simplesmente, o rebanho anda todo o dia, vai para onde lhe apetece. As ovelhas e as cabras não têm passaporte, portanto, andam à vontade. Inclusivamente, aparecem às vezes no IP4, já foram atropeladas, podem criar acidentes e, portanto, não temos hipótese de controlar isso.

O Sr. coordenador: – Não têm “portagens”...

Risos gerais.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: – Depois, o grande problema é que nos vão comer plantações novas que fazemos. Portanto, temos dificuldade em fazer novas plantações, porque falta o guarda-florestal que vai atuar e que resolveria este problema.

Uma das ferramentas que podíamos ter era a penalização nos subsídios, porque a maior parte dos agricultores que têm rebanhos tem-nos por causa dos subsídios que vão buscar e que não são assim tão pouco... Damos-lhes autorização, mas depois perdemos o controlo dessa situação. É porque até há pouco tempo, anualmente, tínhamos de validar os subsídios, mas agora isso acabou. Portanto, pura e simplesmente, a validação é automática, não temos intervenção nisso, o que nos cria algumas dificuldades.

De qualquer modo, há outros pastores, que, em acordo connosco, pastoreiam no local que lhes é indicado e, portanto, nestes casos, as coisas funcionam devidamente.

O problema é realmente quando encontramos gente que não respeita e julga que o baldio é só para eles. Não pode ser, todos têm de viver e tem de haver respeito pela atividade do parceiro que está ao lado.

Já falei da cogestão no início. Portanto, julgo que de início era útil porque o Estado, os serviços estavam no terreno, conheciam, tinham estruturas e, por isso, no nosso caso (noutros casos será diferente), os dirigentes da altura assumiram que seria útil, que seria melhor o baldio ser gerido em cogestão. Neste momento, temos dúvidas e já dissemos aos responsáveis dos serviços florestais que provavelmente um destes dias iremos pedir autogestão, porque o Estado ou os serviços florestais limitam-se, na grande maioria dos casos (não quero dizer que não haja um ou outro caso em que façam alguma coisa), a vender madeira. Isso também nós somos capazes de fazer. O problema maior é fazê-la crescer e pô-la pronta para ser vendida.

No que respeita à alteração da legislação, julgo que não é preciso fazer grandes alterações. É preciso é cumprir a lei. Suponho que a lei de 1993 não precisa de grandes alterações.

A única situação que vejo na gestão os baldios é a de que realmente têm de ser geridos, os órgãos responsáveis devem ser obrigados a fazer a gestão.

Como já disse há pouco, há baldios que não têm dimensão, que não têm recursos e, infelizmente, muitos não têm nem recursos materiais nem humanos.

Portanto, o grande problema neste momento poderá ser o dos recursos humanos por causa do êxodo rural e do abandono das nossas aldeias. Esse pode ser um problema. Para isso, se

calhar, vai ser preciso encontrar solução e, na minha maneira de ver, passará pelo associativismo, pelo associar de baldios próximos que não têm dimensão e que, em conjunto, até se poderão candidatar a equipas de sapadores ou por aí adiante.

A gestão tem de ser feita porque os baldios não podem estar ao abandono, mas entendo que não se deve obrigar ninguém a aceitar determinada maneira de gerir. Cada um dos compartes, digamos assim, é autónomo para decidir a maneira como deve gerir. Se há alguns que o possam fazer livremente, portanto, autonomamente, sem associação com ninguém, acho que o poderão fazer, só que deve é ser-lhes exigido que o façam como deve ser e deve ser obrigatório prestar contas. Não somos contra isso porque as coisas têm de funcionar devidamente.

Passaria à questão das políticas florestais e à sua incidência nos incêndios florestais. Quanto às políticas florestais, aquilo que me parece ser de salientar é que é preciso fazer prevenção. A prevenção é importante e também é importante o combate. A prevenção só se pode fazer com gente. Quem tiver gente, pode fazer a prevenção, quem não tiver, é difícil fazê-la. Mas, para mim, um dos problemas com que nos estamos a deparar não é só o da prevenção, mas o do combate. O combate neste momento deixa-nos sérias dúvidas de que possamos ter, a breve prazo, uma floresta viável. Estamos a notar que os incêndios atingem certa dimensão e, uma vez que provavelmente haverá muitos incêndios ao mesmo tempo, não há gente no terreno, não há meios humanos, nem aéreos.

Tivemos, recentemente, em setembro, um incêndio que nos queimou cerca de 700 ha, não só no baldio de que sou responsável, mas noutros hectares de povoamentos novos, com vinte e poucos anos, em que durante uma tarde inteira não houve um único elemento dos bombeiros no terreno, nem um meio aéreo, exceto dois aviões que lá apareceram a fazer meia dúzia de descargas, mas foi quase a mesma coisa que não fazerem nada.

Admiro-me como é que durante um dia inteiro não houve um helicóptero, com os pontos de água que temos disponíveis. Inclusivamente o incêndio passou pelos pontos de água e foi à sua vida, sem ninguém a controlá-lo.

Portanto, acho que neste momento é de rever este aspeto, principalmente porque neste caso um só helicóptero era capaz de resolver a situação. Não houve um helicóptero disponível durante um dia inteiro, nem houve, desde a 1 da tarde até às 8 da noite, um bombeiro disponível para combater esse incêndio. O incêndio lavrou, pura e simplesmente, à vontade em área de pinhal denso.

Quanto ao êxodo rural e às implicações na floresta, já falei do êxodo rural e não vale a pena estar a repetir, mas é evidente que o êxodo rural tem influência na acumulação de mato, no desaparecimento da pastorícia e na falta de meios humanos, mesmo para a gestão do baldio, como já disse há pouco. Isto realmente é complicado em certas situações.

Depois falava-se do nemátodo do pinheiro bravo, que é uma praga... é uma das doenças da floresta com que nos deparamos. Neste momento, penso que ainda não temos nemátodo nos povoamentos do Marão. Haverá zonas em que ele já está declarado, mas, no nosso caso, felizmente, ainda não se declarou.

Quanto à alteração da gestão, penso que já respondi, já se falou sobre isto: deve permitir-se o associativismo naqueles casos que as pessoas entendam ser útil para o baldio.

Quando ao papel do ICNF, como já disse, é pouco. O ICNF não tem meios humanos, portanto, não pode fazer milagres. Ou se volta à política antiga..., mas, provavelmente, nunca mais lá iremos. Teremos de arranjar soluções para colmatar esta situação que foi criada com o abandono da estrutura que o Estado tinha. Neste momento julgo que a única solução são os sapadores florestais, mas naqueles casos em que as pessoas podem ter meios materiais para sustentar a sua parte de autopagamento.

Quanto à sustentabilidade na gestão dos baldios, há baldios que são autossustentáveis, outros não, como é evidente. Há baldios que não têm recursos e esses provavelmente estão ao abandono ou num estado de semiabandono e a única solução seria o associativismo.

Já falámos sobre o êxodo rural. É evidente que tem muita influência nesta situação.

Quanto ao papel dos baldios na contenção do êxodo rural e na empregabilidade, no caso em que se criam equipas de sapadores, por exemplo, está a criar-se emprego local. No nosso caso, neste momento temos cerca de 15 pessoas a trabalhar em projetos florestais, sendo também emprego local e pode em parte contrariar o êxodo rural.

Sobre o tipo de gestão, neste momento, estamos, como já disse, na modalidade *b*, a da cogestão.

Quanto à alteração da legislação, penso que não.

Os planos de utilização dos baldios, alguns estão feitos, outros não. Alguns funcionam e estão a ser implementados. Mas, neste caso, não tenho muita informação sobre se já... Mas julgo que este era um trabalho que tinha de ser feito pelos serviços florestais, pelo Estado e não foi. Portanto, quem está a fazer este trabalho, quem está a implementar isto são as associações de baldios. Aquilo que está na legislação é que o Estado, os serviços é que tinham de fazer os planos de utilização.

Quanto ao dispositivo de prevenção, acho que já falámos sobre isto: no caso em que haja meios humanos, em que haja sapadores florestais, são os únicos que fazem a prevenção. Os bombeiros em certa medida às vezes também aparecem, a GNR também colabora. Temos tido por exemplo a GNR na serra do Marão, no verão, a fazer patrulhas. Estão a utilizar uma das casas da guarda-florestal que está disponível e nos três meses de verão – julho, agosto e setembro – está lá uma equipa com vários elementos da GNR do Porto que patrulham a serra e temos tido bons resultados.

Sobre a evolução dos sapadores florestais, perguntava o Sr. deputado, julgo que é uma política que tem de ser mantida e é pena que não tenha atingido os objetivos iniciais, porque, quando foram criados em 1999 o objetivo era para daí a cinco anos haver 500 equipas criadas e, neste momento, não sei se estarão metade no terreno, mas ainda falta muito, passados quase 15 anos, para haver as tais 500 equipas – aliás, julgo que, neste momento, é a única ferramenta que temos disponível para fazer prevenção, vigilância e o primeiro combate aos incêndios.

Portanto, esperamos que, no aspeto dos sapadores, a política não se altere e seja mesmo para incentivar e para implementar mais equipas com formação e com equipamento, que é o que não tem havido.

Como já disse, temos há cerca de 15 anos uma equipa em que quase nada foi substituído, ou melhor, o que tem sido substituído é da nossa exclusiva responsabilidade e da nossa conta,

desde o fardamento, ao equipamento dos sapadores, o calçado, a reparação de bombas, a reparação de viaturas... Uma viatura daquelas com 15 anos a andar na serra é muito complicado, neste momento, aguentar-se...!

Sobre as redes primárias acho que poderão ser úteis, já se falou aqui sobre isto, não tenho ainda conhecimento dos locais exatos onde vão ser implementadas, mas julgo que têm 150 metros, mais ou menos, mas duvido que em casos de incêndios, como os que têm havido, isto ajuda mas quando vejo incêndios a ultrapassarem autoestradas, a ultrapassar o IP4 e por aí adiante fico com alguma dúvida, mas é capaz de ter validade.

Sobre o fogo controlado acho que é uma ferramenta útil se feita por técnicos responsáveis, mas feito no inverno – aliás, temo-lo feito no Marão e com resultados que, podemos dizê-lo, são bons.

Não sei se já me alonguei demais mas, de qualquer modo, ainda posso responder a alguma pergunta que seja pertinente e que os Srs. deputados queiram colocar.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. Márcio Alves.

O Sr. *Márcio Alves* (representante do Baldio de Merufe): – Sr. presidente, sou Márcio Alves do Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Merufe. Já conheço alguns dos Srs. deputados da visita que por lá fizeram.

A problemática dos incêndios florestais e da Lei dos Baldios é uma questão de base. Eu, ao contrário do que disse o meu colega, acho que a Lei dos Baldios está totalmente desatualizada, pois é uma lei de 1993 e nós estamos em 2013, os tempos passam, as coisas modernizam-se, hoje as estruturas das florestas nada têm que ver com o que eram há 20 anos e, portanto, acho que têm de ser alteradas.

Na minha opinião, nem sequer faz sentido existirem os baldios! Os baldios deviam ser da gestão corrente da junta de freguesia, por exemplo, não tinha de ser uma gestão independente. Acho que ao haver duas associações a trabalhar na mesma freguesia o que acontece, muitas vezes, é que há conflito e ao haver conflito nem faz um nem faz o outro!

Mas é o que temos e eu na minha não tenho problemas com isso, graças a Deus, pois a gestão já é da junta de freguesia, é independente, tem a assembleia de compartes, como é óbvio.

Quanto à gestão, quero dizer que os nossos baldios têm 5000 ha – 4500 em cogestão e 500 em gestão direta dos baldios e posso dizer-lhe que dos 4500 ha dos baldios tiramos zero de proveito anualmente, ou praticamente isso, e nos 500 ha ainda conseguimos tirar proveitos anuais com a venda de madeiras.

Como se sabe, os baldios – e isto não é um problema de agora já é de há muitos anos – foram completamente abandonados. Os baldios em cogestão faziam sentido quando havia equipas de 30 ou 40 pessoas a trabalhar neles, que plantavam, que vigiavam e, então, aí sim, o Estado tinha uma intervenção direta e fazia sentido fazer essa cogestão.

Atualmente ou são os baldios que atuam nos terrenos em cogestão ou, então, é vê-los arder, que é o que tem acontecido. Na nossa freguesia os baldios são diretos da junta de freguesia, tem-se conseguido limpar e nessa zona a taxa de incêndio florestal é praticamente nula.

Depois, temos o problema da pastorícia – e o meu colega falou nisso e, muito bem –, que é o seguinte: nós, a partir de um certo momento, deixamos de ter acesso aos hectares que são dados às pessoas para poderem ter os seus subsídios, porque agora é diretamente, nem passa por nós; bastou uma declaração feita há dois ou três anos, automaticamente todos os anos é renovada. Nós chegámos a um ponto em que, mesmo que nem que queira passar, não pode, porque ela já foi passada há dois anos e automaticamente é renovável.

Na pastorícia, pelo menos na nossa zona, o que acontece é que o que interessa são os subsídios – isto é mesmo assim! O resto não interessa para nada! Os animais andam lá abandonados, alguns até a morrerem à fome, ninguém controla, ninguém fiscaliza, ninguém vê...! Enquanto a pastorícia não for ordenada, enquanto a pastorícia não for controlada, e bem controlada, nós vamos continuar a ter incêndios florestais e, digam o que disserem, podem meter os helicópteros e os aviões que quiserem, enquanto houver a pastorícia desgovernada há de haver sempre incêndios florestais.

Quanto à questão dos sapadores florestais estou como o meu colega: nós temos uma equipa de sapadores florestais de 2001. Eu fui um dos membros fundadores dela, também lá andei, sei o que é isso, sei o que é andar numa equipa de sapadores florestais, passei por lá e posso dizer que atualmente as equipas florestais, muitas delas, não são constituídas, como algumas pessoas as veem, por uns “pé rapados” ou por, digamos, umas pessoas que gostam de uns copos, como muitas vezes eram vistas, são constituídas por pessoas competentes, por pessoas com capacidade de estarem no terreno e à frente de uma operação de incêndio.

Tenho aqui à minha frente a nova proposta de ICNF, de novembro de 2013, sobre o sapador florestal e, por acaso, estive a ler, um bocado por alto, e chamou-me a atenção o seguinte: o sapador florestal é só para a primeira intervenção e para o rescaldo.

Ora, sinceramente, eu gostava de saber quais são as equipas que vão estar no combate, porque, então, temos um problema que, para mim, é mais grave, porque eles fazem tantas horas como os bombeiros, estão 24 horas no terreno, se fizerem falta estão 48 horas e, então, há aqui alguma coisa que não está certa, porque, se é só para a primeira intervenção e para o rescaldo, então tem de haver um “sistema operativo” que chegue ali e diga: o vosso trabalho acabou, encostai-vos aí ou ide descansar e depois nós chamamos-vos novamente... Porque eu tive-os e muitas vezes vou lá levar-lhes comer, porque estão no terreno 24 horas, ou 48 horas, as vezes que fazem falta...!

Depois temos a questão dos equipamentos. Zero! A atuação da ICNF? Nula! Para que é que serve? Para fiscalizar se eles, realmente, têm motorroçadoras, mas quem teve de as comprar foram os baldios; para fiscalizar se os *jeep* funcionam, mas quem teve de os arranjar foram os baldios; para fiscalizar se estão bem vestidos, mas quem teve de lhes comprar a roupa foram os baldios...

Portanto, o que interessa ali é ver se estão cinco pessoas, porque se tiverem hipótese cortam no financiamento – foi o que me fizeram a mim –, mas se o *jeep* avariar eu tenho de o arranjar, porque, senão, a equipa fica inapta.

Depois, há ainda uma outra situação: para fazer prevenção eu tenho de ter meios e nós pusemos meios no terreno, nós temos diariamente um trator a trabalhar no monte, que gasta uma média de 100 litros de gasóleo normal, porque não podemos usar gasóleo agrícola... E porque é que não se pode usar gasóleo agrícola? – pergunto eu. Porque é que a lei não prevê

que os *jeeps* dos sapadores florestais ou os tratores que estão a trabalhar em prol dos sapadores florestais ou das florestas, ou qualquer outra máquina que trabalhe em prol das florestas, não pode usar gasóleo agrícola? Os agricultores também o pode usar, então porque é que não o podem usar os sapadores florestais? É que só em gasóleo gasto perto de 30 000 €/ano! Porque há um incêndio florestal, ponho lá um trator de 120 cv no monte com uma cisterna de 8000 litros para eles poderem combater o incêndio, porque não é com 400 litros que eles vão resolver o problema... Mas tenho de lhe meter gasóleo normal, porque, se me apanham com gasóleo agrícola, estou desgraçado, vai tudo preso...!

Na questão dos incêndios florestais, como disse no início, a base é a prevenção. Prevenção, prevenção e prevenção! Não vale a pena termos muitos helicópteros, muitos aviões e muitas corporações de bombeiros se o monte está todo sujo, se tem mato de 2 metros de altura, certamente, não vão resolver o problema, ou, quando lá chegarem, já aquilo está tudo ardidido!

Enquanto não houver prevenção, enquanto não houver limpeza da floresta, enquanto não houver ordenamento da floresta... Atualmente, o que se vê é uma faixa de pinhal, que depois ardeu e tal... Tem de haver folhosas para cortar as faixas de incêndio...

Atualmente, as nossas florestas estão desgovernadas, não têm um plano de ação, não têm um plano de orientação e isso é essencial, por isso estarmos a falar de incêndios florestais, estarmos a falar de como é que podemos prevenir os incêndios florestais... Bom, a prevenção faz-se limpando as florestas, só assim é que se conseguem prevenir os incêndios florestais. Não é com a pastorícia, não é com helicópteros que vamos resolver o problema; é no terreno haver equipas de sapadores florestais, equipas de pessoas e por que não muitas das que estão a receber os rendimentos sociais, que podem trabalhar e que têm saúde para trabalhar?... Porque não meter essas pessoas ao serviço da comunidade?

Sobre a questão dos guardas florestais é o que já falei... Enquanto havia as equipas, havia prevenção, havia atividade florestal, mas penso que neste momento não são os guardas florestais que vão resolver o problema, pois quem quiser pegar fogo, se os montes estiverem sujos, vai com o guarda, vão com quem lá estiver e não é isso que vai resolver o problema!

Sobre a sustentabilidade da gestão dos baldios, nós, com muito esforço, como eu digo, para termos estes meios todos ao serviço gastamos muito dinheiro – felizmente, temos a energia eólica que nos vai dando algum suporte e alguma ajuda para podermos sustentar essas despesas.

Por outro lado, o envelhecimento da população é normal; não é por termos baldios ou por não termos baldios que isto acontece! Isto acontece porque é a lei da vida e as pessoas que antigamente tinham 10 ou 8 filhos hoje têm 1 e o que era há 30 anos vai diminuindo e vamos chegar ao ponto de haver muitos lugares que estão desertos e de haver freguesias que têm menos população, mas isso é normalíssimo.

Sobre as indústrias extrativas, creio que elas não são nenhum problema para os incêndios – aliás, a indústria extrativa, se for ordenada e se tiver uma sustentabilidade, até é uma ajuda para combater as despesas que há com a limpeza dos baldios.

Na cogestão já referi que não faz qualquer sentido. Os baldios devem ser entregues às freguesias, aos proprietários do terreno. O terreno é das freguesias, não é do Estado. O Estado não

intervém, só serve para vender madeira, e, como disse o colega, nós sabemos vender madeira, às vezes até somos capazes de a vender mais cara.

Penso que, basicamente, é isto que quero dizer-vos. Se quiserem colocar alguma questão, estarei disponível para responder.

O Sr. *coordenador*: – Tem agora a palavra o Sr. Armando Alves.

O Sr. *Armando Alves* (Representante dos Baldios de Merufe): – Srs. deputados, acho que o grande problema dos baldios é precisamente a cogestão, que não existe, que deixou há muitos anos de existir.

Recordo que os baldios de Merufe, com a área que representam, têm três casas florestais, e estão as três abandonadas; os guardas florestais desapareceram, as brigadas florestais desapareceram. Eram pessoas que estavam a trabalhar no baldio todos os dias, pelo menos sabia-se que lá andavam. Os pastores iam para o monte, levavam os seus rebanhos e estavam lá permanentemente.

Outro grande problema, no meu entender, é a pastorícia. Temos de dizer a verdade: os senhores que têm o gado mandam-no para os montes e recebem o subsídio a que têm direito; depois, porque arde – se calhar, são eles que pegam fogo –, não têm prados para alimentar os animais e recebem um apoio para isso; e quando o gado morre à fome até são capazes de dar para lá umas facadas, dizem que foi o lobo que o matou e têm outro subsídio! É assim que isto está! É assim que se vive!... O grande problema está aí! Temos de dizer qual é a realidade, e a realidade é esta: eles recebem porque o gado morre, porque foi o lobo que o matou. Vai lá o “senhor do lobo” e pagam o subsídio por causa do lobo. Acho que levam tempo para pagarem, mas pagam!...

O problema passa, então, pela cogestão, que não existe, que há já muitos anos desapareceu. No início dos anos 70, quando surgiu a cogestão das áreas baldias, das alíneas *a*) e *b*), na altura não havia outra hipótese, não havia nenhuma hipótese. E hoje poucas há, a não ser os poucos rendimentos que vêm dos eólicos, embora parte dos rendimentos vá para as câmaras, que também levam a sua parte e que é superior à das juntas de freguesia ou dos conselhos diretivos, e, além disso, os rendimentos das pedreiras e dos inertes.

Os grandes problemas fundamentais são estes, não são outros.

Quanto ao combate aos incêndios, este combate tem ser feito, realmente, com a prevenção, com o apoio aos sapadores florestais. Eles é que precisam de ter apoio. Aliás, o Estado já cortou, há uns bons anos, metade da verba que lhes dava, os *jeeps* andam aí a cair aos pedaços, e se não fosse a comissão de compartes dos baldios a pagar já há muitos anos tinham deixado de existir. Não faz sentido serem eles a fazerem só a primeira intervenção e depois o rescaldo. Se calhar, um dos grandes problemas deste país, inclusive no que diz respeito às mortes que ocorreram, tem que ver com isso.

Ninguém melhor do que os sapadores florestais conhece o terreno. Eles andam lá todos os dias, conhecem o terreno de dia e de noite. Já constatei isso! Andavam eles melhor às escuras do que eu de dia. É verdade! E constatei isso, várias vezes, em incêndios em Merufe. Até ficava admirado e assustado por eles andarem como andavam.

E preocupam-se mais do que ninguém porquê? Andam no terreno, todos os dias, a limpar, e se alguém sofre por ver arder uma coisa que limpou são os sapadores. Depois de tanto trabalho que tiveram, de repente aparece um incêndio e vai tudo à frente – vai pelo chão, pelas copas, vai de qualquer maneira...

A intervenção dos bombeiros, a intervenção dos mecanismos de combate ao incêndio demora sempre algum tempo; outras vezes não podem ir porque estão ocupados, os bombeiros também andam a toda hora.

Portanto, penso que ter-se-ia de lhes dar muito mais realce, muito mais importância e, se calhar, os próprios sapadores, nos seus terrenos, nas áreas onde intervêm, indicarem como se deve combater, como se deve andar por lá. Assim evitar-se-iam, se calhar, alguns problemas que têm acontecido.

Penso que, neste momento, a questão florestal passa muito por aquilo que referi: a gestão própria tem de ser gestão própria, as freguesias têm de ser os gestores dos baldios; passa pelo apoio aos sapadores e pela prevenção; e passa por um outro aspeto problemático, que tem que ver com a pastorícia e a cogestão.

Fundamentalmente, meus amigos, estão esgotados os problemas. Parece-me que foi também isto que disseram os representantes dos baldios de Ansiães, o presidente dos baldios de Merufe, e esperemos que o digam também os nossos amigos. No fundo, parece-me que o grande problema é este, e é sobre ele que os Srs. deputados vão ter o cuidado e o trabalho de se debruçarem. Essa é a vossa parte.

O Sr. *coordenador*: – Passo agora a palavra aos Srs. representantes dos Baldios de Carvalho da Mulher, a quem peço que se identifiquem.

O Sr. *António Nogueira de Matos* (representante dos Baldios de Carvalho da Mulher): – O meu nome é António Nogueira de Matos, representante dos Baldios de Carvalho da Mulher, e quero indicar que vamos fazer duas curtas intervenções.

Começando pelas matérias de fundo, a questão, para nós, não é legislativa, em termos de lei dos incêndios, porque consideramos que a legislação que existe, e que foi aprovada pelos deputados desta Assembleia e pelo Governo, é suficiente, é uma boa legislação e é adequada, o problema de fundo é que a mesma não é implementada no terreno.

O meu colega deu o exemplo dos planos de utilização de baldios (PUB). Efetuámos 99 PUB no distrito de Viseu e nenhum foi de iniciativa do Governo, mas o que está na lei é que são de iniciativa governamental.

No que respeita à gestão dos baldios no distrito de Viseu – o meu colega falará sobre a questão de Carvalho da Mulher –, há cerca de 170 baldios geridos diretamente pelas assembleias de partes e por conselhos diretivos e perto de uma centena são geridos pelas juntas de freguesia, também com assembleias de partes.

Consideramos que o problema não está no facto de a legislação ser desadequada ou não. A legislação tem-se revelado correta, “não é por aí que o gato tem vindo às filhoses”, o que tem “vindo às filhoses”, como já aqui foi referido e repetimos, é a questão da cogestão. O ICNF não está no terreno há muito tempo, portanto, a cogestão, na prática, não existe – só aparece

quando se coloca a questão, como também aqui foi dito, da venda de madeira; tirando isso, está fora, não aparece.

De qualquer forma, queria chamar a atenção para o seguinte: há concelhos neste país onde não há incêndios há mais de 20 anos. Concretamente, no distrito de Viseu, há um desses casos, o concelho de Mortágua, onde não há incêndios há mais 20 anos (pelo menos, não há grandes incêndios, há pequenos incêndios). Conviria estudar essa experiência e perceber o porquê.

O retrato que fazemos é que esta questão tem que ver com o interesse das populações e com aquilo que aqui focado, que é a sustentabilidade dos baldios. É o interesse das populações! Se as populações estiverem interessadas garanto-vos que não há incêndios. O problema não é da pastorícia, ou da agricultura, ou disto, daquilo ou daqueloutro. Como referiu o colega que falou anteriormente, a questão é os sapadores, as pessoas que estão no terreno – não é preciso serem os sapadores – sentirem que isso é importante para elas do ponto de vista económico, que isso é significativo, que isso lhes traz algum rendimento.

Por outro lado, os baldios são muito diversificados. Falamos num distrito onde há centenas de baldios, portanto, os baldios são muito diversificados – há baldios que não têm floresta, há baldios que só têm indústria extrativa e que são altamente rentáveis, altíssimamente rentáveis. Há baldios neste país que têm dezenas de milhares de euros de lucro mensal, e não é com a floresta. Quero com isto dizer que não podemos generalizar as situações, que cada caso é um caso.

Sobre a questão que aqui nos traz, os incêndios, há que ter a seguinte ideia: independentemente do caso concreto onde o nosso baldio está inserido – o Sr. António da Anunciação falará mais em pormenor sobre isso –, independentemente de baldios, independentemente da limpeza, que havia, a serra do Caramulo ardeu toda! O fogo passou autoestradas, passou tudo e mais alguma coisa! Ardeu toda! De um lado, do outro, primeiro, depois... E por razões que certamente não vão ser aqui discutidas. Por exemplo, na avaliação que fazemos, não é despiciente o facto de ter sido substituído o coordenador da protecção civil distrital mesmo em cima dos acontecimentos, creio que é uma experiência a não repetir. De resto, julgo que no distrito de Vila Real se passou exatamente o mesmo.

Portanto, não é em maio, não é no início da época – digo eu, que não sou gestor dessa área! –, que se alteram dois aspetos essenciais do combate aos fogos (já estamos a falar do combate e daquilo que foi feito).

Quero, assim, dizer que se não há prevenção... Volto a dizer que, em nossa opinião, a legislação florestal tem é de ser cumprida. Pode haver ajustes, evidentemente, porque é sempre possível melhorar, mas não é por isso que as coisas se prendem.

Quanto ao abandono do mundo rural, e no que respeita à questão dos baldios, em Viseu assistimos a um movimento contrário àquele que aqui foi referido, ou seja, a extinção de freguesias levou a que um conjunto significativo de várias de dezenas de baldios esteja a sair das juntas de freguesia para os conselhos diretivos, para a assembleia de compartes, até por iniciativa das próprias ex-juntas, digamos assim.

Sobre a questão concreta do fogo do Caramulo, creio que o Sr. António da Anunciação poderá ser mais específico.

O Sr. *coordenador*: – Tem, então, a palavra o Sr. António da Anunciação.

O Sr. *António da Anunciação* (representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher): – Bom dia, Sr.^{as} e Srs. deputados.

Na nossa área ardeu tudo; ficaram cerca de 50 m de área por arder em volta da povoação, de resto foi tudo. Ainda há uns dois anos gastámos cerca de 12 000 € em limpeza dos acessos, mas não valeu de nada, ardeu tudo na mesma. Precisávamos de mais acessos, mas já temos alguns, que já permitiam orientar a questão dos incêndios.

Os baldios é que nos dão alguma coisa, porque nós, que estamos reformados, temos pensões de mais ou menos 300 €. Ora, se não fossem os baldios... Todos nós temos umas cabritas, uns animais, arranjam uns terrenos... Não sendo à base dos baldios, o que é vamos fazer? A reforma não dá para nada! Temos de pagar os nossos impostos... Só não pagamos a água, de resto temos de pagar tudo.

Depois, também há pessoas que tinham emprego e que de uma hora para a outra perderam o emprego. Vão para onde? Vão para o desemprego. Mas só isso não dá, é pouco, por isso arranjam também uns animaizitos, umas cabras, e vão para a serra. A parte da serra era para onde ia o gado, e na parte de baixo, encostada a Santiago de Besteiros, no Vale de Besteiros, tínhamos a floresta, que ardeu toda. Já fizemos algum dinheiro, tivemos de vender a floresta. Agora, quantos anos demora um pinheiro a tornar a dar alguma coisa?

Houve incêndios quase todos os anos! Primeiro, tínhamos pinhal com mais de 100 anos e nunca lá entrou fogo nenhum, agora acontece quase todos os anos. Ainda há dois anos houve um grande incêndio na serra e no ano passado houve outro. A mim e à minha mulher, que vivemos sozinhos, o que nos vale é algum gado que temos e que sempre nos dá algum rendimento. Só ficou um bocadinho por arder, ao pé de uma eólica; de resto foi tudo, ficámos sem nada.

Portanto, acho que a Lei dos Baldios está bem como está, porque ao menos dá movimento. A povoação já está a ficar com idade, mas não se sabe o dia de amanhã. Os empregos cada vez são menos e o pessoal tem de fazer alguma coisa, por isso vai-se entretendo com os animais, e assim se vai vivendo.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. Clarindo Jorge Marques.

O Sr. *Clarindo Jorge Marques* (representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher): – Chamo-me Clarindo Jorge Marques, e sou presidente dos compartes.

Srs. deputados, gostaria de fazer uma outra sugestão.

A proteção civil andou na nossa zona quando lá estava o fogo, e a proteção civil só veio estragar... Porquê? Porque a proteção civil não deixava atuar os bombeiros como devia ser. O lume andava perto dos pés deles? A proteção civil não deixava. Não deixava chegar um contrafogo para atenuar o fogo! Nada!

Ao cabo e ao resto, a proteção civil estragou tudo. Se os bombeiros ultrapassassem as medidas que lhes dava a proteção civil eram castigados – mal! Nesse incêndio morreram duas raparigas e dois homens, e porquê? Por causa da proteção civil, porque a proteção civil não conhecia o terreno – então para que mandou aquelas pessoas para sítios onde não se podiam safar, nem podiam sair? Os indicados para isso eram os bombeiros mais próximos, que conhe-

ciam o terreno ou os sapadores. Não senhor, vai a proteção civil, não deixava ninguém, eles é que mandavam... Andavam ali os bombeiros, estavam lá no Carvalhal da Mulher, estavam lá mais de 20 corporações de todo o lado do país. Só que eles não saíam ali da estrada, porque a proteção civil não os deixava atuar. Então, o que é que lá estavam a fazer? Meteram aqueles bombeiros para sítios com floresta por todo o lado, não tinham acesso por estrada para saírem dali, o que lhes aconteceu foi que morreram ali abafados.

Uma rapariga de 23 anos, que era daqui, na véspera tinha estado até na minha casa, demos-lhe lá uma “sopazita”, e a rapariga toda contente... , ao outro dia: tumba! A proteção civil mandou: «Tem de ir para este lado assim...», lá por uns mapas que eles entendem... Foram para lá. Não se puderam safar de lá, ali tiveram que acabar com a vida.

Outros, em Santiago de Besteiros, igual, a mesma coisa.

Por isso mesmo, eu achava... , estou de acordo, sim senhor, se se tornar a repetir uma situação daquelas, a proteção civil não atuava ali, atuavam os bombeiros mais próximos, que conhecem o terreno, ou os sapadores, porque não se davam aquelas situações de ficarem lá quatro pessoas sem a vida. E destróçou ali milhares e milhares de hectares, tínhamos lá essa floresta. Antigamente, estavam lá os guardas florestais, tomavam conta daquilo, mesmo de noite tinha vigilância... nunca lá andou o fogo. Agora morreu o que era o autor ou o guarda-florestal de Santiago de Besteiros, essa floresta, que era um património do Caramulo... , não ficou lá nada, foi tudo... Porquê? Por má orientação! Agora se forem ao Caramulo, vocês vejam só a situação que ali se encontra: veem tudo negro, o fogo destróçou tudo. Porque se não fosse a proteção civil, alguma coisa ardia, mas não ardia nem metade, porque nós tínhamos lá corporações de bombeiros que chegavam mais de 4 km, daqui, de Barcarena, de Lisboa, de Leiria, de tudo, por aí fora... E a proteção civil não deixava atuar, instalou-se ali ao pé da nossa aldeia, do Carvalhal da Mulher – parecia ali uma colónia de estágio!... Não deixavam sair os bombeiros sem autorização deles, mesmo ali ao pé e os bombeiros ali e não os deixavam atuar... isto é incompreensível! Eu não achava que isso fosse adequado!

Por exemplo, lá, a pastorícia não é como é nalguns lados: é uma pequena quantia de pastorícia e os animais que lá estão, andam cuidados pelas pessoas, não andam ao abandono, por aí fora, a ir para a floresta, ou ir para aqui, ou para ali. Não senhor, vai uma pessoa com eles mas não ultrapassam medidas. Agora, como estes senhores disseram aqui, que lá a pastorícia era ao abandono... , mas lá também há grandes quantidades, coisa que ali não há. E, pronto, por mim é tudo...

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

O Sr. *Clarindo José João*: – Outra coisa que também tínhamos, que nós na nossa aldeia não temos um meio de transporte, não temos um trator, nem nada, se quisermos ir aqui ou ali. Eu acho que também era adequado se tivéssemos um trator, ainda íamos aqui ou além, dar um jeito nisto ou naquilo...

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

Algum dos senhores quer acrescentar mais alguma coisa?

O Sr. *Armando Alves*: – Sr. vice-presidente, só uma coisa...

O Sr. *coordenador*: – Faça favor.

O Sr. *Armando Alves*: – Quando me referi à pastorícia, era à que é feita em grandes dimensões, não em pequenas quantidades, estou a referir-me a gado nos montes, superior a 100 cabeças de gado..., não ao pequeno rebanho de ovelhas ou de cabras – esses sim, as pessoas levam e vão com eles, acompanham-nos. Ou então quem tem quatro ou cinco vacas também vai, também acompanha. O grande problema é quem tem 50, 100, 150 ou 200 vacas, que lá existem vários casos desses. Esse é que é o problema, não são os pequenos, esses não.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda*: – Se me permite ...

O Sr. *coordenador*: – Faça favor.

O Sr. *Joaquim Arménio Miranda*: – Duas questões: a primeira é para concordar que, realmente, os sapadores florestais deveriam ter acesso ao gásóleo verde – seria uma ajuda; a segunda é para dizer que no que respeita ao combate aos incêndios também concordo que os comandantes operacionais, muitas vezes, não conhecem o terreno e podem dar ordens erradas. Já me aconteceu, em incêndios que presenciei, ter equipas de bombeiros paradas no terreno, com equipamento, com viaturas carregadas de água, com o incêndio quase a lamber-lhes as botas e eu perguntar-lhes: «Os senhores, o que estão a fazer?» E eles dizem: «Estamos à espera de ordens».

Bom, isto são coisas complicadas e que não deveriam acontecer, porque as pessoas estão longe, o comando, às vezes, está longe das frentes que estão a ocorrer e as pessoas, pura e simplesmente... «Estamos à espera de ordens», e ninguém lhes dá ordens, porque as pessoas, realmente, não conhecem o terreno. Eu pergunto, por exemplo: o que vai fazer um comando de Leixões para um incêndio no Marão? Não conhece, pura e simplesmente, o terreno e, portanto, anda ali às apalpadelas... E ou tem alguém que lhe indica e que lhe diz por onde é que deve ir, senão ele não sabe por onde é que deve expor o pessoal. Portanto, acho que aqui alguma coisa terá que ser mudada.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado a todos pelo vosso contributo, pela vossa ajuda e queria dizer-vos que tenho todo o gosto em convidá-los para almoçar no refeitório. Haverá aqui um Sr. colaborador, nosso funcionário, Sr. assessor, que irá acompanhar-vos, se nos derem esse gosto.

Da nossa parte, estão terminados os nossos trabalhos por hoje.

Eram 13 horas e 7 minutos.

AUDIÇÃO

RUI ALBERTO MOREIRA DA SILVA

(Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários)

ANTÓNIO CALINAS

(Vice-presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários)

RICARDO CORREIA

(Diretor da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários)

5 DE FEVEREIRO DE 2014

(1.ª AUDIÇÃO)

Sr. coordenador (Guilherme Silva): – Está aberta a reunião.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Srs. deputados, eu queria começar esta primeira audição de hoje – a primeira de quatro – agradecendo à Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários a disponibilidade de vir aqui reunir com este grupo de trabalho, que foi criado por iniciativa da Sr.ª presidente da Assembleia da República e que decorre do facto de, infelizmente, o ano de 2013 ter sido muito marcante em termos de incêndios florestais.

O grupo de trabalho pretende que a Assembleia da República faça uma reflexão o mais aprofundada possível no sentido de identificarmos eventuais constrangimentos legislativos que necessitem de intervenção por via de diplomas legais de alteração e aperfeiçoamento do quadro que regula esta matéria com vista a que os mecanismos de prevenção e de combate aos incêndios sejam aperfeiçoados e funcionem com maior eficácia. Pretende também que, com o mesmo sentido e objetivo, se identifiquem as recomendações que, neste domínio, se possam fazer ao Governo da República no sentido de as adotar para que a prevenção e o combate aos incêndios se torne mais eficaz.

Naturalmente que a experiência e o conhecimento da ação no terreno que a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários conhece melhor que ninguém não permitiam que dispensássemos a sua colaboração de uma forma relevante. Como calculam, não é possível a este grupo de trabalho ouvir todas as instituições e entidades ligadas a esta problemática, pelo que tivemos de fazer uma seleção. Pedimos alguns contributos escritos, mas para o debate e de modo a que os Srs. deputados possam colocar diretamente as questões tivemos de ser mais

seletivos, tendo a Associação dos Bombeiros Voluntários sido, naturalmente, uma das entidades que entendemos ouvir diretamente.

Por ter havido um ligeiro incidente inicial quanto a procedermos a uma audição conjunta ou separada, queria registar e agradecer a colaboração e a compreensão da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários para ultrapassarmos essa questão.

O método que iremos seguir consiste em atribuir 5 minutos a cada grupo parlamentar para colocar questões e a seguir será atribuído tempo aos elementos da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários para darem as respostas.

Começaria pela Sr.^a deputada Helena Pinto.

Tem a palavra, Sr.^a deputada.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Muito obrigada, Sr. coordenador.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários e agradecer a sua disponibilidade para estar presente nesta reunião.

Na sequência das palavras do Sr. coordenador, que já contextualizou, e bem, o papel deste grupo de trabalho, acho que se torna evidente a importância da vossa audição no sentido de poderem transmitir ao grupo de trabalho e à Assembleia da República as dificuldades, os constrangimentos, as necessidades que os bombeiros voluntários podem sentir no combate aos incêndios florestais.

Do meu ponto de vista, o que sobretudo importa aqui saber é quais são as necessidades mais prementes no combate aos incêndios por parte das vossas corporações de bombeiros, o que é que sentem quando são chamados a combater um grande incêndio, quais são as dificuldades e aquilo que seria possível mudar.

Esta audição centra-se muito no âmbito do combate aos incêndios, no entanto, como é lógico, também não poderei deixar de vos perguntar se têm opiniões – com certeza que as terão, e serão bem-vindas – em relação a outras áreas, como seja a questão da prevenção. Tanto quanto sei, os bombeiros voluntários também são muitas vezes chamados para situações de prevenção, como as de limpeza dos terrenos que é necessário fazer, de abertura de passagens, etc.

Nesse aspeto, pergunto-vos, por exemplo, da vossa experiência de relacionamento com as câmaras municipais e até com as juntas de freguesia, se há uma boa articulação e se, nesse aspeto, as coisas funcionam bem, porque são duas entidades que, conhecendo bem o território, podem, articulando esforços, resolver alguns dos problemas que depois se revelam dramáticos no momento exato de fazer o combate ao incêndio.

Mas, voltando à questão do combate, coloco algumas questões um pouco mais concretas e que se prendem, como dizia, com as necessidades das próprias corporações de bombeiros, nomeadamente, por exemplo, em termos de equipamento dos próprios bombeiros. Esse assunto já foi tratado noutras audições, sabemos que é caro, mas além disso como é que vêm o problema do equipamento? Era preciso mais equipamento? Que tipo de equipamento? Como é que se poderia resolver essa questão, além, como é óbvio, das viaturas, das máquinas de arrasto, de tudo isso? E aqui também há alguma colaboração com outras entidades, nomeadamente com as câmaras municipais?

Outra questão tem que ver com o teatro das operações, como se costuma chamar. Existem algumas dificuldades, inclusivamente na cadeia de comando, quando se inicia o processo do combate ao incêndio?

Por último, pergunto se entendem que seria bom alterar algum aspeto legislativo, podendo este grupo de trabalho, depois, vir a fazer propostas nesse sentido.

O Sr. coordenador: – Tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Começo por, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, cumprimentar os nossos convidados. Irei colocar as minhas questões de forma muito sintética.

A primeira questão prende-se com a formação dos bombeiros, uma matéria que se tem discutido. Quando este grupo de trabalho esteve na Autoridade Nacional de Proteção Civil esta matéria também foi falada. Gostávamos de ter a vossa opinião relativamente à forma como se faz a formação e o treino, porque percebemos que não é bem a mesma coisa. Podemos estar a fazer bem uma coisa e não estarmos a fazer tão bem outra, por isso gostava que falassem um pouco sobre estas matérias.

Outra questão tem que ver com a articulação. Aquilo que verificamos é que há um conjunto grande de forças no terreno, nos teatros de operações: a GNR, o corpo especial de bombeiros, os bombeiros voluntários, um grupo grande de equipas, como os sapadores florestais, etc... Gostaria de perceber como é que se faz essa articulação. Cada um tem competências em diferentes áreas. Noutras audições, já percebemos que essa transição de competências nem sempre é feita da melhor forma, muitas vezes com risco para quem está no terreno. Gostava, pois, que falassem um pouco sobre isso.

Há uma outra questão que já foi colocada e que tem que ver com os meios. Como é que avaliam os meios postos à disposição, tendo em conta que há um conjunto de equipamentos que são caros? O que sabemos é que, muitas vezes, nomeadamente processos de candidatura a fundos para aquisição nem sempre são tão céleres e tão expeditos como deviam ser, que os processos, por exemplo, com a certificação de viaturas... Eu vi, num quartel de bombeiros de um sítio que ardeu este ano, uma viatura de combate a incêndios florestais que não podia sair do quartel porque não estava certificada, dado que foi adquirida ao abrigo de fundos comunitários, havendo um conjunto de procedimentos a cumprir. Como é que avaliam esses processos?

Outra questão, ainda, tem que ver com o abandono do interior do país, com o êxodo rural. Na vossa perspetiva, que efeitos tem o êxodo rural a este nível? Nós temos feito muito esta abordagem do ponto de vista daquilo que é a gestão florestal e a ocupação do território, mas até para os efetivos, para os meios humanos dos corpos dos bombeiros voluntários isto tem implicações. Como é que avaliam isto?

A terminar, relativamente às questões de prevenção, os bombeiros são quem está no terreno quando as coisas correm mal em termos de incêndios, por isso também são vítimas daquilo que é todo um processo de produção de floresta. Gostava, pois, de perceber se fizeram alguma reflexão sobre como é que o nosso país está a fazer floresta e as implicações que isso tem

quer nos incêndios, quer no vosso trabalho, se consideram que a forma como estamos a fazer a floresta é a mais adequada e se isso tem ou não implicação nos fogos florestais, isto é, se as políticas florestais têm implicação nos incêndios e na situação que está criada relativamente a estas matérias.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Muito bom dia.

Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, queria também dirigir uma palavra à Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

Neste grupo de trabalho, estamos a falar pela primeira vez com uma associação ligada aos bombeiros voluntários, tendo, no último ano de grandes incêndios florestais, morrido vários, pelo que quero dirigir-vos uma palavra de condolências e, evidentemente, de pesar pela perda de muitos dos vossos camaradas de combate.

Quero dar-vos nota de que o voluntariado é uma base muito interessante no que diz respeito à área dos bombeiros e, nessa medida, naquilo que tem que ver com a proteção civil. Não pode ser um voluntariado voluntarioso, tem de ser um voluntariado responsável e, nessa medida, além das questões que o Sr. deputado João Ramos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, já vos colocou, relativamente à questão da formação inicial e daquilo que é a formação contínua ou trabalho operacional, gostaria que se pronunciassem um pouco sobre essa matéria no sentido de saber se, de uma forma geral, existe este trabalho de manutenção, de contenção naquilo que é o trabalho dos bombeiros no que diz respeito à sua operacionalidade.

Para nós, que temos de fazer trabalho legislativo sobre esta matéria mas também trabalho de recomendação e de apresentação de propostas de trabalho ao Governo, até porque surgem algumas notícias, umas com verdade, outras sem verdade, de que, por exemplo, metade dos bombeiros voluntários não tem trabalho operacional, seria interessante saber se assim é ou não. Não sei se é verdade ou não, mas conhecem as notícias, são públicas. Não ouvi dizer, li-as.

Gostava, portanto, de ouvir o vosso comentário sobre isto e de saber qual é a vossa perspectiva.

Há uma questão relativamente à qual seria interessante saber a vossa opinião. Muitos dos municípios portugueses têm vindo a aplicar aquilo a que se chama a taxa municipal de proteção civil. O que gostaria de saber é se essa taxa tem tido algum reflexo naquilo que são os apoios que depois os bombeiros recebem por parte dos municípios.

Há municípios que desenvolvem um trabalho muito interessante nesta matéria, mas há outros que se calhar não o farão, pelo que gostaria de saber se têm essa noção. É que taxa municipal de proteção civil, para ficar receita do município para abrir mais um caminho, pode não ser o mais adequado para aquilo que é o fim da própria taxa.

Relativamente aos meios de proteção individual e de apoio ao combate, que são sempre muito necessários, surge sempre o problema de falta de meios nesta matéria. O exemplo que vou dar se calhar não é o melhor, mas o presidente da corporação de que sou sócio e de que já fui dirigente dizia há dias que tem lá uma viatura inoperacional há um ano e tal, porque a garantia só pode ser acionada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, que está em litígio

com o fornecedor, pelo que a viatura não funciona. Posso dizer-vos qual é a corporação: são os Bombeiros Voluntários de Ponte de Lima. Eles até têm dinheiro para mandarem reparar a viatura, mas não podem, porque se a mandarem reparar perdem a garantia. Está, pois, ali um veículo completamente inoperacional devido a uma questão muito simples, que tem que ver com uma bomba. Mas o que é facto é que está ali parada uma viatura que custou umas dezenas largas de milhares de euros!

No que diz respeito à proteção, seria uma solução haver uma central de compras para este equipamento por forma a poder ter um preço mais adequado?

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. vice-presidente, começo por cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, manifestar pesar pelos bombeiros falecidos no ano passado e aproveitar a vossa presença para, de certa forma, nos ajudarem a elaborar o nosso trabalho.

Como já foi dito, o nosso objetivo é, desde logo, legislativo, portanto alterar a legislação de modo a que nos permita ser mais eficazes e, depois, apresentar projetos de resolução no sentido de recomendar ao Governo que tome outras iniciativas, além daquelas que tem tomado.

De todo o modo, como estou na presença de uma associação de bombeiros, vou cingir-me essencialmente ao combate.

Não vou repetir aquilo que os meus colegas já referiram, mas, no que à formação diz respeito, tocar apenas num assunto que não foi falado e que tem que ver com a Escola Nacional de Bombeiros.

Gostaria de saber até que ponto é que a Escola exerce a missão para que foi criada, ou seja, forma ou não bombeiros. Queria saber se os senhores têm alguma dificuldade de relacionamento com a escola e até que ponto é que a escola, ao longo da sua vida – e não estou a falar nem deste nem dos outros Governos –, tem cumprido a sua missão, que é a de formar bombeiros para o combate.

Aproveito a ocasião para dizer o seguinte: nós sabemos que, aquando dos grandes incêndios, há movimentação de forças para o combate. Gostaria de também colher o vosso contributo na melhoria significativa que, penso, podemos ter em duas vertentes.

Primeiro, na movimentação. Verificamos que são muitas as horas de movimentação e, se calhar, não são pelas formas mais adequadas. Os bombeiros, quando chegam ao teatro de operações, como já aqui foi dito, vão exaustos, vão cansados, estão a precisar de descansar e não de combater. Até que ponto é que se poderia melhorar essa movimentação das forças em presença? Por outro lado, até que ponto é que as corporações de bombeiros que são movimentadas para locais de distrito completamente diferentes do seu, a começar pela morfologia do terreno, estão coordenadas para fazer uma ação efetiva de combate ao fogo?

Depois, queríamos questionar sobre o seguinte: já aqui se falou na questão das câmaras, pelo que não vou tocar nesse assunto, mas vou tocar num outro assunto, que tem que ver com os instrumentos de combate, aqueles que os senhores efetivamente conhecem.

Todos os anos, a comunicação social fala em não sei quantos meios aéreos, e mais isto e mais aquilo e, se calhar, nós, que pertencemos a partidos políticos, contribuimos também para isso porque o que queremos são mais aviões, mais helicópteros, etc., etc., enfim, enchamos a boca a falar disso, e muitas vezes esquecemo-nos de equipamentos pequenos, como sejam as máquinas de arrasto. Máquinas essas – e eu tenho alguma experiência nessa matéria –, que por vezes são mais eficazes do que o próprio meio aéreo. É porque o avião vai lá, descarrega, vai-se embora, mas, quando volta, aquilo está na mesma ou pior.

Queria que os senhores claramente nos dissessem aqui se se justifica que parte daquilo que gastamos todos os anos em meios aéreos não deveria, eventualmente, ser reduzido e melhorado em máquinas que, para mim, poderiam ter (mas gostava de ouvir a vossa opinião) uma ação preponderante ao longo de todo o ano em trabalho efetivo na floresta – e estou a falar na prevenção e, depois, no combate. Gostaria, pois, que manifestassem a vossa opinião.

Por último, queria questionar-vos no seguinte sentido: nós verificamos que grande parte dos incêndios resulta de um rescaldo que é mal feito. Ou seja, o combate é declarado extinto, vão-se embora, mas nós sabemos que há reacendimentos que podem ocorrer um dia, dois dias depois de o incêndio ter sido considerado extinto. Até que ponto poderíamos melhorar estas ações efetivas de rescaldo para evitar os reacendimentos, porquanto sabemos bem que grande parte dos incêndios resultam deste facto? Gostaria que os senhores se pronunciassem sobre esta questão.

Uma vez que não disponho de mais tempo, dou por terminada a minha intervenção, agradecendo, desde já, a vossa participação.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. *coordenador*, começo por, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, uma vez que já nos cruzámos noutras instâncias, cumprimentar a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários. O Partido Socialista já fez saber da sua solidariedade para com todos os incidentes e, obviamente, lamenta as mortes ocorridas.

Começo precisamente por esse ponto. Nós temos tido um histórico relativamente aos incidentes em teatros de operações – estou a falar, nomeadamente, de incêndios florestais, porque é essa a problemática que estamos a tratar. Sabendo, apesar de tudo, que os incêndios florestais são uma pequena parte da atividade diária das corporações de bombeiros (não podemos esquecer essa vertente), a verdade é que este ano fomos surpreendidos com um conjunto de incidentes que culminaram na morte de vários bombeiros – e não estamos a fazer qualquer juízo de valor relativamente às situações, são dados objetivos. Não se tratou de um incêndio que ceifou a vida de sete, oito ou nove pessoas, mas de um conjunto de incidentes que ceifaram a vida a vários bombeiros. Ora, isto faz-nos refletir.

Todos sabemos que, muitas vezes, no teatro de operações uma mudança de vento inesperada, devido até à própria concentração de calor ou às condições do terreno, pode acontecer. Porém, embora saibamos, pelas estatísticas, de um elevado número de bombeiros que morrem em serviço, não há memória deste conjunto de ocorrências registadas. A verdade é que a

percentagem daqueles que faleceram em teatro de operações – e vou excluir aqueles que tiveram acidentes de viação quando se dirigiam ao local do incêndio, porque são coisas distintas, prende-se mais com a condução de veículos de emergência do que com o ataque operacional ao próprio incêndio – é muito elevada.

Em vossa opinião, este conjunto de ocorrências que registámos em 2013 foi coincidência ou faz-nos suscitar a questão da unidade de comando? Por outras palavras, faz-nos ou não suscitar a questão de quem define a estratégia de combate ao incêndio?

Passando a outra matéria, a questão que coloco é esta: o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) define o princípio da unidade de comando relativamente a todas as ocorrências. A verdade é que a concretização do SIOPS em termos de posto de comando operacional só se concretiza, só se materializa efetivamente quando, em regra, passa a ataque ampliado.

A questão que se coloca é esta: o comandante de bombeiros que chega ao teatro de operações, seja ele bombeiro de terceira, de segunda ou de primeira, seja chefe, seja o que for, fica incumbido, nos termos do SIOPS, de determinar se precisa ou não de mais meios. Pergunto: e se o bombeiro que está a comandar aquele teatro de operações disser: “Eu, para fazer essa avaliação, preciso do posto de comando operacional e ter aqui o oficial de ligação da GNR, o guarda-florestal, informação meteorológica”, há condições para fazer isto? Os meios respondem? Ou é quando o incêndio chega a um determinado patamar que as entidades... É porque há muitas entidades no terreno, é verdade, mas é o SIOPS que determina como é que se coordenam. Exceto, obviamente, aqueles fogos que são postos estrategicamente para ser grandes incêndios, em regra, os incêndios começam por ser pequenos e a maior parte deles até são resolvidos. Temos de ter a noção de que a esmagadora maioria, é resolvida. Mas, como eu estava a dizer, só quando o incêndio chega a um determinado patamar é que parece que o SIOPS cumpre. Sinto que ainda não há a interiorização de que, quando um bombeiro sai do quartel, é uma autoridade que tem de ser acompanhada por todas as demais.

O Sr. *coordenador*: – Faça favor de terminar, Sr.^a deputada.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Antes de terminar, gostava de referir-me a uma questão que tem que ver com a introdução do CADIS (Comandante Operacional de Agrupamento Distrital) a 31 de maio de 2013 e também com a questão do apoio logístico no teatro de operações. O que tem falhado? Qual o papel das câmaras? Qual o papel do apoio logístico – sabem, com certeza, ao que estou a referir-me – a toda a operação, tendo a noção de que, num combate ao incêndio, ao fim de 4 horas um bombeiro está exausto. Por mais que digam que está lá 20 horas, ele ao fim de 4 horas está encostado à espera que as coisas passem, porque é humanamente impossível, para quem está junto a uma frente de incêndio, com uma temperatura elevadíssima e com pouco oxigénio, e muitas vezes sem alimentação, conseguir resistir.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado relator, Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. coordenador, começo por também cumprimentar o Sr. comandante da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Duas ou três questões estruturais.

Primeira questão: gostaria que me dessem um retrato da adequação de meios em matéria de bombeiros a nível nacional, isto é, se todos os distritos estão bem servidos de corporações de bombeiros.

Segunda questão: os CADIS, os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) e os COM (Comandantes Operacionais Municipais). Acha que a forma como, neste momento, são nomeados é a correta? Deve ou não haver uma carreira de gestão de emergências em Portugal?

Terceira questão: tipificação dos corpos de bombeiros. Acha que devemos avançar com ela ou não?

Quarta questão: Força Especial de Bombeiros. Por um lado, temos a força terrestre e, por outro, as forças helitransportadas, isto é, hoje temos GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro) e temos “Canarinhos”. Temos “Canarinhos” não enquadrados, do ponto de vista orgânico. Gostava de ouvir a vossa opinião.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. presidente da direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, Rui Alberto Moreira da Silva.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. *coordenador*, a Sr.^a deputada Isabel Oneto chamou a minha atenção para uma questão importante: a tipificação está feita. O que eu gostava de saber é se considera ou não que o financiamento deve ser feito em função dessa tipificação.

O Sr. *coordenador*: – Tem, agora, a palavra, Sr. presidente da direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. *Rui Alberto Moreira da Silva* (presidente da direção da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): – Enquanto se prepara a apresentação de um curto *PowerPoint*, que não pretende ser mais do que uma pequena chamada de atenção, começaria por agradecer a este grupo de trabalho o facto de nos receber e de nos ouvir. Isso demonstra que há a preocupação em ouvir as bases, em ouvir quem efetivamente está com a “agulheta na mão”, se me permitem a expressão, e também podermos dar um contributo, que deve ser dado nos locais certos. Muitas vezes, temos tendência a extravasar para a comunicação social alguma da nossa mágoa, mas, se o podemos fazer em sítios que consideramos certos como é o caso deste, achamos que é bem mais vantajoso para todos.

Por outro lado, também não podemos esquecer que os senhores, enquanto deputados, têm não só a responsabilidade como a possibilidade de mudar muito daquilo que consideramos que não está tão bem quanto deveria estar. Nesse aspeto, agradeço, mais uma vez, o facto de nos ouvirem.

Por outro lado ainda, a precisão e a qualidade das questões que os Srs. deputados colocaram, para mim, como bombeiro, demonstra, primeiro, um grande conhecimento e, depois, que os senhores também sabem onde é que as coisas não estão tão bem quanto deveriam estar, o

que nos tranquiliza. Quando isso acontece, é porque há um grande interesse por parte de quem nos coloca essas questões.

Faço-me acompanhar por dois colegas da direção, o vice-presidente António Calinas e o diretor Ricardo Correia. Sou bombeiro no norte do país, na cidade de Vila do Conde, e no norte do país, por norma, não nos deslocamos para outros locais se não no distrito do Porto e periferia.

Porém, é muito normal, como é o caso do António Calinas, que é de Lisboa, incorporar GRIF's (Grupos de Reforço a Incêndios Florestais) e GRUATA's (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), que se deslocam e por isso ele poderá acrescentar um ponto de vista que não tenho, apesar de ser presidente da associação.

Por outro lado, o Ricardo Correia, oriundo do corpo de Bombeiros Municipais da Lousã, embora fazendo serviço como voluntário, poderá referir um dos pontos sensíveis em termos de fogos florestais.

Então, se me permitem e agradecendo de novo, vou apresentar um pequeno *PowerPoint* que vai responder a muitas das questões que nos colocaram.

Pausa.

Vou deixar este trabalho ao Sr. coordenador, que depois poderá fazê-lo chegar a cada um dos interessados.

Isto foi retirado este ano de redes sociais, nomeadamente do *Facebook*... Para terem uma ideia, muitas vezes eu estava numa frente de fogo e conseguia saber o que se passava em todo o país... Hoje, temos uma fonte de informação privilegiada e foi isso que me serviu para retirar as imagens.

Procurei ser o mais isento possível em relação às imagens, mas também não publicar aquelas que eram mais chocantes e que abundavam na internet.

No fundo, o que pretendo com estas imagens é responder um pouco quando me perguntam que logística temos nos incêndios florestais, que alimentação temos quando os corpos de bombeiros e outras estruturas pedem alimentos às populações para os bombeiros que estão na frente de fogo. Pedem água, leite e fruta para alimentar os bombeiros que estão na frente de fogo há dois, três, quatro dias, como se isso repusesse aquilo que um bombeiro gasta quando combate o fogo...

Esta foi uma mera introdução, mas parece-me que as imagens são bem elucidativas.

Passo a responder à Sr.^a deputada Helena Pinto, que perguntou que necessidades têm os corpos de bombeiros aquando do combate aos incêndios.

A logística é uma delas, e aqui o relacionamento com as autarquias tem um papel fundamental, nomeadamente a figura do comandante operacional municipal, que poderia ser a pessoa que faz o levantamento dos restaurantes que podiam fornecer as refeições e em que quantidade. Tudo isto deveria estar pronto para que, quando acontecesse um incêndio com uma dimensão que tivesse de receber forças do exterior, pudesse haver uma resposta.

Não é possível chegar ao restaurante ou à churrasqueira que habitualmente serve aquele corpo de bombeiros e pedir 200, 300 refeições no espaço de um hora ou duas! Este tem de ser

um trabalho de casa, que muitas vezes não está feito, a estes três níveis. Não há previsão para dar esta resposta, e muitas vezes o relacionamento com as autarquias é nulo porque de contrário não víamos aquilo que ali está referido, ou seja, o pedido de alimentação nas redes sociais.

A Sr.^a deputada falou também nos equipamentos de proteção individual. Esta é uma questão que a nós, associação de classe dos bombeiros voluntários e enquanto bombeiros, nos preocupa muito. E preocupa-nos muito por vários motivos.

O primeiro é o seguinte: o bombeiro, depois de retirar a farda ou o equipamento de proteção individual, por norma, é chefe de família, é pai, é marido. Tem um papel fundamental numa família e, quando ele sofre um acidente, isso vai repercutir-se nos vários membros dessa família, o que nos aflige muito.

Por outro lado, quanto aos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), muitas vezes, não se trata sequer de questão de apoio ou investimento por parte do Estado.

Quase me atrevia a dizer que sou do tempo em que uma Sr.^a deputada aqui presente tinha responsabilidades como governadora civil, tendo sido responsável por um dos apoios que foi distribuído no distrito do Porto, o meu distrito de atuação.

Num levantamento muito rápido e simples do que foi o investimento e a ajuda, através do QREN ou diretamente através Ministério da Administração Interna, à Autoridade Nacional de Proteção Civil de 2009 a 2014, somamos 20 milhões de euros. Ora, 20 milhões a distribuir pelos 30 000 bombeiros que estão neste momento no quadro ativo e no quadro de comando dá um número que não é muito bonito de 660 euros. Ou seja, em cinco anos, cada um dos bombeiros deveria ter tido um investimento de 660 euros. Não conheço nenhum colega que tenha recebido um investimento nesse montante só no equipamento de proteção individual florestal.

Contrariamente, nos equipamentos de proteção individual para outro tipo de serviços que os bombeiros prestam – e já foi dito, e muito bem, que os incêndios florestais andam entre os 3 e os 7%, eventualmente 10%, daquilo que é a atividade de um corpo de bombeiros – nunca me apercebi de um investimento em equipamentos de proteção individual urbano e industrial, que são mais caros, implicam o uso de aparelhos respiratórios autónomos, etc. No entanto, cada vez mais verifico que, num curto espaço de tempo, passamos de uma imagem como a do combate ao incêndio do Chiado, que foi combatido em mangas de camisa, para os dias de hoje, em que combatemos completamente equipados e muitíssimo bem equipados.

Causa-me estranheza, enquanto presidente da associação e enquanto bombeiro, porque é que se investe tanto nos equipamentos de proteção florestais e depois os bombeiros não veem esse resultado no terreno.

Muitas vezes aponta-se como causa o facto de se comprar quantidade e não qualidade, ou seja, aquilo que inicialmente é o concurso acaba por ser adulterado pelas estruturas dos bombeiros. E aqui, como alguém já referiu, achamos também que quem faz o caderno de encargos deve ser o mesmo que faz a compra e o mesmo que entrega aos corpos de bombeiros o equipamento.

Recentemente, foi referido – este é um exemplo do estabelecer de normas, por um lado, e depois da fiscalização, por outro – o que acontecia aos autos de notícia levantados pela GNR, em que víamos que muitos deles, ou a quase totalidade, não tinham consequência. Apenas

uma pequena percentagem tinha consequência, precisamente porque não era a mesma entidade a dar continuidade.

É urgente que o caderno de encargos, ou seja, aquilo que devem ser as normas técnicas de um equipamento de proteção individual, seja bem feito.

Já apresentámos, não só à Autoridade Nacional de Proteção Civil como ao próprio Ministério da Administração Interna, um estudo que elaborámos sobre um equipamento – e aqui posso falar abertamente de custos – que uma empresa fabricou segundo um padrão e uma certificação internacional, que obedece também à certificação nacional, em que esse equipamento custaria, por homem, o conjunto de calça e casaco/*dolmen*, entre 160 e 180 euros. Portanto, o equipamento não é caro, com o padrão que já referi, respeitando as especificações técnicas aplicáveis.

Estamos a falar de equipamento para bombeiros, porque se falarmos naquilo que é habitual o bombeiro usar – trata-se de fardamento composto normalmente por algodão – passamos a ter um equipamento de proteção individual que na gíria e na camarata chamamos equipamento de proteção individual para jardineiro, e não para bombeiro.

Relativamente aos teatros de operações e às dificuldades na cadeia de comando, por vezes acontecem algumas dificuldades. Uma coisa é estarmos num teatro de operações com um corpo de bombeiros local, outra coisa é estarmos num teatro de operações com o corpo de bombeiros local mais os vizinhos e outra coisa ainda é termos um conjunto de entidades e um número de bombeiros grande. Aqui, como em tudo, efetivamente, é sempre mais difícil essa articulação da cadeia de comando.

Contudo, enquanto bombeiro, a minha perceção é que os bombeiros têm efetivamente uma hierarquia muito bem vincada e impera sobretudo o respeito, o que quer dizer que os bombeiros mais velhos e por norma mais graduados têm efetivamente um papel muito importante naquilo que deve ser a cadeia de comando, por respeito e não por imposição, até, do próprio posto.

Quanto a legislação a alterar, Sr.^a deputada Helena Pinto, permita-me que lhe diga que a devíamos alterar toda. A legislação aplicável a bombeiros é uma legislação arcaica, ultrapassada e ineficiente.

Dou-lhe só um exemplo. É possível um elemento de comando com uma formação de 150 horas comandar um número indeterminado de bombeiros e é exigido a um bombeiro no início de carreira, na base, 350 horas de formação. É necessário alterar isto.

É necessário alterar a situação em que um chefe de grupo de combate não tem de ser um elemento de comando.

Temos um chefe de equipa que, por norma, tem o posto de chefe, mas para os chefes de grupo de combate, por norma, a formação e o posto é dado a um elemento de comando. Tem de ser dado às chefias! Os bombeiros respeitam as suas chefias, porque elas são pessoas com mais experiência, que conhecem o terreno, conhecem os homens que comandam, e muitas vezes, contrariamente àquilo que possa parecer – porque a legislação está de tal maneira mal feita que permite isto –, um bombeiro em início de carreira tem mais formação do que um elemento de comando. E isto reflete-se, depois, nos teatros de operações.

Todos devem estar lembrados que, em agosto do ano passado, afirmei que se cometeram graves erros básicos no incêndio do Caramulo – isto em agosto, em plena época quente.

Custou-me muito dizer isso, até porque não me estava a arreferir aos bombeiros mas àquilo que é hoje, muitas vezes, uma política e uma forma, no terreno, de se garantir essa hierarquia e esse comando por parte de estruturas que não conhecem o terreno, sendo muitas vezes arredado desse terreno o comando local, fazendo outras funções que não que deveria fazer, o que se reflete nos próprios relatórios, que respeitamos muito e por isso é que não trouxemos nenhum documento, porque aquilo que havia a pontar relativamente a 2013 está inventariado e apontado.

Como bombeiro e como presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, gostava muito que 2013 fosse um virar de página naquilo que é o trabalho dos bombeiros voluntários em Portugal, do ponto de vista legislativo, organizacional, de equipamentos. Com disse, muitas vezes, não é uma questão de custos, não é falta de investimento, são outras coisas que urge serem colmatadas, porque se não fizermos algo neste campo vamos continuar a investir dinheiro e a não ver resultados no terreno.

Depois, responderei ao Sr. deputado Abel Baptista. Agora, gostaria que o Sr. coordenador desse a palavra ao meu colega António Calinas, que poderá responder de seguida.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra, Sr. vice-presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.

O Sr. *António Calinas* (vice-presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): – Muito bom dia, queria cumprimentar todos os Srs. deputados. Vou tentar responder, conforme dito pelo meu presidente, pontualmente às várias perguntas.

A Sr.ª deputada Helena Pinto falou no teatro de operações e em dificuldades de legislação. As dificuldades normalmente não são muitas quando os incêndios são pequenos. Porquê? Porque só estão cinco bombeiros e mal seria se cinco bombeiros não se entendessem, não é? O problema existe quando o escalonamento da ação passa para mais meios.

Agora, vou responder à Sr.ª deputada Isabel Neto no que respeita à questão da articulação dos meios.

A partir do momento em que o primeiro chefe de equipa solicita mais meios, e ele tem a condicionamento de só ter comando sobre um determinado número de equipas, tem de vir também, desculpem a expressão, “agarrado” um elemento de comando para assumir esse comando de operações.

Por vezes, pelos mais diversos motivos, não há elementos de comando disponíveis no momento e temos assistido a elementos bombeiros de terceira a comandar teatros de operações com várias entidades no local, com meios aéreos no local. O que não quer dizer que não tenham competência para isso, porque o fazem, portanto, se o fazem, fazem-no sempre bem, pois, se o fizessem mal, alguém teria que os tirar e não teria cabimento. O que estou a dizer é que por dificuldades de meios da mais diversa ordem, que não nos cabe a nós referir, mantemos elementos, que supostamente não têm formação específica para essa área, a fazer essa ação. Temos assistido a isso e daí poderá advir alguma má relação com outros meios, ou com outras entidades, que têm outro nível de escalonamento que não a base da sua hierarquia.

Depois, referiram as questões das máquinas de rastos e dos meios aéreos, às quais acrescento o uso do fogo.

Os meios aéreos são, digamos, os últimos dos meios. Já foi dito, nesta comissão, que o combate dos incêndios florestais tem de ser feito de uma outra maneira. Com certeza que sim. E só há uma maneira – desculpem a minha frieza – de os bombeiros não morrerem dentro de um incêndio, que é não ter bombeiros dentro de um incêndio. A partir do momento em nós que estamos dentro do incêndio, a probabilidade de nos acontecer um acidente é elevada.

No nosso país, o combate aos incêndios tem de mudar: temos de passar a fazer combate indireto, que é feito com máquinas de rastos ou usando o fogo. Temos que esperar o inimigo onde ele nos é mais favorável, passar a ter uma máquina de guerrilha e não de combate direto, porque em combate direto perdemos, e o ano passado perdemos oito vezes pelo menos, fora os feridos que são muito mais do que oito, como devem saber.

Portanto, as máquinas de rastos são essenciais, mas nalguns teatros de operações, porque no sítio onde houver muitas pendentes ou muita pedra a máquina de rastos também é ineficaz e aí temos de passar a usar o fogo. O uso do fogo, neste momento, é quase, embora a ação seja fogo prescrito, proibitivo para os bombeiros. Não é porque não tenhamos bombeiros com capacidade para o fazer, não temos é ministrado formação a esses bombeiros e não lhes temos dados meios, porque não basta dar um pinga lume a um bombeiro para ele passar a fazer contrafogo, são precisos meios, formação complementar para o fazer de forma consciente e competente.

Esses meios deveriam ser dados não a todos os bombeiros, mas a um número suficiente de bombeiros, por distrito, que possa responder rapidamente às solicitações, porque não resulta estarmos à espera de alguém que o faz, mas que vem de longe, que faz 300 ou 400 km, sabe-se bem como, para chegar ao local, pois há coisas que são para fazer 10 minutos depois, não quatro horas depois, porque quatro horas depois “já foi”. Além disso, implica uma análise do terreno: as pessoas vêm de longe, não conhecem o terreno e para fazerem o seu trabalho têm que fazer uma análise e não a fazem em segundos, nem em minutos. Portanto, normalmente, aqui, perde-se muito tempo.

Isto também tem de ser feito a nível local, e aí entram as câmaras municipais e os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF): a análise feita tem de ser local, o planeamento tem de ser local, recorrendo ao histórico, sabendo que o fogo começa normalmente aqui e acaba ali..., portanto, que para se fazer um combate indireto face àquela ignição, naquele local, tem de se começar a combater o fogo onde ele vai estar daqui a 30 ou 40 minutos e não propriamente na cabeça das chamas. Isto é trabalho de casa que não é feito, pese embora alguns GTF o façam, mas, na generalidade, os GTF não o fazem e andamos a correr atrás do prejuízo.

Logo, não há propriamente um trabalho de campo feito.

Neste momento, nalguns sítios faz-se fogo, noutras sítios não se faz. Porquê? Porque não há capacidade técnica ou também não há vontade de o fazer. Isto, depois, condiciona a ação dos bombeiros.

Os bombeiros combatem todo o tipo de sinistros, mas têm de combatê-los em segurança.

Enquanto bombeiro, não me interessa muito dizer se a floresta está mais ou menos ordenada, isso é um problema político e de gestão da floresta. Contudo, posso-vos dizer que numa

floresta mais ordenada tenho uma eficácia maior, portanto nessa floresta o dano será menor; numa floresta não ordenada estarei a fazer um combate indireto e a assumir que vai haver perdas. É como na nossa casa: se tivermos uma casa arrumada e se tivermos um extintor, se houver um incêndio, acionamo-lo e combatemos o fogo e o bombeiro, quando chega, tem uma coisa mais limitada para fazer; se não tivermos nada disso e se tivermos tudo desarrumado, quando o bombeiro chega, a casa está tomada de chamas e, pura e simplesmente, perdemos a casa. Isto é o que se passa nos incêndios florestais.

Temos de deixar de ser, desculpem a expressão, tão pró-ativos, ou seja, ir tão à cabeça do fogo e esperá-lo nos sítios que nos sejam mais favoráveis e assumir que, por falta de gestão florestal, o proprietário vai perder mais do que aquilo que era suposto perder. Eu é que não posso perder combatentes que são caros, e cuja formação é cara, para defender algo que pertence a alguém que não teve o cuidado que deveria ter tido. Esta é a nossa opinião enquanto associação.

Srs. deputados, no que respeita ao rescaldo mal feito, tenho a dizer-vos o seguinte: há sítios e corpos de bombeiros que, embora pareça incrível, têm incêndios em lista de espera. E quando se diz, ao fim do dia, que estiveram envolvidos 300 veículos e 5000 bombeiros no combate a um incêndio, na verdade não estiveram 5000 bombeiros, com certeza estiveram 1000 bombeiros cinco vezes no mesmo teatro de operações.

Na estatística é fácil fazer crescer os números, mas também é fácil dividi-los: são 5000 bombeiros, porque, se estiverem dois distritos a arder, não há 5000 bombeiros em dois distritos; houve, sim, bombeiros que responderam a vários teatros de operações durante um determinado período de tempo. Fazer crescer os números é fácil, mas só que isso, depois, gera exaustão no uso de elementos, sendo que há elementos de corpos de bombeiros que são os mesmos durante todo o tempo.

Portanto, não há uma rotatividade, e isso tem que ver com diversas questões, nomeadamente com o facto de o voluntariado estar disponível ou não.

O voluntariado dos bombeiros – pese embora todas as outras organizações de voluntariado que existem, às quais peço desculpa – é o único que tem obrigações legais para se manter ativo.

O bombeiro voluntário, ao contrário de um bombeiro profissional, a quem a entidade patronal tem de oferecer 35 horas de formação/ano, tem de fazer 70 horas/ano para se manter no ativo, e se só fizer 69 horas/anos – o instrumento só serve para isso – é colocado fora do ativo. Somos a única entidade obrigada a fazer determinado serviço operacional, independentemente de termos muita ou pouca disponibilidade por ano. Mais nenhuma outra estrutura, por regulamentação do Governo, tem a obrigação legal de o fazer. Como costumamos dizer, sou só voluntário na minha disposição de ser bombeiro; a partir do momento em que o sou, a minha condição de voluntário não é assim tanta quanto isso.

Se tenho fogos em lista de espera, o rescaldo provavelmente será mal feito. Isto é uma condicionante, portanto alguma coisa tem de ser deixada para trás.

No que respeita à movimentação de forças nos teatros de operações, é sabido que há distritos em que devido a variados problemas, nomeadamente, o êxodo, a idade avançada das pessoas, a crise económica que leva à saída de pessoas desses distritos, as corporações estão desfalcadas

de meios humanos; e há outros distritos em que, devido ao peso da concentração da população e à maior atratividade pela atividade de bombeiro, alguns bombeiros podem fazer essa movimentação. A associação já uma vez tentou fazer uma movimentação não de meios técnicos, porque provavelmente até existem meios técnicos nesses distritos, porque estão lá as viaturas, não existem meios humanos. Nos distritos que têm mais meios humanos poderá haver um recrutamento, até com base no voluntariado, o que presumo que seria fácil, porque os bombeiros de Lisboa... Não é que sejamos todos pirómanos, mas um bombeiro é treinado para apagar fogo e, quando vê que em Viana do Castelo ou no Gerês há floresta a arder e está em Lisboa não pode fazer nada para ajudar combater, porque nem sequer pode oferecer-se para ajudar.

Provavelmente, em Lisboa existem meios disponíveis e que poderiam, em equipas de três, de quatro... Na lógica da associação, seriam equipas de quatro, porque no distrito estão os meios técnicos e a associação local daria o motorista, que é aquele que conhece o local, sendo que depois o resto – mexer nas agulhetas, nos veículos e tudo o mais – é igual para todos, portanto, ao fim de 10 minutos, todos sabem mexer nos veículos. Portanto, poderíamos movimentar desses distritos, numa base permanente durante o verão, um efetivo para reforçar esses locais.

É lógico que tem de haver disponibilidade dos locais para nos receberem e também o suporte para essas situações. Acredito que mantendo cama, roupa e alimentação até se conseguirmos, na base do voluntariado, ou seja, sem haver pagamentos, pessoas para prestar ajuda nesses locais. Portanto, não o fazem, provavelmente, porque isso seria assumir tacitamente a fraqueza do sistema nesses locais.

Quanto ao suporte das ações, os meios logísticos, como viram, a logística pura e dura não existe na nossa organização. A logística é entendida como o meio gasóleo para pôr o carro a funcionar, porque é essencial, se não haver gasóleo ele não anda; e a água para o carro apagar o fogo e, desculpem a expressão, uma “sandocha” e um sumo, sendo que às vezes até se pede à população que suporte isto.

Portanto, não há um trabalho prévio para verificar o seguinte: «tenho 100/200 pessoas aqui, onde é que vou buscar alimentação? A quem é que a vou buscar? Ela está ou não pré-feita?». Isso não existe, o que leva, depois, a um encarecimento. Quando vemos as contas, ou seja, quando verificamos quanto é que se gastou na alimentação e dividimos esse valor pelo efetivo, pensamos que o efetivo foi todo comer a um restaurante de elite em Lisboa, quando na verdade não foi isso que aconteceu.

Falou-se aqui nas quatro horas de combate. Dou de barato as quatro, passo a seis. Mas, ao fim de seis horas, esses elementos deveriam ser retirados do local e ir para um sítio descansar – não é dormir no queimado, como aqui se viu, porque isso não é descansar, enrolados debaixo do carro, é ir para uma situação fora do teatro de operações e descansar efetivamente oito horas, enquanto lá estão outros colegas a combater o fogo, e depois entrar novamente no combate.

Os carros não se vão chatear por lá estarem tantas horas, mas os meios humanos, esses sim, deveriam ser trocados rapidamente. Porém, como só mandamos os carros com aquele número de elementos, eles vão estar, como acontece várias vezes, 10, 15, 20, às vezes 24 horas no teatro de operações. E mesmo que estejam sem fazer nada, como vimos alguns camaradas deitados, aquilo não é campismo, portanto, estar no sítio onde está o queimado a receber o cheiro, os gases ou as partículas que lá estão não é descansar.

Todos os municípios têm pavilhões municipais, têm sítios onde se pode tomar banho e, às vezes, há situações em que pedimos encarecidamente para tomarmos um banho. Há algumas situações em que, no limiar, não podemos tomar banho e, como temos mangueiras, água e o pessoal também leva champô dentro do carro, fazemos aquilo que nos é permitido, que é tomar banho ao lado da estrada. Quando não nos é oferecido banho, é o que fazemos.

Portanto, não há um planeamento logístico para nada. Não há, inclusive, um planeamento logístico de suporte das viaturas – uma viatura entra no teatro de operação conforme está, mas quando sai deveria ser mecanicamente inspecionada, porque, depois, temos alguns acidentes de viação devido a problemas que se verificaram dentro do teatro de operações, uma vez que a viatura não foi inspecionada, não foi lubrificada. Nada disso existe.

No entanto, está consignado que numa zona de concentração e reserva há meios para estas coisas. Eu nunca os vi, e posso dizer que já passei por vários teatros de operações, não muitos, pois também não sou assim tão antigo nos bombeiros quanto isso, mas nos teatros de operações por que passei nunca tive esse suporte.

As zonas de reserva existem, mas são espaços onde estou à espera, mas nelas não estão propriamente meios técnicos. Refiro-me a alguém especializado, porque tem de ser um mecânico, não pode ser um curioso. Na equipa tentamos fazê-lo, mas às vezes temos limitações.

Portanto, meios logísticos são uma disciplina sobre a qual pura simplesmente, ao abrigo da gestão de emergência, ninguém faz a menor ideia do que é que estamos a falar.

O Sr. *coordenador*: – Agradeço-lhe que acelere um bocadinho...

O Sr. *António Calinas*: – Com certeza.

O Sr. *António Calinas*: – Com certeza.

Por fim, queria falar sobre a questão da tipificação do Corpos de Bombeiros (CB) *versus* financiamento dos CB.

A tipificação dos CB existe, virtualmente, no papel, porque todos querem ser tipificação 1. Depois, está na base de um planeamento de risco feito pelos municípios em que achamos que os municípios têm riscos que ninguém imagina, mas depois não é correspondido da parte dos corpos de bombeiros, porque, se eu tenho um risco de matérias perigosas, devia ter, da parte dos bombeiros, uma resposta sobre matérias perigosas e não tenho. Portanto, esta ligação de uma coisa à outra não existe.

Depois, em relação ao financiamento, se o financiamento do tipo 1 é x , mas o do tipo 2 é $x+y$, eu quero ter o do tipo 2 para não ter o tipo 1. E quando isto é só na base do efetivo e pouco mais, como acontece hoje em dia, a ideia é sermos todos de um determinado tipo.

Portugal não tem de ter todos os corpos de bombeiros de determinada tipologia... Os comandantes dos corpos de bombeiros não têm de ser todos comandantes..., ou seja, quando se reúnem, a patente é de comandante e, portanto, ficamos sempre na dúvida sobre quem manda; se são todos comandantes, não há distinção de um comandante de um corpo maior, de um corpo menor ou, até, do risco, se é mais ou menos deferido.

Quanto à questão da Força Especial de Bombeiros (FEB) *versus* Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), permitam-nos que, enquanto bombeiros voluntários, não nos imiscuamos. O que podemos é dizer que não tem sentido “dividir para reinar”; ou se aposta numa ou se aposta noutra. Portanto, não tem grande sentido e há lugar para essa força, todo e mais algum espaço. Não temos problema algum em que existam ou os dois – mas aí, enquanto contribuinte, eu poderia dizer alguma coisa – ou uma só, devidamente estruturada.

Os CADIS e CODIS são empregados do Estado, portanto, permitam-me também que não tenha... Se o Estado os contrata...

Quanto aos COM, não faço a menor ideia do que seja, tenho dificuldade em perceber o que é um COM, porque um COM é um Comandante Operacional Municipal, que coordena. Por isso, logo aí, ficamos logo mal na conversa, não é?...

Depois, há pessoas que assumem tudo e mais alguma coisa, ou seja, assumem que são comandantes dos bombeiros, que são COM, que são assessores do presidente da câmara, são isso tudo e mais outra coisa. Portanto, no dia em que acontecer alguma coisa de grave, a dificuldade é grande em gerir estes meios, porque eles não se podem dividir em várias partes e, portanto, há aqui algo que é difícil.

No que se refere à questão da adequação de meios, gostaria de dizer que em termos distritais, tirando algumas particularidades, normalmente todos os distritos estão bem servidos. Em Lisboa, ao contrário do que algumas pessoas dizem, há muitos veículos florestais, que têm de existir porque senão, quando nos pedem ajuda, não podemos ir montados nos veículos urbanos. Portanto, temos de ter veículos florestais para suportar as ações dos outros camara-das. Por isso, a adequação dos meios, neste momento, é a melhor, sendo que depois, a nível distrital, poderá não haver... ou, melhor, poderá haver uma complementaridade, havendo aqui uma concorrência de meios em que querem ter uma complementaridade. Mas isso terá de ser gerido a nível distrital e não será muito connosco, pouco temos que ver com isso.

Penso que consegui responder rapidamente a várias questões. Se houver mais alguma, depois digam, se faz favor. É muito difícil responder a todas.

O Sr. *coordenador*: – Com certeza!

Aliás, acabei de dizer aqui ao Sr. diretor que se, eventualmente, pelas questões que foram colocadas, entenderem que podem complementar a informação que nos estão a dar com algum documento escrito, nós agradecemos.

Não sei se algum dos senhores quer complementar mais alguma coisa...

O Sr. *António Calinas*: – Ia pedir ao Ricardo Correia para complementar.

O Sr. *coordenador*: – Certamente.

Tem a palavra o Sr. diretor Ricardo Correia.

O Sr. *Ricardo Correia* (diretor da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários): – Obrigado a todos os Srs. deputados pelo convite que nos fizeram e pelas palavras que nos endereçaram. Penso principalmente nos colegas que faleceram em serviço, porque com certeza que

hoje existem muitas famílias destruídas e crianças a passar dificuldades escolares e mesmo em termos sociais, pelo que, se calhar, uma das temáticas que importa que os Srs. deputados abordem para procurar mudar é a questão dos seguros, que, infelizmente, não cobrem as dificuldades que aparecem, não só quando a morte do bombeiro acontece, mas, principalmente, quando o bombeiro fica ferido na sequência de um incêndio ou de qualquer outra atividade que os bombeiros desempenham.

Temos conhecimento de muitas situações graves e de dificuldades, não só pelo fraco apoio das companhias de seguros, visto que as apólices não são nada de especial – perdoem-me a expressão –, mas também e principalmente porque depois, no final, nas coberturas dos seguros há uma articulação com o fundo social do bombeiro que nem sempre funciona bem. Ora, eu gostaria que daqui saísse essa intenção de procurar saber até que ponto é que isto está a funcionar, se realmente está a funcionar e de procurarem casos práticos, para não nos basearmos apenas em estatísticas. É porque vidas humanas e danos físicos não são números, são coisas que causam incómodo a quem voluntariamente deu a vida pelo país e que muitas vezes sofreu no aspeto físico e condição física.

De uma forma muito geral, até porque os meus colegas já responderam à maior parte das questões, penso que se saltou aqui um bocadinho a questão da formação dos bombeiros.

Na nossa ótica, a formação dos bombeiros funciona, mas não em quantidade suficiente. O Rui há pouco falou da questão da formação dos bombeiros, a inicial, e da formação de comando, mas também da formação contínua. Isto é, até há pouco tempo a Escola Nacional de Bombeiros focou-se muito na formação e no efeito de progressão de carreira, dando demasiada formação aos elementos mais baixos da carreira, tendo as chefias ficado um bocadinho para trás nesta situação, a qual está a ser remediada já este ano, em que se inverteram os papéis, estando agora as chefias a receber formação.

Importa também – e tendo em conta que grande parte dos corpos de bombeiros é feita de bombeiros voluntários que têm os seus trabalhos, têm ocupações profissionais –, que cada vez mais a formação dos bombeiros seja feita no seu local de residência e feita com pessoas da sua própria corporação.

Importa, pois, que a Escola Nacional de Bombeiros continue o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, reconheço, de formação de formadores e, cada vez mais, de formação de formadores internos que deem esta formação. E que esses formadores internos, interligados com os formadores do seu próprio distrito, ajam então na questão da instrução e da formação e da questão prática, que também já foi aqui falada e que é muito importante para que, depois, haja essa interligação a nível distrital.

Em relação à prevenção, penso que não valerá a pena falar disso, porque, é público, está a falhar completamente. A gestão das florestas é um assunto que importa rever muito urgentemente.

A questão é muitas vezes o que acontece no pós-incêndio. Se fizerem uma visita pelos incêndios que aconteceram, por exemplo, no ano 2008, e o que é que foi feito desses territórios, provavelmente verificam que foram cheios de eucaliptos e de árvores que, se calhar, têm uma tendência muito grande para o incêndio. Isto porque depois não há uma gestão de limpeza dessa mesma riqueza que será produzida mais tarde.

É importante falar também da questão da taxa municipal. A taxa municipal é realmente um aspeto muito importante, mas tem de ser complementar, isto é, o que está a acontecer é que muitos dos municípios que estão a adotar a taxa municipal estão a substituí-la pelos apoios que dariam do seu próprio orçamento. Concretamente, tinham uma verba hipotética de 25 000 € para aquela corporação e, ao aderirem a este método de trabalho da taxa municipal, retiram esses 25 000 € e passa o civil a pagar aquilo que seria da autarquia. Portanto, em vez de complementar, acaba por substituir. Ora, importa que isto não aconteça, porque estamos aqui a tentar inventar um meio de financiar que acaba por não financiar nada, porque só estamos a aliviar os cofres da autarquia.

Quanto à situação de Ponte de Lima e da viatura, penso que é uma questão tão burocrática que penso que seria até um crime perdermos tempo a falar sobre ela. A questão é a de que, se a viatura é da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cabe a esta entidade agarrar na viatura e resolver o problema. Se a viatura é realmente necessária, se foi adquirida e custou dinheiro aos contribuintes, então vamos agarrar na viatura e vamos resolver o problema, porque de certeza absoluta que estará a fazer falta.

No que toca à central de compras, na minha ótica, é uma solução para os problemas dos equipamentos, para que não se compre um equipamento *a* no norte, um equipamento *b* no centro e um equipamento *c* no sul, porque, se calhar, juntamo-nos todos no mesmo teatro de operações e cada um veste o seu tipo de equipamento, com as suas próprias características, umas melhores e outras piores, e acaba por não haver uma igualdade que julgo ser necessária.

Da questão da movimentação das forças também já se falou. É claro que importa também continuar com este sistema de retirar as equipas das viaturas e mandar a viatura apenas com um motorista, sendo que as equipas devem ser mandadas em transporte adequado e múltiplo, seja autocarro seja o que for entendível para que as equipas possam ir com algum conforto. Como compreendem, um veículo florestal não é propriamente um carro confortável para ir de Lisboa ao norte de Portugal com as condições que o veículo oferece. Por isso, como já foi referido, quando as equipas chegam ao local, estão mais esgotadas do que se tivessem estado num incêndio aqui à porta...

A questão das máquinas de arrasto e dos meios aéreos também já foi aqui falada e eu gostaria que os Srs. deputados não confundissem as coisas, no sentido de que os meios aéreos têm um trabalho muito importante no combate inicial e no combate ampliado e as máquinas de arrasto não trabalham no combate inicial. Portanto, os meios aéreos não substituem de maneira nenhuma as máquinas de arrasto nem as máquinas de arrasto substituem de maneira nenhuma os meios aéreos. Existe, sim, na minha ótica, uma importância muito grande em que, de uma vez por todas, se invista na solução *Canadair*. Sou da Lousã, uma área bastante crítica em termos de incêndios florestais e florestação e onde o meio aéreo pesado é uma ferramenta fulcral para o combate e para que se acelerem as horas de combate e para que não haja tanto risco para os bombeiros que fazem ataque direto.

Quanto à introdução do CADIS, penso que quando estive aqui, o comandante José Moura esclareceu perfeitamente o que é que o CADIS vem introduzir e ele, melhor do que ninguém, saberá se está a funcionar ou não.

Só para terminar, o SIOPS está muito bem feito. Poderá apenas precisar de ajustes. Mas, e só para que compreenda cada realidade, em termos distritais, Coimbra – e eu falo de Coimbra porque sou de lá –, conseguimos meter 200 bombeiros nas primeiras duas horas de combate. E a razão é muito simples: é porque somos muitos, porque temos concelhos com um nível habitacional muito grande e é fácil que as corporações de bombeiros tenham muitos meios para introduzir logo nos primeiros minutos.

Mas se formos para o norte, se formos para Viana, para Bragança ou para qualquer um desses sítios, não podemos comparar, porque é muito difícil que este SIOPS funcione tal e qual como está escrito, porque não há meios.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – A questão que coloquei foi a da capacidade de montar o posto de comando operacional e de fazer o ataque evolutivo e modular em todas as fases do incêndio. Essa é que é a dificuldade.

O Sr. *Ricardo Correia*: – Só para que tenha a noção, o combate é feito por triangulação. Sempre que há uma origem de um incêndio são acionadas três corporações de bombeiros, incluindo os GIP, os sapadores florestais, a Força Especial de Bombeiros, ou seja, todas as forças que intervem no âmbito dos incêndios florestais são ativadas para aquela chamada.

A primeira viatura a chegar ao local, com cinco homens, assume o comando daquela operação e, à partida, presume-se que seja do concelho onde está a decorrer o incêndio. Portanto, toda esta cadeia inicial do SIOPS começa a funcionar. Só que é difícil para um elemento que chefia uma viatura, que chefia quatro homens passar a chefiar não só estes meios humanos e materiais como todos os outros que vão chegar, como todos os outros que ele ainda vai ter de solicitar e ainda os meios aéreos que vão atuar.

É claro que nesta altura o ideal seria, como já foi referido, o acionamento imediato de um elemento de comando e, por consequência, a montagem do posto de comando para que haja toda a cadeia logística de aconselhamento e de estado-maior para que as coisas funcionem. Se não, então, se continuarmos a entregar mais responsabilidades ao primeiro homem que chega, não vai dar, ele vai falhar alguma dessas responsabilidades.

Assumo que esse elemento que chega tem uma posição fulcral da qual não pode ser distraído, que é a avaliação das condições de terreno, a avaliação da progressão do incêndio e a segurança das equipas no local e deixar todas essas responsabilidades para que sejam imediatamente acionadas e combatidas logo desde o primeiro minuto.

Termino assim a minha intervenção. Se precisarem de mais alguma questão, estou ao dispor.

O Sr. *coordenador*: – Faça favor, Sr. António Calinas.

O Sr. *António Calinas*: – É que falou aqui numa palavrinha que a nós, bombeiros, quase que, como a logística, nos foge, que é estado-maior. Ou seja, nós temos comandantes, temos adjuntos de segundos comandantes e adjuntos de comando. E ponto! O estado-maior nas corporações, embora esteja consignado em legislação, e muito bem, não existe. Portanto, não há *advisers*. No corpo de bombeiros não há propriamente uma pessoa que seja especializada em

logística, outra em comunicações, outra em planeamento. Não há! Por vezes não é por falta deles, é porque alguém entende que aquilo poderá ser uma afronta ou uma competição. Este modelo é inspirado no regime militar e, por muito que um tenente-coronel ou um coronel no Exército seja incompetente, jamais o seu capitão, que é muito competente, lhe tirará o lugar. Portanto, ele fará tudo por ter muitos capitães, muitos tenentes e muitos sargentos competentes, por muito incompetente que ele seja.

Nos bombeiros ainda não há esta ideia. Porquê? Porque nos bombeiros poderá vir qualquer elemento de fora da estrutura de bombeiros ser comandante de bombeiros e a qualquer momento poderá deixar de sê-lo, o que não se passa, por exemplo, na estrutura militar, porque, se é coronel há de ser coronel, pode ser é coronel a vida toda, mas dali não passará. Aqui, essa situação não existe. Às vezes há uma tentativa de não ter elementos tão válidos por medo (a palavra é mesmo essa) de alguma preponderância.

Portanto, aquilo que nos poderia suportar, a tal implementação do posto de comando, ou seja, o comandante acionar para o seu local a sua estrutura de estado-maior e eles, sim, acionarem o SIOPS dentro da sua localidade, na sua plenitude, não existe porque não existe essa estrutura planeada, treinada e pensada a nível local, ou seja, não existe o estado-maior dentro do corpo de bombeiros.

Era só isto que eu queria acrescentar.

O Sr. *coordenador*: – Para terminar, tem a palavra o Sr. diretor Ricardo Correia.

O Sr. *Ricardo Correia*: – Srs. deputados, o António Calinas acabou por fazer agora uma precisão, porque normalmente os problemas dos bombeiros não resultam da falta de apoios, nem da inexistência de meios – é uma coisa curiosa, mas sentimos isso todos os dias.

O Sr. deputado Abel Baptista referiu-se e questionava porque é que 50% dos bombeiros voluntários não têm trabalho operacional. Efetivamente, são 50% dos operacionais, ou seja, quando eu referi que tínhamos cerca de 30 000 bombeiros (e são números redondos, que consultei antes de vir para cá na página da Autoridade Nacional de Proteção Civil, meios que tinham sido contabilizados no dia 22 de janeiro, portanto, são números “frescos”), temos, por exemplo, na reserva 16 000 bombeiros e isso preocupa-me! E preocupa-me porque eu sei o motivo!... E o motivo é o incumprimento das 70 horas de formação, mesmo que seja por meia hora ou uma hora!

Aliás, de uma forma arbitrária e não respeitadora da legislação, o recenseamento nacional dos bombeiros portugueses passa o bombeiro automaticamente para a reserva, sem sequer notificar o bombeiro... e depois comete uma série de atropelos àquilo que são as regras mais básicas da boa convivência, inclusive com o próprio bombeiro, que muitas vezes tem 20 e 30 anos de serviço e que depois falta naquilo que são os teatros de operações...! Se repararmos – aliás, em todas as imagens – é raríssimo vermos alguém com 40 ou 50 anos naquelas imagens, porque cada vez escasseiam mais... É porque este recenseamento que deveria servir, por exemplo, para fazer os pagamentos às equipas que compõem o DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) e os pagamentos deveriam ser feitos diretamente através da Autoridade Nacional de Proteção Civil para o NIB do bombeiro que executou o

serviço, ou seja, o seu comandante tem a escala de serviço, passá-la-ia ao CODIS, respeitando aquilo que se faz, e depois a transferência bancária não seria para o corpo de bombeiros... É porque aquilo que sabemos, infelizmente, é que muitas dessas verbas – aliás, no Algarve ainda não se pagou a muitos bombeiros essas verbas do DECIF 2013, segundo aquilo que foi relatado e que ninguém refutou – muitas vezes são utilizadas a pretexto de multas, ou seja, “Tu faltaste um dia ao serviço porque estiveste doente, porque tiveste de ir fazer as compras com a esposa... e, portanto, vais ser multado aqui no teu trabalho, no valor desse dia em que trabalhaste na equipa ECIN (Equipa de Combate a Incêndios) ou na equipa ELAC (Equipa de Apoio Logístico)!”...

Nós tivemos um caso – e às vezes até comento isto nas reuniões de direção –, nós tivemos um caso com uma pessoa que eu, enfim, respeito muito porque uma parte da minha vida de bombeiro também passou pela convivência com o comandante Gil Martins na altura em que ele era comandante de Lisboa e Vale do Tejo e era formador na escola onde eu fiz o curso de chefias em 1991... Bom, mas eu lembro-me sempre disso porque, não querendo falar desse caso em concreto, aquilo que noto é que, passados quatro ou cinco anos sobre esse episódio, continuamos a verificar que nada foi alterado, ou seja, todos os dias temos pessoas que se apropriam indevidamente dessas verbas.

Foi solicitado pela Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários na reunião de apresentação de cumprimentos da direção ao Sr. secretário de Estado da Administração Interna que tem a pasta da Proteção Civil que, «por favor, em 2014 faça esta correção». E esperamos que o recenseamento nacional de bombeiros portugueses que neste momento “mata” muitos dos melhores operacionais que temos em Portugal permita, por exemplo, fazer estes pagamentos diretamente aos bombeiros sem que ninguém tenha a ousadia de se apropriar destas verbas neste percurso de pagamento.

Portanto, estes 50% são efetivamente um número..., são 16 000 bombeiros que poderiam estar no teatro de operações!... São 16 000 homens e mulheres que muitas vezes tiveram necessidade de, por exemplo, emigrar, são pessoas que têm um trabalho que não lhes permitiu fazer a tal formação de 70 horas... Aliás, é curioso como é que a um bombeiro profissional se pedem 35 horas de formação e a um bombeiro voluntário se pedem 70 horas...!

Por isso, quando eu falo de legislação sobre bombeiros voluntários, temos muita coisa a corrigir. Muitas vezes os bombeiros fazem mais horas de formação, mas temos de pensar naqueles que não podem fazer essas 70 horas, porque muitas vezes têm de ir à escola. Por exemplo, na progressão na carreira muita da formação é dada fora... Portanto, estas questões são preocupantes.

Relativamente à taxa municipal de proteção civil, dou o exemplo de Aveiro: as últimas notícias lidas na comunicação social diziam que 20% dessa taxa cobrada no município de Aveiro é que ia para os bombeiros e, portanto, que o resto era o Serviço Municipal de Proteção Civil, era para elaboração do Plano Municipal de Emergência e Cartografia de Risco..., portanto, era dinheiro gasto no município – não quer dizer que isso não seja necessário, é fundamental! –, mas aquilo que chega aos bombeiros – e o Sr. deputado Abel Batista colocou essa questão diretamente –, no caso de Aveiro (e não deve ser diferente do resto do país, porque as câmaras municipais comungam muito dos mesmos princípios), é 20%. Portanto, é muito pouco!... Esta-

mos a falar de Aveiro que tem bombeiros novos e bombeiros velhos... , portanto, dois corpos de bombeiros, o que, se dividirmos, dá 10% para cada um...!

Relativamente àquilo que deveria ser a tal “central de compras”, essa é uma solução fundamental e estou convencido de que a autoridade, elaborando o caderno de encargos, fazendo a aquisição do equipamento (e nem sequer precisa de distribuir... , basta que no caderno de encargos venha essa cláusula de que o fornecedor tem de fazer a distribuição pelos corpos de bombeiros... , portanto, isso depois nem sequer se põe como trabalho...), essa é a única forma de termos um equipamento de proteção individual dos bombeiros igual de norte a sul do país, com qualidade e adquirido de acordo com um caderno de encargos que (e tanto quanto sei o Sr. presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil está neste momento a elaborar aquilo que deve ser o verdadeiro equipamento de proteção individual e fico muito contente com isso) permita que isso possa ser uma realidade para os bombeiros portugueses que tanto se esforçam, que tanto dão de si e que só pedem duas coisas: motivação e respeito.

Sobre motivação eu terminaria falando sobre o estatuto social do bombeiro: desde 2007 que os bombeiros voluntários deste país perderam praticamente tudo aquilo que era motivação. Senão vejamos: da contagem de tempo para efeitos de serviço (embora pagando, nada era dado, tudo era pago!), os bombeiros passaram de 25% para 15%, que desapareceu agora! Perdemos a isenção do pagamento de taxas no Serviço Nacional de Saúde... E eu pergunto: um bombeiro que combateu um incêndio, que suou e esteve horas exposto ao calor, que entretanto arrefeceu molhado, que apanhou uma gripe, esse bombeiro tem de ir ao hospital ou ao centro de saúde e vai pagar por isso?!... Não acho que seja correto!

Por outro lado, e ainda relativamente à motivação, aquilo que hoje consideramos como única motivação é mesmo essa coisa que muitos classificam como “bichinho” e que ainda nos faz militar nestas fileiras, e, no dia em que os bombeiros voluntários deixarem de combater os incêndios, nomeadamente os florestais, deixarem de prestar socorro, nós não temos estrutura nenhuma que os substitua – e eu acho que neste momento estamos a perder uma “nata” muito boa daquilo que foi o apuramento – porque também tem sido feito um esforço muito grande nesse aspeto –, estamos a perdê-los precisamente por esta falta de motivação e respeito.

Muito obrigado a todos por nos terem ouvido.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado nós pela vossa disponibilidade.
Srs. deputados, está encerrada esta primeira audição de hoje.

Eram 11 horas e 25 minutos.

AUDIÇÃO

FERNANDO CURTO

(Presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais)

5 DE FEVEREIRO DE 2014

(2.ª AUDIÇÃO)

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Antes de mais, quero agradecer à Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, na pessoa do Dr. Fernando Curto, a disponibilidade para vir aqui, a este grupo de trabalho, bem como o documento que teve a amabilidade de disponibilizar e dizer que, como é óbvio, este grupo de trabalho tem como finalidades essenciais identificar eventuais constrangimentos dos artigos que necessitem de correção, atualização e inovação, de modo a que possamos ajudar a ser mais eficaz a prevenção e o combate aos incêndios florestais, e também medidas que possamos recomendar ao Governo, no sentido da sua implementação, com a mesma finalidade.

Tivemos de ser seletivos, por razões de tempo, relativamente às entidades que queríamos ouvir diretamente, mas, como é óbvio, a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais não podia deixar de ser uma das entidades selecionadas, pois sabemos bem da sua importância, do contributo que tem dado a esta matéria e do contributo que pode dar ao nosso trabalho.

Agradeço também a compreensão da associação pelo facto de ajustarmos a reprogramação deste trabalho.

O método que vamos seguir é o de os vários grupos parlamentares usarem da palavra, para colocarem as suas questões, e em seguida o Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais usará da palavra para responder.

Assim, vou dar a palavra, em primeiro lugar, ao Sr. deputado Maurício Marques, para colocar as suas questões, mas, antes, peço um certo esforço de síntese, dado o tempo de que dispomos, reduzindo talvez para 3 minutos o tempo de que cada grupo parlamentar disporá.

Tem a palavra, Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. coordenador, Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, começo por cumprimentá-lo e agradecer o seu contributo.

Não vou perder muito tempo com questões que não têm grande importância e, atendendo ao poder de síntese que me foi sugerido, vou a questões concretas. E, em termos de questões concretas, visto que estamos na presença de uma associação nacional de bombeiros, vou

restringir-me apenas ao combate, ou seja, vou deixar de parte a questão do ordenamento da floresta e do combustível na floresta.

Gostaria, pois, que o Sr. presidente, dadas as nossas competências legislativas e de recomendações ao Governo, nos ajudasse a contribuir para melhorar, efetivamente, o combate. Em matéria de combate, tenho duas ou três questões relativamente curtas para lhe colocar, a primeira das quais é a seguinte: quais as dificuldades que os bombeiros têm na movimentação de forças para o teatro de operações? Temos verificado, até por aquilo que aqui foi dito pela pessoa ouvida antes do Sr. presidente – e temos consciência disto –, que, muitas vezes, quando há necessidade de movimentação, os bombeiros chegam ao teatro de operações completamente exaustos, até porque também demoram muito tempo a chegar. De que forma é que poderemos melhorar isto?

Depois, foi aqui suscitada uma outra questão: sabemos que os equipamentos de combate, muitas vezes, demoram muito tempo a chegar ao teatro de operações. Pergunto-lhe, pois, se será necessário que todas as corporações levem meios de combate aos fogos, ou seja, até que ponto é que os meios locais e mais próximos podem, com outras forças, permitir o combate aos fogos. Sei que se coloca uma questão logística, que é a dos operadores, mas gostava de saber até que ponto é que se poderia fazer a movimentação apenas de forças humanas, e não técnicas, para o combate.

Uma outra questão que lhe coloco tem que ver com as máquinas de rastos. Até que ponto é que deveríamos aumentar significativamente o esforço financeiro para aquisição de máquinas de rastos, de modo a que estivessem mais disponíveis e permitissem um melhor ataque aos fogos florestais?! Isto até, muitas vezes, em detrimento dos meios aéreos, porque, efetivamente, o que enche a comunicação social são os meios aéreos, no fundo, são os números, mas há equipamento pequeno que, de facto, não é utilizado.

Temos vindo também a suscitar a questão da utilização do fogo controlado e a deficiência que existe, em termos de pessoas preparadas para utilizar o fogo como arma de combate aos próprios fogos florestais. Gostava de saber até que ponto é que podemos melhorar o uso do fogo controlado para ataque aos fogos florestais.

O Sr. *coordenador*: – Com o mesmo pedido de esforço de síntese, tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Sr. coordenador, Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, cumprimento-o, em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

Quero colocar-lhe um conjunto de quatro ou cinco questões, de forma muito rápida, a primeira das quais tem que ver com a formação dos bombeiros. Esta é uma das matérias que tem sido discutida e sobre a qual ouvimos preocupações, quando reunimos com a estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde também estão representados os bombeiros. Sem ter dúvida relativamente à qualidade da formação da Escola Nacional de Bombeiros, parece que há problemas entre aquilo que é a formação e, depois, o treino dos bombeiros, a continuidade dessa formação. Gostava, pois, de ouvir uma palavra sobre isso.

Outra questão que lhe coloco diz respeito à articulação de meios. Há diversos meios a atuar no terreno, designadamente os bombeiros voluntários, o corpo especial de bombeiros, as equipas de sapadores florestais, um conjunto de equipas de diferentes entidades. Gostava de saber como é que essas articulações funcionam, porque também já ouvimos, muitas vezes, no âmbito destas audições, que há coisas que não correm muito bem e que as equipas que chegam, na passagem, nem sempre respeitam as que estão no terreno, pondo-as até em risco.

Relativamente aos apoios e meios que estão disponíveis, conhecemos algumas dificuldades, por exemplo, no que diz respeito ao financiamento para a aquisição quer de meios individuais, quer de veículos, e procedimentos que são complexos e demorados. Por exemplo, este verão, assisti a uma situação de uma viatura que estava num quartel, num sítio que ardeu, e a viatura não podia sair, porque aguardava a vistoria da entidade financiadora dos programas comunitários. Neste caso, tudo ao lado se encontrava a arder e a viatura estava guardada, até porque uma parte da verba para o financiamento é retida, enquanto não for feita a vistoria. Portanto, peço-lhe uma apreciação geral sobre isto.

Outra questão que lhe suscito tem que ver com o abandono do mundo rural e a forma como isto se cruza com os incêndios, na perspetiva dos bombeiros. Sei que esta é uma matéria de ordenamento do território e também pode ser uma matéria de política florestal, mas, na perspetiva de quem combate, de quem tem de ir apagar o fogo, como é que estas coisas influenciam até, desde logo, também, os meios humanos que há no território para o combate aos fogos.

Por fim, peço-lhe uma apreciação geral sobre a política e o ordenamento florestal. Temos a ideia de que grande parte destes problemas se prende com isto, ou seja, com a forma como fazemos e ordenamos a floresta em Portugal, mas gostava de saber a perspetiva de quem está no terreno e tem de lidar com o problema. Que implicações efetivas tem sobre o combate e o desenvolvimento de ações, a forma como fazemos floresta em Portugal?

O Sr. *coordenador*: – Tem, agora, a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Sr. coordenador, Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e agradecer os contributos que, com certeza, trará para o nosso trabalho.

A Associação entregou, ontem, um dossiê completo a este grupo de trabalho. É um dossiê que dará algum trabalho a analisar, já que tem várias áreas, mas, como calcula, de ontem para hoje, não foi possível analisá-lo.

No entanto, fui direta ao ponto 3 do vosso dossiê, porque penso que é, eventualmente, aquele que interessará mais a este grupo de trabalho. Embora todos os pontos sejam importantes, o das falhas ao nível político – é assim que caracterizam o capítulo do vosso dossiê – será, porventura, o que interessará aprofundar mais a este grupo de trabalho, porque daqui poderão ou não sair algumas alterações legislativas ou recomendações de funcionamento, enfim, muita coisa, e é isso que pretendemos.

Portanto, não vou demorar muito nem repetir as questões que já foram colocadas pelos Srs. deputados, mas quero pedir-lhe que se debruce um pouco sobre o conjunto de medidas

que propõem a nível político e que, aliás, não são tão poucas como isso, são várias, desde a definição da estratégia, a definição do número mínimo de elementos que compõem os SMPC (Serviços Municipais de Proteção Civil), etc., a divisão geográfica e tudo o mais.

Pergunto-lhe também se tem havido algum debate entre as diversas associações de bombeiros e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, isto é, se este assunto, que, para vós, está tão bem tratado e já sistematizado, tem sido objeto de algum debate neste setor e se tem ou não havido alguma evolução, porque me parece que, provavelmente, todos esses aspetos interessarão a este grupo de trabalho. Por exemplo, em relação à última medida que propõem neste ponto, que é a definição do financiamento das autarquias com bombeiros profissionais, o que é que está a falhar? Sei que não são só as autarquias que têm aqui um papel, o Governo também tem, mas, de facto, a minha solicitação vai no sentido de saber até que ponto pode aprofundar mais este conjunto de matérias, quer as falhas, quer as propostas que têm, ao nível político, para tudo o que envolve o vosso trabalho e a questão dos incêndios.

O Sr. *coordenador*: – Tem, agora, a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto, a quem peço, igualmente, um esforço de síntese, dado o adiantado da hora.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. coordenador, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Fernando Curto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal.

As questões que têm sido aqui debatidas, relativamente à parte operacional do combate aos incêndios florestais, que é a temática que aqui temos, prendem-se muito com formação, apoio logístico, cadeia de comando e operacionalização, no fundo, a aplicação do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) no terreno. São questões que, provavelmente, têm de ser ponderadas e refletidas, tentando nós aprender com o conjunto de incidentes que ocorreram no ano passado e que vitimaram oito pessoas. E gostava de saber se houve alguma alteração ou está a haver alguma alteração que justifique essas situações, que tenha dado causa a essas situações, sendo que, relativamente à parte de coordenação e decisão política, aquilo que se verifica, aliás, é referido no vosso trabalho, é que os planos municipais e os planos distritais de emergência não são acionados, o que dificulta a utilização de meios e recursos que deveriam estar identificados e, muitas vezes, não são utilizados.

Peço-lhe, pois, uma reflexão sobre todas as componentes que, no fundo, envolvem a parte operacional, porque os planos municipais, depois, têm a parte estrutural, e, portanto, sobre tudo o que tem que ver com o sistema de gestão de emergência, o sistema de gestão de crises e de que forma é que estão a ser, efetivamente, implementados no terreno.

O Sr. *coordenador*: – Tem, agora, a palavra o Sr. deputado relator, Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. coordenador, antes de mais, quero cumprimentar o Sr. comandante.

Coloco-lhe apenas três ou quatro questões muito concretas, de forma breve.

Em primeiro lugar, gostava de saber se a sua organização tem um retrato da adequação de meios por distrito, relativamente às corporações de bombeiros. E, se não tiver uma resposta

pronta, gostava de saber se me pode fornecer a posição da sua associação relativamente a isso, porque, no documento muito bem elaborado que nos enviou, critica a movimentação de meios, aliás, questiona o custo da movimentação de meios, dos GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado) e dos GRIF (Grupos de Reforço aos Incêndios Florestais), e propõe a criação de uma força especial de bombeiros a nível nacional. Portanto, queria que me comentasse essa questão, no quadro da adequação de meios.

A segunda questão tem que ver com a formação/escola. O Sr. comandante dá muita importância à questão da Escola Nacional de Bombeiros, considerando, inclusivamente, que não está bem dirigida, no sentido de que não deve ser a Liga de Bombeiros a dirigi-la, deve ser a Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo que gostava de saber se considera ou não que deve haver uma carreira de gestão de emergência, isto é, se qualquer bombeiro está preparado, neste momento, para ser CADIS (Comandantes Operacionais de Agrupamento Distrital), CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) ou mesmo COM (Comandante Operacional Municipal).

A terceira questão tem que ver com o seguinte: gostaria que me concretizasse essa ideia, que me parece muito interessante, do número mínimo de elementos que fazem parte dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) – é uma proposta concreta que nos traz.

Depois, temos dúvidas, porque nos fala da tipificação das corporações. A verdade é que hoje isso não corresponde a nada, do ponto de vista do terreno. Gostava de saber como é que isso pode ser feito – através da tipificação de financiamento?

Uma última questão, que as próprias autarquias nos colocam, tem que ver com a definição do financiamento das autarquias com bombeiros profissionais. Isto é: as autarquias, hoje, querem ver-se livres das corporações de bombeiros que têm, porque o encargo que têm não tem uma correspondência com aquilo que é o financiamento dos bombeiros voluntários. Eu gostaria que comentasse também esta questão.

O Sr. *coordenador*: – Para responder às questões colocadas, tem a palavra o Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

O Sr. *Fernando Curto* (presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais): – Sr. presidente, antes de mais, quero agradecer a disponibilidade que manifestaram para me receber – felizmente, já não é a primeira vez – e espero também contribuir, através da associação, com algumas propostas, para que o vosso trabalho seja facilitado.

Trouxe comigo uma súmula do que são as nossas propostas e as nossas críticas ao dispositivo – algumas das quais, aliás, acabam por estar contidas nas respostas que irei dar às vossas perguntas – que, no final da reunião, irei deixar aqui convosco.

Sr. deputado, quanto à primeira questão, relativa à dificuldade da mobilização e da articulação de meios, o que nos parece é que a organização piramidal da estrutura dos bombeiros não está bem “oleada”. E o que é não estar bem “oleada”? É que a hierarquia, muitas vezes, não funciona, em termos da resposta que é preciso dar, ou seja, há toda uma interligação existente no papel – o CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro), o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro), os GRUATA, os Serviços Municipais de Proteção Civil –, mas esta

interligação, muitas vezes, é dificultada porque fica tudo centralizado em quem comanda, o CNOS, e na decisão dos comandantes.

De facto, aí, há situações que, muitas vezes, não funcionam. Posso dar-vos o exemplo, que costumo dar, que é o meu caso concreto, enquanto comandante da 1.ª Companhia do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, que tem uma estrutura de comando na cidade de Lisboa, que pode reportar-se para o país. Ora, eu, enquanto comandante, se não tiver uma resposta e se as minhas diretivas não seguirem o circuito até ao último elemento, de certeza absoluta que a “casa arde” ou que as coisas não correm bem.

Portanto, atendendo a que é uma estrutura grande, deveria haver (e, mais à frente, falarei sobre isto detalhadamente) alguma formação e também alguma organização operacional, que está explanada no DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais).

Como os senhores sabem, o DECIF é um documento muito bem elaborado, mas, depois, na prática, não corresponde. Todos os anos, lemos o DECIF e, se tivermos o cuidado de analisá-lo, verificamos que há poucas alterações. Ou seja, há uma ou outra, aqui e acolá, mas acaba por ser um pouco o retrato da situação, que é a distribuição das forças e também a estrutura de comandamento.

Agora, Sr. deputado, vou juntar as duas próximas perguntas e responder, em conjunto, às duas. O que nós sentimos na estrutura de comando e de combate é o seguinte: antes de deixar de haver os governadores civis, havia toda uma organização que tinha um patamar intermédio, que era o governador civil, que era o representante do Governo. Ora, esse governador civil fazia um trabalho excelente. E qual era o trabalho excelente que ele fazia? Além de apoiar os bombeiros financeiramente, tinha todo um poder sobre o CODIS e, inclusivamente, sobre o CONAC, e também na ligação com as câmaras municipais. O que é que, em nosso entender, acontece, neste momento, e vem acontecendo? Há aqui um vazio, porque as incumbências do governo civil, direta ou indiretamente, estão delegadas no CODIS, ou no GRUATA, ou no comandante distrital. E o que é que acontece? Acontece que, nos incêndios florestais, mais concretamente, quando há envolvimento de mais de um município, há envolvimento de mais de um presidente. E quem é que gere politicamente a decisão política dos presidentes de câmara? Cada um deles diz invariavelmente: «No meu município mando eu!». Ou seja, não há poder operacional que possa opor-se ao poder político do presidente de câmara. Ora, isto, no combate, na distribuição de meios e naquilo que tem que ver com a organização no terreno, veio, em nosso entender, tirar uma valência que seria o tamponamento – isto é, na ligação do Governo, do Ministério da Administração Interna, neste caso concreto, com o governo civil, ele acionava o meio distrital, se tivesse de acionar, chamava os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais), chamava as câmaras municipais – «Venham cá todos, se faz favor» – e dizia: «Vai ser assim». Ora, essa decisão deixou de existir e, deixando de existir – agora, está, indiretamente, nos GRUATA, mas estaria nos CODIS –, não há aqui nenhum poder, nesse aspeto.

É que, repare, depois, temos a questão de o comandante distrital ou qualquer comandante retirar as forças do município *a* para o município *b*, e o presidente da câmara perguntar: porquê? E o comandante tem de estar a explicar o porquê, por que razão não houve essa tal reunião que antecedeu ou que teve lugar durante os incêndios, no sentido de poder haver essa

articulação e a própria decisão. É porque, muitas vezes, o que falta aqui é a decisão em relação à questão do combate.

Em relação à questão, também colocada pelo Sr. deputado, de os bombeiros chegarem exaustos ao teatro de operações, essa é uma questão que já vimos colocando há mais de cinco anos e que tem que ver com a logística dos bombeiros. Nós comparamos os incêndios florestais, atendendo à sua grandeza (no sentido negativo, é claro), a uma guerra. Costumo dar o exemplo de que os soldados americanos no deserto tomam banho, têm lá balneários e tudo isso... É uma comparação muito extensiva, mas serve para vos dizer o quê? Para vos dizer que a logística que os bombeiros têm no teatro de operações ou é nula ou é muito reduzida. E qual é a logística? São equipas que vão deslocadas de qualquer ponto do país, que deveriam ter sempre – e fisicamente há isso, pois todos os municípios têm quartéis, escolas, auditórios, anfiteatros, pavilhões – uma zona de concentração e reserva, para que essas equipas, acionadas pelo CNOS, pelo CDOS, enfim, por quem efetivamente está no terreno, não fossem encaminhadas diretamente para o teatro das operações. Deveria ser feito um compasso de espera, de “retiro” (se me permitem a expressão) e, a partir daí, logo que chegassem, era comunicado ao CDOS ou ao comando operacional que estivesse nesse momento no local o seguinte: «Temos aqui 20 homens que vieram de Lisboa». Isto é um aspeto da questão.

Um outro aspeto é o de que os homens só têm de ir equipados com o equipamento individual. Nós até defendemos, na altura, que deveriam ser transportados num autocarro, pois era mais barato, 20 ou 30 homens que era preciso colocar em Coimbra ou no Porto – de onde, aliás, fizeram parte alguns sapadores bombeiros de Lisboa, noutros tempos –, que eram recrutados, e, assim, as pessoas chegavam em condições físicas e psicológicas, levando o seu equipamento individual, o seu capacete, enfim, tudo aquilo que tem que ver com a intervenção. E porquê (e aqui o Sr. deputado colocou uma questão que é transversal a outras que também foram aqui colocadas)? Porque há também aqui um “desgoverno” (se me permitem a expressão) relativamente às viaturas. E vou dar-vos um exemplo meu, concreto: como também sou presidente de uma associação humanitária de bombeiros, tenho uma série de viaturas, em Carnaxide, que são todas minhas e 90% delas não fui eu que as paguei – foi o Governo ou a câmara municipal –, mas o título de propriedade é meu. Felizmente, isto já foi alterado, porque, agora, através do QREN, essas viaturas já ficam adstritas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, o que é uma vantagem. E, de facto, essas viaturas não têm de ser retiradas. Se, por exemplo, no município de Penamacor, há necessidade de intervir, os bombeiros que vão daqui têm obrigação de trabalhar com as viaturas que estão lá. Não o fazem porque não há tipificação de viaturas. E, agora, já está um pouco melhor – e devemos dizê-lo, pois também não está tudo mal –, na medida em que houve uma organização bastante grande, nos últimos três, quatro, cinco anos, na tipificação de viaturas, a autoridade preocupou-se com isso, e nós fizemos parte de um grupo de trabalho onde opinámos. E, se isso fosse ultrapassado, o problema estava resolvido. É que deixem-me dizer-vos com toda a franqueza: em Portugal, não há falta de viaturas para extinguir incêndios – digam o que disserem, não há. Agora, o que me parece é que os recursos humanos deveriam utilizar os recursos materiais que cada município tem, seja num corpo de bombeiros, seja em vários corpos de bombeiros, que é o que não acontece.

Em relação à questão dos meios aéreos, acho que os meios aéreos são imprescindíveis no nosso país – e imprescindíveis enquanto meio de ajuda aos bombeiros. E são importantes, até porque há, e bem, e já não é de agora, as equipas da FEB (Força Especial de Bombeiros) que são helitransportadas e que estão no terreno, que são uma ajuda muito grande, atendendo muitas vezes à situação do terreno e à não progressão no terreno, em termos humanos, com as próprias viaturas, e à falta de aceiros. Ora, esses meios aéreos servem, de certo modo (para não dizer totalmente), para minimizar e terminar os incêndios.

Em relação às máquinas de rasto, esse é outro problema, Sr. deputado. É que as máquinas de rasto, se os planos municipais de emergência e os planos distritais de emergência fossem cumpridos e devidamente organizados, isto estaria implementado. E porquê? Porque deveria haver um inventário, em cada município, das máquinas de rasto, dos proprietários, das empresas, que o presidente de câmara, na altura, o governador civil, ou quem acionasse os planos de emergência, iria lá solicitar para que fossem usadas.

Com toda a franqueza, penso que não há necessidade de fazer essa aquisição. Haverá, um ou outro ponto, onde efetivamente haja essa falta. Mas, de uma forma geral, os planos de emergência contemplam essa situação. E eu, enquanto industrial de um determinado município, por exemplo, se tiver lá três ou quatro máquinas de rasto, obrigo-me a dispensá-las para esse fim.

Claro que aqui há toda uma organização legal, de impedimento ou não, em relação às máquinas de rasto.

Sobre o fogo controlado, gostaria também de vos dizer que tem sido um grande problema dos bombeiros, que não o sabem dirimir. É que eu não quero vir aqui dizer que os bombeiros não têm culpa nenhuma, porque nós temos muita culpa. Muitas vezes, procuramos dizer que os bombeiros não têm culpa, mas não é verdade. Muitas das situações que ocorreram neste e noutros anos têm que ver com os bombeiros, com a nossa estrutura, com nós próprios – e, mais adiante, falarei disso –, e isso entronca no fogo controlado. Não sei se os senhores sabem, mas, este ano, houve inclusivamente civis que fizeram fogos controlados... Houve civis que, por seu livre arbítrio, começaram a incendiar uma série de coisas em determinados locais. Ora, o fogo controlado tem de ser feito por pessoas especializadas, com autorização. Mas também houve bombeiros e comandantes que o fizeram.

Portanto, um fogo controlado tem de ser feito, como certamente os senhores saberão, por equipas especializadas, sob o comando do comandante, seja o comandante direto no terreno, seja o do CODIS, isto é, tem de haver alguma pessoa que comanda, alguma pessoa que, da hierarquia, diga «nesta área e neste perímetro, temos de fazer um fogo controlado, e, nesse fogo controlado, temos de colocar, a oeste, 20 bombeiros, a norte, 30 bombeiros, porque o fogo vai sair para aí». Isto depois de fazer uma avaliação meteorológica e uma série de outras avaliações, inclusivamente uma avaliação da própria floresta, de como ela poderá reagir (se é de pinheiros, de giestas, etc.). Enfim, essa equipa é obrigada a ter conhecimentos de tudo isso, e não pode ser mais ninguém a fazê-lo – não pode ser um “curioso” a fazer um fogo controlado, porque este fogo controlado poderá transformar-se em coisas nas quais já se transformou este ano.

Assim sendo, esta é uma questão que também tem de ser revista. E, aí, peço desculpa, mas é culpa dos comandantes. Os Srs. comandantes que estão no terreno devem ter essa fiscalização

e essa responsabilidade, porque eles não podem, de modo algum, ver ou saber que ocorreu um fogo controlado e depois... Dir-me-ão que, na hora, não o poderão fazer. Admito que sim, mas, *a posteriori*, quando se fazem os *briefings*, terão de fazê-lo para que não ocorra noutra local e possa ser evitado. É lógico que, estando ele a coordenar as forças, não pode estar... Mas, quando os *briefings* são feitos – e, muitas vezes, também não são feitos – deverão fazê-lo. É porque, no final de cada incêndio, deve haver um *briefing* com todos os comandantes, para que, num próximo incêndio, possam corrigir-se situações que ocorreram neste. E esta situação do fogo controlado é uma delas.

Ao Sr. deputado do PCP eu gostaria de dizer o seguinte: em relação à formação dos bombeiros e à Escola Nacional de Bombeiros, nós somos muito críticos. Já o escrevemos e já o enviámos ao Sr. ministro da Administração Interna. E porquê? Porque não entendemos, nem conhecemos nenhum país da Europa em que uma entidade privada gira uma escola pública paga pelo Estado. Ou seja, o que acontece, neste momento, é que a Escola Nacional de Bombeiros, como sabem, é gerida pela Liga dos Bombeiros Portugueses, desde o seu início, desde a sua génese, e quem financia essa escola é a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Posso também dizer-vos que, há pouquíssimo tempo (para não dizer, há dois ou três anos), a Escola Nacional de Bombeiros só tinha formadores, não tinha licenciados.

Depois, ainda em relação à questão da Escola Nacional de Bombeiros, em termos pedagógicos, ela deve ter um professor doutor, deve ter um mestrado, deve ter uma pessoa que tenha condições pedagógicas para geri-la, deverá ter alguém técnico da área dos bombeiros da proteção civil.

Ou seja, a Escola Nacional de Bombeiros, a exemplo das escolas em Espanha, é «Escola Nacional de Bombeiros e Proteção Civil» que tem toda a abrangência destes setores onde há técnicos que estão nas várias valências da proteção civil, dos bombeiros e, quiçá, de outras, tais como as escolas de Bombeiros Profissionais de Barcelona, de Madrid, da Bélgica, os sapadores bombeiros de Paris..., estes são exemplo real do que se devia fazer cá em relação à Escola Nacional de Bombeiros.

Não estou aqui a levantar nenhuma questão em relação a seja ao que for, o que acho é incorreto que uma instituição e uma confederação que representa associações façam a gestão de uma situação que tem que ver com a formação dos bombeiros.

Há ainda outra situação: a de que a escola de bombeiros tem de estar preparada. Vou repetir o que costumo dizer e que às vezes até entendem mal: a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais chegou a dar mais horas de formação (porventura ainda dá) no âmbito do quadro comunitário de apoio aos bombeiros voluntários, aos profissionais e aos privados do que dava à Escola Nacional de Bombeiros. Este é um facto facilmente constatável, para vos dizer que a Escola Nacional de Bombeiros tem de ser olhada numa perspetiva diferente, de mais-valia e superior, porque muitas vezes os bombeiros são tratados – e perdoem-me a franqueza – assim: «Ah, deixa lá estar... Isto...». Os bombeiros são técnicos de proteção civil, são profissionais que têm de ter condições para trabalhar, para dar resposta, para que se lhes possa exigir...

Como tal, nesse aspeto, já fizemos chegar ao Sr. ministro da Administração Interna a nossa questão em relação à Escola Nacional de Bombeiros... É porque eu também me sinto com legitimidade para pedir ao Governo que quero gerir a Escola Nacional de Bombeiros... Então,

por que não, também, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais? Qual é o critério? Também posso gerir... O Governo escolheu a escola mas porquê? Tem de se alterar a legislação? Que se altere! Mas a Escola Nacional de Bombeiros tem de ser da Autoridade Nacional de Proteção Civil. A Liga dos Bombeiros Portugueses, a APBV (Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários), a ANBP (Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais) estarão lá, como nós estamos, no conselho geral, no conselho pedagógico, a contribuir com mais-valia..., mas a gestão direta, pedagógica, técnica e de organização da Escola Nacional de Bombeiros tem de ser da Autoridade Nacional de Proteção Civil!

A questão não é financeira, porque vou dar alguns dados que mostram que não tem nada que ver com financiamento, pois talvez se gastasse menos dinheiro com esta organização que vos estou a dizer. Toda essa gestão e muitas das questões que estão aqui a ser levantadas, e que o têm sido ao longo dos anos, são um bocado caricatas para nós todos, Srs. deputados!

A questão começa pela escola: a Escola Nacional de Bombeiros é gerida pela liga, que tem um casão de venda de equipamento da Escola Nacional de Bombeiros, que critica os seguros, mas também tem a Fénix Seguros que depende da liga... Há qualquer coisa que não encaixa aqui bem... Todas estas situações e, concretamente, a da Escola Nacional de Bombeiros faz parte de uma crítica que fazemos publicamente há muitos anos, que estamos a fazer e que continuaremos a fazer.

A Escola Nacional de Bombeiros funciona mal, porque...

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Mas a escola, independentemente do seu funcionamento, é competente ou não em termos de formação?

O Sr. *Fernando Couto*: – Não, Sr. deputado, não é. E vou explica-lhe por que razão não é competente: é porque tem de ter quadros...

Eu estava a dizer ao Sr. deputado que há dois ou três anos – sobre o último ano não sei – os formadores da escola não eram licenciados, eram formadores...

Mais: esta Escola Nacional de Bombeiros tem de estar preparada. Se queremos valorizar o voluntariado (é curioso eu estar a dizer isto...), a escola tem de ter uma estrutura que vá ao encontro dos bombeiros, que tenha formação pós-laboral (estou a falar do voluntariado), porque, se não for assim, é muito difícil os bombeiros voluntários frequentarem as escolas normalmente. Aliás, como saberão, em termos de formação a Escola Nacional de Bombeiros está ao mesmo nível da Escola do Regimento de Bombeiros Sapadores de Lisboa. Não quero compará-las, mas devia ser melhor, até, em termos de disponibilidade e da resposta que tem de se dar.

Em relação à articulação dos meios, já respondi, de certo modo, há pouco... Efetivamente o que me parece é que os meios, em termos da sua utilização... Isso tem que ver com o que referi: as viaturas que estão nos quartéis, a organização que tem de ser feita, que está no dispositivo, mas que, depois, na prática, não existe... Lembro-me de que há uns anos (não sei se se recordam, foi, talvez, em 2006 ou 2007), houve um presidente de direção de bombeiros que se recusou a deixar sair os carros do quartel, porque eram deles!...

Risos.

Por amor de Deus, foi uma anedota, na altura. Felizmente, isto deixou de existir, porque (é verdade!) também foi criada legislação, através dos governos seguintes e todas essas questões foram dirimidas e houve mais meios.

Sobre os apoios disponíveis e a aquisição de equipamento, Sr. deputado, eu gostava de dizer também (sou muito crítico, até por defeito profissional, pois sou bombeiro há quase 30 anos) que sobre a questão dos apoios financeiros para a proteção civil e para os bombeiros (e desculpem a minha frontalidade) os apoios estão é mal distribuídos, não é preciso mais dinheiro..., não é preciso mais dinheiro!

Dou-vos um exemplo muito concreto, que penso já ter sido aqui falado por alguém, que é o dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual). Como sabem, estes e outros equipamentos são da responsabilidade da autoridade, ouvidas a liga e as federações – e a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais não tem de ser ouvida, porque, porventura, acham que não...! Mas posso dizer-lhes (e os senhores também já sabem, porque já foi dito neste grupo de trabalho) que em 2006 e em 2007 foram gastos 15 milhões de euros em equipamentos de proteção individual, e em 2008 e em 2009, 5 a 6 milhões pelos governadores civis. Estes 15 milhões foram adquiridos através da liga e das federações, os 5 a 6 milhões foram distribuídos pelos governos civis, ou seja, estes equipamentos davam quase para fardar um batalhão, para já não falar num regimento.

Porventura deviam fazer o que eu faço na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, em que tenho entre 30 e 50 EPI's, o pessoal do INEM não tem o EPI distribuído, o pessoal que faz serviço de pantaletas – desculpem a expressão –, que é o serviço de saúde, não tem o EPI distribuído, está no armazém e quando está para socorro é que utiliza o EPI.

A gestão desses meios deveria ser repensada numa perspetiva de saber a quem dá..., tem de haver sempre um levantamento, porque existirão até associações com fundos de maneiio, de receitas próprias – e, bem, de uma boa gestão – e que até podem contribuir para a aquisição deste equipamento. Haverá outras que não têm essa possibilidade e que têm outras dificuldades.

Sr. deputado, vou mais longe para lhe dizer o seguinte: a Autoridade Nacional de Proteção Civil, na sua circular/1/GP/ANPC/2013, de 14 de março de 2013, a dado momento diz o seguinte, tipificando a venda das viaturas: veículo florestal (portanto, em termos de viaturas em segunda mão, e me permitem a expressão), que combate incêndios florestais com 15 anos – 115 000 €; veículo rural de combate a incêndios florestais com 15 anos – 115 000 €.

Pergunto: quando me pedirem carros dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide para irem para o teatro de operações eu vou mandar estes, que são os mais velhos, vou mandá-los para lá porque me vão pagar. Ou seja, até nisto a situação não é equitativa nem equilibrada: veículo urbano de combate a incêndios com 15 anos – 159 500 €. Estas são situações que não podem ocorrer, porque efetivamente não é esta a realidade! Os carros que tenho não valem esse dinheiro, peço desculpa. Na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide tenho carros bons, mas que com estes anos não custam este dinheiro. Portanto, tudo isto devia ser revisto numa perspetiva não de me ajudar a mim e não permitir que eu utilize ou crie situações que não são as correntes.

Em relação aos EPI eu queria aqui prestar homenagem ao anterior Governo e ao atual, que são muito maltratados por causa de verem bombeiros mal fardados, mas eu volto a dizer: os bombeiros estão mal fardados, porque as estruturas dos bombeiros não fazem esse trabalho. Não fazem esse trabalho, peço desculpa. E depois, a Autoridade Nacional de Proteção Civil deveria, também – já o faz, é verdade que foi criada anteriormente legislação nesse sentido –, fiscalizar mais e saber efetivamente onde está esse equipamento. São situações que deveriam ocorrer.

Em relação à questão de falta de população no mundo rural, os senhores saberão melhor do que eu – se o meu concelho tinha 12 freguesias com 5000 ou 6000 habitantes, agora com freguesias de 800 habitantes ou com 500... , é lógico que sem pessoas não há bombeiros. Aqui, portanto, a lacuna é igual ou idêntica e irei falar também, um bocadinho mais à frente, desta situação, que posso já adiantar que tem que ver com aquilo que defendemos e que também já aqui foi referido pelo Sr. deputado Miguel Freitas, que são as áreas urbanas, as áreas metropolitanas e as áreas intermunicipais. É preciso rever esta estrutura física do Estado português, pelo Governo português, no sentido de haver uma mais-valia em relação a tudo isto.

Neste momento, essa mais-valia existe, em termos de áreas de intervenção dos bombeiros, mas, em termos políticos e de decisão, não existe, não existe! E penso que seria muito importante que dentro de uma área metropolitana de Lisboa e Porto, que serão, neste caso concreto, as mais significativas, e, depois, criar as áreas intermunicipais, criar toda uma estrutura que aumentasse os efetivos, juntasse as forças humanas e materiais e gastasse menos dinheiro.

Esta é, de facto, uma situação que consta do documento e da qual os Srs. deputados também se poderão dar conta.

Em relação ao ordenamento florestal, deixem-me dizer-lhes o seguinte: nós temos sido muito críticos em relação a isso, porque os incêndios florestais têm uma “balança”, em que de um lado está o Ministério da Administração Interna e do outro lado está o Ministério da Agricultura. No Ministério da Administração Interna, a balança está em baixo, no Ministério da Agricultura, a balança está em cima. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que também com os bombeiros deveria haver todo um trabalho de prevenção – e aí não podemos esquecer as autarquias – que permitisse toda uma situação de organização, de prevenção para salvar a situação do combate. Ou seja, investimos rios de dinheiro, o Governo investe rios de dinheiro no combate precisamente porque há uma falta e uma necessidade de ter preparado o terreno para os bombeiros gastarem menos e terem um trabalho mais facilitado e mais bem organizado.

Efetivamente, essa é, sem dúvida, uma questão que pensamos que deveria ser resolvida, até porque deixem-me dizer-vos que em todos os municípios do país há corpos de bombeiros voluntários e profissionais. Se há voluntários, então, têm de ser mesmo voluntários, têm de, durante o defeso, fazer todo um plano com as juntas de freguesia, na Casa do Povo, falar com os agricultores, que é fácil de fazer: «Olhem, querem queimadas? Digam lá como as querem fazer. Temos um pronto-socorro e um autotanque, ajudamo-los, queimamos isso tudo e está o problema resolvido!»... Isto não é feito, não é feito!

Dou-vos mais um exemplo que nos diz, concretamente, respeito a nós, cidade de Lisboa: o Casal Ventoso, antes de estar como está agora, tinha penhascos, tinha uma série de ervas,

e todos os anos íamos para lá três ou quatro vezes e ainda não estávamos a chegar ao quartel... E porquê? Porque eram barracas, havia ratazanas e as pessoas deitavam-lhes fogo e lá iam os bombeiros apagar. Ora, o Sr. comandante falou connosco e disse-nos: «Vamos pôr lá um pronto-socorro e um autotanque e vamos queimar aquilo tudo». E assim tivemos o problema resolvido e nunca mais fomos para lá. Todos os anos, no início, em março, abril, quando começava a primavera e os arbustos começavam a secar, íamos lá, queimávamos aquilo tudo e nunca mais o regimento foi para lá cinco ou seis vezes.

Este exemplo poderá ser pouco comparável, se assim quiserem, mas é uma referência em relação... É porque muitas das situações, em termos do ordenamento florestal, têm que ver com isso.

Vou dar outro exemplo positivo que é o da Reserva Natural da Serra da Malcata, que conheço. Não há lá incêndios e há poucos bombeiros nos Bombeiros Voluntários de Penamacor. E Porquê? Porque chegam lá rapidamente, o alarme é dado rapidamente e todo o ordenamento da serra da Malcata permite que até determinados sítios possamos lá ir em viatura própria. Eu já fui com o meu carro até determinados sítios, porque há acessibilidades, há todo esse ordenamento que era necessário fazer e que tinha de ser feito.

Mas, quanto a isso, aí não temos muito a fazer, como imaginam... Nós estamos no final da cadeia e aí não há comandante que resista, não há legislação ou argumentos que resistam, porque estamos no final da cadeia e deparamo-nos com a questão que tem que ver com a situação concreta do ordenamento rural.

Em relação às questões levantadas pela Sr.^a deputada do Bloco de Esquerda, o dossiê que ontem enviámos é um pouco a súmula de um dossiê que temos e que é muito maior. Já tivemos reuniões com todos os Srs. deputados ao longo destes anos, e ultimamente também, e temo-vos entregado documentos detalhados e que referem muitas das conclusões que hoje estamos a tirar e que tirámos no ano passado.

De facto, essas situações que têm que ver com as medidas que nós aqui preconizamos, do ordenamento, do combate, eu referi-as, nesta Assembleia, quando a Sr.^a deputada Leonor Beleza era presidente de uma comissão em 2005, salvo erro... Isto só para dizer que muitas das coisas que foram ditas e apuradas por todos vós – e bem! – e que foram compiladas – e bem! – por esta casa depois não foram aplicadas..., não foram aplicadas!... Se o tivessem sido haveria, de certeza absoluta, uma razoabilidade maior em relação à questão dos gastos, que é o problema que nos preocupa a todos, e haveria alguma razoabilidade em relação às soluções.

Sobre a questão da definição de números em relação às viaturas e a toda essa situação, isso é fácil de constatar: a Autoridade Nacional de Proteção Civil (penso que outro Sr. deputado também me colocou esta questão) tem inventariadas, neste momento, todas as viaturas que estão em cada corpo de bombeiros, tem tudo inventariado (e se não tem, devia ter) e é fácil constatar quantas viaturas, a respetiva tipologia, se são autoescadas, se são autotanques – falo assim para entenderem melhor, não vou dizer aqui as siglas... –, se são autotanques, se são autoescadas, se são prontos-socorros mistos de autotanques e autoescadas, que levam seis bombeiros, ambulâncias... Enfim, há toda uma relação que está inventariada e os próprios municípios, que apoiam as associações humanitárias, também têm essa inventariação. Portanto, cada associação... Por exemplo, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras tem em

seu poder um documento que contém informação sobre todas as viaturas e todos os bombeiros que estão em atividade e há uma obrigatoriedade de comunicar ao município quando saem os bombeiros por causa do seguro, porque senão a câmara continua a gastar o dinheiro do seguro e o bombeiro já não está lá.

Portanto, há toda essa organização... Mas aí, como vos digo, é uma iniciativa que será sempre da responsabilidade dos municípios até para eles próprios terem uma vantagem grande no apoio que dão aos bombeiros.

Sr.^a deputada, em relação ao debate político com as associações da classe, eu gostava de lhe dizer o seguinte: quase a final dos incêndios florestais do ano passado, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais propôs – e já vos digo porquê – à Liga dos Bombeiros Portugueses e à Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários que nos juntássemos no final da época dos incêndios florestais. E porquê? Porque todos nós produzimos propostas para legislação e todos nós vos chateamos... A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais propôs que fizéssemos um dossiê conjunto e uniforme e que vos fosse entregue já com todas as nossas críticas e com toda a conjugação destas três entidades.

Não conseguimos reunir com a Liga dos Bombeiros Portugueses, que nem sequer nos respondeu; a APBV respondeu, mas não conseguimos concretizar esta iniciativa. Isto não é uma crítica, mas é um lamento, porque, efetivamente, penso que estas três instituições estarão porventura a fazer propostas em duplicado. Ora, se trabalhássemos em conjunto seria um *naípe* de propostas, um dossiê único que os senhores avaliariam e poderiam usar se assim o entendessem.

Em relação à situação da definição dos financiamentos para as autarquias locais essa é uma questão incrível e que tem de ser revista por vós e pelo Governo rapidamente. E porquê? Dou-vos um exemplo: eu, Fernando Gabriel Dias Curto, presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, tenho mais poderes para comprar carros e pedir dinheiro à Autoridade Nacional de Proteção Civil do que o presidente da câmara e a desculpa é a de que o Estado não pode financiar o Estado...!

Isso acontece e está a rebentar pelas costuras em relação aos sapadores bombeiros e aos bombeiros municipais. Ou seja, há que rever aqui a situação da transferência de verbas do Governo para as autarquias locais ou vão numa rubrica específica para a proteção civil e se não forem gastas nesse ano transitam para o ano seguinte em relação à proteção civil, mas tem de haver, de facto, um apoio grande.

Dou-vos, ainda, um outro exemplo para entenderem melhor isto: quando houve o incêndio em Mortágua, onde morreram os bombeiros sapadores, ardeu lá a viatura deles. O Sr. presidente da Câmara Municipal de Coimbra de então, o Dr. Carlos Encarnação, viu-se e desejou-se para que a Autoridade Nacional de Proteção Civil lhe pagasse o carro que era da autarquia. Se fosse de uma associação era mais fácil... Ora, isto não pode acontecer, isto é perverter aquilo que é a organização de um município – e eu contra mim falo e é nestas questões que eu penso que os bombeiros têm de ser objetivos e têm de olhar-se um pouco ao espelho, isto é, quem dirige as associações dirige instituições.

Isto porque a candidatura para a viatura faço-a num instante: se eu arranjar 5%, se vier uma empresa que me dê mais 10%, a câmara também me dá e compro; mas se for a câmara municí-

pal a pedir diretamente à Autoridade esta não dá porque não pode dar, porque há inviabilidade legal, porque o Governo não pode apoiar o Governo!... Ora, isto acontece, neste momento, com os bombeiros sapadores e municipais com o ingresso na carreira, com as promoções, com a falta de efetivos. Portanto, é uma situação que tem de ser revista com a maior urgência possível.

Sr.^a deputada do Partido Socialista, em relação às questões que me colocou a algumas já respondi. Aliás, a primeira proposta apresentada é reformular o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. Neste momento, o SIOPS tem de ser reorganizado atendendo a que, em tempo, deixou de ter viabilidade, saíram os governadores civis, em termos da cadeia de comando foram criados os GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), os COM (Comandantes Operacionais Municipais), os CADIS (Comandantes Operacionais de Agrupamento Distrital)... Ou seja, se o SIOPS não for revisto rapidamente para o ano não serve de instrumento de utilização, ou se servir vai ser um pouco coxo, porque não se enquadra a situação que tem que ver com o SIOSP...

Dou-lhe um exemplo em relação aos bombeiros municipais das câmaras municipais, que são da área de intervenção quer jurídica quer operacionalmente dos presidentes de câmara: um graduado dos bombeiros municipais vai para um fogo, um subchefe de 1.^a classe; entretanto, por contingências das operações, vai também um chefe dos bombeiros voluntários. Ora, a “guerra” que existe é que o chefe dos bombeiros voluntários quer mandar no comandante dos bombeiros municipais. Isto acontece entre os próprios corpos de bombeiros!... Mas então o que é isto?!...

Aqui não há uma questão de “galos nem de poleiros”! Há que desempenhar cabalmente... O SIOSP prevê um pouco isto, ou seja, a desorganização é um pouco neste sentido.

Falarei também noutra questão em relação ao SIOSP quando responder ao Sr. deputado Miguel Freitas, mas gostaria, ainda, de referir aqui à Sr.^a deputada o seguinte: em relação à logística já respondi, em relação a toda a organização de comando também de certo modo já respondi, mas queria aqui vincar, porque me parece importante, o papel dos governos civis na estrutura de comando, porque – deixe-me dizer-lhe – temos muita dificuldade em entender e quem está no teatro de operações...

Aquilo que vos estou a dizer aqui, hoje, não é da minha alta recreação, é porque fizemos uma pesquisa junto dos comandantes, junto dos bombeiros, fizemos um trabalho minucioso no sentido de vos podermos trazer aqui aquilo que é o mais próximo possível da realidade que se passou no terreno.

Sr.^a deputada, quanto às estruturas de que falei em relação ao SIOSP, há neste momento dificuldade em exercer poder para isso e, como tal, há muita dificuldade, também, em reorganizar os meios, o que vai contra a coordenação e a decisão. Ou seja, não havendo essa coordenação, a decisão é muito complicada de obter. Portanto, a decisão tem de ser... Eu sou profissional e cumpro a hierarquia porque tenho de cumpri-la, porque quando não se cumpre a hierarquia há sempre algo que corre mal. Ou seja, o comandante tem de cumprir religiosamente aquilo que é deliberado pelo CNOS, pelo CODIS, seja por quem for e, muitas vezes, ou porque não há pessoal, ou porque chegaram atrasados, ou porque não há gente ou por isto ou por aquilo, essa decisão não é dada, nem é cumprida.

Ora, cria-se aqui um vazio muito grande naquilo que tem que ver com o teatro de operações... Dou-vos, também, um rápido exemplo: quando os Bombeiros Sapadores de Lisboa foram para um incêndio, há três ou quatro anos, em Viana do Castelo, chegaram lá duas equipas dos Bombeiros Sapadores de Lisboa e fizeram o trabalho normal: apresentaram-se ao CODIS, ao comando operacional, os chefes que estavam a comandar os 18 bombeiros que estavam lá, disseram-lhes: «A vossa área é esta, o incêndio está aqui, façam o favor de intervir». Foram para o terreno, para o teatro de operações e extinguiram o incêndio; fizeram o seu trabalho!

À noite foram jantar a um restaurante e pergunta-lhes o dono do restaurante: «Os senhores são de onde?», ao que eles responderam: «Somos de Lisboa». Nova pergunta: «Então, apagaram o fogo hoje... Mas os outros já aqui andavam há uma semana e não conseguiram apagar o fogo!... Que raio fizeram vocês?»...

Portanto, isto foi um facto, ou seja, há toda uma organização... E isto tem que ver com a questão que é muito delicada, mas que é verdade – e os senhores têm de aceitá-la com muita fraqueza –, que é a situação profissional deste setor. Este setor não pode viver exclusivamente dos bombeiros voluntários. A estrutura dos incêndios florestais, enquanto estiver assente nos bombeiros voluntários, é uma falácia – aliás, já não há bombeiros voluntários, pois são todos pagos, há muito poucos bombeiros voluntários que não são pagos.

Em relação a isto, gostava de vos dizer o seguinte: essa situação deveria ser salvaguardada. Se eu não tivesse 34 bombeiros profissionais na freguesia de Carnaxide a esta hora não tinha lá nenhum voluntário!... Peço imensa desculpa, mas isto é um facto! Não é por maldade ou porque eles não querem ir, é porque as pessoas não podem! Eu não posso criticar o empregador, o industrial, que não dispensa os bombeiros.

Dou-vos outro exemplo rápido: a fábrica de chocolates *Mars* tinha na sua cadeia de montagem dois bombeiros que trabalhavam lá e estavam nos bombeiros de Carnaxide. Um dia tocou a sirene, os bombeiros saíram, a linha de montagem parou; a segunda vez saíram, a linha de montagem parou; mas à terceira vez o francês chamou-me lá e disse-me: «Isto não pode ser assim. Eu pago à câmara, eu pago ao Governo, os bombeiros não podem sair daqui!»... Ele até chamou sapadores aos voluntários, porque lá em França não há: «Os sapadores não podem fazer isto... Isto não pode ser, ou são bombeiros ou são trabalhadores da minha instituição!»...

Conclusão: os homens deixaram de ser bombeiros voluntários, porque a fluidez de trabalho, que era por turnos e rotativo, não lhes permitia isso.

Portanto, eu não quero profissionalizar todos os bombeiros portugueses, nada disso e sabem porquê? Porque todas as associações do país já vivem com os grupos profissionais que já têm, porque se não, Srs. deputados, não viviam.

Podem vir dizer o que quiserem a esta Assembleia e a todos vós, mas não podemos ter um pensamento do século XVIII!... E eu tenho as duas realidades: sou presidente de uma associação de bombeiros voluntários há 12 anos e sei quais são as dificuldades que tenho... Já dei aulas, pus lá a minha mulher a dar aulas aos bombeiros, distribuo-lhes verbas... Mas é muito difícil por vários fatores: por fatores sociais, devido à internet... Eles não têm para onde ir e não vão para lá, não querem sujeitar-se a regras, não há hipóteses. São estes fatores que, de certo modo, contribuem para isso.

A Sr.^a deputada também falou aqui na questão dos Planos Municipais de Emergência e esta é também uma grande preocupação nossa e uma grande dificuldade que os comandantes têm no terreno. Eu tenho de defender um bocadinho os bombeiros, porque muitas vezes os comandantes – lá volto eu à tal questão da decisão... – não podem contrariar o presidente da câmara, porque ele diz: «Aqui quem manda sou eu e vocês fazem assim!»... Se nós dizemos: «Mas, ó Sr. presidente, não pode ser, temos de mandar o carro para...», ele responde-nos: «Não senhor, eu é que...»

Ora, vocês veem isto na comunicação social e em todos os lados. E porquê? Porque efetivamente se fosse acionado o plano municipal de emergência havia regras definidas e cada um faria o seu papel; se fosse acionado o distrital havia as regras definidas e cada um fazia o seu papel. Portanto, não havendo isso há esse “regabofê” – se me permitem a expressão, em termos construtivos...

Sr. deputado Miguel Freitas, em relação à questão do retrato dos meios aéreos, eu já fiz referência ao inventário que a Autoridade Nacional de Proteção Civil tem. Volto aqui a dizer e assumo aqui perante VV. Ex.^{as} que o Governo português, este ou qualquer outro, não tem necessidade de comprar equipamentos mecânicos. Poderá ter de comprar pontualmente numa zona ribeirinha, numa zona histórica, isso admito que sim, mas, de uma maneira geral, os bombeiros portugueses têm todos equipamentos bons, razoáveis e suficientes.

Portanto, quando se diz que não há equipamentos isso não é verdade e basta ver as viaturas que estão distribuídas para se darem conta daquilo que existe.

Em relação à formação da Escola Nacional de Bombeiros também já respondi. Quando o Sr. deputado Pedro Lynce perguntou se a escola tem condições, eu digo-lhe que a Escola Nacional de Bombeiros tem de estar, por exemplo, ao nível da escola espanhola. A escola espanhola tem um professor doutor que diz que, em termos pedagógicos, é assim, assim, assim, e que, em termos técnicos, é assim, assim, assim!... Ora, nós isso não temos! Temos um presidente... Enfim, a culpa não é do presidente, é da estrutura; tem é de se mudar a lei, porque, efetivamente, o que a lei diz é que a escola é da responsabilidade da Liga dos Bombeiros Portugueses e isso tem de ser alterado com a maior urgência para bem do país e da estrutura e do relacionamento da estrutura.

Em relação à cadeia de comando e aos comandantes também gostava de vos dizer uma coisa que é muito importante: eu sou chefe de 2.^a classe no regimento e sempre concorri, sempre fui avaliado, nunca tive problemas com isso porque é a minha carreira. Os comandantes distritais não podem ser nomeados, os comandantes distritais têm de ser avaliados, têm de ser objeto de concurso, porque é uma situação delicada e importante. Então, mas são nomeados porquê? Bom, lá vou eu dizer mais uma coisa... É porque se calhar, porventura, interessa a muita gente que sejam nomeados, peço imensa desculpa de ser tão frontal, mas, neste caso concreto, não pode haver favoritismo nos bombeiros, não pode!

Então, só porque o Curto é um indivíduo porreiro vai... Não é nada disso! Se o Curto for para lá é porque corresponde aos itens que foram delineados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil. Se não for o Curto é o Manuel, se não for o Manuel é o Joaquim... Ou seja, esta questão dos comandantes..., não quer dizer que eles não tenham condições! Atenção: eu não estou aqui a pôr em causa integralmente a incompetência deles – haverá alguma e foi detetada e

está devidamente retratada –, mas o que eu entendo é que a Autoridade Nacional de Proteção Civil deveria...

Portanto ou se fazem contratos de quatro anos e os homens vão-se embora, se não forem reconduzidos ou se não concorrerem outra vez, ou tem de se arranjar uma estrutura onde eles se encaixem.

É a mesma coisa com os nomeados agora... Eu sou nomeado hoje, não faço mais nada, não tenho profissão; no momento em que sair do corpo de bombeiros, vou outra vez para o corpo de bombeiros como chefe? Não pode ser!

Em relação à FEB (Força Especial de Bombeiros), Sr. deputado, gostava de lhe dizer o seguinte: a FEB foi a força e a situação melhor e mais importante que o país criou em relação aos incêndios florestais e fico satisfeito por o Sr. presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil ter admitido para a FEB mais 70 bombeiros. Esta é a resposta mais eficaz naquilo que tem que ver com a responsabilidade do Estado em relação aos bombeiros. E porquê? Os bombeiros sapadores são da câmara municipal e só saem se tiverem um protocolo e se o Sr. presidente da câmara autorizar. Nas associações a situação é ambígua, porque são privadas. Quanto à Autoridade Nacional de Proteção Civil e ao Governo qual é a sua “força pretoriana” – desculpem-me a expressão? É a FEB, que tem feito um trabalho incansável, que tem feito horas fora do circuito e cujos elementos vêm dos bombeiros voluntários!

Aqui, deixem-me fazer um parêntesis para vos deixar um apelo que tem que ver com o seguinte, aliás, se me permitem a ousadia, até acho inconstitucional: para a FEB só podem concorrer bombeiros voluntários, não podem concorrer bombeiros profissionais...! Não sei porquê! Já da outra vez, não foi e, desta vez, também não foi permitido. Não sei porque é que bombeiros municipais ou sapadores não podem concorrer à FEB...

Depois, a FEB também tem de ter uma organização melhor, de cadeia de comando. E isto porquê? Porque os bombeiros que estão na FEB são chefes dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, por exemplo, mas, depois, na FEB, fazem parte de uma equipa, não têm hierarquia; então, ficam sujeitos ao mando de quem? Ou seja, eles têm de ter uma carreira igual a outra carreira, por exemplo, igual ou idêntica à minha, que é da responsabilidade da autoridade.

Portanto, Sr. deputado, penso que esta é uma questão pertinente, deixe-me dizer-lhe, mas, neste momento, é sem dúvida uma mais-valia do país e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. É curioso que, há cinco anos, dissemos que o então Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil deveria ter 500 bombeiros, ou seja, 500 no norte, 500 no centro e 500 no sul, da responsabilidade da autoridade e os problemas estavam acabados. Dizia-se a esses homens: “Meus amigos, a vossa obrigação é esta: primeiro, têm de tirar férias no inverno; segundo, o vosso período é este, este e este”. E acabavam-se os problemas! Definiam-se as regras de quem queria ir, coadjuvados com os voluntários, coadjuvados com os sapadores, coadjuvados com os municipais, e estava a resposta feita e dada. Este é o modelo dos outros países e é toda a estrutura orgânica que temos...

Mas, efetivamente, tudo o que estou aqui a dizer será melhor se houver uma prevenção devida, uma organização do território devida, uma organização florestal devida, porque, de outra maneira, não há hipótese.

Mesmo só para terminar, Sr. vice-presidente, se me permite, eu gostava de dizer o seguinte: passou-se aqui uma coisa curiosa em relação ao combate, no domínio do qual também temos sido muito críticos – e este ano aconteceu isso. Em devido tempo – infelizmente, quando morreu o primeiro bombeiro –, dissemos, e fizemos chegar a quem de direito, a nossa opinião de que era preciso repensar o combate e que, em vez de se fazer um combate direto, tinha de se fazer um combate defensivo, porque do modo como estavam a eclodir os incêndios tinha de se rever tudo isso. E porquê? Porque poderia haver mais mortes!

Escrevemo-lo, temo-lo aqui, fizemos um comunicado! Ninguém disse nada, ninguém fez nada!... E porquê? Porque é que tinha de se rever tudo isso? Porque não se pode estar com agulhetas de 50 milímetros, com um débito de água muito fraquinho, em incêndios de copa de 20 m ou 10 m!... O que é preciso fazer, e que os bombeiros portugueses não fazem, é usar motosserras! Não as usam! Os bombeiros portugueses não usam motosserras, não criam aceiros, não derrubam árvores, não fazem zonas de contenção, não esperam um incêndio, em vez de irem ao encontro dele...! Metem-se dentro do incêndio! Não pode ser! Eu não posso meter os bombeiros dentro de um incêndio!

Eu tenho de fazer toda uma zona de contenção, derrubando as árvores, tomando como referência os caminhos, os aceiros, as estradas, para o fogo não se propagar por copa ou por deslocação de matéria inflamável, de folhas e tudo isso. Esta é uma questão com a qual fico perplexo, porque a adoção de uma solução dessa natureza, por parte dos comandantes, iria minimizar muitas situações, iria contribuir para resolver muitas situações.

Agora, sim, Sr. vice-presidente, mesmo para terminar, em relação aos bombeiros, quero dizer que é importante que o DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais) tenha em conta os bombeiros que manda para o terreno. Em Carnaxide, tenho três bombeiros (uma rapariga e dois rapazes) que não fazem parte do DECIF. Porquê? Porque não têm mobilidade física e não podem ir, porque se houver um problema não podem fugir. Tem de haver uma organização das próprias associações, dos comandantes distritais para “selecionar” esses homens. É que tenho de ter condições de equipamento individual e condições físicas para fugir do fogo ou para me deslocar para zonas ardidadas e me salvar.

O que aconteceu este ano, infelizmente, foi que muitas das situações eram dessas, eram situações evidentes, mas que podem ser resolvidas e são resolvidas no que diz respeito aos bombeiros e ao combate.

O Sr. *coordenador*. – Sr. presidente da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, muito obrigado pela sua disponibilidade e pelo excelente contributo que nos deu, a adicionar ao documento escrito que já nos tinha enviado.

Srs. deputados, vamos fazer uma pequena interrupção nos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 34 minutos.

AUDIÇÃO

COMANDANTE JAIME MARTA SOARES

(Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses)

5 DE FEVEREIRO DE 2014

(3.^a AUDIÇÃO)

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Está aberta a reunião.

Eram 12 horas e 42 minutos.

Srs. deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Antes de mais, começo por agradecer à Liga dos Bombeiros Portugueses, na pessoa do Sr. comandante Jaime Marta Soares e dos demais representantes aqui presentes, a disponibilidade para virem dar o seu contributo aos nossos trabalhos.

Este grupo de trabalho foi constituído por iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia da República, naturalmente muito associado ao ano difícil, em matéria de fogos florestais, que o país viveu em 2013. Tem como objetivos identificar eventuais constrangimentos legislativos que exijam uma intervenção da Assembleia mais atualizada, inovadora e corretiva nesse domínio, mas também identificar um conjunto de medidas que se entendam adequadas, quer medidas legislativas, quer medidas concretas que se possam recomendar ao Governo no sentido de tornar mais eficaz a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

A organização do grupo de trabalho teve de ser seletiva relativamente às entidades a ouvir, uma vez que o tempo não nos permite alargar excessivamente este tipo de diligências, mas naturalmente que a liga, e as pessoas que a integram, tem sido uma entidade com um papel relevante nesta matéria ao longo de muitos anos, pelo que não podíamos deixar de a ouvir.

Para nos dar a sua opinião e transmitir a posição da Liga dentro destas balizas e objetivos, dou a palavra ao Sr. comandante Jaime Marta Soares.

O Sr. comandante *Jaime Marta Soares* (presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses): – Sr. coordenador e ilustre amigo deputado *Guilherme Silva*, Sr.^{as} e Srs. deputados, uma saudação muito amiga e muito respeitosa por parte da Liga dos Bombeiros Portugueses.

É com muita satisfação e com muito sentido de responsabilidade que estamos aqui perante este grupo de trabalho da Assembleia da República, pelo que saudamos a sua existência e acreditamos que serão dados passos – depois de ouvirem várias entidades e com a preocupação que têm tido – que poderão permitir concluir muitas situações que são preocupantes e que há a necessidade de ultrapassar. Neste sentido, agradeço o convite para estarmos aqui.

Sr. coordenador, se me permite, entregava-lhe já dois documentos. Um documento é fruto do trabalho de todos, inclusive dos responsáveis pela Liga dos Bombeiros Portugueses, que

ouviram, desde a base, os relatos sobre os fogos florestais de 2013. Este documento também inclui as preocupações relativas a anos anteriores, que se tivessem sido devidamente tratadas, porventura, não teríamos chegado a muitas destas situações.

O outro documento tem que ver com o regulamento do Fundo de Proteção Social do Bombeiro. Não nos queremos desviar daquilo que nos traz aqui, mas com certeza que sabem que ouvimos algumas coisas que aqui foram ditas e que são preocupantes, por isso não podemos deixar de dar resposta àqueles que aqui estiveram e que nos antecederam.

Não podemos deixar passar algumas acusações – algumas dentro dos seus conceitos e desconhecendo a realidade –, pois têm de ser efetivamente provadas..., se não andamos sempre a brincar às instituições e às entidades! Dizem o que lhes apetece dizer e passam impunes, mesmo perante afirmações que são gratuitas, mas que têm um conteúdo de alta responsabilidade. Por isso, as pessoas têm de ser responsabilizadas por aquilo que dizem e fazem.

Se V. Ex.^a permitisse, passava a ler a introdução, que contém os nossos pontos de vista, do relatório DECIF, que consta da Análise da Liga Portuguesa dos Bombeiros Portugueses ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.

«Os incêndios florestais de 2013 foram dos mais graves e complexos, desde que há registo destes incidentes. Nunca, em período tão curto e em condições climáticas tão adversas, estiveram em risco tantas pessoas e bens que, em muitos casos, os fogos não pouparam, como foram os infelizes acontecimentos dos oito bombeiros e do presidente da Junta de Freguesia de Queirã que vieram a falecer, bem como muitos outros que ficaram também com ferimentos muito graves e vários feridos ligeiros.

Já foi dito inúmeras vezes, mas nunca é de mais afirmar, que nenhum bem material vale a vida de um homem ou de uma mulher bombeira, mas o fogo não tem, nem nunca terá, em conta essa realidade.

É preciso, é necessário, é fundamental, criar condições a montante para que tal não se repita, e essa função não depende dos bombeiros, mas, outrossim, de uma floresta bem cuidada, tratada e adaptada às novas realidades, nomeadamente climáticas. Essa função passa sobretudo por uma prevenção estrutural permanente, fora das épocas com maior incidência de fogos florestais. Exemplos: realização de fogos controlados, plantação de espécies autóctones, concretização do mosaico florestal. Estes são, entre muitos outros, objetivos que se impõe serem rapidamente implementados.

Uma floresta limpa, planeada, ordenada e permanentemente vigiada é fundamental para contrariar a propagação dos incêndios florestais. Há ainda um fator primordial, prioritário e urgente que é a elaboração do cadastro da propriedade florestal.

Sendo esta uma importante premissa, existem naturalmente outras, que procuraremos elencar através deste documento, que em sede de discussão alargada vamos tentar melhorar.

Ninguém pode ter a veleidade de pensar em erradicar, definitivamente, os incêndios florestais. Podemos, no entanto, isso sim, aprender com os erros cometidos e procurar criar todos os dias condições para melhorar o que considerarmos ter sido no passado menos bem conseguido.

Este trabalho com base no relatório do CNO (Conselho Nacional Operacional) foi inicialmente apresentado pelo Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses a fim de

recolher os contributos das federações distritais de forma a elaborar uma análise rigorosa do dispositivo de combate a incêndios florestais DECIF/2013.

Apesar dos naturais constrangimentos próprios de uma estrutura organizacional como a nossa, os bombeiros portugueses deram provas cabais da sua capacidade e competência, defendendo até à exaustão e com sacrifício da própria vida os bens e haveres das populações.

Face ao número de ocorrências e às condições em que se desenvolveram, estamos certos que, não fora a grande capacidade dos bombeiros, e o país teria a lamentar muito mais perdas de vidas e de haveres.

Conclui-se que sempre que se entenda necessário proceder à elaboração de inquéritos, ou relatórios, devem as equipas técnicas, constituídas para o efeito, ter obrigatoriamente na sua composição um ou mais representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses, com competência e especialização das matérias a inquirir.

É certo que o DECIF/2013 contempla no seu dispositivo um maior número de recursos humanos, meios terrestres, aéreos e equipamentos alguma vez reunidos. Contudo, não foi isento de erros e falhas que urge corrigir, de forma concreta, objetiva e urgente. Nesse sentido, contemplamos um conjunto de propostas que, a serem acolhidas, contribuirão substancialmente para que tais erros não se repitam.

Na prossecução de objetivos prospetivos, salienta-se a possibilidade da criação de equipas de sapadores florestais no âmbito das Associações Humanitárias de Bombeiros, bem como da instalação do Observatório Nacional para os Fogos Florestais.

Ao mesmo tempo que este documento é observador, analítico e crítico, também por isso lhe competirá apresentar propostas concretas e objetivas, contribuindo, desta forma, para uma acentuada melhoria na construção do DECIF/2014.»

Depois, há um conjunto de situações que, muitas vezes, têm implicações na possibilidade de as estruturas dos bombeiros poderem responder ainda melhor, mas para isso os poderes instituídos – o poder central, o poder local e também a própria Assembleia da República, a casa das grandes decisões – devem ter em linha de conta um conjunto de situações e de legislação. Seria importante que estas situações não se arrastassem meses e anos pelos gabinetes das várias entidades. Se a legislação for rapidamente produzida – claro que tem de seguir os seus trâmites normais –, pode ser feita de uma forma mais expedita, atendendo a que o socorro às pessoas não tem “tempo de espera”, tem de ser ao milionésimo de segundo e as pessoas têm de estar devidamente preparadas para poderem responder, não só em termos de recursos humanos, mas também de equipamentos que alavanquem uma boa prestação e uma boa qualidade de serviços. É disso que Portugal precisa.

Quero dizer ao Sr. coordenador e aos Srs. deputados que se nas minhas palavras passo, porventura, a ideia de exagero, ele não tem vaidade. Tenho consciência e assumo o sentido de responsabilidade quando digo o seguinte: Portugal tem recursos humanos com conhecimentos aprofundados no combate aos fogos florestais – é o caso de que estamos a falar –, que correspondem só a cerca de 6% da atividade dos corpos dos bombeiros, dos melhores que há na Europa e no mundo.

Compare-se com o Chile, com a Espanha, com a Austrália, com a Califórnia e com muitos outros países que, efetivamente, têm incêndios tal como Portugal. Veja-se as quantidades

enormes, incomparavelmente superiores, de hectares ardidos, de vidas perdidas, de património perdido, de tudo perdido. Portanto, comparem e vejam que esta estrutura que assenta, essencialmente, em 231 associações de corpos de bombeiros voluntários, como sustentáculo do voluntariado, tem 31 000 homens ao serviço, sempre do ativo, e com mais de cerca de 30 000 que estão no quadro de reserva, no quadro de honra e num quadro de especialistas que desejamos.

Veja-se que há um documento que já foi aprovado e negociado por todos os parceiros e que, efetivamente, já está aprovado em Conselho Nacional de Bombeiros, mas que está a arrastar-se há meses para ser publicado. É que este é um simples documento que não tem custos para o Estado e que permite que muita gente, como engenheiros, médicos, sapateiros, pedreiros, aliás, toda a gente, possa entrar nos corpos dos bombeiros para fazer a sua prestação de serviços. Portugal não tem crise de voluntariado.

Sr. coordenador, também deixo o apelo de que é preciso criar incentivos ao voluntariado: os bombeiros não querem subsídios, nem o que quer que seja; apenas querem incentivos ao voluntariado e que esses problemas que têm acontecido relativamente ao IRS, de uns pagarem e outros não, sejam resolvidos. Como é possível não sinalizarem bem estes assuntos? Dando-lhes um tempo para usufruir e pagando uns anos de reforma não antecipada, mas, que, em cada quatro anos, teriam 25%, pagando a sua reforma.

Não podemos esquecer que, caso se queira comparar, o exercício da função de bombeiro é de risco, seja ele profissional ou voluntário. O que diferencia os bombeiros é o salário ou a farda que envergam, mas o sentimento e a nobreza da prática de socorro é igual. Veja-se que em Portugal os principais agentes de proteção civil, que estão na ordem dos 90%, assentam nestas estruturas de associativismo e voluntariado.

Hoje, voluntariado não é sinónimo de amadorismo. Os bombeiros portugueses aprendem para saber, porque sabem que é preciso saber para salvar. Há formação, há conhecimento e hoje há das técnicas mais apuradas naquilo que é necessário para preparar uma mulher e um homem para, na área do socorro, saberem o que estão a fazer.

Toda esta especulação que houve durante os fogos florestais de 2013... Infelizmente, desde 1980 que há uma média de sete, oito mortes por ano. Este ano foi mais dramático, foi muito complicado, mas nós queremos trazer isso para zero. Ninguém negligencia a vida. Os bombeiros são esperança de vida, não são esperança de morte, e sabem que se não estiverem bem preparados não podem fazer chegar corretamente o socorro às pessoas que precisam dele.

Também quero dizer que já analisámos todos os relatórios e que nenhum diz, concretamente, que o bombeiro foi negligente, pois são as circunstâncias do momento. Quanto àqueles jovens que morreram no Caramulo, quando os bombeiros chegaram ao local o incêndio já estava a mais de 2,5 km de distância. Um incêndio, em frações de segundo, pode saltar a quilómetros de distância, pode rodear os bombeiros. É a natureza zangada e o homem não a consegue ultrapassar, combater e tem muitas vezes soçobra perante ela. Mas não é por falta de conhecimento, nem por uma atitude suicida, em que parece que andaram no teatro de operações.

Sr. coordenador, para aligeirar e para poder andar rapidamente nesta questão, apelo à Assembleia da República o facto de haver uma circular financeira que define todos os anos determinado valor e que, apesar de o Ministério da Administração Interna, nestes dois últi-

mos anos e meio, ter para com a Liga dos Bombeiros Portugueses e para com os bombeiros portugueses um tratamento que nunca vimos –, não estou aqui com sectarismos nem partidarismos – nenhum governo, ao longo dos anos, em termos de Ministério da Administração Interna, soube entender, dialogar, tratar, procurar, ajudar a resolver os problemas através do diálogo, da discussão, de negociações rijas, de muitas vezes ter de bater com a porta e virar as costas e não se continuarem as negociações, até o bom senso vir ao de cima e entendermos que esta estrutura pode estar, hoje, muito aquém daquilo que se pretende. Mas sabemos que há a preocupação de encontrar os caminhos para ultrapassar as dificuldades.

O dispositivo – isto é uma coisa impressionante! – de combate a fogos florestais em 2013 foi o melhor e mais bem trabalhado e composto dispositivo que alguma vez existiu em Portugal, quer em recursos humanos, em viaturas, em aumentos da circular financeira, em financiamento. Por isso, os bombeiros não arranjam qualquer tipo de bode expiatório e é uma preocupação constante de que isto vá para diante, mas a circular financeira não chega, nem é aquilo que nós pretendemos.

Pretendemos uma lei de financiamento das associações e dos corpos de bombeiros em Portugal. Queremos a tipificação dos corpos de bombeiros, ao nível municipal, e queremos, de uma vez por todas, que seja implementada a taxa municipal de proteção civil, que é uma competência das câmaras municipais, que têm a sua autonomia que respeitamos.

Os bombeiros só pedem às câmaras municipais uma pequena e diminuta taxa municipal de proteção civil. Sabemos que têm muitas dificuldades financeiras, que não permitem muitas vezes ajudar mais os seus bombeiros. Em termos de financiamento, as câmaras municipais financiam muito mais que o próprio poder central e essa sobrecarga que têm – e hoje também existem mais impostos para as populações – torna-se complicada.

Mas uma pequena taxa pode efetivamente ajudar a resolver, não na totalidade mas mino-
rando os problemas das finanças dos corpos de bombeiros, porque a sustentação financeira é um problema.

Não pensem, Srs. deputados, que a Liga dos Bombeiros Portugueses vem para aqui com situações miserabilistas ou que vem aqui pedir caridade. Nada disso! A Liga dos Bombeiros Portugueses entende que deve ser feita uma lei de financiamento e adiantamos estas questões para que se procurem, efetivamente, iniciativas nesse sentido, para que possamos ter a ferramenta adequada à prestação dos nossos serviços.

Este documento, Sr. coordenador, contempla todas as nossas preocupações. Por exemplo, nessa circular financeira recebíamos uma percentagem – se isto cabe na cabeça de alguém! – dos combustíveis. Pagamos os combustíveis pelos valores da bomba, como toda a gente paga. Quando se negocia, podemos ter 6, 7 ou 8 cêntimos a menos, mas a circular financeira só nos pagava 1,10 €, 1,15 €, 1,20 €. Então os bombeiros, que utilizam o combustível, que o gastam, não o levam para casa, não devem ter, pelo menos, o direito de receber o valor do combustível pelo preço que este custa e que pagam? São estas pequenas situações...

Gostaria de lhes dizer, e também já não acontecia há muitos anos, que as despesas extraordinárias dos fogos florestais do ano 2013 estão todas pagas. Os Srs. deputados poderão dizer assim: “mas este indivíduo está aqui a fazer campanha pelo Governo ou o que é que ele está a fazer?”. Nada disso!

Estou a dizer que, pela primeira vez, houve sensibilidade para as nossas dificuldades. Apesar de não estarem resolvidas todas as questões, em termos de subsidiarmos a própria estrutura do Governo, estando à espera do pagamento de um ano para o outro – algumas despesas eram pagas no ano seguinte –, este ano, no final de novembro, os corpos de bombeiros estavam todos ressarcidos das despesas que tiveram com os fogos florestais.

Sr. coordenador, Srs. deputados, na estrutura de comando da ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil) temos de, efetivamente, ver e fazer como se faz em todo o mundo: proteção civil não é comandamento; a proteção civil é coordenação. A lei de bases da proteção civil tem de ser alterada neste sentido. O comandamento começa e acaba nos galões do comandante.

A proteção civil coordena, porque da proteção civil somos todos nós. A proteção civil começa em cada um e em todos nós, e nenhum de nós é comandante, nem somos comandados por ninguém. Admitimos participar numa estrutura que seja coordenada pelo Sr. primeiro-ministro – e, depois, vem por aí abaixo, conforme os patamares de responsabilidade –, mas deve ser coordenação. Do mesmo modo, qualquer comandante distrital não é comandante nenhum, é um coordenador distrital e, por isso, entendemos que a estrutura de comando tem de ser alterada.

Sr. coordenador, Srs. deputados, criou-se um COM, um comandante operacional municipal, que não é mais do que um comissário político dos Srs. presidentes de câmara – e sei do que estou a falar, portanto, mesmo que os Srs. presidentes de câmara me queiram tratar mal, por não gostarem do que estou aqui a dizer, assumo as minhas palavras –, pode, quando muito, ser coordenador municipal, porque essa atividade de comandar... Comandar quem? Comandar o comandante dos bombeiros ou os bombeiros? Não, uma estrutura política tem de ter um órgão coordenador, não pode deixar de o ter, como antigamente havia o vereador da proteção civil. Se não querem que seja um vereador, tenham um funcionário especializado, com cursos na matéria, mas que seja um coordenador municipal, nunca um comandante operacional municipal.

Tive grandes discussões sobre esta matéria e este comando operacional municipal existe só por uma questão de teimosia de um Sr. ministro – pessoa que respeito e de quem sou muito amigo –, que até aceitou as propostas todas da Associação Nacional de Municípios em relação à Comissão Municipal de Proteção Civil mas fez, efetivamente, “cavalo de batalha” deste comando operacional municipal.

Por isso é que em Portugal, praticamente, haverá 30% ou 40%... e se vierem a criar mais, pesquisem, mandem analisar as razões objetivas pelas quais isto acontece e o interesse que pode ter o comandante operacional municipal.

As equipas de intervenção permanente (EIP) são equipas especializadas de intervenção e entendemos que são precisas mais 100 no país. O Governo paga 50% e os restantes 50% são pagos pelas autarquias. São equipas que estão permanentemente em alerta e que saem ao milésimo de minuto para todas as atividades.

Não podemos esquecer que os fogos florestais, em Portugal, são, no máximo, só 7% da nossa atividade – fazemos 93% de outras atividades – mas dão mais nas vistas, aparecem nas televisões, vendem mais programas de televisão, são mais espetaculares e oferecem mais perigos.

Efetivamente, entendemos que estas equipas devem ser reforçadas, no mínimo, com mais 100, fazendo a cobertura do país e dando bons rendimentos. Podemos poupar dinheiro noutras coisas. Por exemplo, não se justifica os GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro) da Guarda Nacional Republicana nesta atividade. Não queremos que esse grupo possa ser extinto na totalidade; é necessário também que haja uma equipa de cerca de 60 ou 70, para os compromissos internacionais, altamente especializados em determinada área. Mas nesta atividade não são necessários e vieram, até, criar alguns problemas porque, num momento, para os GIPS houve tudo de bom, tal como equipamentos individuais, viaturas... E sabemos também que a própria GNR não vê com bons olhos a existência desta estrutura.

Por isso, entendemos que, ficando uma equipa de 60, 70, 80 homens para compromissos internacionais e para determinadas estruturas especializadas, os outros devem ser dispensados, podendo esse dinheiro ir para outras estruturas.

Portugal não tem falta de voluntariado. Hoje os quartéis de bombeiros são escola de formação. Hoje há competência e profissionalismo no exercício da função. Claro que “não há bela sem senão”, nem tudo é perfeito nos bombeiros portugueses, mas, em comparação, Espanha está a querer copiar o nosso modelo de estratégia operacional. Chegaram a vir a Portugal pessoas das regiões autónomas de Espanha, principalmente da Galiza, para copiar o nosso modelo. Só que a solidariedade e o humanismo, diria a entrega, a dádiva, a cidadania ativa, não há em todos os países como há em Portugal.

Portugal tem um povo – e os bombeiros são uma emanção desse mesmo povo – com valores de solidariedade e de humanismo. Por isso é que há, em Portugal, tantos milhares de mulheres e homens que se disponibilizam para ser bombeiros voluntários. No total, ainda se mantém 60 000. No recenseamento, estão 31 000 e o recenseamento é todos os dias atualizado. Todos os dias vemos, nos quartéis de bombeiros, os cadetes, grupos e grupos de crianças de 14, 15, 16, 17, 18 anos, sempre a aumentar, efetivamente, dentro de uma perspetiva de quem sabe que tem de fazer muitos sacrifícios, de sofrer muito para o exercício daquela função, porque o exercício da função de bombeiro é de alto risco.

Quanto à prevenção estrutural, as ações de combate são, invariavelmente, condicionadas por atividades incipientes, atividades de prevenção estrutural, vigilância, deteção e fiscalização. Existe, de imediato, uma prevenção estrutural adequada às novas exigências. Depois, com alguns apontamentos desenvolverei mais esta questão.

Os GAUF (Grupo de Análise e Uso de Fogo) devem desempenhar um papel antes do período crítico, antes da incidência dos fogos florestais.

As FEB (Forças Especiais de Bombeiros “Canarinhos”) são estruturas que são dos bombeiros portugueses. Não podem ser uma guarda pretoriana, têm de ser, efetivamente, bem aproveitadas e rentabilizadas. São originárias dos bombeiros, mas não estão a ser colocadas estrategicamente no terreno como devem ser e, por isso, têm um custo muito pesado em relação à eficácia que têm tido.

Os bombeiros portugueses, fruto da questão da coordenação, entendem que, na sua organização, integrados na Autoridade Nacional de Proteção Civil – e isso já vem desde o Serviço Nacional de Bombeiros –, devem ter uma direção nacional própria, como tem a PSP a sua dire-

ção nacional de comando. Mas não queremos, nem podemos, sair da estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Contudo, dentro dessa estrutura, a nossa direção nacional tem de ter autonomia e um conjunto de regras, tem de ter uma ligação direta com os bombeiros, porque a proteção civil é um “chapéu” no seu todo, mas é muito ampla e tem a PSP, o Exército, a Marinha, a Força Aérea, tem todos. . .

Deixem-me dizer-lhes, Sr. coordenador e Srs. deputados, que a estrutura da tutela não comanda nem a Marinha, nem o Exército, nem a Força Aérea, nem a Guarda Nacional Republicana, nem os sapadores florestais, nem os serviços florestais, nem o INEM e outros. Estas são estruturas que fazem parte de estruturas diretas do Estado, são pagas pelo Estado, mas os bombeiros, que são das associações e das câmaras municipais, são os únicos que são tutelados e que, efetivamente, têm de estar debaixo da alçada estrita e, diria, apertada da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Não pode ser!

Queremos estar na estrutura da proteção civil, como um agente de proteção civil, mas queremos a nossa própria direção nacional, e aquilo que apresentamos aumenta a operacionalidade e diminui os custos da atividade, como era com os CADIS (Comandos de Agrupamentos Distritais), no passado, nas cinco regiões.

Pensou-se, nos municípios, em transferir a competência da proteção civil para as CIM (Comunidades Intermunicipais), para as novas comunidades. Mas estas estão espartilhadas por municípios e não têm uma aproximação de interligação em termos operacionais como tem o distrito no seu todo.

Não sei se devido aos muitos anos de história dos distritos, devido ao facto de os bombeiros terem as suas federações distritais e tudo ser por agrupamento de distritos, tendo-se agora articulado de uma forma diferente com os CADIS. . .

Portanto, a nossa intenção é a de que os CADIS funcionem em termos regionais, ficando só um CODIS, um coordenador por distrito, e aproveitar e potenciar as zonas operacionais e os comandantes operacionais de zona, como foi no passado e que deram resultado.

Por outro lado, é preciso criar legislação que responsabilize ainda mais criminalmente os comandantes dos bombeiros e também criar legislação que, dentro do possível, possa fazer com que um comandante de bombeiros não entre agora e saia três anos depois.

Efetivamente, é necessário criar legislação que permita garantir e potenciar, em termos de competência, as capacidades e os conhecimentos para se poder estar no comando de um corpo de bombeiros pelo tempo que se conclua, operacionalmente, que uma pessoa tem competência e capacidade para o fazer.

Claro que isso tem de ser revisto e analisado à dimensão, também, da sustentabilidade. Terá de ser uma lei que leve a que – e este documento explica, mais ou menos, essa situação – essa pessoa também seja sujeita a mais tempo de formação, que seja obrigada de x em x meses a fazer requalificação para que, efetivamente, seja um comandante de bombeiros.

Entendemos que se deve exigir mais do homem que comanda um teatro de operações, onde podem estar em perigo centenas de mulheres e de homens, áreas imensas, vidas e haveres, porque um combate de um fogo florestal é uma guerra, é uma batalha das mais complexas e mais difíceis que o homem pode ter.

Quanto às zonas operacionais, também sugerimos e reiteramos a necessidade urgente...

Há 25 anos, com um Sr. general – esqueci-me agora do nome dele, mas era da aviação, chegou a ser candidato à Presidência da República, todos nós o conhecemos...

Uma voz não identificada: – Galvão de Melo.

Galvão de Melo, sim, senhor.

Há 25 anos fizemos um projeto – no qual eu próprio participei, passe a vaidade –, até com financiamentos externos, em que já falávamos em meios aéreos, nos *Canadair*. Propúnhamos seis, à época, e, se os tivéssemos comprado, tinham sido muito mais baratos, muito melhores e tínhamo-los aí – claro que, se calhar, já tinham de ser outros –, mas tínhamos obtido grandes resultados. Felizmente que agora vemos aqui já dois para entrar na próxima época...

Os grupos de reforço, os GRIF (Grupos de Reforço para Incêndios Florestais) e os GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), têm interesse, mas têm de ser articulados e tem de se definir a estratégia – o que é o GRUATA e tem de se tratar do que é o GRIF.

Penso que, em termos de criarmos uma nova estrutura de GRUATA, se adaptarmos e modernizarmos o GRIF, ele pode efetivamente fazer melhor, mas os dois podem coabitar.

Depois, o Sr. vice-presidente e os Srs. deputados poderão ver o que é que interessa destas nossas máquinas de rastos. Também entendemos que é uma ferramenta importante. Mas as câmaras municipais têm de assumir o seu papel neste aspeto, ou as empresas do setor, porque uma câmara municipal não vai comprar máquinas se não as tiverem. Mas há que criar uma condição dos seguros, porque muitas vezes as seguradoras não querem segurar as máquinas, porque vão para zonas de risco e estão sujeitas a um juro incomportável. Nem os empresários podem, nem as câmaras podem... Mas há uma coisa que também não pode acontecer: é os bombeiros passaram sem elas em momentos críticos e extremamente difíceis.

Há uma questão que tem estado na ordem do dia, que é a das comunicações, a do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal). Nós temos acompanhado o SIRESP, que pode ser uma excelente ferramenta. Não foi o SIRESP que esteve na origem das situações que se viveram... Nem que tivessem um SIRESP de cada lado e um rádio pendurado por todos os lados... Não foi isso que esteve na origem de qualquer... A causa da morte da bombeira de Carregal do Sal e dos outros não tem literalmente nada que ver com a comunicação!...

Claro que este SIRESP é um investimento muito grande, são equipamentos altamente modernos e que permitem que todas as forças, os agentes da proteção civil falem entre si; mas tem de haver uma melhor cobertura, tem de haver as baterias que alimentam as antenas, tem de haver um conjunto de situações. Mas quando estiver tudo afinado e a funcionar em pleno é uma boa ferramenta para ajudar a desenvolver a nossa atividade. Está aqui tudo explicado.

Quanto ao rescaldo e vigilância, há situações, como sabem, em que os bombeiros, enquanto o fogo está a arder, vão até ao limite a apagar o fogo, com aquela raiva contra o fogo, mas depois ficam quilómetros e quilómetros e quilómetros de rescaldos por fazer. Temos de criar estruturas para o rescaldo onde pode entrar o Exército, onde podem entrar os desemprega-

dos, onde podem entrar também outras pessoas como os sapadores, onde podem entrar os próprios proprietários.

Há uma coisa que tem de se fazer e sensibilizar: a propriedade do Estado são 5%, ou lá o que é; o resto são propriedades privadas e o proprietário privado tem de saber também qual é o seu papel neste processo, não podemos deixar de responsabilizá-lo por esta situação.

Depois temos aqui uma questão que também pedimos aos Srs. deputados que analisem e que é a do uso do fogo.

Claro que tem de se exigir reconhecimento de competência de utilização das técnicas de uso do fogo como ferramenta de supressão aos elementos de comandos de corpos de bombeiros que tenham formação e credenciação para tal. É que só há uma estrutura dos GUAF (Grupo de Análise e Uso do Fogo) que está a fazer isso. Os GAUF são três ou quatro equipas e, efetivamente, foram os próprios bombeiros que as ensinaram. Porque é que agora...? Foi a mesma coisa com os jipes da GNR: foram os bombeiros que lhes deram formação. Porque é que não se cria legislação? E já temos preparado um projeto que apresentaremos; não temos competência para fazer projetos, mas queremos só colaborar num projeto legislativo para que, muito rapidamente, a Escola Nacional de Bombeiros (e a autoridade já concordou como isso), que já está a arranjar os modelos e os módulos para que isso aconteça, ao nível de comando, possam ser credenciados para poder fazer os chamados contrafogos. Julgo que isso terá de passar... Não sei se passa pela Assembleia da República ou se é uma simples portaria, ou se é um decreto-lei, não sei por onde é que isso passa...

Depois, na segurança, fazemos aqui, já estamos a fazer, a Liga dos Bombeiros Portugueses vai fazer quatro grandes sessões sobre a segurança na frente de fogo, com base na análise rigorosa de todos os relatórios que foram feitos, mas, felizmente, nenhum relatório diz perentoriamente que houve negligência do cidadão ou que houve, efetivamente, atitudes de incompetência ou de incapacidade. Mas sabemos que esta questão, como também a dos EPIS (Equipamentos de Proteção Individual)...

Na Liga dos Bombeiros Portugueses, temos uma estrutura que eu exigi – e o termo é mesmo meu, se calhar é prepotência de um presidente, mas chamem-lhe o que quiserem. Costumo dizer que presidente é presidente e nesta situação, em relação ao equipamento individual, sou de uma exigência até ao limite de certificação.

Mas temos de separar o equipamento do treino do equipamento para estar no teatro de operações. Foi feito agora um concurso para 50% dos bombeiros, de 6 milhões de euros, já estão disponíveis mais 6 milhões de euros. Mas houve, na minha opinião, na nossa opinião, uma prática com a qual não concordei muito e disse ao Sr. ministro: «Deram isso para serem...». Nós também sabemos que é por causa da contratualização, para ser através das CIM, por causa das verbas comunitárias. Mas a Liga dos Bombeiros Portugueses propunha-se fazer esse concurso, com base nos cadernos de encargos feitos pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, como também foram feitos para as CIM pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, mas não sei se foram cumpridos com o rigor que se exige. E, hoje, um equipamento de proteção individual é importante para salvar as vidas das pessoas, porque qualquer equipamento que não esteja devidamente certificado ajuda mas é a matar e não, efetivamente, a defender.

Sr. vice-presidente e Srs. deputados, há uma questão para qual vos queria sensibilizar, que é a do seguro dos bombeiros para a morte e invalidez. Temos também já um projeto legislativo pronto, já o apresentámos ao Sr. ministro da Administração Interna, já o apresentámos à autoridade, que é o seguinte: neste momento são 225 vezes o salário mínimo nacional por morte e invalidez permanente. Nós entendemos e fomos saber quanto é que um autarca tem do seu seguro, que é lá a distância do bombeiro... O homem bombeiro é igual ao homem autarca e os riscos do homem bombeiro são superiores aos do autarca..., e vamos aos polícias, e vamos a toda a gente e vemos que nós é como que uma esmola...

Não estamos a pedir... Estamos a pedir para a morte, que isto é nitidamente pedir para a morte, para quando morre um cidadão! Pedimos que estas 225 vezes de salário mínimo nacional sejam aumentadas. Mas deve separar-se do salário mínimo nacional a morte e invalidez permanente, devem ser diferentes, porque a morte ainda tem uma pensão de preço de sangue... Portanto, a família recebe a indemnização e, depois, recebe todos os meses aquilo que é feito através do Ministério das Finanças, da Segurança Social e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. O preço de sangue é definido pelos valores de compensação do seu dia a dia.

Porque é que queremos separar a morte e invalidez permanente? Porque nunca se sabe, a invalidez pode ser 20%, 30%, 40%, 50%, 70%, 80% ou 100% e dão-lhe aquela indemnização. Mas todos nós sabemos que um homem nunca sabe quantos anos vai ficar inválido e aquele dinheiro que muitas vezes lhe dão para pagar a indemnização da invalidez não chega para ele alterar a casa, para ter uma cadeira de rodas, para ter duas ou três pessoas a tratar dele...!

Portanto, temos de separar estes valores, fazer um pequeno aumento e também dar-lhe um subsídio do tipo do da pensão de sangue. Não pode ser a pensão de sangue, mas pode ser um salário, um salário e meio ou dois salários com base no IAS.

Estamos a falar em coisas de tanta justiça social... Não se esqueçam, Sr.^{as} e Srs. deputados, que 90% dos milhares de mulheres e homens que estão nos quartéis de bombeiros – porque hoje isto não se compadece com o toque da sirene, têm de lá estar profissionais e por causa do serviço de saúde – são voluntários e são de todos os estratos sociais, são mulheres e homens iguais a outras mulheres e a outros homens, mas têm uma forma de estar na vida tal que deixam tudo para estar a fazer... Acho que o país, acho que a pátria deve estar atenta a estas pequenas coisas; são pequenas coisas em relação a tantas coisas que se gastam e são coisas tão simples, mas efetivamente importantes.

Depois há esta questão: só há 20 vezes o salário mínimo nacional para pagar internamentos e tratamentos. Só de um bombeiro de Lourosa, que esteve internado meio ano na Prelada, no Porto, temos uma fatura para pagar de 370 000 €. Temos um fundo. Está aí, e VV. Ex.^{as} apreciem o fundo, porque aqui foram ditas coisas contra o Fundo Social do Bombeiro, que tem regras legais bem definidas e é uma parceria com o Governo. Portanto, são coisas rigorosas..., não há aqui, efetivamente, falhas. Há um regulamento que se cumpre.

Mas a Liga dos Bombeiros Portugueses, no seu projeto, faz com que se possam aumentar os valores de que estou a falar, por exemplo, de 40 para 100 vezes o salário mínimo nacional para tratamentos e internamentos, mas a liga corta num conjunto que está na apólice, aqueles cortes que faz em relação aos cadetes, em relação aos quadros de honra. Tem de ser uma negociação entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, o MAI, a liga e a Associação Nacional

de Municípios Portugueses. Sei que logo virá a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Se VV Ex.^{as} entenderem ajudar a que... Já falei com o secretário-geral e, portanto, as coisas podem estar bem encaminhadas.

Quanto aos planos municipais de emergência, Sr. vice-presidente e Srs. deputados, só estão aprovados cerca de 40% dos planos municipais de emergência, em 308 municípios, o que é muito pouco. Há necessidade de os municípios portugueses aprovarem os seus planos municipais de emergência. Porquê? Porque no teatro de operações, num grande incêndio, aciona o plano de emergência, aciona logo todo um conjunto de estruturas que podem, devidamente organizadas, ajudar a resolver muitas preocupações. Este documento está aí, Sr. vice-presidente.

Gostaria também de deixar uma palavra em relação a algo que tem de ser visto – e é na Assembleia da República, penso eu – em relação à situação dos 25 corpos de bombeiros municipais que não têm estatuto, que não podem ser admitidos mais no corpo de bombeiros, que estão a envelhecer e não pode haver admissões, não há progressão na carreira por parte desses bombeiros. Isso devia ser entendido dentro de uma estrutura de uma câmara municipal, um departamento especializado. Nomeadamente no do Algarve, meu querido amigo deputado Miguel Freitas, estive reunido com a AMAL (Comunidade Intermunicipal do Algarve) e eles, os presidentes de câmara, estão todos empenhados e há situações em que dizem: «Agora, temos aí uns velhos, uns barrigudos (...)» – desculpem esta linguagem – «(...) e porque não há possibilidade de admissões, não há possibilidade...». Estas coisas têm de ser vistas e têm de ser analisadas.

Quero ver se não vou ser muito demorado, mas há coisas que gostaria de dizer.

O Sr. *coordenador*: – O tempo é muito escasso.

O Sr. *comandante Jaime Marta Soares*: – Sr. vice-presidente e Srs. deputados, os fogos florestais têm graves implicações na vida dos portugueses, nomeadamente no âmbito de perdas de vida e de haveres, degradação do território, com grandes implicações também pela situação da erosão do solo, do assoreamento dos rios, das inundações, de tudo o que está subjacente.

A floresta é uma frente de desenvolvimento económico que está desaproveitada. Em termos de meio ambiente, é trágico o que se passa por causa dos incêndios florestais. Tudo isto faz com que o espaço interior se desertifique e não haja investimento nesta área. Há que fazer regressar se calhar não as pessoas mas estratégias e projetos à zona onde as pessoas não estão para rentabilizar essas áreas, porque são áreas de desenvolvimento económico. Portugal já conseguiu equilibrar a sua balança de pagamento quanto ao que importava em termos de géneros alimentares com o produto da floresta.

É preciso, efetivamente, entender a floresta como uma riqueza nacional.

Há uns anos, há muitos, o professor Cavaco Silva chamou-lhe o «petróleo verde» dos portugueses. Acho que a floresta é o “petróleo verde” dos portugueses e temos de ver o que lhe está subjacente.

Há que entender que isso também é feito através da implementação das ZIF, das zonas de associativismo, porque o coletivo deve sobrepor-se ao individual. Há que fazer porventura uma

lei expropriante da utilização do solo, porque um indivíduo não pode só por si criar impedimentos de milhares de hectares, de centenas de hectares que podem dar rendimento.

Também gostaria de dizer-vos que Portugal e os bombeiros portugueses estão preparados para um combate entre 200 e 250 fogos por dia. Quando há esta loucura, quando se passa para 300 e 400 fogos não há país no mundo, não há nenhuma estrutura no mundo que consiga resolver esse problema.

Muito rapidamente também os corpos de bombeiros querem um reforço estruturante da formação, dentro daquele princípio de levar a formação ao bombeiro, ao quartel, como apoio às ULF (Unidades Locais de Formação). São coisas que não têm custos muito grandes. Têm é de muitas vezes não “emparedar” no raio (desculpem) da portaria, do decreto, daquele gabinete que não se entende com o outro, porque muitas vezes falta-lhe o conhecimento do terreno.

Isto que a Assembleia da República está aqui a fazer, e que já fez muitas vezes, é extraordinário.

Podemos até vir aqui dizer muitas asneiras, mas no meio delas há de haver algumas coisas que os senhores entendam aproveitar.

Já falei da legislação dos quadros de comando e, portanto, essa questão já está mais ou menos falada.

Sr. coordenador, quanto à prevenção da floresta portuguesa, o problema está a montante.

A floresta portuguesa está completamente abandonada – aliás, já sugerimos ao Sr. ministro da Administração Interna e, no caso concreto, à Sr.^a ministra da Agricultura a criação de um observatório nacional para os fogos florestais, que poria pessoas competentes a falar sobre esta matéria e a definir estratégias, mas que organismo seria auditado para dar resultados práticos.

E digo isto, Srs. deputados, porque há 15 anos houve uma estrutura em Portugal que se chamava CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais) que reunia um conjunto de *experts* na matéria e que definiu estratégias – aliás, o Sr. deputado Maurício Marques que está aqui sabe bem disso – desde as infraestruturas das helipistas, dos heliportos, dos aeródromos, das balsas de água, das estradas e caminhos... Foi tudo feito em parceria poder central/poder local, sendo que esta Comissão CNEFF implementava e exigia às CEFF (Comissões Especializadas em Fogos Florestais) que reunissem todos os meses, que fizessem projetos e, não tenham dúvidas, fizeram-se autênticos milagres. Com pouco dinheiro consegui fazer-se muita obra, porque estas comissões colocavam as freguesias a trabalhar, colocavam o próprio povo a participar na ajuda, participavam as câmaras municipais, havia projetos definidos sobre o que se devia fazer e, repito, fez-se muito. Mal deste país se não tivesse essas infraestruturas que foram feitas... Mas, depois, extinguíram essa comissão, porque, se calhar, incomodava...! O poder político, Sr. vice-presidente e Srs. deputados, do meu próprio partido e dos outros partidos... Digladiavam-se o ministro do planeamento e o ministro da administração interna a ver quem é que geria o processo e a direção-geral das florestas e o ministério das florestas boicotava todos os dias a existência desta estrutura... Ora, isto tem de acabar! Estamos num país moderno, num país que sabe que tem de enfrentar as situações e que tem de resolvê-las.

Portanto, Sr. presidente e Srs. deputados, também se devia pôr a funcionar os gabinetes técnicos florestais que podem ser uma alavanca fantástica para as CEFF reunirem e fazerem os seus relatórios, porque elas também não são muitas, são 268, não é o país todo, porque há

municípios que não precisam de CEFF a funcionar, porque não têm florestas e como também não contam as da Madeira e dos Açores.

Portanto, são 268, sendo que chegamos a atingir 245 em funcionamento e foi uma coisa extraordinária, “super bem” coordenada pelo coronel – agora não me recordo do nome dele. . .

Então, vamos lá ver: isto não exige grande dinheiro. . . Aliás, o primeiro grande dinheiro para isto foi dado pelas celulosas, com que eu embirrei, e foram 300 000 contos/ano. As celulosas deram esse montante três anos seguidos e eu disse: se isto é para continuar com as celulosas, vou-me embora, porque não quero dinheiro das celulosas, pois entendo que o dinheiro das celulosas metido nisto não dignifica o sistema.

Depois vários governos começaram com 600 000 contos, chegou a atingir-se 1,2 milhões de contos, e esta verba era como o “milagre das rosas” ou o da multiplicação dos pães. . . Faziam-se infraestruturas por todo o lado, as helipistas, os aeródromos, os heliportos, que existem neste momento e que são utilizados, as balsas de água, as linhas de corta-fogos, foram todos feitos naquela altura com aquele dinheiro. . .

Então, pergunto: porque é que não se reeditam estas estruturas simultaneamente com a criação do observatório – e o observatório não é para pagar nada a ninguém, são pessoas que fazem parte da estrutura, são como, sei lá. . ., “senadores” que ajudam a resolver o problema, são pessoas que não vêm para aqui à procura de nada, mas que se faça efetivamente andar esta ideia.

Sr. vice-presidente e Srs. deputados, também o cadastro da propriedade florestal não está feito e sem o cadastro da propriedade florestal não podemos avançar! Há que fazer planeamento e ordenamento, mas para fazer planeamento e ordenamento tem de haver emparcelamento e para haver emparcelamento há que saber se é este o caminho que se pretende e, então, vamos por diante. . . Há muita floresta abandonada, que não se sabe quem são os donos, há outras pessoas que vão lá plantar eucalipto e vão lá 12 anos depois buscar o rendimento e não querem integrar-se. . . As ZIF são uma afirmação de liberdade democrática em que os cidadãos. . . Claro que nada lhes é imposto, mas tem de se lhes fazer ver a riqueza no conjunto, isto é, o emparcelamento e a criação de escala que dele advém lhes dá efetivamente mais riqueza e salvaguarda o património nacional e que o individual não pode sobrepor-se, em circunstância alguma, ao coletivo.

Portanto, o mosaico florestal, a aposta nas ZIF são situações muito, muito, muito, muito importantes.

Srs. deputados, vou terminar, dizendo o seguinte: os planos de defesa da floresta contra incêndios já foram feitos, muitos deles, há cerca de 15 anos. Então, há que perguntar: o que é que já foi feito? O que é que não foi feito? Temos de refletir sobre isto, porque lá está contemplado muito do que temos de fazer. Aliás, em termos de prevenção estrutural há cerca de 15 anos que não há prevenção.

Houve um Sr. ministro que um dia se virou para mim e disse: «Ó Sr. presidente, já perdemos 30 anos na prevenção da floresta portuguesa. . .» E eu disse: «Não, não, Sr. ministro! Perdemos 60! Perdemos os 30 em que não fizemos nada e agora outros 30 para ver se fazemos alguma coisa. . . E ainda por cima os senhores desaproveitam o que houve de bom.» – aliás, isto deu alguma polémica.

Já falei na central de compras certificada, no pagamento às ECIN (Equipas de Combate a Incêndios) na atualização por parte da ANMP dos seguros, e peço o contributo e o apoio de VV. Ex.^{as} nesta matéria.

A terminar queria ainda dizer o seguinte: foi aqui dito que faltam especialistas nos corpos de bombeiros. Não é verdade! Os especialistas nos corpos de bombeiros são à dimensão do que é a gestão de uma associação humanitária de bombeiros e não à dimensão de uma gestão de uma estrutura que trabalha 12 horas e descansa 24 horas e se trabalha 24 horas descansa 48 horas, e que tem, com certeza, um salário justo, mas que tem regalias que o voluntário não tem.

Mas um comandante de bombeiros – e também há falhas, com certeza, que as há – tem os especialistas adequados às necessidades. Portanto, não é verdade que não haja especialistas nos corpos de bombeiros, porque o comandante dos bombeiros não quer. Não é verdade!

Os bombeiros aprendem a saber, porque quem não sabe não salva! Há uma consciência coletiva dos bombeiros portugueses, que até criaram a sua própria escola. Nós temos uma Escola Nacional de Bombeiros, uma escola dos próprios bombeiros – uma parceria entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Liga dos Bombeiros Portugueses – que está hoje a ser adaptada às novas realidades. Aliás, aprovámos há oito dias o plano estratégico para 2014/2016, plano esse que será sequencial para 2016/2018, para 2018/2020, que é para ser o 2014/2020, e não tenho dúvidas que está adaptado à realidade e que está a fazer um esforço tremendo para maior e melhor formação, formação descentralizada e articulada com todas as estruturas.

Sr. presidente, entreguei dois documentos e quero, finalmente, dizer aos Srs. deputados que, empenhando a nossa honra, o Fundo de Proteção Social do Bombeiro está a ser rigorosamente gerido e que se a Assembleia da República entender mande fazer uma auditoria a esse o Fundo!...

É porque há pessoas que vêm dizer para aqui coisas e isso não pode ficar impune... Nós vamos analisar, em pormenor, as palavras que foram ditas e não tenho dúvidas, absolutamente nenhuma, de que, se elas tocaram na dignidade e na honra da Liga dos Bombeiros Portugueses, nós iremos acionar perante quem de direito todos os mecanismos para não passem impunes os atropelos feitos a quem respeita todos.

Aceitamos participar em todas as reuniões, só que temos a nossa própria agenda; não andamos a reboque de ninguém, como aqui quiseram, efetivamente, intuir!

Sr. presidente e Srs. deputados, estamos sempre disponíveis para o diálogo, para ouvir tudo o que nos queiram perguntar, estamos sempre disponíveis para tudo e para todos e para conversar, para que possamos melhorar as necessidades do setor, pelo que a Assembleia da República pode dispor de nós sempre quando lhes aprover, pois estaremos, repito, sempre disponíveis para vir aqui falar com VV. Ex.^{as}.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr. comandante.

Como me parece que nenhum dos Srs. deputados pretende colocar mais questões, até porque o Sr. presidente foi bastante exaustivo...

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. presidente, eu gostaria ainda de usar da palavra.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra, Sr. deputado.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. presidente, quero, através do Sr. presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e em meu nome e no do PSD, manifestar a minha solidariedade para com as vítimas e os familiares das vítimas dos acidentes que tiveram lugar nos últimos anos no combate aos fogos florestais.

Por último, quero ainda dizer que a explanação feita pelo Sr. presidente da liga foi longa e, portanto, dispenso-me de colocar mais qualquer questão.

O Sr. *coordenador*: – Srs. deputados, antes de dar por encerrada a nossa reunião, quero agradecer à Liga dos Bombeiros Portugueses e ao seu presidente o contributo que nos trouxe e os elementos documentais que nos deixou.

Gostaria ainda de dizer que se precisarmos de mais alguns elementos complementares contactaremos a liga, pois já percebi que há alguma legislação preparada que poderá ser disponibilizada, pois isso seria importante para o nosso trabalho.

Srs. deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 30 minutos.

AUDIÇÃO

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)

Dr.^a Isilda Gomes, Dr. Paulo Fonseca e Dr. Rui Solheiro

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS (ANAFRE)

Sr. Dr. Francisco Jesus

5 DE FEVEREIRO DE 2014

(4.^a AUDIÇÃO)

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que está reaberta a reunião.

Eram 18 horas e 13 minutos.

Gostaria de começar por agradecer aos representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias a sua disponibilidade para estarem presentes neste grupo de trabalho.

Este grupo de trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais foi constituído pela Sr.^a presidente da Assembleia da República e tem uma duração de mandato relativamente curta.

O ano de 2013 foi bastante problemático em matéria de incêndios florestais, o que terá motivado a necessidade de a Assembleia da República se ocupar desta matéria e de fazer uma reflexão o mais aprofundada possível sobre esta problemática, tendo entre os seus objetivos identificar eventuais necessidades de providências legislativas inovatórias ou atualizantes de determinadas soluções hoje vigentes que se tenham por ultrapassadas e desajustadas, como também encontrar medidas cuja execução e implementação possa recomendar ao Governo. Ambas as medidas, quer as legislativas, quer as executivas concretas, visam uma maior eficácia na prevenção e no combate aos fogos florestais.

Tivemos de ser um pouco seletivos nas entidades a ouvir, pois o tempo não dá para tudo, mas naturalmente que numa questão como esta as presenças da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias eram de todo indispensáveis, e daí a solicitação para que viessem a este grupo de trabalho.

O método de trabalho que temos seguido neste tipo de audições passa por dar a palavra a cada um dos representantes dos diferentes grupos parlamentares para colocarem questões, dando depois a palavra aos representantes das associações para responderem às questões colocadas.

Seguindo este método, dou agora a palavra ao Sr. deputado João Ramos para colocar as questões que entenda pertinentes.

O Sr. João Ramos (PCP): – Sr. coordenador, queria começar por, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, cumprimentar os nossos convidados, a quem gostaria de colocar três ou quatro questões muito rápidas.

Na perspetiva do PCP, as questões dos incêndios florestais não são desligadas da política florestal e do ordenamento florestal. Tendo em conta que os senhores representam as estruturas e as entidades de administração do território com competências no ordenamento do território, gostava de ouvir a vossa perspetiva relativamente a esta matéria, ou seja, sobre a relação entre as políticas florestais e o drama dos incêndios florestais. É porque ouvimos dizer muitas vezes, em especial neste último ano, durante os incêndios, que o problema tem que ver com as questões climáticas ou com os incendiários, e pouco vem à baila o ordenamento florestal, a forma como fazemos floresta no nosso país e a implicação disto nesta matéria. Gostava, portanto, de ouvir a vossa opinião sobre este aspeto.

Por outro lado, as autarquias têm, por lei, responsabilidades na organização do sistema, nomeadamente no que diz respeito aos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios e a toda a estrutura logística de apoio. Temos ouvido, no âmbito das audições, algumas críticas relativamente à existência de falhas nessa matéria, em termos de suporte logístico no combate e de algumas deficiências na implementação dos planos municipais, nomeadamente no que diz respeito aos pontos de água e à rede viária de acesso a locais. Penso, portanto, que seria importante que nos falassem um bocadinho destas questões e das dificuldades que existem nessa implementação.

No âmbito dessas responsabilidades que cabem às autarquias, gostava que nos falassem sobre a articulação entre as estruturas. Sabemos que há um conjunto grande de instituições a intervir no âmbito dos incêndios – os bombeiros, os bombeiros voluntários, a força especial de bombeiros, as diversas equipas, a GNR, e até as autarquias têm algumas competências. Portanto, há um conjunto grande de entidades que intervêm, pelo que gostaríamos de saber como é que estas entidades se articulam e se essa articulação está a funcionar bem, ou não.

Por fim, vou falar de uma questão que também diz muito às autarquias, que tem que ver com o despovoamento do nosso país, nomeadamente do interior do país. Na vossa perspetiva, que reflexos tem o despovoamento neste problema?

Com a saída das pessoas, por um lado, há menos gente para o combate aos fogos – aliás, esta manhã ouvimos aqui os bombeiros referirem a dificuldade que os bombeiros do interior do país têm em conseguir recursos humanos – e, por outro lado, deixa-se de fazer a agricultura, que funciona como um entrave à progressão dos incêndios e que não está lá. Além disso, a não existência de pessoas também deixa muito espaço para se fazer outro tipo de floresta e outra florestação, que pode não ser a mais adequada.

De resto, era importante também ouvir a vossa perspetiva sobre o que será o futuro da floresta. Recentemente estivemos a discutir, e está em apreciação parlamentar, o decreto-lei da arborização e rearborização, o qual, chegámos aqui à conclusão, trata o eucalipto da mesma forma que as outras espécies, incluindo as autóctones.

Qual é a relação que existe entre a forma como fazemos a floresta, entre esta nossa floresta, e este problema de que estamos a tratar, que é um problema económico, um problema social e um drama para o nosso país?

O Sr. coordenador: – Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): – Sr. coordenador, caros colegas, Srs. presidentes, em nome pessoal, permitam-me que faça uma saudação especial a um dos presentes, ao secretário-geral Rui Solheiro, meu amigo há alguns anos, conterrâneo em termos distritais, a quem desejo que seja proveitoso o trabalho que vai fazer no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Desejo-te, Rui, o maior sucesso no desempenho dessas funções. E não vai ser fácil, porque substituis alguém que tinha muitos anos de experiência e um dinamismo interessante, Artur Trindade.

Em nome do CDS-PP, gostaria de agradecer a presença quer da Associação Nacional de Municípios Portugueses quer da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), às quais quero colocar duas ou três questões relacionadas com estas duas associações representativas dos dois níveis autárquicos.

Começava por me dirigir à ANAFRE, que é a autarquia de proximidade e que na questão dos fogos florestais tem uma importância muito relevante. Aliás, aproveito a oportunidade para apresentar à ANAFRE um sentido pesar por, no ano passado, um dos seus associados ter perdido a vida num incêndio florestal.

Tendo em conta essa proximidade, pelo facto de terem muita intervenção em área florestal – muitas vezes, a entidade que está mais perto da realidade florestal é a freguesia –, eu gostaria de colocar-lhes uma questão que tem que ver com um problema muito debatido por muitas juntas de freguesia, sobretudo da região norte e da região centro: o problema dos baldios.

Qual é a opinião da ANAFRE sobre a atual lei dos baldios, no sentido em que o baldio é um território e património comunitário, mas cuja gestão pode já hoje, de acordo com a nova lei, ser delegada nas freguesias? O que é que a ANAFRE pensa sobre a matéria dos baldios e sobre a forma como devem ser executados?

Ligada a este aspeto – e agora dirijo-me também à Associação Nacional de Municípios Portugueses – está a questão das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), que é uma nova realidade, uma realidade recente de intervenção no território, que envolve em muitos casos a própria autarquia mas que, na maior parte dos casos, é uma organização das associações de produtores florestais num sítio de minifúndio. E esta é a realidade na maior parte dos casos, porque onde a unidade florestal é por si só rentável não há necessidade deste agrupamento.

Ora, no caso de haver este condomínio florestal é necessário, muitas vezes, intervir. A pergunta que deixo às duas entidades autárquicas tem que ver com a questão da prevenção estrutural e da prevenção secundária no que diz respeito aos caminhos, com a questão da execução de intervenção nestas áreas, porque pode haver aqui algum aspeto que seja necessário afinar e resolver no conflito de competências que, às vezes, está em cima da mesa. É que, por um lado, temos as zonas de proprietários, por outro lado, temos às vezes, dentro destas zonas de proprietários, alguns espaços públicos, nomeadamente os caminhos, mas temos também, noutras circunstâncias, espaços que não são públicos, caminhos de consortes, caminhos que dão acesso apenas à propriedade e que são apenas geridos pelos particulares. Portanto, gostava de ouvir a vossa opinião no que diz respeito à prevenção nestes casos.

Numa nota muito rápida, porque o tempo de que dispomos é muito curto, eu gostava também de ouvir a vossa opinião sobre os planos municipais de defesa da floresta. Existindo esses planos, eles são, depois, efetivamente atualizados, são efetivamente testados, são efetivamente coordenados pelas entidades envolvidas nesse plano?

Uma outra questão tem que ver com a taxa municipal de proteção civil, que já existe em alguns municípios. Esta taxa está, ou não, a ser útil para apoio, sobretudo, aos bombeiros, na área da proteção civil? Porque a taxa não é exclusivamente para os fogos florestais, como é evidente, há muitas outras situações de proteção civil. Os bombeiros disseram-nos aqui hoje que 91% da atividade dos bombeiros não tem que ver com fogos florestais, tem que ver com outras situações, portanto, há muitas áreas onde a proteção civil poderá atuar.

Para terminar, uma vez que já ultrapassei o tempo de que dispunha, deixo uma questão sobre uma matéria que tem vindo a ser falada: qual é a posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente à alteração da legislação de aplicação de coimas por infração no que diz respeito a limpezas de áreas florestais, sobretudo nas zonas de povoamento e nas faixas de contenção?

Qual é a opinião da Associação Nacional de Municípios sobre a possibilidade de esta aplicação poder ser feita por uma entidade diferente, que não o município, independentemente do destino da coima, sobre o qual, em princípio, não se fala em nenhuma alteração? Portanto, a questão só diz respeito à aplicação. É porque a GNR disse-nos aqui que, normalmente, apenas tem informação de haver resultados em cerca de 7% ou 8% dos autos que envia, portanto, numa percentagem muitíssimo baixa dos autos que elabora.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr. coordenador e Srs. deputados, eu começaria por, em nome do PSD, cumprimentar a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias. Deixo uma saudação especial para o secretário-geral da Associação Nacional de Municípios, desejando-lhe felicidades no cargo que agora inicia.

Obviamente, quem fala em último é beneficiado, porque algumas das questões que eu queria colocar já o Sr. deputado Abel Baptista fez o favor de as deixar aqui.

O Sr. *coordenador*: – É a coligação a funcionar bem!

Risos.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – De todo o modo, não poderia deixar de voltar a uma questão já aqui falada: os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios. Sabemos que nem sempre estes planos estão atualizados e, muitas vezes, mesmo estando elaborados, não são monitorizados nem cumpridos. Sabemos bem que isso acontece, naturalmente, por dificuldades financeiras, mas de que forma poderíamos melhorar um pouco a monitorização aos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios?

Por outro lado, foi dito esta manhã, na comissão, que nem todos os municípios têm os planos municipais de emergência. Segundo aqui foi revelado, apenas 60 municípios dispõem de planos municipais de emergência. Gostaríamos que nos ajudassem a perceber porque é que não existem os planos municipais de emergência e quais os constrangimentos que os municípios têm para elaborarem esses planos.

Sabemos também que há uma figura consubstanciada na lei, a dos comandantes operacionais municipais, que nem todos os municípios nomearam. Sabemos, desde logo – e eu, porque já fui autarca durante 20 anos, também o sei –, que alguma conflitualidade existe entre um comandante operacional e um comandante dos bombeiros. Portanto, há esta dificuldade, de todo o modo, gostaria que a Associação Nacional de Municípios, dada a quase ausência de comandantes municipais nomeados, dissesse se efetivamente se justifica ou não a existência deste comando operacional municipal.

Já se falou aqui na questão das contraordenações, porque foi aqui referido, por diversas vezes, e evidenciado, que desincentivava até, por parte da GNR, a levantar o auto de contraordenação, porquanto – e eles faziam mesmo a acusação – as câmaras municipais não lhes davam seguimento. Ora, quais são as dificuldades que os municípios têm, em conclusão do auto de contraordenação que, por vezes, é levantado?

Queria também falar agora um bocadinho em ordenamento e emparcelamento.

Sabemos que parte da propriedade é privada, é minifúndio e obviamente não se consegue fazer uma gestão adequada da propriedade, tal como ela está, porque não tem dimensão para ser ordenada convenientemente. Eu gostaria de saber qual é, digamos assim, na ótica da Associação Nacional de Municípios, a melhor forma para fazer o emparcelamento da propriedade rústica, dada a sua dimensão: se é ZIF (Zona de Intervenção Florestal) ou se é, eventualmente, qualquer outro modelo que nos possa estar a escapar.

Relativamente à Associação Nacional de Freguesias, porque considero que as freguesias são a estrutura mais localizada e que maior conhecimento tem de infraestruturas importantíssimas no combate e na prevenção dos incêndios, que são os caminhos florestais. Até que ponto é que as freguesias poderiam fazer uma melhor manutenção dos caminhos florestais e de toda a parte que diz respeito à prevenção, nomeadamente os aceiros, a limpeza de pontos de água e de tudo o mais?

Por último – e termino já –, há algum tempo atrás houve um programa de atribuição de *kits* às juntas de freguesia. Sei – e tive conhecimento porque os vi – que algumas juntas de freguesia ficaram com eles na sede da junta, nos armazéns, em cima de uma palete, porque não tinham equipamento onde eles fossem colocados... Queria perguntar, em concreto, se a Associação Nacional de Freguesias considera que isso foi um desperdício de meios ou, efetivamente, o que é que deveria ter sido feito para que esse equipamento, que foi distribuído pela administração central, tivesse sido mais bem utilizado e rentabilizado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Sr. *coordenador*, queria cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e em meu nome pessoal, os representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias.

De facto, tenho o trabalho facilitado, porque grande parte das questões já foram aqui colocadas. Contudo, não poderia deixar de questionar sobre algumas matérias, nomeadamente em relação à criação das unidades locais de proteção civil (ULPC).

Creio que se contam pelos dedos de uma mão as Unidades Locais de Proteção Civil em todo o país, tanto quanto é do meu conhecimento. Portanto, gostaria de saber se, relativamente a esta matéria, a Associação Nacional de Municípios entende que deva ou não ter um papel de motivação, de incentivo, à criação das unidades locais de proteção civil nas juntas de freguesia, que é o que a lei prevê.

Por outro lado, uma outra questão que se coloca – que creio que ficou bem patente no incêndio do Algarve, há dois anos, e agora também – prende-se com a ativação dos planos municipais de emergência. É verdade que se verifica também a sua ausência ao nível dos planos distritais, mas por que razão os municípios resistem à ativação dos planos municipais de emergência, na medida em que constituem – se atualizados, obviamente – um instrumento importante na definição dos meios e recursos, relativamente à ocorrência?

Gostaria de colocar uma outra questão, que tem que ver com o financiamento dos corpos de bombeiros.

Tem sido prática, ao longo dos anos – creio que agora menos mas, ainda assim, é uma prática que ainda não está regularizada –, vemos presidentes de câmara, autarquias, fazerem contratos-programa, fazerem financiamento – às vezes, nem sequer têm na base um contrato-programa, é um financiamento direto às associações humanitárias da respetiva área –, não havendo a preocupação de definir o financiamento de acordo com determinada função, ou seja, formação, equipamento, dando-o à associação humanitária para que ela o aplique às necessidades que entende ter. Ora, verifica-se que não há um financiamento de acordo com a área de intervenção do bombeiro, porque num município que tenha três, quatro, cinco corporações de bombeiros é natural que o financiamento, num dado momento, não seja todo igual, porque depende da área de risco em que se insere aquela corporação de bombeiros e, eventualmente, da gestão do risco do próprio município.

Obviamente que isto tem que ver com os planos municipais de emergência e com a sua atualização, saber se estão atualizados ou não. É verdade que isto já não acontece em todos os municípios, mas muitos municípios ainda não têm a preocupação relativamente ao financiamento. Gostaria de saber qual a proposta que a Associação Nacional de Municípios Portugueses poderá ter relativamente ao financiamento dos corpos de bombeiros, em conjunto com a administração central.

É preciso definir, de uma vez por todas, o regime de financiamento das corporações de bombeiros, numa parceria administração local/administração central, definir, do ponto de vista do Estado, quais as necessidades de equipamentos, meios e recursos à disposição dos bombeiros. É preciso regular esse regime de financiamento.

Finalmente – e termino, Sr. coordenador –, uma última questão, que tem que ver com a relação do Estado com as associações humanitárias e as corporações de bombeiros.

Por força, precisamente, do dispositivo operacional do combate aos incêndios florestais (e não é só por força do dispositivo) que, todo ele, depende, funcional e hierarquicamente, tecnicamente, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, os presidentes de câmara, enquanto

autoridades municipais de proteção civil, não têm qualquer hierarquia sobre os corpos de bombeiros que estão sob a sua intervenção, ou seja, a Autoridade Nacional de Proteção Civil pode instaurar um processo disciplinar a um bombeiro, mas o presidente de câmara não pode e, portanto, há aqui uma disfuncionalidade, porque também, no fundo, a lei acaba por desresponsabilizar os presidentes de câmara, na medida em que não têm uma tutela tão efetiva quanto a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Gostaria que se pronunciassem também sobre este assunto, e com isto termino, agradecendo, uma vez mais, a vossa disponibilidade.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado relator, Miguel Freitas, faça favor.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr. presidente, duas ou três questões muito rápidas, em complemento às questões que já foram colocadas.

A primeira questão é a seguinte: temos hoje um impasse, do ponto de vista da geografia da proteção civil, isto é, deixámos de ter distritos, deixámos de ter governadores civis e o que temos, digamos, são três pilares, onde temos a estrutura nacional e a local. Politicamente, não existe nenhuma estrutura intermédia. Gostaria de saber, do ponto de vista da Associação Nacional de Municípios, qual é a solução: se consideram que devemos partir para uma solução de comunidades intermunicipais ou se devemos avançar para uma unidade regional, portanto, a partir das NUT II – NUT II, NUT III, distritos (como é que nós nos organizamos, do ponto de vista da proteção civil).

Segunda questão: faixas primárias e terciárias.

Quais são as competências que consideram que os municípios devem ter nessa matéria? Há, naturalmente, competências, nomeadamente nas faixas primárias, que as autarquias podem fazer, mas não há nenhuma obrigatoriedade. Gostaria de saber se essa é a melhor forma para avançarmos.

Terceira questão: gabinetes técnicos florestais.

Os gabinetes técnicos florestais continuam a ser financiados pelo Fundo Florestal Permanente. Sendo uma competência das câmaras, pergunto qual é a razão para continuarem a ser financiados através do Fundo Florestal Permanente e se isso não deve ser financiado diretamente pelo orçamento dos municípios.

Quarta questão: os postos de vigia.

O Sr. comandante da GNR veio dizer que postos de vigia é matéria que as autarquias fazem melhor do que a GNR e, portanto, eu gostaria de saber se é uma competência que as câmaras podem assumir, isto é, se podem assumir a rede dos postos de vigia a nível nacional.

Creio que do que tinha para perguntar, do que considero essencial, é tudo, uma vez que os meus colegas perguntaram tudo o resto – penso que me ficaria por aqui.

O Sr. *coordenador*: – Não sei quem quer usar primeiro da palavra... Sr.^a Dr.^a Isilda Gomes, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a *Isilda Gomes* (Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses): – Muito boa tarde, Sr. vice-presidente, Srs. deputados, caros colegas: É um prazer, natural-

mente, estar aqui, digamos, nesta conversa, porque é de extrema importância. Quando está em causa a segurança de pessoas e bens, penso que nunca será demais debatermos esta questão e encontrarmos as melhores soluções.

Começando por falar de uma forma genérica, ouvi os Srs. deputados falarem muito em despovoamento e, de facto, é verdade. Lutamos, hoje, com um grande despovoamento, e todos nós sabemos que é assim: um cidadão herda uma parcela de terreno de um familiar seu, mas não pode construir lá nada. Nem sequer pode construir uma habitação para si próprio, o que, naturalmente, leva a que as pessoas abandonem os espaços rurais e se encaminhem em direção às grandes cidades, aos grandes meios urbanos. Essa é, na minha perspectiva, uma das causas e, naturalmente, uma consequência grave para a desertificação.

Como muito bem disseram, a agricultura funcionava como prevenção dos fogos florestais. Hoje, com este défice de cidadãos na zona interior, naturalmente que a situação fica bastante mais complicada.

Falaram também na questão da organização do sistema. Nós temos todas as câmaras, ou a grande maioria das câmaras – diria que, neste momento, há 274 municípios com planos municipais de defesa da floresta contra incêndios aprovados ou em execução; temos, neste momento, criados 262 gabinetes técnicos florestais e, portanto, digamos que as autarquias têm feito aquilo que é possível para darem cumprimento ao que são as suas obrigações. Mas, já agora, deixem-me dizer-lhes que os presidentes de câmara, nós, somos as pessoas mais interessadas em defender as nossas gentes, em defender a nossa riqueza e, portanto, desde que estejam nas nossas competências, assumiremos aquilo que são as nossas obrigações. E a constituição destes grupos, destas estruturas vem, exatamente, dar resposta a estas questões.

Além disso, a execução das redes de faixas de gestão de combustível levanta aqui um problema. Nós temos minifúndio, como todos sabemos, e o que acontece é que a identificação do cidadão é muito complicada porque o cadastro florestal não está feito e, portanto, acho que é uma urgência e as câmaras não têm obrigação de se substituírem àquilo que é uma obrigação do Estado promover, a não ser que para isso sejam mandatadas, como é óbvio.

Mas o que eu gostaria de dizer é que se torna muito difícil para muitos dos nossos concidadãos fazerem esta limpeza. Normalmente, as pessoas que vivem no interior do país são pessoas já com dificuldades, são pessoas já com uma determinada idade e que, portanto, têm dificuldade em cumprir aquilo que a lei lhes impõe nesta matéria.

Obviamente que, muitas vezes, quem se substitui ao cidadão são as próprias autarquias, que apoiam o cidadão na limpeza destas faixas. Mas os meios das autarquias também são limitados e nem sempre conseguem dar esta resposta.

Se calhar, há que encontrar um sistema melhor para corresponder àquilo que são as obrigações dos nossos municípios e os ajudar a cumprir aquilo que está na lei, mas também dar algum suporte às autarquias para o poderem fazer.

Por exemplo, sei que algumas autarquias têm parcerias com algumas associações e estas fazem inventariação e dão, também, apoio nessa área. Mas esses protocolos com as associações impõem, naturalmente, que a própria autarquia tenha de despender mais meios económicos para manter essas parcerias. Esta é uma questão que penso que temos de repensar também.

Quanto à aplicação das coimas, naturalmente que eu, como já fui governadora civil, defendi claramente, também, que os municípios têm alguma dificuldade em fazer a cobrança dessas coimas. Mas penso que era há algum tempo, porque, neste momento, os próprios municípios reconhecem que ou se aplica as coimas e se obriga as pessoas a fazerem essa limpeza ou, então, a nossa floresta continuará em risco, e não é só a floresta, serão os próprios cidadãos que estão em risco. Sei que, de facto, há aí alguns problemas.

Depois, temos também a questão de, normalmente, os cidadãos a quem são aplicadas as coimas serem cidadãos com poucos recursos económicos e a tendência, e obrigação, do presidente de câmara, naturalmente, é também olhar para as questões sociais. Se um cidadão tem dificuldades económicas, se, inclusivamente, um cidadão tem pouco para comer, ser-lhe-á difícil, primeiro, arranjar alguém que faça a limpeza e, segundo, pagar a coima. Daí que, provavelmente, muitas dessas situações não cheguem a ter uma cobrança.

Quanto à monitorização (já passarei a palavra aos meus colegas, porque não quero açambarcar a conversa, como é óbvio), deixem-me dizer-lhes que reputo de muito importante a constituição das ZIF (Zonas de Intervenção Florestal). Penso que as ZIF são uma forma de organização do nosso território. Aquilo que nós, presidentes de câmara, constatamos também (e eu constatei também) é, muitas vezes, a dificuldade em manter as próprias ZIF. Digamos que a parte económica também pesa muito nesta manutenção e, portanto, aqui também temos alguns problemas.

Já agora, deixem-me também falar numa outra situação que tem que ver com a coordenação (já passo a palavra aos meus colegas para completarem).

Quanto aos governadores civis, uma questão que tem sido muito falada, tanto eu como o meu colega fomos governadores civis e, por isso, temos também essa visão, ou seja, desde sempre dissemos que a coordenação política não deve ser feita pela coordenação operacional, pelos operacionais. São áreas completamente distintas e, de facto, a ausência de governadores civis deixou uma lacuna nesta área.

Há que encontrar, muito rapidamente, sejam as CIM (Comunidades Intermunicipais), sejam as NUTS (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas)... penso que esta questão ainda não foi discutida no âmbito da Associação Nacional de Municípios... Já foi? Então, a seguir isso será explicado.

Acho que, de facto, é fundamental e urgente que se encontre uma coordenação política, até para dar, também, apoio à própria operacionalidade de quem está no terreno.

Passo agora a palavra aos meus colegas.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. Dr. Paulo Fonseca.

O Sr. *Paulo Fonseca* (Conselho Diretivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses): – Sr. *coordenador*, Srs. *deputados*, caros *colegas*, de uma forma muito breve, só queria juntar algumas notas àquilo que a minha *colega* disse.

Queria, antes de mais, pedir desculpa por ter chegado um pouco atrasado, mas o trânsito em Lisboa é um pouco mais complicado do que na minha terra,...

Risos.

... daí que o atraso tenha ocorrido. Gostaria também de cumprimentar a delegação da ANA-FRE e deixar duas ou três notas.

Há um problema de fundo estrutural no nosso país que é a profunda diferenciação da nossa realidade em termos de propriedade. Eu diria que do Tejo para sul há um tipo de propriedade e do Tejo para norte há outro tipo de propriedade bem diferente – aliás, profundamente diferente. Se se fala de hectares, falamos de vários hectares do Tejo para baixo; se falamos do Tejo para cima, falamos de metros quadrados, e de muito poucos metros quadrados, nalguns casos.

Logo, à partida, isso introduz uma disfunção no sistema, uma vez que a lei, que deve ser geral e abstrata (toda a norma deve ser geral e abstrata), tem uma aplicação, desde logo, para duas realidades diferentes, ou mais do que isso, como sabem.

Na área do minifúndio, diria que, hoje, temos um problema entre mãos. Aquilo que a Dr.^a Isilda Gomes disse é absolutamente verdade, há um problema de propriedade por via da herança, etc., mas há, até, a questão do cadastro, que é uma das prioridades, do meu ponto de vista, para que este problema se resolva. Mas iria um pouco mais longe até, pois acho que hoje a propriedade, nesses casos, se transformou num fardo para as famílias.

Se a legislação – mais aperfeiçoada ou menos aperfeiçoada – que se refere às limpezas de matos, por exemplo, for clara e aplicada, obviamente que estamos a contribuir para um profundo problema de natureza humanitária no terreno. A propriedade é um fardo. Se aplicarmos uma coima de 300 € a um determinado proprietário porque não mantém limpa uma propriedade de 500 m², naturalmente que este é um problema disfuncional que deve ser levado em consideração.

Por isso, o que digo é que é preciso criar uma clarificação da legislação, da forma como é aplicada e é preciso inventariar diagnósticos no terreno a propósito das lacunas que existem. Por exemplo, temos um conjunto de municípios onde existem brigadas de sapadores florestais operacionais no terreno que, de alguma forma, com uma intervenção pública liderada pelos municípios, no caso em apreço, vão contribuindo para manter uma defesa minimamente ativa, capaz de responder ao sinistro quando ele ocorre.

Acontece que há um outro vasto conjunto de municípios que não tem brigadas de sapadores florestais. Por exemplo, no meu município, há três anos que está aprovada, pelo Ministério da Agricultura, a criação de uma brigada de sapadores florestais e há três anos que está na gaveta... Portanto, isto não pode acontecer de forma alguma, porque não temos condições para exigir ao tal proprietário de 500 m² de área florestal que a mantenha limpa, se ela não lhe é rentável, se se transformou num fardo, se ele não tem condições e se o próprio município não tem o equipamento necessário para se substituir ao proprietário.

Aliás, como sabemos, isto deriva da lei e pode ser aplicado por analogia noutras circunstâncias. Por exemplo, quando algum cidadão infrator, em determinada área, não faz uma demolição de um muro que está em risco de queda, o município substitui-se ao infrator e, depois, aplica a inerente despesa, transferindo-a para o respetivo infrator.

Por isso, gostaria de chamar a atenção para esse aspeto. Perguntar-me-ão como é que se resolve o problema. Resolve-se, em primeiro lugar, com uma filosofia de simplificação.

Em segundo lugar, o modelo das zonas de intervenção florestal parece-me minimamente adequado, contudo excessivamente burocratizado. Se a lei, em Portugal, impõe que, num

prédio de 20 andares, exista um condomínio organizado, a lei também impõe que, num prédio de três andares, exista um condomínio organizado. Sendo as ZIF um modelo analógico de um condomínio florestal, por que razão é que é preciso que haja 1000 ha, e, agora, 750 ha, para se constituir uma ZIF? É preciso simplificar as questões.

Sou daqueles que acreditam profundamente, com convicção, na rentabilidade potencial da floresta. Ora, não podemos, por um lado, publicar uma legislação que pode transformar o país num grande eucaliptal, porque sugere o deferimento tácito, por exemplo, quando é solicitado um licenciamento ao Instituto de Conservação da Natureza (até há poucos dias eram os municípios que licenciavam) e, por outro lado, impor um conjunto de burocracias ao nível da criação de uma zona de intervenção florestal.

Se me permitem mais uma nota, quanto à questão da tutela operacional no terreno foi aqui dito, e bem, que existe a Autoridade Nacional da Proteção Civil, que tutela os comandantes em cascata até chegar aos corpos de bombeiros no terreno.

Também foi dito que a organização de bombeiros/proteção civil em cada um dos municípios diverge. Há um município neste país que, ainda há pouco tempo, tinha cinco ou seis corpos de bombeiros diferentes. É extremamente difícil que, no terreno, sendo o presidente da câmara o responsável máximo da proteção civil, este não tenha qualquer tutela sobre estas estruturas e, ao mesmo tempo, tenha de as financiar, na esmagadora maioria do financiamento.

Portanto, há aqui um conjunto de disfunções que devem ser levadas em conta.

Independentemente da concordância ou da opinião pessoal de cada um de nós, devemos uniformizar o modo de atuar perante cada uma das circunstâncias. Se o país evoluiu, aliás muito recentemente, para um reforço da organização regional ao nível das NUTS III, parece-me da mais elementar lógica que possamos também aí valorizar cada um dos municípios, mas organizar a capacidade de resposta territorial operacional.

Sendo presidente da câmara e o principal responsável pela proteção civil, no teatro de operações, no meio de um sinistro, não posso servir só para garantir que toda a gente vai jantar naquele dia. Tenho de garantir muito mais do que isso. Não posso ser aquele que passa a coima que alguém decidiu passar aqui mas se esqueceu de passar acolá e também não posso ficar submetido a uma leitura de que «bom, nós passamos uma série de coimas mas, depois, eles não as concretizam».

É preciso sentarmo-nos à mesa e pensarmos no problema de uma forma consequente, ouvirmo-nos uns aos outros e garantirmos que há, de facto, capacidade para respondermos no terreno. Com franqueza, acho que não temos, hoje, capacidade de eficácia ideal para combatermos no terreno.

Por exemplo, para terem uma ideia, ainda hoje estive a programar o plano de apoio aos bombeiros do meu concelho, e nós vamos atribuir uma verba pública de grande dimensão para que eles possam funcionar. Mas não posso dizer-lhes que preciso da sua autoescada para ir reparar um problema de intervenção municipal, isto é, pública. Não tenho tutela sobre isso.

Como é que eu posso obrigar os bombeiros do meu concelho – como “contrapartida” (entre aspas) do financiamento que o município lhes dá – a frequentar ações de formação que os valorizem e os tornem mais competentes e mais capazes de resolver cada um dos problemas?

Porventura, se houver um acidente com uma viatura que transporta um ácido qualquer esquisito pelo país fora, temos ideia de como o abordar? Deixo esta pergunta no ar.

O Sr. *coordenador*: – Dou a palavra ao Sr. Dr. Rui Solheiro.

O Sr. *Rui Solheiro* (secretário-geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses): – Sr. *coordenador*, Srs. *deputados*, permitam-me cumprimentá-los a todos.

Gostaria de deixar duas ou três notas que têm muito que ver com a forma de olhar para a floresta e para este problema de prevenção contra os incêndios florestais. Julgo que se está a olhar mal, vê-se de cima para baixo, em termos nacionais e locais, olhando apenas praticamente para a dimensão municipal, quando me parece que este é um problema que tem de ser visto de uma forma mais sub-regional. Isto encaixa, digamos assim, no novo papel do associativismo municipal, as comunidades intermunicipais.

Aliás, quando vemos quem está no terreno com os baldios, os privados, a organização à volta das ZIF, vemos que tudo isto opera, mas de uma forma descoordenada.

Também não podemos estar dependentes de que haja um território enorme de floresta que acaba em privados, organizados ou não, e a seguir começa um território de uma junta de freguesia que está a representar os baldios e tem, eventualmente, uma opinião diferente. A seguir, confrontamo-nos com mais um terreno que já não é gerido pela junta de freguesia mas pela comissão de compartes. Num terreno dedicam-se à limpeza, à manutenção e à defesa da floresta e, no outro ao lado, porque não estão sensibilizados ou dinamizados, não se liga àquilo, etc. E quem é que põe isto a funcionar, quem é que coordena e define, até, as políticas florestais, quais as espécies a utilizar, etc.?

Estamos a assistir a esse espetáculo degradante de, todos os anos, vemos os nossos pinhais a serem destruídos pelos fogos e sentimo-nos um bocado impotentes para resolver esta situação, porque tornam a plantar-se pinheiros e daqui a uns aninhos eles estão outra vez a ser destruídos pelo fogo.

Já ouvi vários especialistas nestas matérias que dizem que, muito provavelmente, a forma como se deve florestar não é a que estamos a utilizar, nomeadamente utilizando espécies diferentes – aliás, algumas até funcionam como porta fogos das próprias espécies...

Bom, acho que não se está a olhar para a floresta com a atenção que ela merece e para a riqueza nacional que ela pode fomentar, o que, infelizmente, não tem sido feito, pois a floresta tem sido bastante desperdiçada.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses já propôs ao Governo anterior e a este – e repetiu à Sr.^a ministra da Agricultura há cerca de 15 dias – que as CIM (Comunidades Intermunicipais) deviam entrar neste processo como entidades que coordenam esta atividade a nível dos municípios, pois estas são entidades que, porque estão no terreno, podem dialogar com os representantes dos terrenos, sejam eles baldios, privados ou de outra natureza, e são entidades que envolvem até os agentes económicos que atuam na área da floresta na própria região e que podem compatibilizar isso com formas de exploração que contribuem, por exemplo com a produção de energia, para a limpeza das próprias florestas.

Portanto, pode haver aqui uma política sub-regional integrada, naturalmente respeitando a grande orientação nacional, que tem de existir, e nada melhor do que as CIM, que estão ali no terreno, que agregam todos os municípios e que dão dimensão. Bom, provavelmente, haverá CIM que não terão esta vocação, porque o seu território não é muito florestado, mas há muitas que têm muita vocação para isto.

Dizia eu que propusemos isto ao Governo anterior e começámos até a trabalhar com uma comissão mista para a contratualização de competências com as CIM; propusemos também ao atual Governo, através do então secretário de Estado, Eng.º Daniel Campelo, e começámos a trabalhar, mas ele entretanto saiu do Governo; e reafirmámo-lo à Sr.ª ministra da Agricultura, há 15 dias, numa reunião que tivemos, sendo que, pareceu-me, ela achou que esta poderia ser uma boa ideia para se avançar.

Nós admitimos que isto não possa ser tudo feito de uma vez; mas que se faça! O caminho faz-se caminhando...! Aliás, admitimos que se faça um protocolo-tipo com duas ou três CIM, que se comece a implementar isso no terreno e que se vá acompanhando e monitorizando o funcionamento para, depois, fazer disto, ou não, ou ir reorientando, mas teremos de fazer disto uma opção nacional.

Julgo que a nível de organização da floresta, até mesmo na área da coordenação do combate aos incêndios, na área da proteção civil, desde que desapareceu a figura do governador civil, há, de facto, numa descoordenação total – aliás, todos os autarcas sentem isto e eu deixei de ser autarca há três meses, portanto ainda tenho a memória fresca a esse nível!...

Então, acho que também aqui, até porque a dimensão das CIM não coincide com a dos distritos, a não ser no distrito de Faro e no de Viana do Castelo, sendo que no resto do país há uma média de duas CIM por cada distrito, justificar-se-ia uma federação de CIM ou até as CIM cada uma individualmente, porque não é uma dimensão tão pequena, digamos assim, transferindo-se-lhes competências na área do combate aos incêndios e na área da proteção civil.

De facto, as CIM são a única instituição que são uma associação de municípios de fins gerais e de direito público, que representam todos os municípios da sua sub-região, que têm uma visão global do que pretende para a região em termos de desenvolvimento económico e social e a floresta tem, em algumas regiões, uma importância determinante no futuro dessas regiões e no combate à desertificação humana, tal como o Sr. deputado do PCP referiu.

Portanto, ou nós alteramos as políticas na agricultura, nas florestas e nos recursos naturais, neste tipo de coisas, e isto só se altera se pusermos os agentes locais a intervir, ou então... E eu julgo que aqui o papel de coordenação principal poderá e deverá ser das CIM.

Gostaria, ainda, de deixar uma nota sobre os planos de emergência de proteção civil, que foram aqui referidos, quer pelo Sr. deputado do PS, quer pelo Sr. deputado do PSD.

Não é verdade que estes planos não estejam a andar nos municípios; antes pelo contrário, neste momento, estão a andar cerca de 200 planos de emergência na Autoridade Nacional de Proteção Civil para serem homologados.

Como sabem, em 2008, saiu um conjunto de diretrizes que obrigaram à revisão desses planos. Ora, esse trabalho está feito mas, infelizmente, como muitas destas coisas, quando veio para a Autoridade Nacional encravou – e aqui está um exemplo e era bom que desencravasse e se os Srs. deputados cada um na sua área de influência nos pudesse ajudar nisto para nós

era importante, porque são cerca de 200 planos de emergência que estão a aguardar homologação.

Uma nota final: quando falámos nas comissões municipais de defesa, nos gabinetes técnicos florestais, nos sapadores e nas equipas de intervenção permanente, estamos a falar de uma despesa anual – e este não é um número qualquer foi um estudo que a associação solicitou ao Instituto Politécnico de Leiria – de 200 milhões de euros em proteção civil por parte dos municípios.

Portanto, é muito dinheiro! Aliás, com a situação que o país atravessa – e os municípios não são exceção –, é um grande esforço financeiro que os municípios fazem e, às vezes, é um desperdício por falta de coordenação, por falta de nos organizarmos melhor, por não dar competências a quem as deve ter, por, neste caso concreto, não descentralizar... É que, é daquelas coisas em que dizemos: está-se mesmo a ver, permitam-me a expressão, que isto funciona muito melhor numa associação de municípios (chame-se-lhe o nome que quiserem), que tem determinado território com um conjunto de características, neste caso a área florestal para ser gerida, como *pivot*, envolvendo todos os outros agentes do território, do que funciona do Terreiro do Paço, com todo o respeito que nos merece quem está a ocupar funções no Terreiro do Paço.

Eram só estas notas que vos queria deixar.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. representante da ANAFRE, Dr. Francisco Jesus.

O Sr. *Francisco Jesus* (representante da ANAFRE): – Sr. coordenador e Srs. deputados, agradeço o convite feito à ANAFRE para estarmos aqui.

Quero dizer, como nota prévia, que não conseguimos representar-nos em maior número dado que houve um ato eleitoral recente da ANAFRE e o convite chegou-nos em vésperas da realização do nosso congresso, mas fizemos os possíveis para estar presente e representados.

Assim, vou tentar, dentro do quadro global das questões mais dirigidas sobretudo às freguesias, deixar aqui algumas notas, sem prejuízo de, se o grupo de trabalho assim o entender, podermos fazer chegar um documento escrito com uma particularidade que foi colocada pelo deputado Abel Baptista, nomeadamente no que respeita aos baldios, onde já temos um conjunto de pareceres que fizemos quer sobre a legislação que os regula e que nos remete para um conjunto de preocupações...

O Sr. *coordenador*: – Sim, agradecemos.

Se tiver um documento escrito sobre esta matéria e se o poder enviar agradecemos.

O Sr. *Francisco Jesus*: – Sr. coordenador, então, assumimos o compromisso de fazer chegar a este grupo de trabalho uma nota escrita não só sobre a questão dos baldios como também sobre a que nos traz aqui hoje e que tem que ver com os incêndios florestais.

Certamente que os colegas dos municípios com atribuições nesta matéria manifestaram aqui um conjunto muito significativo de preocupações, mas a verdade é que, tendo em conta a recente legislação de 2013, se percorrermos essa legislação, em termos de atribuições e com-

petências, sem prejuízo de, nas atribuições das freguesias, vir referida matéria de proteção civil e de proteção na comunidade, a verdade é que no capítulo das competências encontramos quase nada.

Porque, na verdade, não há aqui, à exceção de se dizer «colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe...» – alínea y) do artigo 16.º das competências das juntas de freguesia – e «competência própria do presidente em presidir à unidade local de proteção civil», no quadro legal de competências das freguesias nada definido em matéria de proteção civil ou de proteção específica de prevenção de incêndios.

Uma das questões que já aqui foi afluída, e que registamos com agrado, tem que ver com o facto de haver a perceção – e é bom que esta casa também tenha essa perceção – de que os eleitos de freguesias, não só os presidentes mas o conjunto dos eleitos, são os primeiros a serem chamados para a resolução desses problemas, sobretudo em povoações que ficam mais longe das sedes de concelho.

Mas a verdade é que isto não é compatível, na minha opinião e na da ANAFRE, nomeadamente com a recente reorganização administrativa, tendo em conta que só 10% dos eleitos de freguesia – e penso que isto já foi referido várias vezes nesta casa – estão em regime de permanência ou de meio tempo, ou seja, todos os restantes são pessoas que trabalham noutros locais e que nas suas horas livres ocupam os lugares de autarcas de freguesia.

Assim, o que vem a acontecer com esta reorganização administrativa, sem prejuízo da extinção ou de agregação de freguesias, foi a perda de milhares de voluntários que podiam preocupar-se com esta problemática e com a resolução destes problemas de proximidade onde está incluída esta matéria de intervenção e de prevenção dos incêndios.

Se esta questão não deixa de ser preocupante também é verdade que no quadro das freguesias – e indo ao encontro das palavras da Sr.ª deputada Isabel Oneto – relativamente ao financiamento de algumas corporações de bombeiros e tendo em conta a sua estrutura de receitas, muitas das vezes, até por dificuldades dos próprios bombeiros em cada um dos concelhos, existe, obviamente, dentro das limitações que cada freguesia tem, uma comparticipação. Aliás, se tivermos o cuidado de percorrer os orçamentos das freguesias veremos, em milhares de casos, financiamentos, obviamente em valores muito inferiores ao dos municípios, destinados sobretudo à aquisição de equipamento, à aquisição das ambulâncias, em material de prevenção. Portanto, também aqui há um papel preponderante nesse apoio aos bombeiros voluntários ou aos bombeiros sapadores.

Sobre a questão dos meios – e o Sr. deputado Maurício Marques falou há pouco sobre a questão dos *kits* de prevenção – é verdade que, em 2007, houve um programa de financiamento de 8000 € por cada *kit* de intervenção rápida, de primeira intervenção, a que as freguesias se puderam candidatar. Efetivamente da verba disponível na altura, cerca de 8 milhões, houve muito que ficou por... Houve muito poucas candidaturas relativamente ao conjunto a verba disponível, e porquê? Justamente por aquilo que foi referido pelo Sr. deputado, ou seja, o que era financiado era um *kit* que tem um depósito, a mangueira de intervenção, tem pequenos materiais para a primeira intervenção rápida, mas depois as freguesias ou precisam de uma viatura ou precisam de um atrelado para juntar a uma viatura que faça um outro serviço

e isso na maioria dos casos não aconteceu. Só aquelas freguesias que, efetivamente, tinham meios para o fazer é que, eventualmente... E houve relatos – aliás, penso que foi em Viseu que durante o verão passado houve o relato de um pequeno incêndio em que foi a própria junta de freguesia com esse meio que conseguiu rapidamente resolver o problema.

Agora, a verdade é que as freguesias não têm meios! E se juntarmos esta reorganização administrativa a esta perda de milhares de voluntários, que também neste campo seriam essenciais no âmbito do trabalho de proximidade, e a uma outra reforma, nomeadamente das finanças locais com a redução de 2,5% para 2% da participação das freguesias nos impostos do Estado, rapidamente percebemos que as freguesias pouco ou nada conseguem fazer para além das suas estritas competências previstas na lei. Aliás, muitas das vezes, aquilo que fazem a mais é fruto da sua criatividade, do seu voluntariado, dos seus eleitos.

Já agora, gostaria de dizer que as unidades locais de proteção civil, embora estejam previstas na lei... Eu já faço parte do conselho diretivo da ANAFRE há quatro anos, voltei agora a ser eleito, e não conheço ainda nenhuma freguesia que tenha a funcionar uma unidade local de proteção civil. Não conheço! Não quer dizer que não exista, mas não conheço!

Isto prende-se com a questão dos meios, pelo que é preciso que também esta casa perceba o que é uma freguesia. Assim, uma freguesia que não tem eleitos em regime de permanência, em muitos dos casos nos sítios e nos locais onde faz mais falta essa unidade local de proteção civil, sobretudo em zonas do interior, é onde a freguesia tem apenas um eleito que não está em regime de permanência, onde tem, eventualmente, um funcionário operacional que faz de tudo um pouco e, quanto muito, um funcionário administrativo. Quanto muito...!

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Mas a existência da unidade implica também a transferência de competência e de meios!

O Sr. Francisco Jesus: – Ora aí está!

Essa era a questão com que eu queria terminar, corroborando, aliás, a opinião aqui expressa pelos municípios: nesta matéria, e é o repto que podemos deixar enquanto Associação Nacional de Freguesias – acho que as freguesias estão disponíveis para uma clarificação e receção de competências.

Julgo que há um modelo, que tem sido praticado noutras circunstâncias, que não é o modelo que nos parece viável, que são os protocolos, mas penso que esta matéria tem de ser clarificada de vez numa política integrada, corroborando as palavras do secretário-geral da Associação de Municípios, com diversos patamares administrativos, desde a administração central até à administração local, passando pelas freguesias e com patamar intermédio, mas que venha clarificada em lei qual é a responsabilidade de cada um e quais são os meios efetivos para a assunção desses compromissos.

Portanto, penso que é isto que podemos dar como contributo: disponibilidade das freguesias: Mas, efetivamente, com os cortes que temos tido não nos peçam mais intervenção, porque é difícil.

Para terminar, abordarei uma outra questão – e penso que os colegas da Associação Nacional de Municípios vão corroborar aquilo que vou dizer.

Falou-se há pouco da questão dos caminhos florestais e dos caminhos vicinais, etc. Na nova legislação (o anexo da lei n.º 75/2013), uma das alíneas, acerca de competências próprias das freguesias, diz o seguinte: «Proceder à manutenção e conservação de caminhos, – chamo a atenção para esta vírgula – (...) arruamentos e pavimentos pedonais». A questão é se são caminhos, ou se são caminhos pedonais, porque a frase, obviamente, continua. Assim, gostava que os Srs. deputados desta casa me pudessem esclarecer porque, efetivamente, não consigo perceber, nem a ANAFRE nem a Associação de Municípios conseguem perceber, a abrangência deste artigo de competência própria das freguesias.

Esta é uma dificuldade que temos. Gostaria de dizer, desde já, à partida, que se forem caminhos florestais muito dificilmente, na grande maioria das freguesias, sem apoio dos municípios, a verdade é que é impossível fazer todo este trabalho, partindo do pressuposto (isto penso que os municípios, certamente, poderão corroborar) que, muitas vezes, no patamar acima da administração, com os meios financeiros adequados, se consegue, eventualmente, fazer um trabalho mais rentável e mais sustentado.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Mas a unidade local implica também a transferência de competências e meios...

O Sr. *Francisco Jesus*: – Foi intencional...

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – A vírgula foi a Imprensa Nacional que acrescentou.

Risos.

O Sr. *Francisco Jesus*: – Mas isso tem de ser clarificado.

O Sr. *coordenador*: – Pode acontecer.

A Dr.^a *Isilda Gomes* queria ainda acrescentar qualquer coisa. Faça favor.

A Sr.^a *Isilda Gomes*: – Sr. *coordenador*, antes de mais, queria informar os Srs. deputados de que a própria ANMP já fez uma proposta concreta relativamente aos baldios, através de um grupo de trabalho denominado «Valorização dos territórios comunitários», criado no âmbito da Secretaria de Estado das Florestas, que podemos enviar para cá.

O Sr. *coordenador*: – Isso é que eu agradecia.

A Sr.^a *Isilda Gomes*: – Apenas como complemento, queria dizer que está na posse da ANMP – e, aliás o Sr. deputado Miguel Freitas falou nisso – uma retirada do apoio ao funcionamento das equipas de sapedores florestais. É bom que se diga que, naturalmente, da forma como os municípios estão exauridos, provavelmente, elas deixarão de funcionar na maior parte dos municípios, se não houver a componente financeira para as apoiar. Por isso, é preciso, também aqui, termos algum cuidado.

Depois, acho que o que é prioritário é sentarmo-nos e revermos a legislação de alto a baixo e saber o que compete a quem e como assumir essas responsabilidades. O que me parece é que, hoje, a legislação é tão dispersa, tão densa, tão impercetível, que nós próprios temos uma grande dificuldade em perceber até onde vamos e onde é que temos de deixar de ir.

Aí, naturalmente, corroboro aquilo que foi dito, porque as CIM são, de facto, um patamar de apoio extraordinário, até porque, deixem-me dizer-vos, esta situação tem de ser vista de uma forma supramunicipal. O fogo não conhece fronteiras, os problemas na área da proteção civil não têm fronteiras, saltando de um município para o outro. Portanto, penso que temos de trabalhar de uma forma coordenada mas, sobretudo, de uma forma estruturada.

Relativamente a uma outra questão que foi colocada, a dos postos de vigia, já sabíamos – aliás, já se notava, há uns anos – que a GNR queria abandonar esta sua competência. Naturalmente, para os municípios, há aqui duas questões que são muito claras e que queremos colocar aqui.

Em primeiro lugar, tem de ser encontrada uma forma de o próprio município poder ir buscar esses recursos humanos, contratá-los, porque, como sabem, hoje a contratação de recursos humanos para os municípios é praticamente inexistente. Portanto, é preciso excecionar, como já se excecionaram outros tipos de contratações. Agora, naturalmente que, se isto passar para as autarquias, tem de ir acompanhado do respetivo envelope financeiro, porque as autarquias não podem continuar a assumir as responsabilidades do poder central sem que lhes seja dado o financiamento respetivo.

Em segundo lugar, em relação à taxa municipal de proteção civil, posso falar pelo meu município. No meu município, naturalmente, não temos dinheiro mas entendo que as associações humanitárias de bombeiros voluntários não têm de andar de mão estendida. Não têm! Acho que é uma obrigação de todos nós darmos o nosso contributo para a sua sustentabilidade económica. Por isso, quando se fala de proteção civil, estamos a falar de uma coisa muito séria e, Sr. coordenador, Srs. deputados, já instituí a taxa. Aliás, ela já tinha sido aprovada pelo executivo anterior – só fui eleita nas recentes eleições –, faltava alguma regulamentação, já foi regulamentada e, portanto, ela vai ser instituída e cobrada a partir do mês de setembro.

Entendo que nos dá muito mais segurança a nós, no âmbito de toda a proteção civil, e também mais segurança aos próprios bombeiros, na área da formação, do equipamento, etc. Por exemplo, no Algarve, tivemos de recorrer a fundos comunitários para fazer o reequipamento dos bombeiros.

Este é um bom exemplo, porque já foi a AMAL (Associação de Municípios do Algarve) que assumiu a liderança desse processo. A AMAL, conjuntamente com a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e com o comandante operacional distrital, fez um levantamento dos equipamentos que eram necessários e apresentou-se uma candidatura global distrital, obviamente, com a comparticipação das autarquias, cada uma comprometendo-se com a componente nacional.

Portanto, é muito importante que consigamos, sobretudo, estruturar aquilo que é a proteção civil, saber o que compete a quem, como é que vai ser feito e com que meios, porque os cidadãos estão a contribuir, os municípios estão a contribuir, o poder central está a contribuir, isto é, toda a gente está a contribuir mas, se calhar, não temos a eficácia que poderíamos ter

se fosse devidamente estruturada, desde cima até abaixo. Acho que há que repensar toda a legislação na área da proteção civil.

Quanto aos comandantes operacionais municipais, acho que sim, para já, tendo em conta, inclusivamente, aquele défice de intervenção do próprio presidente da câmara. Neste momento, penso que o comandante operacional municipal ainda é um apoio, um suporte que o presidente tem, sendo que, lá está, é mais um gasto, é mais uma despesa para o município. Não temos a menor dúvida.

O Sr. Maurício Marques (PSD): – (Por não ter falado ao microfone não foi possível transcrever as palavras do orador.)

A Sr.ª Isilda Gomes: – Portimão também tem.

O Sr. Maurício Marques (PSD): – Mas a maior parte dos municípios não tem.

A Sr.ª Isilda Gomes: – Não sei se será a maior parte. Nós já todos temos.

O Sr. coordenador: – Não sei se querem acrescentar mais alguma coisa ou se os Srs. deputados querem colocar mais alguma questão.

Muito obrigado pelo vosso contributo e renovo o meu pedido de textos relacionados com estas matérias que nos possam disponibilizar.

Queria aproveitar ainda, atendendo às mudanças relativamente recentes, em particular, na ANAFRE mas também na Associação Nacional de Municípios, para desejar as maiores as felicidades aos novos órgãos que estão já em funções.

Dou por encerrada a nossa reunião.

Eram 19 horas e 22 minutos.

AUDIÇÃO

PROF. DOUTOR DOMINGOS XAVIER VIEGAS

(Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais)

DR. MIGUEL ALMEIDA E ENG.º LUÍS RIBEIRO

(Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais)

ENG.ºS ORLANDO ORMAZÁBAL e JOÃO LÉ

Respetivamente, diretor-executivo e administrador da AFOCELCA

12 DE FEVEREIRO DE 2014

(1.ª AUDIÇÃO)

A Sr.ª coordenadora (*Teresa Caeiro*): – Srs. deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Penso que, para o grupo de trabalho, e também, certamente, para os nossos convidados, talvez tenha sido alguma surpresa não estar aqui o Sr. vice-presidente Guilherme Silva, a coordenar os trabalhos, mas ele teve um imprevisto incontornável, pelo que me pediu para o substituir, pedido a que acedi com todo o gosto.

Vou tentar, na medida do possível, estar à altura da sua direção deste grupo de trabalho, que, como saberão, surgiu na sequência de uma deliberação da Conferência de Líderes, em setembro do ano passado, por iniciativa da Sr.ª presidente da Assembleia da República, no sentido de aproveitarmos os meses de inverno para debater em profundidade, com toda a transparência e serenidade, a questão dos incêndios florestais e a tão complexa realidade em torno deste flagelo que, infelizmente, todos os anos acaba por assolar o nosso país.

O grupo de trabalho tem vindo a reunir regularmente, procedendo a audições de personalidades e individualidades de reconhecido mérito, como é o caso de VV. Ex.^{as}, a quem, mais uma vez, em nome de todo o grupo de trabalho e do Parlamento e, certamente, em nome da Sr.ª presidente da Assembleia da República, aproveito para agradecer a disponibilidade e o verdadeiro ato de cidadania que é colaborar com o Parlamento na tentativa de chegarmos a conclusões sobre o porquê e às respostas que poderão ser dadas a esta problemática.

Está estabelecido um prazo de 120 dias para a conclusão dos trabalhos, pelo que temos de manter esta cadênciã.

Sem mais delongas, sei que o Sr. Prof. doutor Domingos Xavier Viegas trouxe-nos uma apresentação em *PowerPoint*, pelo que sugiro que comecemos por essa apresentação e, depois, sim, cada grupo parlamentar terá oportunidade de colocar as questões que entender, por

um período de 5 minutos, como tem sido regra, após o que o Sr. Prof. Domingos Xavier, o Dr. Miguel Almeida e o Eng.º Luís Ribeiro terão oportunidade de responder.

Não havendo objeções, tem, então, a palavra o Sr. Prof. doutor Domingos Xavier Viegas, a quem, mais uma vez, agradeço.

O Sr. Prof. doutor *Domingos Xavier Viegas* (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais): – Sr.ª coordenadora, Srs. deputados, antes de mais, os meus cumprimentos.

Como me propus, e a Sr.ª vice-presidente acabou de referir, vou fazer uma breve apresentação em *PowerPoint* sobre a nossa visão relativamente a esta matéria do pilar do combate.

Farei uma breve introdução e, depois, referir-me-ei ao nosso relatório dos incêndios de 2013 e apresentarei um conjunto de conclusões e recomendações que derivam desse relatório.

Estou aqui a falar em nome de uma equipa de investigação e fiz-me acompanhar hoje pelos meus colegas, Dr. Miguel Almeida e Eng.º Luís Mário Ribeiro, que são coautores principais deste relatório, razão pela qual lhes pedi para me acompanharem.

Todos sabem que a nossa equipa está a trabalhar nesta temática desde 1985, sobretudo na vertente do comportamento do fogo e da segurança.

Temos sido chamados pelo Governo para colaborar na análise do problema e em algumas situações concretas.

Em 2012, como é do vosso conhecimento, estudámos o grande incêndio de Tavira/São Brás de Alportel e registámos com agrado que algumas das recomendações que fizemos nesse estudo foram bem acolhidas pelos serviços e muitas delas até suscitaram melhorias no sistema. Por isso, foi com satisfação que aceitámos, em 2013, o convite que nos foi feito para estudarmos os incêndios de Alfândega da Fé e do Caramulo e os acidentes mortais que ocorreram.

Como sabem, o relatório de 2013 tem duas partes, a primeira das quais incide sobre os dois grandes incêndios e a segunda refere-se aos acidentes com vítimas mortais. O Governo decidiu tornar pública a primeira parte, mas está ainda reservada a segunda, que irá ser divulgada, esperamos, em breve, pelo que, nesta intervenção, se nos permitem, vamos cingir-nos, sobretudo, à primeira parte.

Vou prevalecer-me do facto de que já deixei aqui ficar, noutras ocasiões, aquele que é o nosso pensamento sobre o problema dos incêndios florestais, pelo que vou incidir, especialmente, sobre as coisas que surgiram de novo no estudo destes problemas de 2013.

Entrando diretamente numa breve análise de cada um dos dois grandes incêndios, irei só recordar alguns pontos que, depois, ajudam a fundamentar as conclusões que retiramos e aquilo que propomos.

O incêndio de Picões, em Alfândega da Fé, foi, de facto, o maior que ocorreu este ano no país (*slide 8*). A área ardida foi de 14 000 e poucos hectares, ocorreu entre 8 e 12 de julho de 2013 e o seu desenvolvimento está indicado no mapa do diapositivo seguinte (*slide 9*) que figura na apresentação, assim como estão também representadas a orografia e as terras que estiveram mais ou menos envolvidas, em termos de propagação do fogo (*slide 10*).

Temos, ainda, a representação da hidrografia, ou seja, da proximidade de cursos de água, de pontos de tomada de água (*slide 11*), o que nos permite verificar que, na área ardida propriamente dita, não havia, de facto, muitos pontos de água.

Relativamente aos corpos de bombeiros em relação à envolvente do incêndio, pudemos perceber que havia um certo vazio na proximidade imediata do incêndio.

Se olharmos para as áreas ardidas nos últimos 30 a 35 anos (*slide 12*), verificamos que uma boa parte da área percorrida por este incêndio não ardeu durante os últimos anos e, portanto, havia muito combustível disponível para arder, o que agravou também um pouco a situação.

Em matéria de declives, também tínhamos zonas com declives elevados, como se pode ver no mapa seguinte da nossa apresentação (*slide 13*), onde a área a vermelho representa terrenos com declives médios superiores a 45%. Isto não quer dizer que não houvesse declives desta ordem noutras zonas, mas, na área ardida, esta é a média de declives importantes.

Quanto à gestão de combustíveis, que é um tema de que temos falado, verificou-se que havia uma faixa de tratamento de combustíveis nesta zona, da REN e da EDP, mas não completa.

A progressão do incêndio foi analisada com muito detalhe pela nossa equipa. Estivemos no terreno e conseguimos reconstruir a evolução do fogo com bastante detalhe, baseados em muitos elementos. Apenas uma breve análise: o incêndio deflagrou no dia 8 de julho, cerca das 14 horas, e foi extinto pelas 20 horas (*slide 16*). No final do primeiro dia, tinham ardido 180 ha e, portanto, tratava-se de um relativamente pequeno incêndio, enfim, não muito pequeno, mas de um pequeno incêndio.

No dia seguinte, cerca das 14 horas, houve um reacendimento e foi este que deu origem ao grande incêndio, porque, com um vento muito forte, o fogo progrediu ao longo do vale do rio, de oeste para leste, e veio a determinar a grande área ardida que conhecemos (*slide 17*). Pelo meio, houve situações bastante dramáticas, como o caso das projeções de material incandescente e o envolvimento da aldeia de quinta das Quebradas, que foi apanhada no pior do incêndio e a sua defesa foi um caso bastante sério (*slide 18*).

No final desse dia, houve uma acalmia, mas, no dia seguinte, de manhã, houve uma rotação do vento e um flanco que, em parte, não estava, digamos, completamente suprimido, começou a propagar-se para sul (*slide 19*). Antes, tínhamos cerca de 10 000 ha de área ardida e, desta propagação para sul, resultaram mais 7000 ou 8000 ha (*slide 21*).

Identificamos neste incêndio três momentos-chave, o primeiro dos quais foi o do reacendimento, no segundo dia, que, como vimos, deu origem, depois, ao grande incêndio (*slide 22*).

O segundo momento foi o da defesa de quinta das Quebradas, a aldeia que foi apanhada num momento muito violento do incêndio.

O terceiro momento, em nossa opinião, ocorreu no dia 10, com a mudança de direção do vento, a falta de antecipação dessa situação e a reação um pouco tardia, o que deu origem, de facto, a estas situações.

Depois, temos outras situações determinantes, como também já referi, designadamente: a existência de quintas e lugares; a falta de cultura de autoproteção das populações, através de medidas de ação preventiva; a gestão de combustíveis na área afetada pelo incêndio era incipiente; a rede de pontos de água era diminuta, como tive ocasião de referir (*slides 23 e 24*).

Pareceu-nos também que, ao longo deste incêndio, o empenhamento das autarquias não foi o suficiente e continua a existir falta de previsão antecipada do comportamento do fogo (*slide 25*).

Passando para o incêndio do Caramulo, que, na realidade, foram três incêndios – chamamos-lhe incêndio do Caramulo, mas foram três incêndios que se juntaram –, também os analisámos com bastante detalhe (*slide 26*). Dois destes incêndios tiveram uma origem praticamente comum, mas, depois, divergiram.

Em relação a este incêndio, fizemos uma análise semelhante, como podem ver na apresentação (*slide 27*), ou seja, podem ver a localização dos pontos de água, que, neste caso, eram bastante abundantes, mesmo na zona do incêndio, as povoações e a rede viária, que era bastante densa.

Temos um mapa (*slide 29*) que mostra os incêndios ocorridos no passado e onde podemos ver que, nos últimos 25 a 30 anos, praticamente também não houve incêndios em boa parte da zona atingida.

Trata-se de uma zona com declives também muito acentuados e chamo a atenção de que a zona de maiores declives foi aquela onde ocorreram os dois acidentes com quatro mortes.

Temos também um mapa de ocupação do solo e de combustíveis (*slide 30*).

Chamo a atenção de que, neste incêndio, houve vários concelhos afetados e cada concelho tem o seu gabinete de trabalho que cria os mapas de combustível, o que não nos parece uma situação aceitável, uma vez que os mapas de combustíveis mudam, quando se passa a fronteira de um concelho. Portanto, devia haver uma maior uniformização nestes mapas, o que não se verifica.

Quanto às áreas intervencionadas, chamo a atenção de que havia, de facto, uma faixa de rede primária. No cenário deste incêndio, havia várias zonas sob a jurisdição do ICNF, perímetros florestais que foram, em boa parte, atingidos por este incêndio. A faixa funcionou em parte, mas noutra parte não funcionou (*slide 31*).

Sobre este incêndio, também fizemos uma análise muito detalhada, quase hora a hora, de toda a evolução de cada um dos três fogos (*slides 32 e 33*). Não está aqui em questão detalhar este aspeto, só o refiro para verem o detalhe e o pormenor a que pudemos chegar.

Os comentários que fazemos a este incêndio são os seguintes (*slides 34 a 37*): ficou marcado pela ocorrência de dois acidentes, com a perda de quatro vidas, além de vários outros incidentes; afetado por condições meteorológicas e de topografia particularmente difíceis para o combate; os meios, de um modo geral, eram suficientes, mas, na nossa opinião, nem sempre estavam bem organizados; as povoações, uma vez mais, tinham falta de autoproteção; havia falta de limpeza da floresta e das matas, em particular junto das casas; as ações de manutenção das faixas de gestão não estavam bem cuidadas.

A estratégia usada no combate a grandes incêndios, na nossa opinião, deve ser ainda mais bem estudada, a utilização de fogo tático deve ser repensada e devem promover-se ações de treino conjunto entre as diversas entidades.

Estes foram os comentários que fizemos a cada um destes incêndios.

Agora, vou procurar resumir as conclusões a que chegámos, num conjunto de 11 pontos, as quais estão inseridas na primeira parte do nosso relatório, que já é pública, e, se me permitem, passo a referi-las (*slides 38 a 48*).

Em primeiro lugar, mantém-se a necessidade de incrementar as ações de prevenção estrutural, como illustrei na apresentação.

Impõe-se melhorar a sensibilidade dos cidadãos, pelo que se torna necessário envolver mais a população em tarefas de vigilância, proteção e autodefesa, dando-lhes recursos para esse fim.

Convém melhorar a integração e a articulação de todas as entidades envolvidas no sistema. Embora já se tenha avançado muito, temos ideia de que ainda é necessária uma melhor integração dessas várias entidades no teatro de operações – e estamos sempre a falar na vertente do combate.

É necessário melhorar a formação dos bombeiros em matérias relacionadas com o comportamento do fogo, em especial em situações extremas. No relatório, propomos um protocolo de combate para incêndios em encostas ou desfiladeiros, que nos parece importante que seja, pelo menos, analisado e, eventualmente, adotado pelas forças de combate.

Deve cuidar-se do equipamento dos bombeiros, não se poupando no preço, na qualidade ou na exigência das especificações. Embora nem sempre tenha sido o fator decisivo, estamos convencidos de que, em alguns dos casos que estudámos, teria feito alguma diferença na sobrevivência de bombeiros ou até, digamos, na redução de feridos.

Devem melhorar-se as condições de prestação de socorro aos bombeiros em situações críticas. Vimos vários casos em que os bombeiros estão preparados para salvar outras pessoas, mas não estão preparados para se salvarem a si próprios.

A metodologia de uso do fogo tático como técnica de supressão deve ser revista. Referimos isto a propósito do incêndio do Caramulo, mas esta é uma situação que nos parece muito importante, e até muito grave, porque há uma anarquia e uma certa desordem na utilização deste meio.

Deve fomentar-se melhor o uso da previsão meteorológica à escala local e a previsão do comportamento do fogo.

Nas ações de combate, deve cuidar-se, em particular, da vigilância e do rescaldo. Como tive ocasião de verificar no primeiro incêndio, uma parte da área ardida decorreu de um reacendimento, e mesmo alguns acidentes que analisámos decorreram de reacendimentos, de rescaldos mal feitos.

Deve melhorar-se a coesão nas equipas de combate, porque nos acidentes que analisámos também verificámos algumas situações de, exatamente, falta de coesão dentro das equipas.

Por fim (esta é uma recomendação que vimos fazendo há algum tempo, mas voltamos a fazê-la, aproveitando esta oportunidade), dever-se-ia fazer um programa nacional dedicado à defesa da floresta contra os incêndios, que envolvesse várias entidades, e a comunidade científica certamente estará disponível para o fazer, para melhorar, de uma forma integrada, esta situação em todo o país.

A Sr.^a coordenadora: – Sr. Prof. doutor Domingos Xavier Viegas, muito obrigada por esta apresentação, que até a mim, que sou relativamente leiga nesta matéria, estando mais ligada à área da segurança social e da saúde, me suscitou uma série de questões e certamente um grande interesse.

Peço desculpa, mas, como tinha inicialmente entendido que iríamos fazer dois blocos separados, não saudei e não agradei devidamente ao Srs. Eng.^{os} Orlando Ormazábal e João Lé,

respetivamente diretor-executivo e administrador da AFOCELCA – Central de Incêndios Florestais, a quem pergunto se têm alguma apresentação a fazer.

Pausa.

Faça favor, Sr. Eng.º João Lé.

O Sr. Eng.º *João Lé* (administrador da AFOCELCA): – Sr.ª vice-presidente, Srs. deputados, de facto, não nos propomos fazer qualquer apresentação sobre este tema dos incêndios, porque a nossa lógica é mais no campo da prevenção e são os seus aspetos principais que consideramos deverem ser partilhados convosco a seguir.

Portanto, a lógica da AFOCELCA é uma lógica um bocadinho mais virada para a primeira intervenção e para o combate, não é tanto a lógica quer do Grupo Portucel Soporcel, quer do Grupo ALTRI, que são as partes integrantes e que constituem a AFOCELCA. A nossa lógica é mais no âmbito da prevenção, mas a AFOCELCA é para nós primordial, porque, digamos, é um complemento da nossa atividade.

A Sr.ª *coordenadora*: – Com certeza.

Assim sendo, tem a palavra para apresentar as suas questões ao Sr. Prof. doutor Domingos Xavier o Sr. deputado Pedro Lynce.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Se me permitem, as minhas primeiras palavras são para a Sr.ª coordenadora, por todo o gosto e o prazer que temos em trabalhar conjuntamente, nomeadamente num grupo que se tem mostrado muito homogéneo, não sob o ponto de vista ideológico, mas com o objetivo que pretendemos que é, afinal, o de tanto quanto possível, atenuar este drama.

Gostaria ainda de agradecer a presença do Sr. professor e dos seus colaboradores. Encontrámos aqui, provavelmente, uma perspetiva diferente de todas aquelas que já ouvimos, e era isso que pretendíamos. Porém, confesso que, sinceramente, para ser o mais pragmático possível, vou referir-lhe aqui três pontos que têm que ver, provavelmente, com algumas falhas e com o modo como se podem resolver, e um último ponto, de que muito se fala, e sobre o qual não estamos totalmente esclarecidos.

Quanto às falhas, gostaríamos que falasse sobre os pontos de água. Foi logo um dos primeiros aspetos de que o Sr. professor falou: a ausência de pontos de água naquela área da Alfândega da Fé.

Outro problema que me causa preocupação – embora haja um despovoamento muito grande, mas cada vez há situações mais dispersas –, é o facto de o Sr. professor dizer que acha que a autoproteção tem sido bastante... , quase que diria, “desleixada”, passo a expressão.

Tinha um terceiro ponto que consideramos fundamental e que é o problema da previsão. Hoje já temos previsões quase suficientemente rigorosas, digamos, especialmente nos primeiros dias, onde já há uma série de atividades que as utilizam, e parece que este seria um ponto fundamental, designadamente em termos dos reacendimentos, etc., etc. Gostaria que nos dissesse qual seria o passo seguinte para que isto se torne uma realidade.

Finalmente, uma última pergunta – essa sim, as outras penso que são para o Sr. professor relativamente fáceis de responder, e já deve ter a resposta “debaixo da língua” –, que é o problema do fogo tático, também considerado como fogo controlado. Nós temos ouvido aqui várias versões, em todas as audições se fala na sua utilidade, mas coloca-se sempre o problema de saber quem são as pessoas competentes para o fazer, e se, eventualmente, um indivíduo que não esteja devidamente formado, quais poderão ser as consequências. Em relação a tudo o que nos disse, e que é muito importante – nomeadamente determinadas afirmações que aqui fez, como em relação à existência de meios suficientes, mas sem estarem devidamente organizados, etc. –, acho que isto começa a ser uma repetição. Por isso, daqueles três pontos em que verificou haver, de facto, ausências, gostaria que nos dissesse como é que pensa que pudessem ser resolvidos, quer de imediato, quer a médio prazo.

Finalmente, gostaria de saber da sua experiência em relação ao fogo tático e à formação dos indivíduos para se responsabilizarem por esse fogo tático.

A Sr.^a coordenadora: – Segundo me informaram, é habitual os Srs. deputados colocarem as questões e depois os convidados responderem em conjunto. Porém, creio que hoje não vamos proceder deste modo.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Sr.^a vice-presidente, é também um prazer para nós tê-la neste grupo de trabalho.

Sr. professor, a sua apresentação, de facto, gerou em mim uma série de preocupações e de questões.

Em primeiro lugar, quando diz que a faixa não funcionou totalmente. Eu gostaria de saber qual é a sua opinião relativamente às faixas primárias, secundárias e terciárias, qual é o estado da nação a esse nível e, na sua opinião, qual é a importância que atribui a esta questão. Isto é ou não é determinante? Nós temos uma rede primária, as «autoestradas» de prevenção todas feitas, é ou não é prioritário em Portugal?

Segunda questão: de cada vez que ouvimos as suas intervenções fala em questões de organização no teatro de operações. Sr. professor, é defensor da necessidade de criarmos uma carreira de gestores de emergência em Portugal, isto é, quem comanda um fogo desta dimensão tem ou não necessidade de ter formação específica para isso?

Nem todos os CADIS (Comandante de Agrupamento Distrital), nem todos os CODIS (Comandante Operacional Distrital), nem os 2.^{os} comandantes têm formação a este nível. Gostaria de saber se, em sua opinião, deveríamos ter em Portugal uma carreira de gestores de emergência. E, já agora, aproveitava esta pergunta para o questionar sobre se considera que o modelo de escola de formação de bombeiros que existe em Portugal é o bom modelo, ou se deveríamos evoluir para um modelo de formação não apenas de bombeiros mas também para a proteção civil, isto é, se temos de ter um modelo de formação de uma natureza mais ampliada e se considera que a gestão feita a partir da Liga de Bombeiros é a mais apropriada ou se deveria ser a Autoridade Nacional de Proteção Civil a fazer a gestão da formação em termos de bombeiros e proteção civil.

Esta questão liga-se a uma outra, que tem que ver com a necessidade, ou não, de robustecermos a Força Especial de Bombeiros em Portugal. Nós temos uma Força Especial de Bombeiros, dependente da Autoridade Nacional de Proteção Civil: 300 homens; temos, naturalmente, os jipes: 600 homens. Em sua opinião, a GNR deverá continuar a fazer a primeira intervenção, ou devemos fortalecer a Força Especial de Bombeiros, no sentido de ser ela a fazer a primeira intervenção e deixarmos para a GNR outras ações específicas e muito especializadas? No fundo, a questão que lhe coloco é se deveríamos aumentar os efetivos da Força Especial de Bombeiros e reduzir a força da GNR, e até onde é que devemos ir nessa proposta, isto é, até onde temos de ter uma força especial de bombeiros e proteção civil – repito e faço a precisão: força especial de bombeiros e proteção civil, refiro-me sempre a escola de bombeiros e proteção civil, porque julgo que é sobre esta matéria que gostaria de ouvir o seu comentário.

Depois, não se refere, em absoluto, aos meios aéreos e, portanto, ou considera que os meios aéreos, nestes casos concretos que aqui trouxe – é evidente que é sobre eles que se reporta a sua intervenção –, foram suficientes e resolveram o problema, ou considera que nem sempre estiveram bem e, mais, que temos necessidade, a nível nacional, de ter outros meios aéreos, além daqueles de que dispomos.

Refere-se, ainda, a uma outra questão, que tem que ver com as equipas de combate a rearendimentos – combate / rescaldo –, que é uma questão que é também recorrente nas nossas conversas.

Como sabe, não há uma adequação, em todo o território, dos meios de combate. Pergunto-lhe como é que resolvemos isto. Considera que o modelo de GRUATA e de GRIF resolve o problema ou devemos avançar para outro modelo?

Peço desculpa, mas, de facto, a sua intervenção gerou-me tantas perguntas que já ultrapassei o tempo de que dispunha...

Uma outra questão tem que ver com a autoproteção das povoações. Gostava que concretizasse o que é que quis dizer quando falou em haver uma maior autoproteção das povoações.

Tenho uma última questão, sobre um aspeto que não percebi. O que é isso do programa nacional? A sua última sugestão foi sobre um programa nacional. Em que é que consiste a sua proposta de programa nacional? Como é que se concretiza na prática?

A Sr.^a coordenadora: – Muito obrigada, Sr. deputado Miguel Freitas. É, de facto, um exercício difícil encontrar o justo equilíbrio entre a gestão adequada do tempo e um cabal esclarecimento. Em todo o caso, comparando com outros nossos colegas, foi muito sucinto, Sr. deputado.

Entretanto, juntou-se a nós o Sr. deputado Abel Baptista, a quem dou agora a palavra.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): – Sr.^a vice-presidente da Assembleia da República, Sr. Prof. Xavier Viegas, peço imensa desculpa por não me ter sido possível assistir à sua intervenção inicial, até porque, como sabe, tenho por si uma admiração muito grande e reconheço-lhe não só a competência como também a capacidade e a inteligência no que diz respeito à questão dos fogos florestais. Portanto, foi para mim penalizador não ter aqui estado, mas encontrava-me numa reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, de que sou presidente, com o Sr. secretário de Estado da Cultura e só agora pude ser substituído por um dos vice-presidentes.

Sr. professor, provavelmente, vou fazer-lhe aqui algumas perguntas que já lhe foram colocadas pelos meus colegas, facto pelo qual peço desculpa.

Sendo o Sr. professor, provavelmente, a pessoa que, em Portugal, mais tempo tem dedicado à análise do comportamento dos incêndios florestais, tem, por isso, um conhecimento muito aprofundado sobre a forma como a evolução do fogo se tem feito ao longo dos anos, sobre o comportamento do fogo na floresta em Portugal, sobre a sua severidade, o seu ataque, a sua prevenção, e, falando pela negativa, também sobre a não prevenção, sobre o mau ataque, sobre o comportamento da floresta e a forma como ela está ordenada ou desordenada.

Portanto, sendo a pessoa que mais conhece sobre esta matéria em Portugal, queria colocar-lhe duas ou três questões que poderão ter que ver com a missão deste grupo de trabalho.

É necessário criar ainda alguma legislação? É necessário, na nossa opinião, fazer cumprir a legislação que existe, quanto a isso não temos dúvida nenhuma, até porque a legislação existe, só que alguma dela não é cumprida, como temos verificado e já notámos isso. Portanto, há que tomar medidas por parte da administração para que passe a ser cumprida.

Contudo, há alguma medida legislativa que o Sr. professor entenda dever ser tomada, nomeadamente na questão do ordenamento? Como é que ela dever ser feita, sabendo nós que 95% da propriedade florestal é privada? Se fosse propriedade pública poderíamos intervir de uma forma diferente, porque o titular da propriedade era o Estado e, portanto, teria mais legitimidade para intervir; sendo propriedade privada tem de ser o Estado, na sua qualidade de *jus imperii*, enquanto titular do direito legislativo, a impor a sua administração. Portanto, há algumas medidas que deveriam ser tomadas na questão do ordenamento, desde logo?

Há muitas outras questões sobre as quais temos conversado entre nós e já ouvimos muitas opiniões sobre formas coercivas de impor ao proprietário determinadas medidas. Como é que isto se pode agilizar, sendo certo que muitos dos proprietários são microproprietários? Temos propriedades com áreas inferiores a 500 m² no meio da floresta! Temos esta realidade em que pensar, e o pior é que esta realidade existe, sobretudo, nas zonas norte e norte interior, que é onde acontecem os incêndios, onde exatamente temos o maior problema de incêndios. Portanto, na sua opinião, Sr. professor, qual era a medida que se deveria tomar?

Foi-nos já aqui dito pela proteção civil que apenas 5% ou 6% dos incêndios em Portugal respeitam às grandes áreas ardidas, os outros 95% ou 94% dos incêndios referem-se a pequenas áreas e são controlados imediatamente ou quase imediatamente, são até, numa classificação que pode ser feita, fogachos e nalguns países não correspondem sequer a incêndios florestais.

Portanto, atendendo a que temos esse problema, há medidas que podem ser tomadas? Vê alguma vantagem, por exemplo, na vigilância remota, na vigilância eletrónica, na videovigilância ou nos detetores de incêndio através de fontes de ignição que possam dar um alerta ainda mais rápido, sabendo nós que alguns destes incêndios surgem durante o período noturno? Ou seja, estamos a falar de mão humana na colocação dos incêndios?

Quanto a meios, é impossível ter todos os meios humanos e materiais em todo o lado ao mesmo tempo. Uma das questões que tem sido aqui muito abordada e, provavelmente, o Sr. professor é capaz de já ter pensado sobre isto, diz respeito à deslocação de meios. A deslocação de meios leva sempre algum tempo e, muitas vezes, os meios só são mandados deslocar quando o incêndio já está ativo – isso aconteceu no Algarve e aconteceu na zona centro, no

incêndio do Caramulo –, os meios só são deslocados quando o incêndio já está (e com isto não quero fazer nenhum tipo de juízo) descontrolado.

Há alguma forma de ter os meios colocados? Hoje há mecanismos de prevenção sobre meteorologia, sobre humidade no solo, sobre ventos, sobre um conjunto de situações, que começam a dar-nos informações prévias. Deveria haver a possibilidade de antecipadamente colocar meios no terreno?

A Sr.^a coordenadora: – Não havendo, por agora, mais questões a colocar, passo a palavra ao Sr. Prof. doutor Domingos Xavier, que, obviamente, poderá repartir o seu tempo de resposta com o Sr. Dr. Miguel Almeida ou com o Sr. Eng.^o Luís Ribeiro, se assim o entender.

O Sr. Prof. doutor *Domingos Xavier*: – Muito obrigada, Sr.^a vice-presidente.

Na verdade, fiz-me acompanhar por dois colegas, que me secundarão naquilo que entenderem; nós trabalhamos em equipa, conversamos muito sobre estes assuntos e, portanto, não temos uma identidade de pensamentos, mas partilhamos muito as nossas ideias.

Vou, então, tentar responder às questões colocadas pelos Srs. deputados, a quem agradeço. Como algumas das questões estão ligadas, permitam-me que, por uma questão de salvaguarda de tempo, agregue também as respostas.

Começando pelas questões colocadas pelo Sr. deputado Pedro Lynce em relação aos pontos de água, de facto, existem situações em que, por coincidência, em zonas difíceis onde ocorrem incêndios, há falta de pontos de água, o que pode ser particularmente grave nos anos de maior seca ou em que houve menos tempo para esses pontos de água encherem.

Julgo que haveria formas de suprir esse problema colocando pontos de água artificiais, reservatórios. Há países em que isso é feito, ou seja, em que são identificadas estas situações e em que se procura suprir essa falta com reservatórios, que até são amovíveis, podem ser transportados e podem ser enchidos, e isso pode fazer alguma diferença. Alguns deles podem ser colocados em pouco tempo, outros podem ser pré-posicionados e ficarem preparados durante o verão.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Peço desculpa por interromper, mas quero só esclarecer o seguinte: então, os pontos existem, mas não havia água. É isso?

O Sr. Prof. doutor *Domingos Xavier*: – Nalguns casos, será isso. Não digo que seja o caso das situações que aponte, mas há situações em que os pontos não são acessíveis, por exemplo, aos meios aéreos, porque não estão devidamente tratados e marcados. Há situações dessas.

Vários Srs. deputados mencionaram a questão da autoproteção. Para nós, este é um ponto muito importante, porque temos de reconhecer que a nossa floresta, felizmente, é habitada, tem pessoas – poucas, mas tem pessoas –, e ainda bem que tem, pois quando essas pessoas saírem de lá vai ser ainda pior.

Os poucos aglomerados populacionais que existem, se forem mantidos, constituem uma defesa não só para as populações como para os bombeiros, como locais de refúgio. A floresta

pode estar a arder de um modo tão desgraçado que bombeiros não possam aguentar-se lá, por isso é bom se tiverem um sítio onde se possam proteger.

Contudo, é preciso que essas pessoas estejam conscientes de que haverá situações em que não poderão ser socorridas e em que terão de ser valer a si próprias. Isso aconteceu já várias vezes. Este ano, no Caramulo, na noite de 29 para 30 de agosto, houve uma ventania de 70 km/h, o fogo percorreu uma dúzia de aldeias em poucas horas, que ficaram entregues a si próprias, sem socorro.

Temos de pensar que estas pessoas ou são retiradas dos locais com antecedência para evitar problemas ou, se isso não for possível e se não puderem ser socorridas, têm de ter condições para ficarem lá, caso contrário, esta gente vai-se mesmo embora, migra, porque ninguém quer ver os seus familiares, os seus parentes sujeitos a uma situação destas. Portanto, é necessário dar-lhes condições para ficarem lá. Essas condições podem passar por nessas terras dotar as pessoas válidas de recursos, de meios, ou por criar refúgios em cada aglomerado populacional onde as pessoas possam estar com alguma segurança e com algum conforto, mesmo relativo, sabendo que não estão em risco de vida.

Quanto a nós, esse é um programa que devia ser feito a nível nacional, a nível extensivo, porque não sabemos onde é que os incêndios vão acontecer amanhã. Este ano foram nestes sítios, amanhã podem acontecer noutro local qualquer... Portanto, devia ser um programa vasto e extensivo, para que os bombeiros não tivessem de estar preocupados com a defesa das pessoas durante o incêndio.

Dou, muitas vezes, o exemplo da Segunda Guerra Mundial: durante os ataques aéreos, durante os bombardeamentos, a população estava em refúgios; os militares não tinham de se preocupar em salvar, em retirar ou em defender cada pessoa, porque a população tinha refúgios à prova de bomba. Julgo que se não criarmos medidas para defender a nossa população estamos a prestar um mau serviço ao nosso país.

Isto prende-se com uma outra situação de que falei, sobre a existência de um programa nacional. Tenho dito várias vezes nas minhas intervenções que este é um problema que não se resolve só com mais aviões, com mais forças de bombeiros, com mais isto ou mais aquilo, resolve-se conquistando a população, trazendo a população para este problema.

O que dá cabo do sistema é o grande número de ignições. Temos verificado estatisticamente que, até 100 ou 200 ocorrências por dia, o sistema responde e tem vindo a melhorar, sendo que as áreas ardidas em média por dia têm vindo a reduzir-se de quinquénio para quinquénio. Porém, quando o número de ocorrências é superior a 200 ou 300 – e temos muitos dias em que isso acontece, ainda por cima estão a somar-se incêndios que já estão em curso – o sistema entra em colapso. Temos dias com 400, 500 ou 600 ocorrências, e não há sistema que resista a isso!

Portanto, temos de trazer a população para este problema – e este é o programa nacional de que falo, um programa que deve envolver as várias instituições e também a comunidade científica. É porque temos estudado muitas questões, temos desenvolvido várias soluções, mas, infelizmente, não as vemos aplicadas.

O problema da floresta em geral – peço desculpa por usar esta imagem, de que não tenho feito uso, mas vou apresentá-la – pode ser visto como se existissem dois rios: há um rio cauda-

loso, que é o das pessoas que fazem uso da floresta, dos seus produtos, da madeira, das árvores, etc., e que até retiram benefício financeiro disso; e, depois, há um outro rio, que por vezes é um riacho, um pântano ou até um deserto, que é o das pessoas que vivem na floresta, que vivem dela, que trabalham nela e que, às vezes, dão a vida para a defenderem. Dá-me ideia de que se trata de dois cursos de água que não se encontram. Há pessoas que se aproveitam da floresta, fazem uso dela, e muito bem, mas depois há aquelas que vivem dela, mas que não tiram, muitas vezes, o proveito. Digamos que é preciso fazer comunicar estes “vasos”. É esse o programa nacional de que falo, Sr. deputado.

Há dias, assisti à apresentação de um programa chamado “Portugal pela Floresta”. Ora bem, acho que deveria ser uma iniciativa destas. Esse programa é mais vasto, é para a floresta em geral, mas eu estava a olhar para o problema dos incêndios florestais, ou seja, a defesa da floresta contra os incêndios. É aí que digo que há necessidade de mobilizar forças e de juntar todas estas valências.

No caso que me diz respeito, a comunidade científica, acho que se devia fazer no nosso país – já temos alguma massa crítica para isso – o que vejo ser feito noutras regiões do mundo, desde logo nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, em que se procura juntar as várias entidades operacionais, como a comunidade científica, as empresas, as autarquias, etc., para se procurar encontrar soluções para estes problemas. No nosso país não temos feito nada disso. Há coisas que são feitas de modo disperso, mas não se procura juntá-las e tirar partido. É esse o programa nacional de que falo e, naturalmente, quando estamos a falar da defesa das populações, para mim, é fundamental.

Há a ideia de que, quando o fogo chega a um sítio, os populares devem ir embora. Os bombeiros chegam lá, são autossuficientes e, digamos, todo-poderosos e rechaçam até os meios locais – dizemos isso, muitas vezes, nos nossos relatórios. Ora bem, isso não deveria ser feito, porque há pessoas muito válidas nas populações e que conhecem bem o território. Se essas pessoas estivessem devidamente enquadradas e com um colete que as identificasse, os bombeiros chegavam lá e sabiam com quem poderiam contar, para indicarem quais são os caminhos ou, pelo menos, para ajudarem a puxar mangueiras ou até para tomarem conta da defesa da aldeia em questão. Nós temos de nos organizar.

Há uns anos, tomaram-se medidas, como o programa “Aldeias Seguras”, e um outro programa que tinha quase o mesmo nome, os mesmos objetivos e que era feito por duas, três entidades ao mesmo tempo. Qualquer desses programas fracassou, não foi por diante. Foram gastos alguns dinheiros, mas não foi dada nenhuma continuidade. Foram entregues *kits* a algumas juntas de freguesia e a algumas pessoas. Mas, depois, o que é que saiu daí? É disto a que me refiro quando estou a falar de um programa nacional, Sr. deputado.

Falamos, agora, relativamente ao fogo tático e à formação. O fogo tático, realmente, é uma ferramenta muito importante. Fala-se do GAUF (Grupo de Análise e Uso do Fogo), que é constituído pelos técnicos credenciados. Quanto a nós, consideramos que a questão não tem estado a ser bem gerida pelas entidades. Parece-nos bem que haja pessoas credenciadas e reconhecidas, mas não pode ser apenas meia dúzia de pessoas. O fogo tático é uma ferramenta importante e tem de ser usado muitas vezes e de modo apropriado, mas são decisões que têm de ser tomadas em pouco tempo. Não se pode estar à espera, durante horas, ou meio-dia, ou um

dia, que chegue ao local uma das poucas equipas que há disponíveis no país para fazer esse trabalho.

Na nossa opinião, esta foi uma questão que ficou fechada num grupo relativamente pequeno de pessoas. Este grupo deveria ser alargado, porque esta competência não existe só naquelas pessoas que, atualmente, estão credenciadas para fazer o fogo controlado. Há muito mais gente que sabe fazer este fogo com competência, apenas se trata de pessoas que não estão reconhecidas e autorizadas.

Ora bem, este ano, assistimos, sobretudo nos incêndios no Caramulo, mas de um modo geral no distrito de Viseu, a uma utilização muito extensiva do fogo tático. Em alguns casos, criou problemas, conflitos, etc., mas não vamos agora entrar nesses pormenores. Julgo que isso resulta, exatamente, da má organização que há em relação a este problema. A nossa opinião é a de que deveria ser dada credenciação a um número maior de pessoas, que deveriam estar preparadas e autorizadas a intervir quando fosse oportuno. Não faço questão que sejam técnicos de silvicultura, ou bombeiros, ou o quer que seja. Interessa que sejam pessoas que tenham essa preparação e, caso saibam, deveriam fazê-lo.

Passo agora para um problema que me foi colocado: o da formação. A nossa opinião é a de que sentimos falta, neste campo, de uma escola que seja do tipo de uma academia, como as Forças Armadas têm a Academia Militar. Enfim, têm uma academia que forma todo o seu oficialato. Portanto, os bombeiros deveriam ter uma formação superior, porque são pessoas que, de facto, têm algumas credenciais, podem ter um posto e até um comando de uma situação, mas depois eles próprios reconhecem que não são competentes.

Assistimos e identificámos situações em que a própria pessoa que estava com o comando de um corpo de bombeiros estava a comandar um setor mas reconhecia que não tinha competência. Um comandante de um grupo, de uma GRIF, que não tinha experiência em fogos florestais, delegou o comando de umas ações no seu segundo comandante. Isto cria situações que são difíceis de compreender...

Portanto, dá-nos ideia de que deveria haver, realmente, uma formação, uma escola de base que fosse geral e que abrangesse toda a gente. Se essa escola é gerida pela liga, pela ANPC (Autoridade Nacional de Proteção Civil), não sei bem, porque venho de uma academia, de uma universidade e as universidades têm alguma independência; é claro que têm uma tutela, têm de ser avaliadas e têm de ter alguma supervisão...

Pessoalmente, conheço até certo ponto a gestão da Escola Nacional de Bombeiros – tenho-a acompanhado ao longo destes anos –, mas não conheço o seu interior a ponto de poder formular um juízo. Dá-me ideia de que não posso estar, digamos, muito satisfeito pela forma como a Escola Nacional de Bombeiros tem estado a ser gerida ao longo destes anos. Com a intervenção da liga, da ANPC – penso que são estas entidades, não sei se há mais alguma –, considero que não tem havido esse espírito de criar propriamente uma academia, uma maior ligação ao ensino superior, uma formação superior, feita por uma escola. Dá-me a ideia de que esta gestão poderá ser melhorada – não sei dizer exatamente em pormenor, ou seja, em que pontos – e, de facto, revista, sobretudo no sentido de se formar uma escola.

O Sr. deputado perguntou qual é a nossa opinião em relação à necessidade de força especial de bombeiros ser reforçada e qual o papel da GNR e do GIPS (Grupo de Intervenção de Prote-

ção e Socorro). Julgo que são papéis complementares. O GIPS tem um papel muito importante na vigilância, na dissuasão, e julgo que se nota. Temos conhecimento de que, onde eles atuam, têm tomado iniciativas que vão até para além da sua missão, obrigação, no sentido de sensibilizar muito a população, o que tem alterado as coisas.

A opinião que temos é a de que, de facto, deveria haver o GIPS e a Força Especial de Bombeiros em todo o país, o que implica que a presença da GNR deveria estar na vigilância do território por todo o país, mas a Força Especial de Bombeiros também deveria ter expressão geral. Quer dizer, não compreendemos bem que haja distritos guarnecidos por uma força e outros por outra. Há ali qualquer coisa que falha, portanto falta essa complementaridade.

Sendo mais concreto, o Sr. deputado colocou uma pergunta relativamente ao combate. Julgo que no ataque inicial seria melhor haver um reforço com a Força Especial de Bombeiros. Portanto, ter uma força uniformizada, bem equipada e treinada que fizesse esse trabalho e deixar os efetivos da GNR fazerem a vigilância do território. O papel policial tem uma eficácia muito grande na dissuasão do início de fogo. Nós já vimos que esse é um dos principais problemas, senão o primeiro problema que temos nesta situação.

Não fizemos referência aos meios aéreos, porque, nestes casos que estudámos, não houve assim muitas situações. No Caramulo, obviamente, atuaram meios aéreos. Estamos cientes de que os meios aéreos que estiveram lá, ou seja, os mais pesados, foram estrangeiros, porque nós não os temos. Mas a nossa ideia é a de que o país deveria ter esses meios. Somos favoráveis a que o nosso país devesse ter alguma autonomia nesses recursos, para nos podermos valer e para podermos socorrer, também, os países vizinhos, quando haja necessidade disso.

Que meios, que marcas, que modelos? Não sei, mas obviamente que os mais utilizados, e por uma questão de complementaridade, julgo que são os *Canadair*... Portanto, seriam os meios mais adequados, mas obviamente que não faço questão que seja esse ou um outro qualquer.

Também se falou da questão da previsão, pergunta colocada pelo deputado Pedro Lynce. Realmente, sentimos que há falta dessa capacidade de previsão. Em concreto, na previsão do comportamento do fogo, e conheço relativamente bem a ANCP (Autoridade Nacional de Proteção Civil), sei que eles têm vários grupos de trabalho para prever vários riscos, nomeadamente de cheias, de terremotos, etc., mas na parte de incêndios florestais não tem havido muito trabalho. Enfim, nós temos feito algum trabalho e estamos disponíveis para colaborar, mas de modo algum queremos propor ou impor as nossas competências. No entanto, entendemos que deve ser feito mais trabalho neste sentido.

Não há certezas, mas existe já algum avanço que nos permite ter a antecipação de algumas situações. Isto prende-se também com a questão que o deputado Abel Baptista colocou: se seria possível pré-posicionar alguns recursos. De certo modo, é, embora deva ter a cautela de que a ocorrência de incêndios é muito variável, aleatória.

Também perguntou como é que estávamos a ver a evolução das condições ao longo dos anos. De facto, o ano passado foi particularmente gravoso em duas medidas: por um lado, tivemos um excesso de precipitação e no período de inverno houve crescimento de vegetação, que ficou disponível no terreno; por outro lado, tivemos temperaturas muito altas, durante 40 dias seguidos, e alguns episódios de vento forte, o que tornou as condições muito graves.

No ano passado, creio que já foi feito algum pré-posicionamento, porque o centro-norte do país foi identificado como uma área crítica. Obviamente que não pôde haver toda a eficácia, porque há limitações, como sabem. Felizmente, hoje em dia, com a rede viária que temos, é relativamente fácil deslocar esses meios, embora saibamos que há problemas. Essa é uma questão, de facto, um bocado complicada de estudar.

Falou-se ainda do modo como se poderia resolver o reacendimento. Ora bem, há a questão da vigilância, que muitas vezes deveria ser feita com recurso a outras forças. Isso é o que nós preconizamos. Não seriam necessariamente as forças que estiveram a combater o incêndio, porque estão fatigadas, às vezes desmotivadas e, portanto, não estão com atenção. Pelo menos, foi o que observámos no incêndio de Alfandega da Fé, em Picões. Mas aí julgo que, por exemplo, as forças militares poderiam dar um apoio. Se o custo efetivo não for muito elevado, parece-nos que é uma daquelas tarefas que as forças militares poderiam fazer.

Diria também que a utilização de tecnologia permite ajudar. O avião CASA da Força Aérea tem sensores de infravermelhos que num voo permitem identificar perfeitamente os pontos quentes, coisas que não se veem do chão, mas que uma câmara de infravermelhos pode identificar o que é que está a arder. Também a utilização de produtos químicos, ao fazer o rescaldo, permite aumentar a eficácia e combater o reacendimento. Mesmo que a água se evapore, o resíduo químico permanece lá, inibe a reação de combustão e evita o reacendimento. Quanto a nós, devia ser usado de uma forma mais extensa, particularmente nas zonas críticas ou onde possa haver mais perigo.

O deputado Abel Baptista perguntou se deveria haver mais legislação. Nós temos acompanhado esta situação e vemos que tem sido produzida muita legislação. Partilho da sua opinião: o que é preciso, antes de mais, é pôr essa legislação em prática.

Em todo o caso, há alguns aspetos de que me falou sobre o ordenamento. Voltando à questão que referi antes, sobre a prioridade de defender as pessoas, julgo que devia ser mais exigente no tipo de construção que se permite, na localização dessas construções e na defesa dessas povoações. Portanto, não passa por uma regra cega de 10 m ou de 50 m, porque tem de ser visto caso a caso. Há situações em que 10 m são suficientes e outras em que nem 50 m chegam.

Os estudos que são feitos lá fora mostram que não é necessário haver uma limpeza rasa. Pode haver alguma vegetação, desde que esteja devidamente cuidada.

Em relação às faixas de proteção, as tais «autoestradas» mencionadas pelo Sr. deputado Miguel Freitas, a nossa opinião é a de que elas são indispensáveis. Elas podem não funcionar e não fazer o seu papel numa dada situação, mas, obviamente, se não existirem é que não funcionam mesmo. Se tivermos essas faixas em condições normais ou médias de propagação do fogo, elas podem fazer uma diferença muito grande. É certo que em condições extremas – como no ano passado e este ano, em que tivemos algumas – elas não funcionam (se não forem bem medidas não funcionam), mas se as tivermos podem fazer uma diferença muito grande e, em alguns casos que analisámos, fizeram diferença.

Neste caso do Caramulo eram faixas muito recentes, com dois, três anos, que foram feitas, mas que não foram mantidas. Com a vegetação herbácea que cresceu e que não foi limpa, o fogo passou através das faixas. Houve um episódio em que estava um posto de comando

colocado numa dessas faixas da rede primária e o fogo passou pelo posto de comando e ele teve de sair de lá, exatamente porque não havia essa manutenção. Mas, na nossa opinião, é uma medida prioritária. Sei que está a haver alguma recetividade à execução desta medida, que julgo ser de toda a importância, até porque, se não tivermos esta rede, é muito difícil combater grandes incêndios, mas se tivermos a rede poderá ser possível. É claro que a rede pode ser ultrapassada por um foco de segurança, mas se não a tivermos é que podemos esquecer e podemos contar com vários milhares de hectares ardidos.

Não sei se os meus colegas pretendem acrescentar alguma coisa...

A Sr.^a coordenadora: – Desculpe interromper, Sr. professor, mas só se for brevíssimo, porque senão ficamos com os nossos tempos descontrolados.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Sr.^a coordenadora, só uma última questão...

A Sr.^a coordenadora: – Com certeza, Sr. deputado.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Tem que ver com uma declaração do Sr. professor quando diz que as autarquias não têm tido o envolvimento desejado.

Primeiro: na sua opinião, porque é que isso acontece?

Segundo: as CIM, as comunidades intermunicipais podem aqui desempenhar um papel importante? Nós tínhamos um modelo baseado nos distritos e neste momento não temos nenhum modelo, isto é, temos um modelo aleatório. Pergunto se as CIM podem trazer uma nova organização territorial à questão do combate aos fogos florestais, à proteção civil, basicamente.

Depois, há uma referência sua a dizer que era necessário uma uniformização do mapa de combustíveis. Gostava de saber o que isso é, porque, não sendo especialista, gostava que me desse algum detalhe sobre isso.

O Sr. Prof. doutor Domingos Xavier: – Eu ainda não estou familiarizado com este modelo das CIM, mas reconheço que as autarquias, que os concelhos são talvez uma estrutura demasiado pequena para esta gestão. Portanto, acho que a ligação entre os vários municípios é importante, nomeadamente neste aspeto que referiu dos mapas de combustíveis.

Os mapas de combustíveis são a conversão do que existe no terreno, a vegetação, e fazer com eles uma equivalência a um modelo de combustível, ou seja, como é que aquilo vai arder: conforme o tipo de mato, se são herbáceas, se são plantações de eucalipto. Portanto, cada tipo de vegetação tem um modo de reagir ao fogo, associando-se, por isso, a um modelo comercial.

Há uns anos a nossa equipa preparou um guia de combustíveis que foi adotado pelo ICNF e é recomendado a todos os gabinetes técnicos, mas tem alguma latitude. Quer dizer, um técnico no terreno pode achar que este é o modelo 5 e outro ao lado acha que é o modelo 4 e, portanto, faz um mapa diferente. É nesse sentido que alguma harmonização entre esses mapas, feita ao nível das CIM ou, melhor, a nível nacional, para que não houvesse descontinui-

dades nesses mapas e para que a pessoa, quando os está a utilizar, possa saber que está a tratar disso corretamente. Julgo que essa articulação entre as autarquias será importante.

O ano passado, no incêndio de Tavira, encontrámos um envolvimento das autarquias muito bom. Por vezes, as autarquias queixam-se de que são rechaçadas, que não são envolvidas, mas, neste caso, tivemos uma queixa contrária, mais propriamente tivemos as entidades a dizer que não tiveram, por vezes, localmente o apoio na logística, que consiste, sobretudo, na alimentação, ou algumas coisas pontuais.

Mas, se me permite, pedia aos meus colegas, porque eles estudaram mais de perto esses incêndios, para acrescentarem algo.

A Sr.^a coordenadora: – Mas com a brevidade possível, por favor.

O Sr. Prof. doutor *Domingos Xavier*: – Peço desculpa, mas são dados pontuais.

O Sr. Eng.^o *Luís Ribeiro* (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais): – Em relação ao envolvimento das autarquias falo no incêndio de Alfândega da Fé, que foi onde tivemos algumas queixas, mais na questão dos apoios logísticos e de uma coisa fundamental, que é a presença dos técnicos florestais dos gabinetes técnicos florestais no teatro de operações.

Há dois anos, no incêndio de Tavira, isso não aconteceu – tal como o Prof. Xavier disse –, foi precisamente ao contrário: os técnicos estavam presentes e ajudaram. Nestes incêndios de Alfândega da Fé, assistiu-se ao oposto: houve, até, algumas queixas de solicitações às autarquias, por parte dos elementos de comando, que não foram respondidas. Portanto, é nesse aspeto.

No que respeita ao incêndio do Caramulo, na parte logística não houve queixas, na alimentação, etc., as pessoas acharam que funcionou bem. O que se pode apontar é que, por vezes, a câmara ou os gabinetes técnicos florestais queriam ceder alguma informação, levando-a para o posto de comando em formato digital e, depois, por exemplo, era preciso imprimir essa documentação e, por vezes, o posto de comando não está preparado para imprimir. O que acontecia é que teriam de voltar à câmara municipal para imprimir os documentos necessários e, entretanto, neste vai e vem vão-se perdendo tempo e recursos, uma situação que, de alguma forma, pode ser ultrapassada.

A Sr.^a coordenadora: – Muitíssimo obrigada.

Agora, sim, para fazer a apresentação, por parte da AFOCELCA, tem a palavra o Sr. Eng.^o Orlando Ormazábal.

O Sr. Eng.^o *Orlando Ormazábal* (diretor executivo da AFOCELCA – Central de Incêndios Florestais): – Antes de mais, Sr.^a coordenadora, muito obrigado pelo convite.

Tenho, aqui, dois problemas sérios: um é a falta de tempo e o segundo, não menos importante, é que não falo português. Sou chileno e, parafraseando o papa, «venho do fim do mundo», mas vou fazer o meu melhor para dar o meu contributo para a missão que me foi aqui encomendada. Portanto, peço desculpa pelas dificuldades na língua. Embora tenha estado

alguns anos em Portugal, infelizmente não consigo falar português. Vou tentar falar “portuhol”, que é a língua com a qual me tento fazer entender.

Risos.

A Sr.^a coordenadora: – Os portugueses também falam.

O Sr. Eng.^o *Orlando Ormazábal*: – Tenho uma história bem caricata, porque quando me vêm ser espanhol, sou espanhol e em Espanha, por vezes, confundem-me com português, não sei porquê... Portanto, conforme a conveniência, assim assumo a nacionalidade.

Risos.

Por acaso, ontem, estive a falar em algo que também gostaria de aqui referir, nesta Assembleia: tenho sido muito bem recebido em Portugal, por ser um povo muito carinhoso, muito parecido com o povo chileno, por isso, felizmente, sinto-me como em casa. Além da língua, não tenho outra dificuldade, pois na comida e na amizade é muito parecido com o Chile.

Vamos, então, ao assunto principal. Sobre o que é a AFOCELCA, vou tentar fazer um enquadramento através de uma apresentação em *PowerPoint* para depois entrarmos, de facto, no que nos interessa, que é apresentar uma série de propostas que temos vimos a fazer à distinta entidade.

O que é a AFOCELCA? É um agrupamento complementar de empresas que resulta da união de forças entre o Grupo Portucel/Soporcel e o Grupo Altri. No seu conjunto, estas empresas são responsáveis por aproximadamente 200 000 ha de florestas em Portugal.

Um facto importante é que, desde 2005, a AFOCELCA é a única entidade privada que integra dispositivos nacionais de defesa das florestas contra incêndios em Portugal.

Qual é a missão da AFOCELCA? É uma missão prioritária de combater os incêndios que ameaçam as propriedades das empresas agrupadas, dentro ou fora da propriedade, sempre em estreita coordenação e colaboração da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Quais os princípios gerais que são, digamos, o nosso ADN, qual a lógica da AFOCELCA? Tem como lógica o menor tempo de chegada e de controlo, que implica menor perda para as empresas. Temos uma filosofia de que para nós não existem fumos ou fogos aceitáveis, pelo que todos os fogos e todos os fumos devem ser acompanhados e/ou combatidos, fazendo uma triagem de seguimento de todos os alertas até ao seu fecho.

Na estratégia que utilizamos, tentamos participar ativamente nos CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro); temos um oficial de ligação em cada um dos distritos, temos também participação no CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro) e tentamos participar ativamente no Posto de Comando Operacional (PCO). E aqui vem a parte específica da AFOCELCA, em que temos critérios técnicos de atuação, temos tempos de resposta da organização, temos metas fixadas, e, como por natureza sou bastante desportista, e em termos desportivos sempre me fixei metas, porque, digamos, que quando nos fixamos metas obrigamo-nos a cumprir ou, pelo menos a lutar para as cumprir... Bom, na AFOCELCA temos

uma série de metas de tempo: a resposta da organização, a forma de medir cientificamente se a organização está a funcionar bem ou não.

Temos também uma tarefa de localização de meios, assim como um sistema de gestão e controlo das equipas, de formação de profissionalização e, não menos importante, um sistema de coordenação e de colaboração.

Já disse que participámos ativamente nos CDOS e no CNOS, temos oficiais de ligação nos 18 distritos. Não nos fazemos representar no *briefing* diário, mas no *briefing* do CNOS, que regularmente é alargado e, quando somos convidados, também participamos no Comando Nacional. Temos uma participação ativa no posto de comando operacional e tentamos assegurar a ligação entre a força da AFOLCECA e a força da ANPC (Autoridade Nacional de Protecção Civil).

Tentamos, também, intervir e/ou sugerir esta ideia que visa o controlo dos incêndios. Temos uma formação florestal, as empresas são florestais, e as nossas equipas são todas constituídas por sapadores florestais, com formação e treino, e tentamos intervir ou sugerir esta ideia que visa o controlo de incêndios.

Tentamos, também, participar, quando nos é permitido, no planeamento de ataque ampliado. Temos participado em muitos dos grandes incêndios florestais e achamos que temos dado um contributo importante para a solução daqueles problemas.

Quanto aos critérios técnicos, temos um tempo de chegada e a ideia é a de minimizar os tempos de chegada aos incêndios. Fazemos um ataque inicial em massa e depois um golpe único sobre uma mobilização musculada para assegurar o controlo do incêndio no ataque inicial.

Estabelecemos uma prioridade dos incêndios conforme as condições de propagação e valor dos povoamentos, madeiras ou outros bens ameaçados. Temos um critério de perigo e dano potencial em função daquilo que mobilizamos no momento.

O tempo de resposta corresponde ao indicador de gestão ou meta. Como administrador da AFOLCECA, para a semana tenho de entregar um relatório com todas as ocorrências da semana, particularizadas, indicando qual foi o tempo de resposta da organização para todos os incêndios e tenho de dar uma explicação se a organização não respondeu nos tempos que fixámos como metas, isto é, dizer por que não cumprimos e o que temos de fazer para cumprir.

Além disso, quando temos incêndios sobre 25 ha, também temos de fazer um relatório pormenorizado sobre o que correu bem e sobre o que correu menos bem, e o que temos de fazer para melhorarmos na próxima oportunidade.

Temos, pois, como meta um tempo máximo de despacho de 2 minutos e um tempo de chegada de 30 minutos. Estas são as metas que estabelecemos para o programa.

Relativamente à localização de meios, fizemos estudos com ferramentas matemáticas que nos permitiram otimizar a cobertura, isto é, determinámos onde deviam estar localizados os meios por forma a aumentar a cobertura em termos de área e cruzamos as informações sobre onde deveriam estar localizados os meios por forma a chegarmos aos incêndios no tempo que decidimos. São modelos matemáticos fáceis de aplicar e que nos permitem ter uma localização e uma resposta bastante eficaz, na nossa opinião, do sistema.

Quais as técnicas de combate que utilizamos? Já referi que temos uma vocação predominantemente florestal, pelo que utilizamos principalmente material de sapador, fazemos construção de linhas de fogo com ferramentas manuais, com material de sapador.

Fazemos uso da água, tal como os bombeiros, por via aérea e por via terrestre, mais como complemento ao material de sapador que utilizamos. Utilizamos meios aéreos em conjunto com o ataque terrestre; não há um meio aéreo isolado. Normalmente, se não há condições para os meios aéreos combaterem, isso significa que também não há condições para o combate terrestres, porque atuam em conjunto.

Não temos forma de resolver um incêndio se os meios aéreos não são acompanhados por meios terrestres que consolidar o trabalho que estão a fazer os meios aéreos. Utilizamos o fogo tático com creditação e continuamos a utilizá-lo, mas, claro, que quando nos é permitido por parte do COS.

Achamos que o fogo tático é um elemento fundamental e em Portugal há uma séria confusão a respeito da definição do fogo tático, do contrafogo, do uso de fogo, de tal modo que acho que é pertinente rever e corrigir, sobretudo, essa definição.

Aquilo que fazemos como sistema de gestão e controlo: temos uma informação geográfica; temos uma central de operações e temos uma central de comando, e todos os alertas são georreferenciados, com uma localização provisória. E à chegada do primeiro meio ao teatro de operações é atualizada a localização do incêndio.

Temos informação operacional, o primeiro meio que chega imediatamente faz-nos um reporte – um ponto da situação – e a partir daí começamos desde o comando, na nossa central de operações, a avaliar como é que esse incêndio vai evoluir e quais são os meios que deveriam ser mobilizados para o seu controlo.

Finalmente, fazemos uma gestão de meios, um controlo diário da entrada e da saída ao serviço de cada um dos meios: todos os combatentes estão cadastrados, cada equipa no início do serviço faz um reporte de início do serviço, dizendo que estão ao serviço os combatentes números e tal; como, repito, estão todos cadastrados, automaticamente sabemos, para cada equipa, onde estão e quais são as pessoas que estão ao serviço.

Todos os meios estão equipados com um sistema de localização de GPS e fazemos uma monitorização em tempo real. Sabemos exatamente onde está cada um dos meios.

Temos também – e achamos que é uma mais-valia na AFOCELCA – um sistema de inspeção e controlo da supervisão. Nós fazemos uma supervisão ativa, isto é, todas as equipas são inspeccionadas pelo menos em cada 15 dias e, quando o são, faz-se um auto de vistoria sobre qual é o ponto da situação da equipa, ou seja, fazemos a revisão das ferramentas – se foi feita a manutenção das ferramentas, se a motosserra tem ou não combustível, se a corrente está operacional ou não, se o depósito tem água ou não, se a motobomba funciona ou não... É porque no início da AFOCELCA o único problema que tínhamos era que efetivamente tínhamos as equipas e, quando chegávamos, pedíamos para fazerem a motobomba arrancar e ela não arrancava, ou o depósito não tinha água ou tinha metade da água, ou a manutenção das ferramentas não estava feita...!

Portanto, mantemos um controlo bastante apertado das equipas e achamos que esta supervisão ativa é uma mais-valia que temos na AFOCELCA. E a partir daí fazemos até inspeções de

rotinas, inspeções de surpresa, qualificações e de *rankings* de resultados pelas inspeções. No final de cada campanha, fazemos a “Gala da AFOCELCA” e são premiados os chefes de equipa e as brigadas que obtêm os melhores resultados no fim das inspeções, não tanto no dos incêndios, porque os incêndios são uma coisa particular, embora no caso dos incêndios também se inspecionem as equipas para verificar se efetivamente estão cumprindo ou não os procedimentos que estão estabelecidos.

A AFOCELCA faz uma aposta firme na formação e na profissionalização do pessoal: nós fazemos uma formação teórica, com uma avaliação escrita do pessoal; fazemos uma formação prática que é ministrada pelos supervisores da AFOCELCA; e fazemos uma avaliação física, executada por um licenciado em educação física onde verificamos e controlamos se efetivamente as pessoas que estão ao serviço da AFOCELCA cumprem ou estão minimamente em condições de físicas de acudir, de chegar a um teatro de operações em condições de segurança.

Fazemos também, mas neste caso não para toda a equipa, infelizmente, ainda não conseguimos atingir todas as equipas, mas pelo menos fazemos a todos os chefes de equipa uma avaliação psicológica também por um licenciado em psicologia. Isto porquê? Porque muitas pessoas podem ter experiência em combate a incêndios, mas administrar uma equipa de combate em situação de *stress* já não é a mesma coisa. Portanto, há uma série de outros aspetos relacionados com a psicologia que devem ser avaliados e um chefe de equipa necessita de ter essa capacidade, porque pensamos que são os chefes de equipa que podem trabalhar no teatro de operações com uma, com duas, com cinco, com vinte equipas e nem todos têm a mesmas capacidade...

Tentamos fazer uma seleção de pessoal através de testes físicos – medimos a capacidade/resistência aeróbica, a composição corporal... O limiar aeróbico, especificamente, para o chefe de brigada é mais exigente; para o resto da equipa, para o combatente, como lhe chamamos, não é tão estrito, mas para o chefe de equipa é bastante exigente. Solicitamos aos chefes de equipa um teste médico, com pelo menos um controlo cardiovascular, fazemos uma avaliação física, um controlo físico, de eficiência motora ou impeditiva, que é fundamental – infelizmente, no teatro de operações, por vezes verificamos que há pessoas que não têm condições físicas para lá estarem, pois têm problemas, digamos, para caminhar, diversos problemas físicos... –, e algum controlo de doenças ou infeções impeditivas para atividade que vamos realizar.

Finalmente, mais uma vez, o teste psicológico: medimos o nível de escolaridade para ver qual é o nível que conseguimos atingir em termos de formação, porque se damos uma formação demasiado teórica ou demasiado intensiva e as pessoas não têm o nível mínimo de escolaridade, essa formação está perdida.

Tentamos ver também a experiência em combate a incêndios, o nível de inteligência e traços de personalidade. Estes são os parâmetros fundamentais que tentamos medir para a seleção do chefe de equipa.

Voltando à apresentação, no que respeita ao que foi feito em 2013, temos uma central de operações que está sedeadada em Leirosa, temos três supervisores de proteção, que são técnicos ou engenheiros florestais; temos 18 oficiais de ligação do distrito no centro de comando operacional, temos três torres de vigia que estão integradas na rede nacional de postos de vigia, um em Santa Justa, em Valongo, no norte, temos uma torre de vigia em Salvador, que

fica perto da serra de Malcata, e há uma outra torre na zona centro, que é a torre do Alcoentre. Essas três torres são administradas pela AFOCELCA e estão integradas no sistema nacional de torres de vigia.

Temos 37 unidades de prevenção e vigilância, a que chamamos UPV, que conta com 13 elementos, uma carrinha com *kit*; temos 17 equipas de combate terrestre, neste caso já são seis elementos e uma viatura de tipo *Unimog*, tipo semipesada; temos três brigadas helitransportadas, com helicópteros ligeiros e também com material sapador; temos cinco *bulldozers* em regime de pré-ativação, quer dizer, não estão contratadas diretamente pela AFOCELCA, mas são utilizados caso seja necessário, portanto, estão em pré-ativação e por vezes, quando o prognóstico é alto, já fazemos a sua pré-ativação e pré-posicionamo-las por forma a minorar o tempo de resposta.

O mais importante para a AFOCELCA são os 45 colaboradores que são funcionários do quadro da empresa e que estão também integrados no nosso sistema de proteção.

Temos uma distribuição territorial dos meios que, tal como podem verificar nos *slides*, abrange todo o território nacional, tanto a unidade de prevenção e vigilância, como a equipa de combate e helitransportada.

Há um gráfico com a participação da AFOCELCA que nós incluímos no *PowerPoint* (*slide* 17) e que é importante: 95%, 96% das intervenções da AFOCELCA são fora do seu próprio património; estão dentro da propriedade das empresas.

De alguma forma isto representa algum subsídio para AFOCELCA? Não, a AFOCELCA não recebe apoios de nenhum tipo. Poderíamos até traduzir estes 96% numa prestação de serviço público, porque, efetivamente, as empresas através da AFOCELCA estão a prestar um serviço público, porque 96% das suas intervenções estão fora do património. Mas também é verdade que nós fazemos isso para evitar, efetivamente, que o incêndio venha até à nossa plantação.

Um outro assunto que é fundamental para a AFOCELCA, porque acreditamos no *slogan* que diz que “Portugal sem fogos depende de todos”, é o da coordenação e colaboração com todas as entidades, que assumem uma importância fundamental na AFOCELCA. A fotografia que vos mostro no *slide* 18 não foi feita por acaso: efetivamente, tentamos integrar-nos com os bombeiros e estabelecer uma cadeia de combate comum.

Como já vos disse, desde 2005, a AFOCELCA integra o Dispositivo Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais.

Sobre os aspetos positivos observados no DFCI desde 2006, digamos que o que mais nos interessa são os aspetos positivos que temos verificado a partir da formulação do Plano Nacional de Defesa da Floresta de 2006, altura em que se adotou um plano nacional, uma filosofia de comando único na Autoridade Nacional de Proteção Civil, se estabeleceu uma estratégia de ataque aos incêndios (com tempos de chegada e golpe único/ataque massivo), se incorporou conhecimento florestal no teatro de operações, se melhoraram os meios e os equipamentos, se utilizam máquinas de rastos no teatro de operações e há uma melhor gestão de controlo dos meios aéreos.

Achamos, no entanto, que alguns problemas ainda existem: o abandono do território rural; o uso incorreto do fogo; falta de ordenamento do território; incumprimento das responsabilidades sociais; e dificuldades na priorização do combate.

Agora, o que é que podemos fazer melhor? Gradar o terreno em redor da aldeia – o Prof. Xavier Viegas falava da aldeia protegida, da aldeia segura ou da população segura –; sensibilizar a população e ensinar a queimar; apoiar as queimadas com recurso a sapadores e a bombeiros; informar sobre os perigos; partilhar e vigiar; e, quando for preciso, infelizmente, punir.

Vemos também que há uma falta de ordenamento do território. O que podemos fazer? Prevenção no âmbito da proteção civil; atuar junto dos municípios através de regulação e fiscalização dos perímetros urbanos; sensibilizar os proprietários para limpar em redor da casa – mais uma vez, o Prof. Xavier referiu isso; patrulhar e vigiar e, mais uma vez, punir os infratores; responsabilizar, neste caso os autarcas; e melhorar a priorização no combate.

Temos, infelizmente, em Portugal espaços periurbanos perigosos. Portanto, o que podemos fazer? O município deve fazer a contenção do perímetro urbano; sensibilizar as indústrias; informar as pessoas sobre os perigos; patrulhar e vigiar; responsabilizar os autarcas; contabilizar os custos de combate; informar e cobrar os responsáveis – algo similar ao que se está a fazer com o serviço de saúde, pelo menos as pessoas recebem informação sobre quanto custou o combate, porque como ninguém sabe..., como quem paga o incêndio é o “pai” Estado, ninguém se responsabiliza.

Há um incumprimento da responsabilidade individual. Portanto, aquilo que podemos fazer melhor é informar para mudar os comportamentos; explicar e demonstrar a importância do valor da floresta, é fundamental; informar a população sobre a responsabilidade; ensinar a limpar e envolver a comunidade; informar sobre os riscos; enfim, em última instância também fazer cumprir a lei.

Acho que Portugal tem leis suficientes, por vezes se calhar até demais, e que o importante é fazer cumprir a lei.

A partir daqui a oportunidade para melhorar a defesa da floresta contra incêndios, que nas empresas da AFOCELCA pensamos que existe, consiste em: definir a floresta como uma prioridade política; operacionalização da prevenção; proceder à fiscalização e aplicação da lei (queimadas); melhorar o sistema de deteção (24 h e precisão na deteção); aumentar as competências dos recursos humanos envolvidos (e o Prof. Xavier Viegas também já aqui falou sobre a formação e o comportamento do fogo); comando e controlo do programa dos Sapadores Florestais, o qual nós, na AFOCELCA, achamos que está subutilizado e que poderia ser consideravelmente melhorado; proceder a uma avaliação internacional periódica do sistema nacional de DFCL.

Qual é a ideia? Se observarmos o *slide* 26, o que se pretende é transformar o atual paradigma da situação, uma vez que, hoje, uma grande fatia do esforço do dispositivo está colocada na «supressão» do incêndio e devemos transformá-la em prevenção, e passarmos a fazer prevenção entre maio e novembro; em junho fazer a pré-supressão, organizar a força; em julho, agosto e setembro fazer o combate, porque é quando ocorrem os incêndios.

Aqui há também um assunto fundamental que é a nossa proposta para redefinirmos as prioridades. Achamos nós que a primeira prioridade deve ser evitar e reduzir as ignições.

O Sr. professor Xavier Viegas disse, e muito bem, que em Portugal há dias com 250 a 400 incêndios... Não há país no mundo que suporte estes valores! Portugal, infelizmente, está no “Top 1” da quantidade de incêndios por ano; Portugal anda por volta de 90 000 a 91 000 incêndios por ano e isso não pode ser! É demasiado para o tamanho do território e para o número de

habitantes! Não pode ser! É imperativo reduzir a quantidade de ignições. Não é um problema de número de aviões, de tipo de aviões... Com essa quantidade de incêndios há momentos em que, decididamente, não há hipóteses!...

Portanto, a primeira prioridade é evitar e reduzir as ignições, sensibilizar e informar a população sobre a aplicação da lei; depois vem uma segunda prioridade que é a de redução do impacto através do ordenamento florestal, da gestão de combustível, da remoção de resíduos, da construção de estradas e pontos de água, treino e prontidão da operação no terreno.

Finalmente, a última prioridade que, por vezes, infelizmente, é aquela de que mais se fala: é o combate, é mitigar as consequências. Para nós, é a última oportunidade, portanto, é a terceira prioridade: que façamos uma atuação oportuna, uma intervenção inteligente e um combate eficaz.

Pensamos que a prevenção é fundamental, temos de melhorar e investigar a divulgação das causas de incêndios e saber porque é que ocorrem e quais são as suas causas, porque os motivos dos incêndios não são iguais em todo o país e a única forma de conseguirmos fazer uma campanha efetiva de sensibilização é sabermos o que se passa; se não sabemos das motivações que levam as pessoas a provocarem incêndios, dificilmente vamos ter uma campanha de prevenção eficaz.

Portanto, temos de redesenhar a campanha de sensibilização. Podemos fazer uma campanha nacional do tipo "Portugal sem fogo", mas, necessariamente, temos de fazer uma campanha focada no público-alvo, porque o país não é todo igual.

Falou-se aqui, mais uma vez, do famoso tema da prevenção estrutural. Temos de estabelecer com rigor qual a silvicultura preventiva, preparar e executar o plano de redução de combustível, planejar e executar a gestão do combustível e fazê-lo com a intervenção das câmaras municipais.

Assim, toda esta atividade, além de manter a floresta em melhores condições de segurança, facilitará o trabalho.

Infelizmente, vemos pelos *media* durante a campanha e durante a épocas de fogos que o tema se traduz em dizer que não há condições, porque a floresta está suja...! Bom, não temos hipóteses de manter a floresta tipo jardim... Não há hipótese, não há custos que suportem isto!

Portanto, primeiro é importante reduzir o número de ignições e, paralelamente, melhorar e standardizar o CDOS. Neste sentido, tem-se avançado bastante, embora verifiquemos que os procedimentos e as formas de decisão não são iguais em todos os distritos, não têm a mesma forma de operar, pelo que é fundamental normalizar e uniformizar esses critérios.

Relativamente ao índice de risco temos de melhorar e trabalhar na questão do prognóstico de risco de incêndio e isto tem que ver – e disto também falou o Sr. Prof. Xavier Viegas – com o facto de não conseguirmos ter alertas atempados sobre o que pode ocorrer.

Sobre o combate aéreo – e este é um assunto demasiado específico –, achamos que se devem melhorar as operações aéreas através da incorporação de um coordenador aéreo, através da realização de cursos de formação e da utilização de aviões ou helicópteros ligeiros para coordenar o teatro de operações.

Há muitos incêndios em Portugal em que há três ou quatro aeronaves a operar, mas não há uma coordenação aérea, ou seja, quem está a coordenar é um comandante local que está em terra e não tem nenhuma hipótese de saber exatamente o que está a fazer o meio aéreo.

Atenção, este é um assunto importante. Felizmente, em Portugal não tem tido havido nenhum acidente deste tipo e esperamos não ter, mas em nenhuma parte do mundo em que se faz combate a incêndios florestais as operações aéreas são coordenadas e dirigidas por alguém que está especificamente orientado para esta função.

Quanto às operações no terreno é importante melhorar as capacidades de terreno, através da criação de forças especiais, e de melhorar a formação das pessoas, nomeadamente, na utilização de material de sapador...

Os bombeiros têm excelente formação, só que a formação está bastante orientada para o combate a incêndios de tipo estrutural e não de tipo florestal. Portanto, há uma tendência fortíssima no quase uso exclusivo da água, enquanto que a utilização de máquinas, sejam *bulldozers* ou máquinas de rastos para construção de linhas na zona de perímetro, não é tão usual.

Finalmente, como já referi, há que testar a capacidade do dispositivo especial de combate em situações extremas, através de simulacros de incêndios florestais, pois, infelizmente, esta é uma situação muito comum em Portugal e todos os incêndios se transformam num problema de proteção civil.

Um outro aspeto que há a melhorar é o uso do fogo. Pensamos que deveríamos melhorar a utilização do fogo como ferramenta de combate aos incêndios e deveria ensinar-se a sua utilização e não proibi-la, fomentando e orientando a utilização segura do fogo, calendarizando e fazendo queimadas, e promovendo e difundindo cursos e facilitando e simplificando a credenciação das pessoas.

Bom, creio que fui muito rápido, mas creio ter conseguido fazer a apresentação...

A Sr.^a coordenadora (*Teresa Caeiro*): – Em todo o caso, Sr. engenheiro, se me permite, já passou meia hora e eu ia, neste momento, tomar a liberdade de o interromper, porque devíamos estar agora começar com as restantes audições que temos programadas para hoje.

Então, agradeço-lhe a sua apresentação tão extensa quanto autoexplicativa, espero eu.

Vou ter de pedir aos Srs. deputados uma grande contenção no uso da palavra, pois, volto a dizer, é para mim muito difícil conciliar o cumprimento das nossas agendas com o cabal esclarecimento que todos pretendemos.

Na lógica da rotatividade, darei a palavra ao Sr. deputado Hélder Amaral.

O Sr. *Hélder Amaral* (CDS-PP): – Sr.^a coordenadora, serei breve – aliás, a apresentação foi mesmo autoexplicativa e subscrevo-a quase na totalidade, até porque gostaria de ver no país a realidade da AFOCELCA multiplicada e replicada, embora a realidade da AFOCELCA seja incomparavelmente diferente da que temos no país com as nossas condições.

Vou ser muito preciso nas questões que quero colocar.

Julgo que é na pré-prevenção que devemos fazer a nosso enfoque e perceber como é que a AFOCELCA a faz, porque o senhor falou na proximidade de meios, que é meio caminho andado para o tal combate rápido e eficaz para que cada fogo não se transforme num incêndio, e de que deve haver uma boa análise de risco e bom mapa de risco para saber o que é que na próxima época está em risco.

Portanto, a pré-prevenção também tem que ver com os riscos que são identificados, pelo que gostaria de saber como é que a AFOCELCA faz isso.

Quanto ao que referiu sobre a formação estou totalmente de acordo, pois é o que deveríamos fazer – aliás, estava convencido de que fazíamos uma boa gestão da utilização dos meios aéreos e que tínhamos até alguém especialista para que nenhum *Kamov* “encavalite” num *Canadair* e vice-versa, mas vou ver se é mesmo assim ou se não temos, de facto, ninguém a controlar os meios aéreos.

Gostaria também que a AFOCELCA – e esta é matéria que perpassa nesta comissão – relativamente ao fogo tático, porque parece que ninguém consegue dizer exatamente do que é que estamos a falar, e já vamos num conjunto de audições longas, nos pudesse dizer o que é que se deve definir como fogo tático e como é que é um bom uso do fogo, sem andarmos aqui com uma definição que não nos leve a lado nenhum. Portanto, se nos puder ajudar, mesmo que não seja agora, e enviar-nos documentação para que possamos definir para nós próprios o que é o fogo tático, era importante.

No vosso sistema de vigilância, gostaria que nos dissesse, dos vários meios que utiliza, qual é o mais eficaz, isto é, se são as torres de vigia, se é um outro meio... Nós estamos a adotar alguns outros meios, nomeadamente de georreferenciação, a utilização de satélites e, portanto, em vez de estarmos a experimentar se pudermos ter a vossa experiência para podermos ser mais eficazes também seria bom.

Termino, dizendo que sou muito favorável à punição dos infratores. Eu sou de Viseu e os fogos em São Pedro do Sul e em Tondela foram dos maiores... Eu próprio disse que nenhum autarca pode desconhecer a geografia, a floresta e o seu território e ver o que acontece em fogos onde os autarcas saem praticamente impunes, é algo que me ultrapassa...

Portanto, punir é uma coisa que eu, enquanto membro deste grupo de trabalho, estarei muito atento para saber se conseguimos aqui ter alguma do tipo causa/efeito, porque é impossível ter tantas ignições e tantos fogos com aquela desculpa de depois termos uma coincidência de temperatura, humidade e vento... A realidade é o que é, mas é por isso que existem bombeiros e existe a Autoridade Nacional da Proteção Civil.

A Sr.^a coordenadora: – Tem a palavra o Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Sr.^a coordenadora, muito obrigado.

Vou procurar ser rápido, sendo que esta apresentação que nos foi feita tem uma dimensão tamanha que não me permite fazer aqui uma análise neste pouco tempo que temos ao nosso dispor. De todo o modo, concordo inteiramente com a apresentação que foi feita.

Num dos últimos *slides* dizia-se que se devia aumentar, essencialmente, a prevenção, com o que estamos todos de acordo. O território da AFOCELCA não é exatamente o mesmo que o território nacional, mas podemos ter aqui um “banco de ensaio” e como “banco de ensaio” eu gostaria de começar por perguntar, porque até está aqui também presente o Sr. presidente do conselho de administração, qual é em percentagem a parte que dedicam à prevenção e a parte que dedicam ao combate. Qual o investimento, digamos assim, na prevenção e no combate?

A AFOCELCA é conhecedora da realidade da floresta portuguesa e uma das nossas dificuldades em fazer o ordenamento e o planeamento florestal tem que ver com a diversidade, o minifúndio e a falta de emparcelamento.

Portanto, como temos aqui uma empresa privada, e tendo nós já ensaiado outros modelos de emparcelamento, nomeadamente com as ZIF, gostaria que nos deixassem aqui – e sei que isto está um bocadinho fora deste âmbito – a vossa visão empresarial sobre a forma de promover o emparcelamento do território florestal.

Queria aproveitar também para referir que é bom termos aqui um especialista na matéria que não é cidadão nacional para trazer até nós uma coisa que sabemos que é impensável: termos sinistralidade baixa nesta matéria dado o elevado número de ocorrências. Efetivamente, o número de ocorrências é exageradamente grande para podermos ser eficazes no combate.

Vou voltar um bocadinho atrás e deixar aqui uma pergunta a um especialista nesta matéria e a um reconhecido universitário, dizendo-lhe que não pretendo que me dê a resposta agora, mas pode enviar-ma.

Tenho visto muitos estudos do professor Xavier Viegas, eu já o acompanhei em teatro de operações em alguns incêndios, mas não vi ainda um estudo – e pode ser que exista, mas eu não o conheça – sobre a que se deve um número tão significativo de ocorrências. Ou seja, gostaríamos nós de saber porque é que temos um número de ocorrências tão elevado.

O Sr. engenheiro falou das técnicas de combate e eu gostaria que se pronunciasse sobre se temos algumas técnicas de combate que não são adequadas. É porque da exposição que fez eu vi logo uma: a utilização dos meios aéreos. Na verdade, eu também reconheço que a utilização dos meios aéreos sem um acompanhamento terrestre é, digamos assim, andar a desperdiçar água.

Portanto, gostaria que se referisse a este ponto um bocadinho melhor, porque dá-me ideia de que, algumas vezes, temos, se calhar, meios aéreos em excesso ou que não estão devidamente coordenados... Andam a deitar água no meio de um incêndio e, obviamente, depois, se não há ninguém no terreno, essa ação deixa de ser eficaz.

Prometi ser breve e vou sê-lo, mas queria ainda falar do seguinte: há ainda um outro problema que temos nos incêndios que tem que ver com a questão dos reacendimentos.

Já aqui foi referido pelo professor Xavier Viegas e também por vós e por outras equipas, que temos um número excessivo de reacendimentos, porque não fazemos um acompanhamento adequado.

Ora, eu queria perguntar à AFOCELCA como é que faz o rescaldo e, de certa forma, até que ponto é que fica na floresta a vigiar os reacendimentos, porquanto presumo que nós, se calhar, temos algumas forças em presença, nomeadamente até os sapadores florestais que, muitas das vezes, os desviamos para o combate quando, se calhar, deveríamos privilegiar o rescaldo e a prevenção para que o reacendimento não aconteça.

Agradeço imenso a apresentação, que espero que fique disponível para o nosso relatório.

A Sr.^a coordenadora: – Aproveito para dizer que já foi pedido aos vários intervenientes que nos deixassem as respetivas apresentações.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Sr.^a coordenadora, o Sr. engenheiro começou por referir a questão da primeira intervenção, dizendo que o melhor é chegarmos mais rapidamente. Essa é uma matéria em que Portugal tem bons índices. Ora eu gostava de saber se acha que podemos melhorar – creio que este ano cerca 95% de fogos foram apagados pela primeira intervenção – e como é que podemos melhorar.

A segunda questão tem que ver com o vosso corpo. Em primeiro lugar, diz-me que tem oficiais de ligação nos oito distritos e gostava de saber qual é a formação dos vossos oficiais, se têm uma formação correspondente àquilo que existe na estrutura pública ou se têm uma formação superior.

Depois, em relação às várias técnicas utilizadas, como as linhas de fogo, o fogo tático, etc., eu gostava de saber se considera que a tática de ataque aos fogos ampliados, em Portugal, é correta. Isto é, há um bocado a ideia de que vamos ao fogo em vez de esperarmos pelo fogo. Não sei isto é correto ou não, pois não sou técnico e percebo muito pouco, mas gostava de saber como é que isso funciona em Portugal e qual é a experiência que tem em Portugal.

Quanto à área que gerem, que é de 200 000 ha, quantos fogos ampliados é que houve nesta área? Quantos fogos é que a AFOCELCA teve com mais de 100 ha nos últimos cinco anos? Se é que têm aqui disponível o número, porque, se não têm, eu gostava que no-lo fornecessem depois.

Em relação ao investimento, subscrevo a pergunta do meu colega, mas vou mais longe, dirigindo a minha questão ao administrador. Gostávamos de saber quanto é que se gasta, efetivamente, na prevenção e no combate nestes 200 000 ha em concreto.

Quanto à pré-ativação de *bulldozers*, considera que a questão das máquinas de rastos do dispositivo está resolvida ou podemos fazer melhor em termos de máquinas de rastos?

Vi que defende o reforço das forças especiais de bombeiros e proteção civil e, portanto, essa pergunta está respondida, mas há uma outra questão que coloco, que é a seguinte: estes homens têm um grande desgaste do ponto de vista da sua tarefa; pergunto qual é a rotatividade que existe nas equipas de combate e qual é a idade limite que considera que estes homens devem ter, além de todos os testes médicos que fazemos, ou seja, se nas forças especiais de combate deve ou não deve haver uma idade limite para a participação nestes corpos.

A Sr.^a *coordenadora*: – Sr. Eng.º Orlando Ormazábal e Sr. Eng.º João Lé, vou ter de apelar à vossa capacidade de síntese, o que, aliás, não pareceu nada difícil no caso do Sr. Eng.º Ormazábal... Não vejo como se pode queixar do seu português, porque foi muitíssimo expedito e fluente.

Faça favor, Sr. Eng.º Orlando Ormazábal.

O Sr. Eng.º *Orlando Ormazábal*: – Vou tentar responder de trás para a frente.

Quanto à idade limite, efetivamente, na minha opinião, acho que deve haver uma idade limite em combate em zona frontal. Normalmente faço um paralelo com os futebolistas, que chegam a uma idade em que atingem o topo de eficiência e, depois, alguns dedicam-se à treinar as camadas mais novas, outros são treinadores das unidades mais velhas. Os que ficam

não são afetados, podem manter-se nesta área, mas não podem estar na primeira linha de combate.

Como é óbvio, a questão da idade também depende da condição física e das características das pessoas. Há pessoas que poderiam estar aptas para um combate mas, devido à sua forma de estar, normalmente, não têm condições. Depende de cada caso particular. Em geral, uma pessoa de mais de 40-45 anos já não poderia estar numa linha de fogo.

Em relação à rotatividade, efetivamente, as pessoas sofrem um enorme desgaste no combate aos incêndios florestais e este é um problema de gestão do próprio incêndio. Uma força que esteja a trabalhar com esta intensidade de trabalho de construção da linha não pode trabalhar continuamente mais de quatro horas. Trabalha um máximo de quatro horas e depois tem de sair da linha da frente e ir para uma zona de retaguarda para se refrescar, alimentar, descansar e depois pode regressar.

Infelizmente, devido às características dos incêndios em Portugal, nem sempre conseguimos respeitar isto, sendo este um fator que pode levar, e leva, à ocorrência de acidentes. Por isso, este é um tema que tem de ser gerido, neste caso, pelo comando, que tem de saber exatamente há quanto tempo e em que condições é que a força está a trabalhar, e tem de ter o cuidado e a frieza – sei que é difícil, mas é preciso – para dizer: «Estas pessoas não podem continuar a trabalhar, têm de sair». O incêndio continua, mas temos de as tirar. Essa decisão, que sei que é difícil, tem de ser tomada. Não pode manter-se uma pessoa a trabalhar por mais de quatro horas contínuas no combate a um incêndio. É extremamente perigoso.

A respeito das máquinas de rastos, é sempre possível fazer melhor. Felizmente, em Portugal, nos últimos três ou quatro anos, temos vindo a verificar que, em primeiro lugar, se utilizam máquinas de rastos, que há quatro ou cinco anos praticamente não se utilizavam, e, em segundo, que agora há bastantes, mas é sempre possível melhorar. Há que dar formação e as máquinas de rastos, tal como os aviões, também devem ser acompanhadas. As máquinas de rastos por si só podem, até, fazer um caminho, mas tem de haver alguém com alguma orientação que olhe para o incêndio e diga onde é que é necessário fazer a linha, para consolidar o trabalho da máquina de rastos. A máquina de rastos por si só não faz praticamente nada.

Um pormenor que questionaram foi quantos incêndios temos que sejam maiores do que 100 ha. Estivemos a verificar e cerca de 99% dos incêndios têm menos de 1 ha ou têm 1 ha e pouco e ligo isto a outra pergunta que fizeram que era quantos incêndios, em Portugal, se podem resolver no ataque inicial. Atualmente, estão nos 95%, que é bastante bom, mas podemos melhorar.

Em todos os países, infelizmente, 1% ou 2% dos incêndios é que causam, normalmente, 50% ou 60% de danos. Isto não quer dizer que tenhamos de nos preparar para os incêndios grandes, temos é de continuar a melhorar o ataque inicial. No entanto, temos de ter protocolos de atuação para saber quando acaba o ataque inicial ao incêndio e começa um ataque ampliado.

Efetivamente, pode haver melhorias ao nível dos países, cujo nível de eficácia do ataque inicial se encontra, normalmente, nos 95%, 96%, 97%. Nessa matéria, diria que Portugal se encontra bastante bem.

Infelizmente, a questão da ocorrência extremamente elevada é um dos maiores problemas. Relaciono isto com outra pergunta colocada sobre os reacendimentos, pois muitos dos rea-

recendimentos ocorrem, porque não há hipótese de manter as forças nesse rescaldo, nessa ação de controlo desse incêndio, porque aparece outro. Por isso, as forças são retiradas, ou seja, têm de ser necessariamente retiradas para ir acudir a outro incêndio e o incêndio que estava parcial ou totalmente controlado reacende-se.

Este assunto é interessante. Por exemplo, tive a oportunidade de trabalhar numa brigada de combate a incêndios na América e, normalmente, o rescaldo – porque me perguntaram quanto tempo demora, ou aquilo que se deve fazer – de um incêndio, na América, demora três ou quatro vezes mais tempo, ou seja, por cada hora de combate são feitas, pelo menos, três ou quatro horas de rescaldo. Claro que, com a quantidade de incêndios que temos, se as equipas vão demorar quatro vezes mais tempo a fazer o rescaldo, não temos hipótese.

No caso particular da AFOCELCA, em todos os incêndios temos um supervisor que pergunta muitas vezes se o incêndio está controlado e a brigada responde que sim, que o incêndio está controlado. Para nós, o incêndio está controlado quando foi extinto e foi feita uma linha na periferia do incêndio; se não, para nós, o incêndio não está controlado.

A partir do momento em que o incêndio está controlado e a linha está feita, nos dias seguintes, durante três ou quatro dias, mandamos a brigada UPV (Unidade de Prevenção e Vigilância) fazer vigilância ou o que chamamos de “guarda das cinzas”, ou seja, verificar se, efetivamente, o incêndio foi extinto; se aparece algum fumo ou alguma coisa, rapidamente o conseguimos liquidar. Isto porque os reacendimentos têm uma outra característica, que é o facto de o material da periferia já estar pré-aquecido. Por isso, quando há um reacendimento, normalmente, esse incêndio é bastante mais violento do que o próprio incêndio original.

Gostaria de ter sido um bocadinho mais organizado nas respostas que dei, no entanto, irei entregar a apresentação completa, que tem bastante mais informação relativa ao que aqui falei.

Fico também ao dispor para qualquer esclarecimento e não sei se o João Lé tem alguma coisa particular a dizer relativamente ao tema da prevenção, que é um tema mais específico da empresa.

A Sr.ª coordenadora: – Tem a palavra o Sr. Eng.º João Lé.

O Sr. Eng.º *João Lé:* – Em termos de prevenção, divulgamos anualmente os custos que temos com prevenção e com combate. Nos últimos sete, oito anos, a média tem sido acima dos 3 milhões de euros. Sensivelmente, entre 50% a 60%, próximo dos 60%, é prevenção e a prevenção não é limpar matos – tire-se esta ilusão! –, não é só limpar matos, nem arranjar caminhos.

Prevenção é todo um conjunto de planificação de tarefas, identificação de pontos-chave onde deve ser feita a intervenção nos momentos fora da época crítica, é dimensionar os meios que vamos ter necessidade de aplicar, etc. Estou só a descrever peças soltas deste processo, do qual podemos disponibilizar mais informação e teremos oportunidade de o fazer, até, no âmbito das perguntas que nos foram dirigidas concretamente. Portanto, há uma lista de tarefas que têm de se fazer no âmbito desta prevenção.

O combate depende dos anos, mas esperamos sempre que fique abaixo do 1,5 milhão de euros. Esta é a nossa contribuição para a AFOCELCA.

Estes valores referem-se exclusivamente ao grupo PORTUCEL/SOPORCEL. Naturalmente que o grupo ALTRI terá valores da mesma ordem de grandeza, presumo eu, porque as preocupações, a filosofia e os modelos de gestão não são muitíssimo distintos.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Está a dizer que os grupos gastariam cerca de 20 milhões de euros?

O Sr. Eng.º *João Lé*: – Não, os dois grupos têm modelos de gestão semelhantes. Nós gastamos 3 milhões, aliás, um pouco mais de 3 milhões, e presumo que eles gastem na proporção do património que têm, mas em relação a isso não sou capaz de responder.

Teríamos todo o gosto que estivesse cá hoje o nosso colega do grupo ALTRI, mas não lhe foi possível estar presente, de maneira que não vou responder por ele nesse âmbito.

Por outro lado, quero dizer que há um outro trabalho de identificação que temos de fazer e no qual nos articulamos com a AFOCELCA. No âmbito da AFOCELCA, partilhamos todo o nosso património – quer nós, quer o grupo ALTRI – neste domínio do combate e, para isso, temos de identificar onde é ele que está, qual é o risco e o perigo, qual é o valor desse património para, em função disso, distribuímos as brigadas, vemos qual é o melhor tempo de resposta, qual a localização dos meios aéreos, etc.

Acima de tudo, não temos localizações fixas e acho que este é um princípio que devia ser adotado num sistema nacional. Os meios não podem estar estacionados, não podem estar ao dispor de outro tipo de utilizações e de princípios que não sejam os valores a defender. Não estou com isto a dizer que os valores a defender são exclusivamente a produção florestal, os parques nacionais, a paisagem ou qualquer outro valor. Este princípio é, para nós, fundamental.

Sendo uma resposta extremamente complexa, não gostaria de estar a falar muito sobre a questão do ordenamento florestal e do emparcelamento, porque, de facto, cada pessoa tem o seu conceito.

Gostava só de dizer duas ou três muito simples. Primeiro, não acho que haja modelos universais, porque Portugal não é igual de norte a sul. Temos problemas enormíssimos não de minifúndio, mas de microfúndio, no norte, e temos, depois – não problemas, felizmente –, o sul do país, onde não se colocam estas questões com tanta veemência.

Depois, acho que há, no geral, três ou quatro conceitos que é fundamental adotar. Em primeiro lugar, acho que é preciso identificar cenários de mobilização das populações, porque estamos a falar de populações e dos seus bens. Estes podem ser cenários de produção, de recreio e lazer, de proteção ambiental, etc.

Em segundo lugar, é preciso criar um quadro de incentivos que não seja só o sonho de ter um modelo interessante para aquela zona ou para aquela região. Os incentivos podem ser fiscais, criação de prémios ou de outra natureza, mais pessoal ou mais social. Por outro lado, em paralelo, é preciso criar desconforto, que pode ser pelas mais variadas vias, seja fiscal, seja de outra natureza.

Por fim, é preciso encontrar os atores para pôr isto em prática e estes também não são iguais no país todo. Nuns lados poderão funcionar melhor os modelos de ZIF – mas não como estão hoje, porque hoje não funcionam, desculpem ser tão frontal mas não estão a funcionar – e

pode haver outro tipo de figuras, como, por exemplo, a bolsa de terras, a compra e venda de terras, os fundos imobiliários, as associações de produtores florestais, etc.

Há um sem número de agentes que se tiverem capacidade de gestão comprovada, e tem de ser verificada no terreno porque o objetivo não é constituir associações nem instrumentos, é que isso passe, efetivamente, para o terreno, tem de ser medido...

Para finalizar, faremos chegar toda a informação adicional relativa ao conjunto de perguntas que colocaram, nomeadamente sobre as áreas ardidas, o que fazemos nas diferentes situações, etc.

A Sr.ª coordenadora: – Muito obrigada mais uma vez ao Sr. Eng.º João Lé e ao Sr. Eng.º Orlando Ormazábal – espero que continue a sentir-se bem entre nós e no nosso país –, por parte da AFOCELCA.

Muito obrigada aos Sr. professor doutor Xavier Viegas, Dr. Miguel Almeida e Eng.º Luís Ribeiro pela vossa participação e intervenção, que penso que terão sido extremamente úteis para o decurso destes trabalhos.

Penso poder interpretar que estão todos disponíveis para serem contactados por escrito no caso de alguma pergunta ter ficado pendente ou haver alguma dúvida.

O Sr. Eng.º João Lé: – Queria dizer até que estamos perfeitamente disponíveis para partilhar a nossa experiência e participar nalgum grupo de trabalho que queiram lançar, no tal programa nacional, seja o que for, porque a floresta é de todos, não é do Grupo Portucel Soporcel nem do Grupo ALTRI, enfim, há muitos mais valores a proteger.

Portanto, estamos à disposição.

A Sr.ª coordenadora: – Muito obrigada.
Srs. deputados, dou por encerrada esta audição.

Eram 11 horas e 55 minutos.

AUDIÇÃO

COMANDANTE JOAQUIM CHAMBEL

(CADIS – Centro Sul)

COMANDANTE CARLOS RODRIGUES ALVES

(CODIS – Porto)

COMANDANTE ARMANDO SILVA

(CODIS – Viana do Castelo)

12 DE FEVEREIRO DE 2014

(2.ª AUDIÇÃO)

A Sr.ª coordenadora (*Teresa Caeiro*): – Srs. deputados, vamos dar início à nossa segunda audição de hoje.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Começo por agradecer aos nossos convidados o facto de terem acedido a estar presentes nesta reunião do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática dos Incêndios Florestais, que foi constituído por iniciativa da Sr.ª presidente, que entendeu – e bem – que deveríamos aproveitar esta altura, que não é a época de fogos, para fazermos uma reflexão aprofundada sobre esta problemática, sobre as falhas, sobre aquilo que podemos e devemos fazer, de modo a debelar este flagelo que anualmente vai destruindo o nosso país e, muitas vezes, ceifando vidas.

Assim sendo, eu gostaria de agradecer aos Srs. comandantes a vossa presença. Tínhamos combinado com os Srs. deputados que começariam, desde já, a colocar as questões que entendessem e que depois os Srs. comandantes responderiam individualmente. Não sei se estão de acordo com essa metodologia?

O Sr. deputado Hélder Amaral pediu para ser o primeiro, pelo que, se não houver oposição das restantes bancadas – e penso que não há –, tem a palavra para colocar as suas questões, Sr. deputado.

O Sr. *Hélder Amaral* (CDS-PP): – Sr.ª presidente, eu queria, obviamente, começar por cumprimentar os CODIS (Comandantes Operacionais Distritais) aqui presentes e, para poupar tempo, ir diretamente às minhas dúvidas e questões.

A intenção do grupo de trabalho é perceber e melhorar a legislação existente, e perceber o que é que temos feito e onde é que devemos apostar mais. O nosso trabalho sai facilitado, uma vez que acabámos de ouvir a AFOCELCA e alguns especialistas, e percebemos que grande parte da nossa ação se deve centrar na prevenção. Obviamente, quando falo na

prevenção digo pré-prevenção, porque é preciso ver se os meios funcionam, se os mapas de risco estão atualizados e bem definidos, se o pré-posicionamento de meios também está bem feito e, obviamente, a realidade da AFOCELCA não é replicável pelo país, porque nós temos um conjunto de dificuldades que temos tentado corrigir e nem sempre conseguimos, pelo que aqui a pergunta é saber se definimos bem. E porque me parece que há aqui uma falta de coordenação e uma falta de utilização de meios – ainda agora assistimos à dúvida sobre a utilização dos meios aéreos –, a minha pergunta é se está bem definido quando é que se devem usar os meios aéreos, quando é que eles são eficazes, quem os coordena e se esta mesma clareza existe para a utilização do resto do equipamento (máquinas de arrasto, um conjunto variado de homens ou de populações de bombeiros); porque me parece que perpassa na nossa ideia que há uma descoordenação na utilização de tudo isto e essa descoordenação faz com que, muitas vezes, pequenos incêndios se transformem em grandes incêndios e que alguns se tornem tremendamente perigosos para os homens que os combatem.

Gostaria de saber se está bem definido quando e como devemos ir contra o fogo ou quando e como devemos esperar pelo fogo; quando e como se deve utilizar fogo tático, ou não, e saber bem se esta autoridade, aos vários níveis, está bem definida, porque, apesar de esta questão este ano não ter sido muito falada, também percebemos que inicialmente havia grandes dúvidas sobre a cadeia de comando: quem comanda o quê e quem intervém em que área.

A ideia de abolir o que está na lei – a utilização do COM (Comando Operacional Municipal) – não é deste grupo, já vem do passado: houve até grupos parlamentares que o propuseram. A minha pergunta é se o COM faz sentido, se o COM deve ser para o município ou para uma área maior. Como é que o COM age e em que circunstâncias, com o comandante distrital e depois do comandante distrital para o nacional? Como é que podemos melhorar ou se está tudo já bem feito nessa cadeia de comando.

Depois, obviamente, ver como é que é feita a interação com o Exército e com a GNR.

Penso que já fiz um conjunto razoável de perguntas, pelo que passo a palavra aos meus colegas.

A Sr.ª coordenadora: – Antes que me esqueça, pedia aos Srs. comandantes o favor de se identificarem quando respondessem às perguntas que lhes são colocadas, porque esta audição está a ser gravada. Obrigada.

Daria agora a palavra à Sr.ª deputada Isabel Oneto.

A Sr.ª Isabel Oneto (PS): – Sr.ª coordenadora, queria cumprimentar os Srs. comandantes, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e agradecer-lhes a disponibilidade em virem até cá e ajudarem-nos a compreender esta problemática dos incêndios florestais e do seu combate.

Temos feito aqui um conjunto de audições no sentido de tentar perceber a situação, não só ao nível da prevenção estrutural, mas também ao nível das respostas, naquelas em que os senhores mais intervêm. Assim, e complementando aquilo que o meu colega já referiu, gostaria de levantar algumas questões.

A zona do Porto regista perto de 20 a 23% das ignições de todo o país e suponho que isso se deve ao próprio desordenamento do território, o que faz com que a maior parte dos incêndios sejam mistos e só depois sejam, efetivamente, florestais. É esta a realidade ou há outras causas que justifiquem este número? Como se explica este número de ignições no distrito do Porto?

Em contrapartida, Viana do Castelo tem um problema de mobilização de bombeiros: há, manifestamente, um número baixo de bombeiros voluntários no distrito de Viana do Castelo, e isso coloca-nos a questão de saber como é que o Estado pode lidar com esta realidade quando, efetivamente, o voluntariado funciona, acima de tudo, à noite e ao fim de semana e, durante o dia, aqueles que estão nos quartéis são, em regra, assalariados das próprias associações e, portanto, é com aquele número que, efetivamente, se pode contar. Gostaria de saber como é possível fazer essa gestão, sabendo que grande parte dos incêndios florestais é combatida por bombeiros voluntários, cuja disponibilidade é, muitas vezes, difícil de garantir.

Outra questão tem que ver com o posto de comando operacional e a sua constituição no teatro de operações.

A verdade é que a maior parte das vezes, o que se tem visto é que o teatro de operações, tal como o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro) o refere, é normalmente constituído em ataque ampliado; raramente é constituído no início dos incêndios florestais. Isto prende-se, muitas vezes, com a falta de autoridade do próprio comandante que lidera as operações, porque a verdade é que, em muitos casos, o primeiro incêndio, o primeiro combate é feito por um bombeiro de 3.ª classe ou um bombeiro de 2.ª classe, e o problema é este: se ele for para um incêndio com quatro homens, ele precisa de fazer a avaliação da evolução do incêndio para saber se precisa ou não de mais pessoas, como é que o incêndio vai ou não evoluir. A minha pergunta é esta: são-lhe postos à disposição os meios – o técnico florestal, o oficial de ligação da GNR – para ele poder dizer: “Bem, nestas circunstâncias, com o tipo de vegetação que aqui temos, com o tipo de humidade, com o tipo de temperatura, isto vai demorar x tempo e eu consigo controlar isto ou preciso de mais uma, duas ou três equipas”. E só quando, efetivamente, as coisas começam a assumir uma determinada proporção é que o posto de comando, com o oficial de ligação, com toda a logística, é definido. Aliás, mesmo em grandes incêndios, às vezes, ouvimos dizer que a logística não funciona, nomeadamente a alimentação aos bombeiros, os tempos de repouso, enfim... Se muitas vezes nem nos grandes incêndios estes aspetos estão assegurados, a verdade é que nos pequenos incêndios esta questão também se coloca, acima de tudo porque, na maior parte das vezes, eles não têm um posto de comando operacional, no sentido de terem oficiais de ligação – a GNR, para o trânsito, etc., talvez seja a que está mais disponível no momento, mas quanto ao resto, normalmente, não têm esse tipo de apoio.

Portanto, conclui-se que os incêndios nascem todos pequenos e que se tornam grandes porque deixam de ser controlados.

Como é que se resolve esta questão ao nível do patamar municipal, no sentido de dar condições para que, efetivamente, haja um posto de comando operacional, tal como a lei o prevê, mesmo em incêndios que não tenham a dimensão que justifique a avocação do incêndio por parte da Autoridade Nacional?

A outra questão é precisamente essa da avocação das situações de incêndio.

A verdade é que, a partir de determinada altura, a Autoridade Nacional avoca, porque inter-vém, na medida em que há já uma dimensão do incêndio que justifica subir ao patamar dis-trital, mas a verdade é que desde o início que os senhores acompanham, fiscalizam, verificam, exatamente porque a Autoridade Nacional tutela a atividade dos bombeiros, e os senhores acompanham desde o início, desde a saída do primeiro veículo, ao segundo, ao terceiro...

A Sr.^a coordenadora: – Pedia-lhe que concluísse, Sr.^a deputada, porque já ultrapassou larga-mente o seu tempo.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Vou terminar, Sr.^a coordenadora.

Aliás, por força do princípio da subsidiariedade, os senhores devem acompanhar, e depois avocar, o incidente, o combate ao incêndio florestal.

A questão que coloco é a seguinte: como é que podemos justificar que em incêndios como o do Algarve, ou como em incêndios que ocorreram este ano no Caramulo, não tenha sido acionado um único plano municipal de emergência, nem tenha sido acionado um único plano distrital de emergência? São inoperantes, não servem? É esta a questão que lhes deixava.

A Sr.^a coordenadora: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. Maurício Marques (PSD): – Sr.^a vice-presidente, também eu, em nome do PSD, quero agradecer a presença dos Srs. comandantes e o contributo que podem dar para, de certa forma, minimizarmos este flagelo que ocorre todos os anos.

Já aqui foi referido e não vou repetir o que foi perguntado pelos meus colegas, mas temos aqui um número significativo de ignições e temos um número significativo de reacendimen-tos. Uma questão que se impõe é a de sabermos até que ponto, e dada a vossa experiência no terreno, é que nós temos um número tão elevado de ignições e um número tão elevado de reacendimentos.

Foi dito aqui pelas pessoas que vos antecederam que nalguns países, a proporcionalidade do combate e do rescaldo é de 1 para 3, ou seja, é 1 para o combate e 3 para o rescaldo. Parece-nos que, efetivamente, dado o número de reacendimentos que ocorrem provavelmente não é exatamente esta a relação que existe. Gostaria de vos solicitar que nos ajudassem a perceber se, efetivamente, o rescaldo não é convenientemente executado e de que forma é que poderíamos melhorar nessa prevenção, já que muitas vezes assistimos a situações em que o fogo está controlado, o fogo é considerado extinto e, passado algum tempo, há um reacendimento que dá origem a um incêndio de grande dimensão.

Além disso, queria colocar-vos uma questão, que tem alguma complexidade, de todo o modo eu não poderia deixar de vos colocar.

Existe alguma dificuldade de relacionamento entre as forças em presença no teatro de ope-rações? Muitas vezes, surgem algumas notícias que apontam para alguma dificuldade de rela-cionamento entre as forças em presença. Da mesma forma que também aqui foi dito há pouco, que por vezes não há uma coordenação adequada dos meios aéreos, e isso é preocupante. Por isso, gostaria que se pronunciassem sobre esta matéria.

Depois, e relativamente aos meios aéreos: obviamente que é um ponto que normalmente é “apetecível”.... Sempre que ocorre um grande incêndio, a comunicação social, e todos nós temos a tentação de perguntar pelos aviões, pelos meios aéreos, etc. Mas todos sabemos – e os senhores saberão melhor do que nós – que, efetivamente, o meio aéreo se for isolado não tem a eficácia que lhe é pedida, ou seja, um meio aéreo para ser eficaz tem de ser acompanhado de forças terrestres.

Assim, dada a vossa experiência, pergunto se esta proporcionalidade de forças entre meios aéreos e meios terrestres está equilibrada, porquanto a perceção que tenho – e estive presente em alguns incêndios – é a de que os meios aéreos, muitas vezes, não são acompanhados por forças terrestres e apenas se limitam a descarregar água que, depois, não tem a eficácia necessária.

Procurando ser breve, há ainda uma questão que tem aqui sido referida em anteriores audições, que tem que ver com a falta de alguma formação, quer de formação dos próprios bombeiros – e isso tem implicações não só no combate, mas na própria segurança deles próprios –, quer também com a formação de alguns comandantes – e esta é uma questão que eu gostaria que abordasse.

Vou terminar, falando da movimentação de meios. Nós assistimos todos os anos a um grande teatro de movimentação de meios, na deslocação de grandes colunas de norte a sul do país ou de sul a norte em que, por vezes, dada a demora nessas movimentações, quando chegam ao incêndio, esses meios já não são necessários.

Então, pergunto até que ponto é que poderíamos melhorar essa situação, havendo movimentação de meios, sim, mas de meios humanos e não tão técnicos, porque, muitas vezes, assistimos a que movimentação de meios tem mais que ver com equipamentos, nomeadamente viaturas, autotanques... e, depois, o que falta são homens.

Portanto, sabendo que, muitas vezes, as máquinas poderiam ter uma utilização maior, até que ponto não faltam meios humanos e há excesso, muitas vezes, de meios técnicos? É porque poderíamos melhorar, fazendo a movimentação de meios humanos e não de meios técnicos.

A Sr.^a coordenadora: – Tem, agora, a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. Miguel Freitas (PS): – Sr.^a presidente, muito obrigado.

Começo também por cumprimentar os Srs. comandantes, três homens que há muitos anos andam nestes combates, que têm uma experiência extraordinária para nos trazer, a qual vamos procurar usar neste grupo de trabalho.

Nestas audições, normalmente, procuramos ser “politicamente corretos”, mas eu gostaria de pedir-lhe que na resposta a algumas das questões que vou colocar-lhes usassem de frontalidade, porque, julgo, estamos num momento em que precisamos de tomar algumas decisões importantes. Portanto, apelo à necessidade de alguma frontalidade.

Em primeiro lugar, estamos perante uma figura nova, que é o CADIS. O Sr. comandante Chambel tem grande experiência, já foi CODIS, é hoje CADIS e eu gostava de saber se essa entidade é a necessária para a estrutura intermédia política deste sistema.

Em segundo lugar, eu gostava de saber que caminho é que temos de fazer. De facto, esta entidade tem virtualidades e eu gostaria de saber quais são e qual é o caminho que julga que devemos fazer para a consolidação dos CADIS.

Em terceiro lugar, CODIS/CADIS, experiências e formações... Bom, nós temos CADIS e CODIS com a mais variada experiência e formação a nível nacional. Então, devemos ou não uniformizar a formação dos comandantes operacionais? Isto é, devemos ou não ter uma carreira de gestão de emergência em Portugal com a criação – e o termo não é meu é do Prof. Xavier Viegas que hoje trouxe aqui esse conceito – de uma academia para a formação dos comandantes deste sistema?

Em quarto lugar, temos uma força essencialmente baseada em bombeiros voluntários. Devemos ou não reter a força especial de bombeiros e proteção civil em Portugal? Temos 300 homens, neste momento, e devemos, a prazo, robustecer ou não e como é que isso se pode articular com os GIPS da GNR?

Uma outra questão tem que ver muito com a experiência do Sr. comandante Armando Silva em Viana do Castelo na Peneda do Gerês. Temos um programa para Peneda do Gerês e devemos ou não em Portugal ter programas dirigidos a áreas concretas?

Da sua experiência, podemos ter programas e planos específicos para a Peneda do Gerês ou essa é uma experiência que ainda não deu resultados para podermos tirar conclusões sobre essa matéria?

Numa das audições anteriores foi referido que devemos usar mais meios indiretos de combate. Acha que, neste momento, os nossos corpos de bombeiros estão preparados para passar a uma tática diferente do ponto de vista dos combates ampliados em Portugal?

Vou terminar com uma pergunta, que é recorrente e que também tem que ver com a sua experiência em Viana do Castelo e que tem que ver com a necessidade de adequação de meios e com o modelo GRUATA e GRIF.

Gostava, pois, de saber se isso resolve o problema ou se é necessário ter outra forma para resolver a questão da adequação de meios, particularmente no distrito de Viana do Castelo.

A Sr.^a coordenadora: – Vamos passar à fase das respostas, para o que dou a palavra ao Sr. comandante Joaquim Chambel, que dispõe de 15 minutos, o que é um exercício difícil tendo em conta o grande conjunto de perguntas que foi colocado, mas, dado o adiantado da hora, peço-lhe alguma contenção, na medida do possível.

O Sr. comandante *Joaquim Chambel* (comandante do CADIS – Centro Sul): – Muito obrigado, Sr.^a coordenadora.

Quero agradecer a oportunidade que a mim e aos meus camaradas nos deram no sentido de também tentarmos contribuir para, senão a resolução, pelo menos, o minorar do problema dos incêndios florestais em Portugal.

Desempenho as funções de comandante de agrupamento do centro sul e, no que se refere aos incêndios florestais, tenho, neste momento, uma experiência de 37 anos.

Vou tentar, muito sucintamente, dar resposta muito direta e objetiva a um conjunto de perguntas que aqui foram formuladas, mas, como muitas delas estão interligadas, os Srs. deputados

desculpar-me-ão, mas não irei falar da questão muito concreta do Porto e de Viana do Castelo, dado que estão aqui pessoas que estão muito mais à vontade do que eu e que, decerto, darão um melhor contributo nas suas respostas.

Relativamente à coordenação dos meios aéreos, que foi a primeira questão que foi colocada, quero dizer que desde há vários anos – e isso tem sido melhorado ano a ano – o país dispõe de um Sistema Integrado de Operações de Proteção Civil e de Socorro e também de um manual de operações com meios aéreos no combate aos incêndios florestais.

Assim, em qualquer um destes documentos estão perfeitamente plasmadas as regras de envolvimento, as regras de empenhamento e quem é que tem competência para atuar em cada um dos momentos.

Temos de distinguir aqui duas situações: ataque inicial, em que as regras estão perfeitamente definidas, não só o envio de um meio aéreo que esteja mais próximo, e em que estão elencadas em cada um dos distritos do país as freguesias que, pelo seu risco, pela sua perigosidade, perante um alerta de incêndio permite que cada um dos comandos distritais para lá envie de imediato dois meios aéreos.

Portanto, há uma listagem bastante estática, que tem alguma margem de manobra e todos estes critérios estão perfeitamente plasmados nas normas.

Relativamente ao ataque ampliado temos exatamente a mesma coisa: uma intervenção de avaliação feita pelos comandantes de agrupamento que, depois, fazem a solicitação ao comando nacional. Não se trata de um processo burocrático, mas trata-se de um processo de priorização, ou seja, trata-se de garantir que, face a uma área grande do território nacional onde existem vários incêndios, o empenhamento dos meios aéreos pesados nacionais vai efetivamente para o local onde os meios aéreos façam mais falta.

Em todas estas respostas que vou dar vamos sempre chegar ao ponto de partida: a nossa competência para o combate. Mas eu queria recordar e realçar que o combate tem de voltar a ser a exceção, porque é o fim da linha, ou seja, não me parece que consigamos encontrar soluções para o problema nacional dos incêndios florestais com este foco imenso que continua a haver sobre o combate. O combate está a tentar suprir um conjunto de deficiências que estão a montante e é afetado também por essas deficiências.

Todo o conjunto de regras que existem e que também vieram à colação nas questões que foram levantadas acabam por nem sempre ser aplicáveis, ser operacionalizáveis, principalmente por uma razão: pelo número anormal de ignições que este país tem.

Nós temos de 2003 a 2013, no período de agosto, uma média de ignições de cerca de 5400, ou seja, todas as nossas normas, todos os nossos procedimentos acabam por vir a ser afetados por um número de ignições excessivo e que ainda tem um problema a agravar-se: se virmos as estatísticas o que acontece é que estas 5400 ignições durante o mês de agosto... E quero lembrar que, em 2013, durante o mês de agosto tivemos 5844 ignições e que não estão aqui contabilizadas as ignições agrícolas que têm de ser combatidas pelo dispositivo, porque elas confrontam com o espaço florestal e vão acabar inevitavelmente por criar incêndios florestais...

Portanto, este número de ignições, que, ainda por cima, é concentrado ao longo do verão em alguns distritos, fundamentalmente a norte – e não estamos a falar de uma distribuição

homogénea em todo o território nacional e vai-se agravando conforme vamos para o norte do país —, acaba por, depois, ter algumas consequências na operacionalização e na concretização das normas. É porque – e foram focados aqui alguns aspetos –, por exemplo, temos a incapacidade de um gabinete técnico florestal estar em três ou quatro incêndios ao mesmo tempo; temos também a questão dos rescaldos e dos reacendimentos que está estritamente relacionada com o número de ignições e com a concentração de ignições no espaço e no tempo. Porquê? Porque se formos ler o relatório do ICNF, que é publicado mensal ou quinzenalmente, é fácil perceber que existe uma correlação entre o maior número de reacendimentos nos locais que foram sujeitos a uma maior pressão, ou seja, os bombeiros tiveram que andar a acorrer a novas ignições, o que, obviamente, prejudica o trabalho de consolidação para evitar todos estes reacendimentos.

Há um dispositivo montado, bem estruturado, doutrinado, que tem normas muito claras relativamente ao seu empenhamento, mas, em determinados momentos, a capacidade instalada, do meu ponto de vista, é ultrapassada por excesso de ignições, ou seja, a melhoria, o desempenho da estrutura de combate acaba por ser afetada se não conseguimos intervir, por um lado, no número de ignições e, por outro lado, nas questões que têm que ver com o ordenamento do território e da gestão florestal e com o cumprimento do decreto-lei n.º 124/2006, particularmente no que respeita à defesa dos agregados e do edificado.

Se formos ver no histórico – e permitam-me usar um pouco a minha experiência –, todos os incêndios que nos primeiros 30 minutos tiveram edificado envolvido têm uma grande probabilidade de passar a ataque ampliado, porque a prioridade deixa de ser seguir as regras normais de contrariar a propagação do incêndio florestal e o empenhamento é fundamentalmente centrado na salvaguarda do edificado, das habitações e das infraestruturas que lá estão.

Também relacionado com isto, quanto à proporção entre os meios aéreos e os meios terrestres, as mesmas regras e as mesmas diretivas são muito claras: perante um incêndio florestal, no mínimo, são ativados, num período máximo de dois minutos, um meio aéreo e, pelo menos, três veículos de combate a incêndios florestais, sendo que o próprio meio aéreo transporta uma brigada.

Voltamos à mesma questão: muitas vezes, devido ao excesso de ignições, o que acontece é que não conseguimos, estritamente, em alguns momentos e em algumas áreas geográficas do país, cumprir estas normas, porque o número de ignições ultrapassa a capacidade que está instalada para responder. Ou seja, grande parte da otimização do dispositivo passa também pela diminuição do número de ignições que o país tem.

Para isto é necessário sensibilizar, mudar comportamentos, atuar também coercivamente, e essa atuação tem de ter consequências, porque, se assim não for, não será possível.

Tive oportunidade, porque, infelizmente, também tive que ir ajudar no incêndio de Carvalhal da Mulher, no Caramulo. E, às duas da manhã, estávamos a combater um incêndio, e tínhamos um festival de fogo de artifício por todas aquelas aldeias, o que era muito visível porque estávamos num alto. Ora, isso não é, obviamente, compatível com um esforço para se resolver, a nível nacional, o problema dos incêndios florestais.

Esta é uma obrigação de todos e, obviamente, tem de haver aqui um outro tipo de abordagem e de ação, para garantir que, efetivamente, também cada um de nós, enquanto cidadãos,

ou as entidades possam contribuir para a diminuição deste número. É dos aspetos mais críticos que temos de resolver.

Uma das questões que aqui também foi levantada tem que ver com a preparação, com o apoio, com a sustentação logística. O comandante operacional municipal, do meu ponto de vista e pela minha leitura da lei – vou repetir algo que já aqui foi dito, neste grupo de trabalho, mas não sou jurista, alguém terá de verificar – a minha leitura é a de que cada município deve ter um comandante operacional municipal. Ele é o interlocutor privilegiado, o comandante distrital, fundamentalmente, em sede de planeamento, ou seja, tudo o que por vezes falha em termos de alimentação, de recuperação, falha porque não estava preparado; não é perante um incidente que se vai resolver o problema, ele tem de estar preparado, previamente.

A utilização, a disponibilização de máquinas de rastros, saber onde é que os bombeiros vão dormir, se houver necessidade, para onde se deslocam as pessoas que, eventualmente, tenham de ser retiradas de zonas – não porque as casas estejam ameaçadas, mas porque há problemas que podem afetar a sua saúde e isso tem de estar preparado previamente –, este é um trabalho do comandante operacional municipal da maior importância, ou seja, garantir a articulação entre todas as entidades, preparar aquilo que, em português, se costuma dizer “fazer o trabalho de casa”, para que, na hora em que for necessário, ele esteja efetivamente pronto para ser utilizado.

Temos uma distribuição muito pouco homogénea de capacidades, em termos de recursos humanos, ao longo do país.

Há realmente zonas do país onde o número de bombeiros, com as condições que, hoje, são oferecidas, está a aumentar. Temos outras zonas do país onde efetivamente não conseguimos aumentar este número, por duas ordens de razões, do meu ponto de vista: por um lado, porque há zonas onde, efetivamente, a desertificação humana, hoje, é um facto difícil de contrariar, ou seja, já não há população em número suficiente para fornecer uma base de recrutamento adequada às necessidades. E isto é uma expressão...

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Não há mancebos!

O Sr. comandante *Joaquim Chambel*: – Exatamente! Agradeço: não há mancebos para integrar os bombeiros.

Ainda por cima, isto está a passar-se em zonas florestais, e isto acaba por ser mais grave, porque são algumas das zonas onde esta desertificação faz mais sentido.

Isto para dizer que uma das questões que aqui foi colocada, relativamente à força especial de bombeiros, à incrementação das equipas de intervenção permanente, faz todo o sentido nessas áreas. Isto porque estamos a ter áreas com grande nível de desertificação, com grandes áreas florestais, onde se tem de encontrar outro tipo de soluções para garantir o reforço e a capacidade de combate, dado que não há já população suficiente para, através dos corpos de bombeiros existentes, garantir esse recrutamento e, depois, a existência de combatentes formados e treinados e que estejam disponíveis.

Já que falei na formação, quero dizer o seguinte: a formação de um bombeiro, hoje, demora cerca de um ano a um ano e meio; entre o seu período de formação, de treino, e o período

probatório, demoramos cerca de 12 a 14 meses para termos um bombeiro pronto; pronto, mas ainda sem experiência e, portanto, apenas com a experiência que pode adquirir, muito parca, porque aqui há um fator de disponibilidade. E durante o período probatório, pode não haver incêndios, portanto, ele pode estar a fazer um serviço, estar a garantir o seu tempo, mas pode não ter nenhum incêndio.

A formação dos bombeiros, hoje, é uma formação muito boa e muito completa. Claramente, e bem avaliado, temos dificuldades de treino, ou seja, o treino é algo que a Autoridade Nacional também assumiu como reforço, há dois anos, que está a incrementar, particularmente na questão dos incêndios florestais, e introduzindo até algumas áreas que não estavam a ser muito divulgadas, nomeadamente a formação e o treino com máquinas de rastos, pesadas, que foi uma inovação, no ano passado. Tínhamos já pessoas preparadas, hoje, temos pessoas perfeitamente credenciadas para fazerem uma rentabilização destas máquinas, quando conseguimos que elas sejam disponibilizadas no teatro de operações.

Há zonas onde o trabalho de casa, como há pouco disse, está muito bem feito; há outras onde as dificuldades são maiores. E também há outras zonas onde não se consegue mesmo, quer pela orografia, pela natureza dos terrenos ou pela inexistência dos equipamentos em tempo útil.

Relativamente aos postos de comando, a Sr.^a deputada...

A coordenadora: – A Sr.^a deputada Isabel Oneto teve que se ausentar, pelo que pede desculpa.

O Sr. comandante *Joaquim Chambel:* – Teve de ausentar-se, mas eu deixarei aqui o registo da resposta.

O sistema de gestão de operações que regula o sistema de comando operacional, e que decorre diretamente do DIOPS, determina claramente que a única função que é obrigatória é a do comandante das operações de socorro. Não é muito expectável que tenhamos bombeiros de terceira a ser o primeiro COS, porque aquilo que é expectável é que, pelo menos durante o período da Fase Charlie ou quando temos dispositivo, haja um bombeiro de primeira a chefiar a primeira equipa.

Este sistema de comando operacional é evolutivo, tem quatro fases. Depende de quê? Da necessidade de comando e controlo. Portanto, está indexado a números de meios que estão empenhados naquela operação. Não tenho para mim, e não posso falar pelo todo nacional, não tenho conhecimento pormenorizado, mas da experiência que tenho isto é algo que está a funcionar, ou seja, há um primeiro COS e vai crescendo o sistema de comando, conforme os meios que são envolvidos.

Hoje, temos pessoas, temos equipas de posto de comando já pré-formatadas; tem sido feito um grande esforço de treino operacional, além da formação em complemento da formação sobre estas equipas e sobre o quase universo dos quadros de comando dos corpos de bombeiros; e há pessoas preparadas para ocuparem as diferentes funções que têm de garantir o funcionamento de todo este processo de decisão, para que o comandante das operações de socorro possa tomar a melhor decisão ou a melhor decisão possível, face à ocorrência.

Em ataque ampliado, é talvez... Não posso concordar com a afirmação que aqui foi feita, é mais visível a existência do posto de comando, efetivamente, quando há ataque ampliado.

Mas a experiência que temos – e basta vermos os registos que temos no sistema nacional – é a de que temos sempre um comandante de operações de socorro. Começamos a ter mais meios, de acordo com as proporções que estão definidas, e temos um oficial de operações, temos um oficial de logística, e temos um oficial de planeamento, que vai crescendo, conforme os meios que vão sendo empenhados na operação.

Os comandantes de agrupamento distrital que foram criados, e que estão neste momento, desde junho do ano passado, são um instrumento, são um estado-maior do comandante nacional, e são um instrumento fundamentalmente da ANPC para garantir o comando, a capacidade de comando e controlo. Não é viável um comandante nacional para 18 comandantes distritais e que, no fundo, funciona como veículo de transmissão, nos dois sentidos, para garantir o planeamento, para tentar harmonizar os procedimentos entre os diferentes CDOS, e tentar harmonizar estes procedimentos, indo buscar as melhores práticas que existem, e a sua eventual necessidade numa estrutura política dependerá, obviamente, da evolução legislativa e da própria organização administrativa do país.

Penso que também não deixará de fazer sentido, dado que hoje os comandantes distritais assumiram as responsabilidades no sistema de proteção civil que eram dos governadores civis, também os comandantes de agrupamento virem a ter responsabilidades nesta área.

Estamos com oito meses desta nova função. O início foi numa época bastante atribulada, porque já estávamos em plena fase grave, logo, imediatamente a Fase Charlie do dispositivo e é um processo que está, neste momento, em consolidação.

Estamos, hoje, a fazer o trabalho que era expectável que fizéssemos, de planeamento, de organização, de garantir esta transmissão de boas práticas entre toda a estrutura ANPC.

Faz todo o sentido do mundo – é algo de que já se fala há muitos anos – a criação de uma carreira de gestão de emergência; faz todo o sentido que, para mim independentemente das origens, do *background* de cada um dos elementos, exista um modelo formativo e a perspetiva de uma carreira para todas as pessoas que, hoje e amanhã, venham a assumir estas responsabilidades na estrutura da proteção civil nacional.

Penso que, de uma forma que não foi tão sucinta, como eu desejaria...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Gostava só que se pronunciasse sobre a força especial dos bombeiros.

O Sr. comandante *Joaquim Chambel*: – A força especial dos bombeiros é uma força que tem dado excelentes resultados – obviamente, esta é a minha apreciação também com um cunho pessoal muito grande – e é uma “arma” de mão do Estado português, e que tem uma grande vantagem: é que o *standard* da força e de todos os seus elementos é igual.

Ou seja, sabemos que, independentemente de onde for a atuação, independentemente de onde sair uma determinada equipa ou conjunto de equipas, o *standard* de atuação vai ser sempre o mesmo, porque a sua formação está perfeitamente normalizada, e aquilo que é expectável também da sua resposta também está minimamente normalizado.

Penso que é uma força que inevitavelmente vai ter de crescer.

Os problemas que temos de desertificação humana do país vão ser uma das razões, um dos motivos pelos quais esta força vai ter de crescer para garantir que existe capacidade de intervenção em todo o território nacional, independentemente da população que esse território tenha ou não tenha.

Esta força também criou novos *standards*, acabou por elevar os *standards* da força bombeiros, no geral, porque também em determinados momentos e em determinadas áreas passou a ser uma referência. Portanto, penso, muito sinceramente, que não só tem futuro, como, até pelas próprias necessidades do país, vai ter de crescer nos próximos anos.

A coordenadora: – Muito obrigada, Sr. comandante.

Dou agora a palavra ao Sr. comandante Carlos Rodrigues Alves.

O Sr. comandante *Carlos Rodrigues Alves* (CODIS-Porto): – Bom dia, Sr.^a vice-presidente e Srs. deputados.

Quero agradecer os cumprimentos que nos endereçaram e retribuí-los com naturalidade.

Vou seguir a ordem das perguntas, se não se importarem, evitando falar em alguns pontos em que o Sr. CADIS já falou. Penso que são mais do âmbito dele, mas de qualquer das maneiras, estarei à disposição para qualquer pergunta que queiram ver mais esmiuçada, se me permitem a expressão.

Começando aqui por responder ao Sr. deputado Hélder Amaral, penso que não há grande coisa a acrescentar ao que o Sr. CADIS se referiu, porque, realmente, os protocolos estão perfeitamente definidos e está perfeitamente definido na cabeça de um CODIS, ou de toda a estrutura que o apoia, a forma de empenhamentos dos meios aéreos.

Passando à pergunta que foi feita no sentido de saber se podemos ter ou não, ou se é benéfico ter meios aéreos sem pessoal no terreno, na minha jurisdição, de certeza que não há nenhum meio aéreo que vá para um teatro de operações sem ter pessoal no terreno. O próprio comandante das operações se me pedir um meio aéreo sem ter ainda ninguém no terreno é-lhe imediatamente recusado porque o meio aéreo vai lá e o trabalho não é benéfico porque não é consolidado o trabalho que o meio aéreo está a fazer.

Portanto, a regra de empenhamento está perfeitamente definida e é seguida à risca.

Passando para as perguntas da Sr.^a deputada Isabel Oneto, mais propriamente as que dizem respeito ao Porto, diria que o Porto tem realmente, neste âmbito dos incêndios florestais, durante as três fases mais complicadas, um número de ocorrências entre os 25% e os 33%, ultrapassando estes valores pontualmente.

A média deste ano, curiosamente, foi 28,1%, portanto, subiu em relação a tudo o que programámos para esta época.

A título de curiosidade, tivemos 12 dias com mais de 100 ignições, diariamente. Se formos contabilizar os incêndios agrícolas, que depois, nesta avaliação, deixamos cair, três deles ultrapassaram as 150 ignições, houve dois dias com 151 e um dia com 153 ignições. Portanto, é qualquer coisa fora do vulgar.

Como é que baixamos isto? Todos nós, na estrutura, andamos à procura dessa resposta, mas presumo que não estará no terceiro pilar. Isso com certeza que está no primeiro e até no segundo pilar.

Quanto ao número de bombeiros, felizmente o distrito do Porto não tem falta de bombeiros: tem 3461 bombeiros registados no Registo Nacional de Bombeiros. Claro que isto refere-se sempre a uma data e a data é as 11 horas do dia de ontem em que estava registado esse número de bombeiros.

Quanto à capacidade de renovação, neste momento há 40 bombeiros que vão fazer a sua prova de ingresso e, presumo que até finais de julho, haverá cerca de 300, se não houver nenhuma atrição que os faça perder este ritmo.

Quanto ao posto de comando operacional também penso que o Sr. comandante foi extremamente conciso e explicou a forma como se articula. Gostaria só de dizer que a todo o momento há sempre um posto de comando, nem seja muito sumário, porque se estiverem só 5 homens no terreno não é precisa toda aquela panóplia de oficiais de ligação, de responsáveis pelas operações, responsável pela logística, etc. Depois, conforme isto vai evoluindo, o posto de comando vai-se articulando até que, a determinada altura, é avocado pela estrutura operacional da ANPC e os meios da Autoridade Nacional de Proteção Civil obrigatoriamente vão para o teatro de operações sendo que, quando a nossa avaliação é a de que aquilo vai evoluir para uma situação destas, estes meios de apoio ao combate da ANPC, nomeadamente os veículos de comando, com a toda a panóplia que levam atrás, são disponibilizados para o comandante das operações de socorro antes propriamente da estrutura da ANPC chegar.

Quanto à logística, referindo-me ao distrito do Porto, não tenho qualquer reporte a fazer porque sempre correu bem, nunca houve problemas nos teatros de operações.

No cômputo geral, o atraso de uma refeição que não chega aos bombeiros à 1 hora da tarde e chega às 2, há sempre estas coisas, mas, regra geral, nem isto acontece. Isto também devido ao grande trabalho de casa que é feito, como referiu aqui o Sr. comandante, também em articulação com os Srs. presidentes de câmara, serviços municipais de proteção civil, as próprias corporações de bombeiros, etc.

Quanto aos planos municipais de emergência e planos distritais, se não é ativado nenhum plano municipal, também não estou que ver o porquê de ser ativado um plano distrital. Penso que é a opinião geral entre nós.

Depois, tentando responder às perguntas do Sr. deputado Maurício Marques, já me referi ao número de ignições. Quanto ao número de reacendimentos, quando a simultaneidade de ignições é enorme e a necessidade de operacionais é consumida no ataque inicial, por vezes, o incêndio não é tratado em todas as suas fases até ao fim, porque é necessário retirar meios para acorrer a outra ignição e isto faz com que por vezes haja reacendimentos. Tem que ver com isso porque os bombeiros têm formação adequada e sabem como as coisas se fazem e como terem sucesso. Eles próprios não gostam porque nós também lhes vamos perguntar porquê. De qualquer das formas, este foi um ano extremamente difícil, como todos sabemos.

Penso que conhecem – não é nada de novo: o boletim climatológico sazonal do Instituto Português do Mar e da Atmosfera considera o 10.º ano mais quente desde 1931 e o 6.º mais

seco. Isto tudo conjugado faz a severidade que este ano tivemos e que ultrapassa todas as estatísticas que tínhamos.

Quanto à falta de formação, também não há nada a dizer. O Sr. comandante foi extremamente conciso. Ele referiu-se aos tempos mínimos. Por vezes chegamos a ter os bombeiros em formação durante cerca de dois anos para poderem fazer a sua prova de ingresso. O que é que temos aqui? Falta de experiência na realidade do combate. Temos duas maneiras de treinar – praticar, repetir, insistir – em situação real ou em situação simulada. Para eles treinarem em situação real tem de haver incêndios e eles chegam à sua época de integrarem as equipas para irem para os incêndios e depois alguns vão ganhando experiência aí, na realidade.

O simulado tem o valor que tem, habitua-os e tudo, mas nada como o real e havemos de ter sempre este problema, penso eu, do treino operacional, digamos assim, e em ambiente real.

É lógico que, depois, os indivíduos que têm mais experiência, como todos nós, vão avançando na idade e os reflexos e toda a agilidade também se vai perdendo. Portanto, também é interessante falarmos desta dicotomia, mas a realidade é precisamente esta e não há grande volta a dar.

Quanto ao balanceamento de meios, o Porto é conhecido a nível nacional pelo seu número de bombeiros e por ter 45 corporações de bombeiros voluntários, mais duas profissionais e mais cinco particulares. De qualquer das formas, este ano, o Porto teve 19 grupos que foram balanceados desde Lisboa até Vila Real porque Vila Real também teve grupos a combater no Porto. Ou seja, 19 grupos, entre grupos de ataque ampliado, grupos de reforços a incêndios florestais, sendo que o Porto tem, em permanência, dois grupos de combate a incêndios florestais – a formação é praticamente a mesma mas é para trabalhar dentro do próprio distrito e também são projetados como meios de ataque ampliado. Mesmo assim foi necessário balancear 10 grupos exteriores ao Porto para este ano.

Podemos fazer contas, mas vocês balancearam 21 grupos. Também é verdade. Só que tem que ver com o número e ignições, os dias, etc. O que é certo é que quando os grupos exteriores ao distrito do Porto tiveram em trabalho dentro do distrito do Porto, esses grupos do Porto também estavam lá a combater.

Deixo como referência esse balanceamento de meios do distrito do Porto para os outros distritos. Chegou a haver um conjunto de três dias – 22, 23 e 24 de agosto – em que estiveram três grupos fora, o que faz cerca de 90 combatentes e são 24 meios de combate que estão fora.

Houve também um empenhamento consecutivo do grupo de ataque ampliado de 17 dias consecutivos e claro que isto pesa muito na logística, principalmente dos meios de combate. Foi preciso reparar as avarias no próprio teatro de operações, porque é um parque envelhecido – os veículos de combate do distrito do Porto têm uma média de idade de 17 anos. Portanto, estando os veículos sujeitos a dias consecutivos de combate, é lógico que as avarias vão aparecendo.

Tudo isto são dificuldades acrescidas para os “jogadores” que têm um conjunto de meios. Como eu digo na gíria – e perdoem-me a expressão –, o comandante distrital é um indivíduo que tem um jogo com o número de meios e vão jogando as peças até que a determinada altura elas vão esgotar-se.

Penso que falei de todas as questões.

O Sr. deputado Miguel Freitas pediu-nos frontalidade. Penso que já deu para perceber que eu só sei ser assim, só sei ser frontal.

Quanto à relação CADIS/CODIS (penso que tocou esse ponto), não há nada a dizer no Agrupamento Norte. Sou de uma escola onde aprendemos a respeitar uma hierarquia e também nos ensinam que a cada momento o indivíduo exerce a sua função de comando até ao que está prescrito e até estar sob a sua jurisdição. Quando isso termina, pois, passa-se para o escalão acima.

Não houve qualquer problema. Penso que é um facilitador, porque ele consegue agilizar e distribuir os meios dentro do próprio agrupamento e, a partir daí, sem estarmos preocupados em fazer essas ligações e mais focados para a parte do combate, porque é isso que interessa aos cidadãos que servimos.

Quanto à uniformização da formação, não posso estar nada mais de acordo com o Sr. comandante porque, independentemente do meio de onde vimos, alguns de nós chegam com alguma facilidade às tarefas de comando, mas teremos com certeza outras dificuldades noutras áreas e faz todo o sentido haver uma formação de conjunto voltada para esta área, onde toda a gente fique a falar a mesma linguagem, o que facilita muito.

O que estamos a falar e a tentar dizer... Penso que andamos aqui a chamar-lhe Força Especial de Bombeiros (FEB), andamos aqui a chamar Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR, estamos aqui a falar da profissionalização, penso eu. A FEB só faz aquilo, faz sempre da mesma forma, como eu disse, e em qualquer teatro de operações, depois da leitura do terreno, atua da mesma forma.

Quanto à formação especial de bombeiros e GIPS, a única coisa é que com os GIPS, como são autoridade – e isto resulta da experiência que tenho, não do Porto mas de Bragança, de onde vim dos primeiros anos da minha comissão, onde trabalhava com os GIPS –, havia aquele problema em que um comandante das operações de socorro dizia: «Sr. comandante, olhe que aqui estou a apagar e atrás andam a aparecer novas ignições». Depois, rapidamente se injetava uma equipa da GNR, que fazia as duas coisas, ajudava no combate e a sua própria presença no terreno evitava que os malfeitores continuassem com essas ações.

De qualquer das formas, uma força especial de bombeiros – estamos a falar aqui de profissionalização –, penso que sim, porque dá-nos uma garantia diferente da do voluntário. Realmente, como o próprio nome indica, o voluntário aparece quando pode – deixo aqui o meu reconhecimento ao seu trabalho, que é ótimo e eu próprio não sei se estaria na disposição de fazer o trabalho que eles fazem –, deixando as suas famílias, nos poucos momentos que têm para descansar, integrando estas equipas e ajudando no combate a este flagelo.

Quanto aos meios de combate indireto, penso que se estava a referir, mais propriamente, a máquinas de rastos. Sendo radical e frontal, costumo dizer que há duas maneiras de se apagarem incêndios: com fogo e com máquinas de rastos. As máquinas de rastos são, realmente, uma grande mais-valia. Em Portugal, não temos o hábito de fazer combate direto com máquinas de rastos, mas os nossos vizinhos espanhóis fazem-no; fazemos só combate indireto. Mas elas são ótimas, pois não só nos ajudam a apagar os incêndios, como nos ajudam a consolidá-los, ou seja, acabávamos, também, com o problema dos reacendimentos.

Não há grande cultura de emprego destas máquinas, mas estamos a fazer um grande esforço, junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil, não só para dar formação, mas também para sensibilizar quem trabalha connosco de que as máquinas de rastos são, realmente, um ótimo veículo para nos ajudar neste desígnio, que não é fácil.

Relativamente à questão da necessidade de meios GRUATA (Grupos de Reforço de Ataque Ampliado), GRIF (Grupos de Reforço para Incêndios Florestais), etc., estes grupos de ataque ampliado são uma mais-valia, porque estão vocacionados para isso. Estão ali à disposição, sabemos a cada momento quando estão disponíveis, para onde é que podem ser balanceados, etc., e cá está uma das funções em que os CADIS (Comandantes de Agrupamento Distrital) são os facilitadores nesta matéria.

Quanto a grupos de reforço a incêndios florestais, a formatação é praticamente a mesma, sendo que, para poderem integrar os grupos de ataque ampliado, os elementos têm de ter já, à partida, determinadas qualificações.

A Sr.^a coordenadora: – Sr. comandante, peço muita desculpa, mas tenho de lhe pedir que conclua.

O Sr. comandante *Carlos Rodrigues Alves*: – Estou mesmo a acabar. Penso que são uma mais-valia para o combate.

A Sr.^a coordenadora: – Não estava à espera de uma reação tão rápida...

Risos.

Julgo que o Sr. comandante Joaquim Chambel ainda tem algo a acrescentar, não sei se preferire que fique para o fim...

O Sr. comandante *Joaquim Chambel*: – Falarei no final, Sr.^a vice-presidente.

A Sr.^a coordenadora: – Nesse caso, tem, agora, a palavra o Sr. comandante Armando Silva, CODIS de Viana do Castelo.

O Sr. comandante *Armando Silva* (CODIS – Viana do Castelo): – Sr.^a coordenadora, Srs. deputados, antes de mais, gostaria de agradecer e retribuir os cumprimentos que, inicialmente, nos endereçaram e agradecer a oportunidade de participar neste grupo de trabalho.

Julgo que o Sr. CADIS, complementado pelo Sr. comandante distrital do Porto, já respondeu a uma grande parte das questões e, por isso, eu iria ser extremamente repetitivo, porque concordo plenamente com aquilo que aqui já foi abordado.

Iria, talvez, pegar um pouco mais nas questões que foram diretamente dirigidas ao distrito de Viana do Castelo. Basicamente, o distrito de Viana do Castelo tem um problema – que VV. Ex.^{as} já detetaram há muito tempo – que é o défice de operacionais. É um problema estrutural de Viana do Castelo.

Tem défice de elementos operacionais – permitam-me pegar nas palavras do Sr. comandante Chambel –, mas julgo que parte do problema estará a montante e não tanto no combate. Isto é, o grande problema de Viana do Castelo, como o de outros distritos, nomeadamente o do Porto, está no excesso de ignições.

Quando estamos num patamar de ignições à volta da dezena, estamos a falar de uma realidade de muitas ocorrências. Quem consultou os relatórios da Autoridade Florestal Nacional, agora ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), vê que existem distritos que têm menos ignições na época inteira do que Viana ou do que o Porto têm em alguns dias. Julgo que o problema estará, sobretudo, aí.

Este ano foi um ano muito particular. Viana do Castelo, em termos de índice de severidade, teve o pior ano dos últimos 14. O índice de severidade, em Viana do Castelo, nos meses de agosto e setembro, foi superior a 2010, consideravelmente superior...!

Portanto, existem excesso de ignições e poucos elementos operacionais.

Começando por tentar responder a algumas questões que aqui foram colocadas – aliás, a primeira penso que foi a da Sr.^a deputada Isabel Oneto, que perguntou como poderia o Estado colaborar –, eu diria que ainda recentemente terminei um périplo por todos os municípios, nos quais me reuni com o poder político e com os elementos técnicos, e uma das preocupações manifestadas foi a de saber de que forma os municípios poderiam colaborar no apoio, com incentivos, à captação de voluntariado.

Vi bastante recetividade da parte dos municípios para tentarem aprovar algumas benesses – chamemos-lhe assim –, mas também reconheço uma coisa para a qual o Sr. comandante Chambel alertou: o facto de o universo de recrutamento ser, infelizmente, também cada vez mais pequeno, sobretudo nos municípios do interior.

Por exemplo, em municípios como Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, a desertificação começa a sentir-se e, na parte da serra, muito mais. Por isso, não bastam medidas de atratividade de voluntariado, é necessário combater a desertificação que se sente. De qualquer forma, esse trabalho está a ser feito.

Em Arcos de Valdevez, que é um dos municípios que, infelizmente, foi muito badalado nesta época de fogos, fruto da mata do Ramiscal e de ter ali uma das “joias da coroa” do Parque Nacional da Peneda-Gerês, terminou recentemente um curso de instrução inicial com 27 bombeiros que, obviamente, vão iniciar agora um período probatório, portanto, ainda não vamos contar com eles para esta época de fogos. Esta demora, por vezes, faz-se sentir quanto a estes elementos e a dúvida do comandante local era se estes elementos não iriam “tapar buracos” – permitam-me a expressão – de elementos que entretanto emigraram e de outros que vão emigrar. Portanto, temos esta dificuldade. Efetivamente, aquilo de que necessitávamos, em Viana do Castelo, era de mais operacionais.

Conseguimos responder, aliás, recentemente, tivemos uma situação de alerta por condições meteorológicas adversas e Viana do Castelo respondeu. Na situação de normalidade, respondemos; na exceção, necessitamos de recorrer ao apoio exterior.

Normalmente, era o Porto a primeira “vítima” das necessidades de Viana do Castelo, fruto do elevado número de bombeiros, mas este ano ainda tivemos a agravante de o Porto ter tido um número superior a 5000 ocorrências.

Portanto, como disse o Sr. deputado, necessitávamos de reforço de FEB (Força Especial de Bombeiros “Canarinhos”) e de EIP (Equipas de Intervenção Permanente). Gostava de dar nota de que só existem duas EIP em Viana do Castelo, em Ponte da Barca e Ponte de Lima, em 12 corpos de bombeiros. Neste périplo que fiz pelos municípios, alguns manifestaram, neste momento, abertura para darem apoio à criação de EIP.

Quanto às equipas de sapadores florestais e ao reforço de GIPS (Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro), no fundo a prioridade devia ser tentar agarrar tudo aquilo que pudéssemos agarrar na primeira intervenção, porque, a partir do momento em que existem ocorrências a passar ao ataque ampliado, efetivamente, Viana do Castelo perde a capacidade de resposta. É uma limitação que temos.

No que diz respeito à questão do PONG (Plano Operacional Nacional para o Parque Nacional da Peneda-Gerês), respondendo ao Sr. deputado Miguel Freitas, considero-o uma mais-valia.

No caso de Viana, o PONG prevê uma equipa da FEB preposicionada no Soajo, junto à casa do Adrão. Provavelmente, até daria jeito ter lá mais algum reforço noutra ponto. Existe uma mancha definida como área de intervenção daquela equipa e movimentá-la para outro lado da serra é um pouco demorado, mas é uma tremenda mais-valia. Se é um exemplo a replicar por outros locais, provavelmente sim.

Em relação aos GRUATA, eles foram inestimáveis nesta época, os GRUATA e os GRIF. Em 43 dias, tivemos mais de 1200 ocorrências, com picos de 62 ocorrências por dia. Obviamente, algumas passaram ao ataque ampliado e estes grupos foram inestimáveis. Não sei se lhe respondi, mas foram inestimáveis para a resolução de algumas situações. Os grupos já vêm devidamente formatados, com comandamento próprio, perfeitamente integrado e que se integra nas operações, portanto foram uma mais-valia.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Tiveram o apoio, por exemplo, de corpos de GRUATA de Lisboa?

O Sr. comandante *Armando Silva*: – Sim, de Lisboa, do Porto, de Coimbra, de Aveiro, de Santarém, de Leiria, e GRIF de Braga e de Vila Real. Infelizmente, Viana do Castelo teve necessidade de muito apoio de GRIF.

A Sr.^a *coordenadora*: – Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Sr.^a coordenadora, gostaria de colocar uma questão muito concreta ao Sr. comandante Armando Silva, que saúde.

É um dado nacional que Viana do Castelo é dos distritos que tem mais complicações em termos de conseguir obter voluntários para os seus 12 corpos de bombeiros (11 voluntários e um profissional). Neste caso, já foi encarada a hipótese, com o comando e com a comunidade intermunicipal, de criar corpos de bombeiros supramunicipais?

A Sr.^a *coordenadora*: – Sr. comandante, peço desculpa por interromper, mas por uma questão de justiça, juntou-se-nos, não sei se reparou, o Sr. deputado João Ramos, do Grupo Parlamentar

do PCP, que, na altura, como já estávamos na fase das respostas, optou por não colocar qualquer questão. Agora, tendo sido aberto o precedente, poderemos abrir outro extraordinaríssimo precedente. De qualquer forma, não seria justo os Srs. comandantes não ficarem a saber que, entretanto, se encontra entre nós o Sr. deputado representante do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra, Sr. comandante.

O Sr. comandante *Armando Silva*: – Efetivamente, Viana do Castelo tem 12 corpos de bombeiros, como disse e muito bem, 11 voluntários e 1 municipal e, também como disse, tem poucos bombeiros.

Aliás, à data de ontem, os dados do RNBP (Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses) davam conta de 27 elementos de comando, no total do distrito, e cerca de 588 bombeiros no quadro ativo. Estes são números dinâmicos, como é óbvio, mas gostaria de dar nota de que o número de elementos no quadro de reserva anda muito perto de 500. Estamos a falar dos tais que, eventualmente, emigraram, etc.

Quanto à criação de corpos de bombeiros supramunicipais ou através das CIM (Comunidades Intermunicipais), não lhe vou mentir – estou no CODIS desde junho, como sabe –, é uma possibilidade que ainda não foi colocada, embora também tenha noção de que para criarmos esse corpo de bombeiros teríamos de pensar, talvez, numa estrutura profissionalizada. Se não existe capacidade de voluntariado naqueles corpos que já existem tradicionalmente, nos novos, na criação de um novo corpo de bombeiros, julgo que o voluntariado estaria fora de questão, muito sinceramente.

Aparte inaudível na gravação.

Sinceramente, julgo que foi muito positiva. Para dar uma ideia, diria que o plano prevê duas zonas de intervenção: a mata de Albergaria, do lado de Braga, onde durante 12 horas está posicionada uma equipa na Pedra Bela, sob a responsabilidade dos GIPS, da GNR e, outras 12 horas, sob a responsabilidade do ICNF; e a zona da mata do Ramiscal, em Viana do Castelo, que é guarnecida 24 horas com uma equipa da FEB.

Julgo que é uma tremenda mais-valia, até por outro aspeto, não só a rapidez de intervenção, da tal primeira intervenção, numa zona muito longínqua do corpo de bombeiros responsável por aquela área, que é Arcos de Valdevez – de Arcos de Valdevez à Gavieira, ao Soajo, a Cabreira é uma distância considerável –, mas sobretudo a sua presença no terreno. Eles conseguiram integrar-se perfeitamente na população, são muito bem vistos por ela, e têm todo o apoio da junta de freguesia local. Para lhe dar uma ideia, quando fui lá recebê-los, no dia 1 de julho, o presidente da junta colocou logo à sua disposição uma televisão, um micro-ondas e uma série de equipamentos.

Portanto, eles estão bem integrados, participam em ações de sensibilização e, sobretudo, são vistos quase como uma força dissuasora. Embora não tenham essa competência, ao contrário dos GIPS, são vistos um pouco como uma força dissuasora, como alguém que está ali para ajudar, e a própria população acaba por não querer dar-lhes trabalho. Portanto, julgo que são uma mais-valia.

A Sr.^a coordenadora: – O Sr. comandante Joaquim Chambel pretende ainda acrescentar uma informação sobre uma matéria que ficou pendente. Faça favor.

O Sr. comandante *Joaquim Chambel*: – Peço desculpa, mas ficou uma pergunta por responder, de que vou dar agora nota, relativamente à cooperação das forças no terreno.

O trabalho que, há vários anos, tem vindo a ser desenvolvido em cada um dos comandos distritais em sede dos centros de coordenação operacional distrital, onde estão todas as forças, permite que hoje, num teatro de operações onde estão presentes os bombeiros, a força especial de bombeiros, os GIPS, os sapadores florestais, a AFOCELCA e as Forças Armadas, por resultado da construção do treino conjunto, da formação conjunta que foi sendo dada, pela coordenação e cooperação entre as entidades, pela necessidade que se sente no terreno e também porque estão interligadas nos sistemas de telecomunicações, não só no SIRESP mas também em banda alta, não se encontrem diferenças no envolvimento e no trato entre estas forças.

É óbvio que, como em todas as respostas que dei, estou a falar da regra. Como estamos a falar, nalguns casos, de forças sazonais, que são contratualizadas para estas situações, aqui e além, com certeza, é capaz de haver algum atrito entre pessoas. Mas a regra é que, no terreno, isto está a funcionar efetivamente muito bem, sem qualquer tipo de constrangimentos.

Para terminar, quero dizer que os dispositivos de combate a incêndios florestais que anualmente são preparados são dinâmicos, ou seja, todos os anos aparecem inovações, todos os anos há necessidade de tentar encontrar soluções para os constrangimentos encontrados nos processos de avaliação que anualmente são feitos.

Já falámos aqui de GRIF e de GRUATA. Mas isto tem a mesma constatação? Pois tem, mas a verdade é que tivemos alguns incidentes com GRIF e não tivemos incidentes com os GRUATA. Para estar nos GRUATA há um conjunto de parâmetros de competências que obrigatoriamente têm de ser cumpridos.

Portanto, a ideia que quero aqui deixar é esta: sabemos que há problemas endógenos e que há problemas que são exógenos, que advêm do número de ocorrências, do desordenamento do território, da falta de proteção do edificado e que acabam por trazer dificuldades, não está tudo perfeito, mas há uma perspetiva permanente de melhoria.

Depois dos incêndios de 2013 foram levantadas questões e houve muitas reclamações, perfeitamente legítimas, porque os casos aconteceram, relativas a problemas com a alimentação e com o repouso dos bombeiros, que considero que são a exceção. Mas como o mau exemplo já foi aqui expresso, quero deixar aqui também nota daquilo que de bom se faz.

Desde há vários anos que se vêm criando bases de apoio logístico fundamentalmente com o objetivo de que estes grupos, que se movimentam em reforço, que são balanceados no país, tenham condições para descansar, para tomar banho, para a sua recuperação.

Trouxe comigo um conjunto de fotografias da base de apoio logístico mais recente que temos no país, e que representa o *standard* que queremos. Em 2013, 5000 operacionais receberam apoio nesta base durante os trânsitos ou no período em que pararam para recuperar. Tenho comigo um conjunto de fotografias para que os Srs. deputados possam ver.

A Sr.^a coordenadora: – Certamente não serão suficientes para todos os Srs. deputados. De resto, eu pediria aos Srs. comandantes (CADIS – Centro Sul, CODIS – Porto e CODIS – Viana do Castelo) para, caso possam, nos deixarem toda a documentação que entenderem oportuna.

Toda a informação e todo o material de trabalho que aqui nos puderem deixar – sejam as vossas apresentações, sejam quaisquer documentos, números ou dados – serão um contributo excelente para o nosso trabalho, em particular do Sr. deputado relator, e, por isso, ficar-vos-íamos muito gratos.

O Sr. comandante *Joaquim Chambel*: – Então, para terminar, quero dizer-vos muito claramente que todo o esforço, toda a competência demonstrada pelos bombeiros e por todas as outras forças acontece porque todos nós perseguimos um objetivo de excelência. Nem sempre o conseguimos incrementar com a rapidez que é desejável, fazemo-lo com o que é possível, mas já há, realmente, *standards* de excelência em todo este processo que, paralelamente àquilo que efetivamente tem de ser melhorado, não podem ser esquecidos.

A Sr.^a coordenadora: – Muitíssimo obrigada, Sr. comandante Joaquim Chambel.

Em nome do grupo de trabalho, agradeço muito penhoradamente aos Srs. comandantes Joaquim Chambel, Carlos Rodrigues Alves e Armando Silva o facto de se terem deslocado ao Parlamento para darem a sua visão e o seu contributo incontornável para o sucesso deste nosso trabalho.

Agradecendo, mais uma vez, a vossa presença, solicito que deixem aos serviços de apoio quaisquer elementos que nos possam disponibilizar.

Srs. deputados, está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 32 minutos.

AUDIÇÃO

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

REUNIÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Srs. deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 18 minutos.

Sr. ministro, Sr. secretário de Estado, antes de mais, queria agradecer a vossa disponibilidade para virem ao grupo de trabalho.

Este grupo de trabalho, como sabem, foi constituído por iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia da República, na sequência de um ano de 2013 muito problemático, como também melhor do que ninguém sabem, em matéria de incêndios e o mandato que temos é de concluirmos um relatório, que leve à tomada de iniciativas legislativas que permitam tornar mais geracional, mais eficaz, as ações de prevenção e de combate aos incêndios, eliminando alguns constrangimentos legislativos, alguns dos quais já se identificaram, e recomendar ao Governo medidas que vão também no mesmo sentido, ou seja, de uma maior eficácia na prevenção e no combate aos incêndios.

Fizemos um conjunto de audições de entidades ligadas a este setor, desde bombeiros da proteção civil a académicos e, em termos de encerramento, foi decidido, além dos secretários de Estado, que já ouvimos, ouvir também os ministros das áreas mais conexas com esta matéria, como é o caso do Sr. ministro da Administração Interna.

Vamos adotar o método de dar a palavra a cada um dos grupos parlamentares, por 5 minutos, para colocarem as questões ao Sr. ministro e ao Sr. secretário de Estado, que, no fim, responderão.

Costumámos começar pelos grupos parlamentares mais pequenos, mas, desta vez, vamos fazer ao contrário e, portanto, tem a palavra o Sr. deputado Pedro Lynce.

O Sr. *Pedro Lynce* (PSD): – Muito obrigado, Sr. presidente e, se me permite, cumprimentava o Sr. ministro da Administração Interna assim como o Sr. secretário de Estado.

Provavelmente, no tempo de que dispomos e porque se trata, como Sr. ministro calculará, de uma síntese do que ouvimos até agora, as nossas perguntas vão ser muito sistematizadas, sendo apenas meia dúzia, mas prometo que vou manter os 5 minutos.

A primeira pergunta é sobre a formação e o equipamento dos bombeiros. Trata-se de uma das situações que tem sido muito discutida, nomeadamente se a escola deve ou não deve estar entregue nas condições em que está. Aliás, repare, é curioso que em todas as audições, que temos efetuado, temos encontrado, mesmo entre elas, grandes divergências, o que, em

certa medida, creio que, para o Sr. ministro, não é uma novidade. Mas como é que, eventualmente, havemos de atenuar essas situações?

O segundo ponto, que temos aqui, era sobre os meios mecânicos, nomeadamente no sentido de que, se, porventura, o Sr. ministro pensa em investir mais ou não em *Canadairs*, investir em aviões tipo anfíbio, qual o papel dos tratores de rasto, que nos parece que, eventualmente, poderão talvez ser um meio insubstituível e que poderão trabalhar até fora do período dos fogos.

Depois, também houve outro problema que nos fez alguma confusão que é o problema dos Planos de Emergência Municipais. Consta que apenas 30% – esperemos que sim, que sejam mesmo 30% – estão em execução ou que estão, pelos, menos aprovados. E, sobre isto, uma vez que estão aprovados, perguntava o que é que, eventualmente, o ministério pensa que se poderá fazer em relação a isso.

A partir daqui, temos outra situação que é o problema das aplicações das coimas, que é uma das coisas que, eventualmente, neste momento, todas as audições, foram claras de que essas coimas, enfim, praticamente não passam do papel. E a pergunta é: o que é que o ministério pensa sobre como é que deveria ser, ou seja, se deveria ficar nos municípios ou se não deveria ficar nos municípios.

Agora, temos aquela que nos parece, neste momento, de maior profundidade, que a pergunta sobre de que modo pensam que será possível reduzir o número de ignições. Todas as corporações que ouvimos, enfim, todos os intervenientes disseram que sim senhor, que para as 200 ou 300 diárias é possível, que temos condições, mas que, além disso, é muito difícil ou é quase impossível, na verdade, fazer o combate. Enfim, essa é a mesma história que temos com a água, isto é, se todos abrirem a água ao mesmo tempo, não há água ou não é suficiente. Por isso, há aqui a necessidade de haver um equilíbrio entre uma eficiência e, simultaneamente, as condições em que é possível fazer.

Sr. ministro e Sr. secretário de Estado, esta seria, enfim, a nossa síntese de meia dúzia de perguntas, sendo que, provavelmente, algumas delas vão coincidir com as dos restantes grupos parlamentares, mas sobre que gostaríamos de ouvir a vossa opinião sobre isto.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Muito obrigada, Sr. presidente.

Desejo cumprimentar o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado, quer em meu nome pessoal, quer em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e, também muito sinteticamente, Sr. ministro, queria colocar-lhe as seguintes questões: Primeira, creio que (...) sobre a questão dos incêndios florestais, em toda a sua dimensão, e procurar respostas para minimizar os efeitos dos incêndios florestais. E a questão que coloco, Sr. ministro, é como é que vê a relação do Estado com os corpos de bombeiros.

Os corpos de bombeiros dependem, organicamente, das associações humanitárias, mas, funcionalmente, são dependentes da Autoridade Nacional e, portanto, há que definir qual é, efetivamente, a relação, que considera que existe, do Estado com os corpos de bombeiros,

acima de tudo para, depois, percebermos onde é que entra a relação da administração local, nomeadamente dos presidentes de câmara com os corpos de bombeiros, que não têm a mesma tutela relativamente aos corpos de bombeiros.

Depois, relativamente à estrutura de comando, Sr. ministro, o SIOPS tem funcionado no ataque ampliado porque nós vemos que há dificuldade de cumprir o SIOPS, acima de tudo, dado o número de ignições em simultâneo que não permite, efetivamente, manter o posto de comando operacional tal como ele está definido no SIOPS. E a questão é, também, muitas vezes, não só pelo número de ignições mas também porque, efetivamente, ainda não existe uma cultura de formação imediata do posto de comando operacional, nos termos em que ele está definido, para que possa ser dada resposta imediata. E refiro-me, por exemplo, à necessidade imediata de estar o técnico florestal, de estar, enfim, um conjunto de adjuntos no posto de comando operacional para que possam avaliar e não deixar ampliar o incêndio. E a verdade é que, muitas vezes, o posto de comando operacional só efetivamente em ataque ampliado é que é constituído. E isto leva-me também para a questão do apoio logístico. Continuam as queixas e temos de resolver isto também, de uma vez por todas, creio eu, e temos de procurar soluções para elas. A lei diz que tem de haver uma célula de logística para apoio e a verdade é que nós continuamos a ter agentes de proteção civil no teatro de operações sem alimentação, descoordenados, muitas vezes, em termos de localização do próprio posto de comando, enfim, várias questões que têm de ser relacionadas, acima de tudo, na perspetiva do apoio logístico.

Outra questão, Sr. ministro, é relativamente aos planos de emergência, cuja questão já foi colocada, e que, em muitas situações municipais, não estão ainda resolvidas, mas a verdade é que, resolvidas ou não, não foram acionados Planos Municipais nem o distrital, no Algarve em 2012, nem, este ano, em lado nenhum. E tivemos aqui o Sr. comandante operacional nacional a dizer que o Sr. presidente da câmara de Alfândega da Fé... chegou a máquina de arrasto à ponta do concelho, à fronteira, e voltou para trás porque não deixou a máquina de arrasto funcionar, a verdade é que se o Sr. comandante nacional tivesse ativado o Plano Distrital, teria a máquina de rasto porque ela deveria estar identificada no Plano de Emergência.

Portanto, temos também de ver se os Planos Municipais e Distritais, nomeadamente o distrital, que depende já da estrutura de comando, estão atualizados, o que é que se tem feito na sua atualização e por que é que se justifica esta resistência ao acionamento dos planos de emergência?

Outra questão, Sr. ministro, que acho que, nesta sede, também temos de resolver, prende-se com a regulamentação da Lei de Bases. Há, obviamente, uma experiência adquirida relativamente à aplicação da Lei de Bases da Proteção Civil, mas a verdade é que ela nunca foi regulamentada e creio que a sua regulamentação pode resolver alguns problemas em relação ao cumprimento das orientações e ao cumprimento de normas, que algumas têm caráter sancionatório, mas que não é aplicado, precisamente pela falta de regulamentação. E creio que, aqui, nós podíamos ter um papel importante nessa regulamentação.

Ficava por aqui.

O Sr. *coordenador*. – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Sr. ministro, Sr. secretário de Estado, estamos aqui numa situação, que não é quase de confronto mas é mais de identificação de alguns dos problemas, mas não foram aqui focadas duas questões sobre as quais gostaria de ouvir a opinião do Sr. ministro ou do Sr. secretário de Estado.

Os incêndios florestais são um problema económico, são um problema ambiental, são um problema de ordenamento do território, mas são também um problema de segurança civil, isto é, não é só de proteção civil mas de segurança civil de pessoas e de bens e, nessa medida, a questão da prevenção primária, no que diz respeito ao ordenamento da floresta, não é da responsabilidade do MAI mas, no que diz respeito à questão do policiamento, da fiscalização e até de propor algumas ações no âmbito penal, compete muito à parte do Ministério da Administração Interna. Ora, além da questão do ataque aos fogos florestais, quanto à questão do policiamento, Sr. ministro, não deveria haver aqui um reforço nesta matéria?

O Sr. deputado Pedro Lynce, há pouco, punha a questão, e bem, porque é um dos problemas que acho que é preciso tratar, que é a questão do levantamento das coimas, nomeadamente, na falta de limpeza ou no não cumprimento das diretivas no que diz respeito à proteção, sobretudo de casas e de bens, no âmbito do património construído.

Ora, as informações que aqui nos foram dadas, quer pela GNR quer por outros agentes, é de que muito poucos dos autos que são levantados, na maior parte dos casos, nem sequer são concluídos e, dos que são concluídos, as penas pecuniárias aplicadas são muito baixas ou praticamente inexistentes. Portanto, o efeito dissuasor do processado da contraordenação perde-se aqui completamente.

Sei que o ministério está a trabalhar nesta matéria e pretende até alterar esta situação no sentido de que não seja aplicada a coima pela respetiva autarquia. E eu entendo perfeitamente porque é que isto, às vezes, não é fácil. Estamos a falar de autarquias que são municípios pequenos, onde as pessoas se conhecem, onde não é fácil resolver esta questão e acho que deveria haver aqui um maior afastamento relativamente a isto, por um lado, e, por outro lado, há aqui uma questão que tem que ver não só propriamente com a questão dos incêndios, mas tem que ver com o problema estrutural dos incêndios e do voluntariado, em que todos nós acreditamos e queremos que continue, que é a questão do estatuto dos bombeiros. Por exemplo, no distrito de Viana do Castelo há uma dificuldade enorme em conseguir recrutar bombeiros, porque, desde logo, não há jovens para fazer a formação e também porque o estatuto do bombeiro não é propriamente muito aliciente.

Há aqui algumas questões que poderiam e deveriam ser trabalhadas, desde logo a questão da idade da reforma dos bombeiros que, depois, não coincide com a idade da reforma que a Segurança Social tem definida em termos de aposentação, a questão do próprio benefício que o estatuto hoje dá aos bombeiros e, portanto, há aqui algumas questões que acho que valeria a pena trabalhar no sentido de se conseguir um maior número de pessoas dedicadas a esta matéria.

Finalmente e para terminar, o Sr. deputado Pedro Lynce pôs a questão muito genericamente, mas eu, ainda ontem, em contacto com uma corporação de bombeiros do meu distrito, a Sr.^a presidente da direção dizia-me duas coisas, sendo uma delas a de que, por exemplo, eles foram buscar uma ambulância com cinco anos a Espanha porque, ao fim de cinco anos, em

Espanha, não pode continuar a trabalhar e a ambulância veio para lá e é a melhor ambulância que a corporação tem. Por 1500 euros compraram a melhor ambulância da corporação.

A segunda questão é que as ações de formação feitas para bombeiros no país vizinho são de uma eficácia maior do que a nossa. E, quando digo de «uma eficácia maior», é porque a formação é feita com maior proximidade. Eles têm algumas dificuldades como, por exemplo, em relação a bombeiros da ponta do país, há alguma dificuldade em fazer deslocar voluntários, que, normalmente, são pessoas que trabalham, para fazer formação a 100 ou 150 quilómetros, que são formações pós-laboral e que é muito difícil isto acontecer. Ora, teria de haver aqui, para já, alguma questão de descentralização nesta matéria.

A outra questão era e a seguinte: no próprio curso, há alguma alteração no que diz respeito ao programa de execução para o curso de bombeiros? Há algum trabalho nesta matéria?

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado João Ramos.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador e Srs. deputados.

Desejo cumprimentar também, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado que, julgo, será a primeira vez, pelo menos aqui no grupo de trabalho é com certeza, mas, nestas matérias, também é a primeira vez que temos oportunidade de contactar.

Sr. ministro, começava por lhe perguntar qual é a perspetiva do Sr. ministro relativamente ao peso da responsabilidade política, isto é, o que é que acha, em termos percentuais, qual é a responsabilidade política que o Sr. ministro tem e que tem o Ministério da Administração Interna em matéria de incêndios florestais e qual é o peso da responsabilidade política que tem o Ministério da Agricultura. É porque nós, ao longo do período de incêndios, no que ouvimos falar foi sobre as causas criminais, nas razões meteorológicas e falou-se muito pouco sobre política e sobre ordenamento florestais. Até no âmbito dos *briefings*, que eram feitos com a Sr.^a ministra, o PCP teve oportunidade de colocar essa questão e a Liga de Bombeiros Portugueses também reclamou relativamente a isso. A Sr.^a ministra da Agricultura não participou nalguns *briefings*, que foram feitos sobre esta matéria. É verdade que a Sr.^a ministra já lhe pagou, pois ela agora andou a roçar mato com o Tony Carreira e também não convidou o Sr. ministro para lá estar e, por isso, pagou-lhe na mesma moeda.

Mas, por isso, gostava de perceber qual era aqui o peso político, que o Sr. ministro entende que há de um lado e de outro. E também gostava de saber qual era a avaliação que faz da política florestal, tendo em conta que o Sr. ministro tem a responsabilidade do combate e da salvaguarda de um conjunto de bens dos quais não tem a responsabilidade política e, por isso, gostava de saber sobre esta avaliação.

Em termos de combate, chegaram-nos aqui alguns problemas relacionados, por exemplo, com o conhecimento do terreno, com algumas dificuldades de quem tem a responsabilidade do comando porque, muitas vezes, não havia conhecimento no terreno e isto não deixa de se cruzar com algumas mortes que aconteceram, normalmente até de corporações que vinham de fora da área, onde isso acontecia.

Depois, também, em termos do terreno, aquilo que é a coordenação. Esta preocupação foi-nos colocada pela GNR que, muitas vezes, está a primeira intervenção no terreno e já vem quem vem fazer o segundo ataque, nomeadamente o contrafogo, e não tem em conta quem já está no terreno. Esta preocupação era colocada pela GNR relativamente à salvaguarda do SEPNA.

Outra questão tem que ver com a formação. Percebemos que há aqui diferentes níveis entre a Escola Nacional de Bombeiros, mas, depois, há as equipas de sapadores florestais, que têm formação a outro nível, e muitas outras que estão no terreno, mas, porque não são formadas pela mesma estrutura, pode haver aqui uma formação diferenciada e, por outro lado, a questão que várias entidades colocaram aqui é entre a formação e o treino, valorizando aquilo que é a formação inicial dos bombeiros e que temos uma boa escola, como nos foi referido, grosso modo, e que têm boa capacidade de formação, mas, depois, há o continuar do treino desses homens que, muitas vezes, não têm essa oportunidade e só podem fazer treino na altura dos incêndios. Também gostava de perceber como é que podemos ultrapassar essa dificuldade.

Relativamente a outras questões da GNR, uma delas tem que ver com o SEPNA e com o corpo de guardas florestais, o ICNF manifestou aqui alguma preocupação com o facto de deixar de ter uma estrutura no terreno e percebemos que a GNR se sente bem com esta estrutura, embora o Sr. comandante nos tenha dito que, enquanto comandante, não as queria, mas, enquanto político, também não havia noutra sítio, em termos do SEPNA.

Portanto, a pergunta era se entende que esta passagem, a absorção do corpo dos guardas florestais, cumpre aquilo que é devido.

Por outro lado, a GNR também nos disse aqui que acha que a rede dos postos de vigilância não devia estar na GNR, devia passar para o ICNF e, portanto, gostava de saber qual é a avaliação que está a ser feita acerca disso e se está a ser equacionado ou não.

Ainda no âmbito deste processo e quanto ao processamento das coimas e das multas, em que a GNR manifestou o incómodo por fazer o levantamento dos processos e, depois, maioritariamente, eles não terem continuidade, já se ventilou por aí a possibilidade de a GNR concentrar tudo e, portanto, perguntava em que ponta da situação é que isso está.

Depois, também gostava de saber, Sr. ministro, como é que isto se articula com a administração interna, pois percebemos aqui que as queimadas, que são fundamentais para renovação dos pastos e, por isso, são praticadas por alguns pastores, depois, quando não são na altura adequada, têm efeitos, muitas vezes, nefastos e, por isso, gostava de perceber como é que, do ponto de vista da administração interna, podemos fazer isso, fazendo as queimadas nas alturas indicadas.

Mesmo para terminar, Sr. ministro, gostava de saber quando é que podemos discutir o relatório. Percebemos as reservas e achamos que até eles podiam ser discutidos à porta fechada, aqui, neste grupo de trabalho, mas perguntava se isso é possível e até que ponto é que podemos fazer essa discussão, porque temos solicitado a oportunidade de poder olhar para os relatórios.

Muito obrigado.

O Sr. coordenador: – Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): – Muito obrigada, Sr. coordenador.

Desejo cumprimentar o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado e também colocar algumas questões sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, Sr. ministro, não sei até que ponto o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado têm tido disponibilidade para acompanhar os trabalhos deste grupo. Acredito que sim, mas com certeza que foram informados que temo-nos aqui dado conta de uma grande diversidade de problemas e, pessoalmente, até sinto um pouco a necessidade de entrarmos numa fase em que é preciso começar a perceber aquilo que é principal, aquilo que é prioritário, que não quer dizer que seja a mesma coisa, para começar a atuar para que, de facto, se consiga ter resultados.

Em tudo isto, pelo menos na minha ótica, há um setor que é fundamental, por aquilo que temos ouvido, que é o problema da prevenção e o problema do ordenamento da floresta.

O ordenamento da floresta é aqui uma questão central, chave, e infelizmente não é de solução rápida, embora fosse bom que assim fosse. No entanto, há que investir aí, e, hoje, temos cá a equipa da administração interna e, também na equipa da administração interna, na minha avaliação, existem alguns pontos-chave, que vou tentar dizer quais são, embora alguns já foram ditos pelos Srs. deputados que me antecederam, mas provavelmente haverá outros ou não teremos todas as soluções para já. Aliás, ficaria preocupada se já tivéssemos todas as soluções porque era sinal de que alguma coisa não estava a funcionar bem.

A primeira questão, em termos da equipa da Administração Interna, é a dos bombeiros, que é uma questão central. Problemas como a articulação no teatro de operações entre as diversas corporações de bombeiros, as questões do comando, a questão dos apoios e da logística, já aqui levantada pela Sr.^a deputada Isabel Oneto, penso eu, que é fundamental. Quer dizer, ouvir o que ouvimos aqui na comissão – dos bombeiros e de mais ninguém – que os bombeiros não têm comida, que não têm água, que não têm onde tomar banho, que, quando chegam a uma terra, não lhes disponibilizam um local para colocar tudo, isto, de facto, tem de terminar e penso eu que pode ter minar rapidamente até porque a solução é como eles disseram «não há terra que não tenha um pavilhão desportivo e, por exemplo, basta isso.»

Quanto à questão dos equipamentos, como é que é? E, já agora, se me permitem, cruzando isto com o relatório, que o ministério encomendou e a que já temos acesso, verificamos como essas questões estão aqui todas colocadas. Aliás, agora, não temos tempo para tudo, mas diz «não se poupe dinheiro em equipamento» e outras coisas tão básicas como «que o bombeiro deve levar o seu equipamento sempre», o que faz supor que não levam e, portanto, é, de facto, é um bocadinho (...).

Depois, o problema central que é a formação e eu acho que também, neste aspeto, temos de ser absolutamente frontais e gostava de saber a opinião do Sr. ministro, perguntando também se a escola está a cumprir o seu papel quanto à formação, aos conteúdos, à forma, a quem administra, tudo. Estou a falar assim rapidamente porque o tempo não o permite de outra maneira. Enfim, como é, está ou não está a cumprir?

Acho que temos de tomar decisões para futuro, enquanto sociedade, sobre esta matéria porque, lendo o relatório, mais uma vez, diz uma coisa tão simples como esta, que são pormenores

mas que acabam por elucidar o que se passa, «é preciso que exista uma comunicação verbal ou gestual inequívoca no teatro de operações». Isto é o que diz o relatório, o que quer dizer que não há. É a conclusão que tem de se tirar.

Chegados aqui, pergunto como é que estamos em termos de formação e como é que os bombeiros comunicam entre eles. Portanto, essa é uma questão.

O tempo já lá vai, os assuntos são tantos que o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado ainda vão voltar a este grupo de trabalho, com certeza.

Mas permita-me que lhe coloque mais uma questão, que também tem que ver com a sua área e que também vem no relatório, que é a questão do envolvimento da população, da cidadania. O relatório faz referência a que tem que se dar um salto, por assim dizer, no envolvimento de quem combate os incêndios, desde o início, e que é preciso envolver a população porque esta deve saber como é que se combate um incêndio, o que é deve fazer, a própria vigilância, embora, aqui, seja um bocadinho discutível, como o Sr. ministro sabe, mas é uma questão que vai para além do envolvimento das próprias autarquias, é uma vertente nova. Pessoalmente também ainda não pensei muito nela, vi-a no relatório, mas perguntava se existe algum pensamento sobre isso.

Para já, eram estas as questões.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado relator Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Naturalmente, quero começar por cumprimentar o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado.

Sr. ministro, neste grupo de trabalho, é evidente que procuramos respostas imediatas, mas aquilo que julgo que seria mais interessante é nós procurarmos respostas com um horizonte de médio e longo prazo. Isto é, creio que este é um momento de trabalharmos com um horizonte de 2020, temos um conjunto de instrumentos que estamos a preparar nessa perspetiva e, portanto, é evidente que é necessário respostas rápidas, mas também é necessário fazermos aqui alguma programação e as minhas questões eram um bocado nesse sentido.

Em primeiro lugar, sobre questões que têm surgido, clarificação do nível local nacional, o que é que o Sr. ministro pensa que é possível fazer e bem assim consolidação do nível regional e intermunicipal. Isto é, nós temos um problema de impasse, do ponto de vista da organização administrativa do Estado, e isso reflete-se também ao nível do Ministério da Administração Interna. Como é que o Sr. ministro vê essa questão?

A segunda questão é sobre o financiamento dos bombeiros. Precisamos ter um novo modelo de financiamento dos bombeiros ou não? Ou o Sr. ministro sente-se confortado e pensa que o modelo que existe é o modelo que resolve? Isto porque, naturalmente, as autarquias colocam-nos algumas questões relacionadas com o financiamento dos bombeiros e a diferenciação entre o modelo de financiamento dos bombeiros voluntários e dos bombeiros municipais e, por outro lado, há também a questão do financiamento em função do risco, isto é, em função da tipificação das zonas de intervenção.

Em terceiro lugar, gostava de começar pela necessidade de programação: primeiro, sobre a aquisição de meios aéreos, gostava que o Sr. ministro nos dissesse, com toda a frontalidade, se

considera que, até 2020, o país tem ou não tem condições de fazer a aquisição de algum meio aéreo além daqueles que tem. Isto é, o país tem ou não tem condições, até 2020, de o fazer, para não estarmos sempre a discutir essa questão, parecendo que, a qualquer momento, isso pode acontecer.

Segundo, relativamente à profissionalização, o Sr. ministro acredita ou não que, no momento em que temos riscos, que são cada vez mais frequentes e mais intensos, temos de encaminhá-los para, digamos, um sistema mais profissionalizado e como é que isso se pode fazer. Pode-se fazer, através do reforço das equipas de intervenção permanente nos corpos de bombeiros voluntários, pode-se fazer no reforço da força especial de bombeiros e proteção civil? Como é que isso se compatibiliza com os GIPS, com os Grupos de Intervenção, Proteção e Socorro, isto é, profissionalização? E há ou não um horizonte para trabalharmos para isso? Isto é, como isso não se faz de um dia para o outro, temos o horizonte de 2020, há alguma meta, não há metas? Como é que tem isso programando?

A terceira questão é relacionada, também ainda, com questões de médio e longo prazo e, relativamente à formação, a pergunta concreta que tenho é se devemos ou não, em Portugal, ter uma carreira de gestão de emergências. É uma pergunta concreta, que tem que ver com toda a estrutura de comando e com a uniformização da formação dos comandantes a nível nacional ou se devemos continuar a ter, digamos, esta formação errática do ponto de vista do comando.

Finalmente, quanto ao período de programação, nós temos o próximo período de programação aí, até 2020, e, portanto, os Fundos Estruturais. Pergunto o que é que a proteção civil tem no domínio dos Fundos Estruturais, qual é o investimento previsto nessa matéria e se a prioridade vai ser para os equipamentos individuais de combate, se, como o Prof. Xavier Viegas propõe, há o reforço de investimento nomeadamente nos equipamentos de socorro dos bombeiros em combate, nomeadamente, por exemplo, quanto a uma proposta concreta de ambulâncias com todo terreno, com possibilidade de chegarem a qualquer espaço? Portanto, gostava de ouvir a sua opinião sobre estas questões.

Finalmente, Sr. ministro, tenho uma pergunta, que gostava de uma resposta muito concreta: a GNR considera que os postos de vigilância não devem ser da sua competência, mas deviam ser da competência das autarquias e a Associação Nacional de Municípios diz «som», desde que isso seja contratualizado.

Gostava de saber, Sr. ministro, se o ministério está em condições de dar uma resposta sobre se sim ou não se mantém os postos de vigilância na GNR, há uma transferência, há uma contratualização, qual é o caminho?

O Sr. *coordenador*: – Sr. ministro e Sr. secretário de Estado, agora, façam a gestão que quiserem para o que dispõem de um quarto de hora.

O Sr. *ministro da Administração Interna (Miguel Macedo)*: – Muito obrigado, Sr. presidente. Se estivermos a exceder o tempo, queira fazer o favor de nos impedir do abuso.

O Sr. *coordenador*: – Dispõe de 20 minutos.

O Sr. ministro da Administração Interna: – Quería começar por agradecer a oportunidade que nos dão – o anterior secretário de Estado com área da proteção civil já teve oportunidade de estar aqui, nesta comissão.

Temos, evidentemente, acompanhado com atenção e tenho, aliás, resumo daquilo que foi sendo dito nas diversas audições aqui, na comissão, justamente porque empresto uma especial importância ao trabalho que aqui tem sido desenvolvido, porque todos nós sentimos que há um conjunto de matérias neste domínio que podem e devem ter muito a ganhar com as reflexões, as propostas, as sugestões, que, no entretanto, têm sido feitas em diversos domínios. E queria assinalar que o acervo de matérias levantadas nesta comissão bem como o conjunto de sugestões e propostas, que aqui têm sido feitas, têm sido muito relevantes. Tenho um resumo, que mantenho atualizado, daquilo que aqui se vai passando, audição por audição, porque julgo que é bom fazermos a sistematização de algumas destas matérias embora, muitas delas, sejam contraditórias, coisa que é absolutamente normal, mas julgo que a Assembleia da República, nesta matéria, está a fazer um trabalho importante para aquilo que devem ser as traves mestras de um eficaz e mais eficiente sistema de proteção civil, ponto que, naturalmente, queria sublinhar, e está a fazê-lo, pelo menos assim o sinto, de uma forma muito construtiva, tendo nós todos a consciência de que há aqui um conjunto de matérias muito difíceis que dependem não de um ministério apenas, dependem de coordenação, dependem de pôr em conjunto meios, e nós não somos especialmente fáceis em pôr em conjunto meios de entidades diversas, dependem de clarificações que é preciso fazer na lei, dependem de muitas matérias que são relevantes, mas, se a vastidão dos temas que temos perante nós é relevante, isso não pode ser motivo para que se desista da empreitada, se baixem os braços e sobretudo fiquemos inibidos de fazer opções políticas, nesta matéria.

Quanto a essas opções políticas, julgo que o país ganhará se, sem prejuízo daquilo que cada um pensa, poderem ser o mais espartilhadas possível e puderem ser testadas o mais possível no confronto democrático sobre diversas opções e propostas, que temos em cima da mesa.

Vou tentar não me eximir às questões que colocaram, sendo que algumas delas abordam questões que foram postas por diversos Srs. deputados, e vou tentar seguir, mais ou menos, a ordem, sendo que, inevitavelmente, responderei a coisas que foram levantadas mais à frente, mas em matérias conexas.

A primeira questão, que tem sido permanente, e bem, nesta comissão, tem que ver com a formação. E julgo que esta é, de facto, uma questão essencial. Os Srs. deputados sabem que, já no ano passado, de resto ainda antes da época dos fogos, o Governo determinou (eu determinei) que fosse feita uma revisão completa ao plano de formação e à forma como estava a funcionar a Escola Nacional de Bombeiros. Esse trabalho foi já concluído e foi apresentado, em linhas gerais, como sabem, à assembleia-geral da Escola dos Bombeiros, que reúne entidades diversas, e sobre este trabalho julgo que há um razoável consenso pelos principais atores nesta matéria da proteção civil e julgo que temos um conjunto de linhas estratégicas. Sei que os Srs. deputados conhecem esta nova orientação da Escola de Bombeiros, que, em simultâneo, vai tentar fazer três coisas que me parecem importantes, e que, aliás, já tinha dito, publicamente, que eram as orientações políticas que tinham sido dadas: primeiro, concordando com alguns dos Srs. deputados, que falaram nisto, nós precisamos de aproximar a formação das corpora-

ções de bombeiros. Temos, pelo país, um conjunto, julgo que 21, unidades locais de formação que, em muitos casos, estão subaproveitadas e que constituem estruturas logísticas de apoio à formação muito relevantes, nas quais, de resto, algumas autarquias investiram de forma significativa e o que nós temos de fazer é, sem prejuízo da formação, que pode e deve continuar a ser feita diretamente na Escola porque, por razões logísticas, técnicas e outras, é aí que deve ser feita, levar a escola para junto dos nossos bombeiros.

Os problemas que aqui foram colocados – julgo que pelo Sr. deputado Abel Baptista que falou num dos casos concretos – são verdadeiros, ou seja, há muitos elementos das corporações de bombeiros que, por terem uma ocupação profissional principal, não têm disponibilidade para se deslocarem para Sintra, para a Escola de Bombeiros, para estar uma ou duas semanas ou o tempo que for preciso, a fazer determinado tipo de formações.

Por isso, é que a Escola Nacional de Bombeiros se está a reconfigurar num conjunto de áreas formativas, para que vão formadores da Escola de Bombeiros para junto das corporações de bombeiros.

Este é o primeiro ponto, muito importante. Essa orientação está absolutamente identificada e os Srs. deputados podem confirmar isso no Plano Estratégico que foi elaborado e aprovado pela Escola Nacional de Bombeiros e que está em concretização.

Segundo, nós temos de recorrer a novas tecnologias para determinado tipo de áreas de formação, como o *e-learning*, conteúdos formativos que não necessitam de presença física, num determinado local, de bombeiros, de procedimentos que devem ser transmitidos, de aspetos essenciais, por exemplo, de coordenação no terreno. Estes são um tipo de conteúdos que não necessitando da presença, no momento da formação, podem, com eficácia e de forma mais barata, digamos assim, e mais acessível para todos, ser transmitidos através destas novas ferramentas ao dispor dos conteúdos formativos. E isso vai ser feito.

Um terceiro ponto, muito importante – e aí, confesso, não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo e de um momento para o outro –, tem que ver com o aspeto absolutamente essencial naquilo que é a formação dos bombeiros e que tem que ver com o treino. E, aí, Srs. deputados, embora não faça gala disso, mas ache, que em todas as matérias, se deve falar assim, nós, como país, estamos muito longe de ter as condições de treino que deviam ser adequadas para este tipo de situação. Isto para não dizer mais. E, portanto, diria que temos quase tudo a fazer, neste momento. Isto significa criar as condições, em tempo, para que esse treino se desenvolva, com diversas situações operacionais em que os bombeiros possam proceder ao seu treino, que possa instalar rotinas de procedimento, rotinas de comando, abordagem de determinado tipo de terrenos que, de resto, estão bem identificados e isso nós temos, quer dizer, nós sabemos, nós conhecemos e nós temos localizado tipos diferentes de terreno que proporcionam tipos diferentes de abordagem a determinado tipo de incêndios.

Temos de contar com estruturas especializadas. Estamos, neste momento, a renovar as condições de colaboração com o laboratório porque isso é muito importante do ponto de vista da formação também, mas, na parte do treino, temos um mundo quase completo por fazer. Temos. E isso, evidentemente, não pode deixar de ter, depois, consequências também no terreno. Eu quero assumir isto por inteiro, quer dizer, não investimos, como país, ao longo das últimas décadas, aquilo que devíamos ter investido nesta matéria.

Depois, temos componentes logísticas e aspetos que têm que ver com clarificação de comando e de operação.

A meu pedido, o nosso comandante nacional da proteção civil esteve há relativamente pouco tempo, cerca de um mês ou um mês e qualquer coisa, na Austrália, justamente em teatro de operações e, no fundo, a conhecer – que são sempre muito complexos como nós, infelizmente, temos visto pela televisão – como é que, naquelas especiais condições, com a organização diversa que a Austrália tem, do ponto de vista da proteção civil e da repartição de competências, quando comparada connosco, mas sobretudo a analisar o aspeto do comando, coordenação e a forma como se processam as coisas na Austrália. E tenho muito a ideia de que temos todos a beneficiar se formos recolhendo, não só o comandante nacional mas outras entidades com responsabilidades a esse nível, experiências de outros países. E, portanto, pedi para que nos abrissemos e fôssemos conhecer e aprender com esse tipo de situações e, de resto, pedi também que uma das componentes formativas a incluir na escola – e julgo que vai acontecer agora a primeira – tivesse o contributo de especialistas estrangeiros, nesta matéria.

Evidentemente que nós temos condições e especificidades próprias, mas não temos que ter medo de estar “no confronto” com aquilo que são outras experiências, umas melhores, outras piores, mas que nos possam aqui fazer avançar mais depressa do que aquilo que, porventura, faremos se estivermos sozinhos a refletir, a discutir e a trabalhar sobre matérias destas.

Portanto, neste ponto, queria considerar o seguinte: aquilo que havia a fazer, do ponto de vista estratégico, dos conteúdos, na Escola Nacional de Bombeiros, começou a ser feito, em tempo, no ano passado, foi aprovado, está em concretização e, como é evidente, não se esgota num ano, nem tenho a pretensão de, daqui a três meses, estar toda a gente formada, nem temos essas condições e vamos ser realistas porque é assim.

Agora, mudando aqui um pouco a agulha, uma vertente corresponde àquilo que os Srs. deputados têm dito nesta comissão, que eu tenho seguido com atenção, e que tem que ver com essa aproximação às corporações de bombeiros e aos bombeiros, o recurso a novas tecnologias – e esse aspeto é importante –, e ainda coordenação e treino. E eu queria ver se, ainda este ano, era possível termos, antes do período mais crítico, algumas ações neste domínio. É muito importante que o façamos. Vamos ter algumas destas ações de formação, vamos utilizar mais frequente e intensamente as estruturas que temos, espalhadas pelo país, de formação nesta matéria. Este é o ponto um.

Ponto dois: apoio logístico. No apoio logístico, temos várias vertentes, várias matérias – não vou esgotar as questões todas, o Sr. secretário de Estado, depois, completará –, mas queria chamar a atenção para o seguinte: foi feito um bom trabalho, ao longo dos últimos anos, em alguns pontos do país, com a criação de condições de bases logísticas de apoio à estrutura dos bombeiros e também à movimentação e balanceamento de forças de bombeiros.

Há em vários sítios do país e, neste momento, temos um planeamento nessa matéria, sendo que a última que, de resto, foi construída, é uma – sugiro aos Srs. deputados que não conhecem que, quando tiverem oportunidade, lá se desloquem – magnífica base logística nos arredores de Castelo Branco, que envolveu fundos comunitários e é uma ação da Câmara Municipal de Castelo Branco. Eu já lá estive a conhecer e é uma estrutura absolutamente magnífica, mas temos mais algumas, não criadas de raiz mas, em geral, com boas condições para receber,

para que os bombeiros possam descansar, possam ter um (...), possam comer em condições, possam ter um posto.

Temos de multiplicar algumas destas bases, não precisamos de enxamear o país destas bases logísticas, mas há condições para, de uma forma articulada do ponto de vista operacional, sem que seja para cada município ter porque isso não faz sentido nenhum, mas, de uma forma articulada, do ponto de vista operacional, termos, de forma mais extensa, uma rede que propicie este apoio às estruturas de bombeiros.

Acresce a isto que determinei à proteção civil a aquisição de um conjunto de estruturas móveis que, este ano, vão já estar operacionais e que, em determinado tipo de operações, aquelas que tenham mais dimensão e, portanto, envolvam mais gente e precisem de mais suporte logístico, estarão disponíveis no verão. Há um conjunto de estruturas que, julgo, podem ser canalizadas para este efeito e aquelas que não puderem ser canalizadas serão adquiridas. Portanto, reconheço isso e, no ano passado, isso ficou visível em algumas das operações, sobretudo aquelas maiores. Está claro que não vamos ter estruturas que cubram todas as necessidades, ao mesmo tempo e para toda a gente. Isso é impossível. Mas vamos ter um conjunto de estruturas que, de uma forma muito mais sustentada, possam dar suporte logístico, que é absolutamente necessário, à operação dos nossos bombeiros, nesse teatro de operações. E, este ano, isso será concretizado, de uma forma que, quero, seja já muito visível. Este é o segundo ponto.

Terceiro ponto: sobre a informação que foi dada dos Planos de Emergência e dos números que temos em relação a esta matéria, a informação que tenho é, que temos, neste momento, 109 aprovados, 43 que estão em reformulação e 15 em apreciação na proteção civil.

Queria recordar aos Srs. deputados que, não podendo precisar a data mas, seguramente, há um ano ou um ano e tal, tivemos a oportunidade de disponibilizar, para os municípios, um conjunto de verbas para a reformulação de muitos destes planos que, como VV. Ex.^{as} sabem, em muitos casos, estão desatualizados e estão desatualizados, desde logo, em relação aos próprios Planos Diretores Municipais, não têm, em muitos casos, uma articulação que, acho, se pode e deve fazer no âmbito das respetivas «SIMS», e era muito importante que, muitas destas matérias de proteção civil, pudessem ter esta visão multimunicipal no quadro das «SIMS». Este dinheiro foi disponibilizado aos municípios para que, quer do ponto de vista da identificação dos riscos, quer do ponto de vista daquilo que são as necessidades operacionais, no quadro dessa «SIMS», nós poderemos acorrer a esses riscos, essa responsabilidade seja uma responsabilidade partilhada e distribuída, de forma racional, num âmbito territorial que seja superior àquilo que é o do respetivo município. E, portanto, a orientação que foi dada foi esta e isto até teve uma consequência má para o Ministério das Administração Interna.

Eu quero aqui fazer uma confissão porque isto não foi feito de forma isolada. Ao mesmo tempo que nós disponibilizámos essas verbas para a reformulação destes planos, neste quadro de âmbito territorial mais vasto do que o município, fizemos justamente por causa de termos meios operacionais bem identificados por quem está mais perto do terreno e que tem responsabilidades, do ponto de vista legal, na área da proteção civil, que são também os Srs. presidentes de câmara, nós disponibilizámos para as «SIMS» um primeiro pacote de verbas para aquisição dos equipamentos individuais de proteção dos bombeiros.

O concurso foi lançado em março do ano passado e, certamente porque as SIMS são estruturas ainda relativamente recentes, houve muita dificuldade logística na operação destes concursos. E devo dizer que a decisão foi minha, a responsabilidade é minha, o objetivo político era este e acho que faz sentido, mas não correu bem do ponto de vista da consumação dos concursos que foram levantados, que são 22 ou 23 ou coisa assim no género, por todo o país, abrangendo todas as «SIMS». E não correu pela simples razão de que isto foi em março do ano passado e nós ainda não temos os equipamentos disponíveis para os bombeiros.

Acresce uma outra coisa: na altura, foi definido pela Comissão Nacional de Proteção Civil um caderno de encargos-tipo, onde estavam vertidas, evidentemente, as especificações e as certificações que seriam necessárias na aquisição desses equipamentos e sabemos, porque temos acompanhado esse processo, que, em alguns casos, isso foi alterado.

Quero também dar conhecimento aos Srs. deputados que nós temos, neste momento, já aprovado na comissão nacional, na semana passada, o novo caderno de encargos do Conselho Nacional de Bombeiros, que foi aprovado por unanimidade, para o lançamento de um novo concurso público internacional de aquisição de equipamento individual de bombeiros, com as especificações todas que são requeridas para este efeito e esse concurso vai iniciar-se imediatamente e tem um valor global de 7 milhões de euros. E, portanto, a ideia é de o mais rapidamente possível, desejavelmente, embora saibamos que, depois, há os concursos públicos, há os prazos de entrega, mas eu queria que isto tudo pudesse estar realizado ainda antes da época crítica de fogos. Não sei se vamos conseguir, mas queria muito isso, e que nós, como país, déssemos um passo em frente, muito importante, neste ano, no conjunto destes dois concursos: um que está a correr pelas «SIMS» e outro pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, nos equipamentos individuais de bombeiros. E essa é uma matéria que está refletida no relatório, como os Srs. deputados bem sabem, e, portanto, estamos a fazer um investimento conjunto de 11 milhões de euros.

Quarto ponto: meios aéreos. Os Srs. deputados sabem que a EMA, como tinha dito anteriormente, está já em processo de liquidação. Essa decisão foi assumida pelo Conselho de Ministros e, portanto, já temos a comissão liquidatária na EMA a tratar daquilo que são os procedimentos legais normais para qualquer empresa para verificar a sua liquidação. É evidente que um processo destes é muito complicado porque a EMA tem os meios próprios aéreos do Estado, não há descontinuidades operacionais nesta matéria, e, portanto, ao mesmo tempo que estamos a proceder à liquidação da EMA, não podemos ter menor descontinuidade do ponto de vista da operação, daquilo que são as competências da EMA.

Como sabem, essas competências passaram para a Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito da operação orgânica que aí ocorreu, e nós temos um grupo de trabalho, que foi nomeado por mim próprio e pelo ministro da Defesa para fazer uma avaliação, com a Força Aérea, de um conjunto de partilha de recursos e de investimentos programados para futuro nesta matéria. Ainda não temos as conclusões desse grupo de trabalho, mas eu queria dizer aqui aos Srs. deputados que, sem haver, neste momento, absoluta garantia de que vamos conseguir esse objetivo, nós inscrevemos, como prioritário, no próximo Quadro de Fundos Comunitários, a aquisição, com meios próprios do Estado, de dois *Canadairs* para Portugal. O custo, conforme a referência que tenho de valores, ronda, cada um deles, os 37 ou 38 milhões de

dólares e a ideia é de que estas duas aeronaves possam e devam ser inscritas da parte portuguesa no mecanismo europeu de proteção civil que, como os Srs. deputados bem sabem, teve, recentemente, uma revisão, e tem, e bem, um entendimento mais alargado de cooperação e de pôr em comum meios europeus para o mecanismo da proteção civil.

Estamos a ver uma outra situação, mas que, tecnicamente, está ainda a ser avaliada, de meios aéreos que estarão disponíveis em Espanha, que eram meios públicos em Espanha, e que podem ser descontinuados se for uma situação interessante do ponto de vista financeiro. Pedi para ser avaliado – isso foi um contacto com o governo espanhol – e, neste momento, estão a fazer essa avaliação, mas julgo que todos temos a noção de que o país precisa de ter, no dispositivo aéreo, duas destas aeronaves, uma parelha de *Canadairs* porque, nas situações mais complicadas, de facto – isso também vem refletido no relatório e em várias das operações mais complicadas que tivemos –, os meios aéreos próprios, que temos, não têm a capacidade de resolver alguns desses problemas. E, como temos os constrangimentos financeiros que temos, nós, embora ainda não seja certo, estamos a tentar viabilizar, com recurso a esses fundos, a aquisição destes meios que, em qualquer caso, demorará sempre mais de um ano entre o momento da contratação e o momento em que os teremos disponíveis.

Uma voz não identificada: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

O Sr. *ministro da Administração Interna*: – Não, mas, sabe, essa preocupação... quer dizer, se puder ser amanhã, tanto melhor, mas não deixarei de fazer aquilo que, acho, se deve fazer para o país por esse motivo, mas estamos a tentar e eu julgo que, nos finais do próximo mês, já teremos uma resposta mais conclusiva sobre isto. Tenho esperança que este processo possa correr bem e possamos, por esta via, ter acesso a estes meios que são absolutamente essenciais.

Como sabem, nós tentamos, no ano passado, no concurso público internacional que foi feito e só ficou deserto naquilo que são os meios próprios do Estado, dar alguma estabilidade neste período de transição. O objetivo político foi esse, quer dizer, para não andarmos a correr todos os anos atrás das situações de contratação de meios aéreos, tentamos, neste período de transição, entre aquilo que temos e tínhamos e aquilo que queremos ter no futuro, dar estabilidade do ponto de vista da capacidade operacional para os próximos anos. E, por isso, é que fizemos o concurso por cinco anos, porque isso significa, evidentemente, que podemos fazer esta transição de uma forma mais correta.

Queria, ainda, abordar três questões, que são importantes e que os Srs. deputados colocaram: a primeira tem que ver com «deve ou não a GNR continuar a ter os postos de vigia» e eu, querendo ser muito direto em relação a esta matéria, acho que não deve ter, mas acho que, este ano, ainda vai ter que ter. Se puder não ter, este ano, tanto melhor, mas tenho dúvidas que possa ser assim e acho, de facto, que uma boa fórmula para esta matéria seria fazer-se e proceder-se à contratualização com os municípios, quer da manutenção das estruturas, quer do trabalho de vigilância que, durante aqueles três meses e meio, é preciso fazer e que é muito importante. E, além do mais, nós queremos investir em meios alternativos de vigilância, que hoje estão disponíveis e que são relevantes para este efeito. Como sabem,

nós ainda não temos a avaliação final, temos uma intercalar, e este ano foi o primeiro ano que, em pleno, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, tivemos meios adicionais de vigilância eletrónica. Foi um trabalho resultante de uma opção política do Ministério da Administração Interna, que nós fizemos e nem sei se era todo da nossa responsabilidade, mas, enfim, sendo ou não sendo, achei que era importante, fizemo-lo e vamos ter uma avaliação rigorosa dessa matéria, mas há outras situações hoje, do ponto de vista tecnológico, a que podemos e devemos deitar a mão.

Portanto, está, por exemplo, a GNR, a estudar um conjunto de mecanismos que, nesta área, possam propiciar *drones* específicos para este efeito, um conjunto de estruturas espalhadas pelo país, que nos possam ajudar a identificar o mais cedo possível estas situações.

Há aqui sempre um problema, que é o problema dos falsos alarmes e da afetação de recursos para determinado tipo de situações que, depois, se não vêem a verificar como reais e verdadeiros, mas há de ser no misto disto.

Mas a resposta concreta sobre se deve ser a GNR, eu acho que não tem de ser a GNR, não deve ser a GNR mas, provavelmente, este ano, ainda será, mas julgo que devemos evoluir para um mecanismo em que as autarquias locais, contratualizado pelo Estado e com o Ministério da Agricultura, devem tomar conta deste tipo de situações. Acho que faz todo o sentido que assim seja.

Sobre a questão da lei de bases e da regulamentação, a Comissão Nacional de Proteção Civil começou a visitar a Lei de Bases da Proteção Civil para, se for caso disso, propor à Assembleia, em tempo, algumas alterações em relação a esta matéria.

Depois, chegamos à questão das coimas e do problema que é colocado. E eu também já me expressei publicamente sobre esta matéria e acho que é uma pura perda de tempo e um desperdício aquilo que, neste momento, acontece, ou seja, todos os anos, embora variando o número, há umas centenas de autos, que são levantados pelas autoridades policiais, em particular pela Guarda Nacional Republicana, para situações...

Aparte fora do microfone.

O Sr. *ministro da Administração Interna*: – Eu já estou a ser comedido quando digo centenas! Mas também não posso dizer com segurança porque, depois, não temos *feedback* daquilo que acontece a cada um destes autos. As autarquias locais não nos informam, na volta, daquilo que é a conclusão. Suponho até que ninguém tenha e, portanto, aí, estou absolutamente igual a todos e a qualquer português sobre esta matéria.

Mas a perceção que todos temos, no terreno, é que não acontece, na maior parte ou na esmagadora maioria dos casos, nada, o que significa que temos pessoal, dispositivo, meios administrativos afetos a uma função que é inútil e, além do mais, a perceção, do ponto de vista da prevenção geral, que resulta de uma ação administrativa que não tem consequências, julgo que, concordaremos todos, não é a melhor e até acho que, nesses casos, é preferível não fazer nada do que fazer para resultar em coisa nenhuma. Não estou aqui a fazer uma generalização para todos os casos porque haverá alguns em que as autarquias tomaram essas medidas, mas a perceção que existe, por todos, é que é numa ínfima parte da questão.

Porque atuar neste sentido custa dinheiro porque há deslocações, há meios, há processos administrativos, há tempo que se perde nisto, o nosso entendimento é de encontrarmos uma outra solução qualquer que ela seja, sendo que estou disponível, já que sou sempre o mau da fita neste tipo de coisas, para que o auto seja levantado e instruído pela Guarda Nacional Republicana, mas, por uma questão de salvaguarda do procedimento, a cominação final seja, por exemplo, por uma entidade como a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna ou, enfim, por outra entidade qualquer.

Mas, se não se fizer esta distanciação, como aqui foi dito por um Sr. deputado, entre a atuação e a cominação respetiva, julgo que não podemos ter esperanças creíveis de alteração nesta matéria. Mas isto não resolve um problema de fundo, que temos, porque, vamos lá ver, não basta pensar que, cominando essas sanções sobre pessoas que estão, muitas vezes, na situação económica que nós sabemos, que não têm, do ponto de visto logístico, capacidade económica para proceder à limpeza do terreno porque isso custa muito dinheiro, quer dizer, nós também temos que perceber o outro lado.

Há uma questão de fundo que é a questão de nós acrescentarmos valor à fileira da floresta e eu queria aqui recordar que o país, há uns anos, decidiu, e bem, que ia ter um conjunto de centrais de biomassa, instaladas pelo país, que eram um suporte absolutamente indispensável para esse acréscimo de valor à fileira da floresta. Os senhores sabem quantas centrais de biomassa se consumaram no país? Três. E, portanto, estamos muito longe daquele número que tínhamos previsto em relação a esta matéria.

Devo dizer que, percebendo que haverá razões diferentes para essa situação, se devia visitar esta situação das centrais e encarar, pelo efeito subsidiário e complementar que têm também neste aspeto da floresta, essa aposta e, porventura, as contrapartidas económicas nas centrais, de forma diferente do que estamos a encarar as eólicas, a solar, porque esta tem um efeito muito importante no território e no acréscimo de valor económico à fileira da floresta, ajudando, numa relação de muita proximidade – nós sabemos que envolve uma logística complicada porque é preciso ir buscar o material porque aquilo funciona 24 horas por dia...

Uma voz não identificada: – É uma questão económica!

O Sr. *ministro da Administração Interna:* – Sr.^a deputada, é justamente isso que estou a dizer, quer dizer, é visitar os aspetos económicos das centrais de biomassa, tendo em conta também a importância que isso tem no conjunto do território e na gestão da floresta e na receita adicional para aqueles que são detentores da floresta.

Mas, posto isto, queria dizer o seguinte, que já disse publicamente e, repito, na Assembleia da República: eu não vejo nenhuma razão para que o Estado – e, quando digo o Estado, digo no sentido *lato sensu*, isto é, o Estado, Administração Central e Administração Local – tenha que ficar à porta de limites de propriedades rurais que, em muitos casos, se não sabe de quem é. E, aí, a responsabilidade é das pessoas. Também não vale a pena pôr as coisas sempre do ponto de vista do Estado. Há uma obrigação de registar as propriedades em nome das pessoas que são os seus proprietários. E essa responsabilidade é das pessoas, que, muitas vezes, não se sabe quem são, não querem fazer nenhuma intervenção sobre essa matéria, que se desinteressam

totalmente desse tipo de situações e nós não podemos exigir a proprietários rurais que façam o tratamento da sua floresta e, depois, na floresta contígua ou na propriedade contígua, não haja tratamento nenhum e fica tudo em risco porque alguém foi negligente, não tratou, não fez, não quis fazer, desinteressou-se, e isso não pode ser. Eu tenho dado este exemplo: numa cidade todos nós aceitamos como absolutamente legítimo que um prédio, que esteja em más condições, o proprietário seja intimando a fazer obras e, não o fazendo em determinado período, a câmara municipal passa intervir, possa tomar posse administrativa, possa fazer coercivamente aquilo que tem sido feito até para salvaguarda da segurança pública e eu pergunto por que é que isto não pode acontecer na floresta. Esta é a pergunta.

Aparte fora do microfone.

O Sr. ministro da Administração Interna: – Pois, pode, mas não acontece!

Acho que este ponto é muito importante porque, em muitos casos, nós temos visto – e eu vi, por exemplo, no verão passado – proprietários que disseram «eu gastei milhares de euros a tratar a minha propriedade e, ao lado, estava rodeado de propriedades que não fizeram nada e a minha ficou na mesma situação das outras». Evidentemente que, estando no meio e desenvolvendo-se um fogo daqueles, com limpeza ou sem limpeza, acontece aquilo que tem de acontecer. E, portanto, na lógica da responsabilidade partidária, isto não pode acontecer.

Queria chamar a atenção dos Srs. deputados para uma decisão do Governo, muito recente, que tem que ver com as GIF, e que, julgo, também foi falada aqui, nesta comissão, em algumas ocasiões, que é considerado como boa experiência de trabalho conjunto no tratamento destas matérias, e a Sr.^a ministra da Agricultura já propôs essa medida, que, julgo, é uma boa medida, que considero positiva, havendo um grande consenso em relação a esta matéria.

Como último ponto, se o Sr. presidente o permitir, o Sr. secretário de Estado vai falar também sobre esta matéria, que tem que ver com a questão do financiamento das corporações de bombeiros. Nós vamos ter que mudar esta situação. Fizemos algumas alterações, que tentaram acorrer às dificuldades maiores de algumas corporações de bombeiros, mas temos consciência que, do ponto de vista estrutural, há ainda um caminho a percorrer. Não há, como os Srs. deputados sabem, uma grande unanimidade, para não dizer já que não há sequer grande consenso, em torno destas matérias. E a dificuldade do tratamento desta questão resulta do facto de as associações humanitárias serem entidades de direito privado e de, dentro delas, estarem corpos de bombeiros, que são estruturas de proteção civil e, se reconheço que não é muito fácil o relacionamento entre entidades jurídicas com esta natureza e entidades do Estado, também sei que os Srs. deputados sabem que, dentro das próprias associações humanitárias, em muitos casos, não é nada fácil o relacionamento entre o corpo de bombeiros e a própria direção da associação.

Agora, eu não tenho qualquer dúvida sobre esta matéria. Nós temos de clarificar e estruturar, em bases diferentes, o financiamento das corporações de bombeiros. Há entidades, que não apenas o Estado, que devem ser chamadas para este efeito. Nós, neste momento, estamos a desenvolver alguns trabalhos e diligências no sentido de o fazer e há um conjunto de entidades que não podem deixar de concorrer, de forma mais intensa, para o dispositivo

de bombeiros. E dou este exemplo: as concessionárias das autoestradas, que têm, por contrato, a obrigação de prestar assistência, socorro, nas estradas que exploram, fazem-no com naturalidade, recorrendo aos bombeiros, mas pagam por isso um valor que não corresponde ao serviço que é prestado e eu entendo que o Ministério da Administração Interna e os contribuintes não devem ser chamados a contribuir para as concessionárias das autoestradas, neste plano.

Uma voz não identificada: – Pagam pouco!

O Sr. ministro da Administração Interna: – Pagam pouco, com certeza.

Estou a dar um exemplo, mas há mais.

Portanto, neste quadro de alteração do ponto de vista financeiro, nós temos de, evidentemente, por um lado, reforçar um conjunto de verbas para as corporações de bombeiros, o que é fundamental e vai ser feito, mas, por outro lado, temos também de reforçar os mecanismos de fiscalização sobre a aplicação dos dinheiros públicos nas corporações de bombeiros porque, em muitos casos – não estou a dizer em todos, mas já houve três ou quatro casos mais mediáticos que apareceram na comunicação social – resultaram, pura e simplesmente, de má gestão quando não de crime cometido na gestão dessas associações humanitárias.

Evidentemente que não há de fazer com que as associações humanitárias paguem, *ad aeternum*, por esse tipo de situações, que é da responsabilidade individual, mas não pode deixar de ser exigido a quem cometeu esse tipo de situações, envolvendo também dinheiro público, as responsabilidades criminais e outras que daí resultam. Isso é absolutamente evidente e, portanto, há uma clarificação a fazer, aqui também, naquilo que diz respeito à parte do dinheiro público, com certeza. Depois, há outro tipo de verbas mas, aí, já é uma matéria diferente. Nesta matéria, é importante que isso aconteça.

Por isso, Srs. deputados – e este é o último ponto –, mas também por causa da fiscalização da formação, por causa do cumprimento das regras que estão estatuídas, nós quisemos reforçar os mecanismos de fiscalização da Autoridade Nacional de Proteção Civil sobre o conjunto do dispositivo, numas condições que são difíceis porque o enquadramento, do ponto de vista remuneratório, como queremos um determinado perfil de pessoas, não é uma coisa particularmente atrativa e obriga a andar pelo país, de um lado para o outro, e, portanto, não tem sido fácil o recrutamento e algumas pessoas, que foram recrutadas pelas competências que tinham, de resto, algumas delas já saíram e outras manifestaram vontade de sair logo que possível, mas é absolutamente crucial esta questão da fiscalização, não na lógica da perseguição mas na lógica de garantirmos que aquilo que são regras, que estão previstas e que têm de ser cumpridas, são efetivamente cumpridas. E este é um aspeto essencial a que damos a maior das importâncias e em que queremos continuar a investir.

Portanto, espero que, dentro de pouco tempo, possamos, se os Srs. deputados estiverem disponíveis para aceitar esse convite dar-nos-ão enorme gosto, ter algumas das primeiras ações de formação dos bombeiros, nos moldes que foram aprovados pela escola nacional nesta matéria, e espero que possamos, “mesmo sem Tony Carreira”, estar em algumas das ações de treino que os bombeiros vão ter, antes do período dos fogos florestais até porque não sendo

possível fazer este ano tudo o que seria necessário fazer neste domínio, acho que queremos dar um sinal claro na aposta que fazemos, nesta matéria.

Reforçando as questões, direi que este investimento, que queremos fazer nos equipamentos individuais dos bombeiros, é relevantíssimo. Temos aqui atrasos muito consideráveis, temos uma parte enorme do dispositivo que não tem os equipamentos adequados, conforme dizem os relatórios, para o combate – estou a falar sobretudo nos fogos florestais, nas outras matérias apesar de tudo é diferente –, e temos de fazer um investimento grande neste domínio e estamos a fazê-lo, conforme estou a dizer aos Srs. deputados, na importância de 11 milhões no conjunto dos dois anos, muito embora estes procedimentos de concursos públicos internacionais sejam sempre uma complicação.

Queria dizer-vos também que espero que, até ao verão, fique completamente concluído um investimento, muito significativo, na capacidade de comunicação nas corporações de bombeiros. Como sabem, está prestes a ser entregue um lote grande de rádios do SIRESP para as corporações de bombeiros e a lógica é que possamos mais do que duplicar as capacidades de comunicação dos bombeiros, através da distribuição de novos terminais SIRESP para as corporações.

A este propósito e para terminar, deixem-me só fazer um comentário sobre umas declarações de um irresponsável, que teve tempo de antena sobre matéria do SIRESP e de comunicações, atribuindo a alegadas dificuldades do SIRESP a responsabilidade pela morte de bombeiros no verão do ano passado. E, sobre essa matéria, queria dizer o seguinte: essa declaração não tem pés nem cabeça, essa declaração mostra uma ignorância enorme porque há, de facto, bombeiros que estão no SIRESP, mas o essencial das comunicações entre os bombeiros não é feita ainda, embora devesse ser, no suporte SIRESP. Há três redes dedicadas para operação de bombeiros e, portanto, não se pode assacar a uma rede SIRESP – independentemente do resto dos problemas porque essas são outro tipo de questões – a responsabilidade sobre esta matéria. E, além disso, uma declaração dessas ignora que os rádios SIRESP, mesmo sem suporte de antena, podem até, numa distância muito razoável, comunicar diretamente entre si.

Portanto, tudo aquilo que foi dito é feito em exploração da ignorância das pessoas sobre esta matéria, com a temeridade própria daqueles que não sabem o que dizem mas querem ter os seus cinco minutos de fama, e o que é lamentável é que o possam fazer e o façam à custa da exploração de situações, que são trágicas e dramáticas.

Não me tinha ainda pronunciado sobre esta matéria, mas queria dizer, de forma muito clara, aquilo que entendo sobre esta questão e devo dizer que também não fiz nenhum alarido, mas essa personagem – este é o termo! – vai explicar, no local próprio, por que é que disse aquilo, com que base disse aquilo e com que responsabilidade disse aquilo.

É só isto que queria dizer.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. secretário de Estado João Almeida.

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna (João Almeida)*: – Muito obrigado, Sr. presidente.

Depois da explicação exaustiva do Sr. ministro, não há, de facto, muitas questões que tenham ficado sem resposta.

Reparava aqui que houve questões, que a Sr.^a deputada Isabel Oneto colocou, que foram enquadradas, mas a que poderia dar mais algum detalhe e que têm exatamente que ver com o processo de revisão da Lei de Bases da Protecção Civil.

Quando falamos dos vários níveis de intervenção ao nível municipal e aquilo que, no quadro da Lei de Bases, é o nível distrital e daquilo que pode ser o nível distrital ou outro nível supra-municipal, se se entender que pode ser outro nível supramunicipal, e do nível nacional, essa é uma questão clara do âmbito da Lei de Bases porque o espírito da Lei de Bases é de uma hierarquia, neste tipo de intervenção, e pressupõe que uma intervenção nacional sucede a uma intervenção distrital e que uma intervenção distrital sucede a uma intervenção municipal. E, portanto, como foi aqui dito e é verdade, em nenhum caso, no ano passado, foi declarado o estado de emergência ao nível municipal, e é por isso que, depois, o Sr. comandante nacional diz que, ao nível distrital também não foi e que, ao nível nacional, também não. E, portanto, quando o Sr. comandante nacional aponta para esta questão, tem exatamente que ver com...

Aparte fora do microfone.

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna*: – Não, tem que ver.

Sr. deputado, podemos discordar – e é uma boa discussão a questão da Lei de Bases – e dizer que pode haver uma centralização desse tipo de poder, mas o pressuposto atual é de uma hierarquia neste tipo de situação. E, portanto, essa «avocação», de que a Sr.^a deputada fala, é um ponto de discussão importante, mas não é o quadro da legislação atual. O quadro de legislação atual pressupõe essa hierarquia e foi exatamente isso que quer o Sr. comandante nacional aqui defendeu quer os Srs. ex-comandantes nacionais também não disseram coisa em contrário porque todos eles lidaram com essa realidade.

Depois, relativamente à revisão da Lei de Bases, que é importante, há questões de adequação que são necessárias e que têm que ver com a alteração, do ponto de vista administrativo, que não estão ainda vertidas na Lei de Bases. A Sr.^a deputada falou disso também e eu vi que os Srs. deputados tiveram o cuidado, do ponto de vista da discussão, de colocar sempre a questão da forma mais aberta possível ou indo à questão concreta deste ou daquele órgão e nós sabemos, porque acompanhamos as várias intervenções que foram feitas aqui, neste grupo de trabalho, que essa questão foi aqui bastante discutida, designadamente a questão da articulação operacional e da articulação política e do que é que deve ser o nível de intervenção política, do que é que deve ser o nível de intervenção operacional, se se pode cruzar comando operacional com coordenação política e se isso é compatível e se há ou não, neste momento, uma carência. Nós acompanhamos todo esse debate, que é muito interessante e, portanto, todos os contributos, que o grupo de trabalho possa dar, são importantes.

Como sabe, a Comissão Nacional de Protecção Civil tem todos os intervenientes lá sentados e, portanto, na última reunião da comissão nacional, o que foi pedido foi que todas as entidades, que estão presentes na comissão nacional, dessem o seu contributo para um trabalho de revisão da Lei de Bases e, portanto, a Associação Nacional de Municípios, todas as instituições

de bombeiros lá representadas, os diferentes ministérios, que também intervêm nestas matérias, todas as entidades públicas que estão representadas e que são agentes de proteção civil, poderão dar esse contributo, que, acho, é muito importante. Nós, porque tivemos uma determinada posição política sobre uma alteração que foi feita ao nível administrativo, não devemos achar que podemos evitar uma discussão sobre questões que depois surgem e, portanto, não o faremos e estamos completamente disponíveis para estudar se os «SIMS» devem ter algum papel neste quadro, designadamente do ponto de vista político.

Sabemos que houve problemas e que foi a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários que o disse, provavelmente aqui, com maior veemência, ao nível da questão logística e da coordenação, o que, de fato, é chocante, e isso também nos foi dito e foi reiterado aqui pela Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários o facto de haver bombeiros a combaterem um incêndio, terem dificuldades do ponto de vista logístico e estar, há dois dias, um pavilhão municipal encerrado porque não houve disponibilidade de uma autarquia para o abrir para poder acolher os bombeiros no seu período de repouso, obviamente que este tipo de situações têm de ser discutidas, mas não podem ignorar um quadro de responsabilidade municipal, que existe e que não foi alterado.

Não podemos entender que todas as questões políticas estão num nível supramunicipal e que muitos destes problemas não resultam também seja de que autarquias forem. O caso que foi dito aqui, que é um caso real, de uma máquina de rasto que está em operação e que interrompe a sua operação, no limite de um concelho, porque é propriedade do município e não passa para o concelho seguinte, com toda a frontalidade, não é um problema exclusivamente de coordenação supramunicipal, é um problema de responsabilidade de quem, do ponto de vista da proteção civil, tem responsabilidade e não pode, de forma alguma, quer por critérios de serviço público, quer por critérios de responsabilidade, «imiscuir-se» da responsabilidade de cooperação que tem, neste caso como município vizinho, e impor uma paragem. Vou ser-lhe sincero, mas nem sei de que cor é a autarquia que procedeu desta forma e, portanto, estou a falar com total liberdade porque isto não tem que ver nem podemos condicionar por aí, pois é algo que não pode acontecer no terreno. E há muita matéria para discutirmos, no âmbito municipal, como a questão dos comandantes operacionais municipais e da quantidade de autarquias que não os têm – ponto número um – e não discutirmos isto, ignorando também as dificuldades que isso causa às autarquias e o porquê que algumas autarquias não os têm, designadamente devido a restrições financeiras que faz com que não os tenham.

Uma voz não identificada: – E qual é o papel do próprio comandante operacional municipal?

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna:* – Exatamente, qual é o papel, quais as questões operacionais, as questões financeiras, as questões de coordenação e, portanto, tudo isso deve discutir-se. E eu acho que fez sentido discutir-se no âmbito supramunicipal, mas, no âmbito municipal, também há muita matéria para discussão e, portanto, como disse, a abertura aí é total e acho que o quadro de revisão da Lei de Bases não é, de maneira nenhuma, substituir-se ao Parlamento porque uma Lei de Bases terá de ser discutida e aprovada no Parlamento, mas acho que é um contributo importante, que a Comissão Nacional de Proteção Civil

dá, fazendo esta reflexão e podendo, depois, concluir com um documento que aponte pistas para essa revisão da Lei de Bases.

Uma vez que um dos propósitos deste grupo de trabalho é, exatamente, apontar soluções legislativas que possam contribuir como resposta aos problemas que aqui são levantados, a questão de termos como objetivo, durante esta legislatura, fazermos um debate profundo e uma revisão da Lei de Bases de Proteção Civil, acho que é um objetivo que a todos nos deve empenhar e que é absolutamente exequível.

A Sr.^a deputada, depois, falou da regulamentação, mas não faz sentido regulamentar uma lei que podemos, acho eu, de forma consensual, concordar que carece de ser revista e, portanto, fazermos o processo desta forma: deixarmos que os agentes de proteção civil façam a sua primeira avaliação, deem o seu contributo e que, depois, do ponto de vista político, haja um impulso, que pode perfeitamente ser o Governo a fazê-lo, através da apresentação de uma proposta de lei, e todos os grupos parlamentares poderem também apresentar as suas propostas e fazermos esse debate. Isso enquadra muitas das questões específicas que, depois, são discutidas, principalmente ao nível da coordenação.

Sobre a questão das coimas, de que o Sr. ministro já aqui falou bastante, é algo que, em articulação com o Ministério da Agricultura e com as forças de segurança, designadamente com a GNR, está a ser discutido também e há aqui problemas, de que o Sr. ministro também já falou. Sobre a descentralização do processo verifica-se, neste momento, que tem um problema de eficiência porque a cobrança é difícil e as câmaras municipais também argumentam, e é um argumento que não deve ser ignorado, por aquilo que o Sr. ministro já disse, que é o problema da situação social de muitos dos proprietários florestais, que estão longe de ter as condições para poderem, eles próprios, proceder às obrigações legais que, neste momento, têm.

Mas isso, sendo verdade, não pode desonerar depois uma série de outros proprietários de área florestal que, por a lei cair nalgum desuso, também não são chamados à sua responsabilidade, designadamente, por exemplo, grandes operadores de comunicações, que têm redes por todo o país e que têm, eles próprios, também obrigações que, como todo sabemos e é fácil constatar, estão longe de cumprir. Portanto, uma centralização de procedimentos pode introduzir uma vantagem relativamente à intervenção junto desses operadores e junto de grandes proprietários, que têm a dificuldade de perder a malha fina de uma análise, que era feita ao nível local, da situação social dos proprietários.

Portanto, o que, neste momento, se está a discutir é qual será a melhor forma de instruir os processos para ter as vantagens da centralização e não ter a desvantagem de o processo, que é centralizado, depois, ignorar a realidade de cada proprietário florestal e não correremos o risco de estarmos a levantar aqui um problema social, que também ninguém quer levantar, de termos centenas ou milhares de autos levantados a pessoas que, do ponto de vista social, não têm condições para fazer nem o pagamento das coimas nem o cumprimento das responsabilidades legais. E, aí, o Sr. ministro também já falou dos termos em que o Estado se deve substituir, por uma questão de interesse público, a essa responsabilidade dos proprietários.

Outra questão, que foi aqui levantada e que, penso, ainda não foi abordada, é a dos Estatutos dos Bombeiros e dos incentivos ao voluntariado. O Sr. deputado Abel Baptista falou disso e falou da realidade do seu distrito, que é, provavelmente, um dos que tem maior dificuldade do

ponto de visa do recrutamento, porque é um daqueles distritos em que, tendo um número de ocorrências bastante significativo, é “importador” sempre de meios humanos no combate aos incêndios porque as corporações do distrito não têm meios humanos suficientes para assegurar, mesmo em situação normal, sem uma situação de exceção, esse combate.

É por isso que, a seguir a Castelo Branco, que foi o exemplo referido pelo Sr. ministro, uma base logística, que iremos ter em operação brevemente, é a de Ponte de Lima, que está prestes a ser inaugurada e que, portanto, permitirá também que, no distrito de Viana do Castelo, haja a capacidade, do ponto de vista logístico, de dar outras condições. Ponte de Lima já era sede de uma base de apoio logístico, mas acontece que eram sempre bases provisórias, que, de ano para ano, eram reequacionadas e, agora, passa a ter um centro municipal de proteção civil, que é no quartel de bombeiros e que é uma base permanente que permitirá outras condições, idênticas àquelas que existem em Castelo Branco.

No ano passado, também falando de questões de logísticas, uma questão que foi aqui bastante discutida que é a das refeições, já, no ano passado, houve uma intervenção, até por impulso do Sr. ministro, de a «ANFC» ter liberdade, numa gestão corrente, de acorrer às situações de maior dificuldade, do ponto de vista financeiro, em relação às refeições dos bombeiros e, portanto, estar preparada, do ponto de vista financeiro, para, sempre que uma autarquia tivesse dificuldade de assegurar o financiamento dessas refeições, poder a autoridade assegurar, imediatamente, sem recorrer a todos os procedimentos, que são necessariamente depois cumpridos, mas que seriam cumpridos *a posteriori*. E houve essa decisão, o que fez com que, a partir de certo momento do ano passado, essas situações deixassem de ocorrer e que, estamos convencidos, mantendo esse mesmo procedimento para este ano, evitaremos esse tipo de situações.

No que diz respeito aos incentivos, também já foram tomadas algumas medidas que promovem esse incentivo ao voluntariado, sendo uma delas a de assegurar o pagamento de propinas a bombeiros que sejam estudantes universitários e, portanto, esse é um incentivo para conseguir captar bombeiros que estejam a estudar e que tenham disponibilidade para o voluntariado, sendo esta uma forma de retribuir esse serviço, que estão disponíveis para prestar. Outra é o apoio na saúde, que é um plano que tem sido feito, gradualmente, ao longo dos anos, no ano passado, este ano e ainda o próximo, por forma a fazer-se o apoio na saúde, isso também já foi discutido.

Naturalmente que este tipo de apoios coloca questões de financiamento e deve ser visto não apenas como um apoio ao voluntariado mas como uma necessidade. O facto de os bombeiros terem de prestar serviços, em situação muito exigente do ponto de vista físico, deve fazer com que o Estado assuma, como responsabilidade sua, um plano de saúde que assegure que esses bombeiros têm o devido acompanhamento e estão em condições de prestar o serviço que lhes é solicitado, sem porem em risco a sua saúde não só nas situações extremas em também em situações normais para que, enfim, estejam, do ponto de vista médico, acompanhados e que haja essa garantia e que, portanto, que o Estado assuma também essa responsabilidade. São formas que temos de conseguir aumentar os estímulos. E há outras formas que, ao contrário, tentamos introduzir para que não haja um prejuízo na atividade e uma delas é a da idade da reforma para o que estamos, neste momento, a trabalhar as alterações legislativas para que,

quer do ponto de vista da Caixa Geral de Aposentações, quer do ponto de vista da Segurança Social, haja uma adequação entre aquilo que é a idade da aposentação ou de reforma e aquilo que são, hoje em dia, as exigências legais para atividade de bombeiro para que haja uma uniformização e, portanto, que não haja esse prejuízo. Do ponto de vista legislativo, isto implica trabalho com as finanças e com a segurança social, num caso e no outro, para que consigamos fazer essa adequação.

Portanto e para terminar, em relação à formação direi que o plano de formação, inicialmente apresentado pela escola, tinha um horizonte de 14 a 20, ou seja, era um plano para seis anos, e nós entendemos que devia ser apenas de 14 a 16, ou seja, para dois anos, porque, sendo introduzidas todas estas alterações, era importante que o horizonte fosse mais reduzido e se pudesse fazer essa avaliação daqui a dois anos e, dentro daquilo que foi a intervenção também do Sr. relator deste grupo de trabalho, termos horizontes de médio e longo prazo, mas termos a capacidade de fazer uma avaliação daquelas que são as alterações.

Uma das questões que, penso, foi também das intervenções da Sr.^a deputada Isabel Oneto e do Sr. deputado João Ramos, é a referente ao comando, sendo que a questão dos requisitos foi também posta por vários Srs. deputados.

O Sr. ministro tem várias vezes manifestado, e já o fez aqui, no Parlamento, também a preocupação com os requisitos para que determinada pessoa exerça funções de comando numa corporação de bombeiros, mas essa é uma questão e outra é o comando operacional no terreno.

Do ponto de vista da formação, uma das áreas em que foi reestruturado e aumentada a oferta da Escola Nacional de Bombeiros tem, exatamente, que ver com o comando de operações e com o comportamento do fogo, ou seja, a formação em comando e a formação em comportamento do fogo. Foi por isso que foi importante reatar a parceria com o Centro de Estudos de Incêndios Florestais Prof. Xavier Viegas exatamente para que a componente de comportamento do fogo fosse, pelo menos naquilo que diz respeito à formação de comandos, essencial nessa mesma formação.

Um dos problemas que foi detetado, e que está nos vários relatórios, tem exatamente que ver não só com o desconhecimento do terreno mas também com alguma falta de preparação relativa ao comportamento do fogo e, muitas vezes, com a conjugação dos dois fatores, ou seja, a conjugação do desconhecimento do terreno e da falta de preparação do ponto de vista do comportamento do fogo levou a algumas das situações mais complexas.

Também queria chamar a atenção para o facto de que, em incêndios florestais de grandes dimensões, é inevitável que, pelo menos em algumas zonas, a determinado momento e quando se prolongam por algum tempo, haja bombeiros que estejam a comandar, por exemplo, uma frente concreta desse incêndio que não tenham conhecimento do terreno porque, a certa altura, é impossível garantir que todos o tenham e por isso é que é tão importante a formação, quer do ponto de vista do comportamento do fogo, quer do ponto de vista dos vários perfis de terreno e da técnica adequada para resposta a esse comportamento porque, mesmo que não se conheça o terreno em concreto, o que nunca pode acontecer é não haver preparação para aquilo que é o comportamento do fogo e, portanto, para a adequação da resposta a esse comportamento, e aquilo que são os diferentes perfis de terreno e adequar também essa resposta ao perfil concreto de terreno em que aqueles bombeiros estão a atuar.

Portanto, estas são algumas das questões adicionais, não sei se ficou alguma, mas, se tiver ficado, ao fim de uma hora e qualquer coisa, naturalmente que haverá disponibilidade ainda para respondermos.

O Sr. *coordenador*: – Vamos fazer uma segunda ronda mais rápida e começava pela Sr.^a deputada Helena Pinto a quem pergunto se quer acrescentar mais alguma coisa ou colocar alguma questão.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Obrigada, Sr. presidente.
Querer, queria, como é lógico.

O Sr. *coordenador*: – Então, é aproveitar a disponibilidade do Sr. ministro e do Sr. secretário de Estado.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Acho que ficaram aqui ainda muitas pistas, muitas questões para aprofundar e para pensar. Mas tendo em conta que esta é uma ronda mais rápida, eu, de facto, gostava de colocar ao Sr. ministro uma questão mais concreta e, digamos, menos generalista.

Temos um relatório, que é esse relatório que o Sr. ministro encomendou, que tem um conjunto de recomendações, cujo número não me lembro exatamente, mas são várias, 10 ou mais, bem concretas. Além das questões que o Sr. ministro aqui já equacionou, pergunto como é que o Sr. ministro pretende implementar tudo isto?

Não veja nas minhas palavras, Sr. ministro – sei que não vai ver –, que eu esteja a fazer aqui exigências ou a pedir prazos. Nada disso. Mas é porque, de facto, o conjunto de recomendações – e eu na minha primeira intervenção já lhes tinha feito referência – acho que nos questionam e algumas são bastante preocupantes e sei que algumas têm uma grande dimensão, embora sobre as questões relacionadas com a formação, o Sr. ministro e o Sr. secretário de Estado já tenham falado sobre elas, ainda existem outras.

Portanto, como é que vai ser, Sr. ministro? Além das questões muito concretas, que aqui adiantou, dos equipamentos, dos *Canadairs*, essas medidas que são concretas, qual é também a estratégia para seguir estas e outras recomendações, já um bocadinho a curto e médio prazo, porque também não podemos falar destes problemas exclusivamente quando existem grandes incêndios, quando temos o foco da comunicação social. Temos que falar destes problemas atempadamente seguindo, aliás, a velha máxima da prevenção que, no nosso país, também deixou de ter pouco sentido. Nós até falamos em prevenção primária, secundária e terciária, mas prevenção é prevenção, só há uma e, geralmente, a prevenção implica que se atue sempre antes de qualquer coisa acontecer.

O Sr. *coordenador*: – Deve ser! Deve ser!

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Por isso, nesse sentido, pergunto se existe alguma perspetiva e o que é que o Sr. ministro pretende fazer nesse curto prazo.
Já terminei.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado, Sr. coordenador.

Sr. ministro, Sr. secretário de Estado, era só uma nota antes de uma questão. Foi referido, e muito bem, nós acompanhámos essa preocupação, nomeadamente com aquele processo da multa da hora, de que se falou na altura e daquilo que é a capacidade dos proprietários em pagar. O Sr. ministro falou em alguns modelos para estimular a limpeza dos terrenos, nomeadamente a questão da rede de centrais, mas eu lembro que – e nós colocámos sempre esta questão – há outros mecanismos, nomeadamente o intervir no preço da madeira. A intervenção a esse nível podia ser um estímulo também a que os proprietários pudessem olhar de outra forma para os seus terrenos.

Gostava de questionar porque eu não percebi bem acerca dos postos de vigia. O Sr. ministro admitiu a possibilidade, aliás, a intenção de os postos de vigilância passarem para as autarquias, e eu percebi que era no âmbito da manutenção das estruturas físicas e não percebi se era também naquilo que era da operação. Era esse o esclarecimento.

Depois referiu aquilo que era a vigilância eletrónica e a minha pergunta era se, a breve prazo, está previsto eliminar completamente a componente humana, do ponto de vista da vigilância, ou isso será impossível e há de ter de haver sempre o cruzamento.

Depois, quanto à questão com que comecei, que o Sr. ministro não referiu, gostava de ouvir se foi feita essa avaliação e qual é o peso do combate e das políticas florestais, neste processo todo.

Nós, no PCP, temos uma perspetiva muito particular e nem recai sobre o Sr. ministro mas recai sobre a sua colega de Governo porque entendemos que as questões de política florestal, de ordenamento florestal, são fundamentais nesta matéria, mas também gostava de ouvir a perspetiva.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Abel Batista, tem a palavra.

O Sr. *Abel Batista* (CDS-PP): – Sr. coordenador, muito rapidamente.

Sr. ministro, fiquei um bocadinho com dúvida e, já agora, gostaria que o Sr. ministro esclarecesse o seguinte: a questão da compra de *Canadairs* deixa-me ficar um bocadinho preocupado, confesso, porque comprar equipamento para utilizar três meses ou há alguma perspetiva de internacionalizar este equipamento, e esta internacionalização não é só para a Europa porque, quando no Hemisfério Norte está, como está agora, inundado, o que está arder é o Hemisfério Sul e, portanto, perguntava se há esta cooperação ou não porque 37 a 38 milhões de dólares parece um preço considerável para este efeito e, nesta colaboração que o Sr. ministro propõe, que me parece fundamental, entre especialistas de diferentes Estados para a Escola Nacional de Bombeiros, se há também aqui essa perspetiva na mesma questão para aquisição da compra de meios aéreos tipo *Canadairs*.

Depois, há aqui uma questão a que o Sr. ministro deu bastante ênfase, que é a questão da valorização da floresta e do acrescentar valor àquilo que a floresta tem. A questão das centrais de

biomassa é uma questão que também tem que ser revisitada. Sei que não compete ao Sr. ministro, mas é uma questão que tem que ser revisitada porque teremos de ver que as centrais de biomassa, daquilo que inclusive nós, não neste grupo de trabalho mas no âmbito da Comissão de Agricultura e Mar, já visitamos todas elas, já falamos com as pessoas, não resultam para o país.

Só para lhe dizer, Sr. ministro, que só cerca de 30% da energia produzida na central é que é aproveitada, quando ela pode ser aproveitada na totalidade, se, em vez de centrais de biomassa, for utilizada, por exemplo, para aquecer piscinas municipais, para pequenas instalações de padarias ou coisas deste género. Portanto, há aqui questões que têm que ser repensadas relativamente a essa matéria, até porque apesar de estarem licenciadas – e eu conheço dois casos em concreto que estão licenciadas e não foram construídas – não têm rentabilidade em termos empresariais.

Depois, e para terminar, Sr. ministro, quanto à questão dos Planos Municipais de Emergência ou os Planos Municipais da Defesa da Floresta, eu acho que temos de ter uma atitude diferente. Se a memória não me atraiçoa, no território continental, apenas há um município que não tem floresta, que é o Porto. O Porto, acho, é o único município que não tem floresta no seu espaço territorial. E nós termos metade ou menos de metade dos municípios só com planos é algo que tem que nos preocupar. E, depois, preocupa-me mais ainda verificar que, provavelmente, muitos destes municípios, que não têm Planos Municipais de Defesa da Floresta nem Plano Municipais de Emergência, sejam aqueles que, depois, vêm pedir que sejam enviados meios aéreos, sejam enviados bombeiros, seja enviado uma série de equipamento e que não cumprem o básico, o elementar, que é a questão do planeamento.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Obrigado, Sr. coordenador.

Sr. ministro, Sr. secretário de Estado, é a primeira vez que o interpelo nessa qualidade e desejo-lhe muita sorte porque a sua sorte é também a sorte do país.

Sr. ministro, começo por referir uma referência que fez aqui com uma lacuna, que é a questão da formação dos bombeiros em teatro de operações. Queria associar a isto esta lacuna, que o Sr. ministro reconhece que existe, a falta de treino, a uma questão, que aqui foi já referida noutras audições e que hoje aqui ainda não teve lugar, que é a utilização do fogo, nomeadamente o fogo tático.

Uma das questões que eu pergunto é de que forma é que o ministério está aberto a melhorar e a credenciar as entidades para utilização do fogo tático e até que ponto é que ele poderia ser utilizado, inclusivamente em propriedades abandonadas, porque teríamos aqui a possibilidade de fazer simulacros, em teatro de operações, com fogo real, que poderia ser utilizado para retirar o combustível à floresta, nomeadamente naquelas propriedades de que, efetivamente, não se conhecem os proprietários, as notificações não têm efeito e, portanto, seria uma possibilidade que eu gostaria de questionar.

Relativamente à questão das bases logísticas, há muitos anos a esta parte, estou cada vez mais convencido que temos posto dinheiro em cima desta questão bem como os meios e tudo o mais e, efetivamente, depois verificamos que nem sempre resulta.

Sobre esta questão das bases logísticas, que, obviamente são importantes, e os bombeiros queixam-se de que não têm, muitas vezes, condições logísticas nos locais, eu pergunto se já foi feito um levantamento exaustivo de todos os equipamentos que nós temos disponíveis, ao longo do país, nesta altura dos fogos florestais porque, recorde, nós temos um conjunto significativo de pavilhões escolares, de pavilhões municipais que, na época dos fogos, estão fechados, cantinas pelas escolas todas, pelo país todo, que na altura dos fogos estão fechadas, e até que ponto é que isso não deveria estar repercutido nos Planos Municipais, num plano eventualmente nacional em que pudesse ser utilizado na altura do fogo florestal.

Confesso que, às vezes, quando se diz «vamos fazer mais uns pavilhões, mais não sei quê» para ser utilizado num curto espaço de tempo, quando, penso, temos um conjunto significativo de instalações que podiam ser utilizadas nessa altura.

É esta questão que gostaria de ver colocada e também a sugestão que dou no sentido de que se faça um levantamento exaustivo de todo esse equipamento. É evidente que vão dizer que isso não resolve o problema da alimentação, mas, quanto à alimentação, concordo inteiramente com cozinhas itinerantes, com contentores, que podiam ser utilizados ou fazer um concurso a nível nacional para fornecimento de refeições em *catering* porque as empresas de *catering* têm, todas elas, capacidade de responder a essa matéria.

Depois, o meu colega Abel Batista já levantou a questão da aquisição dos dois *Canadairs*. É evidente que os *Canadairs* são um equipamento imprescindível, mas eu questionava o facto de se comprar um equipamento para utilizar só três meses e que, portanto, careceria de uma cooperação com outros países, nomeadamente do Hemisfério Sul, em que os fogos não são na mesma fase.

Relativamente aos meios aéreos, queria apenas aqui manifestar uma preocupação: foi aqui dito, nesta sala, de que não havia, no teatro de operações, uma conveniente coordenação dos meios aéreos. E isso foi preocupante e deixou-nos a todos um pouco assustados. É evidente que não quero fazer aqui este alarme, mas isto foi dito aqui e, portanto, não podia também deixar de tocar esta situação de coordenação dos meios aéreos em teatro de operações.

Muito obrigado.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Muito obrigada, Sr. presidente.

Tentando também ser muito sintética, mas tentando esclarecer aqui algumas questões, até porque o sentido de eventuais propostas que façamos vai também no sentido do entendimento que é feito hoje da lei.

Sr. secretário de Estado, se tivermos um sismo no Algarve, o senhor está à espera que cada câmara municipal ative o Plano Municipal, para se ativar o distrital e para depois ir para o nacional. Quer dizer, vamos ver se nos entendemos.

O Sr. *secretário de Estado da Administração Interna*: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – É assim: sabe qual é o problema, Sr. secretário de Estado? É que continuo a achar, se formos analisar cada incidente, que o que se passa é que o senhor tem, ao nível operacional, a assunção dos patamares e, depois, não tem ao nível da coordenação entre as entidades. E porquê? Porque não acionam os planos. O problema é esse. E o facto de o Plano Municipal não ter sido ativado não impede que o distrital seja ativado, pelo contrário, Sr. secretário de Estado. E depois, a lógica é...

O Sr. secretário de Estado da Administração Interna: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Não, não, não confunda o princípio da subsidiariedade! Nós temos de nos entender sobre isto, não numa lógica aqui de pedir explicações sobre o que se passou, mas de entender o que é que a lei diz e saber exatamente como é que se aplica. Nós não podemos confundir aquilo que é o princípio da subsidiariedade, que é quem está mais próximo do problema resolve-o, e só sobe ao patamar seguinte...

O Sr. secretário de Estado da Administração Interna: – Óbvio!

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Não, não, quem está mais próximo deve...

O Sr. secretário de Estado da Administração Interna: – Identificá-lo!

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Identificá-lo e resolvê-lo ou tentar resolver, se tiver meios e recursos. Quando acabam os meios e recursos do patamar municipal, sobre ao distrital.

O Sr. secretário de Estado, mas se tiver um incidente de dimensão distrital e pelo facto de os municípios não terem ativado, podemos dizer que, ao nível da regulamentação da Lei de Bases, temos de resolver – por isso é que eu pergunto pela regulamentação da Lei de Bases – as consequências da não ativação dos Planos Municipais, mas isso não exime a responsabilidade de o patamar distrital o fazer, até porque, nós sabemos, os recursos que existem são aqueles que estão em cada concelho e, portanto, ou se ativam esses mecanismos ou tem presidentes de câmara que, por muito que condenemos no sentido ético-social, tem de haver a capacidade de resolver o problema. Não é dizer «é condenável, mas não temos capacidade depois de dar resposta». Portanto, temos exatamente de ver...

O Sr. secretário de Estado da Administração Interna: – Estamos a dizer a mesma coisa!

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Não, não estamos porque os Planos Distritais continuam a dizer que não foram ativados porque os municipais também não o foram.

Sr. secretário de Estado, se houver uma calamidade no país, o senhor fica à espera que os 308 municípios ativem os planos para os poder...? Não faz sentido, Sr. secretário de Estado. Mais: pode haver situações em que o Plano Municipal está ativado e, em simultâneo, seja o distrital. E a lei permite-o, Sr. secretário de Estado.

Portanto, quando fiz a primeira pergunta, que foi a relação do Estado com os bombeiros e disse «Estado, Administração Central, Administração Local tem que ver não só com o financiamento mas também com a relação que os bombeiros têm», e pus a questão de que as corporações de bombeiros dependem, organicamente, da associação humanitária mas, funcionalmente, da Autoridade Nacional. E na minha perspectiva, quando digo que é preciso redefinir a relação do Estado com os corpos de bombeiros, é preciso fazer uma (...) não só do financiamento mas, quando falamos do financiamento, temos também de definir as relações funcionais que existem entre os corpos de bombeiros e a Autoridade Nacional mas também entre os corpos de bombeiros e as câmaras municipais. Porque, de facto, nós temos também de pôr no papel do Sr. presidente de câmara que não consegue sequer avançar com um processo disciplinar num corpo de bombeiros, nem tem, funcionalmente, a ligação que Autoridade Nacional tem. Um corpo de bombeiros, quando vai para um incêndio, tem de comunicar à Autoridade Nacional o despacho de meios mas não o faz ao Serviço Municipal de Protecção Civil.

Portanto, temos de redefinir esta ligação toda, porque se queremos os patamares efetivamente municipal, distrital, nacional ou intermunicipal ou regional, como queiram fazer, temos também de definir qual é a ligação. E isto porque nós temos os três pilares nos três níveis. O problema é que depois falha porque a assunção é desnivelada, e é por isso que temos este problema no terreno. Porquê? Porque nós temos o patamar político, o patamar de coordenação e operacional. O operacional vai subindo, o outro não pode intervir no operacional. ..., quer dizer, começamos a cruzar aqui e o resultado é este que se vê.

Portanto, esta é a minha análise da questão e quando eu pergunto se não temos de refletir, acima de tudo, a começar por aí, a saber como é que, hoje, a Lei de Bases está a ser interpretada e aplicada, para sabermos o que deve ou não deve mudar, ou se basta aplicar a lei. Porque temos muito a tendência, quando a lei não se aplica, não perguntar por que é que não se aplica, mas ir a correr mudá-la. E depois a lei volta a não aplicar-se e voltamos a fazer o mesmo.

O Sr. *coordenador*: – Pode terminar, Sr.^a deputada?

A Sr.^a *Isabel Oneto* (PS): – Vou já terminar.

Enquanto esta questão não estiver resolvida também da relação que os corpos de bombeiros devem ter com as câmaras municipais, que tipo de relação funcional é que vai existir, porque o Sr. ministro falou em aumentar a fiscalização do financiamento e as câmaras também, porque as câmaras também têm de ser chamadas à sua assunção de responsabilidade, no que refere à relação funcional.

Sr. presidente, peço desculpa, mas é só mais uma questão: o Sr. ministro falou em 7 milhões de euros para os equipamentos e eu pergunto quantos equipamentos é que efetivamente vão ser adquiridos.

Muito obrigada, Sr. presidente, pela sua tolerância.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado, Sr. presidente. Serei muito rápido.

Duas questões, sendo que a primeira, no fundo, é para transmitir apenas a seguinte preocupação: nós continuamos a construir muito o modelo a partir do local e do nacional e a consolidação de um modelo intermunicipal é fundamental e a sensação que, ainda por cima, temos é de que isso era fundamental com uma articulação muito profunda entre o trabalho feito, ao nível do Ministério da Agricultura ao nível do Ministério da Administração Interna. E explico: nós temos algumas experiências de gabinetes técnicos florestais intermunicipais e sapadores intermunicipais. Portanto, no domínio do Ministério da Agricultura, seria muito interessante que tivéssemos planos de emergência intermunicipal com a mesma geografia, que tivéssemos um comandante operacional intermunicipal com a mesma geografia. E isso tem de ter uma lógica na base das NUDE III, mas devem ser células apesar de tudo mais pequenas, isto é, organizações mais pequenas do que a NUDE III. Portanto, a NUDE III parece-me excessiva para resolver este problema de base intermunicipal, que devia ter uma pertinência geográfica mas não devia passar, digamos, do nível municipal para o intermunicipal porque o nível intermunicipal, a esse nível, parece-me excessivo para resolver o problema da operacionalidade. Lamento porque os Programas de Emergência Municipal continuam todos a ser feitos com base municipal e existe pouco incentivo a que se faça em termos intermunicipais. Portanto, essa é a minha maior preocupação, digamos, daquilo que estamos a construir para o futuro.

Depois, ainda um pedido: o Sr. ministro fala-me em investimentos, investimentos, investimentos, investimentos em meios alternativos de vigilância, investimentos em comunicações, investimentos em equipamentos individuais de combate, investimentos em bases logísticas. Aqui, a preocupação principal é saber se temos uma programação, isto é, se o Sr. ministro nos poderá fornecer *a posteriori* para, naturalmente, integrarmos dentro do nosso relatório, a programação que o Governo tem prevista num horizonte razoável de 2017 ou 2018.

Sei que este Governo cumprirá o seu mandato estritamente até ao momento para o qual foi eleito, mas, de qualquer maneira, estas são matérias que ultrapassam a legislatura e, portanto, para, pelo menos, ter uma ideia à partida daquilo que deve ser esta programação e, depois, naturalmente, o próximo Governo tomará decisões sobre essa matéria, mas a ideia de que o Estado tem uma programação independente dos governos, no que diz respeito aos investimentos em proteção civil.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. ministro da Administração Interna.

O Sr. *ministro da Administração Interna*: – Muito obrigado, Sr. presidente.

Há pouco, não referi um ponto que me parecia importante e que é o seguinte: como já disse, temos acompanhado os trabalhos desta comissão e, de resto, conversado com alguns dos Srs. deputados, que aqui têm desenvolvido este trabalho, e não queria deixar de chamar a atenção para a circunstância de, no próximo mês, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, nós queremos aprovar o dispositivo especial dos incêndios florestais para o ano de 2014. Era muito útil para nós que aquilo que puder ser incorporado, em resultado do trabalho desta comissão, o pudesse ser, evidentemente. Todos temos a noção de que, quanto a algumas das matérias, não é possível, de todo, fazê-lo, mas um resultado atempado das conclusões desta

comissão teria, adicionalmente, essa vantagem, a de podermos fazer repercutir, naquilo que fosse possível, algumas destas conclusões, no dispositivo. Este era um ponto importante.

O segundo ponto era para dizer o seguinte sobre a questão de nos questionarmos se devemos ou não fazer a aquisição dos *Canadairs*, quando se diz “mas afinal é para três meses...”. O problema é que nós não encontramos esses meios no mercado para alugar com facilidade e a preços que sejam razoáveis e, portanto, o que tem acontecido é que ou os serviços de proteção civil conseguem mobilizar meios de países terceiros ou, então, é o ministro da Administração Interna, que tem a sorte de ter boas relações com o ministro do interior de Espanha ou de França ou, ao abrigo do mecanismo europeu, como aconteceu no ano passado, se conseguem mobilizar os da Croácia, ou, então, Srs. deputados, a aflição em que estamos quando, por exemplo, temos dois grandes incêndios a lavrar no país com largas dezenas ou centenas de outros no mesmo dia, faz aquilo que os senhores já ouviram aqui, na comissão, que é a dispersão dos meios aéreos, a dificuldades de acorrer a situações que existem um pouco por todo o lado, estando definido quais são as prioridades que têm de ser cumpridas e quais são os procedimentos que têm de ser seguidos. O problema é quando, ao mesmo tempo, no mesmo dia, temos dezenas ou centenas de ignições e temos, por exemplo, incêndios de grande dimensão.

Depois, ainda há aqui uma outra matéria, que é o seguinte: em algures, por exemplo, no ano passado, a determinada altura, no incêndio do Caramulo – eu fui mantendo uma ligação muito estreita com os presidentes de câmara e fui acompanhando também de forma muito estreita a situação e diziam-me «Sr. ministro é incompreensível os aviões ou os helicópteros não virem para aqui». Na altura, foi um dos dias em que tivemos mais meios aéreos a voar porque estavam dois de Espanha, dois de França, três da Croácia, além daqueles que nós tínhamos. A questão é que essa diversificação de meios é também importante para determinado tipo de condições operacionais. Por exemplo, em determinada altura, não era possível, num ângulo que era mais favorável para o ataque àquele incêndio, haver a penetração de meios aéreos tipo *Canadair* porque a cortina de fumo, que estava estabelecida, pura e simplesmente impedia que se fizesse aquela manobra que era aconselhável, do ponto de vista operacional, para atacar o incêndio. Mas já era possível fazer com outro tipo de meios aéreos. E, portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias.

Agora, o que eu sinto, ao fim de dois anos, é o seguinte: nós, como país, decidimos que não comprávamos *Canadairs* e comprávamos helicópteros pesados – e não estou a dizer isto em termos de crítica mas apenas a fazer uma constatação porque foi uma opção que foi feita, foi explicada e, de resto, li todo o estudo que fundamentou essa opção – e a verdade é que, seis ou sete anos depois, há um consenso entre todos aqueles que intervêm neste domínio para dizer «nós precisamos de ter, pelo menos, uma parelha de *Canadairs*». Isso é evidente. E quem conhece, no terreno, o efeito que tem a intervenção desse tipo de meios aéreos e sabe qual é a repercussão que tem em determinadas circunstâncias – não em todas evidentemente –, sabe bem qual o efeito que isso tem.

Não é fácil encontrar isto, mesmo com tempo, de um ano para o outro, porque estes meios não abundam e a maior parte deles são propriedade dos Estados, haverá, com certeza, privados que também os têm, mas não tem sido nada fácil esse tipo de situação e eu acho que nós

devíamos, porventura também quanto a outras medidas compensatórias, abordar esta questão de não deixar o país sem este instrumento fundamental.

Acresce que aqui há uma enorme vantagem: é que, ao contrário do que acontece com os meios próprios que temos do Estado, estes podem ser operados a partir da Força Aérea, por exemplo, e isso é de uma enorme vantagem de sinergia, de conjugação, entre a estrutura da Força Aérea e a proteção civil, e, portanto, acho que, compreendendo a objeção, compreendendo também que não podemos por sistema, enquanto país, em cada verão, recorrermos à generosidade, amizade, solidariedade dos países amigos neste domínio para termos aqui capacidade de fazer face a estas situações. Julgo que isso é evidente para todos. Mas compreendo a objeção que é colocada.

O Sr. deputado Miguel Freitas põe aqui a questão de mandarmos aquilo que já temos de programação para os próximos anos, e eu farei chegar isso junto do Sr. presidente da comissão. Tem, portanto, toda a razão e acho que faz sentido pôr essa questão, mas quanto àquilo que temos de programação é um bocadinho aleatório porque, enfim, há um desgaste de material em determinado tipo de circunstâncias, mas, do que temos programado quanto a comunicações, equipamentos individuais de proteção de bombeiros... mas já é muito mais difícil do ponto de vista do parque de viaturas porque sabe qual é o procedimento que tem sido seguido em relação a essa matéria. É mais difícil, mas na parte das bases logísticas e de equipamento logístico, que consideramos importante para os próximos anos, bem como de material e equipamento necessário para formação e treino dos bombeiros também nos próximos anos.

São estas, julgo, as áreas onde, neste momento, é mais fácil dar essa informação, acrescentando aqui aquilo que são, neste momento, as prioridades em termos de ou reformulação ou novas instalações de corporações de bombeiros. E digo algumas de cor, por razões diversas e motivos diversos, como a corporação de bombeiros de Cinfães, que tem péssimas condições de instalação, Vieira do Minho por razões diferentes que tem que ver com a natureza estrutural do equipamento que foi construído, Barcelinhos, Sabrosa, Sabugal – continuo a dizer de cor –, vamos ter em Espinho uma nova instalação, mas isso por razões diversas que resultam da fusão dos espinhenses com os Bombeiros Voluntários de Espinho mas esse é um caso especial. Está-se a construir ou a melhorar a situação, neste momento, de Alijó. Enfim, há uma série delas. Estou agora a dizer aquelas que me ocorrem no momento. Mas, no fundo, as prioridades são estas. O caso de Cinfães é um dos casos mais complicados, onde, de facto, é muito má a instalação e eu pensei até que já não havia daquilo no país, mas há. E, portanto, é uma das prioridades que temos. Basicamente, digamos que são estes os trabalhos que estão a decorrer.

Queria ainda dizer que, neste âmbito, é possível dar essa programação e acho que faz sentido que a comissão e a Assembleia a tenha.

Depois, a Sr.^a deputada Isabel Oneto coloca uma questão absolutamente decisiva nesta matéria e eu concordo com a questão que a Sr.^a deputada coloca. O problema que se põe em relação à lei – eu acho que não e acompanho a Sr.^a deputada nessa perspetiva – é que ela não tem hoje... Bom, uma coisa é dizer “não precisa de ativar o municipal para ir ao distrital e, depois, para ir ao nacional”. Com certeza que, aí, estamos de acordo, mas não há na lei consequências, e eu acho que devia haver, para o facto do não cumprimento de acionamento de

planos que estão previstos, que estão aprovados, que devem ser acionados verificado determinado tipo de circunstâncias, mas que não são acionados, então, o que é que acontece? Não é o que acontece do ponto de vista operacional porque isso eu sei e é “faz-se apesar de”. Agora, há um conjunto de estruturas, como a Sr.^a deputada disse, que estão nos municípios e que não podem deixar de estar nos municípios e não faz qualquer sentido duplicá-los, o que seria uma pura estupidez, do ponto de vista do país. Todos estamos de acordo com isso. Quer dizer, mas podem ser recusados numa circunstância dessas? Pergunto eu.

A Sr.^a Isabel Oneto (PS): – Tem de haver consequências!

O Sr. ministro da Administração Interna: – Exatamente.

Portanto, há aqui um conjunto de matérias que, de facto, do ponto de vista legal, não podem ficar na boa vontade, que têm tido, devo sublinhar, sempre, e numa estreita cooperação que tem existido sempre, devo dizer, e sem exceções. Mas, de facto, não pode ficar nessa boa vontade. Não pode. Quer dizer, do ponto de vista legal, podemos ter um problema sério por causa disto. E não é por menor capacidade operacional, é porque quem, a um determinado nível, tem que disponibilizar porque está previsto no plano que disponibilize, naquelas circunstâncias, determinados meios, não pode hesitar ou criar uma questiúncula qualquer, o que, devo dizer, não tem acontecido, e, repito, não tem acontecido nunca e devo até sublinhar a excepcional colaboração dos Srs. presidentes de câmara. Nós temos feito as coisas muito prontamente para que seja pago tudo a tempo e horas, reconhecendo a dificuldade das câmaras municipais, e, portanto, o mais rapidamente possível e por formas expeditas. E julgo que tem sido dito isso pelas câmaras municipais onde, infelizmente, tem havido incidentes desses. Esse tipo de questões não tem sido colocado.

Mas, de facto, do ponto de vista da estrutura, não pode ficar ao critério da boa vontade de cada um, seja qual for o nível. Não pode ser. Quer dizer, não pode ficar ao critério da boa vontade do comandante nacional da proteção civil enviar ou não um meio, que é considerado necessário, para um determinado incidente, qualquer que ele seja, podendo até não ser fogos, numa questão que tenha que ver com a proteção civil a determinado nível. Isso não pode ser. O contrário também tem de ser verdadeiro. Desse ponto de vista, nessa matéria, acho que a nossa lei não vai tão fundo como devia ir. Eu acho que, de facto, há algumas questões que, do ponto de vista do entrecruzar da responsabilidade política com a responsabilidade operacional, não faz mal nenhum que se clarifique na lei.

Nestas coisas, não pode haver cinzento, é preto e branco. Quer dizer, é para ali que se vai, mandou-se, cumpre-se e executa-se e, depois, no fim, far-se-á a avaliação. Mas não pode haver uma assembleia coordenadora de operações. Isso não existe. As coisas têm de ser claras e, à medida que se vai subindo no patamar, cada um deve assumir as suas responsabilidades sem curto-circuitar as responsabilidades dos outros, tem de ser tudo absolutamente claro, quer dizer, quem intervém, como intervém, quem dá a ordem, quem faz, quem cumpre, com que procedimentos. Isso tem de ser evidente. O país não ganha, ninguém ganha, em termos de confusão nesta matéria. Repito, não estou a dizer que existe, estou a dizer que acho que algumas destas matérias merecem ser clarificadas para não dar azo a questões.

Depois, o Sr. deputado Maurício Marques falou-me da questão do fogo tático. Também já tive oportunidade de dizer o que penso sobre isso. Acho que isso é uma matéria muito difícil, com toda a franqueza o digo. Alguns Srs. deputados gostam muito de encontrar aqui pontos de fricção, que, de resto, não há, com o Ministério da Agricultura. Mas não percebo por que é que, verificados determinados requisitos técnicos de formação e de credenciação, há de ser uma entidade única em Portugal a ter o exclusivo da competência nesta matéria. E, ponto, não percebo. Até porque é muito simples.

Agora, sendo um bocadinho desafiador, direi que se essa entidade quer ter esse exclusivo, eu, no próximo mês, posso enviar para essa entidade um trabalho de proximidade com as autarquias e todas as corporações de bombeiros de todos os sítios em que, em Portugal, nós entendemos que deve haver fogo tático, em condições de estar pronto um mês antes dos incêndios florestais. Nessa altura, veremos se essa entidade tem capacidade para fazer aquilo que é preciso fazer no país, do ponto de vista da prevenção.

Portanto, considero que aquilo que se passa em relação a essa matéria é uma chinesice, como muitas vezes acontece em Portugal, de sequestrar competências que, devemos reconhecer com certeza, não podem ser usadas de qualquer forma porque são coisas de grande responsabilidade, que exigem formação e credenciação muito específicas, mas que não se tem de fazer exclusivamente em Portugal. Eu tenho disponibilidade para mandar alguns daqueles que podem fazer esse tipo de trabalhos, por exemplo, a Espanha, fazer formação e credenciação nessa matéria.

Portanto, quero ser muito claro sobre esta matéria. Quem quer requisitar e sequestrar para si uma competência que, depois, não tem capacidade de responder, no terreno, às questões que são colocadas, não o pode fazer. E isto que fique muito claro. Porque, geralmente, quem sequestra esse tipo de competências leva sumiço em julho, agosto, setembro e, muitas vezes, durante o mês de outubro, leva sumiço, não aparece, não assume responsabilidade de coisa alguma. E eu gosto muito daqueles que são muito ciosos das suas competências, mas dão a cara e assumem as suas responsabilidades. Isso que fique muito claro. Portanto, nesta matéria, sou muito intransigente.

O problema não é quem tem a competência legal para fazer fogo tático, o problema é saber que competências temos para fazer fogo tático e se as competências que temos são as necessárias para satisfazer as necessidades que o país tenha para fazer as ações de prevenção em tempo, em coordenação com as autarquias locais, em coordenação com as GIFS, com as associações de proprietários, com os bombeiros, em cada um dos locais, para fazer tudo aquilo que deve ser feito nesse domínio para evitar problemas maiores na fase crítica do problema. Para mim, é puramente assim. Se é a entidade que, neste momento, tem essa competência, por mim, encantado da vida. Agora, terão um caderno de encargos que têm de satisfazer no tempo oportuno e, na altura, não vai haver desculpas se disser “só temos x equipas, não temos capacidade de fazer mais isto e não temos capacidade de fazer mais naquilo”. Não, isso não existe. Portanto, isso, para mim, é muito claro e é de pura responsabilidade uma vez que nós não podemos deixar de fazer aquilo que temos de fazer, neste domínio da prevenção, que é muito importante. Fica muito clara essa matéria. Eu não gosto de ter papas na língua sobre isto e devo dizer que me irrita o comportamento de algum tipo de instituições em matérias

como esta. Irrita-me. Quer dizer, não faz sentido, é aquela lógica do “nem faz nem deixa fazer” ou, então, faz menos do que aquilo que é necessário e não deixa ninguém mais fazer porque, enfim, porque é assim. Bom, isso não faz nenhum sentido e eu quero ser muito claro sobre esta matéria, repito, muito claro sobre esta matéria, sem prejuízo do contributo, da importância e do relevo do trabalho de muitos técnicos da administração florestal e do Ministério da Agricultura em relação a esta matéria. Não tem nada que ver uma coisa com a outra.

Agora, eu não consigo compreender, do ponto de vista legal, este sequestrar de competências, que não faz qualquer sentido. Ou, então, em contrapartida, ficam com o exclusivo das competências, mas respondem a todas as solicitações. É muito simples. E eu, nesta matéria, não vou deixar esconder nenhuma das questões que são colocadas, quer dizer, eu não vou aceitar mais que alguém de um determinado serviço diga “nós fizemos tudo o que havia a fazer, tudo, cumprimos tudo” e, por exemplo, no incêndio do Algarve – o Sr. deputado Miguel Freitas conhece bem a situação –, nós tínhamos, desde 2003, 250 quilómetros de faixas de descontinuação, que tinham de ter construídas, e tínhamos 50 conforme comprova o relatório de há dois anos. Quer dizer, isto não pode acontecer. Não pode. Porque, evidentemente, as pessoas vão fazer declarações para as televisões, que se consomem naquele momento, de “está tudo feito” e, depois, nós vemos nos relatórios – bem sei que são três meses depois – onde é que estão as vulnerabilidades, o que não quer dizer que nós não as tenhamos também porque as temos e muitas e temos de as corrigir, mas, pelo menos, não se façam afirmações temerárias como essas. Quer dizer, é muito simples, eu não estou a inventar coisas, estou a dar um facto concreto, reportado num relatório de há dois anos a propósito do incêndio do Algarve. E quanto a isso não há aqui qualquer questão e muito menos com a Sr.^a ministra da Agricultura, que tem, devo dizer e sublinho, um interesse e uma particular atenção a estas matérias.

Agora, comigo, nos serviços, nestas matérias, não fazem aquilo que é habitual fazer em Portugal. Desculpem, mas não pode ser! Não pode ser! E nós temos de fazer a avaliação muito correta de cada uma destas situações. Não pode ser!

O ponto três é sobre a questão que os Srs. deputados põem em relação aos Planos de Emergência. Sobre isso, queria dizer aqui que temos alguns Planos de Emergência que ainda são da primeira geração e alguns já são da segunda. A verba que foi disponibilizada para se fazer aqueles planos de risco que, no fundo, agregassem, complementassem e entrosassem os diversos Planos de Emergência Municipal, tem ainda muitas dificuldades. Julgo que isso tem muito que ver com o facto de as SIMS serem ainda estruturas um pouco incipientes em alguns sítios, embora nuns sítios melhor do que noutros, com certeza, mas são ainda relativamente incipientes, com pouca estrutura, pouco lastro, do ponto de vista da capacidade de poder andar com processos desses. Mas eu queria aqui sublinhar que subscrevo, de forma absoluta e na íntegra, as palavras do Sr. deputado Miguel Freitas, até porque nós já temos falado, várias vezes, sobre isto, sobre esta matéria. Quer dizer, nós temos mesmo que, nas matérias da proteção civil, encetar, com passos decisivos, o caminho do multimunicipalíssimo de territórios integrados na perspetiva dos riscos e das necessidades operacionais, além daquelas que são próprias do município. Nós temos a percepção disso e eu sei que os senhores se dedicam muito, mas, quer dizer, não vale na pena, o risco, de facto, não se esgota na fronteira do município, é

integrado e até pode ser potenciado pelo município ao lado e, portanto, não faz sentido que, deste ponto de vista, não se trate de forma integrada os riscos e não se tratem, a seu tempo, de forma também integrada, as capacidades operacionais que um determinado território, município ou mais do que um município, deva ter para fazer face a esses riscos. Isso é que faz sentido e isso é que, do ponto de vista racional, nós temos de conseguir, num quadro de cooperação, sem que seja o ministro da Administração Interna que impõe, mas temos de fazer pedagogia neste sentido com os Srs. presidentes de câmara, o que considero muito importante e com todas as corporações de bombeiros. Devo dizer que esse caminho tem sido feito. As pessoas começam a perceber que nem todas as corporações de bombeiros têm de ter exatamente os mesmos carros, duplicando capacidades instaladas que, depois, são utilizadas de forma muito esparsa, em alguns casos, e que, do ponto de vista dos instrumentos e dos meios operacionais, temos todos tudo a ganhar porque também cada uma das corporações não está a investir em duplicado, em triplicado ou em quadruplicado para aquilo que são as necessidades de um determinado território e, repito, temos tudo a ganhar em fazer essa coordenação de meios disponíveis num determinado território.

Não se trata aqui de acabar com corporações de bombeiros. Não, não é nada disso. É, num determinado território, as corporações que nós temos partilham, de forma planeada entre si, as aquisições e os instrumentos operacionais que são necessários para fazer face aos riscos instalados nesse território. Isso é que faz sentido. Eu julgo que as dificuldades, que todos estamos a passar, também aguçam a perceção da racionalidade deste sistema.

Agora, como os Srs. deputados compreendem, nós temos uma cultura instalada de muitas décadas disto, essa pedagogia tem sido feita e eu acho que as pessoas começam a estar despertas para isso. Há sinais e exemplos importantes, como este caso de Espinho, que acho que é muito importante, porque era uma situação que perdurava há 87 ou 88 anos, que foi possível ultrapassar, com uma capacidade de entendimento notável entre as duas direções das associações e, devo dizer, entre os dois corpos de bombeiros e os respetivos comandantes, o que tornou possível a consumação desta situação, que não é única no país porque há mais que estão a ocorrer, e com uma grande sensibilidade os Srs. presidentes de câmara em relação a esta matéria. Quer dizer, acho que, finalmente, se começa a pôr em comum problemas que têm sido exclusivamente municipais e que têm sido resolvidos exclusivamente a nível municipal, mas que, do ponto de vista do território, faz sentido que tenham esta perceção mais lata.

Acho que esse caminho está a ser feito, vai ser aprofundado e acelerado nos próximos anos e isso é bom para todos, mas sublinhando este ponto: acho que, de facto, se não tivermos esta perceção multimunicipal, ficamos sempre com deficiências em muitos sítios e ficamos, sobretudo, com excesso de investimento e redundâncias se continuarmos a encarar, à escala do município, as necessidades de um determinado território e, portanto, isso acho que é um aspeto muito importante. Não se pode decretar isto, mas pode-se e deve-se fazer um caminho neste sentido.

O Sr. coordenador: – O Sr. secretário de Estado quer acrescentar alguma coisa?

Pausa.

Não havendo mais questões, agradeço ao Sr. ministro e ao Sr. secretário de Estado pela disponibilidade e pelo importante contributo que deram para os nossos trabalhos.

O Sr. *ministro da Administração Interna*: – Sr. presidente, vou mandar, então, aquilo que temos em termos de planeamento, conforme foi solicitado pelo comissão, presumo que ainda a tempo de ser incluído no relatório.

O Sr. *coordenador*: – Com certeza. Muito obrigado.

Srs. deputados, vamos fazer um ponto de situação dos nossos trabalhos e pedia que não saíssem.

Pausa.

Vamos, então, durante mais uns minutos em relação à hora normal em que costumamos acabar, embora, às vezes, também costumamos exceder, fazer um ponto da situação e um balanço dos nossos trabalhos.

Temos ainda uma audição prevista da Sr.^a ministra da Agricultura que está marcada para o dia 5. Houve aqui algumas dificuldades, tivemos de alterar uma data inicial, que estava marcada. A Sr.^a ministra está nos Estados Unidos e ficou para o próximo dia 5, a seguir ao Plenário. Não foi possível conseguir outra hora.

Tínhamos algum atraso na descodificação e queremos ver se se acelera também essa vertente.

No nosso plano inicial, além das audições, tínhamos previsto algumas visitas a determinadas entidades, segundo a nota que aqui tenho, que, creio, foi proposta, aliás, do Sr. deputado Miguel Freitas, salvo erro, que inclui a visita a duas zonas-tipo, que contemplem concelhos, uma estrutura de propriedade rural fragmentada, concelhos com elevada taxa de desertificação humana, concelhos com ocorrência de incêndios elevada como, por exemplo, Algarve e Caramulo.

Talvez fosse tempo de pensarmos o que fazer em relação a esta segunda parte dos nossos trabalhos e calendarizar, tendencialmente, essas eventuais deslocações. Gostaria de vos ouvir sobre isso para ver se há alguma ideia mais concreta para este efeito.

Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Vamos lá ver: a partir de agora, o grande objetivo é sermos eficazes, isto é, procurarmos tentar responder àquilo que são, digamos, as nossas prioridades.

O Governo, até final de março, quer avançar com o dispositivo e com um conjunto de decisões, procurando incorporar propostas deste grupo de trabalho e, portanto, acho que o grande objetivo é ver se conseguimos avançar com essas propostas.

Quanto a fazermos uma visita nesta altura, creio que faz sentido fazê-la à Zona Centro ou à Zona Norte. Portanto, diria que o objetivo do Algarve, que era irmos visitar uma zona onde houve um incêndio há dois anos e verificarmos como é que está a ser feita a recuperação da área ardida, que é uma dimensão muito importante que, muitas vezes, fica esquecida, não

me parece que para o relatório, em concreto, seja uma prioridade. Isto é, nesta altura, para o relatório em concreto, a prioridade seria uma visita à Zona Centro ou à Zona Norte, portanto, daquelas que tínhamos visto.

Depois, quanto à questão do relatório, nós fazemos 120 dias, que é o que está no despacho, no dia 26 de março e o que tínhamos programado com a vinda da Sr.^a ministra, que deveria ter sido hoje, ganharíamos, portanto, aqui uma semana, mas procuraremos trabalhar no sentido de concretizar, o mais rápido possível, o relatório e, portanto, o objetivo será, até finais de março, o relatório estar concluído.

Creio que, nesta altura, vale a pena definirmos o método de trabalho para a elaboração do relatório e o que era importante, também nesta altura, era que os grupos parlamentares pudessem fazer chegar ao relator aquilo que é, digamos, o conjunto de questões que consideram essenciais deste debate. Todos nós temos, como disse a Sr.^a deputada Helena Pinto, uma diversidade enorme de questões. E o objetivo do grupo de trabalho não é fazer um levantamento exaustivo de todas as questões, nem de propor um conjunto de propostas para todas as questões, mas é centrar-se naquelas questões mais ou menos consensuais para podermos fazer avançar rapidamente o modelo e, portanto, o que sugeriria – naturalmente estou aberto a qualquer outra proposta de trabalho – era, num horizonte de final da próxima semana, que pudessem fazer chegar, digamos, um quadro de questões que cada grupo parlamentar considerava como essenciais em que devemos acordar em termos de relatório.

Havia aqui a possibilidade ainda, como tínhamos conversado, de fazermos uma sessão conjunta com todos aqueles que tinham participado nestas nossas audições, portanto, fazer um plenário. A ideia podia ser de aproveitar o tal dia 21, O Dia Mundial da Floresta, para fazer uma coisa dessas. É verdade que o dia 21 é uma sexta-feira e, portanto, não é um dia muito bom para os nossos trabalhos, mas, de qualquer maneira, se houvesse um acordo por parte do grupo de trabalho, podíamos fazer desse dia 21, e diria que, nesse dia, já tínhamos o relatório bastante avançado e, portanto, podíamos fazer uma discussão que, depois, veríamos em conjunto como é que podíamos avançar.

Portanto, estas eram apenas algumas reflexões livres que me surgiram com o repto do Sr. presidente.

O Sr. *coordenador*: – Concordo plenamente com estas sugestões do Sr. deputado Miguel Freitas, particularmente em relação a fazer-lhe chegar em tempo e, portanto penso que durante esta semana, mais coisa menos coisa, fixávamos aí uma data limite, para cada grupo parlamentar fazer chegar ao relator o elenco das questões que devíamos associar às duas vertentes do nosso mandato e que são propostas de eventual intervenção legislativa, por um lado, e recomendações ao Governo de medidas a adotar para uma maior eficácia na prevenção e combate aos incêndios florestais. Este é o nosso mandato, independentemente, como é óbvio, de não ser estanque esta visão, embora seja uma visão que está identificada naquilo que é a nossa incumbência e que eu gostaria de ver diferenciada e identificada. Portanto, chamava a atenção de que esses documentos devem ter esta identificação além do mais que se entenda poder lá introduzir.

O Sr. relator também teria de dizer se, além do apoio da estrutura do grupo de trabalho e do apoio que a Assembleia pôs à nossa disposição, se precisaria ou não de qualquer colaboração

mais, qualquer reforço de jurista ou, enfim, o que entendesse que pudesse facilitar e ajudar na sua tarefa, que é a de todas e de todos a mais exigente, digamos assim

Foi-me posto aqui, há algum tempo, uma ideia – eu já falei sobre isso ao Sr. deputado relator e a Sr.^a presidente também tinha falado inicialmente que o grupo de trabalho poderia produzir alguma coisa *a latera*, além do relatório final, nesse dia 21, que é o Dia Mundial da Árvore – de que pudesse haver a apresentação de quaisquer iniciativas legislativas. O tempo não é muito longo e eu acho que a haver qualquer coisa que saia do grupo de trabalho, deveríamos ter cuidado – e eu falei nisto ao Sr. ministro da Administração Interna e ele manifestou alguma disponibilidade – porque admito que, nalgumas áreas, o próprio Governo tenha já algum trabalho mais avançado, que pudesse, eventualmente, partilhar connosco.

Acho que só tem sentido nós avançarmos, se tivermos tempo para isso, até porque acho que também não vale a pena estar a improvisar uma coisa só para cumprir calendário mas fazer qualquer coisa que seja devidamente articulada e fundamentada e, portanto, devíamos selecionar duas ou três coisas ou até uma ou seja o que for, mas aquilo que for que seja consensual, enfim, um projeto qualquer que possa ser subscrito por todos os grupos parlamentares. Acho que isso era importante que nós identificássemos... É possível que nalguns domínios legislativos não tenha de haver uma unanimidade, o que não é essencial, vamos identificá-los e, depois, naturalmente, cada grupo parlamentar terá, na sequência legislativa, a liberdade própria dos seus pontos de vista mas, para dar um sinal de estar já a fazer alguma coisa com projeção externa, acho que era importante, se esta ideia tiver vencimento, que identificássemos qualquer coisa que tivesse algum significado, algum simbolismo, mas que, acima de tudo, acho que isso era muito importante, que nós déssemos aqui um sinal de consensualidade mínima numa iniciativa que pudéssemos eventualmente apresentar.

Para isso, era, obviamente, indispensável que tivéssemos as áreas das questões legislativas identificadas e, depois, fazermos o trabalho e «desde já vamos tratar desta e desta porque aqui há um consenso». Não importa que seja um grande (...), importa, sim, o seu sentido e o seu alcance, o seu significado, e insisto nesta ideia da consensualidade.

Em relação às visitas, acho que a prioridade é de prepararmos para a elaboração do relatório e talvez reduzíssemos isto a uma visita e, a ter que fazer uma coisa, selecionávamos aqui uma visita, embora o tempo vá escasseando, mas, pronto, dávamos aqui também alguma presença no terreno, digamos, que, penso, é o que falta daquilo que tem sido o nosso trabalho e aqui o registo de audições. Fomos também à proteção civil, recebemos aqui uma série de entidades, temos recolhido inquéritos a várias entidades a quem pedimos que se pronunciassem por escrito e, portanto, acho que esta vertente também tem a sua relevância para darmos aqui uma projeção para fora da Assembleia.

Portanto, queria que pensássemos, dentro desta ideia, em ir ali à Zona Centro, que é uma das zonas que são mais vulneráveis e têm sido mais expostas aos incêndios e às estruturas locais, e combinaríamos, depois, a data mais adequada para isso.

Mais alguma coisa?

Pausa.

Qual era, então, a data que fixávamos para os grupos parlamentares fazerem chegar ao Sr. relator...

Uma voz não identificada: – Final da próxima semana!

O Sr. coordenador: – No final da próxima semana? Pronto, mas, de qualquer maneira, como não estão cá todos os Srs. deputados, eu pedia que fizesse uma nota por *e-mail* nesse sentido. Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): – Sr. coordenador, acho que o que o Sr. coordenador disse e que disse também o Sr. relator é o que de essencial se tem de fazer.

Só aqui, pragmaticamente, sugeria que a visita que fizéssemos fosse ao Caramulo, que foi onde se deu o último grande incêndio e, portanto, temos ali possibilidade. E, eventualmente, como a deslocação será daqui lá e regresso, acho que valeria a pena passar pela zona do pinhal do centro, não propriamente num sítio que tenha ardido, mas num sítio que não tenha ardido.

O Sr. deputado Miguel Freitas está a dizer Mortágua ou, eventualmente, as matas nacionais, como a zona da Marinha Grande ou, se possível, as duas porque a visita é quase que passar de automóvel, não é muito mais do que sugeria.

A questão que o Sr. deputado Miguel Freitas levanta de haver um plenário, acho que a questão, na minha opinião, não era um plenário que este pressupõe uma participação e discussão, mas, eventualmente, a apresentação do relatório é que acho que deveria ser feita de forma pública e, aí, podermos, eventualmente, fazê-la e dizer a todas as pessoas que ouvimos e que deram contributos que o vamos fazer e o sítio onde o vamos fazer e convidá-los, informalmente, para, caso queiram assistir a essa apresentação, poderem estar presentes. Fazer um plenário para um debate para acrescentar... embora isso não tenha nada de perigoso, tem é o facto de haver um debate quando já não há nenhuma consequência dele.

O Sr. coordenador: – Eu percebo, eu percebo, quer dizer, a visão é de que cada um já deu o seu contributo, nós já o temos e, se precisarmos de mais alguma coisa complementar, naturalmente que lhes pediremos e, por isso, talvez tenha realmente mais sentido esta sugestão do deputado Abel Baptista.

Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): – Sr. presidente, também é só para fazer algumas reflexões e a colocação de algumas dúvidas.

Não tenho nada a opor à metodologia apontada. Confesso que me parece muito apertada, Sr. relator, mas quem tem de fazer o relatório...

O Sr. coordenador: – O problema é que o desaperto inicial provoca um aperto final!

A Sr.^a Helena Pinto (BE): – Exatamente. Acho que também nos sentimos responsáveis porque, na prática, temos o mês de março e, se quisermos cumprir o prazo, pode-se ir uns dias, uma

semana, e por aí não vai... Repito, temos o mês de março, mas ainda nos faltam audições e os partidos só no final da semana que vem é que vão dar o tema e, depois, há aqui uma coisa, penso eu, que é o período de discussão do relatório propriamente dito, em que não podemos deixar sozinho o deputado-relator.

A discussão do relatório, que é ponto alto onde podemos convergir ou não, embora eu suponha que vamos convergir, mas onde, se não há *brainstorming*, também não vamos a lado nenhum, estamos a fazer uma compilação do que nos disseram. Esse é o período quente deste grupo e eu estou a ver isto muito apertado, sinceramente, mas acho que temos de pôr isso em cima da mesa.

O Sr. *coordenador*: – Mas, Sr.^a deputada Helena Pinto, eu não percebi bem a sua intervenção inicial em que disse «que era curto o tempo que era dado aos grupos parlamentares para apresentarem sugestões».

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Não, não, é curto para o trabalho final.

O Sr. *coordenador*: – Ah, muito bem, muito bem!

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Não, para isso, uma semana até acho que mais do que suficiente, embora tenhamos que rever a matéria toda.

Uma voz não identificada: – (Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Pois, acho quem sim, acho que mais vale prevenir e vamos prevenir e depois, na véspera, é que vamos dizer.

Agora, quanto à questão dos grupos parlamentares – e é uma dúvida que tenho –, não sei se não seria mais produtivo para o Sr. deputado-relator que os grupos parlamentares tivessem o seu limite de questões a colocar e não dizer «posso pôr tudo» porque, por exemplo, eu até posso pôr 100. E, quanto a isso, pergunto se não deveríamos ter uma indicação – claro que não é aprovada – como, por exemplo, 10 questões fundamentais, que é para nos obrigar, desde já, ao esforço da escolha porque, se não, são 100. E, então, para haver um exercício, até porque isto é interno, vamos ver o que é que cada grupo parlamentar escolhe, não vão escolher todos a mesma coisa, já sabemos como é, e, depois, o trabalho fica muito mais facilitado a seguir. Se não concordarmos e quisermos as 100, isso também podemos fazer. Isso é uma coisa aqui entre nós. Eu punha 10.

O Sr. *coordenador*: – Pode-se, pelo menos, pôr o método de indicar as primeiras 10 prioritárias e o deputado-relator já sabe que aquelas é que são as essenciais e, se alguém quiser pôr 11 ou 12... também vai a 13, depende de ser supersticioso não, mas pode passar para o 14!

Risos.

Mas acho bem que haja uma ideia tendencial para, pelo menos, se perceber o que é que cada grupo parlamentar considera prioritário. E é evidente que, se queremos ajudar o relator, não o vamos encharcar porque encharcado já ele está, e estamos todos, de muita documentação e de muita informação. Portanto, temos de ser seletivos e ter a capacidade de hierarquizar a importância das coisas e selecioná-las.

Agora, a questão que colocava era esta: fixamos aqui até final da próxima semana para fazer chegar ao Sr. deputado-relator esses elementos e eu fiquei sensível à preocupação da Sr.^a deputada Helena Pinto, e, dentro dessa preocupação de partilha das preocupações da Sr.^a deputada Helena Pinto, a pergunta que faria ao Sr. deputado-relator era: quando é que pensa que poderia ter um projeto que permitisse uma discussão, que era para vermos se, eventualmente, este limite que demos, para o fim da próxima semana, seria necessário encurtá-lo ou não.

Faça favor, Sr. deputado Maurício Marques.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Peço desculpa, mas vou voltar um bocadinho atrás relativamente à questão das visitas porque me passou aqui em claro e passou também...

O Sr. *coordenador*: – Temos de convir que não serão as visitas e, sem prejuízo da importância da audição da Sr.^a ministra da Agricultura, já temos material bastante que habilite os grupos parlamentares a fornecerem as suas preocupações.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Mas, relativamente a isso, penso que concordo inteiramente que seja visitado o Caramulo até porque foi uma das zonas muito fustigadas pelo incêndio e, digamos, é uma má... , como me estava aqui a segredar o Sr. deputado Miguel Freitas.

Depois, penso que era fundamental também visitar Mortágua, porque Mortágua tinha dois interesses para nós: primeiro, porque é um concelho que não tem sido muito fustigado pelos incêndios apesar de ser daqueles que é mais arborizado e, depois, porque também tem lá instalada uma central de biomassa. E, para isso, sendo certo que já tivemos relatórios sobre a biomassa, também era importante percebermos de que forma é que a biomassa era importante e termos a perceção dessa natureza.

Segundo comentário, também concordo que sejamos limitados, até para haver uma objetividade maior, nas questões a apresentar porque, senão, isto é um mar que nunca mais acaba e, depois, obviamente, também há que acelerar um bocadinho este esboço, digamos, inicial para, depois, dar tempo para poder discutir o relatório.

Há mais uma questão, que aqui foi levantada, e sobre que, obviamente, também há a preocupação. E eu já vou até fazer aqui uma proposta e levantar um bocadinho o véu: esta questão do uso do fogo tático é uma coisa que temos de rever e penso que estaremos, eventualmente, todos de acordo.

O Sr. *coordenador*: – Acho que, em sede legislativa, vamos ter de corrigir esta situação.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Essa é uma das coisas que tenho referido sempre e acho que estamos todos de acordo em abrir um pouco as entidades com possibilidade de fazer isto,

nomeadamente dar possibilidade aos comandantes de poderem exercer, nos seus territórios, fogo tático. Foi aquilo que eu disse ao Sr. ministro. Porque é que há uma propriedade de que não se conhecem os proprietários, está cheia de não sei quê, levanta-se a contraordenação mas não se sabe para onde se envia, o Estado, e não vamos ter ilusões, não vai ter capacidade de andar a limpar todo o território que está abandonado e, então, que essas propriedades sejam utilizadas para isto. Até pode ser que apareçam os donos.

Portanto, esta é uma legislação que, penso, rapidamente podemos fazer e mostrávamos algum serviço, alguma coisa prática, em tempo oportuno, porque esta é uma coisa que, acho, não nos divide muito.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – No fundo, quanto aos dois desafios colocados pelo Sr. presidente, primeiro, o da capacidade de, até ao dia 21, gerarmos alguma legislação, creio que isso é possível desde que haja o contributo não apenas do Ministério da Administração Interna mas também do Ministério da Agricultura. E estou a referir-me, em concreto, à questão colocada pelo Sr. deputado Maurício Marques, que é uma questão em que o próprio Ministério da Agricultura também tem vindo a evoluir a esse nível, embora com o conhecimento que temos das diferenças que existem nesta matéria. Eu também subscrevo a ideia da Sr.^a deputada Helena Pinto de que não é fácil mas é uma matéria em que, se todos estamos de acordo, tem de ser mexida. Portanto, se houver margem para chegarmos lá, ótimo, se não teremos de encontrar outro caminho. Mas esta questão do fogo controlado é uma matéria que pode merecer algum consenso não apenas na Assembleia como com o Governo porque acho que aquilo que vier a sair devia ser uma coisa que merecesse também, digamos, um certo consenso nacional.

Relativamente ao compromisso para a elaboração do relatório, aquilo que procurei dizer – não sei se fui explícito – é que a minha ideia é que nós, até ao final do mês de março, tenhamos a proposta para discutir com os grupos parlamentares. Quer dizer, vamos lá ver, não tenho aqui o modelo de relatório mas não é exatamente o modelo de relatório a que estamos habituados na Assembleia da República, isto é, nós vamos incorporar muita informação que vem das várias entidades e vamos ter de organizar essa informação e, a partir desse ponto de partida, vamos ter de olhar para o conjunto de propostas, que foram feitas por todos aqueles que cá vieram, vamos ter de incorporar as propostas dos grupos parlamentares e, depois, vamos ter de organizar, aqui, o conjunto de propostas de final relativamente ao relatório. E, portanto, é, digamos, esse trabalho que acho que deve estar pronto até final do mês de março.

Portanto, quando eu dizia o dia 26, era a ideia de ter uma primeira proposta de relatório para podermos discutir esse relatório. Estamos a falar em três ou quatro semanas.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Não, três (...) porque se é até ao dia 27 de março...

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Certo, mas, até lá, espero já estar a fazer alguma coisa. Nós já estamos a trabalhar, quer dizer, nós já estamos a fazer algum trabalho.

No dia 8, quando chegarem as coisas, já terei a noção exata, digamos, daquilo que é o trabalho que se segue e do que é que já fizemos. Por exemplo, era importante termos o plano estratégico da formação da Escola Nacional de Bombeiros porque há outras matérias que só organizando o trabalho é que temos a possibilidade de saber se é necessário pedir ou não. Por exemplo, é necessário pedir ao Ministério da Administração Interna que nos faça chegar aquilo que é, neste momento, a adequação de meios, a nível nacional, por distrito? Isto é, temos ou não necessidade de pedir, por exemplo, em termos da questão da profissionalização que, hoje, acabamos por não detalhar, onde é que estão os profissionais e onde é que não existem, portanto, as equipas de intervenção EIPS, não é?

Portanto, no fundo, só depois de olharmos para isto é que eu perceberei se é preciso pedir ou não mais informação porque aí não é darem-nos informação, tem de ser mesmo o trabalho de tem que ser feito a nosso crédito, digamos, por parte dos serviços da Administração Interna ou dos nossos serviços, embora essa sensibilidade só os serviços (...). Se eu lhes perguntar “onde é que não há a adequação de meios”, sem a informação que eles nos forneçam eu não consigo responder a isso, tem de ser o serviço a dizer “aqui existe e aqui não existe”. Certo? Quer dizer, aqui é preciso mais e, portanto, têm de ser eles a indicar.

Portanto, só no dia 8 ou, digamos, na semana seguinte, no dia 10, eu estarei em condições de dizer exatamente o que é que precisamos mais.

O Sr. *coordenador*: – De qualquer maneira, se o Sr. deputado relator, entretanto, for identificando alguma necessidade de mais elementos, vai dando essa indicação aqui aos serviços, que vão antecipando esses pedidos, sem prejuízo de uma indicação mais exaustiva até ao dia 8, mas vamos ganhando tempo, digamos assim, se, entretanto, tiver já identificado alguma necessidade de alguma informação complementar, que se vai solicitando e, se for necessário qualquer diligência pessoal da minha parte, estou inteiramente disponível. E o mesmo digo aos grupos parlamentares: se, porventura, além desta incumbência de fazerem chegar ao Sr. deputado-relator aquilo que identificam como prioridades, se entenderem que é necessário pedir qualquer informação mais ou quaisquer elementos mais a qualquer entidade, informem-nos para desencadarmos isso.

Tínhamos ainda de fixar era a data da visita e podíamos fazer já aqui uma indicação provisória.

Voz não identificada: – Pode ser uma segunda ou uma quarta, que é o nosso dia de trabalho.

O Sr. *coordenador*: – Pois, mas quarta não dá porque há plenário. Portanto, talvez uma terça-feira seja o ideal.

Srs. deputados, está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 46 minutos.

AUDIÇÃO

MINISTRA DA AGRICULTURA E DO MAR

5 DE MARÇO DE 2014

O Sr. coordenador (*Guilherme Silva*): – Bom dia, Srs. deputados.

Declaro aberta a reunião.

Quero, antes de mais, agradecer a disponibilidade da Sr.^a ministra e do Sr. secretário de Estado.

Como a Sr.^a ministra sabe, este é um grupo de trabalho que foi criado por iniciativa da Sr.^a presidente da Assembleia na sequência de um ano de 2013 muito problemático, em matéria de incêndios florestais e que tem, como mandato, por objetivo, identificarmos a necessidade de eventuais iniciativas legislativas, constrangimentos que no domínio legislativo eventualmente se detetem na área da prevenção e do combate aos incêndios e sugerirmos e propormos as iniciativas legislativas que tivermos por pertinentes. E, também, fixarmos que eventuais medidas poderá a Assembleia da República recomendar ao governo e à administração em geral, designadamente no âmbito da administração regional e local, nestas matérias.

Temos aqui desenvolvido um conjunto de audições de entidades dedicadas a esta matéria, designadamente numa reunião com o Sr. ministro da Administração Interna, já cá tinha estado também o Sr. secretário de Estado e temos, também, recolhido opiniões por escrito de várias entidades com relevância para nos ajudarem a levar a bom termo esta nossa incumbência.

Agradeço muito a disponibilidade da Sr.^a ministra porque, naturalmente, o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Agricultura têm uma particular conexão e uma particular responsabilidade neste setor.

Assim sendo, dou a palavra à Sr.^a ministra para a sua apresentação inicial. Depois seguir-se-ão 5 minutos por cada grupo parlamentar para colocar questões, a que a Sr.^a ministra fará depois o favor de responder e, naturalmente, com a intervenção do Sr. secretário de Estado, quando entender adequada.

Tem a palavra a Sr.^a ministra da Agricultura e do Mar.

A Sr.^a ministra da Agricultura e do Mar (*Assunção Cristas*): – Muito obrigada, senhor presidente. Cumprimento todos os Srs. deputados, é um gosto estar convosco aqui hoje.

Pensei em fazer uma brevíssima apresentação de ponto de situação e depois, naturalmente, estou disponível para aprofundar os temas que entenderem pertinentes, isto é descrever resumidamente o que estamos a fazer neste momento, o que é que já fizemos, qual é que é, no fundo, a nossa preocupação. Penso que o que aconteceu este verão, saindo um bocadinho, eu diria, do caminho que tem vindo sustentadamente a acontecer desde, pelo menos, 2006 a esta parte, a diminuição das áreas ardidas e, de facto, este ano aumentou ligeiramente quando comparado com essa média e, sobretudo, pela repercussão que teve – pelo drama pessoal que foi – creio que nos levou a todos, Governo, Parlamento, enfim, partidos políticos, a olhar

de novo para esta matéria com ainda mais intensidade. Nós também o fizemos no Ministério da Agricultura e no contexto do Governo, procurando cada vez mais uma ação mais integrada e mais interdepartamental.

Portanto, aquilo que vos trago é o ponto de situação do que estamos a fazer, algumas coisas são conhecidas do Parlamento, são públicas, outras ficarão com esta nota.

O enquadramento, na perspetiva do Ministério da Agricultura, é muito a perspetiva de que na floresta nós temos uma grande riqueza ambiental e económica, que tem bons exemplos e que precisamos de valorizar esses bons exemplos, dá-los a conhecer para que as pessoas percebam que potenciar esta nossa riqueza passa pela prevenção dos fogos, passa naturalmente pelo combate quando eles, infelizmente, ocorrem, mas que além disto há todo um mundo no domínio da floresta que é preciso promover, valorizar e, desde logo, conhecer. Nós colocámos ali ao lado um pequeno marcador de livros que tem grandes números sobre a floresta portuguesa – que às vezes são esquecidos, é sempre bom lembrar – e este é o nosso ponto de partida desta realidade, que nos leva depois a olhar para todas as questões relacionadas com a floresta e a questão dos incêndios é, naturalmente, uma questão muito relevante em matéria de floresta.

Agрупámos em quatro grupos as iniciativas que estamos a desenvolver: iniciativas legislativas, iniciativas mais operacionais, iniciativas que têm que ver com os fundos, com a preparação dos fundos comunitários – o *Portugal 2020* – e iniciativas públicas de sensibilização. Queria dizer-vos que quando pensamos em matéria de prevenção, e de prevenção estrutural, estamos a pensar em dois grandes domínios, seguramente em questões que têm que ver com a estruturação, desde logo, fundiária, a ocupação do território, o problema do abandono da terra, um problema que passou a ocorrer de forma mais evidente a partir dos anos 80 com a destruição do nosso mosaico tradicional agrosilvopastoril e, portanto, temos matérias que vão ao encontro dessas preocupações e depois temos a outra grande área, que é a área dos comportamentos de risco, que é a área da sensibilização. Posso dizer-vos que a primeira área é aquela em que nós entendemos que haverá muito resultado no médio-longo prazo, portanto a área estrutural e, quando falamos da área estrutural, estamos a falar de intervenções como as ZIF, da bolsa de terras, da fiscalidade para a floresta, tudo o que tem que ver com procurar uma melhor e renovada ocupação e aproveitamento do nosso espaço e do nosso território. Temos também a convicção, pelo trabalho que é feito pelos nossos serviços, pelo estudo que existe e pelo conhecimento que existe, de que o que pode dar resultado no mais curto prazo são as ações de sensibilização. Nós não conhecemos todas as causas dos incêndios, porque nem todas são investigadas até ao final, mas conhecemos muitas e, nesse conhecimento, existe uma forte componente ligada ainda à negligência. Negligência da população em geral, enfim de todos nós, ou a negligência de grupos específicos, que são os que mais próximos estão do espaço rural, nomeadamente agricultores, pastores, etc., portanto precisamos de ações que tenham que ver com esta parte.

Tivemos a revisão do regime jurídico das ZIF, o objetivo já o conhecem bem, não perderei muito tempo, é dinamizar a criação e funcionamento e reforçar também o seu papel, dando mais poder às entidades gestoras das ZIF, enquanto gestoras daquele território que está sob a alçada das ZIF, pese embora possa não abranger todas as parcelas que existem dentro do perímetro das ZIF, já foi publicada em *Diário da República*.

Bolsa de terras está a funcionar, neste momento temos em preparação, a ser ultimado no Governo e virá para o Parlamento, aquele regime que tem que ver com a identificação das terras sem dono conhecido e que estão improdutivas. É um regime sensível, como é evidente, conto depois com o bom trabalho do Parlamento porque queremos salvaguardar o direito de propriedade como, aliás, está na bolsa de terras, mas garantir que áreas que não têm ninguém para cuidar delas, que não têm dono nenhum, possam vir a ser aproveitadas no âmbito da bolsa, com todos os cuidados que, aliás, já estão previstos na própria lei que aqui foi aprovada. Também a propósito da bolsa de terras, está publicado já o decreto-lei de cedência de terras do Estado e corre o prazo, que nasce da resolução do Conselho de Ministros, que dá até ao final deste mês para todos os organismos identificarem terras na sua alçada que, eventualmente, estejam disponíveis. Neste momento o que está na bolsa de terras, do ponto de vista de números, é, mais ou menos, metade/metade entre terras de origem privada e terras de origem pública e que, na origem pública, pode ser da administração central ou também do setor empresarial do Estado, dos organismos empresariais – segue um regime diferente, mas, enfim, tem uma génese pública –, a ideia é que possam juntar-se mais terras do próprio Estado. Esse processo de identificação está a decorrer e é natural que depois, a prazo, se juntem mais terras privadas e se juntem também as terras que decorram do regime que é sempre um regime pensado para o médio e para o longo prazo e, portanto, estamos a falar de um instrumento estrutural.

Fiscalidade da floresta, já houve uma alteração, aproveitando a revisão do Código do IRC, que tem que ver com o regime da amortização dos investimentos florestais. Isso já está em vigor e nós estamos a procurar, quer junto da Comissão da Fiscalidade Verde, quer junto da Comissão da Revisão do Código do IRS, mostrar a especificidade dos investimentos florestais e, também com isso, podermos ter aqui um pacote que seja adequado aquilo que são as especificidades do investimento nas florestas de maneira, lá está, a poder motivar mais investimento produtivo que seja recompensador e que as pessoas possam sentir que vale a pena. Ali em baixo aparece a reforma do IRC onde já aparece legislação relevante, particularmente relevante para as espécies que demoram mais tempo a crescer, como as nossas espécies autóctones, como o sobre e o pinhal bravo.

Outras iniciativas, a Estratégia Nacional para as Florestas está em revisão, entra em consulta pública este mês de março, e a sua revisão decorre dos prazos previstos na própria lei. Vai ter início, também agora, o processo de revisão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, já foi publicada a portaria, o despacho que dá o “pontapé de saída” a esse processo.

Está a decorrer a avaliação externa do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, há de ficar concluída previsivelmente em abril deste ano, também decorre da própria lei a obrigatoriedade de uma avaliação externa por entidade independente.

Estamos a preparar o Programa Operacional de Sanidade Florestal, a resolução do Conselho de Ministros espero que possa ocorrer ainda neste trimestre ou no início do próximo.

A atualização da regulamentação da defesa da floresta contra incêndios, aspetos que têm que ver com o fogo tático, pontos de água, etc., também estão – aqui está fevereiro, mas não foi em fevereiro –, mas espero que também possa ir em março. Há ainda um aspeto que contamos tratar de seguida e que tem que ver com as questões da estruturação fundiária, nomeadamente com a definição da unidade mínima de cultura aplicada à floresta.

Mais iniciativas que retirei do MAM, não só do Ministério da Agricultura, mas, enfim, na administração do Ministério da Agricultura, e que vão a Conselho de Ministros, mas que são mais transversais e que têm que ver com outros ministérios.

A parte relevante, muito relevante, que tem que ver com as coimas por violação das obrigações de defesa da floresta contra incêndios está a ser afinada com o Ministério da Administração Interna. Há sensibilidade constatada de que, de facto, a lei existe, as coimas existem, mas muitas vezes não são efetivamente aplicadas e cobradas e com a Administração Interna há a preocupação de passar essa incumbência das autarquias, que têm a vantagem de estar próximas, mas também a desvantagem de por vezes estarem excessivamente próximas e, portanto, se inibirem da aplicação – ou, pelo menos, na maioria, porque há autarquias exemplares nesta matéria também e é importante que se diga, mas a maioria de facto não tem feito esta aplicação – e, portanto, passar para a alçada do Ministério da Administração Interna porque é a GNR (Guarda Nacional Republicana) que faz o levantamento dos autos.

Depois, a credenciação em matéria de fogo de supressão – fogo tático e contrafogo – para outras entidades além do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), é um aspeto muito relevante para dar mais possibilidade aos bombeiros de fazerem formação, de se credenciarem nesta matéria e depois, quando estão a fazer o combate, poderem utilizar com mais facilidade o fogo de supressão.

Há uma iniciativa muito relevante que é a iniciativa do cadastro predial, feito de uma outra forma, portanto aproveitando toda a informação que existe na administração, sei que os trabalhos estão muito adiantados, eu própria já vi uma versão preliminar de um diploma que irá, brevemente, a Conselho de Ministros, portanto está no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia. Esperamos que também possa, rapidamente, “conhecer a luz do dia” porque é, de facto, uma matéria estrutural da maior relevância.

Nos aspetos mais operacionais, no que respeita ao planeamento, o ponto de situação é que os distritos têm um Plano Distrital aprovado, os Planos Plurianuais Municipais também existem, todos aprovados – a única questão é que uns estão na primeira geração e outros já estão a passar para a segunda geração de planos – e os Planos Operacionais Municipais são instrumentos sempre revistos e atualizados, todos os anos, e foram apresentados em 92% dos municípios de Portugal continental.

Quanto ao dispositivo de intervenção, temos as equipas de sapadores florestais, temos o Corpo Nacional de Agentes Florestais, temos 278 vigilantes da natureza e técnicos coordenadores da prevenção estrutural e, em 2014, nós contamos fazer não só o reequipamento das equipas de sapadores florestais, como também ter uma colaboração extra por parte do Exército no âmbito de um protocolo que foi agora feito. Isto contará quer com a ajuda do Exército, na abertura da rede primária prioritária, quer com 17 equipas de vigilância no terreno.

Ainda sobre prevenção estrutural, a infraestruturação está a decorrer. Para terem uma ideia, nós fazemos o comparativo de 2013 e 2014. Em 2013, os números dizem respeito a todo o país e todas as entidades. Como têm ideia, em Portugal, a incumbência de um conjunto de ações está diretamente ligada aos seus proprietários, os proprietários são muito diversos e são maioritariamente proprietários privados. Em 2013 tivemos 3130 ha de rede primária feita, 16 000 ha de gestão de combustível e 450 pontos de água e 3780 km de rede viária. Posso

dizer-vos o que está previsto para 2014, apenas no que tem que ver com o ICNF e no contexto do ICNF colaborando com o Exército ou obtendo a colaboração do Exército, porque o balanço de 2014 – de tudo o que foi feito ao nível de todas as entidades com competência e a atuarem no terreno – só saberemos *a posteriori*. Podemos saber o que está previsto, não podemos saber o que vai ser efetivamente executado, mas, para terem uma ideia, serão executados 5423 ha de rede primária, 2500 de gestão de combustível, portanto na parte de responsabilidade ICNF e da colaboração com o Exército, 40 pontos de água e 750 km de rede viária.

No que respeita à coordenação interministerial e à informação, foi ativada a Comissão Interministerial para as Florestas, tivemos uma reunião ao mais alto nível em novembro, onde ficou definido um conjunto de ações bilateralmente com cada um dos ministérios, e agora far-se-á um ponto de situação desse trabalho já ao nível da alta Administração Pública.

No que respeita à valorização da produção florestal e ao incentivo ao investimento, está a ser preparado um despacho conjunto com a economia para a criação da plataforma de acompanhamento das relações das fileiras, precisamente para olhar para a questão da valorização de cada um dos produtos florestais e de como é que esse valor chega aos proprietários e gera um incentivo certo para que eles continuem a investir na floresta. Estamos a trabalhar sobre a criação de instrumentos financeiros de incentivo à gestão e ao investimento na floresta, olhámos para um modelo de fundo que existe na Noruega, com grande eficácia, que funciona como uma conta poupança floresta, e vamos ver se internamente conseguimos ter este tipo de instrumento, nomeadamente agora a propósito das reformas fiscais, se há a possibilidade de instituímos algo parecido. Estamos a trabalhar no Programa de Desenvolvimento Rural PDR2020, enfim, o programa está muito adiantado, Bruxelas ainda não fechou os regulamentos todos nem o sistema informático para o podermos submeter, e enquanto não o fizer nós vamos sempre melhorando e conversando entre nós, mas é clara uma parte dedicada às florestas bastante adequada àquilo que são as nossas necessidades, nomeadamente permitindo ações para pequenos proprietários e valorizando aquilo que são ações conjuntas, nomeadamente promovidas por organizações de produtores, por associações e por ZIF.

À investigação e ao conhecimento, à semelhança do que estamos a fazer para a agricultura, também na área da floresta estamos a desenvolver com os vários setores, também com as autarquias, com os organismos centrais de investigação, esta ideia de criar centros de competência – para já, um por cada uma das fileiras mais representativas do nosso país –, o primeiro a arrancar será o do montado e da cortiça, que está previsto já para este mês, têm ali ao lado 2014.

O Programa Portugal 2020, além do Programa de Desenvolvimento Rural, onde aparecem aqui quatro pontos, portanto gestão agrupada de prioridade e majoração, incentivo à certificação, incentivo a ações com impacto territorial – por exemplo, na regeneração das áreas ardidas – e apoio à rede de faixas de gestão de combustível, de execução ao nível das explorações. Também o apoio à organização de produtores florestais, enfim, também é uma matéria que terá o seu paralelo na agricultura e, na floresta, a mesma coisa. Aqui vale a pena destacar o papel dos fundos de coesão porque os fundos de coesão também vão ter um contributo significativo a dar na matéria florestal, portanto monitorização e valorização dos recursos florestais através de um inventário florestal nacional, o estabelecimento das redes de defesa

aprovadas, primária e secundária. De acordo com o que está proposto no acordo de parceria, estas matérias deverão ser financiadas pelos fundos estruturais nos planos municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndio, depois ações de sensibilização e prevenção junto da população e, também, apoio às equipas de sapadores florestais – isto ainda depende da aprovação de Bruxelas –, portanto tem que ver com a repartição de matérias que se faz entre vários fundos, esta é a proposta que foi feita pelo Governo português, veremos se assim é. Se assim não for, com certeza que terão a possibilidade de serem acomodados nos fundos de desenvolvimento rural; como é evidente, se puderem estar no desenvolvimento regional, é melhor porque liberta mais dinheiro para a produção florestal e a produção agrícola nas outras áreas.

Iniciativas públicas de sensibilização, lançámos o “Portugal pela Floresta”, no dia 14 de janeiro, com o alto patrocínio do Sr. presidente da República, precisamente com o objetivo de dar visibilidade às temáticas e às ações importantes para a floresta, para que haja trabalho visível e também notícia para que se fale da floresta, e este é um objetivo muito marcado, para que se fale da floresta durante o tempo em que se trabalha na floresta, mas que normalmente não se vê esse trabalho, trabalho invisível que envolve muita gente, que envolve muito dinheiro, que envolve muitos recursos públicos, mas que tipicamente passa despercebido porque, como se costuma dizer, na floresta não há gente e, portanto, é difícil levar a comunicação social à floresta. O objetivo aqui foi desenvolver um conjunto de ações com sessões de reflexão descentralizadas, com iniciativas no terreno e com iniciativas que, propositadamente, esperemos que possam ter boa visibilidade mediática. Não é por acaso que se fez já uma ação de limpeza de matos, porque sabemos que muitos incêndios ocorrem no interface entre o rural e os aglomerados populacionais, têm que ver com a necessidade de fazer a rede primária que é a limpeza em torno das habitações e em torno dos povoamentos – neste momento, os sapadores florestais estão a fazê-lo no país, e eu fui fazer com uma pessoa de grande visibilidade pública, que é o Tony Carreira que, portanto, tem grande impacto junto da população e que aceitou, com imensa generosidade, vir fazer esta campanha. A ideia de o convidar foi porque ele já tinha feito um concerto em benefício dos bombeiros e das suas famílias. Ele aceitou vir mostrar o que é que se deve fazer agora na floresta, o que é que as pessoas que têm uma casa e que têm espaço à volta podem ajudar a fazer, com o apoio dos municípios, dos sapadores florestais, que é o que acontece em muitas zonas do país.

Vamos fazer mais ações, quer com o Ministério da Defesa – de abertura de rede primária –, quer com a Administração Interna e com as autarquias – para promover ações de sensibilização e de difusão de informação sobre esta matéria e, depois, quando chegar o período mais quente, esperamos poder ter informação significativa sobre risco de incêndio a passar, junto ao boletim meteorológico, nos órgãos de comunicação social.

Com o Ministério da Justiça, vamos ter trabalhos na mata do Bussaco; com o Ministério do Ambiente, há um trabalho para divulgar o valor e os serviços ambientais na floresta; com o Ministério da Educação, estamos a preparar uma ação de sensibilização, junto dos jovens, por altura das férias da páscoa e promover aqui algumas ações de voluntariado e espero poder ajudar a dar projeção mediática a estas matérias. Isto são só alguns exemplos do que se está e se irá fazer.

Além disso, continuamos a contar com o empenho do Movimento ECO, estamos a desenvolver já ações de sensibilização de comportamentos de risco junto dos agricultores – como sabem, neste momento decorre o prazo das candidaturas e foram distribuídas, por todas as associações de agricultores, pequenas brochuras para serem entregues em mão aos agricultores que vão fazer a sua candidatura –, estamos a falar de 180 000 agricultores que podem fazer a diferença, uma vez que há comportamentos que têm de ser evitados e há outros que têm de ser cuidadosamente levados a cabo para evitar o uso, por exemplo, de máquinas agrícolas em dias de elevadíssimo risco de incêndio. Sabemos que muitos incêndios começam assim. Também há ações junto dos pastores. Há um protocolo do trabalho social pela floresta, que já existe há um tempo, que cobriu 2012 e 2013, que tinha como objetivo atingir 2000 beneficiários e que foi praticamente cumprido, com 94% do objetivo atingido, 546 projetos aprovados, e o que nós vamos fazer agora é renovar este tipo de protocolo para mais um período.

Além de todas estas ações, temos as ações que o ICNF desenvolve todos os anos e que, em 2014, continuará a desenvolver. Estão previstas 395 ações de sensibilização, além de outras iniciativas que estão a ser desenvolvidas a variadíssimos níveis da nossa sociedade, quer a um nível mais público, nomeadamente com autarquias – e temos autarquias modelo nesta matéria –, quer a um nível mais privado ou do setor associativo.

Peço desculpa, acabei por demorar mais tempo do que tinha previsto, mas era para vos dar um retrato, o mais concreto possível, nesta fase. Muito obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Muito obrigado, Sr.^a ministra. Passamos, então, às questões a colocar pelos grupos parlamentares.

Tem a palavra a Sr.^a deputada Helena Pinto, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Muito obrigada Sr. coordenador. Cumprimento a Sr.^a ministra, o Sr. secretário de Estado e toda a equipa do Ministério da Agricultura e do Mar.

Sr.^a ministra, este grupo de trabalho tem como objetivo muito concreto a problemática dos incêndios. A apresentação que a Sr.^a ministra fez tem muitos aspetos que ultrapassam, penso eu, essa questão. Seria, aliás, impossível reagir à sua apresentação em cinco minutos, ficámos absolutamente esmagados perante a quantidade enorme de iniciativas que a Sr.^a ministra acabou por nos expor. Não seria possível falar de tudo, com a profundidade que as questões merecem, por isso Sr.^a ministra eu vou-me cingir a alguns aspetos que me parecem mais importantes, sem prejuízo de, na continuação da discussão, poderem surgir outras questões.

Um primeiro aspeto para lhe dizer Sr.^a ministra que, naquele *slide* que mostrava – sobretudo ainda em relação às alterações legislativas – tudo aquilo que importa em termos de matéria da floresta *versus* incêndios, verificamos que está tudo por fazer. E que irá ser feito, não é? A partir de março – era para ser em fevereiro e vai para março – e por aí fora, pois o Governo está a entrar na fase final da legislatura e, neste caso concreto, do seu mandato, eventualmente exigia-se um pouco mais.

A Sr.^a ministra conhece, com certeza, o relatório que foi elaborado – neste caso a pedido do Ministério da Administração Interna, mas com certeza que o seu ministério também teve

acesso –, o relatório sobre os grandes incêndios florestais e os acidentes mortais ocorridos em 2013. Eu chamo a atenção da Sr.^a ministra para as conclusões e recomendações que são, aliás, muito sucintas e penso que as três primeiras conclusões e recomendações têm sobretudo que ver com a área do seu ministério e, nomeadamente, com todas as ações preventivas e de prevenção estrutural. O próprio relatório é muito claro ao atribuir-lhe responsabilidade, ou seja, a falta de ordenamento e de prevenção estrutural da floresta tem uma grande parte da responsabilidade nos incêndios que ocorreram e no potenciar desses incêndios. Por isso importava aqui, para este grupo de trabalho, penso eu, saber exatamente o que é que se vai fazer em termos de ordenamento e da limpeza da floresta e, sobretudo, sobre a questão da manutenção das faixas de gestão de combustíveis.

A Sr.^a ministra já ali elencou uma série de programas, de projetos, de questões, mas que, pelo que eu pude constatar, estão todas em fase ainda ou de elaboração, ou vão entrar em discussão pública ou vão ser feitas, além dos números que deu, mas que, como é consensual, são perfeitamente insuficientes perante o quadro geral do país. Por isso, Sr.^a ministra, eu gostava que agora, em termos da discussão, fosse um bocadinho mais longe, no sentido de esclarecer quando é que estas questões todas serão concretizadas. E gostaria que destacasse um aspeto que se prende com o relacionamento e com a articulação com as autarquias locais, porque as autarquias locais são aqui, de facto, um parceiro importante. E, aliás, sobre isso, uma das coisas que a Sr.^a ministra agora falou, na sua exposição, é que as coimas por violação das obrigações de defesa da floresta contra incêndios vão passar para o MAI (Ministério da Administração Interna), saindo das autarquias, por uma questão até de eficácia, digamos assim. Não vou contrariar, não tenho uma posição definitiva sobre isto, mas parece-me que o argumento da proximidade não é suficiente. Gostaria que a Sr.^a ministra desse mais alguns argumentos. Porque é que esta questão vai sair das autarquias, para o MAI, até para nos convencer, se posso assim dizer.

Mas há aqui outro problema, que é o problema de «não se pode obrigar as pessoas a pagar», quer dizer, pode-se obrigar as pessoas a pagar e deve haver essas situações, mas há pessoas que não pagam, pura e simplesmente. Há pessoas que não pagam porque não se sabe quem são os proprietários do terreno, há pessoas que não pagam porque não têm meios para pagar, há pessoas que não pagam porque acham que o esforço não compensa, porque abandonaram as terras. Há aqui uma série, um conjunto de problemas, inclusivamente uma teia de problemas também eles sociais que é preciso atender para resolver o problema. Daí as minhas reticências, por exemplo, quanto a isto sair das autarquias. Não sei se a autarquia não teria maior capacidade para resolver esse problema, mas é uma dúvida genuína.

O Sr. *coordenador*: – Pode terminar, Sr.^a deputada.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – O tempo passa a correr Sr. *coordenador*.

Mas gostaria que a Sr.^a ministra desse um pouco mais de informação sobre isso até porque é preciso caminhar, é preciso ter uma solução para quando os proprietários não existem, ou não o fazem de todo! Quem é que vai fazer? A floresta assim é que não pode ficar, nem os terrenos, portanto é preciso haver aqui uma assunção por parte do Estado para um conjunto de medidas.

Para terminar mesmo, não posso deixar de falar da questão da credenciação do fogo de supressão ou fogo controlado, talvez, para facilitar. Nós tivemos aqui uma audição com o Sr. ministro da Administração Interna, que foi extremamente duro – não sei se a Sr.^a ministra conseguiu ouvir, mas da sua equipa alguém ouviu –, o Sr. ministro da Administração Interna foi especialmente duro nesta questão ao considerar que não havia justificação nenhuma para haver um domínio do ICNF sobre esta questão. As declarações foram públicas, portanto percebo que há algum caminho a fazer nesse sentido, a abertura da credenciação, mas gostava que a Sr.^a ministra fosse um bocadinho mais longe sobre esta questão: que estudos é que há, a que conclusões é que chegámos, que vantagens é que temos nisto... porque é uma questão polémica, mas que também me parece que era importante ser clarificada, para nós percebermos se temos ali alguma coisa com potencial ou se, de todo, não temos.

Bom, o Sr. coordenador não me deixa colocar mais questões, fico-me por aqui, muito obrigada pela sua tolerância Sr.^a ministra.

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – Muito obrigado Sr. coordenador.

Srs. deputados, quero começar por cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, a Sr.^a ministra, o Sr. secretário de Estado e a restante equipa. Como pode imaginar Sr.^a ministra, a Sr.^a é a última audição que nós fazemos, fizemos já um conjunto alargado de audições em que o tom é relativamente diferente daquele que nos apresentou aqui hoje, tendo até em conta aquele que é o conjunto de problemas que nos foram trazidos ao longo destas audições, e era neles que eu gostava de me focar e de questionar concretamente.

Primeiro, gostaria de lhe colocar uma questão que coloquei ao Sr. ministro da Administração Interna, mas que o Sr. ministro não respondeu. Na perspetiva da Sr.^a ministra, em termos percentuais, nesta matéria de incêndios florestais qual é a responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Ministério da Administração Interna? Na perspetiva do PCP, temos a noção clara de que há um peso grande e uma importância muito grande da agricultura e de intervenção na agricultura, gostava de ouvir a Sr.^a ministra sobre isto.

Outra questão muito concreta, que foi bastantes vezes colocada, tem que ver com o êxodo rural e com o abandono do mundo rural, com a importância que têm as pessoas. Não é por acaso que os distritos mais povoados são aqueles que têm mais ignições, têm menos área ardida, e depois a importância que têm as áreas florestais para a contenção ou para limitar a progressão dos incêndios. O Sr. secretário de Estado das Florestas, quando esteve cá a abrir estas audições, falou do problema, mas o Sr. secretário de Estado e o ministério da Sr.^a ministra têm responsabilidades no âmbito do desenvolvimento rural, o que é que será definido sobre estas matérias da importância de ocupar o mundo rural.

Terceira questão, o cadastro florestal. O cadastro florestal foi bastantes vezes colocado como a dificuldade – e depois isto cruza-se com tudo, nomeadamente até relativamente aquela questão da multa da hora, saber quem multar perante a não limpeza da floresta. Em que ponto é que está, o que é que está feito nesta matéria em termos percentuais, o que é que já está feito

no território nacional, e o que é que falta fazer e quando é que estará concluído? Era importante acertarmos-nos relativamente a isto.

Uma quarta questão sobre os sapadores florestais. Eu julgo que não haverá dúvidas quanto àquilo que é a sua importância na prevenção e no combate, aliás a Sr.^a ministra falou aí dos sapadores florestais. Contudo, relativamente àquilo que estava definido, que julgo que seriam à volta de 500 equipas de sapadores florestais, ainda estamos muito longe dessa meta. É difícil perceber quando, por exemplo, o fundo florestal permanente para este ano de 2014 tem orçamentado 13,5 milhões de euros que não vai ser... que não têm utilização, entre aquilo que é a receita do fundo e as despesas que estão previstas – este ano como nos anos anteriores – mais difícil é perceber porque é que não se instalam as equipas.

Depois, no âmbito das audições, também nos foi aqui referido, por exemplo, uma equipa que está aprovada há 3 anos – no Município de Ourém, que foi aqui ouvido no âmbito da Associação Nacional de Municípios –, mas não vem para o terreno e, por isso, há aqui um conjunto de problemas por resolver.

Outro, a Sr.^a ministra já respondeu aqui, que são as dificuldades na renovação de equipamentos. Nos equipamentos individuais, a Sr.^a ministra já referiu aqui que os fundos comunitários darão apoio relativamente a esta matéria. Foi referido pelo Sr. secretário de Estado, quando cá esteve, que estão a preparar uma alteração ao regime dos sapadores florestais, gostaria de saber em que contexto e em que âmbito é que isso é feito.

Outra das queixas que foi feita pelos sapadores florestais era a possibilidade da utilização de gasóleo agrícola, tendo em conta que aquilo que é a sua atividade... não temos dúvida nenhuma que é uma atividade neste âmbito e, por isso, o porquê da não utilização.

Outra questão, ainda, tem que ver com a formação dos sapadores florestais porque esta matéria também foi referida, a necessidade até de uma formação contínua que não existiria.

Uma outra questão sobre o problema concreto da problemática dos incêndios, que é a gestão florestal e a rentabilidade da atividade florestal. O ministério reconhece o problema, não é, a Sr.^a ministra falou aí na plataforma para acompanhamento das relações na fileira, por isso... isto é reconhecer que há um problema relativamente a esta matéria, mas o ministério reconheceu também este problema relativamente às relações entre a distribuição e a produção e, efetivamente, naquilo que era a rentabilidade dos produtores agrícolas, não tem havido feitos nessa matéria. Por isso, reconhece ou não que a questão do preço da madeira e do negócio da madeira se relaciona claramente com este problema da gestão florestal e quais são... se há medidas em concreto para resolver.

Relativamente ao ICNF, o ICNF referiu-nos aqui que sente falta de estruturas no terreno. Com o fim do corpo de guardas florestais... foi o próprio ICNF que o referiu aqui – que sentia essa falta, deixou de ter uma estrutura no terreno, um conjunto de entidades – e até em visitas ao terreno conseguimos reparar nisso: a queixa de que o ICNF não substituiu aquelas que eram as funções do Corpo de Guardas Florestais. O que nos tem a dizer sobre isto?

A questão dos fogos controlados e do contrafogo. Sabemos que no mundo mediterrânico os incêndios tem uma grande relação com a renovação das pastagens. Como é que o ministério pensa intervir a esse nível. Por último, a questão da investigação.

O que nos disseram alguns investigadores é que se está a destruir a Estação Florestal Nacional e, com isso, destrói-se um conjunto de investigação que era importante e que é fundamental sobre a matéria dos fogos florestais. Também gostava de saber o que é que a Sr.^a ministra tem a dizer sobre esta matéria.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Abel Baptista, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Sr. coordenador, muito obrigado. Se permitir, nesta primeira pergunta dividiremos o tempo entre mim e o Sr. deputado Hélder Amaral.

Sr.^a ministra, muito obrigado pelas informações que aqui trouxe. Algumas delas dão resposta a algumas das questões que tínhamos aqui para colocar, outras questões já foram colocadas aqui pelos colegas anteriores – não vale a pena estar a repetir perguntas do que já está questionado –, como é o caso das questões do fogo tático, do fogo técnico e a respetiva diferenciação, mas tenho ainda aqui duas ou três notas, Sr.^a ministra, para lhe colocar, embora algumas delas se entrecruzem com aquilo que já foi aqui referido. Uma das questões que mais tem sido carreada para este grupo de trabalho pelas diversas entidades que vamos ouvindo, tem que ver, muito particularmente, com a questão do planeamento. Não da planificação, mas do planeamento. O cadastro é uma delas; a questão das redes primária, secundária, terciária, é outra; a questão da identificação dos proprietários através do cadastro, mas considero importantes algumas questões que foram também aqui levantadas porque muitos dos planos e muito do planeamento é num plano muito macro e era preciso começar a descer, em algumas questões, ao micro.

Na área do planeamento, Sr.^a ministra, a questão que lhe deixava desde já era: no âmbito dos planos distritais e municipais, estando eles, alguns, em vigor e uma boa parte deles em revisão, há ainda algumas zonas muito a descoberto; o que eu gostaria de saber é, Sr.^a ministra, se há uma previsão de acompanhamento e eventualmente até, nalguns casos, de apoio técnico e financeiro para que os municípios possam vir a executar estes planos municipais de defesa da floresta contra os riscos de incêndio.

A outra questão que deixava ficar a Sr.^a ministra, tem que ver com medidas que o Governo tem vindo a tomar e que, por exemplo, uma delas que eu acho que vai trazer alguma implicação na gestão de medidas ativas de defesa da floresta, é a identificação de quem é que são as terras que não têm dono conhecido, essa é, desde logo... conjuntamente com um eventual trabalho em termos de inventário, que medidas constam e quais são as medidas que o Governo tem para fazer esta gestão ativa da floresta no que diz respeito a melhorar a prevenção dos incêndios florestais? Só para terminar e para deixar ficar um tempo equitativo para o meu colega Hélder Amaral...

O Sr. *coordenador*: – Equitativo já não será!

O Sr. *Abel Baptista* (CDS-PP): – Eu não disse igual. Disse equitativo. A questão da certificação florestal, eu acho que essa é, efetivamente, uma das medidas fundamentais para que a rentabi-

lidade e o uso da floresta possa ser muito breve. Para quando é que a Sr.^a ministra aponta, que a questão da certificação florestal possa estar plenamente em vigor?

O Sr. *coordenador*: – Sr. deputado Hélder Amaral.

O Sr. *Hélder Amaral* (CDS-PP): – Muito obrigado. Quero cumprimentar a Sr.^a ministra e a equipa que a acompanha. Obviamente, sendo rápido, quase não queria fazer pergunta nenhuma, mas agradeço a simpatia do meu colega. Sr.^a ministra, obviamente que vamos com um conjunto longo de audições, eu próprio tenho acompanhado estas matérias desde o meu tempo de deputado no Parlamento e, obviamente, nós não podemos nunca fugir das condições climáticas que não controlamos. O meu distrito, Caramulo, teve um número recorde de ignições, de área ardida e, na visita que fiz ao local, contavam-me fenómenos impressionantes de quase impossibilidade física e técnica de combater alguns dos fogos que surgiram. E eu tenho exemplo ao lado, em Mortágua, em que temos bastante floresta e a incidência é menos, ou seja, logo à cabeça, eu digo que se não dermos valor económico à floresta não vamos conseguir nunca travar. Portanto, é preciso valorizar a floresta enquanto peça importante para a economia. Mas, depois, também é verdade que a rede viária é bem tratada num caso e não é tratada noutro, os pontos de água e essencialmente os postos de vigia, no fundo estou a falar de prevenção e a minha pergunta é: o que é que nós temos feito? Se nós detetarmos mais cedo, se detetarmos com precisão, o combate também será mais eficiente. E, às vezes, há deficiências na deteção e na sinalização dos fogos. Depois, também, pergunto-lhe, por que é que não se pensa melhor, se está pensado, uma rede primária de contenção? É fundamental que ela exista porque há dois fatores que fazem parte da prevenção: não só o mosaico e aí tem que ver com a política de reflorestação; se não conseguimos ter uma mancha alternada de espécies autóctones ou até, propositadamente, diferente para que possa servir, ela própria, de barreira de progressão do fogo; se não tivermos uma rede primária de zonas bem definidas de prevenção, de faixas de contenção; se não tivermos uma boa sinalização da rede viária e sempre limpa, obviamente assistimos a que corporações de bombeiros, a meio de um caminho que, de repente, desaparece, ou em floresta contínua, sem limpeza..., porque depois, obviamente, as questões que os meus colegas já puseram de donos da floresta, limpeza da floresta, da velha e sempre falada incapacidade das autarquias de multar e fazer valer essa coima a quem detenha influência, por razões diversas, ou porque as pessoas não podem pagar, eu acho que aqui deve haver outros meios de fazer com que um proprietário que, propositadamente, depois de avisado e depois de sensibilizado, ainda assim prevarica, tem de haver outras formas que não a coima.

Portanto, gostava de saber se aqui não deve haver uma...

O Sr. *coordenador*: – Faça o favor de terminar Sr. deputado.

O Sr. *Hélder Amaral* (CDS-PP): – E termino, com isto: em vez de passar, de todo, das câmaras para o MAI, se não deve haver aqui uma dupla ação no sentido de sermos mais eficazes na obrigação do cumprimento das leis que já existem?

O Sr. coordenador: – Sr. deputado Maurício Marques, tem a palavra.

O Sr. *Maurício Marques* (PSD): – Muito obrigado Sr. coordenador. Em nome do PSD cumprimento a Sr.^a ministra, o Sr. secretário de Estado e os demais.

Quem fala no fim tem uma vantagem porque, obviamente, muitas das questões já foram aqui colocadas.

De todo o modo, estamos aqui a tratar da problemática dos incêndios, mas sempre ouvi dizer, desde tenra idade, que a melhor forma de combater os incêndios é preveni-los.

Por isso, foi com agrado que vi a apresentação que aqui teve lugar. Esta apresentação vem dar resposta a algumas questões que já aqui foram colocadas ao longo do tempo e antecipa, mesmo, algumas questões que nós gostaríamos de ver resolvidas. Saúdo particularmente porque, sabendo que as questões da floresta não são de feito imediato, há aqui algumas delas que, obviamente, vão ter repercussão ao longo do tempo, e eu registo isso com agrado. De todo o modo, queria fazer também uma reflexão – porque já muitas questões aqui foram colocadas e eu próprio tinha algumas por colocar que já foram colocadas e, por isso, não vou repetir – e a reflexão tem que ver com isto: sabemos bem que a maior parte da floresta portuguesa é privada e, por isso, também temos de chamar para esta problemática os privados. Obviamente que cabe ao Estado grande parte da prevenção, mas também cabe, digamos assim, aos proprietários que dela usufruem. Foi com agrado que, em grande parte das intervenções que aqui foram feitas e também na apresentação que a Sr.^a ministra aqui nos deixou, muito ouvi falar em valorizar a floresta. Ora bem, uma forma de trazer os privados para esta problemática é valorizar esta floresta. E valorizo-a como? Valorizo-a dando rentabilidade a esta atividade. E a melhor forma de a valorizar e de a rentabilizar é o Estado promover um ordenamento sustentável da própria floresta. Há alguns mecanismos que, efetivamente, já aqui foram referidos e que têm uma implicação grande no ordenamento florestal, desde logo o cadastro, desde logo também a alteração das ZIF porque, obviamente, nós temos também um problema, que é o problema do minifúndio. Para ordenar convenientemente a floresta vamos ter de fazer a agregação, vamos ter de juntar proprietários e nisso, obviamente, o Estado tem um papel preponderante. Devemos, desde logo, dar resposta por forma a promover o emparcelamento florestal. Depois, temos também, por parte dos privados, alguma floresta, algumas espécies que não são rentáveis. De que forma podemos promover a biodiversidade, fazendo uma silvicultura preventiva, ou seja, promovendo a produção de outras espécies para que não haja uma mancha contínua. Depois, já aqui foi falado no fogo tático, nós temos, reconhecidamente, combustível em exagero, diminuíram as pastagens que havia antigamente, o aproveitamento dos matos também diminuiu e, portanto, temos de reduzir a carga de combustível na floresta. Até que ponto podemos promover, em zona de inverno, a redução do combustível na floresta? Foi aqui também referido, e que eu registo com agrado, o aumento ou a promoção do equipamento dos sapadores florestais. Vejo isso com agrado até porque grande parte do equipamento dos sapadores florestais está obsoleto, tem a sua vida útil ultrapassada.

A Sr.^a ministra esteve num dos concelhos mais fustigados pelos incêndios nas últimas décadas, a Pampilhosa da Serra. A Pampilhosa da Serra faz parte da Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor – a ADESA – que, à semelhança de outras associações desta natu-

reza, tem equipamentos pesados que trabalham em contínuo na floresta. Ora uma das grandes questões que aqui foi falada, ao longo de muito tempo, foi a utilização de equipamento pesado na floresta, quer para a prevenção, quer para o combate. A Pampilhosa da Serra faz parte de uma associação que tem 5 *bulldozers* em permanência, a trabalhar ativamente na floresta, durante todo o ano. Essas associações não têm sido contempladas nos últimos tempos com financiamento adequado para renovar o seu equipamento. Até que ponto é que poderíamos encontrar, até no próximo Quadro Comunitário de Apoio, financiamento ou ajuda financeira para renovar estes tipos de equipamento que são de vital importância para a floresta, não só para os sapadores, mas também para as associações, quer esta, quer outras congéneres, que fazem um trabalho meritório, ao longo de todo o país, em defesa da floresta.

Muito obrigado Sr.^a ministra.

O Sr. *coordenador*: – Tem a palavra o Sr. deputado Miguel Freitas.

O Sr. *Miguel Freitas* (PS): – Muito obrigado Sr. coordenador, Sr.^a ministra, Sr. secretário de Estado.

Sr.^a ministra, da sua apresentação, sem nenhum comentário político, neste grupo de trabalho o objetivo é, acima de tudo, o de incorporar a informação que o Governo traz, mas eu gostava de começar por lhe perguntar o que é que espera deste grupo de trabalho. Depois da sua apresentação, o que é que espera deste grupo de trabalho? Se ele tem alguma utilidade ou não, no trabalho que a Sr.^a ministra está a desenvolver. Depois, gostava de saber se a Sr.^a ministra questiona, ou não, o modelo. Se acha que este modelo de prevenção estrutural é sustentável. Tal como está desenhado, se é sustentável. E, naturalmente, se a resposta for positiva, terá que me dizer onde é que há o dinheiro – no orçamento – para resolver o problema, porque nós temos metas concretas a cumprir e, portanto, o que é preciso saber é se o Governo considera que, sendo sustentável, nós temos o dinheiro para cumprir as metas e, portanto, não há necessidade de alteração de metas. Se não, como é que pensa ver evoluir o sistema. Como é que pensa ver evoluir o modelo? Porque eu devo dizer que tenho dúvidas sobre o modelo e, portanto, aquilo que me pareceu é que por parte do Ministério da Agricultura não há dúvidas sobre o modelo.

Lamento, mas tenho dúvidas sobre o modelo. O modelo deu um salto enorme, qualitativo, em 2006, indiscutivelmente, mas nesta altura interessa saber o que é que vamos fazer para a frente. E, portanto, aquilo que gostávamos de saber é, primeiro, modelo de organização: a base municipal continua a servir como modelo base para aquilo que estamos a fazer ou devemos avançar para um modelo que se posicione acima do modelo municipal? Segundo: ainda sobre organização, o modelo caótico que existe, serve ou não serve, ou temos necessidade de ter um modelo que seja mais verticalizado, mais organizado e coordenado – verdadeiramente coordenado – porque, a não ser que a Sr.^a ministra esteja satisfeita com a coordenação que, neste momento, a prevenção tem em Portugal, nós achamos que era necessário evoluir no modelo, em termos de coordenação também ao nível da prevenção e, inclusivamente, podermos ter uma diretiva nacional de prevenção. Mas não sei se isso é ou não é um objetivo do Governo e, portanto, a minha pergunta inicial é provocatória, mas é a base de tudo porque, se o Governo

não espera nada deste grupo de trabalho, naturalmente tudo o que possamos produzir acaba por não ser concretizado e o nosso objetivo é que uma parte viesse a ser concretizada.

A seguir, nós temos um problema de financiamento. Financiamento! Isto é, o Fundo Florestal Permanente não tem conseguido responder a todas as necessidades, dê-se o exemplo apenas das brigadas de sapadores florestais, se considera ou não que nós devemos atingir a meta das 500 ou não? Isto é, se é uma questão de financiamento ou é uma questão de modelo? Se acha que não precisamos de mais brigadas de sapadores florestais – temos 278, queríamos chegar às 500 – se acha que não... ou se temos de encontrar uma nova relação com os bombeiros portugueses para resolver esse problema e se isso é o que está incorporado no protocolo com o MAI. Isto é, se há ou não necessidade de alteração do modelo ou se vamos continuar a avançar com equipas de sapadores florestais? Como sabemos, isso custa ao Fundo Florestal Permanente, se conseguíssemos chegar às 500, cerca de 20 milhões de euros, pagando metade, portanto pagando só os tais 35 000 euros por equipa, mas parece que o Governo está a rever isso e, portanto, gostávamos também de saber qual é a revisão que está a fazer. Mas, depois, temos ainda uma outra questão, que tem que ver com os modelos de gestão florestal. A Sr.^a ministra, naturalmente, tem depositada uma enorme confiança na bolsa de terras. Eu devo dizer que, se olhássemos para os números que apresenta, naturalmente eles não são por forma a nós acreditarmos que isso resolve no curto prazo – estou só a dizer no curto prazo – e, portanto, o que eu gostava de saber é se acha que a alteração que fez nas ZIF resolve o problema. Isto é, a ZIF é, cada vez mais, uma administração de condomínio, é isso que lá está escrito, e é cada vez menos gestora de território – pelo menos é assim que nós encaramos, mas de qualquer maneira, se não estivermos a encarar bem, certamente nos ajudará a perceber melhor – e se devemos ou não devemos criar outras formas de gestão integrada do território, nomeadamente sociedades gestoras e, portanto, se devemos ou não avançar para outros modelos.

Finalmente, a sensibilização. No domínio da sensibilização, Sr.^a ministra, nós podemos continuar a fazer um conjunto de ações programadas e, naturalmente, têm todas certamente muita utilidade, portanto não estamos a discutir isso, mas enquanto tivermos apenas um modelo que pense na sensibilização para o risco, não temos, da alteração de comportamento, não temos comunidades preparadas para a resiliência dos desastres e, portanto, enquanto nós não prepararmos as comunidades e estivermos apenas a trabalhar com ações de sensibilização como aquelas que conhecemos, certamente teremos alguma dificuldade em conseguir concretizar o nosso grande objetivo que é que estas comunidades, elas próprias, se saibam autoprotoger das questões relacionadas com os fogos florestais.

Portanto, eram 5 questões que eu gostava de deixar, sendo que, como percebeu, eu acredito que é necessário evoluir no modelo e não manter o que temos.

O Sr. *coordenador*: – Para responder, tem a palavra a Sr.^a ministra Assunção Cristas.

A Sr.^a *ministra da Agricultura e do Mar*: – Muito obrigada Sr. presidente, muito obrigada Srs. deputados por todas as questões que colocaram e que eu acho que foram extraordinariamente relevantes e, portanto, também felicito o trabalho que o grupo tem vindo a desenvolver.

A primeira nota que eu daria é, de facto, ligar um bocadinho as primeiras questões que a Sr.^a deputada Helena Pinto referiu e que vários outros Srs. deputados referiram, também com estas últimas questões que têm que ver com a forma como... é necessário ver o problema de maneira extraordinariamente integrada.

Quando a Sr.^a deputada Helena Pinto disse, e bem, falámos sobre muitas coisas... bem além daquilo que parece ser o objeto de trabalho da comissão, que é essencialmente os fogos florestais, a minha perspetiva, a perspetiva do ministério, é que trabalhar em prevenção de fogos florestais é trabalhar num conjunto muito diversificado de matérias que têm que ver precisamente com a valorização da floresta. É conhecido, creio que bastante consensual de todos, a velha máxima de que aquilo que não se valoriza, aquilo a que não se dá valor, aquilo de que não se retira valor, também não se cuida, não se protege e mais facilmente está exposto aos incêndios. Portanto, quando nós falamos da necessidade de encontrar formas de valorizar a floresta, de estimular o incentivo ao investimento florestal e, no fundo, que as pessoas sintam que podem ganhar dinheiro com a floresta, seja para fazer um pé de meia como era hábito antigamente, seja para mais rapidamente obter alguma riqueza daqueles seus territórios, nós estamos sem dúvida a dar uma grande ajuda. O problema é que isto não pode ser isoladamente. E voltamos à questão das terras que não têm dono conhecido, as terras que estão abandonadas, das áreas que são protegidas pelos seus proprietários contra as outras ao lado, que nem sequer proprietário têm e que, portanto, não são protegidas e, no fundo, acabam por tornar inúteis ações de muitas pessoas e gerar uma grande desmotivação porque, às vezes, as pessoas – como a Sr.^a deputada Helena Pinto referia – não fazem porque não têm dinheiro, mas outras vezes também não fazem porque acham que é inútil, porque eu faço, mas se o meu vizinho não faz, então de que é que serve, vem o fogo e fica tudo igual.

Portanto, a nossa convicção é que, de facto, olhar para este problema é olhar de forma muito integrada. Nós temos dois aspetos de risco, temos um aspeto meteorológico, nós hoje temos um clima mais seco e mais quente e, previsivelmente, vamos continuar a ter um clima mais seco e mais quente, portanto o clima não nos vai ajudar. Só para vos dizer – e já ligo ao outro ponto que foi falado – este verão nós tivemos dias de tal forma críticos, quando olhamos para a regra dos 3-30 – portanto temperatura acima dos 30 °C, humidade abaixo dos 30% e vento acima dos 30 km/h –, tivemos sítios de tal forma críticos que foi um milagre, na verdade, não termos muito mais incêndios do que aqueles que tivemos, ou ainda com maior expressão. Quando comparamos estes dias com os dias de 2005 ou de 2003 em que, como sabem, foi um inferno no país – em 2003 com quase 500 000 ha ardidos e, em 2005, com quase 400 000 ha ardidos – e, se compararmos estes dias críticos, vemos que este verão foi pior em determinadas zonas do país. O clima não nos vai ajudar e o abandono do mundo rural, até agora, não tem ajudado.

Continuaremos, com certeza, a trabalhar, enquanto país, para mitigar os efeitos do clima e para nos adaptarmos às alterações climáticas. Quanto ao abandono do mundo rural, a minha convicção é que podemos fazer mais e estamos a fazer mais. Estamos a fazer mais quando mostramos que é possível ganhar dinheiro no mundo rural e que, com isso, as pessoas podem viver melhor no mundo rural. Esta dinâmica de procurar que as pessoas possam ter boa ativi-

dade na agricultura e também na floresta, é a melhor maneira de nós garantirmos uma ocupação do mundo rural e, por isso, aspetos ligados a uma plataforma para olhar para as questões do valor que é gerado para os produtores, aspetos ligados à investigação para melhor produtividade nos vários setores e melhor aproveitamento das nossas condições endógenas, questões relacionadas com o bom uso dos fundos comunitários, ajustados à nossa floresta, para que as pessoas tenham apoio mesmo quando têm pequenas áreas. Eu lembro que, no início do PRODOR, era preciso 50 ha para poder haver uma candidatura a apoio comunitário e, obviamente isto era desajustado, portanto apoios dessa ordem, com certeza que procurando valorizar ações concertadas e conjuntas, seja através das ZIF, seja através de organizações de produtores, seja através de sociedades, que deem mais escala – isso será majorado, isso será visto com prioridade, mas, ainda assim, há aspetos que fazem sentido mesmo para pequenas parcelas e que devem verdadeiramente ser aproveitadas.

Quando me falam sobre sensibilização e sobre o que é que se pode fazer nesta área, eu também concordo, Sr. deputado Miguel Freitas, com a questão da autoproteção, as pessoas têm de perceber – e eu aqui vou para a questão mais geral de como é que nós estamos organizados e do modelo, como foi referido – nós temos de perceber que nesta matéria todas as pessoas podem fazer a diferença. Quem tem uma propriedade, grande ou pequena, quem não tem propriedade, mas tem um pequeno quintal e em torno do seu quintal, num povoado que está no meio da floresta, tem ou não tem 50 metros limpos à sua volta...

A propósito de limpeza das florestas, deixem-me voltar a fazer esta nota – estou certa que o Sr. secretário de Estado, quando cá esteve, já falou sobre isso e estou certa que muitas entidades que ouviram terão falado sobre isto – limpar floresta, é preciso dizer com muito cuidado, falamos em gestão de mosaicos, de áreas combustíveis, de descontinuidades de rede primária, não falamos propriamente em limpeza massiva de floresta, até porque isso seria absolutamente desaconselhado do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da proteção da vida na floresta e da biodiversidade.

Portanto, estamos a falar da necessidade, sim, de ter limpeza, que não é não ter nada, mas é ter as coisas que permitam conter o fogo e que, sobretudo, permitam que não comece o fogo nas zonas de fronteira entre habitações e matos – que é, tipicamente, o que aparece em volta das habitações – porque se essa parte estiver tratada, então, quando ocorrer um incêndio, e ele vai ocorrer, quando ocorrer nós temos bombeiros disponíveis para atacar logo nos matos e susterm um incêndio que depois não chega aos povoamentos florestais, em vez de estarem a proteger as habitações que é, muitas vezes, o que acontece e tem necessariamente de acontecer porque têm de proteger as pessoas e têm de proteger as suas casas, isso é prioritário. Mas se cada um proteger a sua própria habitação, se o povoamento proteger o seu povoado – e aqui o papel das autarquias é absolutamente extraordinário e importante, das juntas de freguesia e dos municípios também com as suas estruturas de apoio, nomeadamente sapadores – então, nós estamos muito mais precavidos e teremos, numa situação de ocorrência de incêndio, muito mais capacidade para o debelar logo no início, porque podemos focar todo o dispositivo nos matos e nos povoamentos, no caso em que eles ocorrem nos povoamentos, tipicamente ocorrem nos povoamentos, quando há alguma intenção criminosa, porque negligência dentro do povoamento é mais raro.

A negligência tem que ver com as zonas de interação onde estão pessoas, seja habitações, seja na mobilização dos terrenos agrícolas, é tipicamente aí que pode acontecer e que acontecem mais incêndios.

Se me perguntam se o modelo é perfeito, naturalmente que o modelo não é perfeito, mas a minha convicção é de que o modelo ainda precisa de provar, o modelo já evoluiu muito. Reparar que nós hoje estamos a falar de uma média de incêndios que está bem abaixo daquilo que já foi. A partir de 2006 nós vimos um declínio.

Neste momento, temos instrumentos que começam a funcionar e, com isso, eu respondo também a questões que o Sr. deputado Abel Baptista referiu em matéria de planeamento, o Sr. deputado Hélder Amaral também o referiu, e outros referiram. Nós hoje temos todos os distritos com o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não tínhamos há cinco, tirando Setúbal – é o único que não tem porque não foi aprovado, porque tinha que ver com o facto de terem pouca área florestal e mais zona agrícola e as zonas de contenção passarem pela zona agrícola, portanto esse ainda está para aprovar, mas no resto existe –, Lisboa não tem porque não precisa de ter, do ponto de vista técnico não precisa de o ter, mas todos os outros distritos têm, os municípios têm todos planos aprovados e alguns já estão na segunda geração dos planos. Estes instrumentos de planeamento não existiam há 5 anos, não existiam há 10 anos.

Portanto, o primeiro passo é planear, o segundo passo é executar o que está planeado. E vamos para o segundo desafio.

Perguntarem-me, neste momento vamos já deitar todo o trabalho por terra porque isto não provou? Eu devo dizer que, por muito tentador que possa ser, acho que é precipitado e estou a fazer justiça aos Governos todos que me antecederam, independentemente da cor política. Eu creio que nós precisamos de executar o modelo, fazê-lo respirar e fazê-lo ter resultados porque ele já está a ter resultados. Agora, na floresta nós falamos sempre de questões para médio e para longo prazo.

Como é evidente, espero que o grupo de trabalho possa trazer *apports* significativos, dizendo “olhem mais para isto, olhem mais para aquilo”, por exemplo, equipas de sapadores florestais, temos 268, se me pergunta se deveríamos ter mais, eu gostaria de ter mais. Há um problema financeiro? Há um problema financeiro. Tenho dinheiro no Fundo Florestal Permanente? Tenho. Não o posso gastar porque nós temos regras muito contidas quanto à execução orçamental, como é sabido. Haja mais desafogo e possamos nós gastar mais dinheiro nos sapadores, eu gostaria de poder gastar mais dinheiro nos sapadores. Neste momento a minha prioridade é poder reequipar aqueles que já existem para que possam funcionar melhor, mas também posso dizer que não há uma única e última solução que seja a do Estado. Quando visitei a Pampilhosa da Serra, verifiquei que eles tinham duas equipas de sapadores pagas, neste modelo de metade/metade, pelo Fundo Florestal Permanente, mas tinham, salvo erro, mais quatro pagas por eles e, portanto, tinham arranjado maneira... o próprio município, por considerar que é importante e que era relevante e que era uma zona essencialmente florestal, de constituir equipas com o mesmo modelo, com o mesmo formato, porque se entendeu e entendeu o município que provava aquele formato e que era positivo e que era bom, e arranjou maneira de pagar essas mesmas equipas de sapadores, como as associações e as ZIF podem ter as suas próprias equipas de sapadores, mesmo não havendo a hipótese de even-

tualmente o Estado poder suportar mais, como gostaria de suportar. Portanto, nuns casos será um constrangimento difícil de ultrapassar, admito que sim, noutros casos tem que ver com a mobilização e a motivação e o empenho que os vários agentes possam ter.

Temos equipas de sapadores florestais a funcionar junto de associações, junto de ZIF e, se calhar, de hoje para amanhã, se as tais ZIF funcionarem cada vez mais – e aqui, mais uma vez, os aspetos culturais e estruturais da nossa sociedade muitas vezes impedem que assim seja –, mas se conseguirem dar um passo em frente e agregarem-se, não só para fazer a defesa daquele espaço contra o incêndio, não só para tratar dos problemas de pragas e por aí fora, mas também para gerar valor em conjunto, podem ter a certeza que essas organizações terão todos os meios para se poderem defender também em conjunto e serem até mais autónomas do próprio Estado. Agora, temos de criar esta possibilidade de terem mais valor e todos os instrumentos de que eu vos falei, desde a fiscalidade da floresta, até aos apoios ao investimento, até ao estudo que estamos a fazer sobre uma conta poupança para a floresta, são instrumentos que levam as pessoas a poderem investir mais, a poderem extrair mais valor, a poderem agregar-se mais e, com isso, também defenderem de outra maneira aquele seu território.

Nas ZIF, por exemplo, creio que foi dado um passo significativo, quando se disse que dentro do perímetro das ZIF, mesmo que determinados proprietários não adiram, quando a sua não adesão e a sua inação ponha em causa o conjunto, então a entidade gestora pode atuar porque está a atuar em função do interesse público. Tipicamente, estamos a pensar na defesa da floresta contra incêndios, em que não pode a ZIF fazer, por exemplo, uma rede primária até um determinado local e depois, como entra na parcela de alguém que não pertence à ZIF, aí já não faz, obviamente que não pode ser. Fá-lo como? A expensas do proprietário e, depois, fazendo-se pagar pelo produto que daí retirar.

Outra área onde entendemos que os municípios – e isto respondendo à pergunta «municípios sim ou não? Mais ou menos municípios?», eu diria: depende.

Em matéria de coimas, infelizmente aquilo que nós vemos é um resultado escasso. O que vemos é alguns municípios empenhados, que fazem o seu trabalho, mas que, lá está, fazem o trabalho em várias vertentes, não estão só a aplicar as coimas, estão também a dar os meios para que as povoações possam fazer este trabalho. Nós fomos à Pampilhosa da Serra, mas podíamos ter ido a Porto de Mós ou podíamos ter ido a outros sítios, que veríamos bons exemplos também, porque os há felizmente no nosso país, e o município por um lado apoia, ajuda, tem sapadores, tem gente que vai... que fornece os tais equipamentos pesados e que executa o seu trabalho, que diz como é que se deve executar e, quando as pessoas não executam, também aplica a coima, mas aplica-a com a autoridade de quem faz. O problema é que há muitos municípios que não fazem e que, portanto, também não têm autoridade para aplicar a coima e estão demasiado próximos. A demasiada proximidade nuns casos ajuda, noutros casos desaconselha. A minha convicção, e isto tem sido um aspeto muito sinalizado pelo MAI porque se sente particularmente frustrado por ter a GNR a levantar autos, a vigiar, a fiscalizar e que, depois, não tem consequências e, portanto, sentem que é um trabalho inútil lançar o desafio de passar para eles.

Creio que, nesta área, como há tão pouca execução, o que sinto que, de facto, devemos fazer é a tentativa de perceber se ficamos melhor com uma maior integração entre quem levanta

o auto e quem aplica a coima. Mas isso é uma parte do assunto. A outra parte, a meu ver, tem que ver com o empenho das autarquias na parte da sua maior responsabilidade que, na minha perspetiva, é essencialmente rede secundária, é essencialmente defesa das habitações, defesa dos aglomerados populacionais, é uma incumbência dos proprietários, mas têm de ser ajudados pelas autarquias. Não só para que lhes possam chegar meios para eles fazerem esse trabalho – e daí a nossa preocupação em revelar as boas práticas, no fundo procurando que o bom exemplo se vá multiplicando –, mas também, quando não é feito, fazendo pressão para que assim as coisas possam acontecer.

Portanto, diria que, na rede secundária, há um papel extraordinário para as autarquias e para os bombeiros também. Estamos a tentar que as autarquias se aproximem cada vez mais dos bombeiros para que eles se possam apoiar também nesse trabalho. Os bombeiros, muitas vezes, durante o ano em que têm disponibilidade de tempo, poderão ajudar as populações nestas boas práticas, eu espero brevemente também fazer uma ação junto de uma autarquia que está a procurar trilhar este caminho, para mostrar que é possível fazer-se – há umas que já fazem, há outras que vão começar a fazer –, é possível fazer-se e, no fundo, começar a criar dinâmicas de boas práticas para que a rede secundária... não há razão nenhuma para não estar sempre feita e aprimorada, porque não é só fazer uma vez, é ter a gestão contínua dessa rede secundária. Já na rede primária a minha convicção é de que, se os proprietários não o fizerem – e aqui a rede primária está essencialmente planeada para não ir para cima de terrenos privados, para ir para zonas públicas, para zonas de baldios, para as zonas da REN, para os corredores da REN, para as zonas que têm que ver com as autoestradas, etc. – aí a nossa convicção é que deve ser o Estado a tomar mais pulso na matéria. Por isso, o ICNF tem este protocolo com o Exército para procurar acelerar, o objetivo é em dois anos termos a rede primária concluída, aquela que é prioritária e depois avaliar a forma como faremos a restante rede primária. Devo dizer que, nesta matéria – e, já agora, partilho convosco esta dúvida, para vossa reflexão e, eventualmente, para também aí poderem juntar o vosso contributo – os constrangimentos da Administração Pública são de tal forma grandes que pergunto-me se não podemos encontrar entidades que possam fazer a rede primária. A rede primária é paga a 100% pelos fundos comunitários, portanto não é um problema de dinheiro, mas há um problema sério de contratação pública, de disponibilidades orçamentais para se poder sequer lançar as coisas quando os fundos ainda não estão garantidos e, aqui, oiço muitas vezes dizer «Bem, mas os privados fariam isso com muito mais facilidade» porque, não tendo o problema financeiro e podendo ir aos fundos públicos, rapidamente fariam todo o processo. Também não é tão rápido quanto isso porque os fundos comunitários também obrigam a contratação pública, não é sem regra nenhuma, portanto também é ilusório pensar-se que o Estado demora muito e que os privados fariam muito rapidamente porque não têm tantos constrangimentos, mas se é para usar fundos comunitários têm alguns constrangimentos e, portanto, também tenho dúvidas se isto, noutras mãos, seria mais rápido do que aquilo que nós temos capacidade para fazer.

Posso dizer-vos, por exemplo, que o Exército faz connosco, e é mais barato, mas não pode ir aos fundos comunitários porque, se é para ir ao Exército é, no fundo, com um protocolo de adjudicação direta, se quiser, e isto viola as regras comunitárias. Nós, para usarmos dinheiro comunitário, temos de fazer um concurso público e tanto pode concorrer o Exército – que,

aliás, nem sei se pode concorrer, sendo uma entidade da defesa não pode concorrer – pode concorrer qualquer entidade privada que faça este tipo de trabalhos, mas com o Exército já não podemos fazer, portanto gastamos mais dinheiro; menos dinheiro do orçamento de Estado, mas mais dinheiro, e por isso neste momento estamos a fazer com o Exército, para acelerar e, com alguma disponibilidade e com alguma compreensão das Finanças, de hoje para amanhã gastaremos mais dinheiro se for com os fundos comunitários, mas menos dinheiro do nosso bolso, dos contribuintes portugueses. Enfim, são questões cuja solução não é fácil para percebermos qual é o melhor modelo.

Em relação a outras questões sobre coordenação, prevenção mais coordenada, mais verticalizada, a minha convicção nesta matéria é de que isto não vai lá sem os vários atores se consciencializarem das suas possibilidades. Às vezes podemos ter conflitos positivos, outras vezes temos conflitos negativos. Penso que, até agora, muitas vezes pensar-se que poderia ser o do lado a fazer, levou a que ninguém fizesse. Hoje em dia as coisas estão mais claras, e portanto a minha perspetiva seria o Estado, através do ICNF, através do Exército, assumir mais protagonismo e liderança na rede primária quando não é feita, mas assumindo que às vezes possa ser feita e tem estado a ser feita por associações florestais, por municípios, mas tentar perceber quem é que faz, “Se os senhores fazem, sim senhor, mas se não fazem, digam já que nós fazemos”, e assumir este protagonismo; na rede secundária, pelo contrário, dar o protagonismo às autarquias e aos bombeiros, estimular que sejam eles a fazer. Perguntam-me «É preciso alterações legislativas para isto?», muito residualmente ou se calhar não, talvez sob o ponto de vista pedagógico, o grupo de trabalho também poderá avaliar isso. Rede secundária e municípios a ajudarem as populações, a promoverem boas práticas, a ter uma ação pedagógica e, se calhar, o MAI (Ministério da Administração Interna) a poder fiscalizar e aplicar as coimas e, com este duplo modelo, creio que as coisas podem funcionar melhor; e, da nossa parte, todos os instrumentos que pudermos, seja ajudando à criação de valor – fiscalmente –, com apoio dos fundos comunitários, com instrumentos financeiros que possam ajudar, com uma plataforma de acompanhamento das relações, ajudando a que as pessoas sintam que aqui se pode ganhar dinheiro porque, ganhando dinheiro aqui, vão ser os primeiros a assumir o seu papel na prevenção, e isso eu acho que é extraordinariamente relevante.

Sobre o problema do fogo controlado, do fogo técnico e tudo mais, sei que o Sr. ministro da Administração Interna esteve cá, também sei que, do ponto de vista técnico os conceitos baralharam-se um bocadinho e eu darei essa explicação. Temos o fogo que é utilizado na prevenção e o fogo que é utilizado no combate: estamos sempre a falar de fogo.

O fogo que é utilizado na prevenção, nós chamamos fogo controlado; o fogo que é utilizado no combate, chamamos fogo de supressão. Podemos utilizar quer um, quer outro, embora a lógica seja muito diferente. O fogo de supressão – e aqui há o fogo tático e o contrafogo – tem por objetivo parar o incêndio, e portanto queima-se o que houver a queimar para parar aquele incêndio, o objetivo é parar aquele incêndio; no fogo controlado, o objetivo é gerir faixas combustíveis: ou abrir rede primária – é a maneira mais barata de abrir rede primária – ou gerir mosaicos de descontinuidade para funcionarem como paragens do próprio fogo. Aqui temos de ter cuidado porque estamos a falar de biodiversidade, estamos a falar de olhar exatamente sob ponto de vista técnico sobre o que deve ou não ser feito. O Ministério da Administração

Interna tem trabalhado connosco para termos a certificação muito mais alargada no que diz respeito ao fogo de supressão, portanto ao fogo que vai ser utilizado para estancar o incêndio, uma vez ele ocorra. Esse trabalho está completamente afinado entre nós e irá a Conselho de Ministros muito brevemente para que haja mais entidades certificadoras deste fogo de supressão.

Em relação ao fogo controlado, a ideia é manter a liderança técnica na parte florestal, mas com certeza continuar a ter uma colaboração intensa com os bombeiros, até porque não se pode fazer fogo controlado sem ter os bombeiros connosco, sem ter os bombeiros sob aviso. Eu espero, também, poder dar visibilidade a uma ação de fogo controlado que, como sabem, tem janelas de tempo muito específicas em que podem ser feitas; quando está a chover muito não podem fazer porque o fogo não tem efeito, é logo apagado – aliás, nem consegue ser ateado –, quando está muito vento não se pode fazer porque pode ficar descontrolado, quando vem um dia de demasiado calor, mesmo fora de época, também não se pode fazer, portanto há ali uma janela, tipicamente em março que é quando já não há muita chuva e ainda não há muito calor e vento, podemos encontrar umas hipóteses; ele está pensado para várias zonas do país e vamos ver se o conseguimos fazer, e também espero que isso possa ter boa visibilidade.

Em relação a matérias que foram colocadas sobre o cadastro florestal, ainda falta fazer muito. Como é sabido, a norte do Tejo não há muito cadastro, há um modelo experimental que estava tudo contratualizado de trás e que está a seguir o seu caminho, mas há sobretudo um modelo novo que visa fazer muito mais rapidamente, de forma não tão perfeita, de forma mais imperfeita mas mais eficaz, e esse trabalho está a ser desenvolvido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, e irá a Conselho de Ministros – eu espero que muito brevemente – o diploma que articula todas as ações de cadastro e que cria, no fundo, uma forma de concorrer e de ter ações a concorrer para que o cadastro seja feito de uma forma muito mais rápida.

Em relação a questões ainda de estrutura, e o Sr. deputado João Ramos referiu este aspeto, suponho que outros Srs. deputados também o tivessem em ideia, o aspeto dos guardas florestais, se faz ou não sentido voltar a estar neste ministério. Devo dizer que não tenho certezas nessa matéria, e portanto não sei se é melhor, não sei se é pior, sei que isto foi decidido em 2006 e sei que, neste momento, até por questões orçamentais, seria muito difícil restabelecer no Ministério da Agricultura um corpo como aquele que existia no ano passado. Talvez tivesse vantagens, mas também demoraria muito tempo até poder estar erigido e a funcionar. Na altura, suponho que em 2006, a decisão foi tomada até por reivindicação da própria guarda-florestal que, tanto quanto sei, tanto quanto foi a público na altura, fez muita pressão para ser reconhecido como corpo de guarda e para se juntar à GNR. Neste momento talvez possamos trabalhar no sentido de que o SEPNA, que tem muitas incumbências, não perca as suas valências florestais e dê mais importância às mesmas. Voltar para trás, obviamente nada é impossível e porventura até seria uma boa solução. Hoje, com tantas dificuldades que nós temos do ponto de vista orçamental, quantas pessoas dessas é que nós conseguiríamos recuperar? É verdade que, quando eles foram para a GNR, levaram o orçamento atrás – o chamado *Efeito Mochila*, portanto se voltassem também trariam a “mochila”, mas já não é só a “mochila”, era toda uma estrutura que era preciso montar de novo, e portanto eu diria que, também numa

perspetiva de “vamos deixar as coisas funcionar mais”, talvez intensificar o papel que o SEPNA deve ter e intensificar o papel que a GNR já tem e que pode continuar a manter, e não partir já para uma reversão de modelo nessa matéria.

Em relação a outros aspetos que foram referidos, nomeadamente certificação florestal, medidas para gestão ativa da floresta, etc., a minha convicção é que tudo o que puder trazer mais valor à floresta terá bom efeito na prevenção dos fogos. A certificação florestal existe enquanto regime, pode ser utilizada, a nossa preocupação é, nos fundos comunitários, dar incentivos e poder majorar quem faça floresta certificada ou quem precisar de apoios para certificar que floresta que já tem, e esse será um caminho que também queremos trilhar e dar muito valor.

Aspetos estruturais, Sr. deputado Maurício Marques, falou nas questões dos minifúndios, do emparcelamento, da promoção da biodiversidade, enfim, tudo isso vai ter muita presença nos fundos comunitários e no que diz respeito às questões de reestruturação fundiária também é legislação que vamos preparar. Já falámos aqui de abandono de terras, as terras sem dono, estamos a falar de questões de médio e de longo prazo, eu nunca disse que teríamos resultados em curso prazo, nem o poderia dizer de forma consciente e verdadeira, mas tenho a convicção de que, com cadastro e com um regime que permita, em conjugação com o cadastro, identificar terras que são terras de ninguém e poder colocá-las na disponibilidade da bolsa de terras para que outras pessoas as possam vir a comprar, arrendar, etc., de acordo com o regime de proteção de proprietário que será, naturalmente, salvaguardado, nós estamos a dar um forte impulso para que as coisas possam melhorar. Se isto estiver em conjunto com um regime fiscal mais atrativo, com apoios ao investimento, etc. – porque uma coisa não funciona sozinha – então poderemos, de facto, ter a melhor ocupação com a atividade económica e com pessoas a prazo, do mundo rural, que hoje em dia não temos.

Quero dizer ainda um outro ponto, se calhar para terminar. As coisas mudam, podem mudar, e o melhor exemplo talvez seja a Pampilhosa. A Pampilhosa foi escolhida não só porque o Tony Carreira era da Pampilhosa e, portanto, já agora, já que ele tinha tido a generosidade de nos ajudar nesta matéria, então íamos à terra dele – por simpatia para com ele – mas também porque foi um exemplo extraordinário. Pampilhosa, em 2005, teve 18 000 ha ardidos, foi metade do concelho. De então para cá, consciencializou que a questão da floresta era uma questão prioritária, organizou-se, fez-se um plano municipal, fez-se o plano operacional, arranjou as equipas de sapadores florestais, arranjou mais equipas de sapadores florestais além daquilo que nós poderíamos ajudar, e neste momento tem vigilância de forma muitíssimo intensa; de então para cá teve cerca de 40 ha, por ano, ardidos, que é absolutamente inexpressivo, e portanto isto quer dizer que é possível mudar; e também esta ideia de que há formas de conter, que passam por muitos aspetos – e, se calhar, por estes aspetos estão a ser desintegrados – é também uma mensagem que eu acho que é muito importante passar para a nossa sociedade. É difícil, tem muitas coisas contra nós, nomeadamente as questões climáticas, mas é possível, com trabalho empenhado dos vários atores, mudar as coisas com o atual enquadramento e com ajustamentos ao atual enquadramento.

Já fizemos alguns, planeamos fazer outros e, Sr. deputado Miguel Freitas, outros que nos queiram sugerir, do grupo de trabalho, serão naturalmente bem-vindos.

A minha convicção é que, deste modelo que foi preparado em 2005/2006, começou com as ZIF, começou com todo o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios ainda tem muito para dar e ajustar. O modelo, claramente, falhou, mas noutros... temos lhe dar tempo para ele poder entrar em funcionamento plenamente e ser executado, e nós estamos na fase da execução, e portanto demos tempo às coisas para elas poderem funcionar, acelerando na medida das nossas possibilidades, sensibilizando todos para o seu papel específico, de cada um, ajudando da forma como podemos fazer, mas eu neste momento não entraria em grandes disrupções. Não é por nada, e estou à vontade porque não fomos nós que criámos este modelo, mas acho que as coisas têm de ter alguma continuidade, e portanto é a nossa convicção, mas enfim, também espero os resultados do grupo de trabalho porque é, naturalmente, um trabalho muito importante para nós, perceber qual é a sensibilidade do Parlamento nesta matéria.

O Sr. *coordenador*: – Senhores deputados, não sei se têm alguma questão mais que queiram colocar à Sr.^a ministra. Penso que não.

Tem a palavra, Sr.^a deputada Helena Pinto. Diga lá que eu vi que foi contrariada porque não teve mais tempo.

A Sr.^a *Helena Pinto* (BE): – Sr.^a ministra, é uma coisa muito simples mas que eu não gostaria de perder a oportunidade de colocar e que sei que, se tiver condições, me vai responder.

É um problema que tem que ver com os incêndios e com o Ministério da Agricultura. Há zonas do país onde houve incêndios e que muitos agricultores foram prejudicados, arderam culturas, e que se queixam de que o Ministério da Agricultura ainda não fez o levantamento desses prejuízos para, de alguma forma, se equacionar e se ver as possibilidades de apoio a esses agricultores. Por exemplo, no Vale do Mondego isso aconteceu. Há uma zona que ardeu por completo e que os agricultores se queixam muito que ainda lá não foi nenhum técnico sequer, conversar, perceber. Aquilo é uma zona também de oliveiras, até algumas que não há em mais sítio nenhum do país, os prejuízos são muito avultados, nota-se pela cooperativa que produz o azeite que decresceram drasticamente as toneladas de azeitona, e eu gostaria de aproveitar esta ocasião para sensibilizar também a Sr.^a ministra para este aspeto porque era muito importante apoiar estes agricultores.

O Sr. *coordenador*: – Ora bem, não é que haja qualquer concorrência entre o Bloco de Esquerda e o PCP, mas o Sr. deputado João Ramos quer por também uma questão.

O Sr. *João Ramos* (PCP): – É mesmo muito rápido, Sr. coordenador.

A Sr.^a ministra não referiu a percentagem em termos do cadastro. Respondeu-me, mas não me disse, era para confirmar isso.

O que é que está já feito e que previsões há. Não sabe dizer quando estará concluído?

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a ministra, faça favor.

A Sr.^a *ministra da Agricultura e do Mar*: – Muito obrigada. Sr. deputado João Ramos, eu não tenho a percentagem porque, entretanto, estão a funcionar os programas piloto em 7 municípios e, portanto, não sei agora já, com detalhe, qual é a percentagem que já está feita e o que ainda falta fazer. O que eu sei é que, com esse modelo demoraria para aí 30 anos e aquilo que se pretende é passar para um outro modelo que pegue, por exemplo, no parceiro agrícola, que pegue na informação que existe em muitas entidades públicas, quer da administração direta, quer do setor empresarial do Estado e obrigue a partilhar toda a informação para constituir um cadastro que vai ser construído do género manta de retalhos, *patchwork*, portanto em vez de ser sistemático, que é o que está no projeto piloto – com todas as regras da cartografia, dos geógrafos, certinho, direitinho – vai ser um cadastro feito ao contrário que é, pegando muito em ações que já existem – às vezes os próprios municípios têm cadastro, mas ainda imperfeito –, não lhe dar toda a qualidade, se ele ainda não a tiver, mas poder qualificar para aspetos que são relevantes e que são, nomeadamente, relevantes para as nossas políticas na área da floresta e na área da agricultura. Quanto tempo é que isto vai demorar, não sei, vai depender muito da interoperabilidade de sistemas, mas a ideia é construir as coisas de uma forma mais modesta ou menos ambiciosa do ponto de vista da qualidade, mas mais rápida e mais eficaz e que, depois, se vá melhorando a qualidade, no decurso do tempo, com a obrigatoriedade de desenvolvimento de operações de cadastro, cada vez que há determinado tipo de operações e, no fundo, mantendo o cadastro vivo. O objetivo, como sabem, é casar o cadastro com o registo predial e com a matriz das finanças, portanto é mais ambicioso nessa medida.

Sr.^a deputada Helena Pinto, muito obrigada pela nota. A indicação que eu tinha era que os levantamentos foram efetuados, se calhar há algum sítio onde terá falhado, mas eu tomo boa nota do Vale do Mondego e pedirei para ver o que é que se passa e, se não foram, que lá vão com rapidez. Muito obrigada.

O Sr. *coordenador*: – Sr.^a ministra e Sr. secretário de Estado, muito obrigado. Vamos fazer ainda um pequeno acerto após esta saída da Sr.^a ministra e da sua equipa para prepararmos a nossa atividade.

Pausa.

Srs. deputados, penso que já foi distribuído o programa e que já conhecem. A ideia é sairmos por volta das 15 horas e 30 minutos. Talvez seja melhor, para termos uma margem para não atrasarmos a reunião, pois temos uma reunião marcada no domingo, às 19 horas, com os presidentes de câmara do distrito de Viseu e que, segundo me dizem, já está confirmada.

Os contactos foram todos feitos com a zona centro/norte e com a DIS de Viseu, com os comandantes de bombeiros e também com os gabinetes técnicos florestais, se os presidentes de câmara se deles se fizerem acompanhar. Portanto, este será o nosso primeiro ato de trabalho no domingo.

Depois, na segunda-feira, às 9 horas e 30 minutos, iremos visitar a área ardida no Caramulo; às 11 horas, faremos uma visita à central termoelétrica de Mortágua, uma reunião de trabalho às 12 horas na Câmara Municipal de Mortágua, temos o almoço e visita à Escola Nacional de

Bombeiros, que está muito sensibilizada com esta nossa decisão, tinham pedido uma audiência, e regresso a Lisboa.

Não sei se há algum problema que os Srs. deputados queiram colocar relativamente ao programa, se está tudo de acordo, se há alguma observação.

Voz inaudível.

Não, não. Ponderou-se essa situação, é uma reunião de trabalho e cumprimentos às pessoas. Naturalmente, nos dias seguintes, pelo menos em relação aos locais que vamos visitar, vamos voltar a encontrar algumas das pessoas que vão estar nessa reunião connosco.

Está, então, terminada a nossa reunião.



ISBN 978-972-556-644-0



9 789725 566640